UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

LAURA FRANÇA MARTELLO

“ME CUIDAN MIS AMIGAS, NO LA POLICíA”:
AUTONOMIA E AUTODEFESA NOS ATIVISMOS FEMINISTAS EM OAXACA DE JUÁREZ (MÉXICO) E BELO HORIZONTE (BRASIL)

BELO HORIZONTE
2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

LAURA FRANÇA MARTELLO

"ME CUIDAN MIS AMIGAS, NO LA POLICíA!":
AUTONOMIA E AUTODEFESA NOS ATIVISMOS FEMINISTAS EM OAXACA DE JUÁREZ (MÉXICO) E BELO HORIZONTE (BRASIL) – 2006 A 2019

Tese apresentada por Laura França Martello ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciência Política
Orientadora: Profa. Douta. Marlise Miriam de Almeida Matos

BELO HORIZONTE
2020

Martello, Laura

“Me cuidan mis amigas, no la policía!”: Autonomia e autodefesa nos ativismos feministas em Oaxaca de Juárez (México) e Belo Horizonte (Brasil) – 2006 a 2019/ Laura Martello. - 2020.
360 f.

Orientadora: Marlise Matos.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Ciência política – Teses. 2. Feminismo – Teses. 3. Movimentos sociais – Teses. I. Almeida, Marlise Miriam de Matos. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas III. Título.

Resumo: Essa tese é resultado de pesquisa ativista, desenvolvida através de observação participante e entrevistas com feministas autonomistas de Belo Horizonte (MG/ BR) e de Oaxaca de Juárez (OX, MX), enfocando práticas de autodefesa feminista no cotidiano da resistência em treinamentos físicos de luta e assertividade; práticas de artes marciais e esportes de combate; grupos de autoconsciência, autocuidado e apoio mútuo; grupos culturais e artísticos; mobilizações e organizações comunitárias por terra e moradia; feiras e eventos de produção autogestionada; grupos e oficinas de ciberfeminismo e segurança para ativistas; frentes e redes de comunicação e meios livres; ocupações, intervenções, protestos e manifestações em espaços ou instituições públicas. A concepção de autodefesa feminista proposta pelas interlocutoras da pesquisa abarca as formas e estratégias de luta e resistência contra a violência patriarcal que possuem como princípios centrais a autonomia, autodeterminação e auto-organização das mulheres e corporalidades dissidentes para garantia de sua segurança e liberdade, recusando ou se distanciando da via de demanda por proteção das forças armadas estatais, do sistema judiciário e demais instituições identificadas como patriarcais. Primeiramente, apresentamos as reflexões sobre os processos de resistência dessas ativistas nos movimentos políticos de protesto da região em que atuam, analisando as estratégias criadas para confrontar a repressão autoritária, os machismos das liderenças no campo da esquerda, e os conflitos entre mulheres de distintas perspectivas políticas, apresentando as razões pelas quais escolheram as coletivas feministas como forma organizativa e como elas avaliam sua potencia transformativa. Analisaremos também as estratégias autônomas e auto-organizadas feministas de luta contra a violência sexual, doméstica e o feminicídio, que consistem em alternativas às propostas de viés paternalista ou punitivista. As ativistas ressaltam que o poder judicial e patriarcal no México e no Brasil nega às mulheres o lugar de vítima, culpabilizando as mulheres pela violência sofrida mesmo nos casos de feminicídio. Ao mesmo tempo, nega às mulheres a possibilidade de se defender ao criminalizar as mulheres que recorreram à autodefesa para sobreviver a situações de violência. Por isso essas coletivas têm organizado mobilizações que visam legitimar a autodefesa das mulheres frente à violência de seus agressores. Por fim, debateremos em profundidade as quatro grandes categorias que emergiram na análise das entrevistas e que refletem as principais frentes de atuação das ativistas feministas de Oaxaca e Belo Horizonte no campo da autonomia e da autodefesa: autodefesa do corpo e a prática de lutas entre feministas; autodefesa psíquico-emocional, autocuidado e apoio mútuo; autodefesa do território e formas de organização comunitária; autodefesa digital, ciberfeminismo, comunicação e meios livres.

Palavras-chave: feminismo, autonomia, autodefesa, autocuidado, resistência

Resúmen: Esta tesis es el resultado de una investigación activista, desarrollada a través de la observación participante y entrevistas con feministas autonomistas de Belo Horizonte (MG / BR) y Oaxaca de Juárez (OX, MX), que se enfoca en las prácticas feministas de autodefensa en la resistencia diaria en el entrenamiento físico, lucha y asertividad; artes marciales y prácticas de deportes de combate; autoconciencia, autocuidado y grupos de apoyo mutuo; grupos culturales y artísticos; movilizaciones y organizaciones comunitarias para tierras y viviendas; ferias y eventos autogestionados; grupos y talleres de ciberfeminismo y seguridad para activistas; frentes y redes de comunicación y medios libres; ocupaciones, intervenciones, protestas y manifestaciones en espacios públicos o instituciones. La concepción de la autodefensa feminista propuesta por las interlocutoras de la investigación abarca las formas y estrategias de lucha y resistencia contra la violencia patriarcal que tienen como principios centrales la autonomía, la autodeterminación y la autoorganización de las mujeres y los cuerpos disidentes para garantizar su seguridad y libertad, rechazando o alejarse de la demanda de protección de las fuerzas armadas estatales, el sistema judicial y otras instituciones identificadas como patriarcales. Primero, presentamos las reflexiones sobre los procesos de resistencia de estas activistas en los movimientos de protesta política de la región en la que operan, analizando las estrategias creadas para enfrentar la represión autoritaria, el machismo de las líderes en el campo de la izquierda y los conflictos entre mujeres desde diferentes perspectivas políticas, presentando las razones por las que eligieron los colectivos feministas como una forma organizativa y cómo evalúan su potencial transformador. También analizaremos las estrategias feministas autónomas y autoorganizadas para luchar contra la violencia sexual, doméstica y feminicida, que consisten en alternativas a las propuestas de siesgo paternalista o punitivo. Las activistas señalan que el poder judicial y patriarcal en México y Brasil niega a las mujeres el papel de víctima, culpando a las mujeres por la violencia sufrida incluso en casos de feminicidio. Al mismo tiempo, niega a las mujeres la posibilidad de defenderse criminalizando a las mujeres que recurrieron a la defensa propia para sobrevivir a situaciones de violencia. Es por eso que estos colectivos han organizado movilizaciones que tienen como objetivo legitimar la autodefensa de las mujeres frente a la violencia de sus agresores. Finalmente, discutiremos en profundidad las cuatro categorías principales que surgieron en el análisis de las entrevistas y que reflejan los principales frentes de acción de las activistas feministas de Oaxaca y Belo Horizonte en el campo de la autonomía y la autodefensa: la autodefensa del cuerpo y la práctica de las luchas entre las feminista; autodefensa psíquico-emocional, autocuidado y apoyo mutuo; autodefensa del territorio y formas de organización comunitaria; autodefensa digital, ciberfeminismo, comunicación y medios libres.

Abstract: This thesis is the result of activist research, developed through participant observation and interviews with autonomist feminists from Belo Horizonte (MG / BR) and Oaxaca de Juárez (OX, MX), focusing on feminist self-defense practices in daily resistance in physical training, fight and assertiveness; martial arts and combat sports practices; self-awareness, self-care and mutual support groups; cultural and artistic groups; community mobilizations and organizations for land and housing; self-managed fairs and events; cyberfeminism and security groups and workshops for activists; fronts and communication networks and free media; occupations, interventions, protests and demonstrations in public spaces or institutions. The conception of feminist self-defense proposed by the research interlocutors encompasses the forms and strategies of struggle and resistance against patriarchal violence that have as central principles the autonomy, self-determination and self-organization of women and dissident bodies to guarantee their security and freedom, refusing or moving away from the demand for protection of the State armed forces, the judicial system and other institutions identified as patriarchal. We begin by presenting the reflections on the resistance processes of these activists in the political protest movements of the region in which they operate, analyzing the strategies created to confront the authoritarian repression, the machismo of the leaders in the left, and the conflicts between women from different political perspectives, presenting the reasons why they chose feminist collectives as an organizational form and how they evaluate their transformative potential. We will also analyze the autonomous and self-organized feminist strategies to fight against sexual, domestic and feminicide violence, which consist of alternatives to proposals with paternalistic or punitive bias. The activists point out that the judicial and patriarchal power in Mexico and Brazil denies women the role of victim, blaming women for the violence suffered even in cases of femicide. At the same time, it denies women the possibility of defending themselves by criminalizing women who resorted to self-defense to survive situations of violence. That is why these collectives have organized mobilizations that aim to legitimize women's self-defense in the face of the violence of their aggressors. Finally, we will discuss in depth the four major categories that emerged in the analysis of the interviews and that reflect the main fronts of action of feminist activists from Oaxaca and Belo Horizonte in the field of autonomy and self-defense: self-defense of the body and the practice of struggles between feminists; psychic-emotional self-defense, self-care and mutual support; self-defense of the territory and forms of community organization; digital self-defense, cyberfeminism, communication and independent media.

Dedico esse trabalho à memória de Magó e de Cris Nagô.
Maria da Glória Poltronieri Borges, a Magó, era professora de capoeira angola e bailarina e tinha 25 anos quando foi vítima de violência sexual e feminicídio no dia 26 de janeiro de 2020 após realizar uma cerimônia religiosa próximo uma cachoeira no município de Mandaguari, estado do Paraná.
Cristiane Soares, a Cris Nagô, mulher negra e lésbica, era professora de capoeira e liderança comunitária e tinha 43 anos quando foi vítima de feminicídio em 1º de fevereiro de 2020 enquanto dava uma aula de capoeira em um parque público na cidade de Campina Grande, estado da Paraíba. Vocês estarão sempre presentes em nossas rodas, nossas lutas e nossos cantos.

A Lenda do Berimbau

Uma menina saiu a passeio. Ao atravessar um córrego abaixou-se e tomou a água no côncavo das mãos. No momento em que, sofregamente, saciava a sede, um homem deu-lhe uma forte pancada na nuca. Ao morrer, transformou-se imediatamente num arco musical: seu corpo se converteu no madeiro, seus membros na corda, sua cabeça na caixa de ressonância e seu espírito na música dolente e sentimental.

(Conto existente no leste e no norte africano)
(Texto retirado da Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia) nº 80 de 1956.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer às ativistas que colaboraram com a pesquisa, seja através de uma entrevista, uma conversa, um comentário em uma atividade ou alguma ação conjunta, pelos materiais que circularam, pelas propostas que realizaram, pelas interpretações que compartilharam e, mais que nada, pelas técnicas e filosofias da autodefesa feminista que pude aprender e buscarei difundir.

À minha orientadora Marlise Matos pela capacidade incrível de buscar minha capacidade autoral, reestruturar e melhorar meu texto, dar idéias criativas, fazer as perguntas certas e me impulsionar por caminhos inovadores. Também por ser um exemplo de professora e acadêmica que vai sempre além e se joga de corpo e alma em propostas de transformação social, mas especialmente na defesa de mais espaços e poder para as mulheres na política.

A toda a equipe do NEPEM por todos os projetos e conquistas coletivas que construímos, em especial a Andrezza Duarte, Luan Guerra e Caio Jardim, com quem aprendi muito e que fizeram brilhar os dados que trabalhamos nas Conferências de Políticas Públicas para Mulheres. A Johanna Monagreda e a Priscila Delgado por serem parceiras de trabalho, aulas, escrita, aventuras, passeios e ideias. A Fernanda Araújo por sempre trazer vida aos espaços. Aos queridos Breno Cypriano, Marina Brito, Danusa Marques e Thiago Coacci por toda uma vida acadêmica de apoio e aprendizado. A toda a equipe do Fórum das Mulheres do Vale do Jequitinhonha por todas as conquistas e dedicação, e a todas as pessoas que participaram e contribuíram em tantos projetos de fôlego e força.

À professora Sonia E. Alvarez por ser mais que uma inspiração, por ser brillante em sua capacidade de navegar por debates tão diversos trilhando um caminho ao mesmo tempo original e enraizado. Por ter me enamorado dos estudos latinoamericanos com essa perspectiva bem brasileira e por me impulsionar a buscar espaços também nos meios acadêmicos internacionais.

Ao professor Cristiano Rodrigues por me ensinar quase tudo o que sei sobre teoria e metodologia, pelas melhores aulas, melhores críticas e poucos, porém lindos elogios.

Às professoras Monica Cejas e Érica Dumont pelo trabalho como acadêmicas feministas e por terem topado participar da Banca.

Aos professores Yurij Castelfranchi pelas aventuras teóricas, Ricardo Fabrino por lindas aulas e debates, Cláudia Mayorga pelas críticas e sugestões, e Marco Aurélio Prado pelas referências e análises afiadas. Também às professoras Norma Mongrovejo e Francesca Gargallo pela interlocução sobre relações intergeracionais nos feminismos autônomos.

Às professoras Simone R. Bohn e Charmain Levy pelo apoio e contribuições acadêmicas no Canadá. Aos queridos colegas Vinicius Santiago e Cássia Reis por serem grandes companheiros nas aventuras nesse país gelado.

À minha irmã Luiza por ser o ponto de conexão e apoio da nossa família. Aos meus pais Cassandra França e Reginado Martello por serem minha maior referência de pessoas estudiosas, dedicadas, rígidas e sérias com o trabalho, e também por todo o apoio emocional e financeiro que me deram ao longo de toda a minha formação. Ao Henrique, Lena, Vovó Lourdes e Tia Len por todo o carinho e amor, e à memória do Vovô Rubens. À Vovó Olga, Tia Lane, Tia Kátia, Raíza e toda a família de Pirassununga.

Às mestras e mestres de capoeira, aos meus professores e camaradas da vadiagem de Belo Horizonte e do mundo por todo o aprendizado.

Às minhas amigas de toda a vida, em especial à querida Sol por ser tão iluminada e companheira! À todes amigues feministas por todos os espaços e realizações conjuntas.

E principalmente ao amor da minha vida, companheira de todas as horas, minha maior fã e maior musa, minha esposa Camila Galdino da Silva, por decidir a cada dia estar junta e construir um presente e um futuro com muita energia e carinho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: AUTODEFESA COMO QUESTÃO TEÓRICA NA CIÊNCIA POLÍTICA 11

METODOLOGIA: PESQUISA ATIVISTA E EPISTEMOLOGIA FEMINISTA ANTIRACISTA 49

1. ATIVISMOS FEMINISTAS NAS RESISTÊNCIAS AUTONOMISTAS EM OAXACA (MEXICO) E EM BELO HORIZONTE (BRASIL) 86

1.2. A LAS BARRICADAS: OAXAQUEÑAS QUE LUCHAN 93
1.3. *DEFENDIENDO NUESTROS CUERPOS-TERRITORIO:* FEMINISTAS AUTONOMISTAS EN OAXACA 106
1.4. RETOME AS RUAS: FEMINISMOS AUTONOMISTAS CONTRA O CONSERVADORISMO 124
1.5. "REAJA OU SERÁ MORTA": ABOLICIONISMO E AUTODEFESA 135

2. AUTONOMIA E AUTODEFESA NOS ATIVISMOS FEMINISTAS EM OAXACA (MEXICO) E EM BELO HORIZONTE (BRASIL) 147

2.2. "TESOURAS PARA TODAS": COMBATE ÀS VIOLÊNCIAS MACHISTAS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS 153
2.3. "YA NO SOMOS INDEFENSAS": AUTONOMIAS FEMINISTAS EM RESISTÊNCIA 168
2.4. "NOS JUZGAN POR HABER SOBREVIVIDO: LA JUSTICIA NOS QUIERE MUERTAS" 177
2.5. ROMPENDO O CERCO 183

3. 'ANTE LA VIOLENCIA MACHISTA, AUTODEFENSA FEMINISTA' 191

3.2. AUTODEFESAS CORPORAIS E LUTAS FEMINISTAS 203
3.3. AUTODEFESA PSÍQUICO-EMOCIONAL, AUTOCUIDADO E APOIO MÚTUO ENTRE ATIVISTAS 235
3.4. AUTODEFESA DO TERRITÓRIO E AUTO-ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA 271
3.5. AUTODEFESA DIGITAL, CIBERSEGURANÇA E AUTONOMIA DE COMUNICAÇÃO: 304

'SOMOS MALAS, PODEMOS SER PEORES' 334

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 339

APÊNDICE 1 – ANTECEDENTES RELEVANTES DAS LUTAS FEMINISTAS AUTONOMISTAS EM OAXACA/MÉXICO 350

INTRODUÇÃO: AUTODEFESA COMO QUESTÃO TEÓRICA NA CIÊNCIA POLíTICA

A pesquisa que originou a presente tese tinha como proposta inicial estudar o ativismo feminista autonomista[1] em Oaxaca de Juárez (Oaxaca, México) e em Belo Horizonte (Minas Gerais, Brasil), pensando questões ligadas às suas práticas organizativas e às relações intergeracionais entre feministas. Apesar dessas temáticas terem permanecido como parte da análise, como será possível perceber ao longo do texto, outra questão emergiu como central nos dois campos: a autodefesa feminista. Devido à existência de pouca literatura sobre o tema, em especial na América Latina, e à importância política do tema no que tange às estratégias das lutas feministas, é fundamental que a ciência política e os estudos feministas dediquem mais pesquisas e esforços teóricos a esse debate.

A teorização sobre a autodefesa, enquanto elemento fundante da sociedade política e do direito, se encontra presente desde os filósofos contratualistas como Hobbes e Locke e permanece como pano de fundo em toda a história do direito constitucional, penal e militar (DORLIN, 2018). A defesa de si constitui, no liberalismo, o fator que garante a legitimidade da violência. Com a formação do Estado-Nação, este passa a ser investido da tarefa de proteção da cidadania e constituição de um corpo militar especializado e um Poder Judiciário que regula

[1] O uso do termo 'autonomista' aqui foi adotado para caracterizar a autonomia como processo e como horizonte buscado pelos movimentos em questão, e não como constatação de um estado de ser que considero não ser totalmente efetivo, já que várias dinâmicas de dominação e hegemonia ainda permeiam esses espaços. É também uma alternativa ao uso do termo “feminismo autônomo” por este ter sido fortemente marcado por um grupo de feministas que, num momento histórico específico se confrontou com o chamado “feminismo institucional” no contexto dos Encontros Feministas Latino-americanos e Caribenhos, processo que será abordado com mais vagar no próximo capítulo. Muitas das expressões que abarcamos aqui não participam, não se identificam ou mesmo desconhecem os discursos e espaços construídos por essa “corrente feminista autônoma”. Se contrapõe, portanto, a construção de uma narrativa unificada sobre esse campo e afirma as diferenças de posicionamento e práticas organizativas entre feministas autonomistas. O termo “autonomismo” também faz conexões com as expressões anticapitalistas, anti-hieráquicas, adeptas à ação direta e focadas na transformação micropolítica dos modos de vida que esse termo designa nos movimentos sociais em diversas regiões do mundo. (MARTELLO, 2015)

as relações sociais. Esse *governo defensivo*, de acordo com Dorlin (2018), passa a estabelecer a legitimidade do uso da violência de acordo com os posicionamentos sociais que esses sujeitos ocupam no sistema social. Esse "privilégio" do uso da violência em defesa própria seria garantido, de acordo com Kautzer (2017) apenas aos homens brancos proprietários e aos agentes das forças repressivas do Estado, constituindo o que o autor chama de **autodefesa do sujeito soberano**.

Entretanto, tal forma de organização dos *dispositivos defensivos* (DORLIN, 2018) – ou seja, a distribuição desigual dos mecanismos de defesa de si – passa a ser problematizada por diversos grupos sociais oprimidos que são alvo da violência legitimada dos grupos dominantes na articulação complexa entre Capitalismo-Estado-Patriarcado-Supremacia Branca. Movimentos sociais de resistência como os feminismos, os movimentos negros e indígenas sempre chamaram atenção para o fato de como os *dispositivos de desarme* (DORLIN, 2018), negaram sistematicamente a possibilidade de autodefesa a esses grupos subalternos (mulheres, indígenas, negrxs e LGBT's). Por outro lado, a legitimidade do exercício da violência foi historicamente garantida não apenas aos agentes oficiais das forças militares, mas também a parte dos cidadãos das classes dominantes (homens, brancos, proprietários).

A reivindicação política da autodefesa por grupos oprimidos, em especial devido aos pertencimentos étnico-raciais e sexo-genéricos, é o que será chamado aqui de **autodefesa comunitária** (KAUTZER, 2017). Esta se constitui, justamente, desafiando a autodefesa do sujeito soberano, e questionando a *gestão social da marcialidade* (DORLIN, 2018), mecanismo que combina as forças armadas do Estado e a violência racista e patriarcal na estruturação das relações sociais. A **autodefesa feminista** também se contrapõe frontalmente à autodefesa do sujeito soberano, e explicita a conjunção entre as violências estatais e sociais. A colusão entre

o sistema de dominação patriarcal e estatal que estrutura a violência contra as mulheres é bem explicitado pela ativista citada por Itacaramby (2012):

> "E se a violência feminicida é entendida como 'punição', talvez se possa falar de uma operação tácita de uma 'lei criminal', cujo crime seria, por exemplo, 'deixar o papel tradicional atribuído às mulheres' e a penalidade é proporcional à 'severidade' dos fatos e vai dos espancamentos à pena de morte porque... os homens aqui são os juízes, julgam de acordo com o mandato moral que lhes foi concedido sobre o controle dos corpos das mulheres como se fossem sua propriedade. A impunidade sistemática é a prova de que o sistema jurídico patriarcal tácito se comunica com o sistema oficial do Estado. E aqui, não estamos falando apenas de não investigar ou de que não há condenação dos assassinos de mulheres, mas também da culpabilização da vítima, revitimização dos familiares, ou seja, impunidade social, tudo o que acaba justificando o assassinato, ou o estupro, ou em outras palavras, podemos falar novamente de um sistema penal operando ... tão absurdo que não está escrito, que não é assumido ... mas conseguimos ver isso através da sistematicidade, das justificativas e das explicações que isolam os casos como se fosse uma resposta instintiva apaixonada; no final, aquelas que são julgadas são sempre mulheres, mesmo que elas tenham sido mortas." (Fala de ativista da coletiva *Ali Somos Todas*, entrevistada por Itacaramby, 2012)

Essas violências estruturais são desafiadas pelos grupos subalternos de múltiplas formas em seu cotidiano, se manifestando desde ações individuais de resistência até ações coletivas coordenadas entre si através de elementos culturais míticos, literários, musicais, artísticos e até religiosos. Essas resistências orquestradas através de códigos simbólicos ocultos, também chamadas de *culturas oposicionais codificadas* (SCOTT, 2013), para evitar serem facilmente lidas e atacadas pelos poderes dominantes, são veiculadas por meios que são nomeados por Scott (2013) como infrapolíticos, pois apesar de serem parte da resistência política dos grupos oprimidos, não são abertamente declaradas como tal, nem se dirigem ao sistema político formal justamente para evitar que sejam reprimidas.

O que **as autodefesas comunitárias e feministas** têm buscado fazer nesse último século é retomar elementos dessas culturas oposicionais das mulheres, negrxs, indígenas e outros grupos subalternos relacionadas *à defesa de si e ao uso da violência defensiva como estratégia necessária para produzir transformações no sentido emancipatório*. A autodefesa feminista proposta pelas ativistas interlocutoras dessa pesquisa busca a incorporação desses saberes na construção de *consciências oposicionais* (SANDOVAL, 2000) enquanto estratégias que possam

difundir conhecimentos sobre táticas de resistência entre os grupos subalternos, e também desafiar publicamente a ilegitimidade do uso da violência defensiva por elas.

Essa ilegitimidade é estruturadora do nosso sistema político e de justiça, mas também possui forte eco nos movimentos sociais como um todo e no feminismo, especificamente. A criminalização dos movimentos sociais, e especialmente das formas de ação direta, fez com que muitos movimentos tentassem legitimar suas ações baseadas no princípio moral da "não-violência", bastante plausível se vivêssemos em uma sociedade democrática, igualitária e justa. Entretanto, o fato de que os "Estados Democráticos de Direito" que reinam na América Latina são estruturados e estruturadores das violências capitalistas, patriarcais e raciais, assim como o atual momento de crescimento do fascismo e do autoritarismo no continente, nos leva a retomar a importância que as guerrilhas e todas as formas de resistência "não-pacíficas" tiveram (e ainda têm) na luta pela democracia e pela justiça.

No campo do feminismo, essa ilegitimidade da violência defensiva é ainda mais patente, já que, no discurso feminista, a violência, seja física ou simbólica, foi construída historicamente como patriarcal e masculinista. O problema é que, se as próprias mulheres não podem ou não devem usar de força ou agressividade para parar um episódio de violência, seria necessário, então, um interventor masculino. O "mito do homem protetor" é fácil de descontruir entre feministas, já que é amplamente sabido que ao menos 80% dos autores das violências contra mulheres são os seus próprios companheiros, familiares ou amigos. No caso do feminicídio são, em sua imensa maioria, seus parceiros ou ex-parceiros. Neste cenário estruturalmente opressor, entra então a figura que se tornou o centro da polêmica entre as próprias feministas: a do Estado protetor. O simples fato de que a composição social dos principais aparelhos repressivos do Estado é fundamentalmente masculina já é um motivo de desconfiança sobre a possível efetividade de se recorrer "à polícia" num caso de violência

contra as mulheres. Mas, especialmente no caso das mulheres negras e indígenas, o Estado é idenficado por elas como sendo “o” principal perpetrador de violências, e dos mais distintos tipos, como veremos ao longo da apresentação desta pesquisa.

Por outro lado, de acordo com Cermelle (2010) e McCauguey (1998), existe certa desconfiança por parte de algumas feministas – baseadas frequentemente no desconhecimento ou numa visão distorcida dos fundamentos dessa proposta – de que promover a autodefesa poderia, implicitamente, reproduzir uma culpabilização e a responsabilização da vítima. Tal visão é equivocada pois as abordagens são taxativas em identificar apenas o agressor como o responsável pelo ataque. Entretanto, as formas de prevenção à violência enfocadas nos perpetradores se mostraram pouco eficientes até o presente momento (CERMELLE, 2010).

Figura 1: Brillantinazo na Cidade do México, 16 de agosto de 2019.

Fonte: rotativo.com.mx

Diversos estudos demonstram que a resistência verbal e física reduz a possibilidade de consumação do estupro e, ao contrário do que é difundido no senso comum, não aumentam as probabilidades de dano físico à vítima, sendo que algumas dessas ações reduzem o risco de

estupro 80% mais se comparadas às situações de não-resistência (CERMELLE, 2010). A autodefesa é uma forma de "redução de riscos" que, por sua vez, potencializa as liberdades das mulheres ao invés de limitá-las. Cermelle (2010) e McCauguey (1998) ressaltam que, em última instância, a autodefesa também ensina os homens a não estuprarem, a não agredirem e a não matarem mulheres, de uma forma ainda mais eficiente.

Segundo McCaughey (1998), o desconhecimento e o discrédito que a autodefesa feminista encontra em alguns setores, advém da pressuposição amplamente difundida de que não é possível reagir a um ataque masculino de forma bem-sucedida, cristalizando a vulnerabilidade do corpo das mulheres. Para se contrapor a isso, segundo a autora, as ativistas cultivariam um "Espírito de Guerreira":

> "Seja em um dojo de artes marciais, em um centro de treinamento ou em um campo de tiro, a autodefesa ensina as mulheres a combater atacantes imaginários através de intensos ensaios, com roteiros verbais e gestuais contrários aos provindos da cultura do estupro. Nossa sociedade é uma cultura de estupro porque a violência sexual (incluindo todos os ataques motivados por gênero, como incesto, estupro, agressão e feminicídio) e o medo da violência são sutilmente aceitos como norma e porque os modelos culturais predominantes de sexualidade e gênero perpetuam a violência dos homens e o medo das mulheres. A cultura do estupro aceita a agressão dos homens contra as mulheres como normal, sexy e/ou inevitável e geralmente considera a recusa das mulheres disso como algo patológico, antinatural e "agressivo". Parte do que foi considerado natural, mesmo para algumas feministas, é a ideia de que o corpo dos homens os torna bons agressores e que o corpo das mulheres as torna particularmente vulneráveis. A autodefesa não apenas ensina às mulheres novas respostas com as quais impedir ataques, mas desafia pressuposições básicas - mitos sobre o estupro – em torno dos corpos de homens e mulheres." (MCCAUGHEY, 1998, p. 2, tradução própria)

Diversas teóricas que abordam a autodefesa feminista (MCCAUGHEY, 1998; CERMELLE, 2010; DORLIN, 2018) ressaltam o quanto é problemática a construção de um binarismo entre "vítimas sem agência" *versus* "mulheres com agência" que, ao mobilizar a violência defensiva como meio de sobrevivência, estariam utilizando "as ferramentas do opressor". Ou seja: se ela reage, ela não pode ser vítima. Entretanto, mesmo quando o feminicídio retira toda e qualquer possibilidade de agência de uma mulher, mesmo assim, ela é condenada pela sociedade e desacreditada pelas autoridades públicas. O lugar de vítima é um lugar impossível,

pois quanto mais o Estado for cobrado para interceder sobre a violência feminicida, mais ainda ele vai tentar negar sua responsabilidade diante dos casos concretos ocorridos.

Nesta espécie de "cerco fechado" que nos encontramos no contexto patriarcal autoritário no Brasil e no México, é de primeira importância contar histórias de autodefesa que demostrem a agência das mulheres, ressaltando a potência de transformar aquilo que é percebido como vulnerabilidade em resistência. A memória histórica das resistências feministas em Oaxaca e em Belo Horizonte, como veremos adiante, nos mostra que elas sabem bem diferenciar entre as formas de opressão mantidas por violências estruturais e a necessidade de reagir para sobreviver.

Elas recusam dedicar seu tempo e mobilização política para reforçar meios de violência legitimada tais como aqueles empregados pelas forças policiais e militares e pelo sistema punitivo que produz encarceramentos massivos. Para as ativistas autonomistas, recorrer a um corpo militar especializado em exercer a violência representaria recorrer às ferramentas do opressor, já que essa especialização masculina na prática da violência mostrou ser um fator que potencializa a lógica da violência patriarcal ao invés de interrompê-la. Além disso, mesmo quando também integradas por mulheres, as forças armadas militares mostraram historicamente que seu funcionamento atende aos interesses das classes dominantes, que são fundamentalmente estruturados pelo poder e a violência patriarcal. Elas se dedicam, portanto, inteiramente à resistência ativa da autodefesa nos mais diversos âmbitos da vida pessoal e comunitária.

Para compreender melhor como a questão da autodefesa perpassa a atual situação política tanto no México quanto no Brasil, vamos apresentar e detalhar melhor, ainda que brevemente, aqueles três conceitos que consideramos chaves para o atual trabalho: a *autodefesa do sujeito soberano*, a *autodefesa comunitária* e a *autodefesa feminista*. Por fim,

iniciaremos o debate sobre o atual contexto da autodefesa feminista nos dois trabalhos de campo realizados nesta Tese, a partir de algumas declarações de nossas interlocutoras da/na pesquisa.

(a) Autodefesa do Sujeito Soberano

Debates teóricos aguerridos são constantemente travados na filosofia e na teoria política sobre a *necessidade de preservar-se* e a *relação da autopreservação com a violência*. De acordo com Elsa Dorlin (2018), as primeiras conceitualizações modernas de autodefesa são encontradas nos trabalhos dos contratualistas. A filósofa afirma que autodefesa está no centro da antropologia filosófica de Hobbes, para quem o movimento generalizado em defesa da própria vida - a defesa do corpo pelo corpo - não traz segurança, mas sim uma igualdade ante o perigo de morte, já que a defesa de si mesmx se traduz concretamente na capacidade efetiva de prejudicar a outrx. Frente ao estado de insegurança permanente, a proposta de Hobbes é erradicar a violência por meio da força do direito soberano.

O *exercício razoável da defesa de si por todos os meios necessários* – essa disposição ao combate – é, portanto, a criadora do sujeito político em Hobbes. No contrato social estaríamos abrindo mão dessa busca de um arsenal infinito em prol da delegação do poder ao Leviatã. Entretanto, o direito a resistir enquanto *disposição irrepreensível à autodefesa* e a *inelutabilidade da violência nas práticas de liberação* implicam que, para Hobbes, a violência nunca fica total e definitivamente fora do político (DORLIN, 2018).

Já na concepção de Locke, o sujeito de direitos está associado à propriedade – de si e dos seus bens –, que preexistem à ação de conservar-se. O estatuto de proprietárix é aqui a condição de legitimidade e de efetividade da defesa de si mesmx, e estabeleceria o *direito de preservação* e o *direito de jurisdição*. A consequência disso é que para as pessoas que não são

proprietárias – em alguns casos não são nem proprietárias de si – não existe o direito à autodefesa. Por outro lado, para os proprietários, o direito a preservar-se – que consiste aqui em preservar as suas propriedades – implicaria proteger suas terras e seus bens dos ataques dos despossuídos, associando-se assim, à possibilidade de castigar:

> "Toda la cuestión, a partir de de ahí, es la siguiente: ¿quién será reconocido como *sujeto de derecho*, ¿quién será legitimadx para defenderse? Hay una distinción radical entre los *sujetos* libres (*individuos proprietarios de ellos mismos* y, en consequencia, *sujetos de derecho*) y lxs otrxs, aquellos cujo robo está en vías de devenir la condición misma de existencia. Estxs ladronxs en todos sus géneros no son defendidxs porque no se les reconoce un cuerpo proprio, no se les reconoce un derecho, no se les reconoce *un sí mismx*: ya no son más personas. Son cuerpos destinados a robarse ellos mismos si quieren sobrevivir: para ellos, *defenderse es incluso un robo*. El "sí" de la "preservación de si" participa del sí de la conciencia fundada en la subjetividade moderna. El "self"de *self-defense* se constituye un eco, en Locke de la identidad personal de la *conciousness* que tematiza; lo cual vuelve sobre sí mismo porque no deja de ser conducido nuevamente dentro de un proceso ilimitado de apropriación (de las propias acciones, de los proprios recuerdos, los proprios pensamentos, las proprias voluntades y hasta el menor de los proprios movimientos, de los proprios gestos). Para los demás*, los indios* que disfrutaban las ventajas de la naturaleza, *los esclavos*, *los empleados domesticos*, las mujeres, *los niños*, *los* indigentes, *los* criminales y *los* canallas… no hay nadie en esos cuerpos desposeídos de ellos mismos. Su existencia es la de un *fuera de sí radical*." (DORLIN, 2018, p. 122-123, grifos da autora)

No contratualismo moderno, para que os proprietários possam desfrutar de seus corpos e de seus bens se instaura, então, uma autoridade judicial que se pronuncia sobre os conflitos e decide sobre as penas quando ocorrem violações. Entretanto, levando-se em conta que, historicamente, a sociedade política falha em sua missão fundadora e não garante o direito de propriedade e uma justiça comum para todxs, na tradição do individualismo possessivo os proprietários nunca reununciariam totalmente a seu direito fundamental de jurisdição e, por conseguinte, passaria-se a considerar que a autodefesa seria um direito de legítima defesa inalienável que não poderia ser delegado, mas sim compartilhado com a autoridade pública.

Elsa Dorlin (2018) assinala que, a partir de então, a questão passou a ser menos sobre a delegação do direito de autodefesa ao Estado, para tratar-se da autorização do Estado para que os cidadãos possam vir a exercer a violência defensiva. Aqui, há dois aspectos centrais a serem discutidos acerca dessa transferência: *o poder de segurança* e o *poder de justiça*. O fato

de que o Estado, ao longo da história, permitiu a existência de milícias de cidadãos armados e também de dispositivos repressivos paramilitares e de que tenha estendido as prerrogativas punitivas para alguns de seus súditos, torna a tese do monopólio estatal da violência legítima mais complexa.

Se o direito à autodefesa armada havia ficado marcado na história da monarquia parlamentar como um dos meios de se prevenir o absolutismo, não ficou definido se esse direito de resistência e de autopreservação deveria ser exercido apenas no âmbito das milícias cidadãs ou igualmente para defender-se de uma opressão. O fato é que, na Inglaterra do século XIX, proprietários associados fundaram cooperativas judiciais (*Prosecution Societies*) para proteger as suas propriedades, formando diversos grupos de justiceiros que arcavam com a tarefa de realizar as investigações, as detenções e o encarceramento de "delinquentes e criminosos". O Estado deu livre curso a essas cooperativas judiciais no marco de um processo contínuo de racionalização de seu exercício, permitindo uma extensão da iniciativa empresarial ao campo da justiça criminal (DORLIN, 2018).

O debate sobre o uso lícito da força armada esteve sempre ligado à questão da legitimidade no uso da violência. No direito de guerra, há uma distinção entre guerra pública e guerra privada, mas se aplica a ambos o princípio da justa defesa de sí. Aqui, o *sujeito soberano* se funda em uma quase-fusão entre indivíduo e Estado. Na formação moderna dos Estados-Nacionais houve uma passagem da justa defesa dos particulares à legítima defesa dos Estados, e o direito a armar-se passou a estar diretamente associado com o compromisso dos cidadãos com a defesa da nação.

Na Revolução Francesa, de acordo com Dorlin (2018), as "milícias cidadãs" eram um projeto republicano de defesa nacional, atuavam como serviço público à cidadania realizado por cidadãos. Apesar da presença de grande contingente de mulheres armadas durante a

Revolução Francesa, elas logo foram desqualificadas e o dever cívico da defesa da nação se estabilizou como fundamentalmente masculino.

Os exércitos nacionais e as polícias se estruturaram, então, de soldados-proletários que trabalham em defesa das classes dominantes, sendo mobilizados pela ideologia nacional de servir à guerra social a serviço do capital e dos proprietários desse regime. Porém, mais do que um monopólio da violência pelo Estado, podemos falar que há uma *gestão social da marcialidade*, que efetua um controle do acesso de certos grupos aos meios de defesa própria e de uso da violência. Elsa Dorlin afirma que há uma *divisão do trabalho marcial*, uma divisão *sexual* e *racial* dessas tarefas.

Nos Estados Unidos, pela primeira vez na história, o direito a autodefesa armada se expressou pelo direito de todo cidadão tomar armas em seu próprio juízo para garantir a sua defesa e a possibilidade de associar-se ou de formar coalizões se consolidou como um dos exercícios possíveis do direito individual do cidadão. Isso permitiu que grupos de autojustiça (*Self-Help Justice* ou *Self-Help Crime control*), numa extensão do direito de autodefesa, iniciassem um fenômeno que ficou conhecido como vigilantismo (DORLIN, 2018). Essas autodefesas armadas ou paramilitares e a sua justiça extralegal se desenvolveram ainda mais fortemente no marco de retóricas racistas, patriarcais e conservadoras. Esses cidadãos brancos propritários autoproclamados justiceiros, organizados em milícias defensivas, participaram, então, da fundação originária de um Estado moderno racial e patriarcal, onde a cultura do vigilantismo reforçou a raça (branca) e o homem (branco) como fundadores do Direito.

O justiceiro encarnava a *vontade punitiva*, executando aquelxs que eram consideradxs como “inimigos naturais da propriedade privada, da família e da sociedade branca”. O vigilantismo e a figura do justiceiro foram a origem estrutural de grupos tais como: a *White*

League e a *Ku Klux Klan* e das práticas correntes de linchamento. A Lei Lynch foi a lei em que o estado de Virginia autorizava Charles Lynch (e seu grupo de "vigilantes") a erradicar os ladrões e outros bandidos – uma lei que autorizava a não se respeitar as outras leis – considerando que certos atos seriam justificáveis em razão da iminência do perigo. Logo, em todos os estados do sul dos EUA, essa lei foi utilizada para perseguir "vagabundxs", estrangeirxs, dissidentes brancxs, escravxs e rebeldes negrxs. (DORLIN, 2018)

Os linchamentos foram uma forma de defesa da raça branca e masculina com colaboração ativa da instituição judicial, que deixou sem proteção àquelxs que fossem alvo desses grupos, já que presumia xs negrxs como culpadxs. Aqui, as lógicas parajudiciais de autodefesa se inscreveram na história do racismo e do patriarcado em uma das expressões históricas mais massivas das ações diretas extralegais, o que caracterizou o antiabolicionismo e o terrorismo racista e patriarcal estadunidense.

Na defesa da unidade da raça branca e da mulher branca como propriedade privada do homem branco, o estupro das mulheres brancas se tornou a principal acusação em nome da qual milhares de homens negros inocentes seriam executados. A violência sexual contra as mulheres negras, que funcionava como meio de dominação da supremacia branca, era a contraparte do mito do estuprador negro, sendo ambas estruturadas pela objetificação, sexualização e consequente desumanização contra a população negra enquanto tática de guerra. A defesa das mulheres (brancas) foi efetivada como uma estratégia de defesa da raça branca e dos homens brancos.

A *autodefesa do sujeito soberano* (KAUTZER, 2017) utiliza de todos os meios possíveis para manter seu controle e dominação, punindo e exterminando todos aqueles modos de vida e existência que não serviam aos seus interesses. Seja por vias militares, paramilitares, judiciais, ou mesmo pela violência extrema que permea o cotidiano dos grupos oprimidos, a

gestão social da marcialidade e os *dispositivos de desarme* tentam manter a vulnerabilidade dxs sujeitxs dominadxs em um nível que incapacite as suas possibilidades de verem-se como sujeitx autônomx:

> "Embora a própria existência do colonizador, capitalista, supremacista branco e patriarca se baseie na exploração contínua de outros, eles propagam a idéia de um mundo invertido no qual eles são uma "substância autônoma", livre de todas as dependências. Esta é a câmera obscura da ideologia que Marx discute em *A ideologia alemã*. A falta de autonomia supostamente natural dos grupos subordinados é, dizem-nos, a razão da hierarquia social. Os trabalhadores dependem dos capitalistas para empregá-los e pagá-los, as mulheres precisam de homens para apoiá-las e protegê-las, as pessoas de cor requerem que os brancos os controlem e decidam por eles, e assim por diante." (KAUTSKY, 2017, tradução própria)

(b) Autodefesa comunitária

No *governo defensivo* (DORLIN, 2018), alguns sujeitxs são dignxs de se defenderem e de serem defendidxs e outros corpxs são acurralados em táticas defensivas, através de *disposistivos de desarme*, que garante um acesso diferenciado a recursos indispensáveis para a defesa de si. Durante todo o processo de colonização, os colonos monopolizaram os direitos de polícia e justiça, desarmando negrxs e indígenas para torná-lxs "matáveis e condenáveis". Enquanto a ordem colonial garantia à minoria masculina branca o direito permanente e absoluto de portar armas e de usá-las impunemente, quase todos os códigos coloniais restringiam às populações originárias, às mulheres e a negrxs o uso de qualquer tipo de arma, e tinham punições exemplares para comportamentos rebeldes e insurrecionários, como foi o caso dos quilombolas no Brasil.

A autora afirma, então, que frente a esse *dispositivo defensivo* que tornou alguns corpxs mais vulneráveis e violentáveis, essas *subjetividades sem armas nas mãos* criaram táticas de defesa que consistiam em formas culturais oposicionais codificadas (SCOTT, 2013). Essas práticas subalternas de autodefesa, que Elsa Dorlin (2018) chama de autodefesa propriamente dita – com a intenção de diferenciar do conceito jurídico de legítima defesa – e

que Kautzer (2017) chama de autodefesa comunitária, serão o objeto central de estudo da presente Tese.

Dorlin ressalta que essa autodefesa deriva do que ela chama de “éticas marciais de si” (2018, p.29), que atravessaram por séculos os movimentos politicos e as contracondutas até a contemporaneidade, encarnando uma resistência defensiva. Para a autora, fazer uma genealogia da autodefesa implica numa memória de lutas cujo arquivo são os corpos das pessoas dominadas. As culturas musicais combativas expressas em lutas ritmadas que foram desenvolvidas por africanxs e seus descendentes na diáspora dos povos negros em diversas partes da América Latina, elaboraram sua marcialidade dentro e através de uma fenomenologia do corpo dançante. Nelas, o combate imaginado não era apenas uma autodefesa psíquica, mas também uma forma de treinamento corporal de visualização antecipatória da entrada na violência defensiva.

Esse saber-fazer prático que se vale de golpes que simulam, enganam, evitam, burlam e atacam se relacionam com a astúcia e inteligência do combate real que o bailado permanente possibilita. Aturdir o adversário, enganar a sua percepção e obstaculizar a antecipação do golpe seriam parte das técnicas comuns àquelas expressões culturais afrocaribenhas como *sové vayan, bèrnaden, mayé, kokoyé, danmyé ladja, wolo o libo* e *moringa.* (DORLIN, 2018) Expressões afrodispóricas similares são encontradas em toda a América Latina e Caribe, e foram constituídas pela colonialidade, na medida em que foram criminalizadas, vigiadas, disciplinadas e instrumentalizadas.

No Brasil, a capoeira foi proibida, reprimida e perseguida pela polícia, oficialmente até o ano de 1937. Criada em 1890, a Lei da Vadiagem proibia exercícios de “agilidade e destreza corporal conhecida pela denominação Capoeiragem”, e foi simultânea à instituição das primeiras colônias correcionais da República, que representaram a ampliação do

encarceramento. Era considerado agravante ser parte de “bandas ou maltas”, que foram os grupos que se formaram nas capitais, em especial no Rio de Janeiro, e que faziam usos de armas. Capoeiras eram considerados uma afronta, pois representavam a rebeldia:

> “Os negros permaneceram em estado de alerta, em uma situação de guerra de guerrilha, em que o combate se dava de forma permanente, camuflada, fragmentada e paulatina, até que se contaminassem todos os nervos do poder, com o contrapoder de sua atuação. Afinal, não nos esqueçamos de que os europeus produziram um etnocídio ao eliminar grandes contingentes humanos de sua teia existencial e civilizatória. Os traços de identidade étnica e sociocultural, porém, não foram abandonados e nem deixaram de ser recuperados.” (TAVARES, 2012, p. 77)

Apesar da capoeira ser considerada uma prática majoritariamente masculina, há registros de que diversas mulheres estavam presentes também nos meios da capoeiragem[2]. A lei de proibição da capoeira e da “vadiagem” era, especialmente, uma forma de perseguição a negrxs libertxs que trabalhavam como autônomxs nas ruas, como carregadorxs, vendedorxs e estivadorxs. Trabalhadorxs das classes mais baixas sofreram, desde a formação das polícias e do sistema carcerário, grandes repressões das “forças da ordem”, tanto nas colônias da América como em diversas partes do mundo. E para confrontar tal realidade de perseguição, era necessário a utilização da violência defensiva.

O debate sobre as formas de resistência política e o uso revolucionário da violência é marcante desde o surgimento do movimento internacional de trabalhadores. Entre os comunistas existia certo consenso de que a violência seria um elemento inerente à luta de classes e de que a mesma seria necessária para o processo revolucionário. Já o “monopólio

[2] “O Jornal do Comércio, periódico da Cidade do Rio de Janeiro, em sua edição de 29 de janeiro de 1878, informou para seus leitores que “Até o belo sexo (...) quando empenham qualquer luta mostram ser peritas em capoeiragem”. A notícia divulgava a prisão de algumas mulheres que brigavam nas ruas da Capital Federal. No calor da informação, o articulista ironizava os comentários dos policiais que efetuaram a prisão, ao afirmarem que as referidas mulheres “merecem o título de destemidas”. Semelhante a este foi o artigo publicado pelo jornal A Constituição, em edição de 21 de novembro de 1876, intitulado “Que mulher capoeira!”, desta vez na cidade de Belém do Pará. O periódico informava da prisão de Jerônima, escrava de Caetano Antônio de Lemos, autuada por transgressão da ordem pública, na prática de capoeiragem. Outras notícias sobre mulheres capoeiras em Belém apresentavam atos de violência onde essas mulheres utilizavam como armas, em suas ações, navalhas, facas e cacetes.” (OLIVEIRA, 2004, p.71)

do uso da violência por um poder centralizado" foi tema que estruturou diversos debates aguerridos entre socialistas e anarquistas e foi o tema pivô de uma ruptura, quando se percebeu que, a recusa anarquista a ver a conquista do poder do Estado como um caminho revolucionário determinava diferenças irreconciliáveis entre suas propostas políticas:

> "Em 28 de Setembro de 1864, teve lugar uma grande reunião pública internacional promovida pelos operários no St. Martin's Hall de Londres. Nela, foi fundada a Associação Internacional dos Trabalhadores – AIT (mais tarde conhecida como Primeira Internacional). Entre seus colaboradores, encontravam-se Karl Marx, Frederich Engels, Mijail Bakunin. Inúmeras tensões emergiram nessa associação, resultantes das diferenças programáticas entre Marx (e demais partidários do socialismo científico) e Bakunin (e os partidários do anarquismo libertário coletivista). Os Marxistas apoiavam a organização Internacional dos trabalhadores como uma associação internacional de partidos operários e centralizados. Possuíam um programa baseado nas lutas sociais e na conquista do poder de Estado. Já os Bakuninistas trabalhavam em torno de um modelo revolucionário baseado na organização associativa cooperativizada e antiautoritária, rejeitando o monopólio da violência por um poder centralizado como é o Estado. Esta celeuma, em termos de estratégia, caracterizou o conflito entre a ditadura do proletariado de Marx e a anarquia de Bakunin, tendo sido consumada em 1872 com a expulsão dos anarquistas da I Internacional. A ala anarquista majoritária, que se desliga da AIT, é denominada Federação de Juria. Ao se desligarem sob essa liderança, organizam uma Internacional exclusivamente anarquista, a Internacional de Saint-Imier, que sobreviveu até 1877 e de onde saíram as principais tendências do anarquismo contemporâneo." (TAVARES, 2012, p. 42)

A rejeição ao monopólio da violência pelo poder centralizado do Estado passa a ser caracterítica fundamental para um posicionamento político antiautoritário, especialmente a partir da crítica anarquista (TAVARES, 2012). Essa perspectiva vai influenciar não apenas todas as correntes do anarquismo como também do autonomismo e do socialismo libertário. E vai influenciar também toda uma vertente da esquerda radical que tem se identificado com o abolicionismo penal, a luta anticarcerária e antimanicomial.

Entre os grupos subalternos, o ceticismo frente à possibilidade de que os aparelhos repressivos do Estado pudessem vir a garantir sua defesa advinha da vivência constante de violência policial e da colaboração ativa das forças estatais em um sistema de justiça que privilegiava as classes dominantes. Tendo que recorrer a estratégias de defesa própria

exclusivamente e, contando com a criminalização constante, diversos grupos sociais se organizaram coletivamente no sentido de promover uma cultura de autodefesa.

A história política da autodefesa nos movimentos judeus, por exemplo, está vinculada a luta contra os *pogroms*[3] principalmente na Rússia no final do século XIX e começo do século XX. (DORLIN, 2018). Os socialistas revolucionários judeus especialmente ligados ao *Bund* (União de trabalhadores judeus da Lituânia, Polônia e Russia) foram os principais mobilizadores da violência defensiva, articulando a proteção das populações nos bairros judeus e as ações de educação e organização do proletariado em escala internacional. Esses grupos, que declararam, já em 1902, a necessidade de responder à violência com violência, treinavam uma modalidade de boxe de punhos livres, sem regras nem árbitro chamada *kulachnyi boi.* Também buscavam se armar de diversas formas para proteger e intervir em casos de *pogrom* e mobilizando estratégias de defesa no caso das grandes greves.

A maior parte das organizações de trabalhadores judeus, entretanto, vai seguir a tendência do sionismo socialista, que também promovia a organização da autodefesa, mas seu enfoque principal era a luta contra a propaganda antissemita entre o proletariado. As técnicas de autodefesa que se originam na juventude judia, em resistência contra a ascensão do fascismo, acabaram por se converter em um mito fundador do Exército Israelense. Baseando-se nas brigas de rua voltadas para a defesa dos quarteirões judeus no ativismo antissemita na década de 40 em Bratislava, antiga Checoslováquia, assim como incorporando

[3] *Pogroms* são ataques violentos massivos contra um grupo étnico ou religioso, aprovado ou tolerado pelas autoridades locais, usualmente acompanhado da destruição de suas casas, negócios e centros religiosos. Foi incialmente um termo que designou os massacres a judeus na Russia Imperial e depois os que ocorreram durante e depois da revolução russa, assim como os que ocorreram durante a segunda guerra na Alemanha, Polonia, Áustria e Romênia. O termo passou a designar também outros massacres de viés étnico e religioso. O massacre de muçulmanos por hindus nacionalistas radicais ocorrido em fevereiro de 2020 na Índia, com a conivência do governo hindu nacionalista, que resultou na morte de 45 pessoas, foi o evento mais recente descrito como pogrom.

técnicas de diversas modalidades de luta, Imi Lichtenfeld codificou um sistema de combate de contato sem armas. Treinou a guarda judia na Palestina e passou a ser o treinador das Forças Militares Israelenses, permanecendo neste cargo de 1953 a 1964 (DORLIN, 2018).

Após desvincular-se do exército, Lichtenfeld se dedicou a difundir sua técnica de combate corpo a corpo através de escolas privadas. O Krav Magá é considerado a técnica mais realista de combate baseada em situações de alto risco com atacantes armados ou múltiplos atacantes, incluindo várias técnicas de desarme, de contra-ataque e de golpes letais. Hoje em dia, essa luta – que não é nem um esporte, nem uma arte marcial – é difundida internacionalmente como técnica de combate para agentes das forças armadas, sendo uma prática de referência em técnicas contrainsurgentes. Elsa Dorlin (2018), considera que o Krav Magá pode ser entendido atualmente como parte de um novo arsenal de armas subletais que consistem em uma extensão do direito de legítima defesa das forças de ordem, que tem modificado certos princípios de tomada de distância, como as barreiras policiais e as técnicas de dispersão com bombas de gás e canhões de água, em caso de manifestação.

A autodefesa e a necessidade do uso da violência defensiva como forma de sobrevivência também foram temas centrais na militância pela libertação negra nos Estados Unidos. Kautzer (2017) analisa como o tema dos efeitos emancipatórios que a autodefesa tem para xs sujeitxs oprimidxs aparece muito cedo na militância negra como um fenômeno de grande potencial transformador em termos psíquicos:

> “Descrevendo os efeitos de sua defesa contra um proprietário de escravos, Frederick Douglass, por exemplo, escreveu que ele “era um ser transformado depois daquela luta”, já que “repelir as agressões injustas e cruéis de um tirano” teve um efeito emancipatório “em meu espírito.” Esse ato de autodefesa, ele afirma, "foi o fim da brutificação à qual a escravidão me havia sujeitado". Nosso entendimento de autodefesa deve, portanto, abarcar o poder *transformador* da autodefesa para grupos oprimidos, bem como o efeito *estabilizador* da autodefesa para grupos opressores.” (KAUTSKY, 2017, p. 40, tradução própria, grifos do autor)

Eda B. Wells, ativista negra contra os linchamentos, foi uma das pioneiras na chamada à violência legítima contra à violência ilegítima do racismo, tendo escritos de 1892 que já apresentavam essas ideias. Nos anos 1910, Marcus Garvey convoca aos negros do mundo para unirem-se em uma revolução que estivesse preparada para "responder fogo com fogo". Rebeliões e insurreições de negrxs escravizadxs foram mobilizadas por Reverend Henry Highland Garnet, na Convenção Nacional do Negro em 1943, para argumentar que nenhum povo oprimido garantiu sua liberdade sem resistência.

A publicação da obra de Frantz Fanon "Os condenados da terra", em 1961, é um marco nesse debate, influenciando militantes do mundo inteiro. Sua análise explicita as violências estruturais dos processos de colonização e a necessidade do uso da violência defensiva na descolonização. A contribuição central de Fanon é pensar os efeitos transformativos da resistência na descolonização das consciências.

Robert Williams desenvolveu em "Negros com armas", de 1962, uma das teorias mais completas sobre a autodefesa e a necessidade de recorrer à resistência armada como única forma possível de se garantir a sobrevivência e a emancipação do povo negro. Para o autor, a autodefesa não introduz a violência no sistema social, pois a violência sempre esteve presente e já era sentida pelos grupos oprimidos, apesar de não ser notada por muitos daqueles que se encontravam em condição de privilégio. Um dos principais motivos do impacto tão grande que teve a obra de Williams foi de que ele descreveu várias situações concretas em que a adoção da não-violência por ativistas dos direitos civis se mostrou incapaz de proteger vidas e que militantes da autodefesa tiveram que acudir para se evitar grandes massacres, assim como diversas situações em que vidas negras foram salvas de linchamentos por ter a salvaguarda das armas.

O autor argumenta que a combinação entre táticas não violentas e a autodefesa pode ser produtiva e expressa seu posicionamento de ceticismo total frente à efetividade de qualquer técnica que apelasse à consciência das classes dominantes. E frente à desvantagem de grupos subalternos nessa *gestão da marcialidade*, se deveria recorrer a todos os meios possíveis de ação política em busca da libertação:

> "Embora a NAACP não estivesse prestando atenção, nossos protestos provaram que a autodefesa e a não-violência poderiam ser combinadas com sucesso. Houve menos violência nos plantões de Monroe do que em quaisquer outros plantões no sul. Em outras comunidades, houveram negros que tiveram seus crânios fraturados, mas nenhum manifestante foi nem cuspido durante nossos protestos. Tivemos menos violência porque mostramos disposição e prontidão para lutar e nos defender. Não aparecíamos nas ruas de Monroe como suplicantes, dependendo da caridade e generosidade dos supremacistas brancos. Aparecemos como pessoas fortes, e foi pela vantagem *mútua* de todas as partes envolvidas que as relações pacíficas foram mantidas." (WILLIAMS, 1998, p. 31, tradução própria, grifo do autor)

Dorlin (2018) ressalta que a filosofia de Williams retoma temas clássicos do contratualismo, mas desafilia a autodefesa da tradição do individualismo possessivo, rompendo vínculos entre o conceito de autodefesa e a noção de defesa de sí mesmx, entendida como propriedade da própria pessoa e dos próprios bens. X sujeitx políticx, para o autor, se produz no movimento de salvar a sua vida. Além de situar a violência defensiva no campo da ação política, Williams faz uma análise das práticas de autodefesa do povo negro que conecta as táticas usadas na autodefesa em situações cotidianas de violência contra pessoas e as táticas para ações coletivas de protesto e de mobilização política.

Para ele, devido à violência do racismo, demonstrar publicamente uma não disposição a defender-se pode abrir prerrogativas para mais agressão e mais violências. A grande influência de ativistas brancos no processo de luta pelos direitos civis foi, na perspectiva do autor, uma das causas pelas quais predominaram ideologias que são dogmáticas com relação ao uso exclusivo de táticas não-violentas. Estas são mais aceitas pelos grupos dominantes

justamente por serem pouco eficientes e incapazes de prever a violência ofensiva do racismo e a cumplicidade Estatal com esse sistema de dominação e suas expressões violentas:

> "Os *Freedom Riders* pensaram que havia a possibilidade da lei estar do seu lado porque eles se declararam publicamente como não-violentos. Eu disse a eles que não havia problema em serem pacifistas, mas eles não deveriam proclamar isso ao mundo porque assim estavam convidando ataques violentos em larga escala. No passado, não havíamos tido vítimas do tipo de violência que eles estavam começando a sofrer porque mostramos disposição para lutar. Tivemos piquetes e protestos e ninguém havia atacado com sucesso as nossas filas. Mas eles disseram que estavam lutando do ponto de vista moral. Na sexta-feira, um *Freedom Rider* branco foi baleado no estômago com um rifle de alta potência enquanto ele caminhava na fila.[4] Isso aconteceu bem na frente da polícia. (WILLIAMS, 1998, p. 43, tradução própria)

Mostrando que a autodefesa armada de militantes negrxs foi capaz de evitar um *pogrom* em diversas situações, o teórico nos adverte que mesmo sendo possível combinar as diferentes táticas, a violência defensiva é a única capaz de modificar um elemento tão fundamental da vida social como a opressão racial, caracterizada pelo monopólio da violência pela supremacia masculina branca.

Em consonância com Williams, Malcom X também defendia o uso de todos os meios necessários para se combater o racismo. Ambos autores e militantes influenciaram toda uma geração no movimento negro nos Estados Unidos que adotou a autodefesa como elemento central de sua ação política, e que formou, por exemplo, o *Partido dos Panteras Negras pela Autodefesa* (KAUTZER, 2017). Como direito individual garantido pela constituição Estadunidense, o uso das armas por esses militantes e sua organização política em torno desse direito não constituía uma ilegalidade. A polêmica causada pela afronta ao sujeito soberano e ao Estado racista que a existência um grupo negro armado causava, e a perseguição sofrida por seus militantes, ofuscou o fato de que o foco central dos Panteras Negras era o fortalecimento e o apoio mútuo entre as comunidades negras e a difusão da consciência racial

[4] Para que não pensemos que o contexto descrito por Williams é totalmente diferente do atual, é importante lembrar que Marisela Escobedo, que lutava por justiça pelo feminicídio de sua filha, foi assassinada com um tiro durante um protesto pacífico em 2010 em frente ao Palácio de Governo em Chihuahua, México.

emancipatória do povo negro. Seus militantes foram duramente perseguidos e muitos foram assassinados pelo FBI.

Kautzer (2017) define a resistência como oposição à ordem social existente desde dentro, podendo tomar diferentes formas: **autodefesa**, **insurreição** ou **revolução**. Uma insurreição pode ser considerada uma forma ilegal de resistência, geralmente manifesta numa revolta ou rebelião armada contra a autoridade, o governo estatal ou o poder dominante. A difículdade em distinguir a violência defensiva da violência insurrecionária reside no fato de que a avaliação sobre tal depende da localização dxs sujeitxs nas relações de dominação. Uma insurreição pode se tornar revolucionária quando ameaça transformar ou destruir a ordem política e social dominante assim como as instituições econômicas. O autor conecta, então, as formas insurrecionárias que possuem potenciais revolucionários por se constituírem como uma instauração radical dx sujeitx politicx autônomx:

> "Em uma rara decisão, a Suprema Corte dos EUA reconheceu os cativos no *Amistad* como tendo um *self* digno de defesa. Isso não estava em questão entre os rebeldes, é claro, mas indica a natureza política do *self* e nossas noções de resistência. 'Como o Outro relutava em me reconhecer", escreve Fanon, "havia apenas uma resposta: tornar-me conhecido'. No *Amistad*, a rebelião era a única maneira de fazer reconhecer os eus dos escravizados, o que significa que suas ações eram simultaneamente uma defesa de suas vidas e uma reivindicação política de reconhecimento. Uma insurreição sustentada pode se tornar *revolucionária* quando ameaça transformar ou destruir fundamentalmente as instituições políticas, sociais ou econômicas dominantes, como no levante do Exército Zapatista de Libertação Nacional no México em 1994 e na onda de levantes árabes no Oriente Médio e norte da África, incluindo principalmente Rojava (Curdistão Ocidental)." (KAUTSKY, 2017, tradução própria)

(c) Autodefesa feminista

O movimento sufragista inglês se constitui numa referência na história da autodefesa moderna. Com inspirações anarquistas, comunistas internacionalistas e revolucionárias, essas feministas tinham posicionamentos antinacionalistas e se recusavam a recorrer à lei do Estado por considerarem que ele seria a primeira instância que institucionalizou a injustiça social e sustentou os dispositivos que produziram a vulnerabilidade. (DORLIN, 2018)

Num momento histórico em que, na Inglaterra, o porte de armas estava definido por regulamentações restritivas, foram difundidas diversas técnicas de defesa pessoal e práticas marciais corporais híbridas que aliavam técnicas de combate europeias e japonesas. Um inglês formado no Japão em técnicas de judô e ju-jitsu criou uma técnica chamada *bartitsu*, que se propunha a ser uma autodefesa real que utilizava pés, mãos e bastão em técnicas ofensivas e defensivas à distância e no contato corpo a corpo. A escola do *bartitsu* sempre esteve aberta às mulheres e seu professor levou a Inglaterra mestres japoneses de ju-jitsu. Entre xs alunxs estavam William e Edith Garrud, que abriram, em 1908, um dojo de Sadakazo Uyenishi em Londres, chamado "Escola de Autodefesa Japonesa", que oferecia aulas de autodefesa inspirada no ju-jitsu também para mulheres e crianças.

Em 1909, Edith Garrud faz uma demonstração no *Women's Social and Political Union* (WSPU) que impressiona as participantes que logo a convidam para ser instrutora de treinos permanentes que originam o *Suffragettes Self-Defense Club*. As técnicas de defesa, que eram inicialmente enfocadas para situações em que elas se encontravam sozinhas com seus agressores em espaços públicos ou privados, logo foram adaptadas à luta política e utilizadas para a defesa contra a brutalidade policial. Ao aprender a defender-se, as militantes modificavam seus esquemas corporais num processo renovado de conscientização política. (DORLIN, 2018)

Garrud implementa um serviço de guarda-costas secreto na WSPU dirigido por Gertrud Harding chamado *Bodyguard Society* ou *Amazons*, composto por cerca de 30 feministas treinadas para proteger as militantes nas ações de protesto e enfrentar as detenções policiais. Suas estratégias combinavam técnicas de combate corpo a corpo (como bloqueios e o uso da força de inércia do adversário), com técnicas de astúcia que jogavam com os preconceitos sociais de que as mulheres não podiam se defender, causando um efeito surpresa e

desorientador. Se as artes marciais asiáticas, tradicionalamente, se definem como técnicas que consistem em utilizar e reverter a força de quem ataca sobre ele mesmo, promovê-las entre mulheres passa a adquirir uma dimensão política já que se tratava de, por meio dessas práticas, instaurar uma igualdade:

> "La acción directa feminista se relacionaba a una verdadera tática de autodefensa feminista (objetivo político, entrenamientos físicos, planes de acción y repliegue, disimulo de armas bajo las ropas, prácticas de travestismo y disfraz, red de apoyo, escondite de armas, lugares para ese mismo repliegue, etcétera), que da testimonio también de una estrategia muy elaborada de la guerrilla urbana que no "utilizó" somente las tácticas de acción directa sino que las incorporó literalmente como médium de una conscientización política feminista. Al practicar la acción directa, las militantes no lanzaron bombas sino que se convertieron en bombas humanas.
> Dicho de otro modo, la autodefensa de las militantes de la WSPU fue no tanto un recurso eligido dentro de un repertorio de acciones para defender su causa – a saber, el derecho al voto – sino más bien lo que les permitió luchar colectivamente por ellas mismas, impidiendo toda instrumentalización nacionalista de sua causa. La autodefensa no es entonces un medio en vistas a un fin – adquirir un estatus y un reconocimiento políticos – sino que politiza los cuerpos, sin mediación, sin delegación, sin representación." (DORLIN, 2018, p. 82-83)

Edith Garrud publica um texto em 1910 no qual apresenta sua filosofia pragmática da autodefesa feminista, argumentando que as técnicas defensivas baseadas no jiu-jitsu tinham três princípios fundamentais: o sentido do equilíbrio, do movimento e das forças; a arte da astúcia e da surpresa; e, a economia dos golpes. Ela ensinava os deslocamentos necessários para se desviar de quem ataca, utilizando sua própria força de inércia para desequilibrá-lo, deter os golpes e derrubá-lo, e o efeito surpresa consistia, justamente, em usar essa força de inércia para aproximar-se sem riscos do corpo do adversário e, assim, aplicar golpes eficazes. A sabedoria da autodefesa se encontra nesse princípio de defesa-ataque.

A perspectiva dessas ativistas se propagou pelos diversos movimentos sufragistas e algumas das estratégias utilizadas por elas nos protestos foram incorporadas em outras regiões, especialmente porque no início do século XX – momento em que o anarcosindicalismo era a vertente mais proeminente nos movimentos trabalhistas – grande parte das greves eram impulsionadas por mulheres que trabalhavam em fábricas têxteis.

A autodefesa feminista também teve grande influência nos movimentos autônomos europeus. Os grupos feministas autônomos possuíam forte atuação desde os anos 60 na Itália, Espanha e Alemanha. Muitos desses grupos realizavam (e ainda realizam) ocupações de prédios e casas, ocupações de espaços públicos com fins de protesto, além de uma diversidade de atividades que buscavam fortalecer a resistência e promover o apoio mútuo. Entre essas atividades se encontravam práticas de autodefesa feminista e a produção de zines[5] sobre o tema.

Alguns grupos feministas autônomos europeus constituíram células revolucionárias[6], como o grupo *Rote Zora*, na Alemanha, que realizava ataques a pessoas e empresas patriarcais de grande poder. Enviando bombas a líderes do tráfico de pessoas e de grupos de exploração sexual, empresas farmacêuticas, entre outras, o grupo visava com suas ações causar danos e prejuízos a essas indústrias "imperialistas e patriarcais". Em uma de suas ações, *Rote Zora* e *Amazonen* colocaram 10 bombas em uma rede de lojas de roupa (causando apenas danos materiais e nenhum dano humano), com o objetivo de influenciar na conquista de direitos reivindicados pelas trabalhadoras da Korea do Sul e do Sri Lanka, ação bem-sucedida que conseguiu apoiar no avanço de melhores salários para as trabalhadoras em greve. *Rote Zora* realizou mais de 200 ataques durante 30 anos e nunca foram presas.

Três modalidades de autodefesa feminista surgiram também nessa época:

> "Dentro de la disciplina de la autodefensa feminista, y como hemos expuesto anterioremente, existen varios corrientes; las tres más representativas en esta parte del mundo son: el Fem Do Chi, el Seito Boei y el Wendo. El Fem Do Chi se ha creado en Quebec en los años 60. Reúne

[5] Zines consistem num meio impresso de fácil circulação e reprodução de baixo custo, que veiculam textos teóricos, relatos de experiências e práticas subversivas feministas, sendo que muitos abordam a questão das relações de poder e conflitos entre feministas, assim como interpretações sobre esses sistemas de dominação e opressão (CAMARGO, 2011).

[6] As células revolucionárias são um pequeno grupo de afinidade de viés anarquista insurrecionário, descentralizado, voltados para ação direta militante anti-imperialista. A primeira aparição das células revolucionárias foi em 1973 num ataque à multinacional ITT em Berlim com vistas a denunciar sua participação na Ditadura Militar no Chile. Atualmente as células revolucionárias são fortemente atuantes na Grécia e no Chile.

> tantos elementos físicos como la afirmación de sí misma a través de la relajación y el bienestar personal. Su desarrollo ha venido como una consecuencia de haber comprobado la ineficacia de las técnicas clásicas de artes marciales en el caso de las violencias específicas a las mujeres, después de la agresión grave de una fémina cinturón negro de karate, que no había podido oponer la resistencia de la que hubiera sido físicamente capaz. La reflexión que nació de ese acontecimiento dio lugar al nacimiento del Fem Do Chi, "la vía de la energía de las mujeres".
>
> El Seito Boei viene de Austria, donde los primeros cursos se impartieron en 1977. Integra técnicas físicas basadas en el Jiu-Jitsu y el Kung-fu, así como la defensa verbal, la gestión de las emociones y una forma de entrenamiento mental que permite adquirir los buenos reflejos en caso de gran emergencia. Sus fundadores, Margit Kafka, médica ginecóloga, e Ihor Atamaniuk, practicaban otros artes marciales, el Jiu-Jitsu en particular. Se dieron cuenta de la necesidad de crear un sistema de técnicas destinado a las féminas. En japonés, seito boei significa "defensa legitima". Desde el principio, su propósito era distinguirse de la autodefensa "femenina", lo que explica la elección de tal denominación: la defensa legitima responde a las agresiones reales sobre el colectivo de las mujeres, y no a su rol social. Esta apelación también pretende subrayar que aprender a defenderse tiene legitimidad y no es una expresión de agresividad por las mujeres.
>
> Al igual que el Fem Do Chi, el Wendo se ha creado en Quebec, y difundido en Europa desde finales de los años setenta. Se trata de técnicas físicas simples y eficaces basadas en el karate y técnicas de afirmación de si misma. Su nombre viene de women (mujeres) y do (via-camino); toma en cuenta diferencias morfológicas entre varones y mujeres, de la manera en la que éstas han integrado la violencia en su contra, y de la especificidad de las agresiones en su contra." (MARTÍN, 2013, p. 35-36)

Essas modalidades de autodefesa feminista se difundiram por diversas regiões do mundo, tendo sido amplamente praticadas por grupos autônomos feministas. Nos Estados Unidos, sobre a influência de alguns desses grupos, as aulas de autodefesa foram incorporadas a alguns programas de prevenção primária à violência. Mesmo não tendo sido baseadas em evidências científicas anteriores, a análise política das feministas e de suas práticas de resistência difundiram tais práticas, tornando possível que hoje as pesquisas científicas possam avaliar e comprovar sua efetividade na prevenção da violência de gênero.

Grupos que se organizavam para defesa própria também foram formados em meio ao movimento LGBT e *Queer*. Nos Estados Unidos, após a revolta de Stonewall, em 1969, contra a perseguição policial do gueto LGBT em São Francisco, a violência defensiva mostrou seu grande poder de frear abusos constantes e, em 1973, surgiram grupos como os *Lavender Panthers*. Em Nova Iorque, surgiram grupos como o *Butterfly Brigade* e o SMASH (*Society to Make America Safe for Homosexuals*). Apesar de trazerem reivindicações legítimas, esses

grupos formados majoritariamente por ativistas brancos tinham um discurso com certo tom de "limpeza social"com relação ao crime (DORLIN, 2018). Em 1974, um grupo de *softball* chamado *Gente* constituiu um grupo de autodefesa feminista de lésbicas negras em Oakland. Segundo elas, as lésbicas negras pareciam invisíveis se estivessem sozinhas, e violentas se estivessem em grupo.

Ao longo de toda a trajetória do movimento negro norteamericano, uma estratégia fundamental de mobilização foi a organização dos Comitês de Defesa (*defense committees*), que atuaram em casos jurídicos de encarceramento e perseguição de membros da comunidade negra. Um grupo atual chamado *Survived and Punished*[7] (Sobrevivente criminalizada), têm recuperado a história desses comitês e da relevância da sua luta para a ação feminista e antirracista. Propondo a defesa de sobreviventes como prática abolicionista (penal/prisional), o grupo mostra como historicamente as mulheres negras, indígenas e latinas não têm tido o seu direito à autodefesa respeitado.

Produzindo conteúdo e metodologias para oficinas, levantamento de fundos para campanhas através de práticas autogestivas e mobilizando artistas para participação nas campanhas, o grupo realizou exposições como "*No selves to defend*"[8]. Este nome é baseado no julgamento de Celia, em 1855, uma mulher negra escravizada no Missouri que, após cinco anos de abusos sexuais termina por matar seu proprietário. Apesar da existência da lei que garantia às mulheres o direito de autodefesa em caso de um ataque sexual, a corte decidiu que ela era "propriedade" e que, portanto, não tinha um *self* a defender. Junto a esse, diversos casos ao longo da história, como os de Lena Baker, Rosa Lee Ingram, Inez Garcia, Yvonne Wanrow, Joan Little, Dessie Woods e Cassandra Peten, também são retratados em suas

[7] https://survivedandpunished.org/
[8] https://noselves2defend.tumblr.com/

particularidades relativas aos contextos em que se encontravam (SURVIVED AND PUNISHED, 2017).

Campanhas atuais tais como Free Marissa Alexander, Nan-Hui Jo, Marcela Rodriguez, Ky Peterson e as "*New Jersey 4*" (quatro lésbicas que foram criminalizadas ao se defenderem conjuntamente de um ataque violento), enfocam também os efeitos das respostas punitivistas à violência, que acabam criminalizando as mulheres negras, indígenas, latinas, trans, lésbicas, imigrantes, e trabalhadoras sexuais, já que elas são vistas pela polícia como violentas e culpadas *a priori*. Essa reflexão também originou o evento "*Not the perfect victim*" ("Não somos a vítima perfeita"), que busca mostrar que mesmo as mulheres que não se encaixam no estereótipo de vítima, como trabalhadoras sexuais e pessoas com antecedentes penais, têm direito à autodefesa. Se opondo radicalmente a qualquer medida punitiva no marco do que elas definem por Estado prisional, esse grupo propõe formas de responsabilização no âmbito comunitário e formas de justiça transformativa para se combater a violência racista e patriarcal.

A importância de trazer essas experiências aqui é que, apesar de existirem iniciativas muito similares na América Latina, quase não há uma interlocução devido à barreira linguística. Na América Latina, o crescimento exponencial do encarceramento em massa também tem afetado muitas mulheres, em especial as mulheres negras e indígenas. No campo da Criminologia Crítica Feminista várias autoras (FERREIRA, NEVES E GOMES, 2018; BELEZA, 1991) apontam que a maior parte das mulheres encarceradas são sobreviventes de violência doméstica e sexual, sendo que grande parte dos crimes pelos quais estão cumprindo pena poderiam ser enquadrados como casos de legítima defesa. Nesse sentido, grupos como a coletiva *Yakiri Libre*, no México, cujas ações serão apresentadas no segundo capítulo, estão se organizando em apoio àqueles casos de criminalização da legítima defesa das mulheres.

As principais interlocuções no debate sobre autodefesa feminista no México e no Brasil são entre os países latino-americanos, exceto pelo caso dos ativismos na Espanha que, devido ao grande fluxo de pessoas e publicações, possuem intenso intercâmbio. No Brasil, a maior parte dos zines e outros materiais sobre autodefesa feminista são traduções de produções argentinas e chilenas.

(d) **Autodefesa feminista no México e no Brasil**

A autodefesa feminista em Oaxaca está organizada há pelo menos 7 anos com a presença de espaços permanentes de treino e de atividades diversas. Mas, apesar disso, a violência patriarcal é pervasiva e o feminicídio se mostrou como a maior preocupação para as ativistas em Oaxaca:

> "Dice la violencia se ha recrudecido en Oaxaca, hay tantos feminicidios… muchos de esos feminicidios se dan porque la mujer, nosotras como mujeres, ahora exigimos y puedo ponerme con el marido, con el hombre, con la expareja y decir 'ya no quiero que me molestes nunca más. No quiero saber nada de ti', y entonces existe una, como… como un picar al orgullo, como un ejercicio de decir 'ah, ¿no? Pues ahora va', y se recrudece esa violencia a grado de matar." (Itan de Hüi, 47 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

> "La violencia ni que se diga y la cuestión del feminicidio es una preocupación enorme, cómo la violencia va aumentando sobre el cuerpo de las mujeres y ver que no solamente es Oaxaca, es México, sino es a nivel mundial este problema del feminicidio. Esa violencia que se está ejerciendo en contra de las mujeres y la saña con la que se está haciendo, ¡porque una saña tremenda! Porque creo que quieren meternos miedo para dominar. (…) Estamos luchando contra esta cuestión del patriarcado, es una dominación completa hacia la mujer. Pero más, que utilizan como vía el Estado Militar. Es muy duro… yo misma no sé hacia dónde vamos a llegar, pero de que nosotras estamos dando la lucha, ahí estamos, hablando en cualquier lugar, en cualquier espacio." (Xidani, 65 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

As mobilizações contra o feminicídio têm constantemente realizado ações de urgência que emergem de casos que se tornam públicos e revitimizam as mulheres e seus familiares. Um dos casos recentes que demandou interveção pública na Cidade do México foi o de Lesby Berlim, jovem estudante de 22 anos que foi vítima de feminicídio dentro da UNAM (Universidade Nacional Autônoma do México), em 2017. Inicialmente, a causa de morte

declarada pela Procuradoria de Justiça foi o suicídio e esta instituição publicou em sua rede social a declaração de que ela usava drogas, álcool e devia matérias na faculdade, numa evidente tentativa de desqualificar a conduta moral/sexual da vítima, postura que implicitamente se presta a legitimar o crime. Lesby foi transformada imediatamente numa "*mala víctima"*[9], termo que os movimentos feministas latinoamericanos têm utilizado para designar as mulheres que são culpabilizadas pelo Estado e/ou pela opinião pública pela violência sofrida nos casos de violência doméstica, estupro ou feminicídio.

A declaração da Procuradoria despertou indignação e originou a campanha "*#Simematan*", onde cada mulher declarava algo de seu comportamento ou história que possivelmente seriam usadas pelas autoridades públicas para lhe desqualificar, caso fosse vítima de feminicídio. Após serem reveladas uma série de irregularidades na investigação do caso (possivelmente devido à conexão do feminicida a autoridades da Universidade), e uma forte pressão pública das feministas, finalmente, foi confirmado que ele se tratava do autor do feminicídio. Esse caso foi importante pois sua mãe, Araceli Osorio, funcionária da UNAM,

[9] "La mala víctima es aquella que la abogada feminista que hace carrera tomando casos convenientes no defiende por cachivache, aquella que la socióloga prestigiosa y académica culpa de su propio femicidio y violación, aquella que las otras feministas celebran si la partió un rayo. La mala víctima en realidad no es víctima. Es aquella que sobrevivió a su daño para dar cuenta de él y de su vulnerabilidad y de un modo u otro no puede ser capitalizado por las industrias feministas blancas occidentalizantes que se suman a la maquinaria que da poder a las instituciones del estado que son TODAS represivo-punitivistas. (...) Empecé a pensar el concepto de mala víctima a partir de mi propia judicialización en lo civil y en lo penal y las varias perimetrales por parte de mi violador y mi negativa a 1. pedir escupidera (soy boxeadora no pido el banquito), 2. a definirme por el daño que el me ha causado. La mala víctima es la "fanática de los boliches que abandona la secundaria", la que le gusta el BDSM, la mal llevada, la que no va a pedir disculpas y la que se sabe en lo cierto. Es la que viva o muerta expande los límites de lo pensable. (...) Lo que más lamento de este mundo es no poder plantear, aún, legítimas defensas preventivas, como la policía le llama cuando nos hace cagar a nosotras y a nosotros con su "gatillo fácil". La mala víctima es la que no dice "me arrepiento" es la que reclama su derecho a estar "enfiestada y drogada" y no obstante seguir viviendo. Es la que muestra que la virilidad se expresa a través de la capacidad de violar y la que demuestra que quien apela al aparato jurídico penal es porque no le teme a la policía y ahí detrás hay un rati (policía)." Entrevista a Leonor Silvestri, Disponível em: http://revistafurias.com/leonor-silvestri-enemiga-publica/

se tornou uma das maiores mobilizadoras atualmente na luta contra o feminicídio e tem prestado apoio a diversas famílias de mulheres vítimas de feminicídio.

No Brasil, vários casos de feminicídio estão sendo alvo de protestos e mobilizações. A liderança quilombola Elitânia de Souza da Hora, da Associação de Mulheres Quilombolas do Tabuleiro da Vitória e Adjacências, de 25 anos, foi assassinada no dia 25 de novembro de 2019, gerando muita indignação na comunidade local e nacional.

Figura 2: Ato em Cachoeira, no Recôncavo da Bahia, em memória de Elitânia

Fonte: Correio 24 Horas

A jovem estudante da UFRB (Universidade Federal do Recôncavo Baiano) já tinha decretada uma Medida Protetiva contra o ex-namorado, porém não houve efetividade. Apesar da existiencia da Lei Maria da Penha e da tipificação do feminicídio, os índices mostram crescimento dos feminicídios entre as mulheres negras. A violência sexual e a exploração, que marcam a trajetória das ativistas interlocutoras dessa pesquisa, também são uma fonte de grande preocupação para elas:

> “Então, a minha trajetória mesmo, sobre tantas, o feminismo faz com que a gente entenda os nossos direitos. Quem vem da favela sabe mais sobre a violação dos direitos do que o próprio direito em si. Para mim, o termo feminismo é muito conceito academicista. Quem vem da perifa, entende que nós mulheres negras sempre exercemos o que é o feminismo, mas essa coisa de sermos uma potência voltada para esse lugar da subserviência, a gente ressignifica

> esses lugares. Eu sou nascida e criada na favela, na Pedreira Prado Lopes, eu comecei a perceber, primeira coisa, eu primeiro me descobri, negra, depois mulher, e por fim, lésbica. Essas questões não são dadas. Isso impacta na nossa vida, no meu cotidiano, isso de descobrir dentro do movimento da infância, comecei a indagar esse lugar do feminismo, do que é ser uma mulher adolescente, que sofreu os processos da violência sexual, esse corpo da mulher negra, é objeto, é uma estatística que não diminui, de jovens negras exploradas sexualmente, ainda não conseguimos romper com isso." (Dacia, 33 anos, entrevista, Belo Horizonte)

Um dos casos que causou maior revolta recentemente foi a denúncia do estupro de uma adolescente por quatro policiais na Cidade do México, em agosto de 2019. Os dados da denunciante e de seus familiares foram "filtrados", ou seja, divulgados ilegalmente por algum agente que tem acesso ao processo. Frente ao risco que implica fazer uma denúncia contra membros da polícia, após terem seus dados divulgados, a família retirou a denúncia. O caso provocou ira das feministas que organizaram um protesto em frente à Procuradoria capitalina. Frente à postura negligente das autoridades, que negavam a gravidade do vazamento dos dados da denunciante, uma ativista jogou *glitter* rosa no titular da Secretaria de Segurança Cidadã, que logo afirmou que estava sendo agredido pelas manifestantes e se negou a dialogar. As manifestantes se dirigiram então à Procuradoria Geral de Justiça, romperam as portas e realizaram grafites. A Governadora do Distrito Federal Claudia Sheinbaum respondeu condenando e criminalizando o protesto, afirmando que era uma "provocação". Devido à insistência das autoridades em deslegitimar o protesto, foram realizados vários nos dias seguintes, não apenas na Cidade do México, mas em várias cidades pelo país.

Figura 3: Ativistas no Brillantinazo em Puebla, México, 2019.

Fonte: Utopia21.info

Os atos foram massivos e tiveram muitas ações diretas como grafites, destruição de instalações públicas da Polícia e da Justiça, mostrando a revolta das mulheres para com as instituições que recorrentemente violentam as mulheres. Nas paredes, nos cartazes, nos corpos, nos gritos, se ouvia: "*Me cuidan mis amigas, no la policía*." "*No nos cuida, nos viola*." "*Contra la violência machista, autodefensa feminista*." O ciclo de protestos ficou conhecido como *Brillantinazo*, em alusão ao *glitter* rosa que passou a ser levado pela maior parte das ativistas e que passou a simbolizar também a força da violência defensiva das mulheres que é ao mesmo tempo explosiva e alegre, e que se espalhou por todos os cantos da cidade.

Frente ao "vandalismo" das feministas autonomistas que exigia uma resposta das autoridades, a Governadora chamou "as feministas" para participarem de um diálogo: todas institucionalizadas, acadêmicas e coordenadoras de ONG's, em sua maioria com mais de 50 anos. Nenhuma delas expressava o ponto de vista das manifestantes. E a mídia e a sociedade, chocada com a "violência" das feministas, falava sobre o absurdo que era a depredação de monumentos.

Figura 4: Consignas pintadas nas esculturas de exaltação a policiais no *Brillantinazo* em Chiuhuahua, MX, 2019.

Fonte: sinembargo.mx

Ao ser indagada sobre a questão, a filha de um dos policiais mortos em combate homenageados nesse monumento em Chihuahua afirmou:

> "No podemos hablar de respeto cuando nos están matando. Es preocupante que el costo de limpieza y mantenimiento del monumento sea el tema sobre la mesa, sea el titular de la noticia. Es preocupante porque la pintura se borra, la falta de una madre, de una hija o de una hermana no se regresa con presupuesto. (...) Este 'daño' fue causa de una protesta feminista, de una protesta en la que todas deberíamos de estar participando. (...) No puedo sentir enojo por una acción que considero heroica; aplaudo a las mujeres que están afuera levantando la voz por todas nosotras. (...) Es preocupante que su ofensa vaya dirigida a una piedra y no a una vida arrancada.
> (...) No tengo que señalar el delito que se cometió [la violación de una adolescente por cuatro policías], ni la imprudencia de las decisiones sobre este caso [filtración de informaciones que expuso la víctima y sus familiares y les hizo abandonar la demanda judicial] y los tantos más que llevó a que ahora estemos protestando. No tengo que recordarles que todas hemos sufrido acoso, violencia, discriminación y que incluso hemos tenido miedo de salir a la calle, de quedarnos solas en casa, de hablar o de levantar una denuncia. Esta acción solo comprueba que las leyes no están de nuestro lado, no están para protegernos.
> (...) Una denuncia puede tardar de seis meses a un año. Están hablando de un diálogo educado, donde la expresión del movimiento siempre es omitida o restringida. Estos actos no son vandalismo, es la manera de hacerlos reaccionar o de hacernos ver que el problema está ahí, que las mujeres que han muerto, las violadas, las violentadas, las ignoradas, existen y que es un problema mío, de ellos, de nosotros" (Declaración de Karla Manriquez acerca del hecho que cuatro policías de la CdMx son investigados por la presunta violación a una adolescente, 16 de agosto de 2019. Fonte: SinEmbargo)

Em Oaxaca, as ações também têm sido mais radicalizadas há algum tempo. Em conflito direto com Secretaria da Mulher de um governo novamente ocupado pelo PRI, as feministas autonomistas argumentam que o órgão manipula os dados sobre as políticas desenvolvidas, permite a revitimização das mulheres no atendimento à violência e é integrada por um agente

que é acusado de assédio. Indignadas com essa realidade, as feministas fizeram, no 8 de março de 2019, uma ação que também realizou grafites, depredações e denúncias contra a referida Secretaria. Outras ações em prol da legalização do aborto foram organizadas por uma frente chamada *Marea Verde Oaxaca*, cujas mobilizações, simultaneamente a outras frentes de pressão institucionais, permitiram que Oaxaca fosse o segundo estado no México a legalizar o aborto, sendo ainda um dos pouquíssimos lugares na América Latina que conquistaram tal direito. Ocorreram ações durante o *Brillantinazo* e também diversas performances de "*Un violador em tu caminho*", que ressaltou o papel das instituições políticas, judiciais, policiais e militares na reprodução da violência patriarcal. Frente a agressões a um casal *gay*, também foram realizadas ações conjuntas com grupos LGBT contra a violência homofóbica, e a proposta das ações é responder confrontando publicamente a essa violência: "*Ninguna agressión sin respuesta*":

> "El feminismo en Oaxaca es pequeño pero ha crecido. En las movilizaciones o eventos siempre nos encontramos las mismas caras, pero yo he visto nuevas y he visto que hay diversos espacios que una no conoce en donde se están tejiendo nuevas cosas. Por ejemplo de autodefensa, no se hablaba tanto desde el feminismo aquí; desde el arte también, cómo se interviene desde ahí… y bueno, también pues yo creo que finalmente es poco a poco. Oaxaca es de los estados con más rezago educativo. Y entonces finalmente yo creo que a veces no te pones a reflexionar en qué mundo… o sea qué está pasando en tu cotidianidad que asesinan mujeres… y entonces yo creo que es difícil en un primer momento construir, pero que se ha estado construyendo. A mí me sorprende ahora cómo hay varios grupos de mujeres que están como haciendo organizaciones, o están haciendo como espacios desde el arte, desde la cotidianidad, desde los oficios, desde todo, para empezar a hacernos autosuficientes también, independientes y también reflexivas del contexto en el que estamos. Yo creo que en Oaxaca el feminismo va, veo que va más fuerte, que se empieza a comprender un poco más la situación que está pasando. Pero lo desafortunado es que desde mi perspectiva se empieza a dar cuenta una del contexto en el que estás, no por la reflexión, sino por lo que está sucediendo de asesinatos diarios… Pero de cierta manera eso ha sensibilizado a muchas personas, que en realidad es muy crítico que estamos pidiendo espacios seguros. Y si no, pues los tenemos que autogestionar. (Nakawé, 24 anos, entrevista, Oaxaca, 2019)

Já no Brasil, após um período de forte mobilização política frente aos avanços dos conservadores no Legislativo em 2015, ao golpe judicial-parlamentar em 2016, contra eleição do candidato de extrema direita, as feministas autônomas continuam ativas e construindo

resistência. O momento, entretanto, tem se mostrado mais enfocado nas práticas de organização e voltadas para o autocuidado, frente ao aumento das violências que o crescimento do fascismo na sociedade promove:

> "(...) como é ter um quilombo que discute pautas de lesbianidade, negritude. Que é o nosso lugar onde construimos nossas pautas de acordo com o que a gente acredita, com o espaço de oficinas, de lazer, e o lazer faz parte do nosso autocuidado, isso perpassa a mulher negra, na interseccionalidade. Temos que cuidar de nós mesma para mudar o mundo. Tem momentos exclusivos só de mulheres lésbicas, mas também de ambiente misto. É um espaço cultural, de efervescência de saberes. Antes mesmo de fundar a Brejo, eu fazia parte do coletivo de mulheres negras, foi esse coletivo que me fez conhecer muito mais sobre feminismo negro, então assim, a partir dali meu olhar foi mudando do que é ser uma mulher negra em BH, no Brasil. Minas é um estado de concentração negra, mas tem índices de chacina e um processo de higienização dos nossos corpos e temos que estar com essa resiliência sempre. Foi aonde eu consegui estar com as minhas para pensar outras formas de sobrevivência na nossa quebrada." (Dacia, 33 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

Os grupos de autodefesa feminista continuam ativos e diversas ações tem sido impulsionadas por feministas no âmbito cultural, sendo que essas expressões também se fazem presents nos protestos. Frente aos feminicídios recentes de Maria da Glória Borges e Cristiane Soares, duas capoeiristas que foram vítimas de feminicídio este ano, foram organizados atos e rodas de capoeira por mulheres capoeiristas em diversas cidades do país, inclusive em Belo Horizonte.

No México, um fato recente despertou a ira das feministas novamente. Frente ao feminicídio de Ingrid Escamilla, de 25 anos, por seu esposo, os jornais sensacionalistas publicaram fotos explícitas do corpo esquartejado da jovem. Novamente, uma "*filtración*" de dados confidenciais do processo judicial, novamente a mídia lucrando com as mortes das mulheres. As feministas foram massivamente às ruas, cobrando a responsabilização das instituições pela revitimização das mulheres e de seus familiares. Também se dirigiram aos jornais que reproduziram essa violência e queimaram carros e outros bens das empresas, se manifestando contra essa infâmia. Se na lógica do capitalismo estão lucrando com os corpos esquartejados das mulheres, aquilo que move essas militantes nas ações diretas é gerar

prejuízos materiais e simbólicos que vão fazê-los pensar duas vezes antes de repetir tal erro. O feminismo autonomista mexicano, frente aos índices de feminicídios que não param de crescer, está usando de todos os meios simultaneamente para fazer frente à Guerra contra as mulheres:

> "Hace poco platicaba con alguien y me decía sobre los deportes de combate, era un entreno de Muay Thai, entonces me decía: "Ay, yo no sé para que entrenar los deportes de contacto, de combate, ¡como si estuviéramos en guerra!" y entre mi pensé y no quise decirlo: "claro, es que entreno porque estamos en guerra, o sea, ¡las mujeres estamos en un estado de guerra!". Mucha gente en el entreno dice, clásica pregunta: "Pero, ¿para que entrenan autodefensa?, como si todo el mundo ahi afora quisiera golpearnos." Pues es que todo mundo tiene odio hacia las mujeres. De hecho, no quieren golpearnos, quieren eliminarnos. Esta es la parte fuerte. Entonces cuanto a la autodefensa del cuerpo, la resistencia al autoritarismo, el estado militar, y el narco patriarcado, ahorita está surgiendo y se me hace demasiado fuerte, no es que antes no lo hubiera, pero ahorita con el narco en el estado es como se vive una guerra. Yo creo que ahorita en ese lugar que estamos viviendo se va a poner mucho más fuerte." (Eusebia, 29 anos, Oaxaca, 2017, entrevista)

Frente aos constantes erros graves das instituições estão sendo propostas novas sanções aos policiais que cometerem o delito de divulger informação confidencial (Lei Ingrid). E no campo do ativismo uma campanha na internet que visa combater a abordagem sensacionalista dos meios de comunicação consistia em publicar imagens bonitas que elas gostariam que ficasse na memória de seus entes queridos, após a sua morte. Essa campanha, por mais mórbida e fatalista que possa parecer, traz também uma questão de primeira relevância, que é o respeito ao luto dos familiares e a memória da vítima, algo que tem sido sistematicamente negado a famílias de centenas de mexicanas e brasileiras frente aos desaparecimentos, execuções dos cartéis do Narco-Estado, culpabilização e revitimização. E frente a esse contexto de "guerra", o feminismo tem se tornado "uma pedra no sapato", tanto dos governos de direita quanto os de esquerda:

> "No parece, pero aquí hace un año estaban asesinando personas en la plaza pública en Oaxaca, por el tema de, no del magisterio, sino de las resistencias para defensa de territorio. Aquí estaba el plantón y estaba en Nochixtlán y aquí mismo desalojando violentamente a las personas. Entonces todo eso pasa en ambos territorios, o sea, a final de cuentas es una violencia estructural. Y que en este país principalmente está contra los cuerpos de mujeres, feminizados y no-binarios. Principalmente. Entonces ya no más es '¿qué vas a hacer con la guerra?', es 'qué

> vas a hacer con la guerra si además tienes este cuerpo?'. O sea, en general quieras decidir por tu territorio. Y por cuidar del territorio junto con otras. Pues nada más pinche desafiante para una dictadura, ¿no? O sea, posibilidad de encontrarte, afectarte y hacer junto con otras, o sea, el feminismo es lo peor que puede pasar a esta dictadura. Lo peor." (Juana, 33 anos, entrevista, Oaxaca, 2019)

A abordagem das nossas interlocutoras nessa pesquisa sobre autodefesa escapa, tanto da tendência que costuma enquadrar as estratégias de combate ao sexismo em uma abordagem individual relacionada às técnicas feministas de autodefesa usadas na prevenção da violência, quanto daquelas outras técnicas que se centram na distante mudança estrutural, através do apoio institucional estatal no combate à violência e à ameaça contra ativistas e mulheres defensoras dos direitos humanos*. Propondo um olhar sobre a autodefesa feminista como uma estratégia coletiva e comunitária de resistência, elas incluem o compartilhamento de repertórios e experiências não apenas para responder à violência doméstica e ao abuso sexual, mas também a outras muitas formas diferentes de violência que atingem, especialmente, as mulheres organizadas à medida que os poderes políticos desafiados tentam silenciar as vozes de quem os denuncia, os critica, os questiona e/ou afronta.*

Figura 5: 'Una mujer luchando'

Fonte: Gran OM

METODOLOGIA: PESQUISA ATIVISTA E EPISTEMOLOGIA FEMINISTA ANTIRACISTA

> "A Capoeira Angola parece uma dança, mas não é não. Pode matar, já matou. Bonita! Na beleza está contida sua violência." (Mestre Pastinha, 1988)

A metodologia adotada na pesquisa se encontra melhor sistematizada por Díaz e García (2017), no artigo que versa sobre **"Pesquisa Ativista Feminista"**. A articulação apresentada pelxs autorxs entre **Pesquisa-Ação Participante**, proposta metodológica advinda do campo da psicologia social mas que hoje já é utilizada em diversos campos do conhecimento, com a perspectiva epistemológica da teórica feminista Donna Haraway (1997) de **conhecimento situado**, é a que reflete com mais proximidade o posicionamento que tenho adotado tanto no trabalho de campo quanto na elaboração da tese. Como elementos fundamentais da noção de conhecimento situado de Haraway elxs citam:

> "I. Conocimiento parcial, el cual no pretende hacer generalizaciones; II. Posicionamiento político, el cual debe ser claro y explícito; III. Objetividad situada, que no busca la verdad universal, pero sí una verdad concreta y comprometida; IV. Conexiones parciales, vínculos que se construyen en el proceso, tanto con los sujetos de investigación como con otras agencias relacionadas; V. Difracción, la cual proyecta la mirada del otro pero desde el reconocimiento de la diferencia; y, por último, VI. Testigo modesto mutado, el cual proviene de la necesidad de objetividad que se construye al interior de una comunidad científica, pero que no apuesta por la universalidad androcéntrica-occidental-heteronormada, sino por la mera validación de conocimientos en una comunidad más plural (Haraway, 1997)." (DÍAS e GARCíA, 2017, p. 78)

Frente aos pontos sinalizados pela autora considero relevante explicitar meu posicionamento ideológico como feminista, anarquista, antiracista, antifascista, anticapitalista e abolicionista (penal/prisional). É importante ressaltar que apesar de que a maioria das minhas interlocutoras se identificarem como feministas, antiracistas e anticapitalistas, eu diria que poucas se identificam como anarquistas, porém não houve uma pergunta explícita sobre a ideologia política desde a qual cada uma se posicionava – o que foi um erro metodológico que eu não tive como sanar *a posteriori*. A minha visão de mundo

anarquista,[10] com maior afinidade com vertentes insurrecionalistas, certamente orienta minha análise, mas não a limita, já que a pesquisa apresenta e reflete diversos posicionamentos das interlocutoras que diferem ou mesmo divergem dos meus.

O feminismo autonomista foi considerado como um campo amplo de ação política de referência pelo qual as ativistas circulavam, já que não existe na América Latina uma delimitação exata de uma ideologia política autonomista propriamente dita, e acredito que essa é sua maior potência. O fato de não ser uma corrente ideológica com uma ideologia estrita permite uma coalizão entre diversos grupos e ativistas independentes, provenientes das mais diversas trajetórias, em torno de alguns princípios organizativos comuns com vistas a realizar ações e atividades conjuntas.

Apesar desse campo incluir militantes de correntes de esquerda que divergem desses princípios e atuam em partidos comunistas, socialistas ou mesmo feministas que se vêem alheias a todo esse debate, os espaços políticos que se identificam a partir da "autonomia" parecem ter consolidado uma dinâmica que recusa qualquer estrutura hierárquica vertical ou centralizada – ao menos explicitamente. Quando existem cargos definidos, estes são rotativos e, quando existem tarefas específicas a serem executadas, são organizadas comissões ou coordenadorias. São orientados, portanto, pelos princípios da autogestão e da horizontalidade e conformam coletivas, grupos de afinidade, espaços culturais, frentes de

[10] Nessa seção busquei ressaltar minha perspectiva ideológica individual, que não necessariamente é a mesma das outras ativistas feministas autonomistas de Belo Horizonte ou Oaxaca, e por isso a utilização do discurso em primeira pessoa do singular. Nas outras seções, escolhi utilizar a primeira pessoa do plural no sentido de enfatizar que o conhecimento e as reflexões apresentadas advêm de processos coletivos e são produto do diálogo com as interlocutoras da pesquisa. Considero que a enunciação desde esse "nós" poderia se aproximar da noção trabalhada po McCaughey (2008) de "*self-defenders*", ou seja "nós, feministas autodefensoras", enquanto proposta política e analítica que compartilha pressupostos comuns, mas que também encontra divergências e diferenças internas de perspectivas sociais e posicionamentos, assim como especificidades das contribuições de cada umx.

coalizão e redes de apoio mútuo voltadas para a realização de atividades, eventos, lutas, campanhas e outros objetivos comuns sempre pautados na ação direta.

Díaz e García (2017) apontam também alguns elementos da Pesquisa-Ação Participante que são relevantes para pensarmos a metodologia desta pesquisa, referenciando-os na obra da pesquisadora feminista Barbara Biglia, que são complementares à noção de conhecimento situado feminista. Segundo xs autorxs, a incorporação das reflexões sobre Pesquisa-Ação Participante fornecem elementos mais concretos em termos de prática de pesquisa, para uma epistemologia feminista baseada no conhecimento situado, que orientam a Pesquisa Ativista Feminista:

> "1) el compromiso para el cambio social; 2) la ruptura de la dicotomía publico/privado; 3) la relación interdependiente entre teoría y práctica; 4) el reconocimiento de una perspectiva situada; 5) la asunción de responsabilidades; 6) la valoración y el respeto de las agencias de todas las subjetividades; 7) la puesta en juego de las dinámicas de poder que intervienen en el proceso; 8) una continua abertura a ser modificadas por el proceso en curso; 9) la reflexividad; 10) lógicas no propietarias del saber; y 11) la redefinición del proceso de validación del conocimiento utilizando diferentes métodos (Biglia, 2005)." (DÍAS e GARCíA, 2017, p. 70)

É relevante, portanto, apontar que esta pesquisa reflete também minha perspectiva social enquanto mulher lésbica cisgênero. Acredito que a minha existência enquanto lésbica certamente possibilita uma inserção maior nos movimentos e debates nesse campo. Isso me levou a uma inserção também mais identificada com o campo autonomista, já que ao menos no campo das alianças em Belo Horizonte, muitas vezes os grupos específicos das feministas lésbicas e os das feministas negras eram os únicos que não eram ligados diretamente a alguma organização política ou movimento mixto. Meu lugar como pessoa cisgênero imprimiu sem dúvidas, apesar dos meus esforços no sentido contrário, um viés cisnormativo na pesquisa, tendo contado com a contribuição de poucxs ativistas trans. Devido a essa limitação, decidi não utilizar uma linguagem neutra de gênero para me referir às interlocutoras, já que essa

utilização poderia dar uma falsa impressão de que a pesquisa incorporou signitivamente perspectivas de ativistas trans, o que, infelizmente, não ocorreu.

É também fundamental problematizar minha perspectiva social privilegiada enquanto mulher branca de pele muito clara, o que me coloca em condições de privilégio racial em praticamente todos os espaços pelos quais circulo. Isso é extremamente relevante tanto no meu contexto de origem (Minas Gerais, Brasil), que é de uma população majoritariamente negra, quanto no México, pois na minha experiência praticamente não vi entre as ativistas nenhuma que se autoidentificasse em termos étnico-raciais enquanto branca, ao menos em Oaxaca. As ativistas indígenas se identificam a partir de seu pertencimento étnico (zapoteca, mixteca, xoxenha, chatina, entre outros), e as que eram descendentes diretas de indígenas se identificaram como mestiças. As outras se identificaram como oaxaquenhas ou mexicanas. Eu era frequentemente referida – não tanto no campo do ativismo, mas pela população em geral – como "güera", termo utilizado para se referir às pessoas brancas (que em Oaxaca são em sua maioria estrangeiras), que acredito ser similiar à forma como utilizamos o termo "galega" no Brasil.

Beatriz, feminista negra brasileira que vive no México há muitos anos (a maior parte do tempo na Cidade do México e, posteriormente, em Oaxaca), e foi uma das interlocutoras da pesquisa, acredita que há uma negação do racismo no México mesmo no meio feminista. Segundo ela há uma reprodução do discurso oficial governamental de que a discriminação seria determinada por uma questão cultural e não racial. É também relevante considerarmos a discriminação pela questão da língua, que restringe o acesso a diversos espaços e políticas públicas a indígenas que não falam espanhol e o preconceito com sotaques identificados como típicos das populações indígenas de cada região, e o fato de que os maiores índices de desigualdade em termos de escolaridade e renda se referem a indígenas que falam a língua

materna, que são em sua maioria indígenas que não residem nas áreas urbanas. Entretanto, como foi pontuado por Beatriz a discriminação que acomete a população indígena não pode ser considerada de ordem cultural, já que pessoas brancas provenientes de outras culturas não são discriminadas no México. Nesse sentido, são de fundamental importância trabalhos como o da socióloga indígena oaxaquenha Judith Bautista Pérez (2016), que debatem a questão do racismo na sociedade mexicana.

Por fim, um elemento que foi fundamental para a pesquisa, influenciando diretamente na delimitação da temática trabalhada e nas perspectivas teóricas escolhidas, foi minha experiência enquanto capoeirista há 20 anos. Tendo em vista o processo de embranquecimento e apropriação cultural da capoeira e de outras culturas afrobrasileiras, podemos considerar no mínimo suspeitas e problemáticas tanto a minha prática e inserção no meio, quanto a minha utilização das reflexões advindas de um conhecimento que é originado por, e que pertence à população negra. Entretanto, assumirei esse risco já que uma trajetória relativamente longa me permitiu ter certo conhecimento sobre os diferentes discursos e perspectivas presentes nesse meio. Contraditoriamente, tendo a considerar de primeira relevância grupos negros separatistas que têm surgido recentemente na capoeira e, apesar de grande rechaço da maior parte da comunidade da capoeira, têm desenvolvido um trabalho político e teórico autônomo fundamental para o combate ao racismo, a emancipação do povo negro e a preservação da capoeira como cultura de libertação de/para/com pessoas negras.

O meu interesse pela questão das “mulheres guerreiras” certamente foi impusionado pela minha experiência na capoeira, que sempre foi e ainda é uma cultura predominantemente masculina, mas que sempre contou com a presença marcante de

mulheres que rompiam com o que estava estabelecido no imaginário social sobre as mulheres:

> “mulheres capoeiristas como Maria Doze Homens, Julia Fogareiro, Pau de Barraca, Angélica Endiabrada, Cattu, Almerinda, Pára o Bonde, Adelaide Presepeira, Chica, Menininha, entre outras. Transitando nos espaços públicos das ruas, e atuando em atividades profissionais diversas, estas mulheres experimentaram as sanções sobre a quebra de decoro moral, pois, agindo com e “como” homens, eram tidas como perigosas, “de cabelinho na venta”, portanto, indignas para ocuparem os espaços domésticos e estarem sob à proteção e tutela masculina.” (ARAÚJO, 2017)

Apesar de estarem presentes desde os primeiros registros existentes da capoeira (que não coincidentemente se encontram nas páginas policiais dos jornais da época), elas são invizibilizadas tanto na história antiga, das origens da capoeira de rua nas grandes cidades grandes como Salvador e Rio de Janeiro ainda no século XIX, quanto na história recente do processo que buscou descriminalizar, resgatar e manter a cultura da capoeira e propôs sua prática em escolas e academias de capoeira. Esse processo de academicização da capoeira foi engendrado fundamentalmente por Mestre Pastinha – criador da Capoeira Angola – e Mestre Bimba – criador da Capoeira Regional e reponsável pela “legalização” da capoeira no âmbito do Estado brasileiro na década de 40. Esses mestres adicionaram um elemento que não estava presente anteriormente, que foi a prática de aulas como forma de ensino na capoeira, já que em suas origens o aprendizado se dava fundamentalmente por observação e da prática direta da luta nas rodas de capoeira.

Mestra Janja (2017) ressalta, então, que é fundamental resgatar o conhecimento sobre essas mulheres capoeiristas, refletindo sobre como essas mulheres irrompiam na esfera pública e como isso fazia necessário para elas o conhecimento de habilidades de defesa. Essas habilidades ao mesmo tempo que as permitiam preservar sua vida e integridade física frente aos homens com os quais conviviam no espaço da rua, as colocavam também no lugar de

contraventoras, sendo perseguidas pela polícia e frequentemente encarceradas em um contexto onde a prática da capoeira era proibido:

> "A necessidade de ampliamos os estudos sobre a diversificada presença feminina no contexto da cultura afro-brasileira é fundamental ao fortalecimento dos feminismos contemporâneos. Assim, ainda que a despeito do impacto produzido pelo lançamento e releituras contemporâneas de A Cidade das Mulheres, poucos foram os estudos que demonstraram interesse por estas no contexto dos saberes culturais e, ainda assim os que fizeram, optaram por enfatizar as sacerdotisas das comunidades-terreiro, abrigadas em normas e valores espirituais próprios, e não as "expostas", as que tinham nos espaços das ruas, nos cenários públicos, as suas formas de resistir sendo mulheres. Tratadas por mulheres de pá virada, mulheres de cabelo na venta, as desasnadas, as mulheres-homens, mulheres valentes, azedadas, tais tratamentos as revelam envolvidas de alguma forma com as ruas e, nestas, o universo proibitivo e complexo capoeiragem, tanto nos editoriais jornalísticos quanto nos autos de prisões, estamos apontando a necessidade de estudos que respaldem as suas especificidades sobretudo (mas não apenas), pelo fato de estarem num espaço de convivência com a violência física, a valentia, as artimanhas e malandragens que posicionava a capoeira no limiar da ordem/desordem.
> As ruas, por estas ocupadas como sendo espaço de ganhos e de ganhadeiras eram, muitas vezes, disputadas ¨a golpes de navalhas, cacetadas e pontapés" contra quem lhes representasse uma ameaça. Contraventoras de várias linguagens de subordinação à ¨supremacia masculina¨estas avançaram por sobre as representações binárias nas relações de gênero, modificando as paisagens dos recentes centros urbanos, conciliando atividades e atitudes diversas na aquisição e defesas de espaços para estar e transitar. Sendo mulheres trabalhadoras realizavam atividades domésticas como também distintas atividades econômicas executadas em vias públicas (ou a partir delas), como vendedoras, carregadoras, floristas, marisqueiras e pescadoras, floristas, fateiras, costureiras, bordadeiras, prostitutas, entre outras, expondo-as a situações de permanentes tensões e ampliadas pela quebra do decoro moral na forma de ser mulher. E o que dizer destas mulheres na atualidade? Como proceder na construção de um campo de pesquisa multirreferenciado (Burnham, 2012) e polilógico que incorpore, de maneira interseccional, estes constructos de múltiplas temporalidades e performances cognoscentes, ontológicas e epistemologicamente amparada nos enraizamentos de nossas africanidades, sendo ou não sendo africano/afro-descendente? Em que medida seus distintos referenciais de lutas são capazes de atualizar, no campo dos movimentos sociais, outras abordagens políticas, integrando os fazeres corporais? Que condutas atualizam, aos olhos de novos patriarcados, suas condições de desordeiras, destemidas, valentonas, ou seja, de mulheres "da pá virada"?" (ARAÚJO, 2017)

Essa investigação sobre as mulheres "da pá virada", as antigas capoeiras, tem sido realizada por várias capoeiristas, que estão levando essa discussão para diversas áreas do conhecimento (DIAS, 2006). Não é nossa intenção aqui retomar essa história, já que a presente tese não tem como tema central a capoeira, e esta aparece na pesquisa como uma entre tantas lutas que são praticadas pelas ativistas que atuam no campo da autodefesa

feminista. Entretanto, sendo a luta que eu pratico, considero que ela informa toda a minha existiencia no mundo e, em especial minha concepção de luta e resistência:

> "Passei a refletir sobre como incorporar a Capoeira Angola, meu lugar de ação, na pesquisa. Esse se tornou um dos grandes desafios nesse trabalho: buscar (in)corporar a ginga, como atitude filosófica de vida, incluindo este trabalho; gingar diante das diversas situações, desconstruindo idéias lineares, mecânicas, de causas e efeitos; movimentar-me de corpo inteiro, sem separar o corpo da produção de conhecimentos; assumir-me como corpo que ginga, que inverte relações, conceitos, que é singular e tem um jeito próprio de se movimentar, de entrar no ritmo e quebrá-lo, de lutar dançando, de ser firme com leveza, de encontrar o equilíbrio no desequilíbrio; gingar diante dos paradoxos e complexidades da vida, dos saberes, do conhecimento. Enfim, aprender e (re)criar o tempo todo. Aprender a estrutura de um ritual, para poder dele participar e, dentro de sua estrutura de tradição, encontrar minha singularidade e reconhecer as alteridades que me circundam." (ARAÚJO, 2017)

Vemos aqui na proposição da Mestra Janja da 'ginga' como epistemologia feminista uma aproximação muito grande, não apenas com a noção de conhecimento situada apresentada - que é explicitamente mobilizada pela Mestra em seus textos junto a diversos outros textos fundamentais de teoria e epistemologia feminista - , mas também com proposta de pesquisa ativista, que implica numa inserção ativa, política e propositiva no contexto estudado:

> "Estas questões encontram acolhimento nesta proposta por considerarmos pertinentes os debates em torno das matrizes africanas da capoeira, chamando a atenção para as bases míticas e ontológicas que ressaltam a existência de outra cosmovisão que, para as novas práticas vivenciais marcadas pela supressão da liberdade, reinterpretaram-na e reelaboraram-na pelas possibilidades de diálogos e negociações. É aqui que a ginga e o gingar é tomada como uma metalinguagem com capacidade de articular, de maneira ad-artística, adlinguística, aspectos recursivos de uma luta que se faz em meio à muitas outras. É no cenário destas lutas que queremos chamar a atenção ao lugar destinado e ocupado pelas mulheres. Aqui, dois pontos devem ser considerados na construção identitárias destas mulheres: a identidade étnico-racial e da sexualidade destas, chegando mesmo à 'casa da diferença' (LORDE apud HARAWAY, 2004, pg.227). Aqui, chamamos a atenção à diferenciação entre as mulheres na própria formulação dos conteúdos do feminismo (LORDE, 1984)." (ARAÚJO, 2017)

Esse posicionamento fluido que a ginga permite, enquanto fundamento possível para uma epistemologia feminista, foi a base da minha inserção no trabalho de campo em Oaxaca. Ao mesmo tempo que eu era estrangeira, eu era amiga próxima de algumas ativistas que tinham forte presença nas lutas da cidade há muito tempo, o que fazia com que eu fosse ao

mesmo uma estranha e uma pessoa de confiança[11]. Pouco após minha chegada eu me aproximei das ativistas do *WinBao Palestra*, para conhecer o espaço de autodefesa feminista e participar das aulas e outras atividades, logo nesse período estava sendo organizado uma série de oficinas com convidadas/parceiras para treinos de outras lutas, e assim organizamos naquele mês mesmo uma oficina de capoeira e outra de Krav Magá. Minha inserção no campo se deu, portanto, simultaneamente como pesquisadora – alguém que busca adquirir um conhecimento sobre aquela experiência – e uma ativista/professora do campo da autodefesa feminista – alguém que tinha um conhecimento para compartilhar sobre aquela experiência.

Tendo algumas das participantes demonstrado interesse em treinar mais vezes, começamos a realizar treinos às terças e quintas pela manhã, que era o horário que a maioria declarou ter disponibilidade. Os treinos foram realizados na sala da minha casa, que era numa vila com várias casas no centro de Oaxaca, também conhecida como 'vecindad', onde moravam várias ativistas da cidade. Os treinos tinham em média duas a tres alunas, mas muitas vezes ia apenas uma aluna fiel, algo recorrente e considerado muito valioso na capoeira.

Ao viajar ao Distrito Federal para um festival feminista de zines tive a oportunidade de participar de uma roda de Capoeira Angola organizada pelo coletivo Camaradagem, formado por mulheres de diversos grupos que se encontram para treinar, tocar e fortalecer as

[11] No dia seguinte à minha chegada fui solicitada a realizar uma intervenção em um seminário organizado para debater violência sexual na universidade (UABJO). O evento foi organizado como parte como suposta resposta institucional a uma denúncia de estupro de um professor contra uma estagiária de pesquisa. Durante todo o debate foram discutidas abstratamente diversas formas hipotéticas de lidar com a questão do abuso sexual no contexto universitário, porém como uma estratégia de blindagem da instituição e do professor denunciado, o fato concreto e o nome do acusado não foram mencionados nenhuma vez, apesar de tal denúncia já ser pública e institucional, com provas referendadas pelo Ministério Público. Minha função foi nomear o caso e questionar sobre as estratégias concretas para lograr o que estava sendo exigido pelo movimento das estudantes: a expulsão do professor. Como estrangeira, meu lugar me dava certa proteção, já as ativistas de Oaxaca temiam represálias. E também tinha a função de reforçar o conhecimento e a observação internacional sobre o caso.

mulheres na Capoeira Angola. Mesmo eu já tendo ido a rodas em grupos na Cidade do México anteriormente, me impressionou a quantidade de mulheres e a força que tinham na roda.

Figura 6: Roda de Capoeira Angola organizado pelo Coletivo de Mulheres, em Maio de 2017

Fonte: a autora

Após alguns meses, ao participar da oficina de autodefesa realizada por ativistas que vieram da Cidade do México (com objetivo de diversificar as abordagens de autodefesa ensinadas, já que as oaxaquenhas já tinham contato com a proposta do WinBao), também combinamos uma oficina de capoeira, que aconteceu posteriormente no Luna Negra, espaço libertário na região central de Oaxaca. A essa foram menos participantes, já que não contavam com o público fixo que o WinBao tinha, mas foi igualmente rica.

Figura 7: Oficina de Capoeira Angola no espaço Luna Negra

Fonte: a autora

Oaxaca não possui nenhum grupo ativo de Capoeira Angola, mas possui um grupo forte de Capoeira Contemporânea – uma modalidade criada recentemente que pratica jogos em diversos toques do berimbau, ritmos e golpes – que realiza rodas frequentes na praça central da cidade, que eu cheguei a participar e achei muito bonita. Haviam muitas capoeiristas mulheres, entre elas várias meninas. Apesar de ter treinado durante seis anos na adolescência o que na época era conhecido como Capoeira Regional – mas hoje em dia é chamada Capoeira Contemporânea devido ao termo Regional ter sido reivindicado como designação específica à escola do Mestre Bimba – não me considero mais apta a jogar outros toques que não o de Angola, pois requerem uma preparação física diferente.

Voltando então aos elementos em que a Capoeira Angola, enquanto cultura afrobrasileira e enquanto luta de resistência, pode contribui para a análise da presente pesquisa, voltemos para a definição de Mestre Pastinha, criador da Capoeira Angola, do significado da ginga:

> "A palavra "ginga", em capoeira, significa a perfeita coordenação de movimentos do corpo que o capoeirista executa com o objetivo de distrair a atenção do adversário para torná-lo vulnerável à aplicação dos seus golpes. Os movimentos da ginga são suaves e de grande flexibilidade – confundem facilmente a quem não esteja familiarizado com a capoeira, tornando-o presa fácil a um agressor que conheça essa modalidade de luta. Na ginga se encontra a extraordinária malícia da capoeira, além de ser uma característica fundamental." (PASTINHA, 1988, p. 40).

Para Pastinha, portanto, a ginga é onde se encontra a malícia, também conhecida como mandinga da capoeira. Em sua frase mais conhecida Pastinha define que "Capoeira Angola é mandinga de escravo em ânsia de liberdade. Seu princípio não tem método e seu fim é inconcebível ao mais sábio capoeira." Essa frase nos chama a atenção para importância de ao mesmo tempo definirmos uma origem fundamental daquela luta como libertação e forma de resistência sem no entanto, definir um método específico ou um objetivo fixo, sendo estes flexíveis e da ordem do mistério. O mistério é a mandinga:

> “Originalmente, a palavra mandinga, ou melhor, mandingo – como aqui ficaram conhecidos os malinkes – designava um povo africano islamizado oriundo da África Ocidental. Famosos, segundo Bastide, por serem grandes feiticeiros e mágicos. Não foi à toa que o termo mandinga acabou se popularizando como sinônimo de feitiço. No tempo da escravidão, mandinga ou feitiço eram as práticas mágicas dos escravos, em especial os preparos de ervas e venenos usados pelos negros para matar seus senhores. (...) Na capoeira, além de ser um jogo de malícia, de trucagem, considerada uma das armas mais fortes do capoeirista, é também a magia do capoeira que tem o corpo fechado, que faz reza forte, e traz a proteção dos orixás. Fora isso, a mandinga ainda tem uma função estética, ela embeleza o jogo da Capoeira, aparece como uma representação teatral. É a malemolência do corpo do jogador que ao som do berimbau traz leveza à luta, o sorriso traiçoeiro, o golpe não previsto, a brincadeira de capoeira.” (DIAS, 2006, p.17-18).

A mandinga é essa sabedoria ancestral, secreta e “mágica”, pois permite ao jogador “driblar” um adversário mais forte. Ela é um conhecimento sobre as formas de se defender, que permite incorporar a memória de um povo que já testou vários recursos de defesa, e a partir dessa memória que é a base, nasce a possibilidade da singularidade e do agir de acordo com a situação de uma forma já intuitiva, pois foi treinada. A mandinga da ginga é, ao mesmo tempo, ensaiada e espontânea, e é essa combinação complexa que proporciona a autonomia:

> “A ginga é a própria dança da capoeira. É aonde a gente monta toda uma estratégia de como se posicionar perante a própria roda e perante a sociedade. Como se livrar, como se defender, como proceder num momento de uma dificuldade, se manter calmo, e a ginga ela proporciona várias situações. A ginga pode variar sempre. O ideal é que a gente mostre a base da ginga, mas passe para o aluno que ele busque, dentro dele, a forma dele gingar. A gente não pode padronizar, nós passamos o movimento, mas primeiro ele incorpora, ele interpreta o movimento dele, e a gente não pode mudar. Tem que deixar ele livre para se expressar. A capoeira como um todo trabalha com a coisa da libertação, como superar os medos, como lhe dar com a diversidade, como lhe dar com uma situação até difícil que possa aparecer. A gente tem que ensinar como a capoeira pode servir pra vida das pessoas.” (Depoimento do mestre Moa do Katendê, setembro de 2018, apud NASCIMENTO, 2019).

Para o Mestre Moa do Katendê, assim como para a maioria dos mestres e mestras da capoeira angola, a ginga ensina como se posicionar e manter a calma, superando os medos frente a uma situação adversa. E é nesse saber compartilhado e, ao mesmo tempo, único, que consiste a diversidade, a variação necessária para que haja criatividade na luta. O ritmo é marcado pelo compasso da música, mas é justamente nessa autonomia dos corpos que é possível nascer a surpresa, a magia, a malícia, a astúcia, que é o elemento que nos torna

capazes de “driblar” o adversário. Janja aponta que esse “jogo de cintura” significa também saber os momentos de recuo, que são necessários para seguir jogando:

> Ginga: movimento fundamental, do qual partem todos os golpes ofensivos ou defensivos, e em que o capoeirista, agitando-se sem deixar de manter a base de apoio, em conjugação com as mãos, procura iludir e desnortear o adversário. Molejo, malandragem, astúcia, “jogo de cintura”, dissimulação etc., atributos de conduta que podem ser valorizados simultaneamente como sendo positivos e negativos. Indica a capacidade de negociar determinadas situações, aprendendo a reconhecer os momentos de recuo como condição de se manter jogando. Também se refere à Rainha Ginga[12], entidade da nobreza religiosa nas festividades do congado, espalhadas pelo Brasil. (ARAÚJO, 2004, p. 26)

Mestre Moa de Katendê, de Salvador, Bahia, além de capoeirista era do Candomblé, músico, compositor e dançarino. Ele foi um dos fundadores do Afoxé Badauê, do bairro Engenho Velho de Brotas, uma das expressões mais importantes e inovadoras da negritude soteropolitana, combinando toques tradicionais dos terreiros com referências comtemporâneas. O Afoxé Badauê surge em 1978 fortalecendo essa expressão da resistência num contexto da ditadura militar, em a cultura negra era fortemente reprimida. Mestre Môa foi uma das maiores referências da resistência negra e um dos mais exímios capoeiristas da Bahia, era um *griot*.

> “A questão política que a redescoberta do corpo processou aparece introduzindo uma variável fundamental: a reaproximação dos corpos por quem se colocava nos patamares mais inferiores na hierarquia da dominação social. O movimento das chamadas “minorias” seria a grande política deste processo da vida cotidiana nessa fase recente da História da Humanidade.
> Esse movimento político constitui-se como uma rede e seus circuitos foram forjados por aqueles segmentos da sociedade que estavam soterrados pelo processo de totalização e militarização que sofre o cotidiano. São eles os agentes e atores sociais que sempre atuam nos papéis tidos como secundários, pois, para eles, ficaram reservados os personagens

[12] “Nzinga Mbandi Ngola, rainha de Matamba e Angola, viveu de 1581 a 1663 e representa resistência à ocupação do território africano pelos portugueses que lá aportaram para o tráfico de escravos. A ocupação portuguesa naquela região começou em 1578 com a fundação da, hoje, Luanda, capital de Angola. O rei Ngola Kiluanji, pai de Nzinga, resistiu por muitos anos à invasão de seu território. Foi sucedido por seu filho Ngola Mbandi que, inicialmente, também impediu o avanço do comércio escravagista para o interior. Nzinga auxiliou seu irmão negociando a devolução de territórios já ocupados pelos invasores. Mas depois não concordou com a submissão aos portugueses de vários chefes africanos, incluindo seu irmão, e, ordenando suas mortes, chegou ao comando de grupos de resistência à ocupação das terras de Ngola e Matamba. Aliou-se a guerreiros jagas passando a atuar em quilombos, com espaços e táticas de guerra semelhantes aos utilizados por seu contemporâneo Zumbi dos Palmares em terras brasileiras. Obteve vitórias e uma relativa paz até morrer aos 82 anos de idade.” (Fonte: http://nzinga.org.br/pt-br/Rainha_Nzinga)

> coadjuvantes, como que empurrados por uma sina histórica na cena social, embora, nos bastidores, sobre eles recaíssem as tarefas mais árduas e o trabalho mais estafante.
> A respeito desses fatores, temos o inconsciente do dominador recalcado e, neles, a dominação realiza-se na sua instância microfísica, pois, aí, estão localizadas as unidades celulares que tornam viável o exercício da dominação permanente. A revolta dos grupos étnico-raciais, dos jovens, mulheres, crianças, idosos e homossexuais traz à tona a **ação direta** dos indivíduos, corporificada nos movimentos alternativos contra o Estado, cada vez mais entendido como pressão de alto grau de totalitarismo.
> A entrada das minorias sociais em cena introduziu, nas áreas urbanas das sociedades históricas, o conflito direto e aberto no nível das relações de gênero, sociais, geracionais, interétnicas e nacionais: trabalhadores negros, índios, bascos, armênios, jovens, velhos, mulheres, crianças, homossexuais etc., histórica e cotidianamente submetidos pela dinâmica das sociedades de consumo ou pela hegemonia de um poder central igualitário e homogeneizador, castrador das diferenças." (TAVARES, 2012, p. 41)

Na madrugada após o primeiro turno das eleições em 2018, um defensor do candidato de extrema direita Jair Bolsonaro (que tem discursos de ódio abertamente racistas e que incita à violência constantemente) iniciou uma discussão, após ouvir Mestre Môa declarar que havia votado no candidato da esquerda, e o Mestre, então, argumentou em defesa dos direitos dos negros e da democracia. Esse homem, que também era negro, retornou e matou Mestre Môa com doze facadas pelas costas, gerando grande luto em toda a comunidade negra. Mestre Cobra Mansa afirma[13] que Mestre Môa foi a primeira vítima desse novo regime, e que toda morte de um negro ou uma negra é uma morte política:

> "até hoje, a luta dos negros foi impulsionada pela defesa de seu corpo, pois por ele passam a discriminação (estigma corporal), a própria caracterização de seu corpo como trabalho a ser utilizado (sobrevivência da noção de trabalho encarnado), o arquivamento das informações processadas no cotidiano (memória corporal) e as possibilidades de constituição de um instrumento de defesa (resistência)." (TAVARES, 2012, p. 142)

No contexto atual de ascenção do fascismo no Brasil, mais do que nunca, é importante refletirmos sobre o papel das culturas negras na preservação das memórias de lutas e resistências antirracistas. Frente a um discurso fascista que ao mesmo tempo propaga armas de fogo e o genocídio do povo negro e indígena, é importante entender como as *autodefesas*

[13] Ver os documentários "Mestre Môa do Katendê: A Primeira Vítima", de Carlos Pronzato, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-iV7RQ_oc5U e "Mestre Môa, Presente!", Carolina Canguçu, disponível em https://www.youtube.com/watch?v=N9daD9kxdJU

sem armas nas mãos (DORLIN, 2018) encontraram na memória corporal de suas lutas, sua religião e sua cultura, a arma mais potente capaz de garantir sua sobrevivência:

> "Exatamente por ter sido sempre tratado como corpo que encarna exclusivamente o trabalho, esse lado da cultura africana viu-se reforçado, para que se estruturasse estrategicamente, visando à preservação e ao fortalecimento do corpo como instrumento de transmissão da cultura, isto é, dos hábitos socialmente adquiridos – **arquivos** –, ao mesmo tempo como instrumento de organização das defesas físicas, individual e comunitária – **arma**.
> Pode-se dizer, portanto, que, nesse saber do eterno e dinâmico retorno às experiências da tradição, estava contida a estratégia de constituição da memória das armas de combate ao cotidiano asfixiante, que caracterizava os primórdios da colonização. Foi esse binômio arquivo-arma que selecionou a linguagem que veio compor o repertório e estoque de signos a ser armazenado no próprio corpo negro." (TAVARES, 2012, p. 26)

A teoria elaborada por Júlio César de Tavares (2012) em "Dança de guerra: arquivo e arma - Elementos para uma Teoria da Capoeiragem e da Comunicação Corporal Afro-Brasileira" consiste em um aporte fundamental para pensarmos as resistências dos grupos sociais oprimidos na América Latina. A "beleza" da arte negra do "moço lindo do Badauê" que marcou história é onde reside a potência revolucionária dessa luta que é uma dança enigmática que traz em seu corpo e em seus movimentos os códigos de sua cosmologia e confunde aquele que a desconhece e consegue vencer seu adversário mais forte na mandinga:

> "A Capoeira foi uma dessas saídas de emergência acionadas pelos negros escravizados no Brasil, na medida em que constitui uma resposta de recuperação da cosmovisão. Na empiricidade do agir-fazer no espaço-tempo perdido, atualizam-se os gestos sequenciados, como códigos que realimentariam as heranças de sociabilidade interpessoal e os modelos de comportamento adotados por intermédio dos movimentos corporais, impressos nos hábitos cotidianos.
> Passa o corpo a falar e a salvaguardar a memória do grupo por meio de modulações gestuais referidas às formas de vida no tempo e no espaço de origem. Passa o corpo a constituir o saber da comunidade e a perfazer-se como **arquivo** e como **arma**. Passa a fortalecer-se como um saber corporal."
> Por fim, o que é **saber corporal**? É a possibilidade de constituição de uma enunciação gestual em prática discursiva, que se serve dos movimentos e ações corporais para a estruturação de seu repertório. Este repertório é a resultante das articulações dos signos elaborados a partir das vivências cotidianas ou nelas intercambiadas." (TAVARES, 2012, p. 82)

Esse saber é que permite escapar do centralismo hierárquico militar que deve ser verticalizado para que as decisões estratégicas sejam rápidas num contexto de enfrentamento de guerra – mas que facilmente perde forças ao ter as "cabeças" (suas lideranças) cortadas. É capaz também de dispensar uma visão democrática deliberacionista cujo processo decisório

é lento e ineficiente frente a uma guerra, e que se centra em argumentações que possuem baixo alcance por terem poder limitado de mobilizar as emoções, além de privilegiar sujeitos com domínio do discurso hegemônico. Essa cultura de resistência é o que produz ao mesmo tempo o poder, enquanto potencia corporal, e o posicionamento de uma coletividade, enquanto memória comum de luta e resistência (e por isso fundamentalmente democrática). Esses fatores são o que permitem a autonomia de cada pessoa e de diversos grupos pertencentes a essa coletividade que se torna capaz de agir imediatamente e ao mesmo tempo de forma coordenada, enfrentando da melhor maneira as violências estruturais do racismo, do patriarcado e do capitalismo que são reforçadas pelo Estado militar e paramilitar autoritário:

> "Embora a relevância contextual da ginga atravesse toda a história das populações afrodescendentes no Brasil, na atualidade, ela tem sido, em sua dimensão simbólica e material, um dos dispositivos mais importantes de escape e sabotagem social, em tempos em que vivenciamos de forma desmedida o fascismo, a intolerância e o preconceito. Gingar é preciso!" (NASCIMENTO, 2019, p. 58)

A partir desse posicionamento epistemológico e político, nos interessou nessa pesquisa observar as trocas translocais[14] (COSTA E ALVAREZ, 2009) entre as culturas de resistências dos feminismos autônomos antirracistas no Brasil e no México, em especial entre as regiões trabalhadas. Apresentaremos agora resumidamente os eventos, projetos, grupos, coletivas[15],

[14] O conceito de « translocalidades » (Costa e Alvarez, 2009) liga as geografias de poder em diferentes âmbitos – locais, regionais, nacionais e globais -, às diferentes posições de sujeito – pertencimentos de gênero, sexualidade, classe e étnico-raciais. Os sujeitos políticos translocais fundam suas politicas de localização na relação dos múltiplos marcadores sociais com os diversos modos de dominação. As perspectivas e subjetividades "translocas" estariam investidas na tradução cultural, facilitando o diálogo entre posições políticas diferentes e aparentemente incompatíveis através de um processo dinâmico de mediação que se dá nas fronteiras discursivas, políticas, teóricas, linguísticas, geográficas e de assimetrias de poder (COSTA e ALVAREZ, 2009).

[15] 'Coletivas' são agrupações caracterizadas por sua fluidez e contingência, conectadas por relações afetivas, sem divisão de trabalho, sem funções formais rígidas ou hierárquicas pré-estabelecidas e não havendo alguém que responda pelo coletivo (CARMO, 2013). O ideal de horizontalidade que compõe a proposta das coletivas não significa a ausência de conflitos, violências e relações de poder nesses contextos. O termo faz parte do repertório dos movimentos autonomistas pelo menos desde os anos 90 e sua crescente utilização por grupos de feministas jovens a partir dos anos 2000 mostra a influência desse campo

espaços e temáticas dos feminismos autonomistas de resistência em Belo Horionte e Oaxaca que foram contemplados na pesquisa de campo e entrevistas.

Figura 8: Pintura retratando as mulheres zapatistas da artista plástica, grafiteira, poeta e ativista Zi Reis, de Belo Horizonte, Minas Gerais, BR, 2019.

Fonte: a autora

Autodefesa e resistências autônomas em Oaxaca de Juárez

Em novembro de 2015, após uma apresentação das reflexões da minha Dissertação, sobre os encontros feministas autônomos no Brasil e América Latina, no escopo do Colóquio de Estudos de Gênero na Universidade Autônoma Nacional do México (UNAM), na cidade do México, participei de uma oficina de **Autodefesa Feminista** proposta pelo *Comando Colibri*. O **Comando Colibri** é um grupo de defesa pessoal para "meninas, adolescentes, mulheres jovens, mulheres adultas e mulheres trans"[16] que possui uma sede na Cidade do México, DF,

de ação política no campo feminista. Mesmo que grande parte dos grupos de mulheres voltados para auto-consciência e para a organização em torno de demandas locais presents no movimento feminista desde a década de 70 também possua uma estrutura horizontal de decisões e trabalho coletivo, as 'coletivas' se consolidaram como o formato mais recorrente de organização nos feminismos jovens no Brasil após 2010.

[16] Ver Fonte: comandocolibri.red

e outra em San Cristóbal de Las Casas, Chiapas, e que realiza oficinas de Autodefesa em eventos e atividades feministas em vários estados do país.

Após o Colóquio, me dirigi a Oaxaca de Juárez, capital do Estado de Oaxaca onde uma amiga brasileira, também ativista feminista, estava vivendo por ter ido lecionar teoria feminista em um projeto chamado ***Escuela para la Libertad de las Mujeres***. Tive, então, a oportunidade de conhecer esse último projeto, que tem como base a educação popular feminista que se encontra presente nos movimentos em diversos países da América Latina. A proposta é voltada para a formação em técnicas necessárias no cotidiano mas, que são sistematicamente excluídas do universo de aprendizagens na socialização feminina, tais como elétrica, carpintaria, bombeira, entre outras profissões. Juntamente com as atividades técnicas, eram lecionadas aulas teóricas e desenvolvidas discussões sobre feminismo e autoconsciência feminista. Pude conversar com diversas participantes, entre professoras e alunas, para conhecer a proposta e participar em uma das atividades, que consistia em uma grafitada em um espaço comunitário de esportes, na periferia de Oaxaca e também em um show de Hip Hop no qual algumas das alunas apresentaram músicas compostas a partir das discussões da escola.

Nas duas semanas em que estive lá, pude participar também da *Feira de Tecnologias Ciberfeministas*. O evento foi organizado pelo projeto ***Autodefensas Hackfeministas***, que é uma articulação entre o Comando Colibri e uma coletiva chamada ***interconectividades***. A **Feira de Tecnologias Ciberfeministas**[17] foi produto de uma parceria com diversas coletivas

[17] "*La **Feria de Tecnología Ciberfeminista de Oaxaca** fue una fiesta para compartir y gozar dentro y fuera del **Internet que sí queremos**, y con las tecnologías que entretejemos y habitamos nuestros encuentros cada día. Montamos una red de telefonía celular autónoma, una red alternativa de Internet, armamos collages y memes feministas, nos dimos a la gozadera musical, reflexionamos sobre autodefensa digital, nos divertimos con narrativas antipatriarcales, jugamos con la* Lotería Transhackfeminista*, comimos delicioso, tomamos mezcal, hicimos* sexting *colectivo consensuado y transmitimos por radio toda la jornada!*

feministas de Oaxaca que trabalham questões ligadas à tecnologia livre, trazendo recursos que possibilitem pontes entre ativistas feministas, a realização de ações políticas e mobilizações através do ciberespaço e do combate às violências contra mulheres que ocorrem através da rede mundial de computadores. Entre os diversos trabalhos apresentados pelas coletivas se encontrava um bingo desenvolvido para a maior difusão de elementos do ciberativismo feminista e materiais elaborados sobre "Princípios feministas para a internet", visando a construção de uma rede mais propensa a promover a autonomia das mulheres. Outras coletivas, que integram o projeto "Dominemos la Tecnología", compartilharam na feira várias informações sobre aplicativos que visam garantir a segurança pessoal na internet, entre outros *softwares* desenvolvidos numa perspectiva feminista.

Voltando a Oaxaca, em 2017, já com o objetivo explícito de realizar a pesquisa de campo para o Doutorado, tive a oportunidade de acompanhar os preparativos finais e a realização da **Feria Internacional del Libro de Estudios de las Mujeres, Feminismos y Decolonización (FILMUFE)**, cuja organização era impulsionada por feministas que compunham o **Diplomado en Estudios de Gênero y Feminismo**, um curso de formação promovido pela **Lunas del Sur**, organização social composta por feministas comunitárias voltadas, principalmente, para o apoio jurídico às mulheres indígenas. Apesar de impulsionada por um grupo que é afinal uma associação civil, a organização da FILMUFE, que acabou de ter sua 4a edição em 2019, mobiliza diversas ativistas e coletivas autônomas de Oaxaca. Além de agregar alunas das diversas "gerações" da **Escuela para la Libertad de las Mujeres** – que em 2019 teve sua 8a edição-,

---

Esta feria se sincronizó con la campaña mundial Dominemos la Tecnología *realizada durante los* 16 días de Activismo contra la Violencia hacia las Mujeres*, del 25 de noviembre al 10 de diciembre de 2015 hacia una* Internet Feminista*. Qué rico gozar y amplificar potencias junto a* Luchadoras*,* Palabra Radio*,* SurSiendo*,* ADA*,* Kéfir*,* Cooperativa Tierra Común*, LuxaXula, Pauline Rosen-Cross,* Studio Mantis*, la* Asociación para el Progreso de las Comunicaciones APC*,* Rhizomática*,* Consorcio Oaxaca*,* FRIDA*,* Front Line Defenders*, la* Escuela Para la Libertad de las Mujeres*,* Red Defensoras Dh México *y* Jícara Librespacio Cutural*!"*(Fonte: interconectividades.net)

articula também feministas atuantes em várias coletivas: na **Batucada Feminista**, que ensaia semanalmente toques e consignas com objetivo de fortalecer as ações feministas de protesto na cidade; na **Femicletas**, grupo voltado para empoderamento de mulheres para uso da bicicleta como transporte; como mulheres do **Círculo de Lectura para Nosotras Mismas**, que debate literatura de mulheres escritoras e também consiste em um grupo de apoio, de cuidado mútuo, que realiza atividades de cura espirital; e também das mulheres e meninas da **Red Trenzando Saberes de jovens indígenas**, muitas vivendo em territórios rurais e se encontrando periodicamente para desenvolver ações e projetos em diversas frentes, inclusive no campo dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres indígenas. Também estão presentes no campo estudado ativistas LBT que se articulam para a realização de eventos de debate e de protesto, tal como a *Marcha Calenda pela Diversidade Sexual*.

Figura 9: Brillantinazo em Oaxaca de Juárez, México, 2019.

Fonte: Feministas Oaxaca

Muitas dessas atividades das feministas autonomistas em Oaxaca são realizadas em um espaço libertário chamado **Luna Negra**, que organiza oficinas, debates e eventos feministas, LGBT, anarquistas e de movimentos em Defesa da Terra e do Território, especialmente os movimentos autônomos do Istmo de Tehuantepec. Outro espaço fundamental da confluência

feminista autonomista em Oaxaca é o **WinBao Palestra**, espaço de autodefesa feminista que realiza seus treinos voltado para mulheres de todas as idades quase diariamente num bairro da cidade. O WinBao é uma técnica desenvolvida pelas feministas de Oaxaca com base nas questões locais, articulando técnicas de artes marciais como Muay Thai, Karatê, JiuJitsu, entre outras, com técnicas psicológicas de enfrentamento a violência patriarcal. Elas ainda promovem, com alguma frequência, treinos com convidadas que possam aportar técnicas como o Krav Magá, o Tai Chi, Chi Gung, treinos funcionais, rodas de conversa e debates sobre temáticas corelacionadas.

As feministas do *WinBao Palestra* já formaram anteriormente o **Café Cultural Pa'su Mecha**, em articulação com a organização **Mujer Nuova**, formada por professoras aposentadas que se articularam no contexto da insurreição popular oaxaquenha em 2006. Hoje o espaço não existe mais, mas ainda há uma articulação desses e de diversos grupos feministas na realização de **Tianguis** (Mercado popular), para geração de renda e feiras de trocas. Eu tive a oportunidade tanto de participar de **oficinas de autodefesa,** quanto de ministrar aulas de **capoeira angola** nos espaços: **WinBao Palestra, Luna Negra e Escuela para la Libertad de las Mujeres**. Foram experiências muito ricas e que permitiram trocas sobre as formas de autodefesa e resistências, numa perspectiva intergeracional.

Outras organizações feministas como o Grupo Rosario Castellanos e o *Consorcio Oaxaca para la Equidad Parlamentaria*, associações civis (ONG's) que fazem, há muitos anos, trabalho de apoio às defensoras de direitos humanos e também se articulam pontualmente com grupos feministas autônomos locais na realização de ações de protesto. O apoio do Consorcio Oaxaca é fundamental especialmente para mulheres que atuam como defensoras em lutas territoriais e jornalistas que se encontram em situação de ameaça e risco de vida, ou ainda daquelas que são sobreviventes de tortura e violência política por parte do Estado ou de grupos

paramilitares. Contando com apoio financeiro de Organizações Internacionais, essa última ONG apoia mulheres oferencendo-lhes refúgio seguro e apoio em processos de cura e fortalecimento, incorporando metodologias desenvolvidas por ativistas nos movimentos sociais e alcançando mais mulheres que a própria estrutura institucional oferecida pelo governo estadual de Oaxaca.

Além de participar das atividades e dos espaços mencionados acima, eu realizei entrevistas com 25 ativistas de diversas idades com quem tive contato. Busquei a maior diversidade possível de perspectivas que compunham os feminismos autonomistas em Oaxaca. Algumas das colaboradoras da pesquisa me indicaram outras ativistas que eu não havia conhecido previamente e que trabalhavam principalmente com saúde sexual e reprodutiva, ginecologia autônoma, medicina tradicional e parto natural.

Quadro 1: Dados descritivos sobre as interlocutoras de Oaxaca

apodo	edad	identidad de gênero	orientación sexual	Identificación de raza/etnia	clase social	ciudad de origen	escolaridad
Eliane	31	Mujer	bisexual	mestiza	media	Merida, Yucatán	Licenciatura en Comunicación Social
Concha	24	Mujer	no sé	Oaxaqueña	mediocre	Villa de Etla	psicologia
Martina	25	Mujer	bisexual	mestiza	media	Ixtepec	licenciatura
Juana	33	trans/hack		remix	media	Guadalajara	
Paula	33	lésbica	lésbica	blanca	media	Brasília	mastría
Xiadani	31	Mujer	-	Indígena Mixteca-Zapoteca	-	Oaxaca	licenciatura
Anayeli	29	Mujer	heterosexual	Zapoteca	media	Juchitán, Zaragoza, Oaxaca	licenciatura
Yolanda	36	macha	diversa	mexicana	media	Mexico, DF	licenciatura
Margarit	38	mujer	heterosexu	mexicana	media baja	CDMX	Maestría
Niyohua	31	mujer	lesbiana	mixteca, nascida em la ciudad	trabajadora	-	Secundaria
Francisca	37	mujer	bisexual	mestiza	media baja	Ciudad de México	licenciatura
Indaganí	50	lesbiana mujer	lesbiana	Oaxaqueña Intercultural (Zapoteca/Mixteca	Abajo y a la Izquierda	Oaxaca	Licenciatura em Psicología
Nakawé	24	-	-	Oaxaqueña	media baja	Oaxaca	Universidad
Ines	34	Abertaal placer feminista	más hetero, pero abierta, investigand	neoafrodescendiente, Oaxaqueña del mundo	media baja	Oaxaca de Juárez	la pública y vida feminista
Yaayel	35	Mujer	heterosexual	Indígena Zapoteca	com trabajo remunerado pero sin capital	Oaxaca de Juárez	Especialidad em educación
Xiadani	65	Femenino	heterosexual	Indígena	trabajadora jubilada	Oaxaca	Licenciatura em Antropologí
Itzel	33	Mujer	-	Zapoteca	-	Oaxaca	-
Naran	34	Mujer	bisexual	xoxeña	pobre	Oaxaca	licenciatura
Itandehüi	47	Mujer/ Intersexua	heterosexual	Mixteca	media baja	Mexico, DF	Doctoranda
Beatriz	27	lésbica	lésbica	Negra	clase média	Brasília	Mestrado
Nisdao	29		bi	chatina	muy baja	Oaxaca	
Veronica	28	mujer	bisexual	-	-	Ciudad de México	socióloga
Eusebia	29						
Jessica Martínez	19	mujer cisgenero	bisexual	Mestiza oaxaqueña	media baja	Oaxaca de Juárez	preparatoria

Fonte: Elaboração própria

Feminismo Ocupa a Cidade em Belo Horizonte

Já na cidade de Belo Horizonte (MG), importa relatar que meu contato com as ativistas feministas autônomas fez outro percurso. Desde 2013, feministas de diferentes vertentes políticas vinham se reunindo para realizar ações conjuntas com fins de fortalecer a luta por moradias, creches, direitos das mulheres e apoio às ocupações urbanas na região metropolitana de BH. Estes grupos se articulavam por meio de um grupo público na rede social do Facebook intitulado "Feminismo Ocupa Cidade" e estas decidiram se reunir em um evento/encontro importante na cena da militância citadina, no evento que veio a ser designado por "Feminismo Ocupa a Cidade"[18], em 12 de março de 2014, no centro cultural autogestionado e recém ocupado *Luiz Estrela*, no bairro de Santa Tereza, em Belo Horizonte.

Figura 10: Debate Feminismo Ocupa a Cidade realizado em Belo Horizonte em 2014

Fonte: http://foradoeixo.org.br

18 Esse encontro foi filmado pelo Pós-Tv, mídia do Fora do Eixo. Para saber mais ver : http://foradoeixo.org.br/2014/03/13/debate-feminismo-ocupa-a-cidade/
"Na noite de ontem, 12 de março de 2014, cerca de 40 mulheres de diversos movimentos feministas de Belo Horizonte se reuniram no Espaço Comum Luiz Estrela para participar do debate Feminismo Ocupa a Cidade. O momento de encontro foi proposto pela Pós TV com o objetivo de debater os principais assuntos que permeiam a vida das mulheres em 2014. Com temas escolhidos em consenso e sorteados na hora pelas presentes, levantaram-se questões referentes à Mulher na Copa do Mundo e a desmilitarização; Lesbofobia e Transfobia; Violência contra a mulher; Anti racismo; Direito ao corpo; Espaços exclusivos e autoorganização de mulheres."

Para além de debater assuntos relevantes para o feminismo, esse encontro foi, afinal, o germe de um cenário de cooperação entre diversas frentes e coletivas feministas da cidade. A rede "**Feminismo Ocupa a Cidade**" funcionava então como apoio para ações feministas, atuando como meio de disseminação de informações, oficinas, encontros e textos. A primeira grande iniciativa deste grupo, bastante fluido, foi a criação de um festival de arte feminista durante as mobilizações do 8 de março, que foi nomeado "**Festival DiVeRsAs: feminismo, arte e resistência**". O intuito do Festival era visibilizar a produção cultural de mulheres no cenário cultural de Belo Horizonte, assim como promover uma dissidência em relação aos movimentos feministas já existentes e que monopolizavam as articulações em torno do instituído "Dia Internacional da Mulher".

A proposta, no entanto, alcançou uma proporção "inesperada" e reuniu em sua organização mais de 50 mulheres que, por sua vez, participaram ativamente da produção do evento que acabou contando com mais de 130 trabalhos inscritos em sua primeira edição, contemplando oficinas, rodas de conversa, shows, performances, artes gráficas, artes plásticas, cinema e intervenções urbanas. O referido Festival ocupou mais de 6 espaços na cidade de Belo Horizonte e também se fez presente em algumas ocupações urbanas de uma cidade da Região Metropolitana de BH, Santa Luzia. Em sua segunda edição, o festival se tornou ainda maior, reunindo cerca de 190 propostas de atividade e, desta vez, ocupando mais de 8 espaços na cidade. As ativistas mobilizadas aqui nesses espaços também vieram a participar ativamente das experiências de ocupações da Câmara de Vereadores de BH, do Viaduto, assim como as Ocupações Culturais em apoio às Ocupações Urbanas e Movimentos de Luta pela Moradia na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O campo de afinidades constituído pela organização desse festival foi o pano de fundo do trabalho de campo que realizei em Belo Horizonte. No meu caso, assim como de algumas

interlocutoras dessa pesquisa, advínhamos da **Coletiva Pêlas**, que era um grupo feminista autonomista que abordava questões relacionadas ao corpo e à sexualidade, tais como a masturbação, o consentimento e os relacionamentos lésbicos. Realizávamos também oficinas de autodefesa feminista em vários espaços e eventos autônomos, feministas e anarquistas, incluindo a participação no Encontro Libertário **Terra Preta**, que ocorreu na Ocupação Guarani-Kaiowá, no **Encontro dos Atingidos pela Copa** e no **Ella**, encontro promovido pelas mulheres do Fora do Eixo. Também participávamos da organização das **Caminhadas Lésbicas**[19] junto a diversos outros grupos lésbicos de BH. Muitas das participantes do Pêlas faziam parte também da organização do **AntiFest Suspirin Feminista**, que ocorreu em 2015 e contou com a realização de inúmeras atividades, entre elas: cozinha vegana, shows, debates sobre transfeminismo, feminismo antiprisional, conversa sobre cabelo afro, binarismos, o lançamento de zines, oficinas de autodefesa, sobre gordofobia e *cuerpa*, FTM faça-você-mesmx, sobre brinquedas sexuais faça-você-mesmx, *spanking*, entre outras. Esse grupo também mobilizava uma batucada com consignas feministas e lésbicas para as marchas, caminhadas e outros eventos de protesto na cidade.

Algumas das ativistas desse campo de afinidades articuladas diretamente ao Suspirin Feminista hoje integram o projeto **Resista Minas**, que é um grupo de treinamento de autodefesa feminista que realiza treinos semanais permanentes focados no aprendizado de técnicas de artes marciais, tais como o Ninjutsu e o Krav Magá. Outras desenvolvem projetos

---

19 O Dia da Visibilidade Lésbica foi criado em 1996 no 1º SENALE (Seminário Nacional de Lésbicas). A primeira Parada Gay do Brasil aconteceu em 1997 e em 1999 passou a se chamar Parada GLBT. A primeira caminhada lésbica no Brasil aconteceu em São Paulo em 2003. Em 2005 aconteceu a 1ª Caminhada Lésbica de Belo Horizonte, realizada um dia antes da Parada GLBT. Várias capitais brasileiras como Rio de Janeiro, Salvador, Porto Alegre e Brasília também passaram a realizar caminhadas lésbicas. Em 2008, após forte pressão dos movimentos lésbicos em plano nacional, mudou-se o nome para Parada LGBT, porém nunca houve de fato um protagonismo e centralidade das demandas lésbicas no movimento misto. Isso fez com que muitos lésbicas e bissexuais dessem preferência por se organizar em grupos específicos e autônomos. Em 2009, as Caminhadas Lésbicas passaram a ser realizada no dia 29 de agosto, Dia da Visibilidade Lésbica.

para formação de mulheres, lésbicas e trans* na área de **tecnologia, programação e desenvolvimento de sistemas** e também promovem ações voltados para a **autodefesa digital e ciberativismo feminista**. Eu permaneço praticando **capoeira angola** e articulando com outras mulheres o fortalecimento da presença das mulheres nessas lutas de resistência afro-brasileira.

Uma parte significativa das ativistas organizadoras do *Festival Diversas* militava em organizações políticas da esquerda, a saber: nas Brigadas Populares, no MLB - Movimento de Lutas em Bairros e Favelas e no Movimento Olga Benário. Essas organizações políticas[20] realizavam e ainda realizam trabalhos permanente de mobilização e apoio às ocupações

[20] Nas ideologias políticas marxistas leninistas, trotskistas, stalinistas ou maoístas, que orientam referidos movimentos, 'organização política' é definida como a estrutura organizativa fundamental para realizar a revolução comunista: o partido. Adotaremos aqui a terminologia enunciada por seus próprios militantes e utilizada majoritariamente no campo da esquerda revolucionária, em que 'organização política' e 'partido comunista' serão utilizadas de forma intercambiável e se referem à mesma estrutura organizativa: a forma-partido, adotada pelas Brigadas Populares, pela Consulta Popular, pelo Partido Comunista Revolucionário (PCR), pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), pelos signatários da Quarta Internacional Comunista, entre outros. Alguns destes utilizam o registro enquanto partidos formais no sistema político liberal do Estado Brasileiro como forma de publicização de suas propostas e ideologia política e como uma possibilidade de participar no debate público acerca de direitos dos trabalhadores mas, devido a seu caráter revolucionário não possuem representação significativa no sistema político e tampouco esse é foco de sua atuação política.

O motivo deles estarem presentes nesse campo é que muitos deles criam organizações irmãs que adotam a forma-movimento para atuar politicamente nas mobilizações de base. Esses movimentos possibilitam que alguns militantes dos movimentos populares com os quais atuam não sejam condicionadas à filiação partidária. Porém, é quase impossível diferenciar esses movimentos populares e de massas, que atuam nas distintas frentes de luta, dos partidos comunistas aos quais são ligados, já que estes mantêm uma concepção de vanguarda em que as orientações políticas, assim como todas as decisões relevantes, são tomadas pela direção dos partidos, e chegam de forma vertical (*top-down*) para a base dos movimentos.

Para distinguir dessas organizações políticas que adotam a forma-partido, utilizarei o termo organizações comunitárias para me referir ao processo de formação de lideranças em territórios e ocupações; organização social para me referir num sentido mais amplo às estruturas consolidadas dos movimentos sociais que não adotam a forma-partido, como organizações feministas, negras, LGBT's entre outras; e associação civil para me referir às organizações não-governamentais.

Distinguindo ainda de todas as anteriores, para me referir às formas organizativas autonomistas utilizarei os termos coletivos ou coletivas – mais comumente adotado entre as feministas autonomistas – que consistem em grupos pequenos e horizontais, pensado como forma organizativa autônoma e de viés revolucionário anticapitalista, porém que recusa a ideia de vanguarda e qualquer estrutura vertical de tomada de decisões. Algumas das frentes de partidos comunistas se apropriaram do termo coletivo já que esse termo ganhou popularidade, especialmente no meio estudantil. Entretanto, grupos como o Coletivo Frida Khalo, ligado ao PSTU, não serão incluídos no campo dos movimentos autonomistas devido à divergência em termos ideológicos entre essas duas vertentes.

urbanas de moradia na cidade de Belo Horizonte, oferecendo apoio organizativo e jurídico para aquelas que enfrentam as ações de despejo que ameaçam, constantemente, as mulheres populares e periféricas. Essas organizações eram o vínculo mais forte do Festival com as ocupações, e foram as principais reponsáveis pela articulação com as mulheres líderes comunitárias. Através delas é que foi possível fazer com que as atividades das coletivas feministas já mencionadas ocorressem nas ocupações, desta vez, com atividades articuladas com as moradoras. Hoje, muitas das militantes não se encontram mais inseridas nesses partidos devido a conflitos relacionados à vivência de machismos e racismos por partes de integrantes dos movimentos e também a padrões que permaneciam em suas formas de organização. Outras, como as do Movimento Olga Benário, coordenaram uma ocupação que iniciou o atual Centro de Referência e Acolhimento para mulheres em situação de violência, intitulado como *Casa Tina Martins*.

Outras participantes do **Feminismo Ocupa a Cidade** eram ainda provenientes do grupo **Negras Ativas**, referência de luta, resistência e emponderamento das mulheres negras na cidade, através da luta cultural, especialmente do Hip Hop. A sede do **Negras Ativas**, onde eram realizadas as reuniões de organização do *Diversas* havia sido anteriormente a sede da **ALEM – Associação Lésbica de Minas**, que, por sua vez, havia mobilizado a resistência lésbica feminista da cidade por mais de 25 anos. Não estando mais ativa hoje em dia, algumas das ativistas do *Negras Ativas* e da *ALEM* compõem hoje o chamado **Brejo das Sapas** – espaço de convivência e sociabilidade lésbica que promove atividades voltadas para as mulheres lésbicas e bissexuais de diversas regiões da cidade e de diversas gerações mas, especialmente, para jovens, negras e periféricas.

Outro grupo presente na organização do *Diversas* era o **Bloco das Pretas**, coletivo de mulheres negras formado no âmbito dos coletivos autônomos negros na UFMG, mas que se

ampliou, abarcando estudantes universitárias e outras mulheres negras da comunidade. O *Bloco* realizava performances artísticas em protestos e manifestações da cidade, problematizando questões do racismo e desenvolvendo projetos de apoio e oficinas junto às mulheres encarceradas. Atualmente, ativistas do Bloco das Pretas se encontram em diversos outros espaços da cidade, tais como o *Grupo de Amigos e Familiares das Pessoas em Privação de Liberdade* e diversos coletivos de teatro, cinema e artes plásticas.

Algumas das *Diversas* provinham ainda do ativismo do *Movimento Hip Hop*, *Duelo de MC's, Saraus e SLAM*s - competição de poesia de improvisação – como o *Sarau das Cachorras*. Algumas delas estão hoje em projetos culturais como Filmes de Rua. Hoje há uma nova geração de feministas nos saraus como o coletivo **Manas,** o grupo Preta Poeta, Grupo Kajila e grupo de Grafitti **Minas de Minas**. Uma nova geração de ativistas também está inserida na Articulação de Jovens Negras Feministas de Minas Gerais, que se juntaram a ativistas de outros Estado de Minas Gerais, conformando uma *Articulação Nacional de Jovens Negras Feministas*.

As ativistas entrevistadas, portanto, advêem desse campo de confluências feministas autonomistas da cidade de Belo Horizonte, incluindo ativistas mais jovens, indicadas por outras participantes da pesquisa, enquanto interlocutoras.

Quadro 2: Dados descritivos relevantes sobre as interlocutoras de Belo Horizonte

apelido	idade	identidade de gênero	orientação sexual	identificação étnico/raci	classe social	escolaridade
Imani	32	mulher	l	negra	pobre	educação
Aziza	30	mulher	lésbica	negra	média	cursando técnico
Yeji	28	Sapatão	Lésbica	Parda	o (classe C)	Superior Incompleto
Dayo	33	feminino	Bi	Negra	baixa	Superior Completo
Nox	28	binária	sapatão	branca	média C	(mestrado)
Siomara	28	feminino	bissexual	Branca	- periférica	Superior Completo
Ayodele	25	feminino	lésbica	negra	Preriférica	Ensino médio completo
Joana	28	mulher	l	branca	média	Superior Completo
Silva	24	mulher cis	l	branca	trabalhador	incompleto
Dacia	33	mulher, negr	lésbica	Negra/Preta	Preriférica	Superior completo
Alika	16	mulher, negr	lésbica	Negra/Preta	média	Cursando ensino médio

Fonte: Elaboração própria

Método e material utilizado na entrevista

Após a realização de duas semanas de trabalho de campo em Oaxaca, em abril de 2017, sendo que nesse período aconteceu a FILMUFE - Feira do Livro Feminista -, já conhecia diversas ativistas e grupos da cidade e havia mapeado as temáticas que estavam mais em voga no ativismo da cidade. Combinando as questões que surgiram na observação participante em Oaxaca com questões que advinham da pesquisa prévia em Minas Gerais, elaborei um roteiro de entrevista. Tendo em vista a amplitude das questões pesquisadas e que trabalhá-las uma a uma implicaria em entrevistas muito longas, elaborei cartões com os conteúdos a serem abordados e, durante as entrevistas os cartões eram apresentados às entrevistadas – por grandes categorias, diferenciadas por cores – para que elas lessem e escolhessem as temáticas que lhes interessava falar, até que se esgotasse o tema. Essa dinâmica funcionou de forma interessante pois, além de não estruturar demasiado as entrevistas e permitir reflexões mais compreensivas e amplas sobre cada tema, os cartões sempre visíveis permitiam que não fugíssemos demais dos temas.

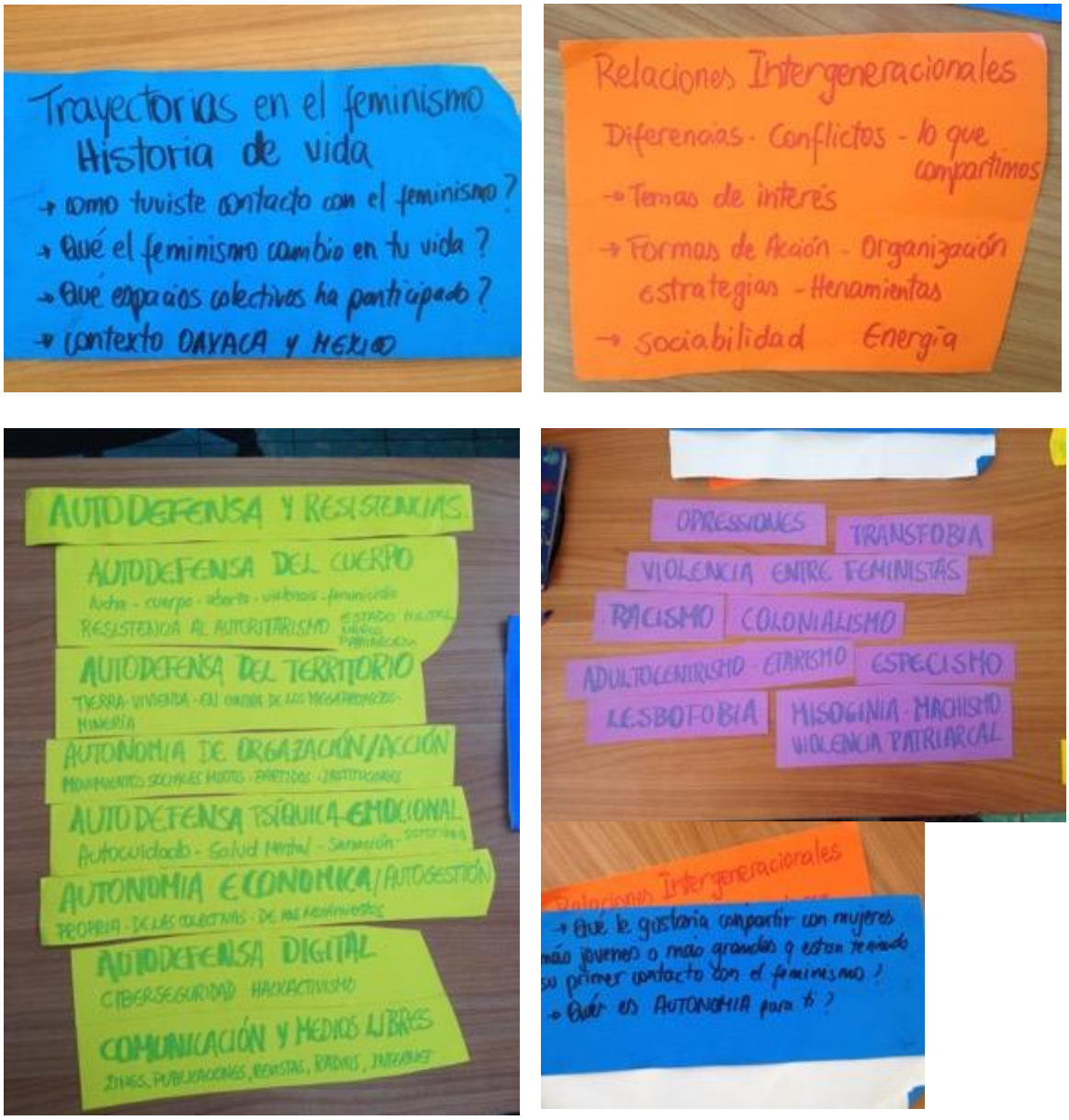
Os temas dos cartões não eram, entretanto, restritivos com relação às temáticas trabalhadas, pois se outras questões interessantes apareciam, eu intervia no sentido de aprofundar o diálogo naquele sentido. Em especial, as entrevistas das duas ativistas brasileiras (Paula e Beatriz), que viviam em Oaxaca, fugiram um pouco do roteiro, pois apesar de serem enfocadas no contexto de Oaxaca e do México, por elas estarem no país há cerca de uma década, também abordamos um pouco sobre aspectos do ativismo no Brasil e algumas comparações entre os países, assim como sobre o Feminismo Autônomo Latinoamericano, já que elas eram, entre todas as interlocutoras da pesquisa, as que tiveram maior trânsito nesse âmbito do ativismo.

Após o trabalho de campo em Oaxaca, realizei dois intercâmbios acadêmicos, vivendo por quatro meses nos Estados Unidos e por um ano e dois meses no Canadá, tendo nesse período me dedicado em grande parte ao estudo de teoria feminista, devido às matérias cursadas. Também me dediquei à finalização de pesquisas prévias que já se encontravam em curso no Brasil, enfocadas em outras temáticas. Apenas no segundo semestre de 2018 eu comecei a realizar as entrevistas do Brasil, tendo realizado três entrevistas com ativistas de Belo Horizonte por Skype. Consequentemente elas tiveram uma dinâmica um pouco diferente das outras pois não foram orientadas pela dinâmica dos cartões, porém, seguiram as mesmas temáticas. Ao voltar para Belo Horizonte em março de 2019 realizei as outras entrevistas, tendo interrompido principalmente devido ao prazo limitado para finalizar a tese.

Apesar de que a grande diferença no número de entrevista entre as duas cidades pode ter reflexos na tese, a necessidade de mais entrevistas em Oaxaca se deve ao fato de que era necessário conhecer mais profundamente o contexto do ativismo no local. Já em Belo Horizonte, devido à minha trajetória de muitos anos no ativismo e a necessidade de cumprir

os prazos impostos pelo programa de pós-graduação, em diálogo com a banca da qualificação, consideramos que as entrevistas realizadas seriam suficientes para a elaboração da análise.

Figura 11: Material utilizado nas entrevistas



Análise qualitativa das entrevistas

A primeira etapa da análise do material coletado consistiu numa primeira "rodada" de escuta das entrevistas, sistematizando as ideias centrais abordadas por cada ativista em uma tabela de excel que seguia as categorias/perguntas presentes no roteiro/cartões. As partes consideradas mais relevantes nesse momento foram transcritas e já foram inseridas no projeto criado no *software* de análise qualitativa MaxQDA. O sistema de códigos analíticos do projeto seguiu as categorias do roteiro, mas já incluindo os subtemas/'palavras chave' também presentes nos cartões. Os programas de análise qualitativa no geral – cada qual com sua característica específica de estrutura de categorização – permite que categorias novas sejam criadas ao longo do processo de análise. Novos códigos foram adicionados ao serem detectadas novas temáticas comuns entre as entrevistas, assim como algumas categorias foram reorganizadas. Essa primeira análise foi a base para a produção do conteúdo para o material apresentado no exame de qualificação.

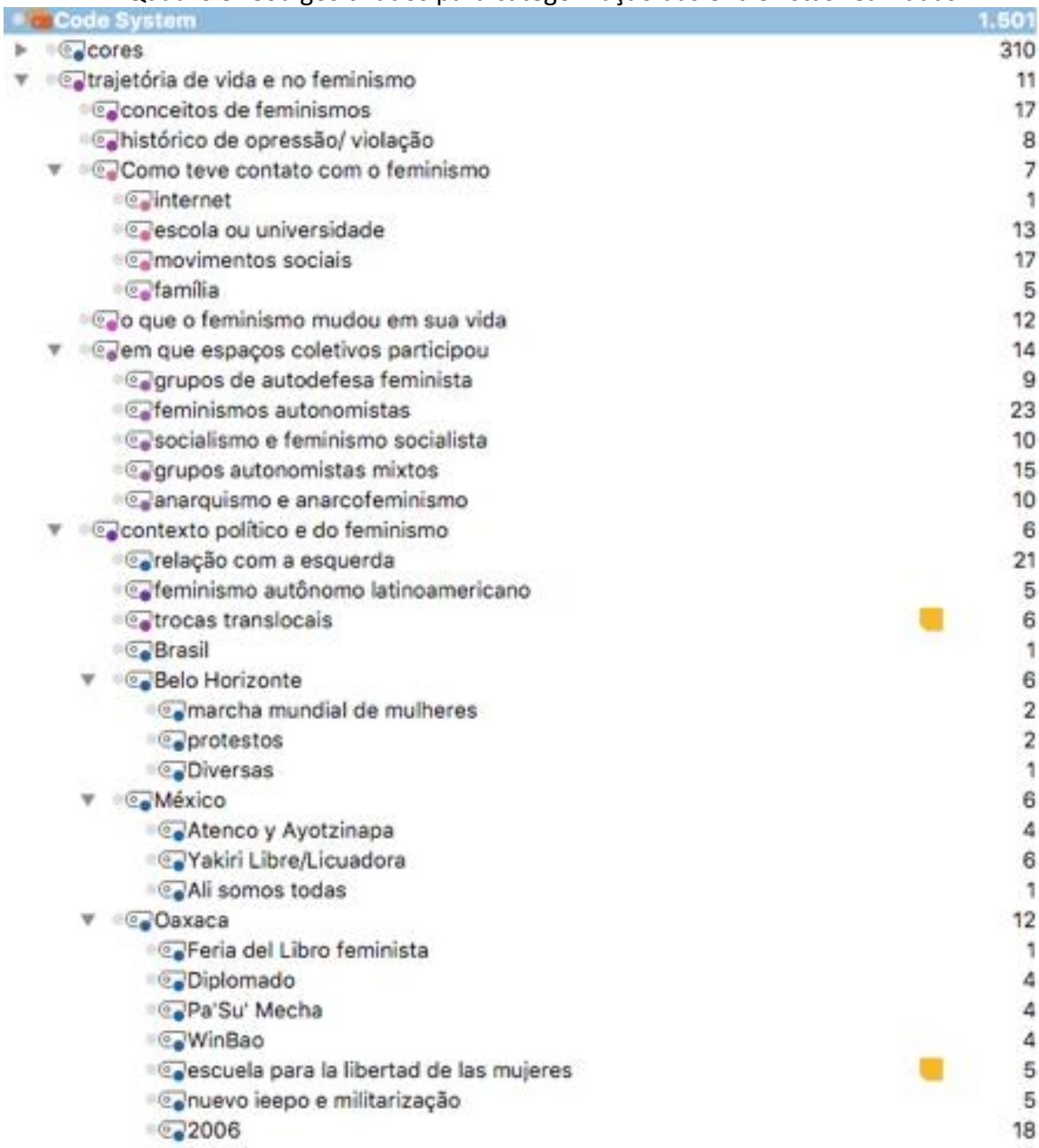
Após a qualificação, vendo que havia necessidade de um aprofundamento nas temáticas e de trazer mais trechos literais das falas das entrevistadas, devido à riqueza do material, comecei a transcrição integral das entrevistas. Consegui transcrever aproximadamente metade e a outra metade contratei profissionais para transcrever. No caso das entrevistas do México, devido à extensão do material, priorizei a transcrição das entrevistas das ativistas que eram do estado de Oaxaca ou que viveram em Oaxaca por mais tempo, tendo deixado de transcrever algumas de ativistas que eram provenientes de outros estados (a maioria das que não eram de Oaxaca vinham da Cidade do México e se mudaram frequentemente para atuar em algum projeto ligado ao ativismo). Categorizei e analisei primeiramente as entrevistas do Brasil com vistas à elaboração de um capítulo de livro sobre movimentos feministas no país.

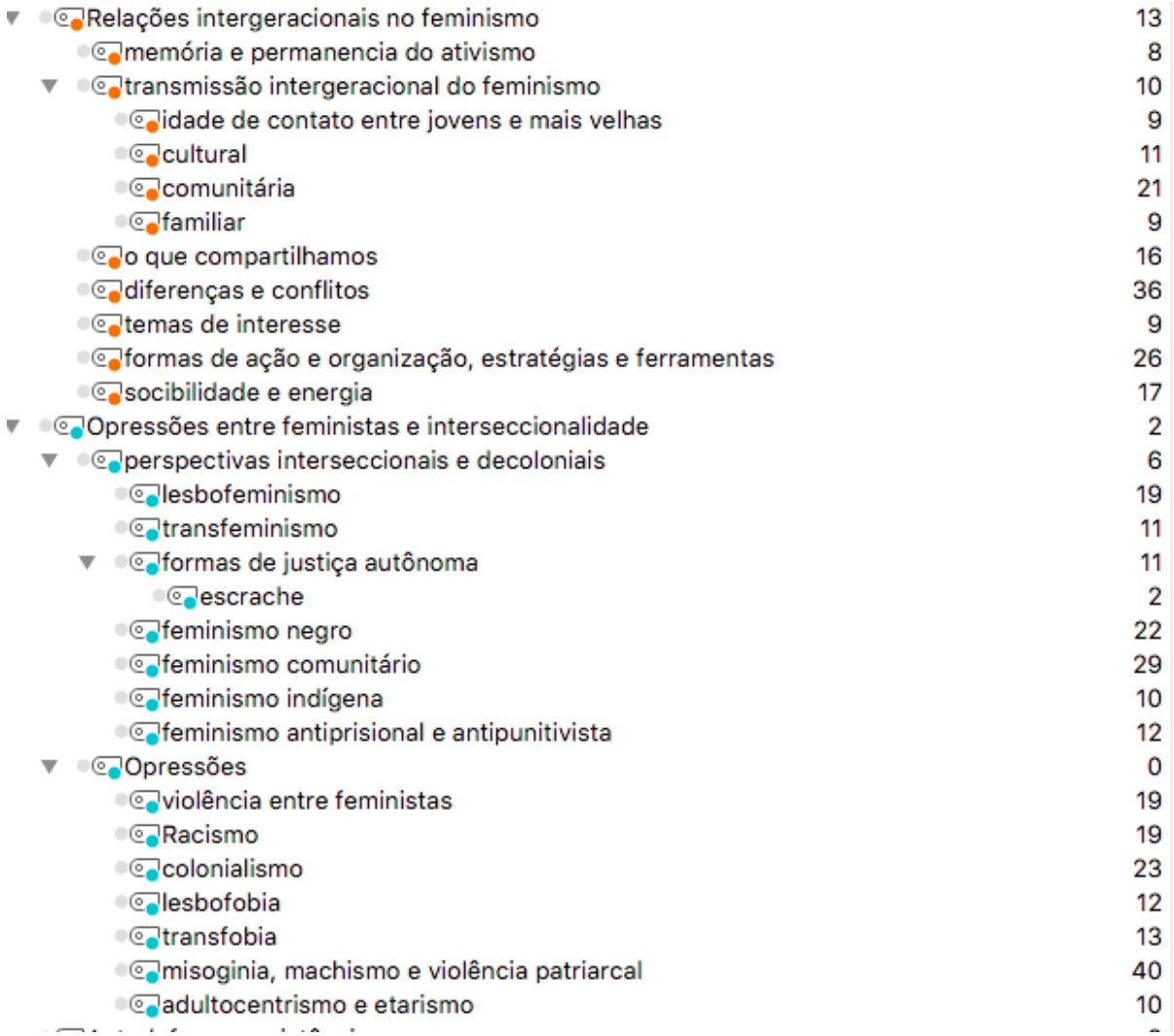
Depois categorizei as entrevistas do México e elaborei o trecho referente ao contexto de Oaxaca. Por fim, fiz a análise comparativa México e Brasil.

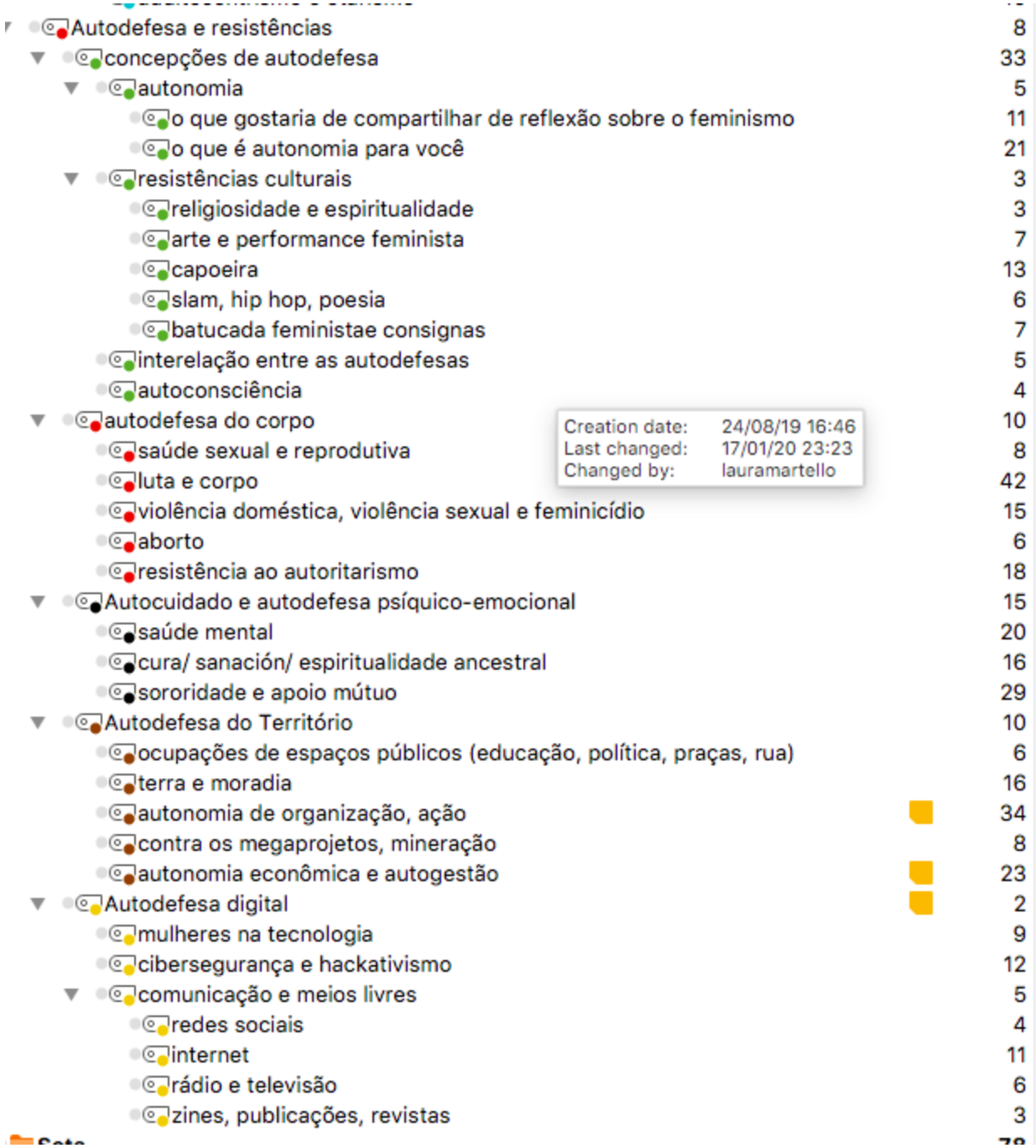
O primeiro capítulo consiste, portanto, em grande parte, dos trechos referentes à trajetória das ativistas e às suas avaliações sobre o contexto político. O segundo capítulo reuniu principalmente os temas categorizados em 'opressões' e 'relações intergeracionais'. Por fim, o último capítulo se centrou nas reflexões das interlocutoras sobre as diferentes frentes de ação no campo das autodefesas feministas. Essa disposição das informações, entretanto, não foi rígida, já que a maioria dos trechos foram categorizados em diversas categorias. Já que partir as ideias as retira do contexto da enunciação, foi necessário manter os parágrafos por inteiro ou narrar o contexto daquela fala com cuidado para não distorcer o sentido empregado pela ativista.

O processo de escrita envolveu uma leitura dos relatórios gerados pelo programa por categoria e seleção dos trechos mais importantes, tentando organizá-los de forma a constituir uma narrativa com sentido. Após a seleção, algumas falas eram substituídas integral ou parcialmente por uma narração das ideias apresentadas pelas interlocutoras, devido à necessidade de reduzir a extensão do texto, concatenar, relacionar, e às vezes contrastar as ideias. Os trechos mantidos por completo foram os que mais determinaram o conteúdo de cada seção e capítulo, pois mesmo que alguns tenham sido movidos entre os capítulos ao longo da escrita devido a predominância de uma temática no parágrafo, era necessário situar as ideias abordadas pelas autonomistas como um todo. Acredito que, após finalizado o trabalho, eu talvez reorganizasse a apresentação de algumas discussões. Porém, acredito que, mesmo que algumas ideias apareçam repetidas em diferentes capítulos, isso reflete também a expressão das entrevistadas sobre as temáticas propostas na entrevista.

Quadro 3: Códigos criados para categorização das entrevistas realizadas




Relações intergeracionais no feminismo 13
memória e permanencia do ativismo 8
transmissão intergeracional do feminismo 10
idade de contato entre jovens e mais velhas 9
cultural 11
comunitária 21
familiar 9
o que compartilhamos 16
diferenças e conflitos 36
temas de interesse 9
formas de ação e organização, estratégias e ferramentas 26
socibilidade e energia 17
Opressões entre feministas e interseccionalidade 2
perspectivas interseccionais e decoloniais 6
lesbofeminismo 19
transfeminismo 11
formas de justiça autônoma 11
escrache 2
feminismo negro 22
feminismo comunitário 29
feminismo indígena 10
feminismo antiprisional e antipunitivista 12
Opressões 0
violência entre feministas 19
Racismo 19
colonialismo 23
lesbofobia 12
transfobia 13
misoginia, machismo e violência patriarcal 40
adultocentrismo e etarismo 10


Autodefesa e resistências 8
concepções de autodefesa 33
autonomia 5
o que gostaria de compartilhar de reflexão sobre o feminismo 11
o que é autonomia para você 21
resistências culturais 3
religiosidade e espiritualidade 3
arte e performance feminista 7
capoeira 13
slam, hip hop, poesia 6
batucada feministae consignas 7
interelação entre as autodefesas 5
autoconsciência 4
autodefesa do corpo 10
Creation date: 24/08/19 16:46
Last changed: 17/01/20 23:23
Changed by: lauramartello
saúde sexual e reprodutiva 8
luta e corpo 42
violência doméstica, violência sexual e feminicídio 15
aborto 6
resistência ao autoritarismo 18
Autocuidado e autodefesa psíquico-emocional 15
saúde mental 20
cura/ sanación/ espiritualidade ancestral 16
sororidade e apoio mútuo 29
Autodefesa do Território 10
ocupações de espaços públicos (educação, política, praças, rua) 6
terra e moradia 16
autonomia de organização, ação 34
contra os megaprojetos, mineração 8
autonomia econômica e autogestão 23
Autodefesa digital 2
mulheres na tecnologia 9
cibersegurança e hackativismo 12
comunicação e meios livres 5
redes sociais 4
internet 11
rádio e televisão 6
zines, publicações, revistas 3

1. ATIVISMOS FEMINISTAS NAS RESISTÊNCIAS AUTONOMISTAS EM OAXACA (MEXICO) E EM BELO HORIZONTE (BRASIL)

Estando presente nos anos 90's e 2000's, as práticas e discursos feministas autonomistas se difundiram extensivamente na última década (2010's), implicando um fortalecimento da mobilização de bases na organização das resistências feministas, o que apenas se torna visível através dos protestos multitudinários de mulheres que vêm ocorrendo nos últimos cinco anos. Recusando-se a recorrer aos aparatos repressivos do Estado e à lógica punitivista do sistema penal, por considerarem essas instituições estruturalmente racistas e patricarcais em ambos países, as ativistas feministas de Belo Horizonte e Oaxaca se dedicaram a promover ações que visassem preparar e articular a resistência no contexto local e translocal.

No campo da organização cotidiana, micropolítica e comunitária, a autonomia proposta pelas coletivas feministas requere a recuperação de saberes sobre diferentes formas de resistência no esforço coletivo de combate e enfrentamento a todas as formas de opressão. Imani argumenta que essa busca permite a construção de um repertório de ação enfocada em soluções alternativas e autogeridas para o enfrentamento da violência patriarcal, e que as estratégias autônomas geram uma mudança mais permanente do que as mudanças institucionais:

> "Em relação a autonomia da ação organizada, dentro dos coletivos que atuei, sempre tive esse princípio, a gente sempre buscou autonomia, porque a institucionalidade a gente enxerga como uma forma de manutenção de um *status quo*, de uma exploração, não vejo dentro dos partidos e das instituições uma forma radical de uma mudança dessa galera, a não ser a emancipação dos próprios povos. Eu acho importante a ação organizada, até para nesse sentido da emancipação mais coerente, nessa questão da luta, de tentar construir uma questão coletiva com as pessoas diretamente atingidas e não construir uma relação de mediação dos que exploram e dos que são explorados. Eu acho muito importante porque vemos que a institucionalidade é frágil. Depois do último processo eleitoral, parte dos direitos de parte da sociedade foi cortada, política de austeridade, para não garantir os direitos mínimos, estamos cada vez mais tendo retrocesso. Mesmo fazendo uma luta dentro dessa institucionalidade, ela é fraca, quanto mais ela se distancia da população, mais fraca ela fica e coloca em risco a vida

> dessas pessoas. Então, eu vejo que a ação autônoma e organizada ela produz mais efeito direto de emancipar nossos pares." (Imani, 32 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

Nas análises políticas realizadas pelas ativistas nos espaços estudados e nas suas declarações ao longo das entrevistas realizadas, elas argumentam que o patriarcado, o cissexismo[21], a heteronormatividade[22] e o racismo estruturam, não apenas as instituições políticas, como também as relações comunitárias e as relações íntimas e, por isso, é fundamental trabalhar em todos esses níveis para potencializar a autonomia de cada umx e de todxs as mulheres e corporalidades dissidentes:

> "Creo que tiene que ver con un amor profundo a lo que implica no en si independencia, sino libertad, porque creo que la autonomía también abraza las interdependencias. No las codependencias. Pero sí las interdependencias. O sea, esas cosas que nos hacen que sí podamos

[21] Cissexismo foi um conceito cunhado pelo movimento trans como uma forma de descentralizar o grupo dominante, expondo-o como apenas uma alternativa possível e não a 'norma' contra a qual pessoas trans são definidas. O termo cisgênero foi utilizado pela primeira vez pelo ativista transexual Carl Buijs, e a teorização sobre cissexismo foi desenvolvida e popularizadas pelas transfeministas Emi Koyama (2006) e Julia Serano (2007). Uma pessoa cissexual ou cisgênerx é alguém que se identifica com o sexo/gênero que lhe foi biopoliticamente atribuído ao nascimento, desfrutando de diversos privilégios nos contextos sociais. Uma pessoa transsexual ou transgênerx é aquelx que vive e se identifica com um sexo/gênero diferente do que lhe foi biopoliticamente atribuído ao nascimento, sendo marginalizadas e sofrendo violências e silenciamento no regime cissexista biologizante e binário. É um conceito desessencializante pois retira do marco biológico a referência para a identificação sexo-genérica e a inscreve no plano politico: "Quando uso os termos cis/trans na é para falar sobre diferenças reais entre corpos/identidades/gêneros/pessoas cis e trans, mas sobre diferenças percebidas. Em outras palavras, apesar de não achar que meu gênero seja inerentemente diferente do de uma mulher cis, estou ciente de que a maioria das pessoas tendem a ver meu gênero de forma diferente (isso é, como menos natural/válido/autêntico) da que vêem o gênero de uma mulher cis." (tradução por Alice Gabriel retirada do blog da Julia Serano http://juliaserano.livejournal.com, disponível em: http://confabulando.org/kk2011/index.php/Main/WhippingGirlFAQPerguntasFrequentesSobreCissexualCisgeneroEPrivilegioCis)

[22] [Poderiamos definir a heteronormatividade como] as instituições, estruturas de compreensão, e orientações práticas que fazem a heterossexualidade parecer não somente coerente –isto é, organizada como uma sexualidade –mas também privilegiada. Sua coerência é sempre provisória, e seus privilégios podem assumir diversas formas (por vezes contraditórias): está oculta, ao se mostrar como o idioma básico de aspectos pessoais e sociais; ou explícita como um estado natural; ou projetada como uma realização ideal ou moral. Consiste menos em normas que poderiam ser resumidas em um corpo doutrinário, do que em um senso de retidão produzido por manifestações contraditórias –geralmente inconscientes, imanentes para a prática e para a instituição. Contextos que possuem pouca relação explícita a práticas sexuais, como as narrativas de vida e a identidade geracional, podem ser heteronormativas nesse sentido, enquanto, em outros contextos, práticas sexuais entre homens e mulheres podem não ser heteronormativas. Heteronormatividade é, então, um conceito distinto de heterossexualidade. Uma das diferenças mais evidentes é o fato de não possuir um paralelo, ao contrário da heterossexualidade, a qual localiza a homossexualidade como seu oposto. Pelo fato da homossexualidade nunca poder ter o direito invisível e tácito de ser considerada o valor fundador da sociedade, não seria possível falar de homonormatividade no mesmo sentido. (BERLANT; WARNER, 2013, p. 176 traduzido por COACCI, 2014)

> saber que necesitamos contar con otras y con otros. No al mismo tiempo, no en la misma intensidad, pero si queremos ir generando procesos que se sostengan en el tiempo y que nos cuiden, tenemos que entender que no se puede con una sola fuerza, sola. O sea, autonomía no lo veo como algo solitario, lo veo como algo interconectado, pero que tiene sus ritmos y sus cadencias. Y por supuesto sus profundidades. Entonces, para mí tiene que ver con una apuesta por una red muy de rizoma pues, muy de distribución y que muta y se transforma y que no es lineal, pero que al mismo tiempo es tremendamente potente. Y no necesariamente es visible. No necesita ser tan visible necesariamente. Para ser una presencia profunda. Yo ahora entiendo un poco más así lo de autonomía. Yo creo que la autonomía es una tecnología. O sea, es una manera de generar conocimiento también. Que plantea otras formas de comunicación y relación. Y que sí parte mucho de la potencia de los afectos, sí creo." (Juana, 33 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

A autodefesa foi identificada como um conceito central no campo da autonomia feminista e na construção da história e memória corporal das lutas de resistência nos feminismos brasileiros e mexicanos. A autodefesa tem sido pensada nos feminismos autonomistas como uma forma de política pré-figurativa e de ação direta por excelência: a possibilidade de garantir a autopreservação por meios próprios em diversas situações, através do compartilhamento de conhecimento e apoio mútuo entre mulheres e outras corporalidades ameaçadas pelo cisheteropatriarcado[23].

Para as ativistas que, em sua maioria são parte de grupos perseguidos por seus pertencimentos étnico-raciais, de classe e político-ideológicos, a autodefesa pode significar mobilizar-se massivamente enquanto *pueblos* oaxaquenhos, formar assembleias horizontais onde toda a população possa se articular para decidir sobre seus objetivos comuns, sobre ações necessárias e para se pensar nas melhores formas de defender-se das forças repressivas do Estado autoritarista militarizado. Tendo em vista que os processos deliberativos em busca

[23] Cisheteropatriarcado é um conceito que inclui o debate sobre cissexismo e heteronormatividade na análise do patriarcado. Nessa tese adotaremos as expressões 'mulheres e outras corporalidades ameaçadas pelo cisheteropatriarcado' ou 'mulheres e corporalidades dissidentes' para incluir todas as corporalidades que integram os espaços de autodefesa feminista no campo autonomista: mulheres cis ou trans (sejam hetero, bissexuais ou lésbicas), pessoas não binárias, agêneros, assexuais, intersexuais e homens trans. Muitas vezes os materiais dxs ativistas enunciam que é um espaço 'sem homens cisgênero' ou 'separatista' para indicar quando os homens cis não são aceitos em atividades ou marchas. Algumas oficinas de autodefesa, grupos e mobilizações são abertas também à participação de homens cis gays, mas como essa não é a forma mais comum no campo, eu irei utilizar o termo 'mulheres e LGBTs' quando for o caso.

de consensos podem ser demorados, é fundamental que hajam meios de comunicação rápidos (como rádios, televisão ou internet) que permitam respostas imediatas diante, por exemplo, de um ataque. A autodefesa popular também implica na criatividade capaz de mesclar elementos novos ou recentes nas experiências de ação coletiva, com táticas muito antigas que, muitas vezes, as forças repressivas nem seriam capazes de imaginar que elas ainda poderiam estar sendo utilizadas e menos ainda serem elas tão eficientes.

A autodefesa é definida pelas ativistas colaboradoras da pesquisa como uma forma de sobrevivência dos grupos subalternos, em um contexto de cisheteropatriarcado, capitalismo e supremacia branca, sendo pensada simultaneamente como uma forma estratégica de resistência e de justiça autônoma. Essa resistência se daria num processo de longo prazo, descentralizado e por caminhos tortuosos. As convergências que resultam em expressões massivas com maior visibilidade são fundamentais para o processo e muitas vezes operam importantes reorganizações de grupos e discursos e, especialmente, permitem confrontar na esfera pública o terror e o medo constante imposto pela violência estrutural. Entretanto, essas grandes manifestações, protestos e insurreições acontecem em momentos de confluência de forças que são gestadas no cotidiano da luta dos movimentos sociais e por isso não podem ser tomadas como o único referente para avaliar se os movimentos estão atuantes:

> "Hay muchas formas de vivir los feminismos y de habitarlos. No necesariamente está articulado, pero eso es el resto del país, ¿eh? En México yo no considero que es un movimiento tremendamente articulado, pero sí creo que en coyunturas de repente pasan sus magias. Como lo del 24 de abril [de 2016][24], primera vez que pasa algo así en México. Así como tenía muy poco de haber pasado en Argentina. Pero es una oleada de cosas. No creo que un movimiento se tenga que medir por sus cúspides. Porque es como si el amor si midiera por el enamoramiento. Pues no manches... Eso no es el amor, eso no es cultivar un proceso amoroso. ¿Cómo vas a querer medir un movimiento social solamente por cuanto duró el auge y por cuánto tiempo se mantuvo hablar de una manifestación? O sea, cuando hablas de un proceso, de verdad proceso, es el agua lento. Altas, bajas, desintegraciones, derivas, devenires, porque justamente no es una cosa centralizada. Yo creo que lo interesante, no sé si decir movimientos

[24] Para ver vídeo dos mega protestos feministas do dia 24 de abril de 2016:
https://web.facebook.com/LaSandiaDigital/videos/1202424316458418/
https://web.facebook.com/mas131/videos/839732839465454/

> sociales en México, porque es muy complejo. Pero de lo que veo que está pasando con mujeres y cuerpos en peligro, no-binarios y bueno... todas estas identidades que podrían estar más desde este lado... trans... Me parece que la potencia es entender cómo se puede distribuir la fuerza. Como en qué momentos va la ola. Por donde hay más chances de decir qué. Pero eso es una mirada estratégica. Y a veces en un país tremendamente lastimado donde los feminicidios siguen siendo siete por día... A veces es muy difícil mirar con estrategia a algo, porque todo es duelo. Y esto estamos hablando nada más de lo feminista. Ahora, metamos el resto del contexto de la guerra en México. A veces es desesperante y a veces tienes toda la energía por todo lo que falta por hacer y a veces no quieres hacer nada por meses. Porque no te da el pellejo. O porque ya tu compa fue amenazada. O porque ya desaparecieron a alguien que sí conocías. O porque cada vez lo vemos más cerca. Entonces eso es la otra. Yo siento muy cerca como... la amenaza. Hay decisiones que tengo que tomar súper estratégicas por mi propia seguridad." (Juana, 33 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

E se a manifestação pública e o protesto político são espaços fundamentais para expressão dos discursos de autodefesa feminista e autodeterminação dos povos, neste capítulo vamos nos debruçar a fundo sobre os processos insurrecionários que tomaram lugar em Oaxaca de Juárez desde 2006, seus desdobramentos nos ativismos feministas nos anos recentes e também os levantes e manifestações em Belo Horizonte desde 2013 e sua relação com questões fundamentais para os feminismos autonomistas no presente momento.

Para leitorxs que não possuem familiaridade com a história e o contexto da insurgência oaxaquenha sugiro enfaticamente que realizem a leitura dos quadros 3 e 4 do Apêndice 1. O quadro 3 apresenta um breve histórico das lutas populares, campesinas e indígenas em Oaxaca e Chiapas que advém desde os anos 70, contando com a organização autônoma das mulheres especialmente em cooperativas produtivas que atuavam com apoio de associações civis feministas. O quadro 3 apresenta também alguns elementos importantes da organização das mulheres populares, campesinas e indígenas no plano nacional e internacional, assim como da revolução zapatista desde 1994, sublinhando a Lei Revolucionária das Mulheres e o impacto que o amplo debate sobre os direitos das mulheres teve na organização popular no sul do México. (ESPINOSA DAMIAN, 2009)

O quadro 4 apresenta cronologicamente a sucessão de fatos da Comuna de Oaxaca em 2006, apresentando o contexto de organização da luta magisterial e sua ampliação com a

incorporação de diversos setores da sociedade civil na formação da Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca (APPO) para coordenar a insurgência popular. Aborda também as táticas utilizadas pelos movimentos como plantões, marchas, ocupações de prédios públicos e meios de comunicação, formação das barricadas e o processo de desaparecimento de poderes com vistas a destituição do governador do estado de Oaxaca, Ulisses Ruiz Ortiz (URO), do Partido Revolucionário Institucional (PRI). Aborda também as ações terroristas do Estado, como a repressão violenta da polícia a essas manifestações, prisão arbitrária, tortura e assassinato de militantes, e o uso de forças paramilitares - para praticar atos violentos contra o movimento sem que o Estado pudesse ser responsabilizado -, ações que resultaram na morte de 26 pessoas, dezenas de presos e centenas de feridos (MARBÁN, 2008). É importante ressaltar que a indignação frente às práticas autoritárias adotadas por URO foram o elemento articulador que permitiu a confluência de diversos movimentos na revolta popular de 2006.

Vamos apresentar nesse capítulo, primeiramente, as resistências das mulheres no contexto da repressão autoritária Estatal e patriarcal, ressaltando como a auto-organização das mulheres foi um aspecto fundamental para que elas pudessem se fortalecer. Na primeira seção **(1.2)** ***'A las barricadas: Oaxaqueñas que luchan',*** vemos o quanto a autonomia e a autodefesa feminista no curso da insurreição tiveram um impacto transformador para as mulheres e também refletiu positivamente no movimento amplo, permitindo maior alcance das vozes e perspectivas da resistência antiautoritária e atuando como um fator contrário à hegemonização de um grupo sobre o processo de alianças entre as comunidades e organizações populares. Em **(1.3) '*Defendiendo nuestros cuerpos-territorio*': feministas autonomistas en Oaxaca**, trazemos as reflexões das ativistas sobre as coletivas feministas que se organizaram a partir de 2006, os conflitos e rupturas entre os grupos, e como surgiram espaços e eventos de autodefesa feminista desde a autonomia e como o período recente tem

sido de ampliação do ativismo feminista, o que se revela tanto na presença intensa de grupos e atividade e também de manifestações.

Em seguida, voltamos nossa análise para o contexto brasileiro, abordando o protagonismo do feminismo na resistência ao avanço do conservadorismo que tem ocorrido no país na última década e as abordagens alternativas propostas pelas autonomistas para o enfrentamento às violências patriarcais. Na seção **(1.4) Retome as ruas: feminismos autonomistas contra a reação conservadora,** apresentamos a emergência de protestos massivos no contexto da resistência a megaeventos e megaprojetos no marco do avanço do neoliberalismo, da ocupação de espaços públicos e apoio a ocupações de moradia frente a políticas higienistas e autoritárias, abordando os posicionamentos das feministas autonomistas e alguns conflitos e dilemas internos aos ativismos. Em **(1.5) Reaja ou será morta: abolicionismo e autodefesa**, buscamos trazer as críticas das interlocutoras da pesquisa a uma predominância de soluções punitivistas à questão da violência contra a mulher na sociedade brasileira, a relevância da luta contra o genocídio da população negra e o encarceramento em massa para o feminismo, assim como reflexões sobre erros e acertos na tentativa de combater as violências machistas nos meios ativistas.

1.2. A las barricadas: Oaxaqueñas que luchan

> Entonces pues así fue, o sea creo que ahora podemos salir más las mujeres, tenemos más participación y a muchas nos marcó el 2006 para decir "soy oaxaqueña y estoy orgullosa de que aquí se haya gestado una revolución" (Nakawé, entrevista, 2017)

A crise política no estado de Oaxaca[25], que culminou no conflito de 2006, foi consequência da postura política do Governador Ulisses Ruiz Ortiz que, desde 2004, atuou em benefício dos coronéis locais de forma autoritária, reprimindo os movimentos populares, assassinando e encarcerando dirigentes sindicais e ativistas. A crise de legitimidade política permitiu que a luta sindical do magistério fosse impulsionadora da resistência popular ao poder exercido de maneira despótica (Marban, 2008).

Ao ser agudizada essa contradição, o povo recorreu à insurgência pacífica e Ulisses Ruiz ao uso desnecessário, excessivo e criminoso da força, utilizando-se de métodos de contra-insurgência, como matadores e criminosos contratados para infiltrar, controlar e reprimir movimentos sociais. O próprio aparato de Estado comandou esquadrões da morte e usou da estrutura administrativa para perverter o sistema de justiça, criminalizar inocentes e conferir

---

[25] Oaxaca é o estado mexicano com maior população indígena do México, sendo que da sua população total de 3,967,889 habitantes, 2,607,917 (65,7%) se autodenominam indígenas. É também o estado com o maior número de falantes de línguas indígenas, contabilizando 1,205,886 (16.3%), além de que mais 7,5% da população não fala, mas entende língua indígena. As línguas mais faladas são o *Zapoteco* (33,6%), *Mixteco* (22,1%) e *Mazateco* (14,9%). São 16 povos indígenas que habitam Oaxaca: *zapotecos, mixtecos, mazatecos, mixes, chinantecos, chatinos, triquis, huaves, nahuas, cuicateco, amuzgos, zoques, chontales, ixcatecos, chocholtecos e tacuates* (essas são suas denominações em língua espanhola); além das populações *mestiza*, *afromexicana y tzotzil* (indígenas *mayas* provenientes de Chiapas). Entre os 570 municípios de Oaxaca, nada menos que 418 são regidos por sistemas de governo local indígena, conhecidos como "sistemas normativos internos", que têm a assembleia comunitária como máxima autoridade de representação. (Fonte: Oaxaca Población Siglo XXI. Año 2018, Número 41 Enero-Abril/2018)

As evidencias arqueológicas mais antigas de escritura dos povos mesoamericanos e do continente americano como um todo foram encontradas em sítios arqueológicos nos Vales Centrais de Oaxaca. A cultura zapoteca data de cerca de 3500 anos atrás e, em termos políticos, os zapotecos mantiveram um dos aparatos de governo com maior longevidade da história da humanidade (MARBAN, 2008). Os povos zapotecos se encontram atualmente predominantemente nos Vales Centrais e no Istmo de Tehuantepec. Mas os povos indígenas de Oaxaca, que mantiveram sua riqueza econômica, independência política e sabedoria intelectual por tanto tempo, passaram a uma condição de pobreza e dominação após um processo de desapropriação exercido pelo poder colonial espanhol, que estabeleceu uma estrutura de poder que localmente é chamada caciquismo, e que é muito semelhante ao que, no Brasil, chamamos coronelismo.

impunidade aos criminosos. Itzel, ativista que tinha aproximadamente 20 anos em 2006, compartilha sua avaliação do contexto político local e nacional:

> "El contexto de Oaxaca y México es una situación muy difícil porque pienso que ha sido como muy duro para el país atravesar todo el proyecto de extractivismo y explotación de la tierra y de los recursos naturales, y sobre todo esa idea de colonización a los pueblos indígenas en México está muy metida no sólo desde la llegada de los españoles, sino hasta actualmente en la colonización de la ciencia y demás. Entonces yo creo que hay un gran contexto de represión, de autoritarismo gubernamental sistemático que responde a un sistema que es patriarcal, capitalista y de explotación y que se enajena a través del cuerpo de la mujer a los pueblos." (Itzel, 33 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

O ciclo de protestos populares que marcou a história de Oaxaca[26] começou em maio de 2006 com uma greve dos professores do Sindicato *'Sección 22'*[27] na defesa de uma melhor educação pública. Mas a repressão estatal ordenada pelo governador Ulises Ruiz e o assassinato de militantes pelas forças policiais reuniram não apenas sindicatos, organizações políticas e movimentos sociais já consolidados, mas também grupos e ativistas autônomxs, associações de bairro e comunidades indígenas do estado na "Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca" (APPO), numa confluência de segmentos e vertentes ideológicas muito diversas. A Assembléia coordenou uma jornada de protestos com barricadas que ocuparam todos os prédios do governo por mais de três meses, exigindo a destituição do governador.

> "El contexto era muy duro, el contexto era cómo, cuidarse entre todos, el contexto era muy represivo, muy violento. Entonces sí había espacios de reflexión, pero eran muy rápidos, no lo pasábamos reflexionando, lo pasábamos casi que a la defensiva. Fueron dos meses viviendo en la calle. Pues pudo haber sido más, sí fue un contexto... también creo que se habla de una

[26] Ver linha do tempo com a sucessão dos fatos políticos da Comuna de Oaxaca para melhor compreensão.
[27] A *Seccicón 2*2 do *Sindicato Nacional de Trabajadores de la Educación* (SNTE) é parte da *Coordinadora Nacional de Trabajadores de la Educación* (CNTE), um movimento de democratização dentro do organização da SNTE, o sindicato oficial da educação cuja direção autoritária historicamente responde aos interesses da classe política dominante no México, sendo contrária aos interesses dos próprios trabalhadores e conivente com a perseguição, prisão política, desaparecimento forçado e execuções extrajudiciais de lideranças do movimento magisterial dissidente ao posicionamento oficial. (Blackwell, 2012) A CNTE possui um histórico de luta que tem maior força no sul do México arraigado nas lutas campesinas e indígenas, e a *Sección 22*, a oaxaquenha, é a mais aguerrida e consequentemente também a mais perseguida. Para melhor compreensão do tema ver '*Granito de Arena*', documentário dirigido por Jill Friedberg que faz um reconto das origens históricas da luta desse movimento. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mHbY0MZ31mI&list=PLevxH48Ab3Ss9lfAuG1RgqGZ9KwFfh1Xv&index=2

> diferencia de cuándo se tejen en comunidad, en asambleas. No todo fue perfecto, pero fue un ensayo de una nueva sociedad que yo creo que es posible porque ahí lo vivimos." (Itzel, 33 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

O surgimento da APPO enquanto "sistema de protesto" (Saavedra, 2016) respondeu à necessidade de enfrentar essa repressão que incidiu sobre distintas organizações sociais que exigiam seus direitos e demandas de forma isolada. Diante da insurgência popular pacífica da APPO, o governo federal não apenas deslegitimou as demandas por democracia e por justiça social do movimento, sendo omisso em proteger a cidadania das pessoas da região frente às políticas repressivas de Ulisses Ruiz mas, também, participou ativamente da escalada da violência e da violação dos direitos humanos contra o povo oaxaquenho. Para o movimento, a destituição do Governador se tornou, então, uma condição necessária para assegurar as liberdades políticas do povo, convertendo-se também na demanda central e com maior poder de convergência entre os grupos:

> "Yo pienso que en ese momento era muy duro para nosotros mirar otros aspectos, ¿no? el tema de interés primordial era como sacábamos a ese autoritario de allí, de ese espacio. Había más de qué nutrirse abajo, pero era como construir salud, alimentación, ¿no? Entonces eses eran temas específicos de encontrar soluciones de inmediato, pues había que cubrir cosas como comer, si había heridos, sanarlos, y la radio… quien llevaba la radio, quien llevaba la televisión, como eses aspectos que se iban dando de acuerdo a lo que a ti te interesaba." (Itzel, 33 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

As demandas urgentes e de manutenção da resistência foram, portanto, o que aproximou as pessoas. E a APPO foi um instrumento político que permitiu, através de mecanismos de operação de uma democracia de base, a confluência de diversas organizações sociais com sua experiência de luta prévia em torno de uma causa comum, atuando como um ímã para a incorporação de setores populares não organizados, que foram se integrando ao movimento e à luta e que passaram a participar também das decisões e tarefas de resistência da APPO.

Nos espaços políticos de organização e mobilização, a distribuição das funções nas tarefas coletivas de forma "espontânea" tende a reproduzir os padrões culturais vigentes. Estes estão conectados com a exclusão sistemática das mulheres dos espaços de poder e de decisão no curso do movimento:

> "Es algo muy cultural, no hubo alguien que nos asignara cosas. Eran propuestas que culturalmente está bien aceptado. O sea, es decir, Ah pues las mujeres que hagan la comida y los hombres hacemos esto. O sea, cuidamos. Yo no estoy negando que el cuidar sea el cuidar seguridad, pero en lo muy delgado que esconde cosas, que esconde trabajo invisible, entonces es que viene importante mirar esos pequeños detalles que son finos pero que hay que cuestionarnos porque a veces no está bien. (…) No había una dirigencia, éramos todos decidiendo en una pequeña siembra cotidiana de vida. ¡Vivíamos en la calle! Entonces a la hora de distribuir las tareas era la misma asamblea que se decidió a eso, pero porque está culturalmente aceptado por una cultura que es machista, entonces a eso me refería. Yo decía: ¡Pero algo no está bien acá! Porque había compañeras que con mucho gusto decían: 'Ah, ¡yo quiero cocinar!' Y había algunas con mucho disgusto, como mi caso, que decían: 'Ah, ¡yo no cocino!'" (Itzel, 33 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Se muitas mulheres entraram no movimento para apoiar atividades básicas da reprodução no contexto das resistências, o espírito da rebeldia que perpassava todos os âmbitos da luta popular, favoreceu que elas se recusassem a estar sempre apenas na base das suas organizações comunitárias. Elas começaram, portanto, processos importantes de auto-organização e passaram também a afirmar seus posicionamentos na '*toma'* de decisões e dos prédios públicos.

Xidani era professora e já havia ocupado cargos no sindicato e, no momento, tinha um cargo de confiança em uma comissão, mas se afastou para apoiar a luta social. Seu maior envolvimento foi através de uma organização em seu bairro mobilizada contra a imposição de um terminal privado de uma companhia de ônibus em uma via pública, que havia sido concedida pelo governador. Essa organização de bairro a qual ela pertencia havia buscado apoio do sindicato de professores – *Sección 22*, e quando se formou um comitê geral com todas as associações de bairros, passou a integrar também a APPO.

Após o despejo violento do plantão dos professores grevistas pela polícia estadual, ocorriddo no dia 14 de junho, a realização de uma grande marcha no dia 16 de junho os fez recuperar as suas forças. No dia 28 de junho realizaram uma marcha ainda maior, com cerca de um milhão de pessoas e decidiram ocupar outros prédios do governo. Essa frente de lutas, que unia todas as associações de bairro, foi convocada pelo APPO para assumir a Secretaria de Finanças, que se encontrava justo em seu bairro:

> "Tomamos la secretaría de finanzas y todas las colonias… fue una toma preciosa, hermosa, bonita, porque todas las tomas las tenían los maestros. La del tribunal superior de justicia, la cámara de diputados, el palacio de gobierno… o sea, todas las oficinas las tenían tomadas por los integrantes de la Sección 22, pero la secretaría de finanzas, únicamente fue tomada por las organizaciones sociales y las colonias. Y fue una cosa fabulosa, porque siempre se había visto que los maestros estaban en las tomas, pero nunca se había visto que fueran los colonos… bueno, sí ya en muchos años, en los 50 parece que se dio una así, cuando sacaron a un gobernador. Y después los movimientos con los estudiantes y los maestros, pero en sí con los ciudadanos de las colonias, era algo novedoso.
> Y entonces ahí todas las colonias… las señoras… se iban a sentar, porque ni siquiera… muchas compañeras ni hablaban, fíjate. Venían las compañeras de las colonias, las señoras, muchas grandes y venían y se sentaban, porque nosotras solicitábamos en la radio que vinieran a la toma[28], pues era pararles las finanzas a Ulises. Entonces pedíamos que vinieran y ellas venían y se sentaban, era lo único que hacían, sentarse." (Xidani, 65 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

As mulheres oaxaquenhas que se organizaram, tanto a partir do magistério, quanto a partir de suas associações de bairro (*Colonias*), entretanto, não estavam conformadas em assumir apenas os papéis estereotipados. Nesse momento histórico, muitas já tinham contato com movimentos de mulheres populares e indígenas numa perspectiva feminista e, ao conviverem juntas nos espaços coletivos de resistência, foram acontecendo trocas importantes entre as mulheres e elas foram questionando a permanência da subalternização que as impedia de ter protagonismo no movimento:

> "(…) después del 2006, en que se dio el movimiento social tan fuerte aquí en Oaxaca y que nos dio… el movimiento nos dio mucha oportunidad para que nos conociéramos entre mujeres y platicáramos sobre las problemáticas que teníamos. Todas. Y entonces me di cuenta que

[28] É importante ressaltar que essa foi a primeira greve e mobilização que o movimento contava com uma rádio livre para comunicar-se com a população: *Radio Plantón*, o que foi determinante no curso do movimento. Após o ataque e destruição a *Radio Plantón* na repressão do dia 14 de junho pela polícia, os estudantes tomaram pacificamente a *Radio Universidad*, da universidade pública estatal, para a utilização pelo movimento popular.

> realmente, no solamente esos problemas los vivía yo sino que los vivían cientos de mujeres. Toda la cuestión de la violencia, la discriminación hacia la mujer, no dejar que saliera adelante, que siguiera ocupando el mismo espacio privado de la casa… Este, la dificultad para ocupar los espacios públicos, las pocas oportunidades que tenemos todavía las mujeres… Y eso nos llevó a ir reflexionándolo. Y te hablo en plural, porque realmente ese análisis, esa reflexión no la hice yo sola, sino que la hice en compañía de otras mujeres, porque después del movimiento social nos dimos cuenta de que era una de las cosas más importantes y por las que nosotras teníamos que ir organizándonos." (Xidani, 65 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Um dia, em meio às atividades de limpeza da ocupação, Xidani e algumas das companheiras que ocupavam a Secretaria de Finanças começaram a debater que elas poderiam fazer muito mais do que isso para contribuir com o movimento. Ao elencar juntas algumas ideias de ação, uma delas sugeriu a realização de uma marcha de mulheres, e todas concordaram. À noite, convocaram uma reunião mais ampla e falaram com mais companheiras que, igualmente, se animaram com a proposta e, em cinco dias, organizaram a marcha. Foram, então, em todas as outras ocupações dos prédios públicos do governo que estavam nas mãos da *Sección 22* informar do ato que estavam programando para o dia 1º de agosto, pedindo a militantes que convidassem suas mães, irmãs, sogras, filhas, para que reunissem a maior quantidade possível de mulheres e sugeriram que levassem panelas, colheres e outros utensílios que pudessem fazer barulho. Prepararam consignas, canções, cartazes.

No dia 1º de agosto pela manhã pouca gente estava presente ao local às 8 horas, como haviam marcado, e elas acharam que, afinal, viriam mesmo poucas pessoas. De repente, começaram a ouvir um forte barulho ensurdecedor: aí vinham centenas de mulheres, vinham juntas todas as mulheres das famílias, com suas filhas e filhos, netas e netos, em grupos, algumas vinham em seus triciclos onde vendiam *tamales* (comida típica feita de milho), todas com seus cartazes e panelas. E assim começou a *Marcha de las Cacerolas*! Ao chegar ao *Zócalo* (praça central da cidade), todas as organizações ali representadas tomaram a palavra. Foi

quando uma companheira sugeriu ir à rede de televisão para pedir um espaço para que elas pudessem transmitir a sua própria perspectiva dos fatos.

Elas perceberam que a grande mídia não estava mostrando à população de Oaxaca a realidade do que estava acontecendo e, em vez de expressar as demandas do movimento, estava legitimando a repressão promovida pelo governo. Elas foram, então, até a Corporação de Rádio e Televisão de Oaxaca – Canal 9 – para solicitar tempo em sua programação. No entanto, com a negação desse espaço, as mulheres tomaram o canal público de televisão e rádio e mantiveram, durante um mês, programas próprios que mostravam a perspectiva do movimento, incluindo um programa na Rádio Cacerola, dirigido a jovens ativistas.

Nakawé, que é uma das ativistas feministas mais jovens na cena de Oaxaca, participando, hoje aos 24 anos, de grupos como *Femicletas* e o *Diplomado de estúdios de gênero y descolonización,* conta que, na verdade, começou a participar dos movimentos com sua mãe quando ainda era menina:

> "Bueno mi mamá como siempre estuvo en el activismo y cuando desalojaron fuimos a dejar a mi hermanito a la escuela y vimos que se estaba dando el enfrentamiento en el zócalo, entonces desde ahí mi mamá dijo 'no, no es posible', convocan a una marcha de las cacerolas y terminó en un mitin y después del mitin dijeron 'vamos al canal 9 a tomar'; el chiste es que yo me fui con una amiga de mi mamá, que conocía, y se tomaron camiones para ir todas las mujeres que habíamos ido a la marcha.
>
> Llegamos al canal 9, yo tenía 13 años, estaba acompañando a mi mamá y Nancy, iba mi hermanito chiquito y entonces pues decían 'solo queremos 10 minutos para hablar de lo que está sucediendo en Oaxaca, para dar la voz del pueblo' y es válido pedir esto y entonces dijeron 'no, no se les va a dar'. El chiste es que Nancy, la que es como hija de mi mamá, también ella se brincó, esa es la versión que yo sé, que se brincó la reja y que abrió y entonces entramos todas. Yo cuando vi ya estábamos entrando, entonces ya de ahí se dijo 'queremos un espacio porque necesitamos contar nuestra versión', entonces no se quería dar un espacio, recuerdo que en ese momento me pareció gracioso porque llevaron jitomate las mujeres y lo aventaron al canal 9, cuando dijeron que no se les iba a dar nada, o sea primero se habló bien y la reacción fue de esa manera. De ahí después como yo estaba pequeña no supe… sé por lapsos lo que sucedió donde yo intervine.
>
> El chiste es que dicen 'tomamos el canal 9, nadie se sale y nos quedamos aquí' (…) Eso fue ya como las 7 de la noche, salieron quienes trabajaban ahí pero desconectaron varias cosas. Nancy estudió educación con especialidad en medios, el chiste es que empezaron a ver cómo se habilitaba el canal 9 y se empezaron a formar comisiones. Entonces dijeron 'a ver, se van a tener que formar comisiones, de televisión, de radio… de prensa, de los comunicados, quién va a estar en seguridad, logística, comida', se fueron repartiendo.

> Mi mamá se fue a televisión con Nancy y yo me fui a radio, entonces mi experiencia fue en la radio, porque yo estaba en los controles y ponía música y mandaba al aire y cerraba y todo eso. Entonces justo en la radio iban muchos a denunciar lo que sucedía, lo que pasaba en barricadas y yo tenía que estar ahí controlando, yo estaba en las tardes, en las noches, hasta las 3 de la mañana a bañarnos a la casa y regresábamos, después dormíamos un ratito. Y en ese proceso vi que había… era muy interesante ver cómo se habían hecho las comisiones, pero también cómo funcionaba. A los hombres no se dejó que entraran, era un espacio de mujeres y los hombres si querían ayudarnos que estuvieran pendientes de las barricadas." (Nakawé, 24 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

As mulheres tiveram, portanto, uma iniciativa que apostou na auto-organização e na centralidade da palavra, da imagem e da força das mulheres para mudar o discurso hegemônico com que a mídia corporativa tenta influenciar, negativamente, o curso dos acontecimentos nos movimentos políticos. Elas, que sabiam bem o que era ter a sua voz secundarizada nos espaços de decisões políticas e assembleias comunitárias e, também, na organização sindical, conseguiram através dessa ação direta de tomar os meios de comunicação, revolucionar, a um só tempo, tanto a história e o lugar social das mulheres de Oaxaca, quanto a história dos movimentos políticos do México e da América Latina.

Figura 12: *TV Cacerola*: Ocupação do Canal 9 durante a Comuna de Oaxaca, em 2006.

Fonte: Diario Noticias de Oaxaca

Mas esse protagonismo das mulheres teve que se confrontar várias vezes com uma série de resistências de um Sindicato que, apesar de seu caráter crítico e democrático (em relação à hierarquia sindical), ainda era predominantemente masculino e impermeável às dirigentes mulheres. Anayeli, outra das ativistas feministas mais jovens no contexto das coletivas autônomas, expressou que na sua percepção o sindicato Seção 22 era muito machista, e quase não tinha mulheres. Segundo ela, isso estaria relacionado ao *déficit* educacional que as mulheres ainda enfrentam no México e, especialmente, nos estados mais pobres do sul – o que acarreta que a maior parte das professoras estejam na educação infantil e ensino básico, enquanto no ensino médio e técnico, a maior parte do magistério seja composta por homens. Ela ressalta que mulheres estavam fortemente na base, mas ocupavam poucos cargos como dirigentes sindicais, e que houve fortalecimento das mulheres a partir da *Marcha de las Cacerolas*, em 2006. Entretanto, os companheiros precisavam ainda "melhorar muito", pois eram poucas as mulheres que alcançavam a direção, mesmo na atualidade.

Xiadani conta como, no momento em que elas tomaram o Canal 9, enfrentaram forte resistência dos dirigentes da *Sección 22*, cujas lógicas ainda se estruturam no que Saavedra (2017) chama de 'machismo-leninismo' ou patriarcalismo sindical. Entretanto, devido à organização conjunta entre as mulheres das comunidades indígenas, associações de bairro e sindicalistas, elas foram capazes de fazer frente a essas barreiras e ir conquistando seus espaços. Assim que se conformou a ocupação, elas se posicionaram coletivamente frente ao movimento misto:

> "Se nombró una comisión, nos fuimos para el auditorio de la sección 22, que estaban en asamblea, con mucha dificultad entramos… Pero fíjate, que fue una cosa tan bonita cuando nosotras entramos a la asamblea… la mayoría hombres, ¡y estaba lleno el auditorio! Pues qué crees, que cuando nosotras entramos después de estar pateando casi las puertas porque no querían dejarnos entrar, quemando cohetes… hicimos nuestra bulla allá fuera y entramos y cuando entramos todos los compañeros de la asamblea se pararon y empezaron a

> aplaudirnos… casi casi como héroes entramos nosotras allá. Fue un momento así muy emotivo cuando entramos. Y no, no se cansaban de aplaudir. Y nuestra sorpresa que todo el mundo en la asamblea emocionado y gritando vivas y aplaudiendo y vemos que el comité ejecutivo estaba enojadísimo porque habíamos tomado las mujeres el canal, porque a ellos no les convenía. Pero como toda la asamblea estaba pues bien contenta porque les habíamos quitado los brazos, digamos, al gobierno… porque era lo único que tenían, lo único que le quedaba, ya finanzas, la cámara de diputados, la cuestión judicial… estaban así cerrados, pues los 3 poderes, el legislativo, el ejecutivo, el judicial… entonces pues los medios era lo que les quedaban y se los quitamos, así fue como tomamos y así fue como nos quedamos y luego empezar a batallar con los compañeros maestros, porque había muchos que no estaban de acuerdo, cómo van a estar ellos cuidando a las mujeres que tomaron el canal, estaban en desacuerdo… ahí les salió todo el machismo de los hombres.
> Y luego estar saliendo a batallar afuera con los compañeros que ya estaban quemando patrullas y coches… fue horrible. Pero bueno, ahí fue donde nos quedamos, pero nos duró 20 días el gusto, porque a los 20 días quemaron las antenas y hasta allí llegamos. Pero nosotras no nos salimos de ahí, no salimos hasta el 28 de octubre, cuando entró la PFP. Hasta entonces no salimos de ahí, no nos quedó de otra." (Xiadani, 65 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

E foi justamente o protagonismo das mulheres e sua postura aguerrida que fez com que a APPO se conformasse de forma diferente do que tradicionalmente acontecia nas assembleias comunais, para a maioria dos povos que se auto-organizam e autogovernam, porém, muitas vezes sem incluir igualitariamente as vozes das mulheres:

> "Cuando en la Asamblea Popular de los Pueblos de Oaxaca que se formó en 2006 y se conformaron los concejales, no le dieron paso a las mujeres, o sea algunas mujeres tuvieron que pelear muy fuerte. Primero entre nosotras, para empezar, ahí está el primer problema, que tuvimos que pelear entre nosotras para que pudiéramos llegar como candidata a concejal. Y después ya al interior de la asamblea, luchar con los compañeros, que no le querían dar paso a que más mujeres ocuparan puestos de concejales ahí en la asamblea. Y bueno, pues ahí nos dimos cuenta que nadie iba a luchar, o nadie nos iba a dar lo que nosotras necesitábamos si nosotras no luchábamos para eso. Ni aquél que se dice líder ni nada." (Xiadani, 65 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

No início, as programações da Rádio Cacerola e da TV Cacerola tiveram um caráter mais de denúncia, em que vinham oaxaquenhas e oaxaquenhos simpatizantes com a luta dar suas declarações de apoio e também essencialmente manter todo o movimento e a cidadania informada do que estava acontecendo. Tratou-se também de uma estratégia fundamental de segurança, devido à urgência e a limitação de recursos. Com o tempo, entretanto, elas começaram a buscar recursos alternativos e usaram fundamentalmente a criatividade autônoma para produzir conteúdo cultural e programas, passavam filmes, e divulgavam

registros e histórias da luta popular e da repressão estatal no México, como o recente caso do massacre da Polícia Federal ao povo organizado na *Frente de los Pueblos em Defensa de la Tierra* (FPDT) em San Salvador Atenco[29], no Estado do México. Passavam também informações sobre as ações repressivas realizadas pelo Governador Arturo Ruiz Ortíz contra a luta magisterial e popular, como a perseguição e prisão de ativistas sociais e a violência policial usada contra a população em seu livre direito de expressão política, como no caso do dia 14 de junho. Esses fatos eram desconhecidos por grande parte da população e os meios tiveram, então, um papel fundamental em mobilizar a maior parte da população para se engajar ou apoiar a luta social em curso:

> "En realidad tomamos el canal 9 y nos correspondía a nosotras llevar y los compañeros iban a apoyar y estuvieron de acuerdo. Pero también nos tocaba dar rondines y a mi me tocó en alguna ocasión… eso sí, como había barricadas en el canal 9, aventaban a veces petardos o tiraban balazos afuera y se iban, o sea como esas cosas de intimidación y violencia psicológica. Entonces un día aventaron petardos y salimos como ocho y nos metimos a un pointer que estaba por el canal 9, salimos ocho mujeres a dar un rondín y ya salimos, nos metimos en el coche y con palos y escobas, eso era lo único que teníamos en ese momento, nos fijamos que no hubiera nada y se daban situaciones así y yo tenía 13 años, yo iba acompañando a mi mamá, pero quise quedarme. Entonces ya hubo momentos que como es un delito federal tomar medios de comunicación del Estado, amenazaban con que iban a mandar a los militares, pero todos sabíamos las prácticas que tenían, porque se habían llevado presas a varias profesoras y cuestión de abusos sexuales, de cómo opera la policía aquí en Mexico...entonces de cierta manera me preocupaba eso como niña, porque mi mamá era clara y me decía su miedo." (Nakawé, 24 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

[29] A *Frente de los Pueblos en Defensa de la Tierra* (FPDT) de San Salvador Atenco, cidade localizada no Estado do México, Região Metropolitana da Cidade do México, era uma luta dos floristas contra a construção de um aeroporto internacional que implicava na expropriação das suas terras. Após forte repressão estatal o movimento teve algumas conquistas, mas depois o governo voltou a pressionar e a perseguir a auto-organização popular em defesa de seu território. Em 2006, o movimento popular autônomo aderiu a *Sexta Declaración de la Selva la Candona* (EZLN) iniciando sua participação na Outra Campanha. No mesmo mês foi duramente reprimida pela Policia Federal, com mortos, muitos feridos, prisões e tortura. Muitas das lideranças ficaram presas durante anos com acusações criminais gravíssimas até que a Suprema Corte Mexicana os absolveu por falta de provas. Porém não houve nenhuma responsabilização das autoridades responsáveis pelas atrocidades cometidas pelas forças armadas contra a população. Após 12 anos de luta com o apoio da comunidade internacional, em 2018, o Estado Mexicano foi condenado na Corte Interamericana de Direitos Humanos pela tortura sexual em massa que exerceram sobre as 47 mulheres que foram presas, como parte das técnicas de guerra contrainsurgente adotadas pelos comandos da policia federal. Para uma visualização dos fatos ver 'Atenco, cronica de un pueblo rebelde', disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=TUi9iybjNtY

As preocupações das ativistas não estavam, então, em apenas trazer grupos musicais e culturais, criar conteúdo crítico e informativo, divulgar fatos sobre companheiros presos políticos e outros desaparecidos, mas também em estar permanentemente alertas quanto a sua segurança, já que os ataques de paramilitares às instalações do Canal 9 eram constantes. De acordo com Nakawé, elas planejavam as rotas para escapar, mas como a rádio estava em cima e a televisão embaixo ela teria que escapar sozinha e, por isso, passou a ter uma consciência mais autónoma sobre a sua própria segurança. Quando a repressão estatal se acirrou contra o movimento e a população, estes passaram a construir barricadas para se proteger. Nesse período, as informações repassadas pela Radio (em tempo real) eram fundamentais para a autoproteção, e as barricadas prioritárias ficavam próximas das ocupações dos edifícios do governo e dos meios de comunicação.

Mesmo com o clima de apoio mútuo entre as mulheres, haviam conflitos. Alguns eram relacionados a questões de personalidade e outros ligados a pertencimentos ideológicos de cada uma, que geravam divergências, mas que, em geral, eram superadas em prol dos objetivos comuns:

> "Pues en realidad yo creo que las diferencias se dan mucho por la cuestión ideológica a veces, pero también por estas maneras de ser personales. Eran muchas cuestiones de carácter las que se daban y generaban conflictos, eran meramente de carácter, porque no eran tanto discusiones teóricas en canal 9. Eran de posturas también ideológicas, de stalinistas, maoistas, trotskistas y pues obviamente había un choque, ese fue un conflicto, la ideología. Pero también se compartía la misma visión de que las mujeres estábamos sufriendo la opresión del sistema patriarcal y que finalmente estábamos ahí, en el mismo espacio, aunque a veces tengamos diferencias, dices "pues si tengo diferencias me voy", pero en realidad se quedaban y se han quedado. Porque justo lo que se comparte es construir en conjunto, movilizarse en conjunto, porque sabes que de manera aislada muchas cosas no se pueden dar." (Nakawé, 24 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Porém, com o ataque de militares e paramilitares que destruíram as antenas do Canal 9 à bala, não houve como recuperar as instalações e manter as transmissões. E mesmo em seguida, tendo sido tomadas as estações de rádio comercial para seguir com os meios de

comunicação livres que eram necessários para a resistência, não houve mais um espaço auto-organizado de mulheres que tenha sido tão bem-sucedido no ámbito de todo o movimento. Apesar de toda a batalha que as mulheres travaram, permaneceu a percepção da maioria das ativistas que estiveram presentes na TV e Radio Cacerola de que os espaços da APPO continuaram sendo predominantemente masculinos, e de que havia ainda uma hegemonização dos homens dos espaços de fala:

> "Pues es que en realidad quienes permeaban o lideraban eran hombres. Si yo los ubico en mi cabeza, de mujeres había, estaba mi mamá, otra compañera, otras… o sea las puedo contar a las que yo veía visibles, sin contar las que… es que había muchas mujeres que estaban activas pero en las asambleas o en los consejos era otra cosa… porque ahí se formó la Asamblea Popular, entonces había representantes y permeaban los hombres, pero también en esa cuestión de hombres, pues están… también como en estas cuestiones que se dan en cualquier parte… ¿no? peleas entre mujeres, si no, pelea entre una mujer contra otra mujer por uno de los líderes, o cuestiones de rivalidad por los líderes. Porque finalmente los hombres están en otros espacios pero la comunidad se tiene que formar entre mujeres y cuando se empieza a desprender esa comunidad, pues en realidad estamos divididas, ya no estamos juntas. Y de esta parte, los compañeros que son machos de izquierda, tampoco les interesa que haya tejido comunitario entre mujeres, porque nunca lo dijeron. De lo que yo recuerdo, nunca fue como… sí se sabía que había compañeras violentadas, pero nunca fueron directos en decir 'ustedes también importan'. Y fue que se fue desmembrando la comunidad de mujeres y siguieron los hombres. Se veía que permeaban la figura del hombre en las mesas y que había pocas mujeres." (Nakawé, 24 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Um dos efeitos mais perversos dessa hegemonia masculina nos espaços políticos é que o espaço para as mulheres ficou restrito, o que fez com que elas tivessem que disputar entre si o limitado espaço restante. Muitas vezes, as divergências ideológicas e conflitos de interesses entre os movimentos mistos, nos quais as mulheres participavam, operavam como um viés que repunha as lógicas de competitividade estabelecidas estruturalmente pela inimizade patriarcal. As mulheres acabaram tendo que disputar entre si pelo reconhecimento e aceitação dos companheiros que, ao cabo, eram aqueles que estabeleciam a dinâmica política dos espaços em padrões masculinizados:

> "Después de la represión queda esto… el encono, la división y eso… pues entonces, agárrate con tus más semejantes a construir lo que es que nos da sentido para estar donde estamos, Entonces pues allí empezamos con temas de interés, pues nosotras generamos una asamblea de mujeres en donde también le permitíamos acceso a los compañeros, pero siempre diciéndoles que para nosotros había quedado claro que la voz tenia una connotación machista.

> ¿En qué sentido lo decíamos? Que muchas veces en nuestros colectivos mixtos se daba que tu dabas una propuesta y no tenia validez hasta que la misma propuesta era tomada por un compañero, ¿no? Entonces eso tiene que ver que la voz está masculinizada, ¿no?" (Itzel, 33 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Mas elas não deixaram de estar continuamente tentando criar esses espaços de compartilhamento feministas. Algumas experiências foram bem-sucedidas e outras não, mas o que permaneceu foi uma memória afetiva importantíssima: é possível e necessário tecer comunidades feministas.

1.3. ***Defendiendo nuestros cuerpos-territorio:*** **feministas autonomistas en Oaxaca**

No dia seguinte ao despejo da *TV Cacerola*, as mulheres que haviam participado na ocupação do Canal 9 formaram a COMO – *Coordinadora de Mujeres Oaxaqueñas Primero de Agosto*. Nela se articularam várias organizações e também algumas mulheres independentes para gestar novos processos e uma agenda comum que contivesse as necessidades das oaxaquenhas. Algumas das organizações que passaram a integrar a COMO, entretanto, não faziam parte daquele grupo inicial que havia se organizado para tomar o Canal 9. O grupo inicial era, de acordo com Xiadani, em sua maioria, formada por mulheres de associações de bairros e de comunidades indígenas independentes e que estavam recém começando sua trajetória de participação política.

As mulheres que haviam se conhecido no Canal 9 estavam interessadas em construir algo coletivamente e haviam pensado em fazer uma frente de lutas, que acabou se conformando na *Coordinadora*. Algumas das mulheres que passaram então a integrar a COMO, nesse momento, vinham de sindicatos fortes e de organizações que tinham muitos anos de trajetória e de trabalho com interesses próprios já bem estabelecidos. Isso acabou gerando conflitos pois, ao invés de um ambiente de apoio e colaboração, formou-se um

ambiente de competição, pois cada organização queria mandar representantes para a APPO. Segundo Xiadani, elas propuseram fazer uma assembleia de todo o estado de Oaxaca, mas poucas mulheres das comunidades vieram e, ao fim, a predominância dessa forma de política já viciada das organizações acabou desestimulando-as a prosseguir em tal espaço:

> "Entonces nosotras no las conocíamos y no sabíamos para donde jalaban, o sea de qué… cuál era su tendencia, la ideología que cada una traía. Aparentemente, nosotras pensábamos que todo era izquierda o era derecha, para mí así era en ese tiempo, o eres de izquierda o eres de derecha. Eres de izquierda, pues somos compañeras… y no era así. Dentro de la izquierda hay un montón de organizaciones de corrientes que se dan hasta con la maceta y nosotras todo eso lo desconocíamos y entonces… Y había unas discusiones tremendas, tremendas, que eran discusiones de horas y de no llegar a ninguna parte. Empezamos a poner mucho más atención y a decir "¿pues qué pasa aquí?" y entonces nos dimos cuenta de cuál era el pensamiento de ellas y quisimos hacer una asamblea de mujeres a nivel estatal. No se logró, únicamente llegamos pocas, como unas 80, 100 mujeres a lo sumo, y cuando llegamos empezó a darse la división entre ellas y nosotras quedamos de este lado, porque empezamos a ver que se peleaban a muerte por ser… teníamos que sacar concejales que se iban a ir a la APPO por parte de la COMO, teníamos que dar 10 concejales y resulta que se pelearon y dijimos "¿pues por qué tanta cosa?" (...) Porque ahí se maneja el poder y entonces a muchas de ellas les interesaba, que dentro de sus organizaciones les interesaba colar a una mujer porque sabían que esa era la representante de esa organización." (Xiadani, 65 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

E elas foram se dando conta de que não queriam estar em tal espaço, pois viram muitas atitudes dessas dirigentes com as quais elas não compactuavam de forma alguma. Xiadani relata que ficou muito decepcionada com atitudes racistas delas e ficou desiludida pensando que todos os projetos e sonhos de construir juntas, que haviam nascido daquela luta, tinham "ido pelo ralo", e que ela já não voltaria mais a esses espaços. Mas outras companheiras, que também estavam muito incomodadas com a situação de competitividade, discriminação por origem, trajetória política e etnia, compartilharam seus sentimentos e decidiram todas juntas sair da assembleia:

> "Porque resulta que este grupo que, todas supuestamente de izquierda, pero digamos que este grupo les dijo a las compañeras que venían de comunidades: "indias, pata rajadas, ustedes no saben hablar bien, ¿para qué quieren estar allá?" Eso me dolió a mi mucho. Y dije, de entrada eso fue lo que me hizo pensar, "saben qué, yo no puedo estar ahí" y dijeron las demás "no, no podemos estar acá". Y entonces fue que nos salimos de la asamblea y dijeron "¿por qué se van?", "¡No queremos nada!". Mira, lo hablamos y nos salimos tristísimas de la asamblea. Yo me vine llore y llore y llore todo el camino. "Yo no quiero estar con gente así!", entonces ¿con quién vamos a luchar, con quien nos vamos a organizar? Al otro día nos reunimos las 10 que nos habíamos salido y dijimos "pues es que tampoco nos podemos separar así porque sí

> queremos seguir. Caminemos las 10 y a ver qué pasa". Y bueno, nos seguimos reuniendo. Eso fue como a mediados de febrero." (Xiadani, 65 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Após esses fatos, os conselheiros da APPO quiseram se reunir com elas para tentar resolver o conflito, já que a COMO ainda tinha uma presença forte, pois tinha sido formada pelas mulheres que tomaram o canal. No entanto, elas não aceitaram interferências e decidiram se separar definitivamente. Afinal, muitas daquelas mulheres não tinham participado da ocupação dos meios de comunicação, entraram no movimento depois, e queriam apoderar-se dele. Então, elas decidiram abdicar daquele espaço e ser congruentes com o que pensavam, o que diziam e o que faziam. Passaram-se alguns meses em que elas ainda participaram da COMO, pois o movimento seguia. Entretanto, em julho daquele ano, um número de 10 a 12 mulheres decidiram se retirar e formar um novo coletivo. Definiram como princípio que todas as companheiras poderiam aportar e participar dos debates e decisões, independentemente da experiência ou trajetória política.

E foi assim que nasceu, em 2007, o coletivo "Mujer Nueva". Nesse momento elas já estavam conformadas enquanto coletivo, mas não haviam definido objetivos e propostas para seu caminho na luta social. Assim, começaram a fazer a reflexão sobre os processos de suas vidas, sobre as formas em que se manifestava a violência contra as mulheres. E elas estavam muito interessadas em trabalhar essa questão, porém, queriam seguir atuando no movimento misto. Nesse momento elas não quiseram se assumir como feministas, pois o contato que tinham tido com algumas feministas não havia sido positivo. Foi quando uma companheira que era feminista as convidou enquanto coletivo para participar na apresentação de um livro:

> "(…) no queríamos asumirnos como feministas, como que nos chocaba la palabra. Y fue hasta que en una ocasión, una maestra de la UAM Xochimilco, vino a presentar un libro; la verdad es que no se cómo fue que nos invitaron, una compañera que también es feminista, se lleva con las de Consorcio y ya nos dijo… se acercó y nos dijo si nosotros podíamos presentar una parte de un libro que era, creo que el libro se llama 'las cuatro corrientes del feminismo, o la historia del feminismo', algo así, no recuerdo el nombre.

> Y entonces a nosotras nos dio la parte de las feministas populares. Un recuento de toda la historia del feminismo, donde explica muy bien por dónde han caminado las distintas corrientes y bueno, desde la tradicional hasta el feminismo popular. Y bueno, dijimos… lo consensuamos si podíamos hacer la presentación… nunca habíamos presentado en nuestra vida un libro y dijimos 'bueno, pues adelante, hagámoslo', porque nos gustó de entrada, el hecho de ir nada más medio que leyendo así parrafitos, para darnos una idea, pues nos gustó y entonces dijimos 'bueno, pues vamos a presentarlo, aúnque no sabemos como', pero todo lo hacíamos en colectivo; leíamos, nos reuníamos, apartamos ideas y bueno, a medida que nos fuimos leyendo… ¡dáte cuenta que era nuestra vida! O sea, que esa historia del feminismo popular era lo que habíamos nosotras recorrido de alguna manera en esos poquitos años." (Xiadani, 65 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

O processo descrito por Xiadani chama atenção para o quão importante é a forma de se contar a história dos feminismos, incluindo-se nessa narrativa as mais diversas expressões da luta emancipatória das mulheres. Contrariando algumas perspectivas que acreditam que isso geraria um processo vertical de heteroidentificação, o relato de Xiadani nos sugere que ela sentiu sua luta reconhecida ao ler a história feminista contada daquela forma. Nesse sentido, incluir movimentos que não se delimitem ao meio universitário, branco e de classe média, numa compreensão mais ampliada dos feminismos (mesmo que parte das mulheres daquele segmento não se identifiquem como tal), pode vir a criar a possibilidade de que diferentes mulheres sintam suas experiências refletidas e valorizadas naquela narrativa e possam, a partir de então, denominar-se feministas ou não. No caso de Gisela Espinosa Damián (2009), seu trabalho[30] é precioso, pois além da riqueza documental e histórica deste,

[30] Gisela Espinosa Damián (2009) propõe uma reconceituação dos enquadramentos sobre os movimentos no México, discordando da divisão entre movimento amplo de mulheres e feminismo e que exclui da história organizações populares, indígenas e aquelas ligadas a grupos mistos da esquerda na delimitação do campo feminista. Concordando que o termo feminismo não deve abarcar demandas conservadoras e retrógradas no que tange às relações de gênero, a autora diverge de uma caracterização do feminismo que acaba por incluir apenas setores de classe média, branca, universitária ou profissional.

Espinosa Damián ressalta o potencial revolucionário gerado por essa troca entre mulheres dos setores populares, operários e campesinos, com histórico de atuação em movimentos de resistência com corte de classe e etnia, e ativistas com longa trajetória de atuação na luta por autodeterminação sobre o corpo, a sexualidade e a reprodução. Juntas, essas vertentes feministas debateram vivências cotidianas de opressão e construíram análises sobre as matrizes de dominação que as perpassam enquanto mulheres trabalhadoras, indígenas, rurais etc. Mesmo convergindo fortemente em torno de demandas comuns, a divergência nas estratégias de lutas políticas caracteriza uma das maiores barreiras para a atuação comum, o que não impediu algumas articulações nas lutas.

ela preserva, ao mesmo tempo, as especificidades de cada vertente e valoriza os intercâmbios possíveis entre elas.

> "Y mucho me acuerdo que cuando llegamos y presentaron a cada una de las participantes, le dijeron '¿es usted feminista?' y ella dijo 'no'. Inmediatamente dijo 'no, no soy feminista'. (…) y entonces… se hizo la presentación, pero después de que se hizo la presentación, empezamos a platicar más en corto y entonces nos fuimos dando cuenta que en realidad pues sí éramos feministas, ahí nos dimos cuenta '¡pues es que sí somos feministas!', pero nos gustaba el apellido. Dijimos 'bueno, está bien el nombre', pero nos gustó el de feministas populares, porque veníamos de organizaciones mixtas, o de movimientos mixtos, pues no veníamos de alguna organización en específico. Pero sí veníamos de movimientos mixtos y habíamos pasado lo mismo que relataban las mujeres. Y así fue como entramos en contacto, ya un poco formal con el feminismo. Y dijimos, 'ah, pues somos feministas, ¡pero feministas populares!'". (Xiadani, 65 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Apesar de que estas mulheres, inicialmente, não queriam ter contato com as feministas de organizações sociais, um tempo depois começaram a participar de capacitações com *Consorcio Oaxaca*, onde conheceram o trabalho que outras mulheres faziam e passaram a interagir mais com suas propostas.

> "Entonces había que entender que nosotras teníamos temas de interés que tratar, como reapropiarnos de nuestros cuerpos, de nuestras ideas, porque en esas alturas era… que nada era nuestro. Entonces, desde ahí lo hicimos. Nos dimos cuenta de la palabra, y empezamos a decir también que para nosotros el cuerpo era un primer territorio porque había que considerarlo también…. entonces nos dimos cuenta de eso… y tampoco nos dimos cuenta solas, porque empezamos a conocer a otras mujeres, de otros lugares, de otros países, y que ya habían sistematizado su realidad, y que empezaron a compartir un poco de teoría, y entonces allí fue que entendimos que sí éramos feministas, que podíamos llamarnos así, porque era lo que estábamos haciendo." (Itzel, 33 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Como o enfoque do grupo era trabalhar nos bairros populares com as mulheres que eram suas amigas e companheiras e que estavam na luta de 2006, elas começaram a realizar atividades e oficinas nos bairros com apoio dessa rede de feministas que, por sua vez, formaram parcerias com organizações, apresentando vídeos e promovendo debates. Resistindo à ideia de se formar uma associação civil (ONG) – que foi o rumo de muitos dos

---

É importante ressaltar que desde a insurreição zapatista em 1994, passando pelas diversas coordenadoras de lutas indígenas, campesinas e operárias, até as revoltas mais recentes decorrentes das mobilizações de professoras/es e estudantes, houve forte organização das mulheres em torno de demandas feministas e de disputa por reconhecimentos de suas ações políticas coletivas.

grupos que se constituíram em 2006 – elas decidiram buscar alternativas para gerar recursos econômicos que pudessem manter as suas atividades pois, mesmo que a maioria tivesse um salário como professora, este não era suficiente para que conseguissem aportar o suficiente para os gastos com transporte e materiais na viabilização desses encontros. E então, algumas começaram a trabalhar com saúde natural:

> "Y luego, la misma doctora de la que te estoy platicando, que presentó el libro, ella nos enseñó a hacer pomadas y jabones con plantas medicinales y entonces dijimos 'ah, como que sirvió para dos cosas, para sostén del colectivo para que pudiéramos ahí tener un poquito de recursos'" (Xiadani, 65 anos, entrevista, Oaxaca, 2017).

Posteriormente, outras organizações da Alemanha e da Suíça também contribuíram para que elas realizassem atividades, como um encontro de mulheres, onde formaram mais propostas e começaram a trabalhar de forma mais sistemática com as companheiras dos bairros populares. E assim surgiu uma alternativa econômica e a possibilidade de estar em contato direto com outras mulheres, intercambiando conhecimentos, experiências e produtos: o *tianguis popular*, que é uma forma tradicional de mercado de venda e troca de produtos:

> "Y entonces fue así que fueron generándose más temas, y después el asunto de nuestra productividad, nos dimos cuenta que muchas de nosotras hacían cosas productivas, como que hacían de comer, o con medicina, o con coser, este… o cocinar, entonces criamos un tianguis, para tener nuestra producción, ofrecer talleres, hablar de temas que normalmente no son muy comunes, ¿no? Como menstruación, las luchas del país, cuales son las luchas que nos están atravesando los pueblos de Oaxaca, o sea como mantener viva una memoria de lucha, ¿no? Entonces fue como un pretexto, lo del tianguis y eso. (…) Lo que siempre hay que rescatar es lo profundo que deja el movimiento, ¿no? Poder compartir una visión de vida distinta, desde la práctica. (Itzel, 33 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

As relações sociais produzidas nesse espaço emergente do movimento social formaram parte vital da rede iniciada em 2006 e criaram um sentido de identidade coletiva entre as participantes, especialmente aquelas que não pertenciam a uma organização formal. A participação massiva das mulheres nas Assembleias Comunais das comunidades indígenas, que antes era o tempo todo disputada, consolidou-se como algo reconhecido e colocado em

prática entre todos os povos oaxaquenhos, tendo sido também consolidada na lei eleitoral que passou a reconhecer as formas de governo dos povos originários em sua legitimidade, também no plano institucional.

Mas um dos aspectos mais fundamentais das transformações que se deram nesse processo, foi a de uma mudança radical na forma como a imagem da mulher oaxaquenha hoje se propaga em suas comunidades e também para todo o mundo:

> "A partir de eso, sí quedó marcada Oaxaca, fue una imagen diferente en las mujeres oaxaqueñas. Fue como las mujeres oaxaqueñas son aguerridas, porque tomaron el canal 9 y dieron la batalla en el conflicto de 2006. Entonces sí cambió desde mi punto de vista, la perspectiva, pero también se abrió el espacio y la participación política de las mujeres, que sí se ha dado pero ahí se mostró más y después se dio más todavía de ver a mujeres ocupando otros espacios y claro que también políticamente pues empezó el auge de la paridad de género, en presidentes municipales, diputadas, etc. Fue que se empezó a dar la visibilización más de la mujer oaxaqueña. Y fue la mujer oaxaqueña aguerrida." (Nakawé, 24 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Toda uma cultura política criada a partir de então (coletivas, projetos, organizações, grupos e espaços construídos por pessoas diretamente envolvidas nos movimentos), acabou tendo como fruto um campo amplo, diverso e, também, mais integrado e colaborativo entre os movimentos feministas:

> "A partir que se desintegró la COMO se formaron muchas colectivas y muchas traen este antecedente de lo que fue la APPO, entonces varias que estuvieron en esa toma formaron varias colectivas y desde las diferentes colectivas, digo finalmente puede haber diferencias entre todas, pero al final del día, de cierta manera todas están intentando hacer algo desde su organización y con una perspectiva feminista y muchas con una historia de lo que fue el canal 9. Y que es también preservar esta memoria histórica de mujeres, no la memoria histórica patriarcal que nos han contado tanto, sino que en Oaxaca las mujeres hicieron historia. Entonces creo que también esos grupos permiten que esa memoria histórica se vaya propagando, o sea por ejemplo te cuento esto del canal 9 y con las que comparto les puedo comentar eso y las que lo vivieron desde otro lado también apoyaban, también tienen esa memoria histórica desde su perspectiva, entonces es eso, se hizo, se puede hacer… y también un aliento aunque sea para generar comunidad entre nosotras. Entonces yo creo que después del 2006 se hizo más grande la organización entre mujeres, desde diversos puntos, pero desde el derecho, desde el auto cuidado, desde la cuestión de la alimentación, desde muchos puntos de vista se empezó a hacer." (Nakawé, 24 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Naran acredita que muitas das iniciativas geradas não tiveram muita longevidade devido às divisões internas, conflitos por financiamentos e vícios gerados por certo grau de

institucionalização que ocorreu devido à chegada de investimentos estrangeiros que, por sua vez, teriam corrompido muitos projetos e organizações e comprometido a sua autonomia. Porém, ela também acredita que algo nasceu do convívio coletivo naquele espaço que proporcionou, por exemplo, maior apoio mútuo entre pessoas de diferentes gerações. Um aspecto destacado por grafiteirxs oaxaquenhxs, que participaram do movimento em 2006, foi o contato próximo com vizinhxs mais velhxs, que passaram a reconhecer e estimar xs jovens como uma força de segurança popular (Magaña, 2015). As barricadas eram o espaço de autodefesa do movimento social, que serviam para impedir que os paramilitares e a polícia atingissem os pontos chave para o movimento social (em especial os meios de comunicação) e também serviam para proteger a vizinhança. Mas foi sobretudo nesse espaço, onde se construía a luta comum, que as pessoas idosas (especialmente as mulheres anciãs), também tiveram funções fundamentais para preservar a segurança coletiva:

> "¿Yo creo que cada una se lleva su experiencia no?, de lo que vivió. Y yo creo que sobretodo pues abrimos los ojos ¿no? Abrimos los ojos y ya no se pueden cerrar. Este, sí cada una se lleva su propia experiencia. Desde haber estado, o no haber estado, o haber visto o escuchado. Yo creo que nadie, nadie queda exento de los que pudieron estar, nadie queda exento, nadie se fue limpio. Y hay gente que odia a todos los que tienen que ver con el movimiento y hay gente que ahora vive de eso ¿no? Entonces, pues yo creo que fue algo que definitivamente trascendió sobre todo a nivel estatal, sobretodo a nivel local ¿no?, y en los Valles. Y como mujeres creo que hubo mucha resistencia de mujeres ¿no?, se vio a las mujeres, realmente eran las mujeres las que sostenían el movimiento ¿no? Las que cocinaban, las que ponían la barricada, las que ponían el atolito, se sentaban a tejer ¿no?, ahí en las barricadas, eran ellas, ellas sostenían el movimiento, ¿no? Entonces yo creo que ver las abuelitas que ya van a poner su barricada, a poner el café, que están tejiendo ahí, mientras pasan la noche, ¿no? Es algo que, pues nadie lo va a olvidar, no? Y que como mujeres, pues enseña demasiado, ver a una abuelita, a las mujeres mayores llevar comida para todos, después del enfrentamiento o en el enfrentamiento que eran las mujeres quienes rompían las piedras para llevarse a los chavos adelante, y eran mujeres quienes estaban rompiendo las banquetas, no? Seguir haciendo piedras, y que eran las mujeres que después de todo el enfrentamiento llegaban con comida, entonces esto está en la memoria de todos ¿no? Del movimiento social de 2006, y en particular de la experiencia de las mujeres." (Naran, 34 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

As marchas e barricadas foram um dos poucos espaços em que as jovens sentiram a sua participação legitimada pela sociedade oaxaquenha, e foi a partir dai que se estabeleceu uma

relação mais forte entre xs jovens e as pessoas de maior idade, as *abuelas*, que estavam construindo conjuntamente a resistência nas ruas.

Figura 13: Polícia Federal do México reprimindo a população em Oaxaca de Juárez

Fonte: Sinembargo.mx

Muitxs movimentos jovens começaram a desafiar as noções estatais de indigeneidade (que são delimitadas pela fluência nas línguas indígenas), passando a se identificar como indígenas urbanos a partir desse momento político. O ato de resistir à injustiça e de participar de uma luta coletiva que conecta a juventude a uma rica história e ao presente de resistência indígena e das comunidades foi revolucionário e transformador de todo o campo de lutas sociais no estado, inclusive dos próprios feminismos.

Para essa juventude, a participação nos movimentos sociais foi um elemento essencial que impulsionou a construção das suas identidades indígenas para além daquelas simbologias impostas pelo governo, como a língua, as vestimentas ou a residência. De acordo com o relato de uma ativista, citado por Magaña (2015), “As barricadas não estão mais nas ruas, mas as barricadas não eram apenas o espaço físico. Elas são também a transformação profunda que elas produziram, as relações sociais, as interações cotidianas” (p. 170). E estão muito fortes

em todos os espaços feministas em que, muitas vezes, se reconhecem as ativistas por serem filhas, sobrinhas, irmãs de alguma mulher que teve participação ativa no movimento – uma segunda geração que traz consigo uma perspectiva política originária enraizada culturalmente:

> "(…) en el 2006 de por sí desde antes ya había muchas mujeres en organizaciones sociales, ya había como también un proceso de mucha gente que se organizaba. Aunque culturalmente lo de siempre, lo mismo que pasó en el 2006. En el 2006 había mucha presencia de mujeres en las barricadas, en los plantones, en todos lados, pero cumpliendo funciones culturalmente estereotipadas. Entonces lo que sí fue fuerte fue la combinación de eso, de mujeres, una marcha de mujeres, que se va a la toma de un medio de difusión, que eso fue lo sorprendente así como "claro!" y era, no era un medio de difusión radio, era televisión, y vamos porque estamos hartas de que no nos vean, que no nos escuchan, que no nos digan. Entonces cuando se les niega eso y toman el canal 9 es cuando toda la gente va "¡Claro! A ver si son las mujeres que están tomando el canal." porque es demasiado simbólico pues, demasiado fuerte, un medio de comunicación. Así creo que fue el origen de muchas cosas. Y ya después lo mismo, todo se monta sobre un hecho que ha organizado las mujeres y de repente se toman varias estaciones de radio, pero la presencia de las mujeres sigue estando ahí siempre. Entonces yo creo que eso sí fue un buen antecedente para que ahora mucha gente que se esté metida en movidas haya sido que sus mamás estuvieron metidas en esa época, que sus hermanas, que ellas mismas estuvieron en esa época. Entonces ahora es: "Quién hace esto? Pues fulanita es la hija de la que estuvo en tal." "Ah, pues la hija, la sobrina, de tal señora." Pues ahí va la segunda generación haciendo cosas. Y también la gente que ahora que se acerca más, está más al pendiente de lo que está pasando, que se acerca más a los eventos que se hace. Entonces creo que eso también, desde el 2006 creo que cambiaron muchas cosas. Y siempre Oaxaca ha tenido ese antecedente como un lugar del Sur, muy enraizado culturalmente, mucha gente originaria, una perspectiva cultural distinta. Entonces siempre ha tenido eso y creo que ahora también mucha gente se acerca de los movimientos sociales y de las actividades sociales por ese interés. No sé si sea más fuerte que antes porque es relativo, pero creo que sí, que ese antecedente fue importante para muchas mujeres." (Eusebia, 29 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

É nesse seio de luta social que muitas ativistas vão se inserir, já existindo um lastro significativo em termos de experiência de participação, mesmo numa idade muito precoce. Algumas dessas ativistas jovens possuem um envolvimento de muitos anos no movimento anarcopunk – algumas há mais de 13 anos, ou seja, desde que tinham por volta dos 14 anos, elas já participavam nesses espaços e coletivos. Aí elas tiveram um contato aprofundado com as ideias anarcofeministas, produziram fanzines, iam a shows e a protestos, como a marcha do dia 2 de outubro em luto pelo Massacre de Tlatelolco em 68. Nesse período, elas já

começaram a fazer o treinamento de autodefesa com mulheres, nos ambientes políticos nos quais se inseriam.

Ao saírem desses espaços, especialmente devido a conflitos, elas decidiram pela auto-organização entre mulheres e se afastaram do movimento anarcopunk misto. Algumas se juntaram a colegas da universidade, muitas delas lésbicas, com algum grupo que fazia performance, vídeo, intervenções e diversas atividades. Elas se denominaram então *Agrupación de Mujeres Violentas* (AMV), a partir de uma música de uma banda da Espanha. Eusebia conta que um dia a convidaram para dar uma oficina de autodefesa para mulheres e, mesmo ela dizendo que sabia pouco, elas quiseram organizar, e ela gostou muito e foi aí que se interessou por treinar uma luta de forma consistente e entrou para o Kung Fu Chao Lin.

Foi então que elas desenvolveram uma técnica própria e peculiar de autodefesa para mulheres que se chama WinBao. Nisdao ressalta que há pouco registro do feminismo em Oaxaca, que elas ficaram sabendo que 10 anos antes houve uma oficina de autodefesa na cidade com professoras de Monterrey e Chicago, mas que não havia nenhum registro, o que acabou tendo consequências negativas na memória dessa luta e nos intercâmbios possíveis entre as próprias experiências. No início, elas treinavam em parques e outros espaços abertos, mas se sentiam muito expostas, pois as pessoas ficavam "encarando muito". E junto a novas integrantes elas constituíram um coletivo que tinha também o objetivo de geração de renda. E para a questão do espaço, buscaram uma solução através da contrução de um projeto comum com outro coletivo de mulheres, que era o coletivo *Mujer Nueva,* formado por professoras e por outras lideranças sociais que, em 2006, haviam participado na APPO:

> "Primero empecé a trabajar con estas chicas del taller de autodefensa para mujeres y pues eso, dábamos talleres y tomábamos talleres y entre nosotras íbamos creando una dinámica para poder enseñar lo que aprendíamos a otras chicas. Y con estas mismas compañeras hicimos un colectivo de diseño social, que era una manera de ocupar nuestro tiempo, pero también de relacionarnos en torno al mismo feminismo y, además, pues producir cosas para ganar dinero. Y tenemos este colectivo que se llama Lucha Chula, que era de diseño social y después nosotras

> nos juntamos con un colectivo que se llama 'Mujer Nueva', que es un colectivo de mujeres maestras que surgió a partir de la lucha magisterial de 2006. Muchas maestras se organizaron entre ellas para, pues también como mujeres buscar visibilidad dentro de la lucha. Entonces en 2012 o 2013, nos juntamos a ellas, el colectivo de autodefensa de mujeres y el colectivo 'Mujer Nueva' y abrimos un espacio en Jalatlaco, que se se llamaba Pa'Su Mecha y tenemos también ahí mismo una biblioteca y un estanquillo, que era como una tiendita en donde todas las mujeres que quisieran podían traer sus productos a vender y nosotras los vendíamos por ellas y pues les dábamos su dinero. Y ahí mismo hacíamos como eventos, era un espacio cultural." (Martina, 25 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

As feministas do *Mujer Nueva* tinham acabado de voltar de uma visita à Bolívia, onde conheceram Maria Galindo e Julieta Paredes e seu trabalho autônomo na Casa dos Desejos. Então elas convergiram nesse ponto de querer muito construir um espaço autônomo entre mulheres. Juntas realizaram um trabalho no espaço Pa'Su Mecha, que durou de 2013 a 2014 e foi referência no feminismo autônomo da cidade. Porém, tiveram muitas dificuldades, especialmente devido a conflitos geracionais. As mais jovens do WinBao vinham de uma experiência do movimento punk, de fazer política na rua e não aceitar nenhum tipo de financiamento. Já as integrantes do *Mujer Nueva* eram aposentadas e, por isso, tinham maior estabilidade financeira, mas estavam envolvidas em uma série de atividades de militância que não lhes dava tempo para cuidar do espaço coletivo em termos práticos, de limpeza e organização. Além disso, elas achavam ótimo que as feministas de organizações sociais (ONG's) viessem ao lugar para celebrar aniversários e outros bons momentos. Mas, como as jovens eram as que mais faziam as tarefas para a manutenção do espaço e do Café, elas sentiam que aí se marcava uma relação hierárquica, onde elas estavam lá para "servir as outras", repondo uma lógica colonial em sua visão. E o mesmo também ocorria nas tarefas de mobilização:

> "Desde el princípio fue difícil, el punto en comun era la necesidad de un espacio autonomo de mujeres. Pero el 'cómo' fue el problema, tenian una perspectiva totalmente distinta. Las de Mujer Nueva tenian una postura maternalista, la perspectiva de ellas era brindar todo, y nosotras eramos las que hacian todo: sostenian el cafe, limpiávamos, acomodávamos, organizavamos talleres, difundiamos, pegavamos carteles, volanteavamos. Ellas como tenian más ocupaciones no podrían estar en todo, no ayudavan y querian ofrecer todo gratis, cafe,

> quedó como alguién es la patrona y las otras son la que trabajan. ¿Que de autonomo tiene eso?" (Martina, 25 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Após esse período juntas, uma das integrantes de *Mujer Nova* afirmou que seus familiares tinham pedido a casa, o que foi contestado por algumas das jovens, que criticaram o fato delas terem continuado realizando atividades no espaço que, em grande parte, tinha sido visibilizado devido ao trabalho que elas fizeram. As ativistas jovens, então, alugaram um espaço num bairro mais afastado do centro, onde o preço do aluguel era mais acessível, o que foi positivo, pois mais mulheres que não moravam nas zonas mais privilegiadas da cidade puderam participar dos treinos. Em 2017, as feministas do WinBao já contavam com uma trajetória de sete anos trabalhando com a autodefesa das mulheres de forma autônoma, autogestionada e autoorganizada.

Nos últimos anos, o projeto que tem tido a maior responsabilidade na renovação e no fluxo de novas ativistas no campo do feminismo é a *Escuela para la Libertad de las Mujeres*, que é justamente um projeto de educação popular, voltado para mulheres que não são ativistas. Seu projeto pedagógico é voltado para a capacitação em conhecimentos sistematicamente restritos às mulheres, como carpintaria, elétrica, etc. Porém, o projeto inclui também uma formação teórica feminista que traz as interpretações de diversas pensadoras sobre as estruturas do patriarcado e da heteronormatividade, as lógicas subjacentes à violência contra a mulher, apresentando as diversas correntes feministas. Além disso, a autodefesa feminista é trabalhada como fundamental para os processos de resistências, incluindo-se os vários treinos substanciais, com professoras especializadas.

A maioria das ativistas entrevistadas afirmou que passou a se declarar feminista após sua passagem pela *Escuelita*, nome carinhoso pelo qual chamam a *Escuela para la Libertad de las Mujeres*. Essa formação permitiu que elas entendessem melhor a história do feminismo e

de suas correntes e, também, que deixassem de lado os preconceitos que geralmente são reproduzidos em seu entorno sobre o feminismo. Mas, o que foi ainda mais ressaltado foi o fato deste espaço proporcionar a elas a oportunidade de criar comunidades entre mulheres das mais distintas idades, sendo uma experiência muito positiva que as estimulou a estar em espaços entre mulheres, nos quais, inclusive, se sentem mais seguras.

Assim como no caso da *Escuelita*, aproximadamente metade das entrevistadas passou pelo *Diplomado de Estudios de las Mujeres, Feminismo y Descolonización,* que para elas foi fundamental para conhecer outras perspectivas que não fossem focadas numa visão ocidental. O feminismo comunitário foi assinalado por quase todas como o que elas mais se identificavam porque ele endereçava seu foco para diversas questões relativas à realidade e ao contexto de Oaxaca que, por ser uma região que é regida pelos usos e costumes tradicionais, tem uma dinâmica específica. Também ressaltaram a importância de se aprofundar numa leitura sobre o racismo proveniente das indígenas mesoamericanas, tais como a socióloga oaxaqueña Judith Bautista (2016) e a guatemalteca Gladys Tzul-Tzul (2014).

O *Diplomado* foi a malha teórico-prática que estruturou a construção da *Feria Internacional de Libros de Estudios de Mujer, Feminismo y Descolonización* (FILMUFE), evento articulador do ativismo feminista oaxaquenho que foi a principal referencia para a delimitação do campo de pesquisa da presente tese. A FILMUFE foi o espaço que articulou essas perspectivas teóricas das ativistas com atividades e oficinas práticas de trocas de experiências sobre aborto, sobre formas de participação das mulheres indígenas nas assembléias comunais, bem como sobre trocas de tecnologias a respeito de publicações e radios livres e também sobre as formas de autodefesa digitais. A Feira também foi o palco de uma experiência bastante inovadora em termos de "justiça alternativa" que foi: frente à ineficiencia e cumplicidadade do Sistema Judiciário, a realização de uma performance criativa,

de um grupo de ativistas universitárias (MUOVAS) que, na presença de todos os meios de comunicação hegemônicos locais, tornou públicas todas as provas ratificadas pela investigação do Ministério Público do estupro cometido pelo Professor Arturo Ruiz López, da Universidade Pública estatal UABJO, a uma aluna e funcionária sua, durante a realização de uma pesquisa de campo.

Nakawé acredita que, apesar do feminismo em Oaxaca ainda ser pequeno e alcançar poucas mulheres, ele está crescendo e está mais forte: pessoas novas circulando nos espaços, muitos grupos fazendo ações e atividades no campo das artes, da cotidianeidade, de suas profissões, e buscando a autonomia econômica e a autogestão.

Figura 14: *Marcha del 8 de marzo Combativo*, 2016, Oaxaca, MX.

Fonte: Feministas Oaxaca

Uma questão que vem preocupando muito a maior parte das ativistas é o aumento dos feminicídios, e que precisamos não apenas refletir, mas também intervir sobre o contexto do fenômeno para que sejamos capazes de gerar espaços mais seguros. Essas presenças têm

convidado e estimulado muitas feministas que estavam acomodadas em suas atuações profissionais na academia, nas associações civis ou em órgãos governamentais e as tem convocado a também participar das ações:

> "yo he visto que a las chavas, a personas como de pongamos 16, 29, 28, les interesa el activismo, salir a las calles, hacer cosas… la autodefensa. Pero a las personas adultas, yo lo viví… no les interesa tanto el activismo de salir, de gritar o de hacer actos, performances, de intervenir, de ir a espacios públicos, de escraches… que son maneras también de visibilizar las violencias, como que a ellas les interesa la parte teórica, porque ya hay más estabilidade. Entonces ahí hay un problema que nos divide, porque nosotras como jóvenes estamos abiertas a la teoría. Que ellas también se den cuenta de que no todo es teórico, que también tenemos que organizarnos y accionar. Pero eso es algo que es una diferencia y que algunas no van, no les interesa salir a las calles, o que tienen otra perspectiva más sesgada por este conocimiento. Porque sí el conocimiento te hace libre de cierta manera, libre de que te tenga enajenado el sistema, pero no te libera de las opresiones cotidianas, entonces el conocimiento se ha sobrevalorado demasiado para debatir, argumentar, teorizar, pero que justo nos invade o nos permea esta cuestión tan cuadrada, tan de teoría, porque también hay cuestiones de vivencias, de interacción entre mujeres, de apoyos, de apoyos mutuos, de sororidad, de que si la compañera fue violentada, todas tendríamos que organizarnos, porque si tocaron a una, tocaron a todas." (Nakawé, 24 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

E então vemos o quanto as ativistas acreditam que a sua atuação é fundamental no caso de Oaxaca, que é uma cidade pequena para o contexto mexicano, e onde há, como atestamos, as trocas translocais (COSTA E ALVAREZ, 2009) que são proporcionadas por esse cruzar de fronteiras de feministas de várias partes do país e do mundo. O fato de Oaxaca ter se tornado esse lugar de construção de uma utopia feminista, onde a insurgência é potencialmente capaz de construir experiências únicas e também novos vínculos comunitários, atrai muitas pessoas que não apenas trazem outras experiências, mas também um frescor e a sua sede por ação que, por sua vez, têm produzido muitas outras mudanças:

> "Ese lema de cuando tocan una respondemos todas creo que se ha visto, por ejemplo, aquí en Oaxaca, que yo sepa, ha habido dos escraches entonces eso es algo bien lindo y donde se ve la organización, donde se ve la rabia organizada. (...) ya en ciertas acciones, en ciertas marchas, pues nos vemos cada vez más, más mujeres. Eso es bien positivo porque poco a poco vamos aumentando y que todo eso.. Por ejemplo eso también viene como parte de las diferentes formas de pensar, de accionar y las experiencias también vienen, son como bien buenas pues para formar la estrategia por ahí, las que unan los contextos. Aquí en Oaxaca muchas feministas somos bien diversas, no todas somos de Oaxaca, sino venimos… o vienen de diferentes partes del país, o vienen de diferentes partes del mundo. Entonces eso creo que también es muy bueno, en parte, vuelvo a repetir, a las de experiencias se van viendo, llegan con otras ideas, con otro contexto, a lo mejor de otro país, a lo mejor del D.F, o de otro estado y llegan pues a

> compartirlo y a nutrir eso, esas experiencias. Diferentes experiencias en una sola estrategia." (Veronica, 28 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Nesse sentido, outro fator determinante deste contexto é o intenso intercâmbio e influência mútua entre os feminismos Oaxaquenhos e Chiapanecos. Em 2018, muitas feministas que praticavam autodefesas feministas se juntaram às mulheres indígenas zapatistas em Chiapas para o encontro *"Mujeres que luchan*", sob a consigna "*Contra la violencia machista: autodefensa feminista*!".

Figura 15: Insurgentes Zapatistas no 2º Encontro Mujeres que Luchan, Chiapas, MX, Dezembro de 2019.

Fonte: enlacezapatista.ezln.org.mx

Mulheres de todo o mundo estavam lá para organizar as defesas coletivas contra o poder capitalista e estatal, conformando uma rede alternativa de apoio e de comunicação que pode disseminar tecnologias desenvolvidas por mulheres indígenas no México e por feministas em resistência de todo o mundo para se combater a indústria de mídia corporativa e o monopólio da violência patriarcal na disputa pela autodeterminação, pela verdade e pela

justiça. No fim de 2019, ocorreu o 2º encontro *Mujeres que Luchan* e, novamente, muitas oaxaquenhas estavam lá compartilhando outros mundos possíveis - aqui e agora - e reafirmando mais que nunca que: "*El acuerdo es vivir!"*

E o fluxo translocal dos feminismos segue em curso, difundindo ideias e propostas entre feministas autônomas nos mais diversos âmbitos de atuação. A denúncia da estrutura patriarcal do Estado e da conivência dos poderes judiciais, policiais e governamentais (que reforça a violência contra as mulheres) foi tema da performance feminista *Un violador en tu camino*, do grupo chileno *Las tesis*. Ela foi adaptada e replicada em milhares de cidades na América Latina e no mundo e contou em 2019 com duas performances massivas no centro da capital de Oaxaca. A extensão e profundidade do alcance dessas perspectivas pode ser dimensionado ao notar a realização da performance por estudantes de uma escola secundária no interior da região do Istmo de Tehuantepéc, utilizando a indumentária tradicional zapoteca que marca sua identidade étnica.

Figura 16: Meninas zapotecas da Escuela Secundaria General Enedino Jiménez de Juchitán de Zaragoza realizando a performance '*Un violador en tu camino*'

Fonte: https://www.excelsior.com.mx/

1.4. Retome as ruas: feminismos autonomistas contra o conservadorismo

No Brasil, o contexto de lutas sociais no período recente foi intensamente marcado por uma série de manifestações ocorridas em 2013 que ficaram também conhecidas como "Jornadas de Junho"[31]. Nesse período de intensa atividade política e de protestos de rua em Belo Horizonte houve a formação da Assembléia Popular Horizontal (APH) para coordenar as demandas e os interesses dos diversos movimentos de esquerda num contexto de resistência aos impactos de megaeventos como a Copa Fifa Mundial de Futebol (BEQUÓ, 2015). Nesses espaços se fortaleceram frentes de luta em torno do direito à cidade, à moradia[32], em resistência ao encarceramento, e também diversas novas agrupações e coletivos feministas eclodiram que em seguida continuaram a atuar em defesa dos direitos das mulheres e LGBT's na cidade (SARMENTO, REIS E MENDONÇA, 2017).

Grande parte desses coletivos foi composto por jovens que participaram pela primeira vez de protestos públicos dessa magnitude e que se engajaram em diferentes âmbitos da

[31] O sentido desses protestos modificou muito ao curso dos acontecimentos e foi intensamente disputado pela mídia e pelos diferentes atores políticos. O ciclo de protestos de 2013 iniciou-se com uma série de manifestações contra o aumento das passagens de ônibus convocados pelo Movimento Passe Livre, movimento autônomo pelo direito ao transporte público e gratuito. Os protestos primeiramente contavam com a participações de jovens, estudantes e diversos grupos da esquerda militante (SOUSA, 2014). Acontecia neste então a Copa das Confederações, que precede em um ano a Copa Fifa Mundial de futebol. Diante de extrema repressão policial, os atos tomaram uma projeção maior que a esperada inicialmente, já que a mídia internacional se fazia presente na cobertura dos jogos da Copa das Confederações. Havendo uma grande insatisfação popular com investimentos públicos em obras para a Copa e uma série de despejos de populações em áreas vulneráveis, vários movimentos sociais aderiram às manifestações. Em 2014 as Manifestações contra a Copa Fifa foram menos expressivas, congregando apenas alguns setores da esquerda, mas a arquitetura bélica da polícia para proteger os interesses capitalistas e reprimir manifestantes continuou a impressionar.

[32] O Encontro Nacional dos Atingidos pela Copa (Ancop) ocorreu em Belo Horizonte reunindo associações de pessoas removidas pelas obras da Copa Fifa, associações de trabalhadorxs prejudicadxs pelo monopólio do uso dos espaços públicos por grandes corporações durante o período do evento, trabalhadoras sexuais e diversos grupos e organizações políticas. A população das ocupações urbanas da Região Metropolitana de Belo Horizonte ocupou a Prefeitura de Belo Horizonte para freiar os despejos e mesmo com a presença massiva de mulheres e crianças, houve forte repressão policial. As autoridades restringiram a entrada de alimentos para os ocupantes e chegaram a prender violentamente um militante que tentava jogar uma sacola de pão através de uma das janelas da Prefeitura.

militância a partir de então (SARMENTO, REIS E MENDONÇA, 2017). Foi também esse o momento de articulação de diversos movimentos que, em seguida, enfocando questões mais locais, realizaram ocupações políticas em Câmaras Municiais e Assembleias Legislativas Estaduais, assim como em outros órgãos públicos, trazendo suas reivindicações por mais direitos sociais. É importante frisar que em todo esse processo as pautas feministas e LGBT's estiveram muito destacadas e, inclusive, tiveram grande impacto na autocrítica de dinâmicas patriarcais e racistas que remanesciam no interior dos movimentos que estavam ocorrendo:

> "Aqui em BH tinha as Negras Ativas, tinha alguns movimentos, mas eu sempre só entendendo o que estava acontecendo. Aí chegou as Diversas, cheguei para somar na segunda edição, ele tinha o foco do protagonismo da mulher negra. E aí fui entender a prática do exercício do que é o feminismo negro. Foi um processo muito massa, diversas produtoras e artistas se juntaram para fazer uma mostra cultural. Foi bem profundo. A gente percebeu que não dá conta de trabalhar com o protagonismo da mulher negra. São mulheres que estão dispostas na cidade a falar de feminismo e a questionar as ações. Mas, quando a gente tentou fazer essa mostra, percebemos aflorar essas questões raciais que nos separam e nos dividem. No final, tinham poucas mulheres negras envolvidas, foi desafiador fazer a mostra e chegar ao final no formato que tínhamos idealizado. Depois vieram algumas ocupações: Viaduto (Santa Tereza), CRJ (Centro de Referência da Juventude), participei dessas ocupações, morei nelas. Ocupações são lugares de prática também, o corpo da mulher negra dentro das ocupações sendo usado como lugar de voz. Estive somando de alguma maneira dentro dessas ocupações. Depois comecei a trabalhar com produção. E mesmo dentro dos projetos que trabalho hoje, são trabalhos que a militância não sai de mim. Esses trabalhos de produção cultural eu pontuo as questões do machismo e as questões que me cercam. É a militância do dia-a-dia. As percepções do contexto político de Belo Horizonte e no Brasil é de que o que nos divide nas questões raciais, que o feminismo ainda não dá conta... A gente não dá conta de trabalhar a interseccionalidade do feminismo, a transexualidade, não dá conta ainda. A gente não dá conta de entender a mulher moradora de rua, não conseguimos alcançar as mulheres da quebrada porque o feminismo ainda está na roupagem acadêmica. Enquanto estamos dividindo o feminismo em ondas e questões de pensamentos, a gente tem essa prática do feminismo que é esse outro lugar que eu acredito, que é essa questão da ação." (Dayo, 33 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

Apesar dessas dificuldades, os movimentos sociais continuaram se articulando intensamente em 2014 na Região Metropolitana de Belo Horizonte pelos direitos à moradia e à cultura, tentando frear despejos e ameaças da indústria imobiliária (BITTENCOURT, 2016). Grupos e coletivas feministas continuaram em suas intensas atividades, realizando encontros, festivais, oficinas, intervenções, debates e muitas outras atividades em articulação com os movimentos de moradia, em especial na rede de apoio às ocupações urbanas. Por toda Minas

Gerais, no campo, houveram mobilizações contra as ameaças às vidas indígenas e de outras populações tradicionais como ribeirinhos e quilombolas.

Diversos protestos feministas de grande magnitude continuaram a mostrar a vivacidade dos movimentos em 2014. A Marcha das Vadias - que teve sua primeira edição brasileira na cidade de São Paulo em 2011 e em diversas capitais desde 2012 - mobilizou em 2014 muitas mulheres de Belo Horizonte que ainda não tinham contato direto com o ativismo feminista e de esquerda, em contraposição a culpabilização das mulheres pelo assédio, abuso e violências sexuais que sofrem. Tendo um caráter muito diverso em cada ano (dependendo das pessoas que se fazem presentes na organização) e, apesar de diversas críticas a seu caráter liberal e sua incapacidade de lidar com especificidades raciais, a Marcha das Vadias conseguiu problematizar a cultura do estupro na cena pública. (GOMES e SORJ, 2014; GOMES, 2017)

Continuamos a ver em 2014 a forte presença de manifestações como as *Caminhadas de Lésbicas e Bissexuais* em Belo Horizonte. Os grupos que se congregam para organizar a *Caminhada de Lésbicas e Bissexuais* na cidade contam uma forte presença das feministas autônomas, e têm cada vez mais diversificado as atividades realizadas no sentido de mobilizar pessoas para além das que já se encontram inseridas nos movimentos sociais e LGBT's (RODRIGUES E IRINEU, 2014). Exemplos disso são *Futsapa*, campeonato de futebol realizado em diferentes bairros das cidades, Sapaday, com oficinas, debates e intervenções, *Cineminha Sapatão*, *Bloco Cole Firme Nesse Velcro*, de batucada feminista e Saraus de poesia com temática lésbica. (CHOUCAIR E LOPES, 2017).

Em 2015, vimos emergir em toda América Latina e também no Brasil o maior fenômeno de mobilizações de mulheres dos últimos tempos e que tem se mostrado influente até o presente momento: a "Primavera Feminista". Tendo se iniciado a partir de protestos massivos contra o feminicídio, especialmente a partir da participação de milhares de mulheres na

capital Argentina, em 3 de junho 2015, a movimentação se espalhou e logo inspirou mobilizações em muitos outros países da região, tais como: México, Chile, Uruguai, Peru e Brasil (SCORTINO, 2018; ANNUNZIATA, ARPINI, E ZEIFER, 2016). Em torno do slogan "*Ni Una Menos*", os movimentos chamavam a atenção para a urgência de transformações que pudessem afinal frear os reiterados assassinatos de mulheres, que continuavam em ascensão em todo o mundo. Temas relacionados, tais como o assédio sexual, abusos, estupros, violências de todos os tipos contra a mulher, o direito ao corpo e à legalização do aborto também se fizeram presentes como pautas dessas imensas mobilizações em Belo Horizonte. Também ocorreram em 2015 mobilizações locais em Minas Gerais da 'Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a violência e pelo Bem Viver', que será analisada na seguinte seção desse capítulo, e da 'Marcha das Margaridas', uma das maiores expressões de mobilizações massivas dos movimentos de mulheres no Brasil.

A Marcha das Margaridas foi organizada pelo movimento de mulheres trabalhadoras rurais com o objetivo de tornar visível sua força, pois ainda é subestimada na sociedade e nos movimentos e sindicatos de trabalhadores rurais (SILVA, 2008). Lutando por direitos como reforma agrária, salário digno, aposentadoria, proteção do território, a Marcha das Margaridas que se iniciou como um movimento de mulheres trabalhadoras rurais, tornou-se a maior mobilização nacional de mulheres do campo e da floresta. Passou a incluir então agricultoras familiares, assentadas, canavieiras, extrativistas, quilombolas, ribeirinhas, pescadoras, mulheres negras, brancas, indígenas, jovens, idosas que vivem no campo, nas águas, na terra, nos rios, nos mares e nas florestas: milhares de margaridas espalhadas por aí (PEREIRA, OLIVEIRA e GOMES, 2018). Aconteceu em 2000, 2003, 2007, 2011 e 2015 reunindo milhares de mulheres de todo o território brasileiro, e sua edição em 2019 se enfocou na luta das mulheres indígenas, sendo precedida pela primeira ação a âmbito nacional das mulheres

indígenas. As mulheres indígenas, as mulheres da via campesina e também muitas mulheres da luta por território urbano em Minas Gerais e em Belo Hozrionte participaram dessas mobilizações.

E nesse contexto também é proeminente a atuação e vivacidade das mulheres jovens, sendo que desde 2006 a CONTAG, o MST, a Via Campesina e a Marcha Mundial das Mulheres organizam grandes festivais da juventude, em que são compartilhados novos imaginários sobre a existência de jovens no contexto rural, delimitadas demandas específicas e traçadas estratégias de permanência no campo com acesso a tecnologias, cultura e direitos sexuais e reprodutivos. Enquanto a Marcha das Margaridas de 2015 mobilizou cerca de 100 mil mulheres, o Festival da Juventude Rural de 2015 contou com a presença de 5 mil jovens. (GALINDO, 2017)

Apesar de ter sido um ano de conquistas importantes para os feminismos brasileiros, como de direitos trabalhistas para as trabalhadoras domésticas, que ocorreu devido a décadas de luta nessa direção, o ano de 2015 ficou ainda mais marcado pelo avanço de projetos de lei e de políticas conservadoras no âmbito legislativo brasileiro. Eduardo Cunha, que assumiu a presidência da Câmara Federal em 2015, articulando as bancadas conservadoras, protagonizou tentativas de retroceder conquistas históricas de direitos das mulheres, como o acesso à pílula do dia seguinte e o atendimento hospitalar com interrupção legal da gravidez em casos de estupro.

O golpe de Estado consolidado em 2016 (GERALDES et al., 2016; SOUZA, 2016) que retirou do poder a primeira presidenta eleita no Brasil – Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores - faz parte de uma reação orquestrada por setores conservadores contra avanços conquistados nos últimos anos pelos movimentos feministas, negro e LGBT, especialmente no campo dos direitos sexuais e direitos reprodutivos (BIROLLI e MIGUEL,

2016). Após o golpe judicial-parlamentário, o então vice-presidente pelo PMDB Michel Temer assumiu a presidência, atuando em defesa dos interesses dos setores mais conservadores.

Mas a *Primavera Feminista* também se fez presente no Brasil e os protestos mobilizados por feministas como "Fora Cunha" (2015), "Fica Dilma" e "Não vai ter golpe" (2016) e "Fora Temer" (2016 e 2017) se tornaram os mais expressivos e numerosos das últimas décadas em Belo Horizonte, e conseguiram frear alguns retrocessos (BRITO, 2016). Duda afirma que as mobilizações feministas têm sido enfocadas justamente em tentar impedir o avanço do conservadorismo:

> "Nos últimos anos eu fui um pouco me afastando dessa organização mais formal do feminismo institucional, porque preguiça, um pouco de cansaço, as relações são muito desgastantes. Isso foi o que aprendi com o feminismo: que ele é revolucionário, mas também pode cair em várias armadilhas e que pode criar estruturas de poder que são violentas e dominantes, então eu tive certo afastamento. Trabalhei, como trabalhos tive, mas não como militância. Aí eu decidi que não queria que isso fosse meu trabalho, mas que fosse minha militância porque aí eu posso ter essa autonomia mesmo de organização, de pautas, que dentro das instituições você tem esses limites. Então de como o feminismo tem se organizado eu vejo muito de fora, observando o que muitas amigas trazem para mim das discussões ou acompanhando alguns grupos, e o que eu vejo é que não está descolada desse contexto político maior que a gente está vivendo de golpe e retirada de muitos direitos. Porque eu acho que a gente está um pouco em choque. A gente foi construindo ao longo de muitos anos avanços institucionais, com leis, com organismos, com órgãos, muito precários ainda, mas com atendimento. E a gente conseguiu também que a discussão tivesse mais no dia a dia, nos jornais, então foram grandes avanços. Eu sinto que cotidianamente em Belo Horiozonte isso muda bastante, conversando com as pessoas, ou mesmo quando eu trabalhei no Ministério Público ou na universidade, a gente vê que é muito mais fácil e que já conseguiu se entranhar na vida das pessoas a discussão, algumas coisas que antes eram naturalizadas como violência hoje são questionadas, mas também houve uma forte reação. Eu vejo que a gente tem caído muito nisso, a gente tem se organizado mais para barrar um pouco os retrocessos." (Yeji, 28 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

A ofensiva conservadora mostra sua articulação em torno do controle sobre o corpo das mulheres, da sexualidade, da reprodução, das normas de gênero e se encontra presente nos mais diferentes níveis, fortalecendo um discurso antifeminista em todos os âmbitos da vida cotidiana e, especialmente, nos espaços de maior poder político (BIROLLI e MIGUEL, 2016). Mulheres jovens, idosas, lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis, negras, ciganas, indígenas, deficientes e encarceradas têm sentido na pele essa reação violenta, mas têm também

resistido firmemente e mostrado a sua força, através de formas irreverentes e criativas de resistência, que expressam a amplitude que os feminismos autonomistas conquistaram.

Outra temática, muito cara às ativistas autonomistas, foi a questão do acesso à educação pública de qualidade. Num momento histórico em que, pela primeira vez, a juventude popular e negra brasileira começou a ingressar em números mais significativos no ensino técnico e universitário[33], houve forte resistência dxs estudantes aos retorcessos que a PEC 241[34] representou. Vimos, então, brotar um dos maiores movimentos estudantis de cunho radical e autônomo já vivenciados no Brasil. Uma forma de manifestação juvenil em que cerca de mil escolas públicas e em 171 universidades públicas que foram tomadas e ocupadas pelxs estudantes, por vários meses no final de 2016, em protesto e resistência contra aos cortes públicos na educação.

Apesar da forte repressão policial, as ocupações estudantis tiveram o apoio das comunidades externas às escolas e também dos professores, ao reivindicar os direitos à educação pública básica, técnica e superior de qualidade e gratuita, à merenda escolar, a investimentos em pesquisa e também ao maior acesso das classes populares. Mesmo que o principal objetivo das ocupações, que consistia na revogação da PEC 241, não tenha sido alcançado, houve um intenso fortalecimento do movimento estudantil no país e um forte aprendizado – que é, de fato, um legado - sobre as mais diversas formas e estratégias de articulação, de segurança e de autodefesa:

---

[33] Durante os governos do Partido dos Trabalhadores foram criados de 360 Institutos Técnicos Federais; de 18 Universidade Públicas Federais e 173 novos campus universitários no interior; de programas como o REUNI, que gera mais vagas nas universidades públicas e cursos noturnos; PROUNI, que financia vagas para estudantes de origem popular e negrxs; e com a Lei 12.711, que garantiu as ações afirmativas de cunho racial e socioeconômico nas Universidades (cotas para entrada e ações de permanência). (Ipea, 2017)

[34] Michel Temer, que assumiu a presidência após o golpe judicial-parlamentar de 2016, promulgou a PEC 241 – Câmara- ou PEC 55 – Senado, também conhecida como PEC do Teto dos Gastos Públicos ou Novo Regime Fiscal, que estabelece um limite nos investimentos públicos em educação pelos próximos 20 anos, deixando um legado desastroso no que concerne à melhoria do sistema educativo brasileiro.

> “Quando teve a ocupação da UFMG, a gente deu oficina de autodefesa feminista em praticamente todos os prédios. Foi muito massa. Foi, eu acho que... das oficinas mais interessantes que a gente deu, porque elas aconteceram no início do ano passado. A maior parte delas aconteceu quando as ocupações estavam há mais tempo. Então já começavam acontecer casos de machismo tanto no debate de homem não deixar as meninas falar, não deixar as decisões das minas valerem, como caso de agressão física ou assédio e tal. Aí foram oficinas que funcionaram muito porque as pessoas estavam lá. A gente sempre tem problemas muito grandes de gente que fala que vai e não vai, então, as oficinas estavam cheias de meninas e tinham assuntos reais e atuais para discutir, e assuntos coletivos. Porque, em geral, quando você dá uma oficina fora de contexto, as meninas cada uma tem uma história de vida, cada uma tem um objetivo. Então, em geral, as oficinas das ocupações elas tiveram que atender uma demanda coletiva. A gente até chegou a discutir técnicas de como conversar, como montar uma segurança para as meninas dentro das ocupações. Por exemplo, tem na ronda noturna um homem e uma mina. E aí rolou um caso de um assédio numa ronda. Então mudaram o esquema de uma forma que não deixasse uma mina sozinha com um cara, numa ocupação onde estava todo mundo dormindo. Então, a gente discutia questões que saíram do âmbito do individual, de reagir sozinha a uma agressão, e entrar também em estratégias de segurança das ocupações.” (Nox, 28 anos entrevista, Belo Horizonte, 2018)

Houve, durante as ocupações na UFMG e nas escolas secundárias, em Belo Horizonte, a formação de grupos, de frentes e também diversas ações feministas, antirracistas e anti-lgbtfóbicas que transformaram profundamente as pessoas que participaram desas ocupações, bem como de toda a lógica do movimento estudantil brasileiro. A participação nessas ocupações cumpriu um papel estratégico de inserir muitas adolescentes e jovens no debate e no ativismo feminista e LGBT (DA SILVA E TAVARES, 2018; DOS SANTOS E MIRANDA, 2017; DE ROIG E CAVALCANTI, 2016):

> “Têm surgido muitas iniciativas, mas que não colocam nome e não se organizam tanto. As meninas jovens, principalmente depois das ocupações das escolas que teve ano passado, elas estão fazendo muitas coisas. Mas elas não fazem coisas tipo ‘vamos fazer um coletivo’, para depois fazer as coisas. Não, elas estão fazendo. Então, tanto nas escolas quanto no movimento negro tem muitas meninas muito novinhas que fazem os corres lá, onde elas vivem nos grupos que elas estão nas escolas, ou até dando palestras, elas são muito mais seguras. As pessoas se colocam como essa figura política, elas assumem tipo meu corpo é um corpo político, então, tudo que eu faço é político, não precisa estar atrelado a um coletivo ou algum grupo.” (Yeji, 28 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

Nesse sentido, uma parte significativa das jovens que está participando nos diversos âmbitos dos feminismos na cidade tem já como pressuposto uma série de concepções e práticas autonomistas, em especial uma parte significativa tem interesse na temática da autodefesa.

O efeito da retomada das ruas, impulsionado pelos feminismos autônomos na cidade de Belo Horizonte, teve impacto também na maior mobilização frente aos retrocessos dos direitos sociais que representavam a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência que começaram a tramitar no congresso em 2017. Apesar de não ter sido possível barrar as reformas, que foram legalmente aprovadas em um contexto de composição parlamentar majoritariamente conservadora, as mulheres conduziram protestos massivos que demarcaram o rechaço de parte significativa da população a tais medidas.

Milhares de mulheres se revoltaram, tendo em vista que devido a subvalorização do trabalho feminino, as duplas e triplas jornada de trabalho e maior carga de cuidado, tornou-se evidente para as ativistas que as mulheres estariam entre as mais afetadas por tais mudanças. A *Greve Geral das Mulheres*, que ocorreu em diversos países do mundo e que foi muito expressiva também na América Latina, foi também mobilizada no Brasil no 8 de março de 2017, contando com uma participação muito superior à média dos protestos dos outros anos (DAFLON, BORBA E COSTA, 2017).

No contexto dos fluxos horizontais do feminismo, a autonomia como horizonte impulsionou formas de organização por afinidade na cidade de Belo Horizonte, seguindo os princípios de horizontalidade e a escolha pela ação direta como forma de luta política por excelência. No campo dos protestos, a força da ação direta marcou o crescimento de mobilizações massivas nas ruas e na ocupação de espaços públicos, não apenas para a reivindicação de demandas, mas também transformando tais experiências em espaços novos de interação, compartilhamento e de produção de alianças, assim como de reinvenção de processos de tomada de decisão e de formatos outros de democracia de base:

> “Eu acho que em relação, por exemplo, ao aborto, a gente teve ano passado... a gente conseguiu... essa pauta ficou muito mais forte, tanto pelas conquistas que tiveram fora do Brasil quanto pelo tema do STF (Supremo Tribunal Federal), que teve uma audiência pública. Teve uma mobilização sobre esse tema mais forte como a gente não tinha tido há muito tempo e eu

> acho que isso também serviu para dar uma… para a gente também pensar em formas mais eficazes de fazer as redes de apoio que eu acho que é uma coisa de autodefesa que tem a ver com a gente não ser criminalizada, nem presa, nem morta e a gente poder reservar o que for possível de saúde física e psíquica." (Yeji, 28 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

Mesmo diante de cenários de abertos retrocessos em curso na região, em 2018, vimos reemergir com toda a força, e em múltiplos países da América Latina, as manifestações (inclusive massivas e de rua) pela legalização do aborto e para que, finalmente, as mulheres tivessem acesso ao aborto legal, seguro e gratuito. A criminalização do aborto, ainda predominante na região, faz com que as mulheres mais pobres e de origens étnico-raciais subalternizadas tais como as indígenas e negras, tenham graves consequências para sua saúde quando a prática é clandestina, podendo chegar até a morte. No mês de setembro de 2018, uma onda verde - cor que representou, incialmente, a luta pelos direitos sexuais e reprodutivos na Argentina - tomou as ruas, com milhares de ativistas reivindicando o direito ao próprio corpo em várias capitais de toda a América Latina, tendo também forte impacto no Brasil.

Em 2018, em meio à acirrada campanha presidencial vimos o crescimento exponencial do autoritarismo fascista que se propõe a garantir, na base da repressão armada, o avanço da agenda conservadora no plano moral e da agenda neoliberal no plano econômico. Nesse contexto, as mulheres foram as maiores articuladoras das marchas #ELENÃO, que levaram diversos setores da sociedade às ruas, chamando atenção ao caráter explicitamente misógino e machista de Jair Bolsonaro. Apesar do líder de direita ter vencido as eleições presidenciais, as pesquisas do Ibope mostram que quando se realiza a estratificação do eleitorado observamos que a vantagem do candidato entre os homens foi maior que entre as mulheres, e que entre os jovens essa diferença foi significativa, sendo que (os rapazes de 16 a 24 anos votaram em Bolsonaro na proporção de 60% a 40%, enquanto as garotas da mesma idade deram a Haddad 59% a 41%. Fonte: Estado de São Paulo).

Figura 17: Ele Não! – Belo Horizonte, MG, Brasil, 2018.

Foto: Cadu Passos

As eleições de 2018 escancararam a face do fascismo no Brasil, mostrando especialmente seu viés de classe e racial. As estratificações das cidades por voto mostram um padrão de maioria branca e de alta renda nos municípios em que Bolsonaro ganhou e maioria preta e de baixa renda onde perdeu. Numa eleição que expressou de forma inédita de forma tão abismal, o critério racial e de classe para um projeto de governo, a classe branca e proprietária mostra que não vai abrir mão de seus privilégios e de sua autodefesa enquanto sujeito soberano. O resultado está sendo visto no atual momento com proposição do Pacote Anti-crime[35] e o Projeto de lei que cria um excludente de ilicitude para ações de Garantia da

[35] Concepção de Legítima Defesa aplicada às Forças Armadas, casos específicos?

Lei e da Ordem[36], presumindo legítima defesa para as Forças de Segurança. O projeto visa dar um marco legal para as ações de repressão a protestos e manifestações, a ações de reintegração de posse de áreas ocupadas e de ações das Forças Armadas em favelas, garantindo a imputabilidade dos agentes do Estado[37]. Para refletir sobre esse momento crítico de retorno do autoritariasmo de Estado que vivemos no Brasil, vamos nos dedicar agora a entender a perspectiva das ativistas negras que, para a epistemologia feminista, teriam a perspectiva social mais potente para analisar as estratégias frente a esse sistema de dominação do patriarcado e da supremacia branca.

1.5. "Reaja ou será morta": abolicionismo e autodefesa

Jurema Werneck (2005) propõe partir da história de resistência das mulheres negras como referência para a ação política antiracista. A filósofa Sueli Carneiro (2005) nos chama atenção para a necessidade de enegrecer o feminismo, colocando a luta das mulheres negras no âmago do pensamento feminista, pois do contrário se torna apenas uma história centrada nas mobilizações de mulheres brancas de classe média, que nem mesmo endereçam as questões vividas pelas mulheres negras.[38]

O processo de organização e mobilização da 'Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a violência e pelo Bem Viver' contou com a criação de comitês locais e estaduais que

[36] Histórico da GLO nos protestos de 2013

[37] O projeto define cinco novas situações em que a legítima defesa do agente de segurança poderá ser validada: prática ou iminência de prática de ato de terrorismo; prática ou iminência de prática de conduta capaz de gerar morte ou lesão corporal; restringir a liberdade da vítima, mediante violência ou grave ameaça; portar ou utilizar ostensivamente arma de fogo.

[38] Abordar as lutas dos feminismos negros desde um lugar de privilégio branco, no qual me encontro, terá sempre como resultado um texto insatisfatório, limitado, problemático, questionável. Entretanto, invisibilizar ou deixar de dar o devido respeito ao fenômeno de maior importância no feminismo brasileiro seria mais uma expressão do racismo que impera na academia brasileira, o qual todas devemos ativamente combater.

realizaram uma série de atividades de formação política ao longo do ano, como debates, oficinas, reuniões em bairros e festivais, entre outros eventos autogestionados com geração de renda, além da criação de um fundo de apoio àquelas que não tinham recursos para a viagem (OLIVEIRA LEMOS, 2017). As Marchas de Mulheres Negras estaduais contaram com a participação de centenas de mulheres em diversas capitais brasileiras. A Marcha Nacional, que ocorreu em Brasília no dia 18 de novembro, contou com a participação de cerca de 50 mil mulheres.

O processo político envolvido na construção da MMN 2015 significou um resgate de formas alternativas de organização - ancoradas na noção de ancestralidade que é proeminente no movimento de mulheres negras - , uma maior capilarização das lutas e uma forte articulação com os feminismos indígenas e comunitários latino-americanos - através do conceito de Bem-Viver, central nos feminismos boliviano e equatoriano - , e a recuperação de cosmologias dos povos tradicionais, originários e da diáspora africana como maior referência para se pensar a política e a justiça (LEMOS, 2016).

Reflexões de várias teóricas negras chamam a atenção para a centralidade do processo de construção da Marcha das Mulheres Negras para a militância feminista negra (LEMOS, 2016 e 2017; FIGUEIREDO, 2018), ressaltando que uma das maiores conquistas da marcha foi colocar a luta contra genocídio do povo negro[39] que está ocorrendo no Brasil como pauta central para o movimento feminista, para os movimentos sociais e para o campo político de

[39] O termo genocídio - recusa do direito de existência a grupos humanos inteiros, pela exterminação de seus indivíduos, desintegração de suas instituições políticas, sociais, culturais, linguísticas e de seus sentimentos nacionais e religiosos - passou a ser utilizado mais amplamente para designar a experiência dos negros no Brasil a partir da publicação de 'O Genocídio do Negro no Brasil' em 1978 por Abdias do Nascimento (2016). Em contraposição direta à noção de 'Democracia Racial', o autor caracteriza no livro diversos aspectos que caracterizam esse fenômeno, entre eles: a violência racista; a discriminação; a exploração sexual da mulher africana; o embranquecimento; a perseguição, folclorização e bastardização da cultura africana; a violência policial, entre outros. A expressão passou a ser utilizada pelos movimentos negros e hoje a luta contra o genocídio do povo negro, e em especial da juventude negra, se consolidou como principal bandeira de luta dos movimentos de mulheres negras. (LEMOS, 2016)

esquerda no geral. A marcha também visibilizou o genocídio da juventude negra para a opinião pública e midiática e para um grande público que estava presente onde as marchas ocorreram.

Contestando as perspectivas que acreditam que as mulheres têm pautas, necessidades e demandas em comum, as ativistas autonomistas negras ressaltam que, enquanto os índices de violência contra as mulheres brancas diminuiram, a violência contra a mulher negra aumentou (WAISELFISZ, 2015). O mesmo se aplica quando observamos os números de feminicídios, que registra um decréscimo para as mulheres brancas mas um aumento quando analisamos as realidades das mulheres negras. (MARCONDES et al., 2013; MADEIRA e GOMES, 2018)

Essas estatísticas apenas confirmam o que já estava sendo dito há décadas por diversas militantes negras (FIGUEIREDO, 2018): que o acesso às políticas públicas de apoio às mulheres em situação de violência doméstica se dá de maneira completamente desigual. Além disso, nos confirma que o acesso à proteção em situações de violência doméstica e sexual, que o Estado colocou nas mãos das polícias militar e civil, segue estritamente os mesmos padrões racistas dessas organizações criminosas criadas e legalizadas pela elite branca para reprimir e matar o povo negro (DAVIS, 2003). Imani ressalta a urgência de analisar as formas de exploração numa perspectiva interseccional para pensar as práticas de combate a violência contra a mulher, já que as perspectivas punitivistas teriam como efeito alimentar um sistema que produz o genocídio da população negra:

> “Por que é um fortalecimento desse machismo, desse patriarcalismo, do racismo. Então entendendo que não há uma hierarquia de opressão, mas que tem pautas e demandas específicas que precisam sempre ter maior visibilidade. E aí é por isso que a gente traz essa discussão da interseccionalidade, quanto mais desse imbricamento das questões de classe, sexualidade, gênero, como isso impacta ainda mais, e leva não só uma condição de vida precária, mas a eliminação física desse corpo que representa tudo isso, todos esses marcadores sociais. E é uma luta que acaba sendo uma luta maior, que é uma luta por minimamente ter uma condição de vida digna, eu acho que é isso que entra nessa questão

> da autonomia. Autonomia é poder de escolha dentro desses lugares, sem negligenciar, invisibilizar as outras pessoas. Porque acaba que a gente vive um ciclo, e esse ciclo de tudo que vai acaba voltando e a gente não pode perpetuar isso. Autonomia também de entender as múltiplas explorações. Acho que é um papel fundamental do feminismo dentro dessa luta anti-carcerária, entender o punitivismo, porque a gente tem muitas práticas e condutas na nossa vida que são muito punitivistas e inclusive entre nós. E esse antipunitivismo também é uma forma de melhorar essa atuação feminista." (Imani, 32 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

Sendo constituída majoritariamente por mulheres que perderam seus filhos assassinados nas mãos da polícia racista, e por jovens ativas nos movimentos negros, a luta contra o genocídio da juventude negra e a luta contra o encarceramento em massa da população negra nos mostram que mesmo que esses fenômenos acometam com maior frequência os homens negros, o extermínio racista em curso no Brasil afeta diretamente as famílias e as mulheres negras (SANTIAGO e FERNANDES, 2017) e portanto devem ser prioridade de luta dos feminismos que se pretendam antirracistas (COELHO E MARTELLO, 2017). Também é imprescindível lembrar as centenas de mulheres negras mortas, agredidas e violentadas por ações policiais que além de racistas, são machistas e lesbofóbicas, como foi o caso de Cláudia da Silva Ferreira, mulher negra assassinada por policiais no Rio de Janeiro em 2014, de Luana Barbosa, mulher negra e lésbica que foi assassinada por policiais em Ribeirão Preto em 2016. O transfeminicídio, crime que o Brasil tristemente lidera no ranking mundial, também acomete mais brutalmente às pessoas trans negras, e a polícia também é uma das principais fontes dessa violência.

O feminicídio de Cláudia da Silva Ferreira se tornou uma bandeira de luta também para o feminismo na cidade, tendo sido incorporada, por proposição do Bloco das Pretas, no debate e na identidade gráfica do Festival Diversas em 2015, com o objetivo de visibilizar a luta das mulheres negras frente ao Estado racista e genocida. Imagens de Luana Barbosa estamparam lambes que foram colados por nas marchas de mulheres que ocorreram em 2016.

Figuras 18 e 19: Memória das mulheres negras e sua resiliência

Homenagem a Cláudia Ferreira, por Pedro Magalhães

Homenagem a Luana Barbosa, por Carolina Teixeira

A perspectiva das ativistas negras interlocutoras da pesquisa confronta diretamente, portanto, com parcelas majoritárias dos movimentos feministas predominantemente brancos que adotam uma postura punitivista e carcerária - que parece acreditar nas leis estatais, nas polícias e nos sistemas judiciário, penal e penitenciário como formas de combater as violências machistas:

> "Uma coisa que, pensando assim em autodefesa, eu penso que muitas mulheres e movimentos feministas têm identificado autodefesa com punitivismo, assim, com o encarceramento. Quais são as principais pautas que tiveram projeto de lei e tal? Foi de criminalização. O feminismo tá muito associado a criminalizar. E isso tem um certo respaldo na sociedade, inclusive da direita também, ela acha que resolve o problema das mulheres fazendo penas mais altas, fazendo castração química, e aí resolve o problema. Mas não é assim né? Então eu não considero isso uma autodefesa, mas eu acho que tem sido muito associado, a autodefesa feminista com a criminalização de quem é o agressor de alguma forma, principalmente nessas pautas de feminicídio e violência doméstica, e eu acho que não é por aí essa questão da autodefesa. Eu acho que assim, eu tenho impressão de que só quem é abolicionista ou é anarquista e algumas pessoas também - nem todas - dos movimentos negros, porque tem esse debate do encarceramento das pessoas negras, que fala assim: gente, não é por aí! Tipo, é uma coisa que se comemora... Esse ano o que teve mais em pauta nos últimos tempos é que tem sido sancionadas várias leis, ou dependendo da secretaria em alguns estados, homens que são condenados, pessoas que são condenadas pela Maria da Penha, não vão poder trabalhar em

> cargos comissionados, isso foi nos últimos tempos. Aí teve aquela coisa da importunação sexual, principalmente nos transportes coletivos em público. Aí antes era uma uma contravenção penal, agora já é aqui crime, as pessoas podem ter privação de liberdade. Então todas as últimas coisas que a gente conseguiu pelo Estado e que tem tido uma aprovação das pessoas têm a ver com o punitivismo. Eu acho que tem certas questões em que as pessoas podem ser responsabilizados mesmo, elas têm que ser responsabilizadas, e acho que é importante a responsabilização, porque você também identifica que tem a violência e a pessoa tem que reparar o que ela fez. Só que isso não resolve, você "taca lá" na prisão e aí gera muitas outras questões e não resolve-se nada. Então por isso que é uma coisa que eu tenho ficado um pouco "cabrera" das coisas de autodefesa que eu vejo, não dentro dos grupos, mas mais de uma opinião pública sobre o feminismo, tem a ver com punitivismo, e muitas mulheres endossam isso sabe? Isso que é uma coisa triste." (Yeji, 28 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

As pesquisas sobre o histórico das instituições policiais, judiciárias e carcerária, assim como as análises sociológicas, políticas e antropológicas sobre suas práticas concretas na atualidade, nos evidenciam uma atuação explicitamente discriminatória por parte da maioria dos agentes e na maioria dos procedimentos (IPEA, 2016 e 2017).

A postura punitivista foi o que sustentou o foco do movimento feminista nas décadas de 80 e 90 na luta por delegacias de atenção a violência contra a mulher, políticas públicas estatais de atenção à mulher, entre outras formas institucionalizadas de lidar com o combate a violência machista. A Lei Maria da Penha da Penha foi sem dúvidas uma conquista histórica e importantíssima do movimento feminista, se tratando de uma das legislações mais avançadas e abrangentes do mundo. Porém análises das pesquisas de acesso a justiça (ANDRADE, 2017) nos mostram que na maioria dos julgamentos de segunda instância (estadual) do poder judiciário, não há ganho de causa para a mulher em situação de violência e os argumentos dos juízes possuem viés misógino, machista, racista, lesbofóbico e transfóbico.

Considerando essa realidade, algumas ativistas passaram a trabalhar com grupos de apoio a mulheres encarceradas, visando lutar contra a violação constante de direitos humanos que elas sofrem. Imani relata um pouco de sua experiência no âmbito desses movimentos, ressaltando a importância da atuação dos movimentos sociais junto às pessoas encarceradas

como forma de autodefesa, proteção e apoio mútuo, especialmente entre as mulheres negras:

> "Eu atuei nesse espaço levando essas pautas da violência de gênero, da violência contra a mulher, da violência contra a juventude negra e periférica, do extermínio dos nossos jovens, levando a pauta da defesa da moradia na luta urbana pela conquista da moradia, entendendo que quem tá nessa linha de frente são mulheres, que a maioria dos lares hoje de pessoas pobres e periféricas são chefiadas por mulheres que, muitas vezes, não têm condição de ficar com aluguel, alimentação, e ter essa condição da moradia, ela é central. Então, acaba que fui atuar nessa parte e desse espaço eu comecei a ter contato com as pessoas também com a luta das pessoas privadas de liberdade com um grupo de amigos e familiares de pessoas em privação de liberdade levando o kit de higiene para as mulheres que estão em regime de internação. A gente entendia que levar os materiais de higiene pessoal não é... não faz parte de uma política assistencialista no movimento de mulheres, mas que esse contato, essa inserção dentro do cárcere através da leva dos materiais de higiene pessoal acabava contribuindo, ajudando essas mulheres ali que, muitas vezes, sofrem torturas, não têm outras pessoas para poder conversar de fora do sistema, e nossa presença naquele espaço do movimento anti-carcerário, dos Direitos Humanos, ela acaba contribuindo para que haja menos violação de direito dessas internas. Então, a gente entende que é importante estar nesses espaços, e um dos meios era levar esses materiais de higiene pessoal." (Imani, 32 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

Entres os espaços dos feminismos negros houve grande fortalecimento dos grupos e atividades autônomas. Por todo o Brasil, grupos que confrontam a violência policial e o genocídio do povo negro como o "*Reaja ou será morta/o*" e "*Nós por nós*" possuem forte protagonismo das mulheres negras. Expressões da cultura negra tais como o Coco de Roda, a Capoeira, os Saraus de Periferia, também viram crescer grupos com perspectivas feministas. Os encontros do movimento das "*Crespas e Cacheadas*", que promovem o empoderamento negro através da valorização de estéticas antirracistas, ganharam grande difusão na internet e viram surgir muitas ativistas que não tinham participação anterior em movimentos sociais. Muitos desses grupos possuem núcleos em Belo Horizonte ou influenciaram outros grupos locais.

Encontros autônomos de estudantes negros como o EECUN (Encontro de Entidades e Coletivos Negros Universitários), por exemplo, também implicaram em grandes transformações no âmbito do movimento estudantil negro (XAVIER, 2016), sinalizando uma crescente identificação desses movimentos com as perspectivas autonomistas. Algumas das

ativistas entrevistadas participaram da organização estadual e nacional desse encontro e ainda estão inseridas nessas redes de grupos autônomos dos movimentos negros.

Na perspectiva das entrevistadas, a autodefesa feminista não está centrada, portanto, apenas na capacidade individual de confrontar uma violência sexual ou doméstica, mas também na defesa de uma série de direitos coletivos que vão influenciar a vulnerabilidade das mulheres frente às diversas formas de violência devido a opressões de gênero, raciais e de classe.

Para Imani, a noção de ancestralidade é a maior referência para a organização e mobilização das jovens negras numa perspectiva de compartilhamento intergeracional de conhecimentos, saberes e cosmovisões e, respectivamente, de seu papel na potencialização da ação política feminista e na preservação das identidades e culturas negras. A ancestralidade como base para as lutas visa, ao mesmo tempo, o protagonismo e a sobrevivência da juventude negra e o respeito, apoio e cuidado comunitário às pessoas idosas e ativistas históricas que são a encarnação da trajetória e da sabedoria dos movimentos de resistência e da cultura negra:

> "(...) no feminismo negro a gente relaciona esse feminismo, muitas vezes, à memória das nossas ancestrais, às nossas vivências com outras mulheres nas comunidades que a gente vive, das nossas mães, as nossas tias, as nossas avós, onde muitas dessas mulheres já trazem uma força e uma colocação em um lugar dentro dessas comunidades que é um lugar de liderança, que é um lugar de ancestralidade. Então, a gente acaba por questionar que isso já surge dentro da nossa memória ancestral, com nossas antepassadas, dessas várias lutas que as mulheres enfrentam, desde o direito à creche, desde direito de estar se inserindo no mercado de trabalho formal, desde a luta das empregadas domésticas, nesse campo, que são nossas mães, que são nossas avós, da exploração desse trabalho, o quanto que a gente já trazia de feminismo nessa nossa trajetória de vida, a partir de nossas vivências." (Imani, 32 anos entrevista, Belo Horizonte, 2019)

As interlocutoras da pesquisa acreditam que mesmo as políticas de governos de esquerda muitas vezes também dão força a instituições historicamente antidemocráticas no campo do judiciário e da segurança pública, como muitas adotadas por Lula da Silva e por

Dilma Rousseff. Exemplos dados pelas entrevistadas são: a manutenção de uma política de guerra às drogas que justifica o extermínio da juventude negra; o apoio à criação das UPP's no Rio de Janeiro, que dão forças aos modelos mais repressivos e invasivos de polícia; o aumento do encarceramento em massa em 170% de 2000 a 2015; o reforço desmedido das polícias militar, federal, guarda nacional para fins de repressão das resistências às injustiças perpetradas na realização de MegaEventos como a Copa do Mundo da Fifa e as Olimpíadas; e a negligência dos extermínios e repressão de indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas, ribeirinhas, populações rurais tradicionais e trabalhadorxs rurais sem terra pela polícia e milícias que agem em proteção do agronegócio e das indústrias energéticas.

Mesmo tendo havido uma inserção como nunca antes de militantes históricas negras do PT na construção de políticas públicas para as mulheres negras no governo, a esquerda majoritariamente branca não priorizou e nem mesmo conseguiu frear as violências que levam em ultima instância ao genocídio do povo negro. Reconhecendo que a intenção de algumas militantes e representantes políticas possa ter sido melhorar a ação dessas instituições com relação ao que já foram antes, as interlocutoras da pesquisa avaliam que qualquer virada conservadora no contexto político pode permitir a perseguição até mesmo dos agentes públicos que tenham uma postura antidiscriminatória dentro desses órgãos, como estamos vendo ocorrer na atualidade.

Para elas, o golpe legislativo-judiciário de 2016, mostrou que nem mesmo a transformação das políticas de governo em políticas de Estado - tão almejada pela esquerda - garantem estabilidade às políticas públicas que buscam a efetividade da justiça social, especialmente em um contexto em que as mais altas instâncias do poder político operam em total desrespeito às garantias legais e constitucionais. E acreditam que tal realidade não é algo novo nem mesmo surpreendente no contexto LatinoAmericano. As ativistas se identificam

então, com a análise de Angela Davis (2003 e 2017) sobre as interações entre mulheres, raça a classe, acreditando que, “tanto as polícias quanto as prisões não se melhora, se destrói!” É com essa perspectiva que as ativistas se aproximam cada vez mais do abolicionismo penal e do movimento anti-carcerário, constituindo a maior frente de atuaçãodas autonomistas negras no momento.

Diante desse contexto, cada vez mais feministas têm sido impelidas a dedicar seu precioso tempo de militância em ações de organização de base, mobilização e formação política, e da criação de alternativas autônomas para as demandas feministas que possam, através de uma rede de apoios entre mulheres, LGBT’s, negras, negros, indígenas e povos tradicionais, pobres e outros grupos marginalizados, fortalecer a resistência e garantir nossa sobrevivência.

Estudos recentes sobre os movimentos autonomistas mencionam a crítica feminista a dinâmicas patriarcais e racistas e seus efeitos nos espaços políticos criados no âmbito das políticas de protesto e de mobilização social (SARMENTO, REIS E MENDONÇA, 2017). Entretanto, há poucos estudos que tomam os feminismos autonomistas como unidade de análise. Apesar de estarem imersos nesses espaços políticos múltiplos, os grupos e espaços feministas - formados por mulheres, lésbicas e trans* - possuem uma dinâmica própria que, apesar de bastante diversa, pode e deve ser tomada em análise específica se queremos entender a complexidade que se reflete nas movimentações autonomistas como um todo.

Ao focar a lente sobre esse fenômeno que é negligenciado, e em alguns momentos até mesmo excluído da definição de autonomismos, a presente pesquisa busca trazer contribuições à literatura sobre movimentações autonomistas, que é de extrema relevância no campo dos estudos sobre movimentos sociais e ganhou mais projeção no campo da Ciência Política brasileira devido à visibilidade que essas perspectivas políticas tiveram a partir dos

protestos brasileiros de 2013 (SOUSA, 2014; ANDRADE, 2017; SARMENTO, REIS E MENDONÇA, 2017). Nesse sentido, localizamos a presença e a articulação dos feminismos autonomistas apontando sua aproximação ou distanciamento de movimentos sociais mistos, sua influência nas prioridades e dinâmicas dos ativismos e ações, atividades, manifestações, ocupações, assembleias e encontros.

Tentamos aportar também uma contribuição fundamental ao debate sobre ativismos feministas, que ganhou maior projeção com as pesquisas e publicações que abordam a "primavera feminista"- fenômeno que marcou a retomada das ruas como espaço fundamental de intervenção feminista nos últimos cinco anos (GOMES e SORJ, 2014; GOMES, 2017; SCORTINO, 2018; ANNUNZIATA, ARPINI E ZEIFER, 2016; MORAES, BOLDRIN e SILVA, 2017; MARTINI, 2016; DUARTE e MELO, 2017; BRITO, 2016; SANTINI, TERRA e ALMEIDA, 2016; PEREIRA, OLIVEIRA e GOMES, 2018; LEMOS, 2017). Bucamos sanar uma lacuna em tal bibliografia, pois ela analisa a presença desses feminismos nas políticas de protestos enfocando as formas de articulação de manifestações através da internet. Entretanto, pouco é abordado sobre o cotidiano de mobilização e o trabalho de base desses ativismos ou as implicações que o imaginário autonomista e o feminismo autônomo latino-americano trouxeram para os projetos e estratégias dos grupos e coletivas feministas que estão se formando no contexto atual.

O próximo capítulo buscará refletir, em interlocução com as ativistas feministas do México (especialmente em Oaxaca) e no Brasil (especialmente em Belo Horizonte), sobre os significados e impactos que a ideia e as práticas autonomistas têm em seus processos organizativos e nas suas proposições de luta. Nossa concepção de *feminista autonomista* inclui todas/es ativistas que se orientam pela autonomia como princípio organizativo e que tem uma prática política cotidiana em espaços não institucionalizados das lutas de resistência:

> “Para mi la autonomía es un camino, un camino de vida. Un camino de vida para construir como queremos vivir. Y la autonomía no tiene que ser de una forma específica, siempre…tiene que ver con un contexto. La autonomía para mi no es individual, tiene que ver con un colectivo, con comunidad, y solo así tiene sentido para mí la autonomía, como se determina el grupo de gente que está viviendo, cómo quiere vivir, y si están viviendo bien y si no están explotando a nadie. Pues eso es para mi la autonomía.” (Itzel, entrevista, Oaxaca, 2017)

> “Autonomía, ora sí, que como dice un poema, es como la utopía, que sirve para caminar, y que a veces, solamente cuando te la planteas empiezas a caminar sobre ella y buscando como hacerle para no perder el camino. Y pues, la autonomía es el camino. El camino para poder lograr algún tipo de liberación, emancipación, como queramos llamarle. Creo que solamente a través de la autonomía vamos a poder construir pues algo diferente.” (Nisdao, entrevista, Oaxaca, 2017)

Se as feministas autonomistas possuem uma forte crítica às estratégias de enfrentamento ao patriarcado e à violência de gênero centradas na mudança institucional no âmbito Estatal, qual seria então a proposta de transformação e justiça encampada no contexto dessas movimentações? Quais seriam as práticas de resistência que estão sendo difundidas nas atividades de mobilização, formação e intervenção desses grupos? Apesar da enorme diversidade que compõe o campo dos feminismos autonomistas, seria possível delinear aspectos comuns que atravessam as diferentes frentes de atuação desses ativismos?

2. AUTONOMIA E AUTODEFESA NOS ATIVISMOS FEMINISTAS EM OAXACA (MEXICO) E EM BELO HORIZONTE (BRASIL)

A autonomia sempre foi um tema central para os movimentos sociais e especialmente para os movimentos feministas. Ela adquiriu diversos sentidos ao longo dos diferentes contextos políticos, sejam internacionais, nacionais, regionais ou locais (GARGALLO, 2006; FALQUET, 2009). O campo político-ideológico que permeia as formas de ação coletiva autonomista abrange movimentos e teorizações com influências anarquistas, comunistas libertárias, feministas e resistências indígenas e negras (BENZAQUÉM, 2018). O feminismo foi e é central e constitutivo do campo autonomista aportando práticas e pensamentos anti-autoritários e anti-hierárquicos que transformaram a resistência política da esquerda autônoma, especialmente desde os anos 70[40].

As feministas autonomistas influenciaram a adoção do "grupo de afinidade" enquanto forma de organização política; criaram procedimentos de "produção de consenso" - que no movimento autônomo espanhol da década de 70 também eram conhecidos como "processos feministas" (DIXON e DAVIS, 2012) –; e fizeram parte da elaboração da noção de "políticas pré-figurativas" (SANDE, 2015) - que buscam realizar no presente, nas relações interpessoais, e no cotidiano, as práticas que almejam em sua utopia.

[40] Exemplo emblemático de como o imaginário feminista constituiu o imaginário das movimentações autônomas pode ser verificado no impacto do movimento '*Reclaim the Night*', que foi uma mobilização feminista na Inglaterra que visava reivindicar a liberdade e a segurança das mulheres ao andar nas ruas à noite, através de manifestações com centenas de mulheres que caminhavam em horários e locais não considerados seguros. Esse movimento teve forte influência sobre o 'Reclaim the Streets', um dos mais conhecidos movimentos no campo autonomista, que nos anos 90 na Inglaterra, reivindicava o uso do espaço público numa perspectiva anticapitalista. Esses movimentos, assim como diversos movimentos autonomistas alemãos, italianos e espanhóis influenciaram o autonomismo latino-americano, não apenas em sua vertente de 'autonomia operaria', mas também o movimento 'okupa'que consistia na luta por moradia associada ao fortalecimento do tecido comunitário fundamental para a resistência, através de centros sociais e culturais. Tais referências podem ser percebidas na ênfase às reivindicações de ocupação dos espaços públicos nos movimentos relacionados ao direito à cidade, presentes no contexto atual em diversas regiões brasileiras.

O autonomismo compreende uma diversidade de movimentos de moradia, ocupações urbanas, ecologismos, movimentos anticapitalistas e altermundialistas, anti-nucleares, antiguerra e antimilitaristas, antifacistas, antiautoritários, antiracistas, antixenofobia e por direitos de imigrantes e refugiados, além de feministas, minorias étnico-raciais, grupos de dissidência sexual e de gênero, entre outros. É característica dos autonomismos essa formação heterodoxa e a diversidade ideológica, mas com uma forte crítica à noções de vanguardismo e ao burocratismo dos partidos, que caracterizam a maior parte da esquerda socialista.

No contexto latino-americano, o ideário autonomista tem como um marco constitutivo o levante do Exército Zapatista de Liberação Nacional – EZLN - em 1994, com uma proposição de autonomia política radical que se tornou o horizonte das lutas por autodeterminação dos povos originários em toda a América Latina (TIRELLI, 2014; OLIVEIRA, 2012). Dando materialidade aos sonhos de resistência global altermundialista[41] desde experiêcias propiamente latino-americanas com forte protagonismo das mulheres indígenas, o zapatismo se tornou uma referência para ideias de organização e transformação autonomistas por todo o mundo, mobilizando ações de solidariedade translocal (COSTA E ALVAREZ, 2009) em uma configuração nunca antes dimensionada pelas esquerdas tradicionais. As mobilizações e protestos dos movimentos antiglobalização e altermundialistas latino-americanos em contraposição aos avanços das políticas neoliberais estão presentes desde o início da década de 90 e conseguiram frear significativamente os avanços no neoliberalismo na região, como no caso dos tratados de Livre Comércio das Américas (ALCA) (TIRELLI, 2014).

[41] Movimentos altermundialistas encampam os ecologismos, movimentos anticapitalistas, anti-nucleares, antiguerra e antimilitaristas, antifacistas, antiautoritários, antiracistas, antixenofobia e por direitos de imigrantes e refugiados, além de feministas, minorias étnico-raciais, grupos de dissidência sexual e de gênero, uma diversidade de movimentos de moradia, ocupações urbanas, entre outros.

Durante a década de 90, com a articulação de Organizações não governamentais para a participação na Conferência de Beijing, e durante os anos 2000, com a forte inserção dos feminismos no campo governamental em diversos países latino-americanos, o movimento se dedicou principalmente à transversalização vertical - '*mainstreaming'* - para a inserção da perspectiva de gênero nas esferas mais altas do poder político (ALVAREZ, 2014). O *advocacy* de direitos e de políticas públicas e as ações de incidência no campo da política institucional foram nessas duas décadas a temática predominante no 'campo feminista e de gênero' (MATOS, 2010 e 2012), assim como as análises e teorizações feministas também estiveram majoritariamente voltadas para esse fenômeno.

Simultaneamente, um processo de descentramento também acontecia, quando o discurso feminista se difundiu em diversas esferas sociais e, especialmente, quando as militantes de diversas frentes de movimentos de mulheres como aquelas rurais, urbano populares, negras, indígenas e LBTs passaram a também reivindicar o feminismo desde as suas perspectivas sociais (ALVAREZ, 2014). Essas são características de uma dinâmica específica do feminismo que foi caracterizado por Sonia E. Alvarez (2014) como *sidestreaming* ou os fluxos horizontais do feminismo. Esses fluxos fazem com que demandas históricas dos feminismos, que já eram reivindicadas dentro de outros movimentos sociais, se tornassem parte integrante e central do projeto de transformação política.

Vimos nesse período, em meio aos Encontros Feministas Latino Americanos[42] que articulavam redes e debatiam as políticas feministas na e para a região, a irrupção de uma

[42] Os Encontros Feministas Latino Americanos são eventos que reúnem os movimentos feministas de toda a América Latina, sendo realizados em diferentes países a cada três anos. O Primeiro Encontro Feminista Autônomo, com o desafio de "Fazer Comunidade na Casa das Diferenças", se deu no México em 2009 e depois ocorreram diversos por toda latinoamerica. A publicação de manifestos feministas autônomos e a realização de encontros específicos do campo ao longo dos anos permitiu a emergência de diversos discursos e grupos de feministas autônomas. Apesar dos diversos conflitos e rupturas ao longo da

vertente que reivindica, de outro lado, a autonomia com relação aos partidos, aos governos e aos organismos internacionais. As feministas autônomas e sua dura crítica às armadilhas apresentadas pela entrada do feminismo no âmbito das instituições, na profissionalização e também na especialização dos movimentos se tornaram uma forte referência para diversos grupos e projetos feministas a partir de então. (GARGALLO, 2006; FALQUET, 2009)

Portanto, se por um lado a década de 90 ficou marcada na maior parte das narrativas da história do feminismo pelo "Processo de Beijing", ressaltamos aqui que foi também o momento de surgimento de um campo de luta autonomista na América Latina sob forte influência dos feminismos anarquistas e comunistas libertários e das lutas de resistência indígenas, negras e de juventude:

> Mesmo que muitas vezes efêmeros e nem sempre politicamente visíveis, quando não propositalmente reprimidos no contexto neoliberal, coletivos e outras expressões feministas menos estruturadas, tanto "autônomas" – como os primeiros grupos Riot Grrls e agrupações feministas na cena anarco-punk (Marques, 2013; Zanetti e Souza, 2008), como auto-organizadas no interior dos movimentos da juventude, como o hip-hop e o estudantil, dos sindicatos, dos movimentos étnico-raciais, ou dos partidos –, como no caso dos feminismos articulados dentro dos movimentos e sindicatos urbanos e rurais (Barbosa, 2013; Godinho, 1998; Magrini e Lago, 2013; Silva, 2008), continuaram a se estabelecer no Brasil e em outras partes da região latino-americana mesmo durante o auge da "ONGização". (ALVAREZ, 2014, p. 30)

Como consequência da difusão de uma cultura autonomista em toda a América Latina nas últimas três décadas, temos visto a efervescência de movimentações feministas que: apostam na autonomia como princípio ético; na ação direta como forma de protesto; na autogestão como modo de mobilização de recursos; na horizontalidade como estrutura de tomada de decisão; nas coletivas e grupos de afinidade como forma organizativa; na autodefesa como forma de resistência à violência patriarcal; no autocuidado para promoção da saúde física e mental de ativistas como forma de garantir a longeveidade e perenidade da

construção da história do feminismo autônomo latinoamericano, e mesmo que não se possa falar de uma corrente única, podemos caracterizar objetivos, metodologias e tipos de organização em comum.

luta; e em mídias alternativas como forma de gerar informação livre e democrática. (MARTELLO, 2015)

As eclosões de feminismos autonomistas no período recente são fruto da difusão de uma cultura política que se transmite, principalmente, através de formas e manifestações artísticas, tais como: a música, o teatro, o vídeo, a literatura, a performance, a fotografia, a dança e diversas expressões da cultura popular:

> "Eu acho que me descobri enquanto artista através do feminismo. O feminismo tem a coisa da irreverência forte enquanto movimento politico e cultural. Muitas vezes para se comunicar e fazer uma ação, historicamente, as mulheres usam a estratégias da música, da batucada, da palavra de ordem, do zine, do lambe, do sticker, do stencil, da intervenção urbana. Em toda essa vivência da prática da reflexão material de fazer coisas fui descobrindo meu potencial artístico. A gente ia fazer ações, sei lá, teve encontro do fórum social mundial, e nós mulheres íamos fazer uma intervenção, se juntava cheia de tinta, lambe e spray e ia carimbar a cidade inteira para deixar nossa marca. Esse lance da intervenção urbana e de botar arte na rua foi através do feminismo. O feminismo me apresentou mulheres de referências para mim, enquanto militância e inserção social num fazer político que é diferente de espaços institucionais. Talvez eu não conheceria elas senão fosse nesse espaço, apesar delas serem de localidades muito próximas a mim, as outras meninas da quebrada, da periferia, eu fui conhecê-las lá para depois me conectar com elas." (Siomara, 28 anos, entrevista, Belo Horizonte 2019)

Essas manifestações culturais e políticas – que em parte da literatura latino-americana é, muitas vezes, referenciada também como feminismos *callejeros* ou feminismos irreverentes (CEJAS, 2016) - ocuparam as ruas em diversas formas de mobilização, desde uma pequena intervenção de um grupo de teatro até protestos multitudinários que uniram diversas causas e movimentos.

Pesquisas anteriores (MARQUES e PEDRO, 2012; CARMO, 2013; MARTELLO, 2015; RIOS e MACIEL, 2018) já haviam delineado, a partir da análise de encontros feministas autônomos brasileiros e latinoamericanos, os princípios organizativos desses grupos (autonomia, autogestão, auto-organização, apoio mútuo e horizontalidade) e suas dinâmicas políticas de combate a opressões no contexto dos movimentos sociais brasileiros (ações contra o patriarcado, capitalismo, lesbofobia, transfobia, racismo, etarismo e especismo). Nesses

estudos se destaca a realização de atividades de formação em ‘autodefesa feminista’ e debates sobre o tema, porém não é dada centralidade a tal questão.

A análise trabalho de campo e das entrevistas realizadas nos indicaram que a noção de autodefesa passou a ser aplicada, não apenas às estratégias compartilhadas entre feministas para sobreviver frente a violências sexuais e domésticas, mas também em estratégias de enfrentamento às violências patriarcais no âmbito da organização política. “Autodefesa feminista” é, portanto, uma categoria que emergiu no campo e, da forma como ela foi concebida pelas interlocutoras, inclui aspectos físicos, psicológicos, comunitários e digitais, que compõem uma cultura feminista de segurança para ativistas, consistindo em uma proposição de resistência, transformação e justiça autônoma numa perspectiva feminista.

Figura 20: Marcha ‘Ya no somos indefensas, estamos en resistência’, em Quito, Equador em 2017.

Fonte: https://laperiodica.net/ya-no-somos-indefensas-estamos-en-resistencia/

2.2. "Tesouras para todas": combate às violências machistas nos movimentos sociais

Como vimos nas análises sobre os processos de autonomia feminista em Oaxaca e Belo Horizonte no primeiro capítulo, as interlocutoras da pesquisa possuem, em sua maioria, experiência prévia de inserção em diversos movimentos sociais, organizações e espaços mistos da esquerda. Além disso elas realizam, pontualmente, frente a alguns objetivos comuns concernentes a lutas antiautoritárias, antirracistas e antineoliberais, algumas mobilizações em conjunto com o campo mais amplo da esquerda. Essa experiência, entretanto, é vista sempre com muitas críticas por elas, devido às insistentes manifestações de lógicas patriarcais, racistas e heteronormativas nesses espaços.

Mesmo após uma ampla inclusão no plano discursivo das demandas feministas, antirracistas e de respeito à diversidade sexual por parte das organizações, grupos e espaços mistos da esquerda, os comportamentos opressivos frente a essas minorias não foram reduzidos significativamente. Nesse sentido, concluímos que o apontamento de Alvarez (2004), acerca dos feminismos na década de 70 e início dos anos 80, de que o ideal de autonomia era invocado para referir-se à autonomia frente aos partidos políticos e organizações revolucionárias de esquerda, ainda é fortemente presente no momento atual. Mais do que isso, ele é definidor do posicionamento político das ativistas autonomistas, se estendendo também a todos os espaços, coletivos e processos de movimentos mistos.

Um dos apontamentos que chegamos a partir da observação participante e da análise das entrevistas foi de que para as ativistas feministas, a autonomia implica na maioria das vezes a recusa da inserção em lógicas pautadas pelo centralismo democrático leninista que, frequentemente, submete as decisões da coletividade feminista aos espaços de decisão mistos e, muitas vezes, predominantemente masculinos. Algumas ativistas que já participaram de organizações que seguiam esse princípio de estruturação política leninista,

falam sobre como, apesar de que a ideia seria produzir consensos acerca das direções políticas, o processo de disputa da hegemonia interna às organizações faz com que o feminismo frequentemente perca a disputa racional entre os argumentos. Considerando que o patriarcado e a dominação masculina orienta a sociedade como um todo e os grupos políticos de esquerda, é bastante previsível que a perspectiva social das mulheres não seja suficientemente convincente para os homens da organização na maioria dos debates:

> "Eu acho que o centralismo democrático, vem do debate coletivo, quem tem a voz mais forte vai ganhar. A coletividade é um processo igualitário, ele respeita mais a diferença também, só que essa diferença entre centralismo e feminismo, eu acho que temos que debater com o todo, mas não quer dizer que quem ganha... é muito difícil falar sobre isso que dá um nó na cabeça! A gente vai debater, e ai quando você pensa... eu fico pensando assim... que tem várias coisas que passam na minha cabeça nesse momento... disputa é a politica, é eu falar, e quando você está em processo de organização politica, você tem o debate das ideias, quando você chega lá vamos querer disputar esse debate de ideias, a gente só vai ser convencida se a outra fala vai fazer sentido para a gente. A todo o momento esse centralismo democrático será disputado, e claro, que quem ganhar, vamos ter que aceitar, e é aí o processo de engolir isso a seco. Eu, enquanto mulher feminista, sempre respeitei isso, mas não quer dizer que eu não possa discordar daquele processo. Minha experiência na organização politica, eu continuava a discordar e minha voz não era silenciada nesse processo do centralismo democrático, não quer dizer que minhas diferenças no enfrentamento politico não permaneciam, porque as minhas ideias sempre permaneciam, mesmo se a gente não ganhasse. Esse centralismo versus feminismo, eu acho que é difícil para a gente, porque muitas vezes vamos acatar o coletivo, e nós não somos um todo, temos nossas especificidades, mas não vamos poder deixar calado. Esse centralismo ele é emblemático, até certo ponto temos que aceitar, mas também a discordância dentro desse processo deve permanecer, entende?" (Joana, 28 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

Esses processos de disputa política nas organizações que orientam por essa lógica acaba por ser, portanto, uma constante disputa que está fadada ao fracasso para as feministas, tendo que abrir mão de suas prioridades na maior parte das vezes para lutar em prol dos "objetivos comuns". As ativistas autonomistas buscam um distanciamento crítico e organizativo com relação aos movimentos e espaços mistos, priorizando as demandas feministas e articulando-as com a lutas coletivas, especialmente relativas a questões raciais e de classe:

> "Depois que eu vim para BH e comecei a participar do campo mais vasto do feminismo na cidade, que eu conheci feministas classistas, de partidos, autônomas, anarquistas, mais antigas, mais na institucional, e aí foi quando eu realmente comecei a estudar mais sobre feminismo, a

> participar mais de atos com mulheres. Mas acho que o aprofundamento na teoria feminista foi quando entrei numa organização politica onde tiveram vários casos de machismos, foi aí que percebemos o quanto a esquerda é machista, um dos marcos. A gente se viu lidando com casos de abuso sexual dentro da organização, homens silenciando mulheres, cortando nossas falas, não deixando a gente ocupar cargos de visibilidade pública e de *status* dentro da organização, acabava que ficávamos só nos espaços de organização. Quem estava nos atos cuidando das bandeiras, levando o povo para os atos, limpando os espaços da organização éramos nós, mulheres. Quando nos vimos com essas situações de abuso sexual... era muita carga. Comecei a perceber o que era o feminismo, eu já entendia o que era violência contra a mulher, eu já entendia feminicídio, foi aí que eu entendi que o machismo não é só do senso comum, que dentro das organizações políticas há correlação de forças (mulheres *versus* homens), e como a gente combate e toma o poder de fato é destruindo o patriarcado lá dentro porque senão a gente não avançaria." (Joana, 28 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

Várias dessas ativistas realizavam (e ainda realizam) trabalhos permanentes de mobilização e apoio às ocupações urbanas por moradia, no caso de Belo Horizonte, e às comunidades indígenas, no caso de Oaxaca, oferecendo apoio organizativo e jurídico necessário para enfrentar as ações de despejo que ameaçam constantemente as mulheres populares e periféricas. Elas afirmam que, muitas vezes, foram ajudar mulheres que eram vítimas de violência doméstica nas ocupações e comunidades, mas os homens da organização não faziam o mesmo. Essa espécie de "divisão sexual do trabalho político" também tem impacto na definição dos espaços de poder dentro das organizações políticas que, raramente, são ocupados por pessoas de grupos minoritários:

> "Quantas mulheres a gente já não socorreu? Eu perdia a conta. Teve uma que eu tive que manter contato com ela por telefone, o marido dela deu uma saidinha para buscar o negócio, ele ia matar ela, e ela mandando mensagem de texto para gente. Ele bateu nela, ela teve que fugir e a gente foi buscar ela de carro. Já fui com polícia buscar mulher, tudo nas ocupações. Isso é uma coisa que as organizações politicas muitas vezes se negam, por isso que eu falo e repito, nos ficamos no lugar de gestão, da empregada doméstica, para organizar, para acolher, para ir buscar a mulher que foi violentada, quando um homem que fez isso? É só nós que fazemos isso e que não aceitamos racismo, homofobia, machismo. Até quando íamos ficar nisso? Até que ponto era só a gente e nenhum homem fez o mesmo trabalho. É muita coisa, então, uma dica que esse trabalho com as mulheres é só a gente que faz." (Joana, 28 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

Os grupos específicos voltados para minorias nas organizações mistas são apontados, por elas, como uma forma de mobilização, sendo que não há uma incorporação destes aos processos de tomada de decisão:

> "Aí tem o movimento de mulheres, da juventude, ou qualquer outro movimento, mas esses movimentos são apenas as massas enquanto a cúpula do partido decide qual vai ser a atuação do partido nesses movimentos. Enquanto falamos desses outros movimentos das mulheres, das lésbicas, LGBTS, mas, na verdade, quem compõe o núcleo duro do partido são os homens. E é isso, a falsa realidade que os partidos políticos estão enegrecendo, estão mais feministas, mais LGBTs. Quando você acha que está se tornando um dirigente dentro do partido, você vê que essas pessoas nunca estarão por trás da cultura politica. Olha os partidos de Belo Horizonte, elxs estão dentro do partido fazendo a máquina partidária, mas é uma confusão, todos, quem faz acontecer, quem faz articulação, quem negocia, não é nenhuma dessas pessoas dos grupos minoritários. Essa mulher sem teto que hoje não é vista para ocupar o cargo de dirigente, quando formaremos ela para ela conseguir ocupar? (...)
> Eu acho que teve mulheres que se tornaram sujeita da sua própria história, sujeitas politicas, mas foram esforço delas, não foi esforço da organização. Foram de mulheres que brigaram por elas, raras as vezes que eu vi um homem querer ceder o espaço de falar ou de poder da organização para uma mulher, a gente tinha que disputar, colocar no lugar, no grito, na briga." (Joana, 28 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

Os partidos aos quais Joana se refere são organizações políticas comunistas que não necessariamente possuem uma inserção política no campo eleitoral. A luta por moradia e por terra para se viver e produzir livremente é necessária para a autonomia das mulheres e a participação delas como líderes comunitárias é igualmente fundamental para que possam conquistar esses direitos e garantir o respeito no tecido social.

Porém, apesar da presença das mulheres nos movimentos de base, desde a formação dos movimentos populares na América Latina, a sua ausência sistemática nas instâncias de coordenação nas organizações políticas que dizem representar essas lutas, possui efeitos perversos até o presente momento. Ativistas feministas negras, mesmo as advindas de classes médias e universitárias, afirmam que as lógicas de dominação patriarcais e racistas se reproduzem nesses âmbitos e que não vêem espaço para mudança:

> "A política tem esse viés de organização enquanto escopo de ações, é importante, é necessário, mas não tenho esse lugar em que eu me veja, não consigo me perceber dentro desses espaços e também como representante disso. Eu sou uma unidade, meus anseios, e minhas demandas, não geram a leitura do meu corpo enquanto mulher negra, a minha experiência é que a gente não dá conta de se perceber e se acolher dentro das nossas unidades e quer se discutir um todo, eu não consigo me sentir acolhida dentro dos meus anseios feministas nesse lugar organizacional. Eu fui das Brigadas Populares durante um ano, foi importante para mim passar por lá, até para você saber o que você não quer, é importante, tem uma potência muito grande nesse local da ação. Mas, dentro da própria organização não conseguem combater o racismo, o machismo. Não estavam abertos a refletir, tive minha caminhada lá dentro e que não teve mais sentido em algum momento, tive que experimentar, para poder entender. Enquanto eu fui militante, o tocante da moradia me movia muito, e enquanto eu não tinha voz, a reprodução

> do todo, a função de limpar era minha, como que era a reprodução do sistema, comecei a refletir e depois de pensar sobre aquilo, comecei a perceber o meu corpo enquanto mulher negra." (Dayo, 33 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

Após essa experiência negativa, a entrevistada passou a acreditar que as comunidades auto-organizadas funcionam melhor que as organizações políticas (se referindo aqui aos partidos comunistas revolucionários que coordenam diversas frentes de luta por moradia e ocupações urbanas em Belo Horizonte). Para Dayo, a ação autônoma é a mais potente quando articulada em lutas nos espaços políticos. Sua reflexão converge com a de diversas outras ativistas que vêem, de maneira crítica, os efeitos das lógicas partidárias da esquerda nos âmbitos de mobilização feministas.

No caso do Brasil, algumas ativistas afirmaram que, durante o governo de Dilma, os movimentos que faziam parte da base de governo estiveram permanentemente mobilizados no sentido de garantir a governabilidade, rechaçando qualquer demanda que poderia ter implicações críticas ao Partido dos Trabalhadores. Para Yeji e Siomara, isso impediu que se articulassem com os movimentos autonomistas e, por conseguinte, tirou seu potencial de influência em diversas manifestações, o que pode ter colaborado com a apropriação indevida de protestos a favor de direitos sociais pela direita conservadora que queriam atacar o governo.

Na organização do 8 de março de 2013, a maior parte dos grupos feministas implicados na organização do Ato estavam envolvidas com a luta de mulheres populares que estavam sendo atingidas pelos efeitos da realização da Copa do Mundo no Brasil, como os despejos e a exploração sexual. Em contraposição a essa temática, grupos como a Marcha Mundial de Mulheres e o Levante Popular da Juventude, que atuavam como bases políticas do governo do PT, romperam com o Ato Unificado e convocaram outro Ato, também chamado de Unificado, centrado, por sua vez, na campanha pela Reforma Política.

Mesmo considerando a Reforma Política uma pauta importante e com impactos para as mulheres, as ativistas autonomistas tenderam a se aliar com as perspectivas que emergem das articulações das mulheres das suas bases, como o Comitê dos Atingidos pela Copa, e não por campanhas que vêm das direções nacionais partidárias. Essa forma de política, considerada por elas deletéria para articulação das bases, tem sido praticada há muitos anos.

Para Siomara, que fez parte da *Marcha Mundial de Mulheres* desde a sua construção, esse movimento em Minas Gerais era uma confluência entre mulheres de vários movimentos populares, incluindo-se trabalhadoras rurais e urbanas, mulheres nas lutas por moradia e na reforma agrária, atingidas por barragens, grupos estudantis e culturais, entre outras, e contribuiu muito para a difusão do feminismo nesses campos e para a realização de atos radicais. Porém, após a Marcha Unificada, realizada em 2010, que teve grande importância porém desgastou muito o movimento em sua organização, Siomara relata que houve um processo de hegemonização na Marcha Mundial de Mulheres por militantes da corrente Democracia Socialista do Partido dos Trabalhadores e da Consulta Popular[43]. Essa orientação política que advinha desses partidos tendeu a desarticular os processos que vinham dos trabalhos cotidianos com as bases, afastando com isso diversas militantes que possuíam um posicionamento político autonomista:

> "Se na virada de 90-2000 teve um racha, quando entra essa articulação diversa das mulheres dentro desse guarda-chuva, as mulheres mais velhas, também tem uma questão geracional, dos sindicatos e dos partidos dos trabalhadores, elas deixam de frequentar esses espaços, tem uma retirada dessa frente para que essa diversidade ocupe. Dentro dessa diversidade

[43] Durante atividades e reuniões do Feminismo Ocupa a Cidade algumas ativistas mineiras históricas da MMM relataram terem sido sumariamente excluídas da lista de e-mails, grupos do Facebook e outras redes sociais pelas lideranças do núcleo de Minas Gerais sem que essa decisão tenha sido submetida a um debate entre as integrantes. A exclusão dessas feministas, de acordo com elas, se deveu ao fato de que elas pertenciam a outra organização política comunista da esquerda que nesse momento não fazia parte da base governista no campo dos movimentos sociais. As militantes chegaram a denunciar o caso à organização nacional da MMM, mas tendo em vista que as coordenadoras nacionais também pertenciam à Democracia Socialista ou à Consulta Popular, foram negligentes frente ao procedimento anti-democrático adotado e não houve amplo debate nem tampouco a reincluisão das ativistas nos meios de comunicação do movimento. (Fonte: caderno de campo)

> apareceu, de forma mais tímida e depois com mais força, começou a aparecer uma frente predominante da Consulta Popular, um instrumento politico, que tem características de um partido, apesar de não disputar eleição, mas trazia consigo um direcionamento, qual é a linha estratégica política? Para aonde a gente tem que ir? Leitura de conjuntura. E esse monopólio divergia demais com as atuações que eu realizava, vinham pautas que engoliam o movimento feminista, as assembleias populares, as campanhas, na época, do preço de luz, tudo isso tinha a ver com as mulheres, mas como vinha de uma forma de cima para baixo, desmobilizava todo um processo territorial menor que, às vezes, tinha que largar a mobilização que estava sendo feita para construir a campanha. E era esse o direcionamento do momento. Então, nesse momento eu rompo com a Marcha Mundial de Mulheres e passo a ter uma inserção mais solitária e autônoma na cidade e, aos poucos, fui reencontrando as mulheres da rede do movimento de cultura, do movimento periférico, do movimento hip hop e fui reinventando essa minha atuação na cidade, que foi durante muitos anos coletiva. A gente entregava a vida mesmo, a nossa vida era construir a parada, foi um momento de desbaratinamento, eu saí fora, mas agora quem sou eu no mundo? Qual é a minha rede de proteção? Quais são as manas que sobraram? Com quem que eu converso?" (Siomara, 28 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

O modelo das assembleias populares, inspirados em experiências anteriores na América Latina como da APPO, não obteve sucesso como espaço de articulação dos diversos grupos a longo prazo em Belo Horizonte. A monopolização de alguns grupos acabou por ser um fator desmobilizador e excludente, especialmente para as mulheres, o que também ocorreu, em certa medida, com a Assembleia Popular dos Povos de Oaxaca – APPO:

> "As assembleias populares foi um modelo trazido de uma experiência, de algum lugar da América Latina, mas era como se fossem assembleias para a gente tirar quais são as pautas que a gente precisa, que a gente ia fazer uma campanha. A ideia era que fosse uma assembleia diversa, com voz múltipla. No começo ela tinha uma rede múltipla, do Movimento dos Trabalhadores Desempregados, Brigadas Populares, movimentos de bairro, movimentos autônomos. Mas aos poucos foi se formando uma diretriz muito dentro do movimento da Consulta Popular que as pautas vinham e iam atropelando tudo, foi monopolizando e os outros grupos foram se retirando.
>
> É isso, não era que outras coisas não estavam sendo feitas, mas dentro desses mecanismos de articulação da sociedade civil, se for pensar o movimento social enquanto mecanismo, aqui no Brasil e em outros lugares, a gente vai construindo de formas diferentes, enquanto dispositivo de alcançar nossos direitos, barrar coisas, enquanto esse mecanismo foi perdendo a força, isso não quer dizer que as mulheres de forma mais diversa e criativa não foram construindo redes de organização civil e de mobilização social, ai talvez esteja a chave da virada, porque essas organizações foram rompendo essa forma organizativa, da bandeira, da palavra de ordem, de se identificar enquanto movimento e que tem um plano estratégico, eu tenho um ranço dessa forma de fazer política". (Siomara, 28 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

Yeji, que já fez parte do *Levante Popular da Juventude,* acredita que as iniciativas voltadas para mulheres, LGBTs e juventudes nesse movimento se restrigem à mobilização e não afetam a política em si, não tendo autonomia real porque seguem as orientações da

direção partidária. Para ela, a forma como as feministas pertencentes aos partidos atuam politicamente, priorizando as pautas e os objetivos partidários, acabam impactando negativante as articulações e as lutas feministas. Para ela, as ativistas mais jovens não entendem essas disputas antigas e acabam sendo desestimuladas de participar desses processos:

> "Eu acho que existem as disputas das 'organizadas' que eu vou chamar. Que eu acho que é porque elas são organizadas em partidos ou sindicatos. Então, eu acho que a disputa delas tem a ver com a trajetória da esquerda também no Brasil e aí isso vai determinar as pautas delas e se elas vão se aliar ou não. Então, no final da década de 90, tinham as sindicalistas mais em torno do PT e as que estavam organizadas em ONGs. Aí depois com o PT no poder, aí surgem novos partidos, e aí surgem frentes feministas desses partidos. E aí elas vão se unir ou se separar ou se rachar muito motivadas por quais partidos elas estão. O PT vai ter os sindicatos, vai ter a Marcha Mundial das Mulheres, o Levante (Popular da Juventude) vem agora mais recentemente. Aí depois surge o PSTU, que tem um caráter muito sectário adota mais essa postura. Aí depois vem o Psol que também tem milhões de organizações do PSOL, tem as disputas no próprio PSOL. Eu acho que as disputas, elas têm as pautas que os grupos que colocam, os grupos no caso os partidos, estão agora nesse sentido. A Frente Brasil Popular, que tem a Consulta (Popular), busca colocar coisas que tem a ver com o golpe e com Lula Livre, e certos outros partidos, tem alguns que colocam também o Lula Livre, eles apoiam. Mas tem uns também que rechaçam. Então nos últimos tempos essa tem sido sempre a pauta: pode ter Lula Livre ou não pode? Em todos os atos vai ter essa disputa. Então eu acho que as disputas têm a ver com isso, as mulheres fazerem uma leitura de conjuntura e estratégias atrelados aos grupos que elas estão e colocarem isso como prioridade sobre as pautas feministas, porque elas têm divergências, tanto de leituras quanto de táticas." (Yeji, 28 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

Mesmo considerando a questão da democracia algo de suma importância para os feminismos, assim como as pautas macroeconômicas, as autonomistas rechaçavam fortemente que o ativismo feminista girasse em torno do debate "Pode ou não pode ter 'Lula Livre'no ato", ou que esse fosse o tema central de debate dos movimentos de mulheres. Uma leitura autônoma da realidade desde a experiência das mulheres seguramente iria visualizar outras prioridades.

No 8 de março em 2019 em Belo Horizonte, as mulheres batuqueiras dos blocos de carnaval - que para Yeji atualmente são quem mais mobiliza e traz mulheres para os atos -, ignorando completamente essas disputas de viés partidário, simplesmente conduziram diversos cortejos pela cidade que se juntaram, espontaneamente na Praça Sete e seguiram

em direção à Praça da Estação, em um dos maiores Atos do 8 de março que a cidade já viu, de acordo com a percepção da ativista. Isso demonstra a força que as manifestações de cunho cultural possuem, e que as articulações de mulheres em torno de projetos comuns que tendem a superar as diferenças de posicionamentos políticos, como a música, possuem em sua visão, maior potencia de transformação que lógicas políticas engessadas e viciadas como as praticadas por muitas organizações e partidos.

A proliferação dos feminismos autonomistas possui intensa conexão, portanto, com a multiplicação do número de pessoas presentes nas manifestações de rua, mesmo no caso dos atos convocados por organizações feministas pré-existentes a esse período:

> "Então, o fato dos protestos de rua estarem bem mais cheios também tem a ver com isso, o feminismo está num momento em que ele está muito mais nas iniciativas autônomas mesmo, porque as organizadas, vou chamar as organizadas, eu digo as mais antigas, elas têm sempre recorrido agora, sabe? A forma de mobilização delas não são os próprios grupos, são essas iniciativas autônomas e aí elas pegam os contatos e chamam. Aqui tem muito também as meninas poetas que têm participado sempre." (Yeji, 28 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

No caso do México, as ativistas apontam que também há, por parte das feministas militantes nos partidos comunistas, essa atitude de priorizar leituras de conjunturas realizadas nos movimentos mistos ao quais elas pertencem, e devido a isso trazem muitas vezes pautas e demandas e debates que não estão centrados em perspectivas que refletem a auto-organização das mulheres. O fato de que, muitas vezes, a ação política dos feminismos socialistas seja pautada por princípios e análises desenvolvidas por teóricos e militantes homens cisgênero, preocupa as ativistas feministas:

> "Para mim, a questão não é estar em espaços mistos e ter um *doble activismo* em milhões de campos, para mim, a questão das *rojas*, a razão de chamar feminista, não é porque está inserida… assim, o feminismo tem várias histórias, mas assim como para você se denominar comunista, ou socialista, ou anarquista. Vamos colocar o anarquismo. Pro anarquismo você vai ter alguns referentes compartilhados, ninguém vai falar isso aqui é anarquista e não tem ideia quem foi Bakunin, Kropotkin. Não estou falando nem sobre os textos, é o conteúdo, quando eu falo anarquismo eu tô supondo uma série de coisas, uma crítica ferrenha à questão a centralização do poder, uma crítica ferrenha à questão do Estado, não dá para ser anarquista sem isso, gente.

> No caso do feminismo é uma coisa estranha que acontece, que eu acho que tem a ver com a falta de legitimidade dos processos históricos de mulheres. As pessoas podem se dizer feministas, e não ter às vezes nenhuma aliança com o que o movimento feminista construiu, vai discordar de tudo! Ou vai concordar com uma coisa aqui e outra ali, ou talvez nem vai reconhecer essa história, o que acontece muito. Eu tive discussões ferrenhas, essas mulheres vão se falar feministas, mas a agenda de luta e os princípios que elas estão reverenciando numa história compartilhada são do socialismo. É como se fosse pegar socialismo pra mulher, ah vamos chamar feminismo que aí a gente tá indo… Pelo menos as *trotskas* que eu conheço operam assim, no trabalho de base e do convencimento de massa, tipo, a gente precisa trazer essas mulheres. O feminismo, para muito gente *roja* que não conhece a história do feminismo, é como se fosse um socialismo para mulheres, esse é o *feminismo rojo*." (Paula, 33 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Nesse sentido, da mesma forma que as imagens e quadros de Trotsky, Lenin e Mao Tse Tung nas paredes da sala de reuniões das agrupações *Pan y Rosas* na Cidade do México são para Paula uma expressão de que os princípios e agendas de lutas centrais para esse grupo são os do socialismo, a escolha das anarcofeministas por estar nos espaços mistos e o desinteresse em contruir espaços entre mulheres também expressa um preterimento das questões feministas por essa vertente:

> "A minha provocação com as anarcofeministas era: Por que vocês precisam da validação histórica dos machos?! Como feminismo radical a gente pode fazer todas alianças que quiser com o anarquismo, mas colocar no nome? Precisa desse anarquismo que é uma história dos bofe? Colocar essa legitimação…. É como esse discurso que o feminismo é um projeto só para mulheres, localizar o feminismo como se não tivesse um projeto de mundo, aí a gente chama de anarcofeminismo. Tem uma linha que eu concordo com isso, mas não reduz toda a questão, mas eu gostava de problematizar com isso: A gente precisa se legitimar para os machos, né?" (Paula, 33 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Ela então argumenta que, na sua perspectiva, o feminismo contém uma análise política e propostas organizativas e emancipatórias que dispensam a necessidade de se vincular a tradições políticas constituídas historicamente por homens como o socialismo ou o anarquismo. A crítica à centralização do poder e a escolha de formas organizativas horizontais seriam elementos que em sua concepção estão presentes ao longo de toda a história do feminismo e podem também ser considerados elementos fundamentais e constituintes de uma teoria política feminista:

> "Como eu vejo o feminismo como uma história radical o suficiente para se colocar como muito próxima ao anarquismo, eu não sei se o anarcofeminismo é tão específico assim. O feminismo

> que não tem uma análise, uma crítica à centralização do poder, para mim, é uma apropriação institucional do feminismo. (...) Aí o anarcofeminismo segue essa linha anarquista, as feministas socialistas seguem a linha socialista, e a linha feminista? Desaparece, meu bem! Política, de teoria política feminista! É essa a entrega… quê isso, cara! Essa é a discussão mesmo, como se o feminismo fosse uma proposta organizativa de mulheres sem conteúdo político, de proposta política, entendeu?
> Como a história do feminismo é sistematicamente apagada, dependendo do elemento que você está comparando, você pode falar em coincidência histórica, que é esse ponto da descentralização, ou das formas organizativas. Até porque todas as feministas radicais dos anos 70, a maior parte veio do socialismo, mas assim, quando a gente constrói, dependendo do mecanismo, do elemento, ou de como… necessariamente a história do socialismo está muito mais bem contada, principalmente nesses termos mais organizativos, que a história do feminismo. Então vai saber se a gente tá falando da influência do socialismo no feminismo, ou de uma influência tão apagada do feminismo sobre o socialismo, ou onde tá essa influência? Eu acho que essa memória existe muito pouco contada." (Paula, 33 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

A consequência da escolha por priorizar essas tradições, predominantemente masculinas de ideologia política acaba sendo, muitas vezes, um processo de abrir mão de conhecer em profundidade a história do pensamento feminista e seus debates fundamentais sobre pautas específicas que transcendem os limites dessas correntes ideológicas. Além disso, a atuação nos espaços mistos correspondentes, que são majoritariamente masculinos, também implica, muitas vezes, estar exposta a um espaço político vertebralmente estruturado pela lógica patriarcal e ter que tolerar atitudes machistas e misóginas daqueles que supostamente seriam companheiros de luta:

> "Sí lo he notado por ejemplo con los Compas anarquistas que llegaron y que se crean muy así.. De por sí son súper divididos entre ellos, y aparte por cuestiones personales, o lo que sea. Entonces ya metiendo la historia desde también una perspectiva de género está m*****, porque sí a los compañeros les falta mucho mucho mucho que trabajar. Aunque anden con mujeres que algunas sean feministas, yo también siento que pues es que estamos en ese sistema, metidos, educados, muy educados, ya van según tienen ciertas cosas, cierta educación diferente, opresión, privilegio.. Les cuesta, imagináte si alguién quiere, ni chance de pensarse, sus acciones, sus palabras. Yo tenía muchos amigos de izquierda, Así que ah pues horrible, hacían acciones muy cabronas que tú decías. ¿que pédo? A mí me hacía sentir muy... la persona súper culta, de izquierda, eran súper machos y hacian acciones muy misóginas, horribles, no sé, entonces creo que lo que falta es eso. Ellos no van a darse la tarea, no quieren. Cómo cambiar esas posturas en el sentido hablando de las posturas de la mujer?" (Anayeli, 29 anos, entrevista, Oaxaca, 2019)

Concha também compartilha da mesma percepção sobre os anarquistas Oaxaqueños desde sua experiência nos espaços mistos e analisa o quanto a lógica patriarcal de competição

entre mulheres se reproduz nesses espaços, sendo este um mecanismo de heterossexualidade compulsória que faz com que as mulheres disputem a atenção e o reconhecimento dos homens.

Para ela é eloquente o fato de que a maioria das anarcofeministas atuantes nos grupos anarquistas magonistas de Oaxaca tenham horror ao separatismo lésbico que orienta alguns grupos feministas da cidade, enquanto toleram em seus grupos e atuam politicamente junto a homens anarquistas que têm histórico de denúncias de abuso ou assédio sexual, violência doméstica ou que têm práticas machistas. Ou seja, essa lógica que faz com que outra feminista seja sua inimiga ao invés dos homens anarquistas[44]. Ela se indigna com a forma como estes

---

[44] A histórica tensão entre os militantes magonistas e as anarcofeministas vem desde a ruptura entre Ricardo Flores Magón e Juana Belén Gutiérrez, ambos revolucionários anarquistas que atuaram juntos na Revolução Mexicana. Diante dos desentendimentos entre os dois militantes, Magón acusou Juana Belén de "safismo":

> "Cuando estábamos en San Antonio supimos, eso es asquerosísimo, que Doña Juana y Elisa Acuña y Rasete se entregaban a um Safismo pútrido que nos repugnó. Pudimos comprobarlo de muchas maneras, y descubrimos que en la Capital de la República no se hablaba de otra cosa entre los que conocían a las senhoras "liberales" que de sus asquerosos placeres. (...) Mucho nos repugnó eso, y consideramos que era vergonzaso que se nos siguiera viendo con las mencionadas señoras. Como siempre sucede, nosotros, los que más intimidad teníamos con las señoras liberales, fuimos los últimos en conocer sus porquerías, pues ahora estamos ya enterados de que ya en Belém, cuando estuvieron presas, la población femenina del departamento en que estuvieron estaba indignada por la conducta de las periodistas. Detalles verdaderamente asquerosos se relatan de todo eso y muchos correligionarios han retirado su protección a esas propagandistas del safismo, pues como le digo a usted, en México se sabía ya lo que hacían essas señoras.(...) Nosotros pensamos que era indecoroso que se nos viera unidos a esas mujeres y procuramos alejarnos de ellas, pero sin darles a entender que nos daban asco." Carta de Ricardo Flores Magón a Crescencio Márquez. 10 de junio 1906. (VILLANEDA, 1994, p. 42)

Outro aspecto que chama a atenção na disputa entre os revolucionários zapatistas homens e as feministas que se deu no âmbito da Revolução Mexicana foi em torno do tratamento dado aos casos de estupro e abuso sexual das militantes:

> "Juana Belén Gutiérrez se encontraba en Morelos sirviendo a la causa zapatista, cuando ocurrió el asesinato de Madero a princípios de 1913. Había organizado un regimiento al que llamó Victoria, poniéndose ella al frente del mismo. Zapata la nombró coronela, como muestra de la admiración y del respeto que siempre le manifestó. (...) En una ocasión, durante la ocupación de una hacienda que perteneciera a un aristócrata porfirista, uno de los miembros de su tropa, violó a una mujer. Juana Belén mandó formar cuadro para fusilar al infractor. La queja de lo que se consideraba un exceso en el mando de la coronela, llegó hasta Zapata, quien respaldó su decisión y expidió un decreto sancionando severamente a quienes hicieran uso o abuso de una mujer, siempre y cuando no se tratara de una de las mujeres de los hacendados (sic)." (VILLANEDA, 1994, pags 46 e 69)

comentam sobre as mulheres inseridas nesses espaços e como eles funcionam numa lógica masculinista:

> "(...) y ellos te lo dicen 'es que ella bebe como nosotros, se va a la fiesta como nosotros. Ella aguanta muchas cosas de aquí de la parranda como nosotros, no se duerme… es guerrera' y siempre me dicen 'no mames, yo la admiro muchísimo porque ella está en muchos espacios, principalmente muy masculinos, anarquistas, algunos oaxaqueños' lo cual me perturba mucho, que son mierda, son súper machistas, son sumamente ofensivos. A mí me es difícil estar con personas así y ella va y se la rifa y qué chido. Y yo lo escucho como 'no, y por eso es chida?' Entonces yo no soy chida porque soy una feminista no valiente que no quiere resistir esos espacios. Y que ya no aguanto la riña, que ya no aguanto la peda, que ya no aguanto un comentario, un chiste machista, misógino de la cábula, de reírte del otro… no aguanté que se rían de mí. Ser la broma de los demás cuando todos en algún momento somos la broma de los demás." (Concha, 24 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Frente a esses tipos de agressões machistas enfrentados pelas ativistas autonomistas no campo do dos movimentos sociais e dos grupos e espaços da esquerda em geral, sejam elas de cunho sexual, físico, psíquico ou organizativo, muitas vezes por parte de outros ativistas, elas têm promovido cada vez mais oficinas, treinamentos e jornadas de autodefesa feminista que visam potencializar a ação individual e coletiva de enfrentamento:

> "Entonces pues ahí se va dando cuenta, nos vamos dando cuenta que sí podemos defendernos que no necesitamos de un hombre que nos defienda que siempre dicen cuándo va a salir 'Ah pues ve con él para que te defienda, no? Necesitas a un hombre que te defienda, no?' Cuando ellos mismos son los que nos violentan también, no? Entonces la autodefensa tambien no nada más se ve de defendernos de hombres desconocidos, sino defenderte también de hombres bien cercanos. Y eso hay como movimiento también, se enseña que necesites también, como no tienes que tener mucha fuerza, pero tienes que saber parar, Enséñan a zafarte de cuando te estén agarrando, a zafarte cuando te tengan acostada y que no necesitas mucha fuerza sino simplemente estrategias, es estratégico. Y el taller es no nada más hacer cosas físicas, sino también cómo sacarse ideas o cosas que tenemos incrustadas, se trabaja también con las emociones, fortalecernos también desde la actitud y de la emoción." (Veronica, 28 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

A prática da autodefesa em oficinas, o compartilhamento de técnicas e experiências entre as feministas não são suficientes, entretanto, para garantir maior segurança para as mulheres nos espaços políticos. Além disso, é necessária que haja a realizações de ações que coloquem no debate público, tantos nos meios ativistas quanto da sociedade em geral, as análises feministas sobre os mecanismos e lógicas em que se dão as violências patriarcais e a

necessidade e importância de que as mulheres se defendam para que haja uma transformação concreta da realidade.

Figura 21: Faixa da Federação das Organizações Sindicalistas Revolucionárias do Brasil[45] em manifestação contra a cultura do estupro, no RJ, 2016.

Fonte: https://lutafob.wordpress.com/2016/06/23/fob-df-chega-de-machismo-pela-autodefesa-feminina/

Isso se dá devido ao fato de que em nenhum desses dois âmbitos é aceita ainda a legitimidade da autodefesa das mulheres como a resposta necessária à violência, o que, por sua vez, não passa pela proteção masculina ou dos poderes instituídos:

> "O caso da denúncia do Chanti Ollin: as feministas organizam uma denúncia de uma agressão bizarra de um cara do espaço libertário, os espaços libertários inteiros vão se mobilizar para criticar as feministas. Um menino do Chanti Ollin bateu em uma menina que tava vinculada aos processos de uma padaria comunitaria, de vários coletivos, e começou a se aproximar do feminismo. O que aconteceu é que ele começou a bater nela e ela em um momento, ela tinha acabado de ir em uma oficina de autodefesa que falava que a gente tem que olhar os objetos cotidianos como armas de defesa e ela pegou a chave dela e deu nesse menino e acabou com ele, ficou destruído. Não matou. E ele tava pegando a cabeça dela e batendo no chão, o menino libertário. E aí claro, ela denuncia essa história, e a posição geral dos movimentos, e inclusive das meninas dos espaços anarquistas, defendendo o cara. Pensar em explusar ele dos espaços

[45] No texto encontrado no sítio eletrônico da FOB entitulado "Não à violência contra as mulheres! Chega de machismo, pela autodefesa feminina!"encontramos disponíveis cartazes que reivindicam a autodefesa feminista como resposta à violência machista contra as mulheres, cada um com uma imagem de uma experiência que é referência em autodefesa: 1- Partido Panteras Negras em Legítima Defesa nos EUA na década de 60; 2 – Gangue Rosa na Índia em 2015; 3 – YPG Unidade de Proteção Feminina em Rojava em 2015; 4 – Zapatistas no México desde 1994; 5 – Comitê de Autodefesa das Mulheres (CADM) em Marília, SP em 2015). No final do texto encontramos a consigna:
" É no fuzil, é na peixeira, vamos montar um batalhão de guerrilheiras!
A luta do povo é a luta da mulher. E a luta da mulher é a luta do povo!
Da linha de frente ninguém me tira!"

> porque as feministas estão denunciando? Ou recentemente, na última marcha do 8 de março, que vieram os Panchos Villas, que bateram numa companheira, e as mulheres desse movimento convocaram as feministas para conversar sobre o que aconteceu e criar uma agenda comum. Só que aí as pautas das feministas as outras meninas falaram não, isso aí a gente não… Dá pra falar de um só movimento?" (Paula, 33 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

A autodefesa feminista, da forma como ela é pensada pelas ativistas autonomistas em Belo Horizonte e em Oaxaca, não se restringe a técnicas de defesa pessoal, mas também a ferramentas e estratégias coletivas de enfrentamento às diversas formas de violência patriarcal que acometem mulheres e corporalidades dissidentes. Os grupos auto-organizados tornam-se, então, essenciais para se buscar combater as desigualdades que afetam especificamente as feministas, já que as ativistas, muitas vezes, passam por situações de violência em seus próprios territórios:

> "Então, por mais que a gente não queira e que a gente combata e tente combater sempre esse tipo de violência de acontecer nesses espaços - que em teoria seriam espaços alternativos aos problemas que a gente tem dentro da sociedade atual nível macro (problemas estatais) -, elas acabam acontecendo. Então, por isso, é importante as mulheres terem essa auto-consciência de si, das ferramentas que elas podem usar, saber quando bater, quando não bater, quando ignorar, quando não ignorar. Lembrando que nesse círculo e espaços fica muito difícil, que esses homens, que geralmente são de onde vem essa violência, a possibilidade de você encontrar com eles de novo é muito grande. A possibilidade de não encontrar com eles é quase nula. Então, por isso mesmo, se faz a importância, não só nesses casos específicos, uma auto-consciência, uma autodefesa, mas uma auto-consciência e uma autodefesa em grupo. Aí sim, eu acho que se torna extremamente importante a criação de coletivos, de assembléias, de espaços exclusivos, reuniões, de trocas de experiências, espaços mesmo dentro do movimento, dentro do bairro, dentro da ocupação, dentro desse território. Autonomia não só de uma, mas de todas as mulheres. Porque como a gente nesses casos está lidando numa comunidade com um espaço específico é preciso que esse espaço específico seja seguro, não só para uma, mas para todas, que como um espaço pequeno o mesmo agressor de uma no futuro pode ser o agressor da outra e isso só vai crescendo, isso só vai aumentando. Claro que nos macroespaços também isso existe, o cara que agrediu hoje tem grande possibilidade de agredir outra pessoa amanhã, ou depois de amanhã. Mas eu acho que nesses casos de territórios menores e mais focados, eu acho mais importante, mais enfático essa parte de criar redes de ajuda, redes de apoio, rede de saúde mental, redes de autogestão em que as mulheres tenham uma força política dentro desses espaços que elas cresçam politicamente nesses espaços que já nasceram políticos, que assim de fato essas comunidades sejam.... Reforce o fato dela ser em uma alternativa ao poder político em vigência estatal." (Aziza, 30 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

De acordo com as ativistas entrevistadas, portanto, a autodefesa implica outras formas de se entender no territorio e de se criar comunidades. Em especial, nos importa a construção de comunidades feministas. A referência maior dessa proposta até o presente momento, é o

feminismo autônomo latino-americano. Apresentaremos alguns debates apontados como fundamentais no campo da autonomia feminista pelas ativistas entrevistadas.

2.3. "Ya no somos indefensas": autonomias feministas em resistência

No campo dos movimentos feministas, Yuderquis Epinosa Miñoso (2009) e Ochy Curiel (2007) ressaltaram a relevância histórica da crítica do feminismo autônomo como quebra de lógicas representativas não explicitadas nos movimentos e da profissionalização da militância, ambos com forte caráter elitista. A ruptura politico-ideológica com a institucionalização crescente dos movimentos feministas e sua subordinação às pautas de financiadoras internacionais foi mais abertamente enunciada no Encontro Latinoamericano em 1993, com a formação da coletiva "*Las Cómplices*" composta por feministas chilenas e mexicanas, como Margarita Pisano e Ximena Bedregal. Essa corrente merece destaque por ter sido um dos posicionamentos mais contundentes de contraposição ao processo de institucionalização e subordinação aos partidos políticos, às organizações mistas, ao Estado e aos organismos internacionais, especialmente focando nos impactos dos financiamentos na autonomia do movimento. (Villaverde, 2014)

As feministas autônomas elaboraram a "*Declaración del Feminismo Autónomo*" para compartilhar no VII Encuentro Feminista, no Chile, em 1996, ressaltando a dimensão do feminismo como prática social cuja legitimidade não depende do reconhecimento jurídico por parte do Estado e clamando pela retomada das ruas, da imaginação pública e da linguagem subversiva. Destacaram, também, a necessidade de se criar formas que possibilitassem que cada experiência contasse, afinal, a sua própria história.

Entretanto, essa primeira geração de feministas autonomistas tinha fortes limitações no conceito de autonomia que era por elas adotado, já que mantinham uma postura reacionária diante das reivindicações de feministas autônomas negras, lésbicas e indígenas como Julieta Paredes, Ochy Curiel e Yuderquis Espinosa Miñoso e criavam tensões quanto à importância de pensar o feminismo de forma interseccional (CRENSHAW, 2002; CURIEL, 2007; MIÑOSO, 2009). Alegando posturas fragmentárias das companheiras, as primeiras recusam uma postura de reflexividade frente às outras dimensões das opressões também sofridas pelas feministas. Essa corrente foi deslocada de seu lugar de monopólio do discurso feminista autônomo latinoamericano, dando-se vez a uma multiplicidade de vozes e fazeres feministas autonomistas num período subsequente.

O Primeiro Encontro Feminista Autônomo, com o desafio de "*Fazer Comunidade na Casa das Diferenças*", se deu no México em 2009 e depois ocorreram diversos outros encontros por toda a Latinoamerica. A publicação de manifestos feministas autônomos e a realização de encontros específicos do campo, ao longo dos anos, permitiu a emergência de diversos discursos e de grupos de feministas autônomas. Como podemos observar nas falas de ativistas oaxaquenhas e mineiras, a divergência com o feminismo institucional e de ONG's não aparece mais como um elemento central para as feministas autonomistas, em especial para as feministas comunitárias:

> "Entonces para nosotras del feminismo comunitario esto ha sido, y no tenemos una discusión con las feministas este...institucionales, de ONG, porque pensamos que no es con ellas con las que vamos a pelear, no es con ellas con las que hay que estar en el encono constante... como con el Estado y la estructura sistematica y patriarcal no puedo, chingo a la otra...no? No lo veo por ahí. Si ese es su camino está bien, no? A veces no compartimos de todo las formas, o como miran las cosas, pero es un camino, no? No es el nuestro. Pero ya no nos vamos a clavar en ese encono. Y entonces eso pensamos, digo." (Itzel, 33 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Os diversos conflitos e rupturas ao longo da construção da história do feminismo autônomo latino-americano, na perspectiva de Paula, se deram especialmente devido às

questões geracionais que estão relacionadas a como cada momento histórico afeta as definições políticas e processos organizativos. Para ela, uma mulher que se formou no ativismo dos anos 70, possui uma concepção de organização completamente distinta no conteúdo e na forma do sentido atual. Quando há um conflito geracional que se dá em termos de questionamento dos lugares de poder cristalizados, como no caso da Margarita Pisano - que de acordo com Paula teve uma construção de 'diva' no feminismo - a figura mais velha vira uma inimiga, e as mais jovens, ao tentar romper com esses lugares de poder, acabam rompendo com uma parte significativa com a memória do movimento. A postura de Margarita Pisano, na visão de Paula, foi fazer críticas às novas gerações de feministas autônomas descartando e desqualificando completamente o trabalho das outras.

Há uma expectativa de que, nas relações intergeracionais em um movimento político, haja um processo de passagem e de continuidade do movimento, especialmente levando-se em conta que este primeiro grupo de mulheres que se enunciaram desde a perspectiva da autonomia, muitas já estão morrendo. Paula argumenta que podemos estabelecer vínculos com essas feministas históricas que não caiam na lógica dualista em que ou criticamos e descartamos tudo ou fazemos uma reverência absoluta, como a maioria das seguidoras de Pisano o fazem. Devemos colocar nossas divergências, porém conservar a memória do que foi produzido naquele contexto, o que pode nos auxiliar a agir em outros momentos históricos.

> "(…) a maneira que eu tava entendendo micropolítica e horizontalidade não tinha nada a ver como elas tavam entendendo os processos de organização. A lente dos micropoderes típicas dos processos organizativos mais contemporâneos, não todos, mas dos feminismos mais próximos, e não só dos feminismos, mas principalmente deles, que é um olhar muito cirúrgico com relação aos poderes. E as mulheres que eu conheci de 50/60 anos, a preocupação delas está em outros processos, macropolítica, interessadas numa ideia de impacto no mundo, um impacto medido com uma repercussão em lugares de poder estabelecidos, e minha formação é diferente. O impacto e a forma de medir está em outro lugar, minha relação com a história, eu sinto com as mulheres na década de 70, a necessidade de construir grandes relatos e entender a história com uma letra maiúscula ainda é muito presente. Então as coisas ficam mais dicotômicas, ou é ou não é, tá aqui ou tá lá, tá contra ou tá a favor. E eu acho que as leituras da Margarida Pisano têm uma ideia de radicalidade que pra mim é muito refém de uma lógica dos

> anos 70, e acho que politicamente estamos entrando em outras formas. E radicalidade significa outra coisa agora.
>
> Por outro lado, pela perspectiva, pra uma senhora que usou ferramentas que serviam muito pra um processo histórico, e de repente as coisas mudaram. Você tem aquelas ferramentas, só que parece que elas não muito se encaixam ao presente. Elas se encaixam numa coisa muito importante que eu acho que é na memória das ferramentas. É que nem o resguardo de semente. Porque as pessoas continuam guardando uma espiga de milho que tem muito menos? Porque essa espiga não tá precisando agora porque tá chovendo, e tem menos milho então a gente não vai plantar. Mas essa espiga é a mais resistente para épocas de guerra, épocas de escassez de recursos, é ela que vai vingar quando não tiver agua. Então por isso que a memória de nossas ferramentas nos permite conseguir atuar de acordo com o momento histórico de uma forma muito mais eficiente mesmo. Eficiência nesse sentido de ter uma engrenagem de um poder, e a gente quer incidir. A gente quer incidir no mundo, de formas diferentes, como a gente vai medir a incidência. Mas tem uma coisa de objetivo politico que é incidir do mundo. Então, ter essa memoria nos permite uma incisão mais concreta no mundo." (Paula, 33 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Paula chama atenção aqui para a importância dessa memória permanente que pode ajudar a pensar as melhores formas de ação em cada situação. Ela acredita que é fundamental também ter uma análise das ferramentas, táticas e estratégias que não funcionam ou que aproximam das lógicas de funcionamento do poder e que por isso são muito rapidamente assimiladas e difundidas, mas possuem pouco efeito transformativo.

No que se refere à teoria de Margarita Pisano, Bestriz ressalta que a noção proposta por ela de uma "mudança civilizatória" como tarefa do feminismo autônomo carrega uma terminologia e concepções colonialistas e racistas, cuja retomada vai sempre implicar numa atualização desses sistemas de dominação na estrutura do pensamento. Beatriz afirma que quando Pisano se refere à "barbárie" é possível perceber traços históricos evidentes de um pensamento branco colonial que associa as minorias étnicas com o "atraso cultural", estando implícito nesse termo que elas seriam mais reféns do machismo do que os povos "ilustrados". Para ela, essa construção de pensamento, além de proteger os homens brancos, que já são os mais inatingíveis no que se refere às violências patriarcais, também apaga a dimensão de subordinação racial do patriarcado e de seus meandros que permitem que, muitas vezes, as

mulheres brancas sejam autoras e cúmplices de violências raciais e do genocídio de indígenas e negrxs na América Latina.

Na perspectiva de muitas das ativistas, é necessário interditar a reprodução de análises realizadas por feministas brancas sobre as lógicas das violências patriarcais que tendem a universalizar perspectivas privilegiadas racialmente, generalizando tais análises para as mulheres como um todo e a não considerando as especificidades das experiências das mulheres negras e indígenas. Para elas, muitas vezes essas autoras apresentam também traços explicitamente racistas em suas análises que, por sua vez, reforçam a criminalização de pessoas não brancas e minam as possibilidades de solidariedade entre mulheres de diferentes pertencimentos étnico-raciais e culturais[46].

Na perspectiva da maioria das ativistas indígenas e negras, as narrativas da história do feminismo que se centram na trajetória de pensamento e de mobilização de grupos majoritariamente formados por mulheres brancas têm como efeito a invisibilização das teóricas e lutas de resistências negras, indígenas, populares, campesinas e populares. A predominância dessa perspectiva branca, europeia e estadunidense na análise das demandas e reivindicações da luta das mulheres fez com que muitas das interlocutoras da pesquisa hesitassem, por muito tempo, a se identificarem com o feminismo. Foi apenas no contato com teorias e movimentos feministas negros e indígenas que elas passaram a considerar que havia conexão com sua realidade e, a partir disso, algumas começaram a se autodeclarar como

[46] Exemplos concretos podem ser encontrados na crítica fundamental que Angela Davis faz sobre como as análises sobre violência sexual de autoras como Diane Russell, Susan Brownmiller, Jean MacKeller e Shulaimith Firestones deturpam dados sobre o fenômeno e reforçam o mito sobre o estuprador negro, que além de justificar os linchamentos de pessoas negras, reforçam também o estereótipo de promiscuidade das mulheres negras que naturaliza o estupro dessas pelos homens brancos que era endêmico no período e ainda prevalesce como o mais impune. No livro 'Mulheres, Raça e Classe' podem ser encontrados também diversos exemplos de feministas brancas e burguesas cujos discursos, argumentos e ações reforçavam as opressões de raça e classe (DAVIS, 2016).

feministas. Outras, mesmo conhecendo tais vertentes do feminismo, só passaram a se identificar como feministas após terem que se confrontar com lógicas patriarcais nos movimentos sociais mistos, o que as levou a buscar a auto-organização entre mulheres.

Imani mostra como o ativismo feminista negro autônomo estabelecia uma relação de inspiração e de preservação da memória com as feministas negras da geração anterior, realizando uma crítica substantantiva do lugar da institucionalidade, e pontuando seu lugar desde a autonomia. Para além do reconhecimento das teóricas e dos movimentos de mulheres indígenas e negras, essas feministas reivindicam que seja incorporada à reflexão feminista uma série de práticas de resistência realizadas por suas ancestrais, mesmo que não tenham sido ou não sejam nomeadas como tal. Essa mudança de perspectiva impacta na forma de contar a história dos feminismos como um todo, buscando raízes mais profundas dessa trajetória de luta:

> "O coletivo Bloco das Pretas juntou uma juventude de mulheres negras periféricas que estava entrando na universidade, que tinha inspiração a luta dessas mulheres mais velhas e teóricas. Sempre tinha esse espelhamento, mas até um certo limite, pois tem muita coisa que a gente não compactuava, por ser um coletivo autônomo, e muitas dessas lideranças negras estavam ligadas a partido politico. A maioria dessas mulheres mais velhas, do movimento de mulheres negras nos últimos 13 anos de governo PT, conseguiu reconhecimento e estava mais imersa em instituições e dentro de uma politica institucionalizada. Elas traziam muito esse discurso mais enrijecido e mais institucionalizado que bate de frente com a nossa vivência e com outras formas de organização e luta que a gente pontuava. Então, por sempre buscar uma emancipação e uma forma mais autonoma e o contato direto com outras mulheres à margem, que não tiveram contato e oportunidade com espaço acadêmico, a gente acabava tendo muita crítica a esse distanciamento da institucionalidade com a vida das mulheres negras, pela forma de condições precárias, acesso a moradia, a saúde, a educação. O coletivo colocou como princípio de estar mais perto e de voltar aos trabalhos a essas mulheres porque a gente enxergava ali a nossas mães, as nossas tias, de ter esse contato e diálogo e passar isso para as mulheres que estavam nessas condições, tanto as mulheres mais velhas, como as mais jovens, e inclusive, as do cárcere, com as adolescentes e as mais velhas privadas de liberdade." (Imani, 32 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

A postura da autonomia para as feministas negras implica no estabelecimento de um diálogo intergeracional com as mulheres negras da geração anterior, no sentido de se defender o antipunitivismo desde a luta pelo abolicionismo penal:

> "Então o que eu deixaria aí eu acho que na minha experiência dentro do coletivo de mulheres é mais perto da questão do autocuidado, da compreensão do diálogo intergeracional, de cada vez mais reforçar um anti punitivismo que não martirize, que não queira, que não aja com o intuito de simplesmente vingar daqueles que são opressores, o que acaba impactando na luta de outras mulheres dentro do movimento antiprisional. Nós estamos aí na luta pelo abolicionismo penal. O que é uma sociedade que, muitas vezes, enxerga o crime, a violência e os mecanismos de punição, que muitas vezes os mecanismos de punição que a gente encontra até entre nós mesmos são esses mecanismos de punição que perpetuaram o sistema de desigualdade entre os povos étnicos e entre as mulheres e que a gente precisa eliminar essa construção, desse pensamento punitivista para a gente conseguir integralizar cada vez mais a luta." (Imani, 32 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

Como vimos no capítulo 1, a incorporação dessa perspectiva do feminismo negro implica em uma mudança radical para a política feminista no que tange às formas de combate às violências patriarcais e à busca por justiça de gênero. Predominou, e ainda está fortemente presente no feminismo no Brasil e no México, a reivindicação da punição e de penas mais duras para os autores da violência contra mulheres como principal forma de resposta a esse fenômeno. Recorrendo às instituições do Estado – polícias, judiciário e sistema penitenciário – que são estruturalmente patriarcais e racistas, essa solução pouco tem transformado a realidade da violência contra as mulheres.

Muitas ativistas brasileiras e mexicanas, envolvidas no movimento de apoio a pessoas em privação de liberdade e na luta antiprisional mais ampla, não corroboram com as perspectivas punitivistas e, por isso, buscam outras formas de se combater a violência patriarcal através de formas de justiça transformativa e comunitária. Essa perspectiva antiprisional é fortemente defendida pelas feministas oaxaquenhas, especialmente pela experiência de aprisionamento, repressão e extermínio de militantes políticos durante a insurreição protagonizadas pelos movimentos sociais, reunidos na Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca, em 2006. Uma das ativistas feministas que esteve presa continuou a apoiar os militantes presos através de um movimento que se organizou em torno de tal demanda:

> "Los espacios que he participado de colectivos, al principio participé en un colectivo mixto, que sigo participando en él, que su trabajo es de connotación... lo que a mí me tocaba hacer en el colectivo era acompañar a presos, a presos en situación política y el acompañamiento era

> humano. Pensamos que un movimiento que se olvida de sus presos en condición política se olvida de la raíz de su lucha porque hoy les toca a unos, otro momento a otros, entonces tiene que haver un acompañamiento solidario, en qué sentido solidaridad, en un sentido de acompañamiento emocional, seguir viéndolos como compañeros aunque ellos estén adentro no los vemos como un sentido que yo estoy afuera y no. Él tiene todavía la responsabilidad de sacar su voz, de mandar sus cartas. De acompañar en el sentido estricto de acompañar y muchas veces eso atraviesa por sacar la artesanía de los penales para que ellos tengan un fondo económico para supervivencia y que no dependan del estado de la comida sino que tengan sus propios ingresos a partir de su trabajo. Eso es lo que hacíamos en el colectivo es lo que a mí me tocaba. Estar en colectivo, hacer más cosas, mi colectivo se llama Vocal. Bueno, no es mío, es colectivo." (Itzel, 33 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

No contexto oaxaquenho, a criminalização dos movimentos sociais e políticos chegou a um nível extremo em 2006 e permaneceu feroz até ter outro pico de violência em 2013, durante a implementação da reforma educativa. Assim como a autodefesa dos povos indígenas de seus territórios em luta por sua autodeterminação é criminalizada, as mulheres também são/foram criminalizadas por se defender.

As feministas autônomas mexicanas têm buscado formas de lutar contra violências patriarcais brutais que assolam as mulheres, como o feminicídio, não centradas no sistema jurídico e penal que constantemente culpabiliza a mulher pela violência sofrida, revitimiza os familiares e oculta os mecanismos que permitem a perpetucação do sistema de dominação patriarcal. A coletiva *Ali Somos Todas*, mobilizada na luta por justiça pelo feminicídio de Ali Cuevas Castrejón, em 2009 pelo seu ex-companheiro, foi formada inicialmente pelas participantes do grupo de estudos sobre anarcofeminismo do qual a Ali participava. O feminicidio de Ali, que era uma ativista no feminismo autônomo latino-americano, mobilizou várias de suas amigas, que não eram ativistas anteriormente, na luta contra o feminicídio.

O grupo acompanhou a família de Ali e o caso jurídico em torno de seu assassinato, no qual a defesa do assassino alegou que havia sido uma briga em que Ali o tinha atacado e ele se defendeu; porém, a violência com que o feminicidio foi cometido não condizia com o argumento. A defesa, então, passou a justificar o descontrole do feminicida no

comportamento insubmisso e na bissexualidade assumida de Ali. O grupo passou a acompanhar outros casos de feminicidio, que mostravam a criminalização das mulheres mesmo quando elas eram assassinadas.

O grupo realizou mais de 10 ações em espaços públicos que visavam preservar a memória de Ali e de outras mulheres vítimas de feminicídio íntimo na Capital Federal e no Estado do México, já que nesse momento o debate sobre feminicídio estava circunscrito aos contextos de fronteira com os EUA e ao abandono do Estado. As ações realizadas pela coletiva *Ali Somos Todas* bucavam debater, no espaço público, os mecanismos patriarcais que justificam, naturalizam, garantem a impunidade e possibilidade de repetição de tal violência e a sua atuação como punição e controle da desobediência das mulheres aos ditames patriarcais e a aniquilação da agência feminina. Elas consistiam em intervenções artístico-culturais em praças nas quais as ativistas interagiam com o público que passava no local através de materiais gráficos, performances e outros elementos que eram mobilizados de forma a explicitar os micromachismos cotidianos. Por exemplo, uma espécie de enquete trazia frases com expressões de violências e desvalorização misógina da mulher, exigências de submissão e elementos possessivos dos relacionamentos amorosos, entre outras formas em que o patriarcado se expressa no dia a dia das mulheres. As intervenções culturais e ações de protesto dessa coletiva também chamavam à solidariedade entre mulheres e a possibilidade de se defender:

> “Discutir feminicídio sempre acompanhado do grupo de WenDo, autodefesa na veia, muito dessa ideia também de denunciar a quantidade de violência absurda que as mulheres são expostas cotidianamente, ao mesmo tempo que a gente tá trabalhando pra criar contextos de respiro e de possibilidades de desobedecer em paz, que tem muito a ver com minha relação com a autodefesa. A partir desse entendimento que a violência é um ato repressivo, que tem a intenção de produzir medo, terror e a partir disso produzir obediência, em termos de obediências de gênero.” (Paula, 33 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

A desobediência das mulheres num contexto de dominação patriarcal pode ocorrer através de confrontações diretas com os opressores/agressores, ou através de mecanismos de dissimulação e fuga desses lugares delimitados a elas. Mas o grupo ainda vai mais além: anuncia a possibilidade de emancipação através de redes de autodefesa, cuidado e apoio mútuo, realizando um giro que permite com que as mulheres saiam do lugar de vítimas, imposto pelo sistema. A criação de ferramentas própias para se alcançar a autonomia e a autodeterminação expressam conteúdos centrais da proposta da coletiva:

> "Con respecto a la lucha contra el feminicidio, la propuesta de la colectiva persigue el vaciamiento del lugar de víctima, a través de la construcción de redes sororales entre mujeres para la desarticulación constante de los mecanismos associados a la victimización. La idea es generar espacios de auto-reconocimiento entre mujeres, crear focos descentralizados de resitencia contra el dominio patriarcal y construir um proyecto de libertad que no passe por la necesidad de reconocimiento ajeno. La autonomia se inscribe desde la coherencia con la radicalidad y sus planteamientos y desde el rechazo decisivo de las herramientas del opressor, en todas sus expresiones, especialmente, aquellas invisibles. Finalmente, el proyecto revolucionário feminista autônomo está en marcha y en cada acción de la colectiva Alísomostodas se pueden percibir sus reflejos." (ITACARAMBY, 2012: 190-191)

2.4. "Nos juzgan por haber sobrevivido: la justicia nos quiere muertas"

A autodefesa feminista se coloca ao mesmo tempo, portanto, enquanto contraposição ao discurso da 'mala víctima' – em que a sociedade e o Estado criminalizam as mulheres que sofreram violência ou feminicídio e garantem impunidade aos agressores – e tenta promover a autodefesa como resposta possível e legítima das mulheres frente a uma agressão. Para isso, é necessário agir tanto através da realização de práticas que potencializem as respostas das mulheres frente a situações concretas de resistência, quanto combater publicamente, através de protestos, manifestações e outras ações e intervenções, o discurso que também criminaliza as mulheres que se defendem.

Sobre a autodefesa como resposta a essa criminalização das vítimas de violência e de feminicídio, e as formas como a a autodefesa pode fortalecer as mulheres e combater o medo gerado pelo contexto violento, Niyohua reflete:

> "Entonces la idea de la autodefensa es como empoderarnos nosotras, y como te digo en diferentes… seguridad digital, autocuidado, utilizar las herramientas como el baile, para fortalecer el cuerpo, como que vaya fluyendo para la defensa, ¿no? Así como la autoestima, todo eso, ¿no? Todo eso también vino porque pues desafortunadamente tuve una perdida, ¿no? Mataron a una de mis primas en 2015, entonces eso viene a sacudirme, así como que… de ahí también vinieron otras situaciones, también por mi rumbo. Por adonde vivo, entonces dije "qué voy a hacer?" Porque a lo mejor yo me siento segura, quizá yo sé como hacer esto y lo otro, ¿no? Pero la gente que no, las mujeres que no? Entonces sí empecé a entrar como a un rollo de ansiedad, de miedo, o sea, cuando mataron a mi prima, yo soy una de las personas que 11, 12 estoy subiendo a mi casa, ¿no? Entonces cuando la matan mirava, ya no me sentía tranquila, tenía miedo, o sea…así como pasa este, dije "no"… Después del año pasaron otras situaciones, no? Violaron a una mujer, casi la matan, o sea…entonces yo digo que nadie está seguro, entonces fue como una preocupación. Primero con las mujeres más cercanas, ¿no? Y ya después, es que por todos lados, pues, de los colectivos, en esta colonia, en otra colonia. Y a parte, si vas a la calle, y escuchas como…Fíjate, lo de mi prima, cerca de mi trabajo está una tienda de tacos, y fui a comprar, como una semana después y escuché: 'no, sí te enteraste, sí…no sé qué, 'pues a lo mejor ya le tocaba, no?"…"ya, este…pues yo creo que a lo mejor andaba en algo malo, no?", y así…"pues ya por todos lados, ya ve lo que pasó por Monte Alban? No sé que…" Y yo dije, "ah, no manches!", primero las victimas son cuestionadas, no dicen "qué jodido este, que haya matado a esta chica", no? Si no, primero que ya le tocaba y que tenia ella la culpa, y bla bla bla. O sea, muchas cosas, ¿no? Entonces todo eso sí hace cambiar mi activismo, de cierta forma, no? Lo apaga primero, también, que yo ya no quise saber de nada. O sea, dejé… ya no tuve energía, no? Y luego lo otro, cuando pasa lo siguiente, pues digo "no!"… o sea, sí necesitamos esto. Y la idea de ese taller es de irlo construyendo todas, y que se replique, no? Que se replique en las colonias, en las comunidades. Pero también un rollo de confianza, no?" (Niyohua, 31 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Num contexto patriarcal de naturalização da violência masculina e branca, a legítima defesa, enquanto direito individual garantido constitucionalmente, é utilizada como justificativa para a violência policial de extermínio das populações negras e indígenas e para a violência sexual e feminicida. No entanto, o mesmo recurso legal não é aplicado quando se trata de mulheres, LGBTIs, negrxs e indígenas; o que pode ser verificado no grande número de casos de mulheres emprisionadas por terem matado seus estupradores e agressores, no intento de salvar a própria vida. Um dos casos emblemáticos, que foi fonte de forte mobilização politica no México, foi o aprisionamento de Yakiri Rubio, uma jovem lésbica de periferia que matou um de seus estupradores em autodefesa. As feministas autonomistas

organizaram uma coletiva chamada *Yakiri Libre* que acompanhou o caso com protestos e mobilizações e deu visibilidade midiática ao julgamento do caso, conseguindo que ela fosse absolvida devido ao reconhecimento de sua ação como legítima defesa.

Numa das primeiras marchas o grupo do WenDo – autodefesa feminista – se aproximou da família de Yakiri e se compremeteu com o objetivo de liberá-la, fizeram mantas para levar aos atos, que diziam: "Às mulheres que se defendem: cárcere, não estava marcado, linchamento, não tava marcada, criminalização compulsória, não esta marcado, aí tinha prêmios, repouso, descanso, e tava tudo estava marcado." (Paula, entrevista, Oaxaca, 2017) Com o aprendizado que obtiveram a partir do acompanhamento do caso de Ali, a coletiva realizou um processo de estudo aprofundado do caso penal, qual era a acusação, quais são as versões, tudo que saiu na imprensa, quem eram as pessoas envolvidas, quem era o juiz, no sentido de identificar onde estavam as falhas no processo, para saber onde e como elas poderiam atuar: principalmente onde aparecia a misoginia e a criminalização da possibilidade das mulheres se defenderem. A proposta da coletiva, entretanto não era de fazer alianças com pessoas de poder ou centrar esforços na luta jurídica:

> "A gente fez esse processo que é um processo essencial de estudo, pegamos os instrumentos e fomos pra acompanhar o caso penal. E a gente ficava lá fora tocando 14 horas, entendeu? A gente chegava antes do juiz e ia embora depois, acompanhava tudo, aproximava da família, da advogada para ter uma informação direta no caso, quem ia depor naquele momento, que a gente ia gritar o nome da pessoa." (Paula, 33 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

As ativistas descobriram que o processo referente ao estupro de Yakiri não estava tendo nenhum andamento na justiça, e que um dos estupradores – que era irmão do que morreu - era o principal acusador de Yakiri no processo contra ela. Elas então fizeram muita pessão na mídia acerca disso, até que o processo de estupro também se encaminhasse. Pressionaram quando descobriram que o juiz do caso tinha acusações de assédio sexual, reivindicando a saída do juiz até que o trocassem. Também exerceram forte pressão para que fosse retirada

a acusação de que ela tinha uma relação amorosa com o estuprador e tinha premeditado seu assassinato, já que ela havia sido sequestrada e estuprada por dois homens, e reforçaram o fato de que ela era lésbica trazendo a namorada a público para declarar a verdade. Elas entraram na narrativa do processo, influenciando a opinião pública:

> "Aí gente começou a infernizar a vida do juiz, infernizar a vida dos meios (imprensa), infernizar a vida de todo mundo, basicamente fazendo muito barulho, não deixava ninguém falar na sessão, não tinha como acontecer a sessão porque a gente não parava de gritar, a gente ficava fora, mas fazia muito barulho. No começo a gente era só 7, e foi crescendo, e no final, viramos 50. A gente tratou de entrar nas narrativas do processo só que fora, literalmente fora do *juzgado*. Até que isso, a gente foi mudando, mudou o delito. A gente foi na prisão, fez um evento com todas as presas, porque tinham situações parecidas, fez um futebol coletivo, conseguiu entrada, foi muito legal, conversou com a Yakiri. Publicou, saiu no jornal esse evento, se aproximou de um pessoal que fazia música, que tinha sucesso na cumbia, deu umas consignas e falou vocês precisam cantar essa, a licuacumbia. Chamamos vários movimentos políticos para estar com a gente, os meios livres começaram a publicar muito." (Paula, 33 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Devido à forte pressão da opinião pública e do argumento que sua prisão era uma prisão política, e frente a impossibilidade de liberá-la politicamente de forma tão aberta, uma negociação com o chefe de governo do DF fez com que mudassem o delito de assassinato com todos os agravantes para um delito de "legítima defesa com excesso", o que foi duramente problematizado também nos protestos, já que se a defesa era legítima era incongruente que alegassem que era um excesso. Gritando consignas como "NO ES EXCESO, DEFENDERTE' elas iam pra rua e repetiam as consignas, que eram como cápsulas de informação sobre o caso, que elas repetiam por 14, às vezes 28 horas, até todas internalizarem, todas as feministas de todos os ambientes faziam eco, nas marchas, publicando. Nesse momento o modo de funcionamento do Sistema de justiça ficou tão escancarado que eles recuaram:

> "A última ação que a gente fez foi esse escracho no hotel onde ela foi estuprada, que a gente descobriu também que era um hotel que era usado basicamente para torturar pessoas para conseguir informações na justiça. Era um hotel que tá do lado do tribunal de justiça e do MP (Ministerio Publico), na colonia Doctores no DF. Então esse hotel era usado para execução extrajudicial, estupro de mulheres e tortura. Então a gente foi e escrachou o Hotel, fez uma *clausura* (fechamento) simbólica, jogou um monte de pintura no hotel, e depois, no dia seguinte, liberaram a Yakiri. Tchan! Ganhamos! Vitória! (Paula, entrevista, Oaxaca, 2017)
>
> Foi muito importante esse caso porque foi quando a gente concentrou toda essa energia de muita raiva, de que isso não pode acontecer! Muitas das meninas vieram do contexto de

luta contra o feminicídio. A raiva que pode dar que uma compa foi morta… quando a gente vê uma companheira, uma mina que sobreviveu, e que tá na cadeia, era uma coisa assim… ela vai sair, não interessa o que a gente tem que fazer! Era um processo de víscera, que a gente não tinha nada além disso: voz, víscera, energia. Foi um tempo de três meses em que todas, a gente não fez outra coisa além de tá escrevendo, falando, gritando. Era isso, muito poucas com um sistema gigante de justiça e com todos seus processos de impunidade, e foi uma declaração: isso não pode ficar assim! E de ter conseguido realmente tirar ela da cadeia foi muito importante nesse sentido, de pensar que com voz, víscera, e muita raiva, a gente consegue." (Paula, 33 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Figura 22: Clausura del Hotel Alcázar, usado para estupros, torturas e execuções extrajudiciais. Colonia Doctores, México DF

Fonte: Colectiva Yakiri Libre

A reflexão de Paula e das outras participantes da coletiva sobre como a justiça formal atua e de que forma os feminismos autônomos podem atuar, em especial em relação a pressão frente à criminalização em casos de legítima defesa de mulheres, é de extrema relevância para que os grupos autônomos possam planejar suas ações. A estratégia delas foi fazer muito barulho e mobilização para se aumentar o custo político de manter uma mulher nessa situação encarcerada. Paula acredita que, sem a ação política de pressão dos movimentos, o processo de justiça para as mulheres não acontece:

> "(…) nos pasábamos todos los días ahí. Me acuerdo que salía de mi casa a las 5 de la mañana para llegar al penal de Santa Marta a las 8:00 y nos quedamos de 8 de la mañana hasta las 6 de la tarde todos los días gritando. Era una locura, era como el horario de oficinista, entonces llevábamos comida, me acuerdo que empezamos a invitar las compas que hacen comida para vender comida para nosotras afuera, y empezó a llegar mucha gente, entonces medios y nos entrevistaban. No salíamos, hacíamos la cuerda con la manta, la jugábamos cuerda, llevábamos música, bailábamos, o sea locura, insanidad, era como el mítin ahí. Y tocando güey, sin parar, así como las manos en sangre. Y aparte no era como cha cha chá, era como ¡AAAAHHHHHHHHH!!!! El único plan que teníamos era que iríamos a hacer ruido. ¡Que es un argumento político importante! Es que sólo mandan las mujeres a la cárcel en esa situación porque no hay ningún coste político de esa prisión. Lo mismo pasa con las prisiones políticas. Entonces tenemos que aumentar ese coste hasta un nivel que no puedan soportar, qué harían de todo para callarnos. Qué fue lo que sucedió. ¡Pero lo único que teníamos eran tambores y voz! Y pensar que desde ahí sí se puede hacer con que el juez diga: ' ¡Por favor! ¡Que liberen a esa chava ya! ¡Que se vaya de la cárcel! ¡Y ya! ¡A su casa! ¡Pero que callen!' Eso fue el acordo con el jefe de gobierno, en esos términos. La discusión sobre la libertad condicional de Yakiri fue: 'Bueno, pero entonces si liberamos a Yakiri, el movimiento, esas chicas del penal, ¿se callan?' Y la abogada: '¡Sí!' Y tal cual, salió de ahí y dijo: 'Chicas, no vayan al penal mañana.' Dijimos: 'Va!' Pero hubo toda una discusión si íbamos hacer lo que el jefe de gobierno quería que hiciéramos… Pero al otro día, ¡la liberaron!
> A mí me gusta pensar de la calle a la calle. Claro que hay un acuerdo entre los poderosos que deciden. Pero nuestra estrategia está pensada desde afuera del penal. Es como una perspectiva desde fuera en ese sentido de que no vamos a hacernos abogadas y pelear desde adentro, a pesar de que era muy importante que estuvieron las abogadas ahí. Así, ya lo sabíamos, en este caso del movimiento, que la justicia en general pero la mexicana en particular, no es que actúa conforme preceptos de Justicia. O sea, la justicia es una instancia completamente política." (Paula, 33 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

A coletiva *Yakiri Libre* também passou a acompanhar casos de outras mulheres que se encontravam tipificadas numa situação parecida, que eram muitas, e impulsionou um grupo de advogadas para acompanhar esses casos. Elas avaliaram que, em muitos dos casos, as mulheres se defendiam em situações de violência doméstica prolongada que, devido a algum fator disparador, como por exemplo o espancamento dos filhos, a mulher decidia dar um fim na situação, mas devido à correlação desigual de forças ela tinha que premeditar o ato (ex: envenenamento, água quente ou paulada na cabeça enquanto ele está dormindo), o que na justiça (patriarcal), muitas vezes, funcionava como um agravante.

2.5. Rompendo o cerco

A incoporação desse discurso de autodefesa no campo dos protestos feministas trouxe a elaboração de consignas embativas que desafiaram, no plano simbólico, tal monopólio da violência legítima pelos homens, conforme estabelecido no patriarcado. A coletiva autônoma *Licuadora* na Cidade do México, que posteriomente protagonizou junto com diversas coletivas as mobilizações do *Ni una menos* e da *Primavera Feminista*, começou com a batucada feminista cantando *"verga violadora a la licuadora"*. No Brasil, grupos proeminetes no campo autonomista como o Pagu Funk criaram músicas como a "vou cortar sua pica", que até o presente agita muitos protestos anunciando que violências sexuais não passarão. Em uma oficina em Oaxaca uma ativista da Batucada Feminista e da *Licuadora* explicava o significado dessa ação:

> "Bueno, me meto un poquito en el conflicto porque yo soy la del tambor de 'la verga violadora a la licuadora' y esas cosas... ¡Sí, es real! Se pedimos verga violadora a la licuadora es porque hasta aún no hemos tenido justicia. No ha habido un sistema ni occidental, ni feminista, ni humano que detenga, que denuncie, que contenga, que contradiga, que haga algo con esta idealización, esta práctica colonizadora qué es la violación. No ha habido algo que que detenga lo que el hombre hace. Y a veces cuando decimos verga violadora a la licuadora se asustan. O sea, en muchos lugares llegan tanto hacer que se cuidan, que le temen a esa reacción porque se ha enseñado que es su parte más importante. O sea, ni siquiera tienen la conciencia que tienen cerebro, lo que tienes es una verga entonces. O sea, no hay la conciencia de la persona que ejerce esa violencia y esa práctica colonizadora de que tienen algo más importante que su verga. Muchas cosas no han llegado a ese punto, cuando decimos las consignas las decimos de corazón. Es verdad que sí lo desearíamos, pero no lo hacemos, no lo practicamos." (Taller "Obstáculos de la articulación feminista en ambiente violento", Oaxaca, 2017)

A ativista explica também que o processo de enunciar publicamente a possibilidade de autodefesa frente a uma violência sexual é um processo de empoderamento e de cura das feridas da violência sexual. É também uma forma de interpelar o sistema patriarcal através do discurso, visibilizando a existência do fenômeno e dizer que se está aguerrida, pronta para se defender e que não se vai deixar que essa violência se perpetue:

> "Hay una cosa que no sé si todas las demás tengan duda, pero las consignas, desde las que somos consigneras, empoderan mucho a muchas compañeras que han sido victimas, apoyan mucho muchas compañeras que han sido víctimas. Y sobre todo no solamente amenazan, son

> un constructo nuevo. Cuando decimos verga violador a la licuadora no solamente queremos cortar la verga, queremos cortar el sistema y para nosotras sería confrontante, pero cada vez que llega alguien como compañeras académicas, compañeras institucionales y dicen: “No canten eso, eso lejos de sumarle al feminismo nos pegan, nos tiran, parecemos violentas, asesinas serial” Pero nosotras antes de cuestionar la consigna cuestionamos al sistema, el cuestionamiento como lo queremos llevar a cabo hay muchas formas de llevarlo a cabo. Hay países donde hay castraciones químicas o donde hay fierros y además nosotras algunas hemos pensado y es lo que ejecutamos en las redes social: es la denuncia de hacerlo visible, eso es una forma de castrar a las vergas violadoras porque ahorita son libres y no se ocultan y andan por ahí. Pero si comenzamos las denuncias y comenzamos a creernos efectivamente, ese sujeto y su uso las cosas pueden comenzar a cambiar, eso es una forma de castración social, es una forma de castración comunitaria y es una forma de decirle al otro que no lo vamos a permitir.” (Taller "Obstáculos de la articulación feminista en ambiente violento", Oaxaca, 2017)

Em busca de alternativas para lidar com a violência patriarcal e também com a violência entre mulheres, foram debatidos os conflitos no feminismo no âmbito da preparação e mobilização para o encontro de mulheres que aconteceria em alguns meses na cidade do México. Ao longo da oficina foram compartilhadas posturas interessantes sobre porque a proposta do punitivismo e do encarceramento não é uma solução para o problema da violência patriarcal:

> "Pues Cuáles serían las formas justas, no? de llevar a cabo... Que las feministas llevaremos a cabo justicia a nuestro interior porque conocemos la justicia al exterior y ella se tiene llevado por el patriarcado. Sí, los escrachamos, lo denunciamos, que lo encierren, y acá dentro, como es un violador, que lo violen, que lo torturen y que lo maten. Hace poco le decía a una compañera: “yo no quiero que lo violen, fijáte, ni que lo torturen, ni que lo maten.” ¿Pero por qué? ¿Por que si es la justicia de la cárcel? Porque es enseñarles a los hombres y decirles que está bien que violen cuando ellos creen que hay que castigar a alguien, y es enseñarles que está bien que maten y que torturen cuando ellos creen que está bien castigar a alguien porque se equivocó. Es exercer esa justicia que nos está depredando."
> "Cómo decían los zapatistas"
> "Y si con esa ceguera los permitimos hacer esa clase de justicia, ¿qué van a hacer cuando salgan y crean que una mujer se equivocó? Y le decimos al patriarcado si estamos de acuerdo con este tipo de justicia. Entonces tomános cuenta cuáles sería nuestra forma de justicia.” (Taller "Obstáculos de la articulación feminista en ambiente violento", Oaxaca, 2017)

Para realizar a justiça comunitária e transformativa foram sinalizados quatro aspectos fundamentais. O primeiro deles seria a atenção à vítima/sobrevivente, acolhimento e apoio em seus processos de cura. Outro seria fazer a denúncia visível e pública, para que isso influa no comportamento do agressor e da sociedade como um todo. Além disso, com base nas experiências das comunidades indígenas, a exclusão do agressor em uma série de relações

sociais e espaços coletivos e a reparação de dano não apenas à vítima, como a comunidade como um todo. E o quarto seria a educação que, ativamente, ensinasse às crianças e às pessoas em geral que não se pode cometer tais violências.

Por fim, a ativista da Licuadora deixa sua reflexão sobre como a cura dos processos de violência patriarcal também passam pela manifestação no espaço público em busca da justiça autônoma feminista e da enunciação de novos mundos possíveis:

> "¿cómo vamos a reparar el daño de una mujer violada y sanarla? ¿Cómo lo vamos a conseguir? ¡Jamás lo vamos a conseguir! Pero tampoco somos... o sea, yo personalmente no voy a agarrar un pinche güey y le voy a cortar la verga violadora. La verdad, qué asco! Ni siquiera me los acerco a los batos. El trabajo lo tengo con los hombres de mi familia y que han demonstrado ser mis aliados, por eso estan conmigo. Pero personalmente yo ni voy a torturar ni nada. Mi proceso de sanación está en esto de los tambores y la protesta, está en esto de construir nuevos mundos de estar en otra estructura, en desestructurar este sistema, son mis procesos. Pero cada mujer cada persona dependiendo de quién sea, cada persona tendría que buscar sus procesos de sanación." (Taller "Obstáculos de la articulación feminista en ambiente violento", Oaxaca, 2017)

Analisando as consignas e cartazes de protestos, marchas e ações feministas recentes no México e no Brasil vemos que, na perspectiva das ativistas autonomistas "Justiça é que não aconteça nunca mais!" e por isso há que atuar politicamente para que não haja "Nenhuma agressão sem resposta". "Autodefesa feminista é seguir com vida, é tudo que nos permita resistir à violência" e por isso elas promovem "La autodefensa desde abajo para que no passe nunca más". Nesse sentido elas se empenham em desbancar o discurso contrário à autodefesa como resposta às agressões tanto na opinião pública mais ampla quanto dentro do próprio feminismo.

Muitas ativistas ressaltam que o descrédito que a autodefesa feminista possui na sociedade se deve a uma estereotipização do masculino como naturalmente agressivo e do feminino como dócil e conciliador, que é fundante de toda a lógica da violência contra a mulher, em que qualquer reação ou atitude ou postura agressiva por parte de uma mulher é

gravemente condenada causando surpresa e horror, enquanto a agressividade dos homens é naturalizada e constantemente justificada.

Além disso, quando as mulheres se reapropriam da agressividade e assertividade que lhes é constantemente tolhida ao longo de toda a vida, frequentemente elas são acusadas de estarem reproduzindo modelos masculinos de existência, numa leitura bastante equivocada de que seria reproduzir as ferramentas do opressor. Tal postura, além de reproduzir esses estereótipos de gênero, acaba por negar simbolicamente a possibilidade das mulheres se defenderem de maneira aguerrida, julga negativamente ações políticas de viés contencioso e tende a uma deslegitimação ou até uma criminalização da adesão das mulheres a formas de resistência mais radicais.

Até mesmo no campo do feminismo esse discurso é frequentemente evocado, como no exemplo das críticas que diversas feministas (em sua maioria brancas, de classes médias e urbanas) fizeram críticas à presença extensiva de mulheres no EZLN (cerca de um terço do contingente de insurgentes) afirmando que se tratava de adotar uma estratégia masculina e militarista (DAMIÁN, 2009). Essa perspectiva apaga a importância da presença das mulheres nos mais diversos movimentos de guerrilha armada em resistência às ditaturas militares na América Latina e de diversos grupos muito importantes que historicamente adotaram práticas radicais de combate ao patriarcado como o grupo *Rote Zora*, que aplicava táticas de guerrilha para combater grandes representantes da manutenção da violência patriarcal.

Para Nisdao, é importante conhecer mecanismos e estratégias de autodefesa por se acaso um dia decida usar, é bom conhecer o que sua corpa é capaz de fazer, conhecer suas capacidades te dá mais confiança e seguranças, mas isso não quer dizer que vai estar insenta de passar por violências. A autodefesa não é apenas física, ela é também usar a mente e a

palavra, que também fazem parte do nosso corpo. Em algum momento pode ser que tenhamos que decidir passar por uma agressão, mas com o objetivo de salvar a própria vida:

> "Te digo, para mí, no solamente la autodefensa es física, como que, sí me parece importante conocer estrategias y mecanismos de autodefensa física, por se un día decides como querer utilizarla, sepas cómo hacerlo. Si necessitas defender tu vida desde ahí, desde lo físico, está muy bueno conocer que es que tu cuerpa sea capaz de hacer. Sin embargo para mí lo que yo hago no solo va desde ahí, tiene que ver con cómo me sienta. Es que si en algún momento ves que la situación está cañona y que dices bueno va, igual voy a pasar por una agresión de este tipo, pero a lo mejor puedo a salvar mi vida. Y si yo decido en ese momento a salvar mi vida dejando que otra agresión va a suceder, está bien. Lo asumo, voy a pasar por esto, pero yo voy a estar viva y quiero estar viva ahora entonces para mí eso también es hacer autodefensa, aunque no necesariamente involucre lo físico. Y creo que el auto defensa del cuerpo es eso, eso todo porque el cuerpo también son nuestras extremidades también es el cerebro, mi mente. También muchas veces hacer la autodefensa desde la palabra y que también es tu cuerpo. (...) Yo creo que conocer las capacidades de tu cuerpo, cuerpa, sí se da te da mucha más confianza. Eso no quiere decir que estás insenta de pasar por lo que pasa, de distintas violencias, ¡no! Seguramente voy a pasar por muchas otras más violencias, pero sí, creo que voy un poco más con seguridad. Y que sí tiene que ver directamente con el feminismo porque no nada más es autodefensa del cuerpo pero es autodefensa del cuerpo pero feminista, agrego." (Nisdao, 29 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

E na perspectiva das feministas de Belo Horizonte, vemos o quanto é importante que haja uma profunda discussão sobre as melhores estratégias para combater os agressores também nos movimentos sociais e em outros espaços que participam para que não hajam mais rupturas entre as mulheres durante esse processo:

> "E ai foi quando a gente sentou, e foi discutir o primeiro caso de abuso sexual, porque eu também me senti abusada, e foi quando a gente teve que fazer uma auto-organização de mulheres, e ficamos 2 dias debatendo, percebemos que estávamos no mesmo barco, que podíamos estar sofrendo essa violência, e tinha outras mulheres denunciando que ele já tinha encoxado, passado a mão na perna, e que não era uma situação isolada, e foi ai quando o feminismo bateu na minha cabeça, nos vamos puxar uma reunião, expor esse cara, a gente combinou fala, forma de comportamento, fizemos um grupo de whatsapp para conversar e afinar o que íamos falar, para destruir essa situação, isso que aconteceu, a gente chamou ele para a reunião. Ele começou a nos silenciar, a gritar, e isso foi mais uma prova de que ele não devia estar aqui. Foi o único momento que houve um crescimento pessoal e politico que eu senti que houve uma solidariedade entre a gente que nos organizou que podíamos ter sofrido a mesma coisa. Começamos a entender como é feita a politica, como o macho faz a politica, e como estamos inseridas enquanto trabalhadoras domésticas, que estávamos fazendo a gestão organizacional, porque para eles estava ótimo. Começamos a lutar pelo espaço de poder, queríamos nos colocar e ocupar esse espaço, foi um processo de muito amadurecimento. Depois outro processo devastador, foi o passo quando a gente se organizou, se fortaleceu, mas também se destruiu, eu acho que o feminismo, tem dessas coisas também, a gente começou a identificar machismo em tudo que é lugar, houve um processo que começamos a nos digladiar, combater umas as outras, e houve esse processo de autodestruição mesmo, que foi um marco, como o feminismo nos constrói e nos forma, mas senão tivermos um calculo de como

> combater, a gente erra na medida, e essa medida acaba se autodestruindo.” (Joana, 28 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2018)

Joana relata o caso de que um músico famoso e atuante nos blocos de carnaval em Belo Horizonte foi denunciado por abuso sexual, e a forma de autodefesa que as mulheres encontraram nesse momento foi a exposição do caso, tornar público, pois essa é uma forma de que as mulheres saibam e possam se proteger frente a essa pessoa. Entretanto, ela acredita que acabou tendo um encaminhamento equivocado, pois enquanto umas condenaram o bloco de carnaval e as mulheres que tocavam no bloco com ele e pediram uma punição, outras pessoas condenavam as minas que estavam fazendo a denúncia e dizendo que era linchamento, não sendo solidárias com as companheiras que tinham sido violentadas. No final, acabou que tudo girava em torno da figura dele, do ‘falo’ centralizador, mostrando o quando a lógica patriarcal acabou regendo o processo, em que as mulheres do bloco ficaram contra as que estavam fazendo a denúncia:

> “Eu fico pensando, como nós mulheres, em um tipo de caso desse, como a gente se autodefende? Para que ninguém condene o bloco e sim a atitude dele. Eu fico pensando, como a gente se autodefende desses processos que esse caldeirão acaba virando nas mulheres? As meninas ficaram com a imagem do linchamento público, sempre é botado a culpa na gente, que a gente quer culpar os outros. Gente, pelo amor de deus, ele tem que se colocar enquanto sujeito violador! O patriarcado é muito audacioso, esse caso foi a maior análise que o patriarcado faz um jogo com a gente, e vai botando uma contra a outra, e deixa o boy no centro. E olhe como o patriarcado põe na nossa conta, põe na nossa conta de responder para outras mulheres, de responder publicamente, de lidar com todo o processo do BO, de cuidar daquele homem, o patriarcado ele nos ocupa por esses casos. Como ele é ardiloso, sabe? Nos deixa louca, porque acaba ocupando todo o nosso tempo em um caso específico. Fico pensando essa autodefesa, porque cada ato, cada machismo ele é diferente, e como vamos criar formas que a gente saiba afastar o sujeito patriarcal e pensar no nosso instrumento de defesa, eu penso assim. Nós, enquanto mulheres, precisamos fazer com que ele deixe de ser o sujeito do debate.” (Joana, 28 anos, Belo Horizonte, 2018)

Nesse sentido, as ativistas ressaltam que é fundamental e repensemos também as relações entre feministas para que não aconteçam rupturas em momentos em que é essencial que estajamos unidas. Paula nos chama a atenção como que a politização do privado foi essencial para o movimento feminista, mas que faltou um entendimento de porque essa

separação ficcional entre privado e público é importante para o mundo não feminista justamente para não recair nos efeitos colaterais da mistura completa entre política e afetos. Para ela, 'o pessoal é político' abre um mundo inteiro de possibilidades, mas também gera dificuldade de construir processos contínuos porque nosso fazer político acaba ficando dependente de estar com essas pessoas específicas com quem construímos confiança e nos sentimos seguras. Porém, para a ativista, temos que estar conscientes que não há espaços completamente seguros, devemos nos desfazer dessa outra ficção.

> "As meninas que saem da *Escuela* da primeira geração saem extasiadas no encontro com outras mulheres, numa perspectiva de amizade radical, fizeram a crítica da rivalidade, se deparam com um mundo de mulheres incríveis, que são horizontais e de repente todo mundo quer se encontrar, rola o desejo... e depois começam as tretas, depois os julgamentos... Esse potencial do feminismo não dá conta da própria sombra, a rivalidade entre as mulheres nunca foi trabalhada seriamente, às vezes ela opera com uma máscara de erotismo entre as mulheres, mas não foi trabalhada profundamente. Audre Lorde fala uma coisa belíssima: a disposição de odiar as mulheres ela aparece de uma forma brutal, o menor deslize vai justificar a volta da rivalidade histórica – "eu odeio ela, ela ficou com minha namorada!" E nisso você agrega que a forma de construção, o caminho de volta, é trazer a politica para o pessoal, você olhar para um objetivo politico e não para o seu ego. Aconteceu um ato no 8 de março, baseado em fatos, das 40 meninas assassinadas na Guatemala, duas companheiras brigando no meio, a gente tendo que lidar com o ato e ainda fazendo contensão do drama que está acontecendo porque uma odeia a outra por causa da namorada. "Gente, f*** se a outra ficou com a namorada!" A gente devia ter essa capacidade de desafiar a forma de construção de subjetividade completamente dependente de ter afeto no espaço, essa dificuldade de ter reconhecimento, e essa existência que precisa ser reforçada o tempo inteiro, pela namorada, pelas amigas, esses espaços de construção politica não precisam ser o eixo da nossa segurança psíquica, isso é trazer a política para nosso íntimo e paras nossas relações." (Paula, 33 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Ela argumenta, então, que quando saímos do vínculo incondicional - que geralmente é atribuído ao vínculo familiar – não precisamos cair numa condicionalidade extrema, em que qualquer erro ou mágoa é capaz de causar uma ruptura definitiva. Sua proposta então é que tenhamos padrões de justiça para orientar esses vínculos e principalmente que levemos em conta alguns objetivos políticos comuns que são importantes para a manutenção de um projeto coletivo no âmbito feminista.

A autodefesa feminista, como visto ao longo deste capítulo, é vista pelas ativistas autonomistas como uma estratégia de combater a violência patrirarcal frente à justiça e o

Estado opressor, frente os machismos na sociedade, na mídia e na opinião pública, frente às violências que ocorrem dentro dos movimentos sociais, e até mesmo frente aos conflitos enfrentados no contexto interno aos feminismos. É, portanto, uma abordagem bastante ampla. Para compreendermos melhor as propostas das ativistas e como elas têm colocado em prática essas perspectivas vamos então entrar agora nas especificidades de cada uma das quatro categorias que foram encontradas como principais frentes de atuação dos feminismos autonomistas em Oaxaca e em Belo Horizonte.

3. ‘ANTE LA VIOLENCIA MACHISTA, AUTODEFENSA FEMINISTA’

A noção de autodefesa feminista que as ativistas feministas autonomistas latinoamericanas têm mobilizado se aproxima muito do sentido trabalhado por Chad Kautzer (2017) e Elsa Dorlin (2017). Ambxs autorxs adotam uma perspectiva que integra as concepções e práticas de autodefesa que advém das formas de resistências negras, feministas, LGBT’s e de outros grupos oprimidos ao longo da história. Essa articulação é essencial para compreender o fenômeno estudado, pois as ativistas estão constantemente chamando a atenção para a dimensão étnico-racial e de orientação sexual e identidade de gênero enquanto igualmente estruturantes das violências que as atingem.

São características importantes desses ativismos a criação de metodologias e de pedagogias para a construção da autoconsciência e da autodeterminação feminista, através do compartilhamento de experiências subjetivas e de visões interpretativas sobre a realidade. Também é marcante nesses espaços a autodefesa enquanto proposta autônoma de justiça feminista, sendo pensada em seus diversos aspectos: autodefesa física através da reapropriação feminista de técnicas e artes marciais milenares; autodefesa psíquica e emocional através do autocuidado baseado na recuperação de conhecimentos ancestrais; autodefesa do território através da organização comunitária; e autodefesa digital através do ciberativismo e cibersegurança. De acordo com Juana (Oaxaca, 2017), é importante considerar que essas frentes de atuação estão intimamente conectadas e têm maior potência quando são integradas:

> “Lo que tratamos es como le quitamos lo dicotómico. Como hacemos para que entendamos que autodefensa, espacio seguro, cuidado colectivo feminista implica este cuerpo y todos los cuerpos en el espacio, pero que increíble es poder saber estratégicamente como moverte en ese espacio. Y las artes marciales dan otra manera de entender el movimiento del cuerpo y más de un cuerpo en peligro. Pero también te permite ampliar mirada, a mí, mentalmente, me destapó algo practicar artes marciales en cómo resolver cualquier conflicto. Porque te cambias de lugar. O sea, ves que viene algo y siempre el estrés es que el problema está ahí y lo ves venir, y lo ves venir y estás ahí. Y entonces lo vas a enfrentar, vas a poner cuerpo. Pero qué pasa si

> alcanzar a ver de dónde viene el golpe y alcanzar a poder decidir si lo quieres bloquear, si lo quieres contestar, si te quieres ir, si alcanzas a correr, si te tienes que mover para tras y le vas a imposibilitar el cuerpo. ¿Qué pasa eso? Y yo dije '¡es que ahí hay una mirada feminista brutal!'. O sea, si lo ponemos como una mirada feminista se abre, es otra la manera de entender un peligro y no solamente estar reaccionando por peligros, pero podemos hacer que se vea de una manera y sea de otra lo que estamos haciendo y que eso sea confuso y que eso nos permita libertad." (Juana, 33 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

A noção de autodefesa apresentada pelas ativistas autonomistas que foram nossas interlocutoras nesta pesquisa parte do pressuposto de que seu opositor tem uma vantagem, seja esta vantagem uma arma ou mesmo algum tipo de poder sobre você, portanto você está sabendo que está numa posição mais vulnerável e que não irá sair, imediatamente, desse lugar. Para elas, a autodefesa pode ser considerada política quando a existência a ser defendida é, afinal, coletiva e é também política. Além disso, a prática da autodefesa pode transformar a autocompreensão das relações comunitárias e deve ser adequada aos diferentes contextos de dominação e opressão:

> "O ideal seria a gente conhecer o que o inimigo conhece para a gente poder reagir. Mas a gente nunca conhece, e eu acho que uma das principais dificuldades da autodefesa feminista especialmente é que as mulheres são agredidas de formas muito diferentes. Muda muito de um lugar para o outro, como o machismo se manifesta, qual é a extensão dele, como ele afeta a vida privada, as relações pessoais e etc. Significa que autodefesa precisa partir de um conhecimento dessa realidade." (Nox, 28 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2018)

Para Nox, portanto, a prática da autodefesa nos exige entender qual a relação que você tem com a sociedade, o mundo, as pessoas à sua volta, qual relação você quer ter, o que você precisa transformar para chegar nisso, o que depende de você e o que depende de outras pessoas também, da sua própria comunidade. De acordo com nossas colaboradoras de pesquisa, para praticar a autodefesa é preciso entender os riscos que você corre, como você vai reagir a eles, e como minimizar os danos, pois não podemos partir do pressuposto de que a responsabilidade pelo seu bem-estar vai estar nas mãos de outra pessoa.

Nox, que realiza oficinas de autodefesa baseadas em seus conhecimentos avançados de Ninjutsu, afirma que tudo pode ser potencialmente incluído em autodefesa, a depender

da trajetória de vida e das necessidades das pessoas com quem estamos lidando. Em sua perspectiva, *a autodefesa feminista precisa englobar tudo que diga respeito à segurança da pessoa e à urgência da preservação de si*.

Para Aziza, que realiza oficinas de autodefesa baseada em seus conhecimentos avançados de Krav Magá, a questão da diversidade sexual é central para se pensar a ação política, especialmente a autodefesa feminista, já que a violência cisheteropatriarcal vulnerabiliza ainda mais feministas que não se adequam à normatividade de gênero e sexualidade:

> "Para mim, como eu falei, autodefesa feminista está diretamente ligada a toda essa concepção que eu tenho de autodefesa, e o adjetivo feminista para mim vem englobado toda essa porção mais vulnerável da sociedade. Que aí no caso como eu disse, eu dou uma importância grande e mais enfática às lésbicas e mulheres bissexuais, mulheres trans, travestis, homens trans também no caso, intersexuais, *queer* e pessoas que não se enquadram em nenhuma identidade de gênero ou de sexo que estão estabelecidas. Eu acho que o feminismo ele engloba, e tem que englobar, principalmente quando se trata de autodefesa, essas pessoas, porque como eu disse elas são as mais vulneráveis às violências sociais, também como eu disse, não só físicas, mas as violências verbais, as violências psicológicas. Porque nem sempre um ataque vem com soco, nem sempre um ataque vem com xingo, às vezes um ataque vem com um simples olhar, o ataque vem com uma outra pessoa dita como normal e aceita pela sociedade se recusar a sentar do seu lado, com a pessoa atravessar a rua quando você está de um lado da rua, murmúrios que não são ditos a você mas que são ditos a outras pessoas. Acho que tudo isso são violências. E tem aqueles comentários sarcásticos, de gente de 'bom coração', de que você poderia ser um pouco mais isso, um pouco mais aquilo, um pouco menos isso, um pouco menos aquilo, e assim você seria mais aceitável, mais bem vista, estar melhor ou numa profissão, ou na rua, ou na família, e para mim tudo isso são violências e como violências você tem que aprender a se defender delas." (Aziza, 30 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

Além da questão da orientação sexual e da identidade de gênero como aspectos chave para se pensar a autodefesa feminista, a questão racial também foi proeminente no discurso das entrevistadas – muitas delas feministas negras – como uma dimensão fundamental que produz maior vulnerabilidade para pessoas negras e indígenas, mas que permite a essas ativistas recorrer a uma história de resistência milenar como forma possível de emancipação.

O repertório de ação e a bibliografia produzida por ativistas no campo da autonomia feminista nos mostra que *a autodefesa se constitui numa teoria-prática de subjetivação, de*

justiça e de política (MARTIN, 2014; MARTÍNEZ, 2018; MONTEIRO E GARCÍA, 2011). A autodefesa pode ser interpretada como *prática de conhecimento e de pedagogia libertárias*. Analisando-as como uma alternativa ao punitivismo presente nas esquerdas e também no feminismo, muitas ativistas acreditam no potencial dessas práticas de justiça transformadora em incorporar referentes de reflexividade, na medida em que elas permitem superar alguns dos elementos de repetição que mantêm as lógicas de dominação:

> "A minha experiência eu acho que é muito importante essa autodefesa do corpo e da mente como uma forma integrada, que passa nessa autodefesa do corpo e da psique, do emocional, da saúde mental. O que é uma pauta que a gente vem discutindo que é a saúde mental da população negra, os efeitos psicossociais do racismo, compreender essas relações de como elas se dão nas nossas relações íntimas, próximas, familiares, amorosas ou entre parceiros, sejam amigos, colegas. Acho que propicia esses espaços de discussão em que a gente fale nas nossas dores, daquilo que nos impacta, e que as lágrimas de uma certa forma são importantes, porque acaba surgindo ali um compartilhamento de diversas experiências em comum e nesse compartilhamento dessas experiências em comum, a gente consegue nortear formas de se preservar." (Imani, 32 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

Distanciando-se do Estado autoritário e das forças militares e policiais, opondo-se à exploração da natureza e do trabalho na economia capitalista, e escapando aos canais hegemônicos de disseminação de informações, as experiências de ativismo autonomista se pensam enquanto estratégias de sobrevivência para a autodefesa feminista antirracista, comunitária e decolonial, na difusão das culturas de resistência (KAUTSKY, 2018). Para ativistas feministas, indígenas e negras, bem como lésbicas e trans feministas da América Latina, a violência de gênero é perpetrada, em grande parte, por forças estatais e/ou capitalistas, neoliberais e autoritárias. Em consequência, elas incluem ainda outras estratégias coletivas e comunitárias, como aspectos cruciais da autodefesa feminista.

O enquadramento da autodefesa feminista enquanto aspecto central da ação política autonomista nos permitiu a compreensão de que *a noção e a prática de autodefesa trabalhadas nessas movimentações são propostas enquanto alternativas a visões que enfocam a reivindicação de direitos frente às instituições estatais*. Essa perspectiva tem

ganhado mais espaço (e provavelmente se fortalecerá ainda mais nos próximos tempos) devido ao retorno a uma posição mais crítica e distanciada com relação ao Estado e seus aparatos repressivos como aqueles possíveis agentes que podem ser capazes de garantir uma vida livre de violência para mulheres, e outras corporalidades ameaçadas pelo cisheteropatriarcado racista.

A autodefesa consiste numa proposta das ativistas feministas que se expressa não apenas no cotidiano da luta em oficinas, debates e encontros e em protestos nas ruas, mas em toda uma diversidade de manifestações da cultura autonomista como músicas, versos, grafites, murais, videoclipes, filmes, entre outras. Essas formas gráficas, poéticas e estéticas trazem em si as ideias da *autodefesa como a possibilidade concreta de sobrevivência e resistência das mulheres em contextos de violência patriarcal e de autoritarismo*.

Os grupos de Rap *Batallones Femeninos* e *Mare Advertencia Lirika* estiveram em Oaxaca na realização do *Feminem*, evento de Hip Hop realizado anualmente em *Ciudad Juárez* que teve sua edição na capital oaxaquenha em 2015 (e que foi na primeira vez que estive na cidade). Em 2017 realizaram juntas o festival de música *Ah! Perrillas* do qual pude participar. Mare, cantora e poeta zapoteca que é maior expoente do rap feminino oaxaquenho, também participou de diversas atividades e debates feministas nesse período e se apresentou na FILMUFE (*Feria del Libro Feminista*).

É de suma importância a abordagem das temáticas do feminicídio, violências contra a mulher nessas produções artísticas desde uma perspectiva feminista que propõem a *autodefesa como forma de resistência*. Os discursos têm muito maior poder de alcance quando veiculados no âmbito artístico e cultural e chegam a muitas pessoas que não se encontram no meio ativista. Assim, vivências e reflexões muito íntimas e ao mesmo tempo tão coletivas como as que seguem nesse texto através das vozes das interlocutoras da

pesquisa podem ganhar o mundo e difundir ideias revolucionárias nos lugares mais recônditos das montanhas de Oaxaca e de Minas.

Figura 23: Capa do disco 'Vivas nos queremos' do grupo de Rap Batallones Femininos

Fonte: https://soundcloud.com/batallones-femeninos-on/batallones-femeninos-vivas-nos-queremos-2016

Figura 24: Capa do disco 'Siempre Viva' da cantora de Rap Oaxaqueña Mare Advertencia Lirika

Fonte: https://soundcloud.com/mare-advertencia-lirika/sets/siempreviva-2016

A teoria crítica da autodefesa elaborada pelas ativistas autonomistas feministas encampa uma teoria sobre as formas de dominação e sobre como esta é corporificada e é social ao mesmo tempo (DORLIN, 2017; MARTÍNEZ, 2018). Para além de perpassar as

diferentes formas de opressão e as múltiplas perspectivas interseccionais de resistência, a autodefesa feminista também pode ser analisada em suas dimensões e diferentes frentes de atuação. Apresentaremos agora o conteúdo relacionado ao fenômeno da autodefesa feminista debatido pelas entrevistadas nesta pesquisa a partir das seguintes categorias: (3.2) autodefesa do corpo e a prática de lutas entre feministas; (3.3) autodefesa psíquico-emocional, autocuidado e apoio mútuo; (3.4) autodefesa do território e formas de organização comunitária; (3.5) autodefesa digital, ciberfeminismo, comunicação e meios livres.

No tópico (3.2) **Autodefesa do corpo e a prática de lutas entre feministas,** abordaremos como as ativistas feministas estão recuperando antigas práticas de luta que lhes permitem desenvolver os reflexos e a prontidão para identificar situações perigosas e de risco, bem como estão trabalhando técnicas para escapar e até contra-atacar seus agressores, quando necessário, para que possam garantir a sua integridade corporal e a autopreservação.

A literatura que versa sobre treinamentos de defesa pessoal feminista[47] (BRECKLIN, 2008; HOLLANDER, 2004 e 2005; MCCAUGHEY, 1997; SEARLES, 1987) a define como uma técnica de prevenção à violência, centrada na capacidade das mulheres de escapar ou sobreviver a um ataque. Essas autoras ressaltam que a vulnerabilidade às violências estruturais está condicionada ao pertencimento a algum grupo social oprimido e, portanto, a capacidade de reagir a esses ataques passa por articular-se a partir dessa condição.

[47] O termo *self-defense* pode ser traduzido para o português como *defesa pessoal* ou *autodefesa*. Como as análises das pesquisas citadas são circunscritas aos treinamentos de assertividade, preparação física e golpes voltados para mulheres com o objetivo de prevenir violência sexual e violência doméstica, utilizo nesse caso o termo defesa pessoal. Apesar dos treinamentos de defesa pessoal para mulheres terem sido adotados amplamente nos Estados Unidos como uma política de prevenção à violência, a abordagem ainda assim é focada exclusivamente nas capacidades individuais. Quando o termo *self-defense* for utilizado em seu sentido político mais amplo de luta coletiva e justiça autônoma – similar à definição que tem sido adotada pelos ativismos feministas latino-americanos – traduzirei como autodefesa. É interessante notar que, no campo jurídico, o termo *self-defense* também é utilizado para designar o direito à legítima defesa.

As pesquisas sobre defesa pessoal feminista, que em sua maioria enfocam as formas com que as mulheres resistem ao assédio sexual, estupro e violência de gênero, demonstraram que defender-se de uma violência, seja verbal ou fisicamente, diminui a incidência e o impacto da violência sobre a mulher. Essas pesquisas mostram que, ao contrário do que é difundido em diversos meios e no senso comum, a resistência a uma agressão não aumenta a violência sofrida. Pelo contrário, as pesquisas demonstraram, inclusive estatisticamente, que apresentar resistência e usar diversas estratégias para confrontar a agressão ou para escapar dela diminuem a chance de tal agressão ser consumada. (CERMELE, 2010; HOLLANDER, 2014 E 2009)

Integrada ao treinamento físico que permite a reação frente a situações de violência, está o fortalecimento emocional e psíquico que, por sua vez, potencializa a capacidade de sobrevivência num contexto estruturalmente violento. Na seção **(3.3) autodefesa psíquico-emocional, autocuidado e apoio mútuo**, analisaremos as formas como as feministas autonomistas estão difundindo técnicas para recuperar a auto-estima, cuidar de si mesma, curar as feridas anteriores de violência e abuso; todas etapas necessárias que podem ser melhor alcançadas quando se baseiam em conhecimentos locais.

A questão da ancestralidade tem um papel central na construção da memória e história das diversas formas de luta e resistência feminista. Muitas ativistas apontam que a juventude perdeu em grande parte sua capacidade de realizar esse diálogo intergeracional no campo da aprendizagem dos saberes tradicionais com as mulheres mais velhas. A preservação do conhecimento ancestral, que carrega em si séculos de elaboração cultural das práticas de resistência, é apontado como essencial pelas feministas indígenas, comunitárias e negras. E devido ao pouco registro que se tem das práticas de resistência autônoma, é necessário buscar essa memória através da oralidade no contato com as mulheres sábias.

Um exemplo dessa análise é relativo ao autocuidado corporal e o cuidado com a saúde sexual e reprodutiva. Para as interlocutoras que atuam como doulas e parteiras e/ou difundem conhecimentos sobre ginecologia autônoma, o trabalho de resgate desses conhecimentos é urgente, já que para as mulheres mais velhas os cuidados corporais cotidianos e o uso das plantas medicinais eram conhecimentos generalizados e, hoje em dia, poucas jovens se interessam em aprender com suas avós e outras mulheres de referência na comunidade. Elas interpretam esse fenômeno como um efeito do processo de colonização do corpo pela medicina ocidental e pela indústria farmacêutica capitalista.

O autocuidado psíquico e espiritual também aparece como uma alternativa a esse processo de colonização que aliena as mulheres daqueles conhecimentos produzidos sobre cura tão necessários para sobrevivência num contexto de violência patriarcal que, frequentemente, as submete a um processo de enlouquecimento. Muitas ativistas estão buscando, então, se reconectar com sua ancestralidade através da espiritualidade indígena e da religiosidade de matriz africana. Essa aprendizagem as permite conduzir processos de cura/*sanación* para si e, após maior formação, para tornarem-se também referências e para compartilhar esse conhecimento com outras mulheres. É fundamental o apoio mútuo fornecido pelas comunidades que se formam nesse âmbito.

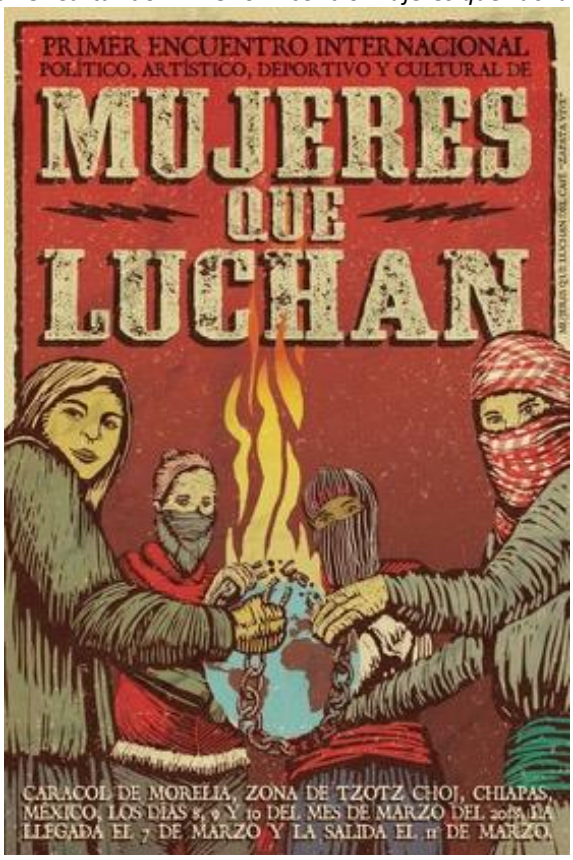
No tópico **(3.4) Autodefesa do território e formas de organização comunitária**, articularemos e traremos exemplos de como a autodefesa do território é historicamente protagonizada por mulheres, principalmente entre os povos tradicionais, que têm (e tiveram) o seu território invadido para exploração de diversas formas, tais como a mineração e os megaprojetos/mega-empreendimentos privados e estatais. As mulheres demonstram, por estarem sempre na linha de frente dessas lutas, uma ligação mais forte com o território e a

terra, tanto pelas obrigações patriarcais que lhe são designadas quanto pela questão da identificação e de suas próprias cosmovisões.

As lutas por território, muitas vezes, não são vistas como pautas feministas em grande parte da literatura feminista por força da construção de uma dicotomização entre os ambientes rurais e os urbanos e por uma direta (e frequentemente equivocada) associação do feminismo às lutas urbanas. Mas tanto no Brasil quanto no México existem, desde os anos 80, lideranças no campo que se identificam com a luta feminista. Recentemente, grande parte das mulheres que estão à frente das lutas territoriais e comunitárias estão se autodenominando feministas.

No caso das ocupações urbanas em Belo Horizonte, as mulheres são a base desse movimento, são elas principalmente que ocupam, que constroem as casas e organizam as associações comunitárias, sendo também a maior parte das lideranças nesses territórios. Em Oaxaca, as mulheres rurais e indígenas possuem uma articulação histórica com o feminismo, mas foi principalmente depois da Comuna, em 2006, que elas começaram a formar grupos auto-organizados de mulheres voltados para suas questões específicas. Como já foi mencionado no primeiro capítulo, podemos dizer que o atual momento consiste no auge da articulação entre feminismos indígenas e urbanos, especialmente devido ao poder de convocatória do EZLN, que reuniu centenas de ativistas autônomas latino-americanas e de todo o mundo nos dois encontros *Mujeres que Luchan*, em 2017 e 2019, em Chiapas.

Figura 25: Cartaz do Primeiro Encontro *Mujeres que Luchan*



Fonte: https://www.facebook.com/GranOMoficial/

Por fim, na seção **(3.5) autodefesa digital, ciberfeminismo, comunicação e meios livres** traremos as reflexões das ativistas acerca dos efeitos da difusão do feminismo na internet, que multiplicou e diversificou os públicos de mulheres envolvidas no combate às opressões machistas. A criação de campanhas como “Meu Primeiro Assédio”, em que as mulheres relatavam suas experiências de violência sexual na infância e na adolescência, teve grande poder de sensibilização pois, além de permitir o apoio e solidariedade entre mulheres através do compartilhamento de suas experiências, permitiu ainda ver a gravidade e a proximidade do fenômeno (SANTINI, TERRA, E ALMEIDA, 2016).

Outras campanhas como “Meu amigo secreto”, que denunciam práticas machistas por pessoas próximas, permitiu visualizar, com exemplos bem concretos, a miríade de micromachismos que enfrentamos no cotidiano e impulsionou vários debates sobre como se deveria responder a essas agressões (MORAES, BOLDRIN E SILVA, 2017). Essas e várias outras

campanhas políticas como a “Chega de Fiu-Fiu”, contra o assédio na rua e nos meios de transporte públicos, a “30 contra todas”, contra estupros coletivos, não ficaram apenas no contexto da internet, pois mobilizaram milhares de mulheres nas diversas manifestações da *Primavera Feminista* brasileira, e também multiplicaram as *hashtags* que, por sua vez, passaram a ser slogans e cartazes concretos nos mais distintos protestos (Martini, 2016; Duarte e Melo, 2017).

As conexões da internet permitiram ampliar as vozes das mulheres, mas também têm o potencial de expor e de vulnerabilizar as próprias mulheres, especialmente aquelas que estão atuando como defensoras dos direitos humanos. Por isso, grupos de tecnologia e comunicação estão desenvolvendo plataformas seguras e alternativas para apoiar a voz e as perspectivas dos movimentos sociais. É possível que o campo da autodefesa digital se torne cada vez mais forte devido à entrada de mais feministas nessa área. Como forma de proteção da informação, a segurança digital pode proporcionar também um melhor compartilhamento de experiências e ferramentas de resistência e autodefesas corporais, psíquicas e territoriais.

3.2. Autodefesas corporais e lutas feministas

O engajamento das interlocutoras da pesquisa com a questão da autodefesa feminista mostrou ser algo que passava profundamente por seus corpos, especialmente por elas associarem a busca da autodefesa a um processo de enfrentamento e de superação de experiências concretas de violência vividas ao longo de suas vidas. Ao relatarem sua trajetória política e sua entrada no feminismo, ao falarem sobre o contexto local e nacional e, especialmente, ao serem perguntadas sobre a questão da autodefesa do corpo, a maioria das ativistas descreveu experiências marcantes de violência doméstica, abuso sexual na infância e adolescência, perda de familiares e amigas por feminicídio, experiências de violência conjugal em seus relacionamentos, tentativas de feminicídio por seus parceiros ou ex-parceiros, estupro por companheiros ou amigos, e outras formas de violência patriarcal contra elas ou contra mulheres próximas.

Em grande parte das situações de violência que as ativistas relatam ter passado, elas não se sentiram amparadas pela família, vizinhos e comunidade à sua volta e, tampouco, se sentiram asseguradas por leis ou pelas instituições. Devido à percepção da falta de defesas e dos apoios, as feministas entrevistadas declaram ter buscado diversas formas de autodefesa, seja em grupos de mulheres, centros de artes marciais ou se envolvendo na luta comunitária na tentativa de fazer com que sua voz tenha mais eco, ao menos no âmbito local.

As histórias de vida e a luta cotidiana das ativistas explicitam como ocorre um recrudescimento da violência nos momentos de enfrentamento e ruptura com os agressores. Esses momentos críticos são quando ocorrem a maior parte dos feminicídios. Na resistência a essas violências, as mulheres e suas redes de apoio buscam múltiplas estratégias, já que na maior parte dos casos os recursos institucionais e as medidas protetivas têm tido pouca eficiência na redução da violência e na prevenção do feminicídio.

Diversas ativistas assinalam que a experiência da violência pode levar, muitas vezes, à sua repetição. Entretanto, a trajetória da ativista Siomara indica que, quando as resistências são permeadas por processos coletivos de emancipação, podem ser fortemente transformadoras de seu contexto. Ela relata sua experiência com a violência doméstica no núcleo familiar por parte do seu pai, que foi o início de um processo de sofrimento mental para ela e para outros familiares:

> "Bom, do corpo, assim sobre violência, é foda, por onde começa?! Porque isso está arraigado o tempo todo na nossa vida. É foda demais ser mulher nesse mundo. Eu passei a conviver com a violência doméstica muito cedo, a gente morava na Bahia, viveu muitos anos uma situação de violência doméstica muito complexa por parte do meu pai, que assim, modificou toda a estrutura concreta, psicológica, social, de nós todos daquele núcleo. Além da minha mãe sofrer das violações - era um momento que não tinha Maria da Penha - toda a relação do medo e da vergonha em torno disso. A violência chegou muito cedo para mim dentro de casa. E já tiveram vários momentos que eu achava que não ia ter mais minha mãe viva porque esse cara ia matar ela, não sei como não matou. E era muito doido com relação a que a sociedade ao redor sabia e ninguém ia questionar o que um homem fazia na casa dele, e era isso que os homens faziam, não importa se a mulher estava com a cara toda lascada, era legitimada." (Siomara, 28 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

Frente à ameaça constante de morte que sua mãe sofria, sua avó as buscou e as trouxe de volta para Minas. Porém, além da vergonha de ser uma mulher separada e de ter sido vítima de violência doméstica, a família passou por muitas dificuldades econômicas. Os irmãos, que apanhavam muito do pai, tiveram sequelas psicológicas e neurológicas, tendo dificuldades de sociabilidade. Um deles tinha convulsões quando a mãe apanhava e só muitos anos depois foi obter tratamento médico, mas teve seu desenvolvimento completamente comprometido como consequência da violência doméstica vivida. Toda essa experiência fez com que ela se interessasse em buscar por formas de transformar essa realidade. Quando sua irmã mais velha ingressou nos movimentos estudantis, a levava para atividades dos grupos de mulheres e assim ela começou sua participação no feminismo, com cerca de 14 anos:

> "Uma das coisas que me sensibilizou para estar organizada enquanto mulher e me identificar enquanto feminismo é que eu comecei a dizer que isso não era normal, a gente não precisa passar por isso, o homem não precisa ser dono de uma mulher, não precisa fazer o que ele quer com o corpo dela, e a gente pode lutar com outras mulheres por conta disso. Foi o que mais

> me sensibilizou em torno dessa pauta da vida das mulheres, a pauta da violência, que ela é estrutural, acontece por parte do Estado, e tem fins físicos em nossos corpos muito destrutivos. (Siomara, 28 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

Apesar de todo o engajamento com a questão e mobilização em torno da causa feminista, Siomara se viu novamente numa situação de violência perpetrada pelo próprio irmão gêmeo contra a cunhada e também contra ela, por tentar ajudá-la. Nesse período, já havia a Lei Maria da Penha e mais recursos institucionais para a proteção das mulheres que são vítimas de violência doméstica. Entretanto ela percebeu que se não houver uma modificação da postura da família, comunidade e sociedade à volta, os mecanismos institucionais acabam tendo pouca ou nenhuma efetividade. Nesse caso, mesmo com o histórico familiar de violência com graves consequências, quando o ciclo se repetiu, novamente o julgamento recaiu sobre a mulher violentada e a família protegeu o agressor, entrando em forte conflito com a ativista por sua decisão de ajudar a cunhada e a expondo também a sofrer violências por parte do irmão:

> "Foi muito louco que anos atrás passei por uma situação muito delicada na minha casa, a mulher do meu irmão gêmeo estava sofrendo violência doméstica dentro de casa por parte dele, e meu irmão estava muito difícil aqui em Minas, aí minha mãe mandou ele para a Bahia. Ele passou meio que por uma escola do que é ser homem na sociedade, quando ele voltou, casou com a menina, arrumou um menino, e deu continuidade a esse círculo doentio de violência. É muito doido quando acontece dentro de casa, e aí eu fui trocar uma ideia com ele, porque a mina tava passando por cárcere privado, ele fechava a casa, e ficou assim durante meses até ela ter coragem de me falar o que estava passando. Eu fui trocar ideia com ele e acabei apanhando dele na frente da filha dele de 5 anos. Foi uma situação muito foda porque depois que ele me agrediu, ele voltou para casa, e ela saiu do cárcere, e ele foi atrás dela no comércio dele e agrediu ela na frente de todo mundo, pegou a filha dele de 5 anos querendo fazer corpo de delito na delegacia. E aí nessa situação ela me procurou, tivemos que acionar a Maria da Penha, foi complexo para caramba, ninguém ao redor queria dar depoimento, porque meu irmão também tava envolvido com tráfico, ninguém queria sofrer consequências. A galera da minha família me via como a 'feminista louca' que estava caçando problemas, minha mãe me questionou bastante para eu convencer a mulher dele para retirar o processo dele." (Siomara, 28 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

Ela conseguiu ajudar a cunhada contratando um serviço de advocacia popular que dava apoio a mulheres vítimas de violência doméstica por um preço mais acessível, apesar de sua decisão de apoiá-la ter despertado grande repúdio do restante da família. Ela declarou ter

tido uma forte decepção com sua irmã feminista que decidiu não interferir no curso dos acontecimentos, explicitando uma contradição entre seu posicionamento público e sua atitude no âmbito privado.

Como resultado do processo judicial, seu irmão cumpriu a medida protetiva, houve algumas audiências de conciliação, mas, segundo ela: 'o processo não chegou a ele', ou seja, não teve nenhum tipo de pena estabelecida como consequência das agressões. O recurso à Lei Maria da Penha, para ela, pelo menos garantiu a possibilidade de separação do casal, que em sua visão talvez não teria acontecido sem o processo judicial.

Entretanto, a exposição repetida de Siomara a essa situação de violência doméstica por parte do irmão e a falta de apoio de toda a família agravou a situação de sofrimento mental em que ela se encontrava. Após ter tido surtos e até mesmo ter sido internada pelos familiares em um hospital psiquiátrico, o que também foi sentido como uma violência extrema, ela começou a buscar outras formas de lidar com seu sofrimento. Foi então que uma amiga a indicou a capoeira como uma possibilidade de fortalecimento físico e mental:

> "Eu entrei na capoeira por questões de saúde. Recuperando de depressão em que fiquei muito perdidona, tive vários problemas de saúde. Uma amiga que estava fazendo acompanhamento comigo me indicou ir para capoeira, tanto para minha saúde, quanto para o meu bem-estar físico. Foi doido demais porque quando eu cheguei na capoeira, abaixar na *cocorinha*[48], pra mim, era um grande desafio. Aquele corpo todo adormecido por medicações, por um ciclo do sistema que vai nos pesando, congelando naquele trabalho automático que você esquece que você é um corpo, que seu corpo precisa conversar, se expressar. O corpo não está a serviço do sistema para gerar lucro. (...) Eu acho que a capoeira trouxe, para além dessa força e dessa habilidade física, uma vivência de conhecimento do próprio corpo, das potencialidades que esse corpo tem, das limitações também, mas o quanto que elas são muito menores do que eu acreditava que era. Antes da capoeira eu não tinha muita relação de entender o meu corpo, o meu espaço. Era tudo limitado ao campo das ideias e da elaboração mental de todo o meu rolê de vida, em torno das paradas do pensamento, até que o corpo foi dando pane em algum momento da minha vida, tá pesado demais, tá dolorido, você não carrega o mundo nas costas. A Capoeira entrou muito nesse sentido na minha vida de autocuidado pessoal. Tem me instrumentalizado no sentido que eu tenho entendido que quando a gente tem essa

[48] A 'cocorinha' é a posição de base para os movimentos e golpes de chão da capoeira angola, é uma posição de cócoras, porém em que o quadril fica apoiado nos calcanhares e é mantido o equilíbrio no eixo central do corpo com a coluna reta e apoio nas pontas dos pés. A partir dela se desenvolvem posturas básicas de defesa como a 'negativa' – esquiva frontal ou lateral no chão –, os 'rolês' – giros – laterais e para trás, e golpes fundamentais como o 'rabo de arraia' e a 'chapa de costas'.

> consciência do corpo, a gente entende também o limite do outro para esse corpo. Porque, às vezes, a gente tá no mundo e não enxerga esses limites e as pessoas vão nos atravessando e não é só quando rola violência física. A gente vai sendo violada em várias situações e em vários momentos do nosso corpo e da nossa integridade. E eu tenho sentido que com a Capoeira eu vou entendendo como esse corpo pode tá no mundo, qual o lugar que eu determino esse espaço, como eu dialogo e converso com as outras pessoas, no sentido de me proteger e atacar quando eu preciso, como a Capoeira têm a pergunta e a resposta. (Siomara, 28 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

A prática da capoeira foi para Siomara, portanto, uma possibilidade de conhecimento das potencialidades do próprio corpo em que ela percebeu que as limitações físicas para o enfrentamento a violência eram menores do que ela imaginava. Essa consciência do corpo a ajudou também na compreensão de qual era o limite das outras pessoas em relação ao seu corpo e seu espaço, e a assertividade em fazer valer esses limites para garantir a própria integridade física e psicológica. Siomara ressalta que a capoeira foi para ela uma prática de autodefesa que a ajudou a ter uma melhor leitura do seu entorno, que a permitiu prever melhor o que pode acontecer, os ataques que pode sofrer, violências físicas e psicológicas, perseguições e, assim, se posicionar e agir de forma mais estratégica e encontrar a melhor forma para sair bem das situações de confronto.

As experiências de violência foram, portanto, muito marcantes quanto à percepção de uma vulnerabilidade frente às violências patriarcais, mas foram também o que, na maioria das vezes, as levou a procurar tanto os grupos de mulheres e feministas, no sentido de criar uma rede de apoio mútuo frente a essas agressões, quanto a praticar lutas, artes marciais e outras formas de treinamento de combate. Essas práticas foram consideradas fundamentais não apenas para desenvolver uma capacidade física de responder prontamente às situações de violência, mas também para retomar a autoconfiança e autoestima, superar o medo e a depressão, e desenvolver o equilíbrio psicofísico.

Itan de hüi, que vivia no interior do estado de Oaxaca, foi vítima de abuso sexual por parte de seu próprio pai ainda na infância, e ao contar para sua mãe, esta denunciou o marido,

que agrediu a esposa devido ao seu enfrentamento. Diante de tal situação, a mãe fugiu com as filhas mulheres e elas viveram por muito tempo em casa de parentes. Ao descobrir que o pai estava alcoólico e vivendo na rua, deixando os outros filhos desassistidos, elas retornaram à cidade onde viviam para cuidar dos filhos e o pai foi levado a um centro de reabilitação e, depois, voltaram a viver todos juntos. Apesar de não terem ocorrido novos abusos sexuais, a atitude agressiva e abusiva do pai provocou danos em todos da família.

Buscando formas de canalizar a dor das violências, o irmão mais velho de Itan treinava karatê, e a levou para treinar também. Para ela, que praticou a luta durante 10 anos, o karatê foi um elemento fundamental para a superação do trauma gerado pelo abuso sexual e pelas violências domésticas, e permitiu a transformação de sua indignação com as injustiças em uma postura ativa de enfrentamento aos mecanismos de reprodução da violência patriarcal:

> "Mi hermano, el mayor, una forma de canalizar toda esa situación de vida pues la canalizaba a través del deporte, él era karateka. Entonces él me dice: 'Vente!' Él me lleva al karate y junto con él trabajamos las artes marciales, años, desde los 15 hasta los 25 años estuve practicando. Y en ese tiempo transformó mi vida en muchas cosas. La transformó porque pude canalizar esas energías, corajes, y resentimientos. No había en nuestro haber ese concepto de atiéndete con la psicóloga, no había... porque no había ni el recurso para eso entonces así se hizo y con eso pude lograr ser el primer lugar a nivel estado de artes marciales y un segundo nivel, segundo grado, segundo lugar a nivel regional y hasta ahí la dejé porque yo tenía el deseo de seguir estudiando." (Itan de hüi, 47 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Como o pai não a deixava estudar, após os 18 anos ela ingressou em um colégio de formação técnica e desenvolveu-se na área de tecnologia e computação. Hoje em dia, realiza um doutorado na área de computação, analisando iniciativas de grupos de mulheres na área de tecnologia. Ela é uma das pioneiras do debate sobre autodefesa digital, cibersegurança e hackativismo na cidade de Oaxaca e diversos de seus projetos e reflexões acerca desse tema serão apresentados na seção deste capítulo sobre autodefesa digital.

Muitas ativistas relatam o quanto a prática de uma luta, arte marcial ou esporte de combate foi importante no desenvolvimento de uma postura mais aguerrida e de melhor

preparação para o enfrentamento direto. Aziza comenta como há um padrão de sociabilidade de gênero que estimula os meninos a participar desses tipos de atividade e restringe a oportunidade para as meninas, que são estimuladas a praticar *ballet* e outras danças, e no campo dos esportes são direcionadas àqueles considerados "menos agressivos". Por isso, a ativista acredita que temos que romper esse padrão e estimular mais meninas a praticar lutas e defesa pessoal.

Alika relata que ela fugia desse padrão de gênero e engajava o corpo de maneira muito radical na prática da luta desde muito pequena, mas que a maioria das meninas tem medo de práticas de combate mais agressivas. Segundo ela, o fato de que as mulheres são recorrentemente violentadas, tanto física quanto psicologicamente, tem como efeito justamente aumentar esse medo e as inibem de praticar técnicas mais agressivas de lutas e combate que poderiam ser extremamente proveitosas para evitar que elas sofram novas violências:

> "Tinha muitas meninas, mas eu não lutava com as meninas, eu lutava com os meninos. As meninas tinham medo de lutar comigo, porque eu não tô nem aí, vou, saio doida. A gente mulher, a gente tem medo, de se machucar, de doer na gente, porque já doeu tanto outras vezes, e é tão difícil de cicatrizar aquela dor tanto fisicamente quanto mentalmente. E eu nunca tive medo disso, eu aprendo muita coisa com os meus machucados. E nisso eu sempre lutei com menino, eu sempre fui muito bruta, eu pegava desse jeito assim mesmo e não deixava para depois porque eu queria ser a melhor e queria aprender naquele momento. Se eu tivesse até hoje no judô, eu seria uma das melhores. Eu penso assim, eu vou ser melhor, eu vou conseguir, e eu geralmente sempre consegui. Tipo assim, eu num me achava ninguém, quando eu comecei a fazer judô eu comecei a acreditar que eu posso tudo. Eu nunca imaginei vencer meninos em uma luta e com o peso maior que eu. E na época, era 2015, eu tinha uns 13 anos, eu venci uma menina de 16 anos, era difícil. Eu não acreditava na minha capacidade, eu tinha vontade e saber que você pode e vai conseguir, foi isso. Eu boto na minha cabeça e eu consigo." (Alika, 16 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

Alika argumenta que a prática de lutas trabalha também o âmbito psíquico e emocional especialmente do cuidado conosco mesmas e com as outras pessoas, e trabalha ainda como se proteger e estar atenta a como a gente se expõe. Através do treinamento contínuo ela relata ter aprendido a ter confiança em si e estar consciente de si, de quem você

é no mundo, de suas ações políticas, com quem está, com quem se relaciona. Em sua experiência, o Judô a ajudou a vencer o medo, a se mostrar forte, a se defender, a se mostrar poderosa:

> "Eu fiz artes maciais, só que fiz Judô durante 3 anos. Eu sou uma pessoa muito explosiva, não levo desaforo para casa, eu falo tudo que me vem a mente, e mostro que eu não estou sozinha. Eu sou o bastante para mim, tudo isso eu tenho que mostrar: que eu sou forte e posso, eu não preciso temer. Não é que eu não tenha medo, eu tento vencer isso em mim, eu já sofri muito medo na minha vida, e hoje eu passo por cima e mostro que sou forte. Se eu não sou forte, eu tenho que me mostrar mais forte. Toda mulher sai com medo na rua, mas eu tenho que me mostrar mais forte, eu sei que as vezes é arriscado, mas eu tenho que mostrar que estou ali para isso: eu me defender, eu mostrar que eu sou poderosa, que eu posso, que eu consigo, que eu vou conseguir. Tem uma frase que sempre fica na minha mente: 'lutar sempre, vencer talvez, mas desistir nunca'. Eu nunca vou desistir, uma vitória, um dia chega. A gente aprende a cair e a levantar e seguir a vida." (Alika, 16 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

A experiência nas práticas de artes marciais, lutas e esportes de combate pode, portanto, ser fonte de autoconfiança ao permitir que a pessoa conheça suas capacidades de confronto em uma situação similar a uma agressão real. Esse é um dos aspectos fundamentais que algumas ativistas que tinham já uma prática nesse campo tentam trazer quando propõem atividades, oficinas e cursos de autodefesa voltadas para mulheres e outras corporalidades ameaçadas pelo cisheteropatriarcado.

As professoras de autodefesa feminista que colaboraram com a pesquisa, em sua maioria têm em torno dos 30 anos e trajetória longa e avançada na prática de artes marciais. Elas ressaltam que a autodefesa é uma prática que está relacionada ao conhecimento mais amplo do ambiente e dos perigos que podem emergir no entorno onde a pessoa vive e circula, assim como das capacidades do seu corpo e da descoberta daquelas melhores estratégias a serem escolhidas, de acordo com suas possibilidades de ação.

Aziza começou a se envolver com a luta feminista em ações voltadas para conscientização na rua, fazendo "lambes" (colando cartazes e arte feminista com alguma temática política) e promovendo debates em espaços na universidade e no feminismo.

Participou em alguns coletivos feministas desde a sua criação e a sua forma central de atuação sempre foi com a realização de cursos e oficinas de autodefesa. Ela já praticava a defesa pessoal no Krav Magá há 7 anos e começou a ensinar tais técnicas nos espaços feministas porque, recorrentemente, ouvia de muitas mulheres que elas se sentiam muito vulneráveis à violência. A concepção de autodefesa feminista dessa ativista abarca muito mais que a aprendizagem e o treinamento de técnicas físicas para autoproteção:

> "Eu acho que autodefesa não é necessariamente saber bater em alguém, ou revidar, ou até defender fisicamente de um golpe físico. Eu acho que autodefesa tem mais a ver com autoconfiança e autoconhecimento do que de fato saber bater. Autodefesa para mim é uma consciência de si, das suas habilidades, do que você pode ou não, da sua capacidade, das ferramentas que você tem a sua disposição. Se sua ferramenta é o seu corpo, no sentido de bater, é ele que você tem que usar. Se sua ferramenta é sua voz você precisa usar ela. E se sua ferramenta é sua perna para sair correndo, é ela também." (Aziza, 30 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

Aziza ressalta que a autodefesa feminista implica em se ter consciência de suas próprias "ferramentas" e se buscar também novas ferramentas, assim como saber que sempre precisamos de mais de uma delas para agir numa situação efetiva de perigo. Por isso, devemos treinar nossas habilidades nos distintos âmbitos da defesa. Para ela, um mínimo de conhecimento sobre autodefesa já ajuda pois, muitas vezes, o agressor não espera que a pessoa reaja, e apenas colocar-se em posição de confronto pode impedir que uma situação de violência ocorra.

Nox, outra ativista que ministra cursos e oficinas de autodefesa feminista, também ressalta a importância de se colocar firme e em posição de reagir. De acordo com essas duas professoras de autodefesa feminista nós devemos nos sentir seguras, mas não demais nem de menos, para não negligenciamos o perigo. Não podemos "baixar a guarda" nunca.

Nox treina Ninjutsu[49] há muitos anos e algumas amigas vinham falar com ela e pediam dicas sobre o que fazer em casos de violência doméstica ou na rua. Ela chegou a chamar as amigas para treinar Ninjutsu, que ela dava aulas, mas percebeu que elas não queriam treinar uma arte marcial, ou fazer um esporte, nem nada do tipo. A necessidade era mais imediata e poderia ser suprida com algo mais simples, num lugar mais seguro, sem presença de homens cis. Ao longo do tempo ela foi chamada várias vezes para dar oficinas de autodefesa e, então, em um momento ela decidiu que iria parar de dar aulas de Ninjutsu porque não queria ensinar homem a bater, e passou a dar aulas de defesa pessoal numa perspectiva feminista. Hoje em dia, a sua principal militância é dando aulas de defesa pessoal, mas ela mesma continua treinando o Ninjutsu.

Para criar a técnica de autodefesa feminista que ela leciona, combinou seus conhecimentos do Ninjutsu com fundamentos e técnicas da Yoga e uma perspectiva de comunicação não violenta de um zine chamado 'Autodefesa Verbal para Mulheres', que está em francês e ainda não foi traduzido ao português. A Yoga para ela é uma das técnicas mais eficientes para trabalhar a postura, que é um elemento que comunica seu estado mental em relação ao mundo, e por isso quando, por exemplo, caminhamos com o ombro travado, peito fechado, olhar baixo e sem apoiar bem os pés no chão, isso externaliza uma postura de medo que faz muitas vezes com que sejamos lidas como frágeis e aumenta as possibilidades de sofrer uma agressão:

> "O Ninjutsu é a parte mais óbvia, é a parte técnica de movimentos que eu vou ensinar para as minas se esquivarem, se colocar em posição de guarda, se defenderem de golpes, agarres, estrangulamento, puxões, empurrões, armas e etc. e conseguirem ou manter o agressor

[49] O Ninjutsu, de acordo com Nox, já é uma combinação de diversas artes marciais japonesas, provenientes de diversas escolas ninjas. Ela explica que as escolas samurais são originalmente aristocráticas e, portanto, estão fundamentalmente baseadas em códigos de conduta, enquanto as escolas ninjas se desenvolveram em regiões de agricultores que tinham que se proteger durantes guerras e saques e por isso é mais baseada na necessidade, utilizando armas como a foice que é um instrumento usado pelos agricultores para cortar arroz. Após a utilização dessas técnicas nas guerras houve maior mistura e influência das escolas ninjas sobre os samurais.

> imobilizado se for preciso, ou sair correndo, essa é a parte simples. A Yoga ela entra muito para trabalhar postura, por que, enfim, uma coisa que eu fui entendendo ao longo do tempo é que a autodefesa não é apenas saber fazer as técnicas, que é a parte mais fácil na verdade da autodefesa, tem muito a ver com recusar a posição de subalterno que a mulher é colocada, e aprender a confiar em si mesma, aprender que você tem o direito de reagir, que você tem o direito aliás, antes de reagir, de não ser agredida. Aí a Yoga entra muito, tanto com exercícios físicos como com exercícios de respiração - que tem um pouco no Ninjutsu também - para aliviar a tensão, conseguir lidar com ansiedade, se colocar num estado de maior presença para conseguir lidar com imprevistos e improvisar. E também na parte de postura para tirar travas que essa posição de subalterno acaba colocando na gente." (Nox, 28 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2018)

Ela, então, combina essas técnicas com uma perspectiva de comunicação não violenta, pois para ela é fundamental se defender e não tolerar nenhuma agressão, mas não é recomendável aumentar o nível de violência além do necessário, pois a legítima defesa precisa ser proporcional, senão há o perigo jurídico institucional de você ser presa. Para essa ativista, é muito importante que tentemos nos desprender da necessidade de ter razão na discussão ou na situação, pois o agressor não vai ouvir nenhum argumento, já que ele já partiu para a violência. Retomando o argumento trabalhado no zine mencionado sobre comunicação não violenta, ela exemplifica algumas situações em que essas técnicas podem ser utilizadas para evitar o confronto físico ou para sair dele:

> "Se a pessoa está te agredindo você não precisa ter razão na discussão. Você tem razão, mas se a pessoa está te agredindo ela não está interessada na racionalidade. Então como a gente consegue escapar disso sem ficar insistindo na racionalidade do argumento e tentando convencer a pessoa, o agressor, de que ele não deveria te agredir? Apenas evitando a agressão, saindo da agressão. Se tem um cara agredindo uma mina, na hora que ele está agredindo, ele não vai falar 'ah, é verdade, você tem razão, eu não deveria te agredir'. Então, o que eu percebi nas oficinas é que muitas meninas, principalmente as que sofrem agressão dos próprios companheiros, ou de parentes, pais, etc., elas estavam muito frustradas porque elas tentavam convencer o cara de que ele tava errado e isso gasta uma energia enorme, psicológica e tal. Na verdade, ela (a autora do zine sobre comunicação não violenta) entende que o cara não quer saber e ela apenas evita as agressões.... Tem umas técnicas muito engraçadas se o cara te assedia na rua, aí você responde uma frase que você fez, que é metade um provérbio e a metade outro provérbio, de preferência religioso para não fazer sentido ou então fazer com que a pessoa não queira interagir, e não que ela continue despejando ódio e você despejando ódio de volta. E no fim das contas tudo isso vira uma bola de neve e todo mundo vai continuar, vai sair disso com mais agressão, mais violência etc. Então eu acho que são técnicas que é para você não entrar na lógica da disputa de quem tem razão, porque nenhum agressor vai admitir que a mina tem razão, então você não precisa entrar nessa disputa, e gastar sua energia com essa disputa. E sim gastar energia com quem vai te ouvir: outras minas." (Nox, 28 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2018)

Em seus treinos ela busca exercitar, então, como escapar de uma agressão sem tentar insistir na racionalidade do argumento ou convencer a pessoa da atitude correta, evitando entrar na lógica da disputa de "quem tem razão". O mais importante, nessa perspectiva, é sair o mais rápido possível do contato direto com o agressor para reduzir o tempo de confronto e as possibilidades de ser atingida:

> "Eu faço muito exercício de reflexo, para internalizar, criar memória muscular, de esquivar, e se precisar jogar alguma coisa, dar um golpe certeiro e vazar... E todas as minhas técnicas terminam indo embora e não imobilizando, porque imobilização... se você fica mais tempo em contato com o agressor, você tem mais risco e a imobilização é um jeito de você ter mais contato, então de ter mais risco." (Nox, 28 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2018)

Nesse sentido, ela ressalta sempre para suas alunas que quanto maior é o tempo do combate mais ele fica arriscado, porque você vai ficando cansada e, por exemplo, se a pessoa consegue te derrubar no chão, essa é uma situação ainda mais desgastante e pode ser que você não tenha força para sair do chão. Outra questão, que segundo ela deve ser pensada, é que caso você ou um grupo de mulheres chegar a dar uma "surra" em um agressor pode ser que ele queira se vingar e, nesse caso, se ele tiver armas de fogo ou até mesmo uma faca – que segundo ela em alguns casos pode ser até mais perigoso que uma arma de fogo – pode implicar também em grande risco.

Na perspectiva de Nox, o primeiro aspecto que deve ser pensado nesses casos é em sua integridade física. Por isso também ela não recomenda que a pessoa ande com uma faca ou outras armas a não ser que ela tenha muita experiência em manuseá-las em uma situação de combate. A ativista conta que elas propuseram uma oficina de 'Armas de defesa pessoal', pois sabem que muitas se interessariam. Ela afirma que muitas meninas acham que elas têm que comprar armas muito violentas para se defender e as professoras pensam o contrário. Muitas das mulheres foram atraídas pelo título imaginando que iriam aprender técnicas para

usar faca ou outras armas, porém a oficina ensinava técnicas como, por exemplo, usar o casaco para não levar uma facada.

Amanda aponta que escrachos a agressores, que são estratégias coletivas que expõem o agressor, mas buscam não vulnerabilizar mais a vítima, podem ser a melhor resposta a muitos casos em que se busca justiça frente a uma violência ocorrida. Entretanto, uma das maiores dificuldades no campo da defesa pessoal tem sido a de criar as comunidades de apoio, pois é necessário ter uma frequência e certa constância dos treinos para se desenvolver essa noção de comunidade. O sentimento de pertencer a um grupo seria, para essa ativista, o que mais traria às pessoas essa sensação de segurança. O vínculo grupal reduz a ansiedade e potencializa sua capacidade de enfrentar as agressões no cotidiano, pois você sente que poderá recorrer a uma rede de solidariedade feminista. O primeiro argumento em favor de que a autodefesa feminista estruture grupos mais constantes e permanentes é, justamente, que é fundamental ter uma coletividade que te apoie no caso de uma agressão.

O outro argumento de Nox é de que os treinos eventuais de autodefesa podem ajudar, mas não são ideais, pois é importante que criemos uma memória corporal e muscular que nos garanta mais destreza ao reagir a uma agressão ou ao ajudar uma outra pessoa. Por mais que seja possível aprender algumas técnicas em oficinas de dois dias ou de uma semana, ela vê uma grande diferença quando as pessoas se engajam e participam das turmas fixas, sendo que muitas de suas alunas constantes relatam uma melhora progressiva, desde respirar melhor até a capacidade de dizer não em diversas situações da vida. Ela sente mais confiança de ensinar numa turma de longo prazo, pois acredita que há maior probabilidade de que seus ensinamentos realmente influenciem a pessoa. Além disso, assim é possível ter um esquema de transmissão mais semelhante ao das artes marciais, que permita as trocas mais profundas e enriquecedoras.

No México também foi relatado pelas ativistas certa dificuldade de permanência entre os grupos que praticam autodefesa feminista. Juana, que é de Guadalajara, havia começado um processo de autodefesa em sua cidade de origem, que se iniciou especialmente devido aos casos de violência sexual, agressão e feminicídio que estavam acontecendo na cidade. Um grupo de Guadalajara, chamado *Cuerpos Parlantes*, convidou o Comando Colibri, um dos primeiros grupos de autodefesa feminista mexicanos, que tem atuação principalmente na Capital Federal e em *San Cristóbal de las Casas*, em Chiapas, para realizar uma oficina. A oficina foi um sucesso, com participação de mais de 70 garotas.

A ideia era manter um processo permanentemente, um grupo de autodefesa feminista. Porém, nos encontros seguintes, cada vez iam menos garotas. De acordo com Juana, esse é um padrão do ativismo em Guadalajara, as propostas e atividades começam com grande força e participação, e depois vão minguando e quem mantém a participação são poucas. Doze dessas mulheres, que se mantiveram na intenção de continuar com a formação, conheceram um casal que tinha uma escola de Kung Fu e que praticavam Wing Chun, e se apaixonaram com a história dessa arte marcial, e pediram que eles as treinassem:

> "Yo no tenía ningún tipo de contacto con las artes marciales hasta ese momento. No que no me interesara. Me llamaba la atención, pero nunca le había entrado a algo así. Ahora para mí es inseparable de mi ser. No solo por lo de autodefensa, sino las artes marciales. El Wing Chun sobretodo. Wing Chun es chino. Es un arte marcial que está derivado del Kung Fu Shaolin. Desarrollado por una monja clandestinamente para ayudar a sus amigas a que se defendieran para no ser obligadas a casarse si no querían, o para no ser violentadas. Hace cuatrocientos años. Pero está desarrollada como una técnica desde un cuerpo de mujer para defenderse, con física y no necesariamente fuerza, en corto alcance, de un hombre. A mí me encanta. Ahorita yo estoy medio en pausa del Wing Chun. Porque pues por salud y por muchas cosas tuve que parar. También practico, o sea, lo combino con un poco de Tai Chi, más como de artes marciales interno. Y Bagua Zhang. Hasta hace poco. El Bagua Zhang lo conocí de hecho aquí en Oaxaca... Y este, y pues es que tienen lenguajes comunes... Unos son de combate, otros son de auto sanación. Me gusta. Me da eje. Me da el eje que necesito, practicar artes marciales. Como a nivel mío conmigo. Mi relación. Y su filosofía me gusta, me hace sentido. Mucho sentido." (Juana, 33 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Os professores mencionados se interessaram muito pela proposta pois, no México, o Wing Chun era praticado quase exclusivamente por homens. De acordo com Juana, muitas

das garotas que compunham o grupo tinham histórias fortes do passado e se sentiam inseguras há muitos anos, e por isso se interessaram em treinar. Algumas se incomodavam com o termo feminista que nomeava o grupo, mas se interessaram muito pelo treinamento marcial e, por isso, permaneceram. Quando Juana se mudou pra Oaxaca, procurou um lugar para treinar Wing Chun, mas nos dojôs que encontrou apenas homens o praticavam. Então ela seguiu praticando em sua casa, com algumas amigas que iam para aprender a técnica com ela, o que também a ajudava a manter sua disciplina do treino. Quando a coletiva oaxaqueña *Lucha Chula* conseguiu alugar um local onde treinar, constituindo o *WinBao Palestra*, elas formaram um grupo que treinou nesse espaço por alguns meses. Depois ela teve que parar por questões pessoais, mas ainda insiste em dizer que quer voltar a treinar.

Juana também trabalhava com comunicações, tecnologia e informática, e no momento estava com um laboratório de autodefesa digital, colaborando com outras companheiras, sendo algumas delas estrangeiras. E uma delas, que nesse momento treinava com o Comando Colibri e fez a proposta de que elas dessem uma oficina de autodefesas digitais para as ativistas do Comando, e ela logo propôs que elas fizessem uma troca, ensinando também as técnicas de artes marciais combinadas que o Comando praticava. E daí nasceu o projeto *Autodefensas Hackfeministas*, que era uma combinação de ambos os aspectos, físico e digital, desde uma perspectiva feminista e de educação popular. O projeto teve sua primeira edição no DF e a segunda em Oaxaca, sendo realizado no espaço do *WinBao Palestra*.

Figura 26: Divulgação do espaço Win Bao Palestra de aulas de autodefesa feminista, Oaxaca, MX.

Fonte: https://autodefensalibertaria.noblogs.org/

A participação no grupo *Lucha Chula* e os treinamentos do *WinBao Palestra* foram um grande diferencial para Martina, que nunca praticou nenhuma arte marcial tradicional ou esporte de combate, mas desenvolveu muito sua capacidade de defesa devido à sua prática nesse espaço. A ativista relata que, desde criança, sentia a necessidade de se defender das agressões constantes por parte de seu irmão, e que após essa formação ela se saiu bem pela primeira vez em um confronto físico com o irmão, e que, depois disso, ele nunca mais voltou a agredi-la:

> “Bueno, de muy joven siempre estuve en constante como… pues defensa propia, porque tenía un hermano mayor que era bastante violento, que de hecho ahora es militar, que siempre fue muy violento. Entonces era como siempre se enojaba por cualquier cosa y nos golpeaba, entonces siempre estuve muy en la lucha del cuerpo a cuerpo, por defenderte incluso, o sea incluso como… era tan fuerte como… el tener un hermano tuyo siempre encima de ti

> queriéndote golpear que si no hay de otra, ya piensas en defenderte por tu vida. Yo justo recuerdo como… estaba recordando hace unos días, la sensación que más miedo tenía de niña y era la de mi hermano golpeándome en la panza y no puedes respirar, esa sensación la tenía todos los días, porque me pegaba un montón. Entonces desde muy chica estuve en contacto con la autodefensa, pero fue hasta que conocí a estas compas que empecé a interiorizarme en el tema. (…) Ya la última vez que me enfrenté a mi hermano después de haber tomado los talleres de autodefensa, le partí la nariz, y él a mí no me hizo nada. Estuvo bien, porque nunca se volvió a meter conmigo. Qué mal porque era mi hermano, pero ni modo, en algún momento tenía que dejar de joderme." (Martina, 25 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

O treinamento de autodefesa feminista, entretanto, é um longo caminho a ser percorrido e vai muito além da capacidade de reação física. Como já foi ressaltado por muitas ativistas, implica também o engajamento coletivo na contraposição de certos discursos sociais que legitimam e naturalizam as violências masculinas e desautorizam as reações e defesas das mulheres. Esses discursos influenciam de maneira muito profunda nossos comportamentos e reações. Mesmo após tanto tempo de treino de autodefesa feminista e de ter se visto capaz de vencer o irmão, que havia sido seu agressor em grande parte da vida, Martina se viu sem reação ao ser estuprada por um amigo e, justamente, um "amigo" que frequentemente questionava e criticava seu envolvimento com a autodefesa e a sua participação em grupos que ele chamava de "feminazis". No momento em que a violência estava acontecendo, apesar dela ter tentado evitar e falado "NÃO!" repetidas vezes, ela ficou mentalmente confusa pensando se uma reação física mais agressiva não seria um "exagero" da parte dela:

> "Había un chico que era mi amigo y me decía como '¿por qué te juntas con ellas?', tenía 18 o 19, decía '¿por qué te juntas con ellas si son feminazis?, odian a los hombres...' y yo decía 'oye, ¿pues qué te importa?, son mis amigas y a ti te da igual, tú también eres mi amigo', y siempre me jodía con ellas. Entonces una vez él estaba tomando, entonces me dijo luego 'te llevo a tu casa' y dije 'bueno'. Y de camino pasamos por su casa y me bajé con él y luego cuando ya llegamos a su casa cerró la puerta y me violó. Entonces fue muy fuerte porque justo cuando él estaba encima mío y yo decía 'no, no, no' y en mi cabeza sonaban muchas cosas como '¿y si estoy exagerando?', 'si tal vez lo estoy tomando muy a pecho', como alguna vez ya tuve alguna cosa con él, 'tal vez voy a exagerar si lo pateo o algo', 'tal vez tiene razón de que somos como medio feminazis' y… mil cosas que pasaron en mi cabeza, hasta que, pues nada, yo lo olvidé, o sea no lo olvidé, pero no lo hablé; o sea luego me llevó a mi casa y yo lloré en el coche y él me dijo 'perdón'… Pues yo ya luego no le hablé a él, ni hablé de esto a nadie, hasta que escribimos un fanzine de autodefensa en donde justo hablábamos de eso, de la violación. Y en el proceso de escribir el fanzine, pues ahí como que volví a abrir ese tema a mí misma, pero fue demasiado tarde porque entonces una amiga mía estaba ya embarazada de él y estaban en pareja, entonces yo ya no pude decir nada, por mi amiga y su embarazo, y pues eso. Pero realmente el

> haber hecho ese fanzine fue lo que me hizo hacer caer en cuenta de eso, y que por más técnica corporal que haya yo tenido en ese entonces para enfrentarlo, mentalmente no estaba preparada para asumir en ese momento que yo estaba siendo violada y que tenía que defenderme, nunca había estado en esa situación. Pero ese fanzine me ayudó bastante a asumirlo y además a superarlo." (Martina, 25 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

A experiência de Martina mostra que o fato das agressões e violências sexuais serem frequentemente provenientes de pessoas próximas, com quem temos relações de confiança, faz com que não saibamos exatamente como reagir. Nos encontramos com a 'guarda baixa' justamente por não estarmos esperando uma agressão por parte daquela pessoa. No momento chegamos a duvidar da nossa própria percepção acerca do que está ocorrendo, pois parece difícil acreditar que aquela pessoa por quem temos afeto e confiança pode estar, justamente, utilizando desses elementos para exercer uma violência de maneira tão perversa. O acontecimento mostra também que essa ideia de que os homens próximos devem 'proteger' as mulheres dos estupradores e agressores, que são desconhecidos que vão aparecer numa rua deserta e escura, é um mito que ajuda a preservar a imagem dos reais agressores que são, na maior parte das vezes, algum familiar ou amigo e recorrentemente o próprio companheiro.

No caso de Martina, apenas após um processo coletivo de elaboração sobre a temática, ela foi capaz de reconhecer, elaborar e superar o estupro ao qual ela havia sobrevivido. Apesar de ter sido necessário para ela esse tempo para processar o ocorrido, o silêncio sobre o estupro teve como consequência a impossibilidade dela ajudar sua amiga e outras mulheres a se protegerem dele. Já depois de ter consciência do que lhe sucedeu, ela passou a compartilhar a informação sobre o ocorrido para várias 'minas da cidade', para que elas pudessem se prevenir e também para outros amigos, e foi descobrindo várias outras denúncias de estupro contra ele. Sua amiga se separou dele por diversas razões.

As primeiras vezes que se encontrou com ele, ela se abalou muito, mas, hoje em dia, ela impõe que ele não pode frequentar os mesmos espaços que ela, apesar de que ele continua negando o ocorrido e que afirme que no período eles eram namorados – o que evidencia também a crença comum de que violências sexuais não podem ocorrer entre namorados. Martina considera que com exceção desse caso, em que houve uma manipulação psicológica muito grande, seu treinamento em autodefesa a tornou habilidosa na arte de se defender, passando a estar sempre alerta sem entrar em estado paranóico e tendo sido capaz de se salvar em diversas situações de perigo e agressão.

Diversas ativistas relatam que os discursos e as práticas de autodefesa estão mais presentes entre as jovens, em especial as atividades voltadas para autodefesa do corpo para resistir a violência desde diferentes estratégias. Quanto abordamos as práticas de autodefesa física, existe, muitas vezes, uma pressuposição da predominância jovem e da pouca presença de mulheres de maior idade, devido a barreiras com relação ao desempenho físico. Entretanto, as professoras de autodefesa feminista afirmam que esses pré-julgamentos são equivocados, e que há adesão de mulheres das mais diversas idades a esses treinamentos. As professoras argumentam que as mulheres com mais idade possuem mais experiência e conhecimentos de sobrevivência, por isso é muito importante a contribuição delas, quando compartilham suas histórias de autodefesa:

> "Ha pasado algo interesante hace unos años, cuándo dábamos talleres en algo que se llama Tianguis itinerante, que era un Tianguis que iba a varias colonias y era mixto. Todos ubicaban a nosotras porque nuestros talleres… se daban talleres de jabón, de un montón de cosas, entonces íbamos. Cómo eran varias colonias íbamos llamando: 'ya va empezar el taller de autodefensa, vecinas acérquense'. Y quién más se acercaban eran las señoras, no entraban las chicas jóvenes, eso era bien interesante. En las colonias la mayoría de las que entran son las señoras y lo más interesante es que se acercaban las señoras y nos daban técnicas. O sea, aprendían lo que les decíamos, pero ya tenían sus técnicas entonces nos decían: 'es que ya nos cuidábamos desde antes, yo me ponía el seguro acá y me pongo el seguro siempre en la bolsa, en el escote, así cualquier cosita me saco el seguro y lo clavo'. Y otra señora dijo: 'Es que aquí roban mucho, entonces yo he aprendido a pegar con el lorel.' Entonces era bien interesante porque ellas ya tienen historias de autodefensa, son sobrevivientes igual que nosotras, eso es bien bonito. Ahí aprendimos mucho por eso, siempre que llega alguien con más edad siempre

> lo replicamos en el sentido de decir que aquella es alguien que tiene mucha experiencia, más que nosotras, entonces ellas tienen mucho que contarnos. Y siempre decimos: 'pues cualquier cosa que quieres decir, dilo porque tú eres la que más experiencia tiene en eso'. Entonces se ha llevado mucho para arriba ese conocimiento de sobrevivencia, lo siente muy bien, ya no siente un desfase cómo 'ay, ¿como yo voy a estar haciendo un deporte?'. Pero eso es autodefensa y usted tiene mucho que contarnos y eso ayuda mucho." (Eusebia, 29 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

As professoras apontam também que, nos espaços e grupos mais permanentes, o fato de mobilizar mulheres de todas as idades nas oficinas de autodefesa pode estar relacionado à condição delas estarem em uma idade intermediária e, por isso, seriam capazes de estabelecer boa comunicação, tanto com as mais jovens, quanto com as mais velhas. Para elas, esse diálogo intergeracional conecta as linguagens, cria pontes em uma linguagem comum entre mulheres de distintas gerações:

> "Recién llegan mamás e hijas, es como muy alegre, porque ves que llega la chica y luego llega la mamá, las dos trabajando y viendo que es la misma perspectiva. O de repente nada más se quedaba mamá, y la que va más es la mamá que la hija, entonces como que les gusta. Sí hubo un momento que nos decía una: 'no, bueno, es que yo me siento rara porque ustedes son muy ágiles, pueden hacer eso.' Y nosotras decimos: 'pero usted es muy ágil, puedes tirar más que la que tiene 26 años, entonces no se sienta mal pues cada una sabe las capacidades de su cuerpo; no es que tienes menos capacidades pero que tienes capacidades distintas y son muy valiosas.' Yo creo que compartimos igual de valiosas las experiencias con las mayores que con las adolescentes, que son quién estaban moviendo mucho de ambas. Es que somos como la media. Entonces mi perspectiva con eso va a ser un poco acá y allá, me encuentro en una edad que no soy ni joven ni soy grande. (Eusebia, 29 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Para a maioria das interlocutoras da pesquisa, o que garante a possibilidade do diálogo intergeracional é o compartilhamento a partir do cotidiano, do pessoal, da experiência e da história de vida. Dessa forma, se pode visualizar melhor o quanto têm em comum e se pode construir conjuntamente a partir daí. A aproximação a partir de um sentido estritamente político desde o princípio pode exacerbar as diferenças e causar afastamento entre as diferentes faixas etárias no ativismo. Para elas, essa troca intergeracional, a partir da perspectiva pessoal e cotidiana, é capaz de criar vínculos e, a partir de aí, se estender ao campo político.

No campo da autodefesa feminista, os espaços de treinamento estão fortalecendo essa comunidade feminista que é capaz também, muitas vezes, de apoiar as outras quando acontecem agressões. Para grande parte das feministas que se envolve na prática das lutas, artes marciais e esportes de combate, há uma escolha por entrar ou permanecer em espaços mistos de treinamento, especialmente no caso das professoras de autodefesa feministas e praticantes e lutadoras mais avançadas. Isso ocorre porque ainda é muito restrito o espaço e o número de feministas que pratica e, menos ainda, aquelas que ensinam ou têm conhecimentos mais graduados.

Treinar e lutar nos espaços mistos pode de possibilitar um maior desempenho em termos de técnica, tendo em vista que, em muitos casos, as estruturas de transmissão de um conhecimento milenar têm fundamentação. Entretanto, a maioria das escolas, academias e dojôs são compostos majoritariamente por homens e o ambiente tende a ser bastante hostil para com as mulheres, sendo um desafio diário para muitas delas estar aí. O combate ao machismo nesses espaços e a promoção da entrada de mais mulheres nessas lutas é, portanto, parte fundamental da autodefesa feminista.

Ayodele é uma mulher de 25 anos que está na capoeira angola há 19 anos e hoje é uma referência para as capoeiristas do seu grupo e de toda a cidade. Foi no espaço da capoeira que ela iniciou sua formação como mulher negra e como mulher em um contexto predominantemente masculino e machista como a capoeira. Ela vê o feminismo como resistência em contextos machistas como as lutas, onde as mulheres têm que lidar com o ego masculino. Ser feminista nesses espaços para ela é persistir, mostrar a sua força e sua voz, é a luta diária e a superação das disputas entre as mulheres:

> “Aí começou minha formação como mulher negra, como mulher dentro de um contexto machista, porque a capoeira é machista. É uma luta a cada dia, é mais pesado. Mas isso só serve para fortalecer a mim como pessoa. Quando eu vejo muitas mulheres na capoeira é muito gratificante, por mais que elas continuem sofrendo dentro da roda, fora da roda, só por ser

> capoeirista, mas dá para sentir a persistência. O feminismo dentro da capoeira é o persistir, de estar lá dentro. Eu sou mulher, estou aqui também, eu tenho voz, e você não é por ser homem que é melhor que eu, por questão física nem nada disso.
> A questão da causa feminista, representa mais para mim uma luta diária em todos os espaços, mas na capoeira ela tem que ser mais forte, porque a gente tá lidando com uma luta também, querendo ou não. E estamos lidando com o ego masculino na capoeira, é forte e muitas pessoas não enxergam, só quem está ali na luta diária. As mulheres estão muito bem armadas de força, mas existe também essa disputa entre as mulheres na própria capoeira, não sei como dá forma para isso, mas existe, independente de grupo, espaço e mestre. Tem que continuar essa força, que dá para dominar a luta e empoderar as mulheres." (Ayodele, 25 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

A professora entende que, por causa do machismo, os homens das mais diversas idades veem como um desafio o fato dela ser uma mulher jovem com uma trajetória longa e muita bagagem na capoeira e, quando ela entra na roda, os caras jogam com ela querendo "pegar" (bater, desbancar) ela no jogo de uma forma que evidencia que eles subestimam a sua capacidade. Sente que quanto mais espaço as mulheres ocupam mais aumenta o machismo, mas não podemos desistir, temos que ser fortes para reverter a situação e nos tornar referência para outras mulheres:

> "Eu sinto que esse machismo a cada dia mais aumenta do que diminui. Eu não vou desistir por causa disso e eles vão ter que me engolir. Tem várias capoeiristas que passam por isso, da opressão dentro da capoeira, só por ser mulher, ou por ser mulher e jovem. É uma coisa monstruosa. Só sabe e percebe quem passa, e como é pesado. A mulher tem que ser forte para tentar reverter essa situação sempre. Eu dou aula em uma escola integrada, aí tipo, por exemplo, as turmas novas que chegam, as meninas não participavam, achavam que capoeira era só para menino, aí você vai explica, as meninas se empolgam quando veem eu tocando berimbau. Elas vêm com pensamento de que é só para menino, elas vêm com esse pensamento de dentro de casa, da mídia, não conhecem muito de capoeira de angola, mas quando veem uma mulher à frente, isso é demais, a força que isso tem." (Ayodele, 25 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

As mulheres estão mais presentes nos treinos, mas pouco nas rodas, especialmente nas rodas de rua, por se sentirem mais acuadas. Ela afirma que na capoeira regional tem reuniões e eventos só entre mulheres que fortalecem muito, e na capoeira angola também deveria ter espaços assim, mais rodas, conversas, e que por isso ela quer promover mais oficinas e atividades de capoeira voltadas para mulheres.

Ayodele relata que algumas mulheres adultas sempre tiveram vontade de treinar capoeira, mas, por questões familiares, não tinham coragem. Muitas entraram depois dos 30 e hoje treinam diariamente e participam das rodas. A professora acredita que a idade mais avançada não impede o treino nem tampouco o desempenho na luta, e que cada pessoa tem a sua forma e a sua movimentação, mas é necessário treinar para desenvolver a força física. Apesar das dificuldades de ser mulher na capoeira ou em qualquer espaço, ela defende que é fundamental ter persistência e não se deixar oprimir por nada nem por ninguém, e isso só é possível se as mulheres se fortalecerem mais umas nas outras, mostrando que elas podem estar em qualquer lugar:

> "Autonomia é você fazer o que quiser, estar aonde quiser, mas claro, não passando por outra pessoa, mas você ter autonomia de ir para onde quiser. Eu vou na roda, vou jogar por onde quiser, se eu entrar em uma roda na capoeira, um homem tirar graça comigo, e eu não ser obrigada a passar por aquilo, ter autonomia para dar um basta quando for necessário." (Ayodele, 25 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

Trazendo os ensinamentos da capoeira para pensar a autodefesa e as lutas feministas, Siomara destaca a importância também do ataque, já que quando um jogador ataca o outro deve defender-se, já engendrando um novo ataque e assim, sucessivamente, nos movimentos circulares em torno do próprio eixo. Mestre Pastinha, maior referência da Capoeira Angola no Brasil e no mundo, afirma que ela não é apenas um recurso para se defender pois, sendo meio de defesa e ataque, possui muitos recursos devido à força muscular, flexibilidade e rapidez de movimentos que sua prática proporciona. Pastinha destacou em seu livro (1988) que a capoeira é uma luta violenta e que, diferentemente de outras modalidades como a luta livre, em que se pode dosar a intensidade dos golpes, a violência dos golpes da capoeira é mais

difícil de ser dosada, sendo que os golpes passam perto, "de raspão" ou são freados perto do alvo escolhido, utilizando-se da *ginga maliciosa*[50]:

> "É como se, aos poucos, gera uma metáfora da vida, como a gente começa a jogar Capoeira com tudo, com todos, com o mundo, com as situações, com os desafios. Foi muito importante o processo de autoconfiança e dos sentidos. É como se eu conseguisse identificar mais rápido as situações de perigo e as situações em que eu estou mais exposta. E ao mesmo tempo eu torço para não entrar na briga com ninguém, uma pessoa ou um *boy* porque eu sei também que a gente vai estudando e vai acumulando técnicas e conhecimentos que se elas forem aplicadas com o intuito que elas foram criadas de uma forma certeira, pode ser letal para vida de uma pessoa. Depois do rolê da capoeira eu penso duas vezes se vou entrar na briga, no embate físico, porque eu penso nas consequências para mim e para a outra pessoa. Mas, se for necessário usar dela em algum momento eu sei que ela estará aí para me auxiliar. (Siomara, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

Na prática da luta, como são exercitados os constantes movimentos de "pergunta e resposta", que consistem nos ataques (golpes) e defesas (esquivas, giros), se percebe que as possibilidades do "diálogo" entre os corpos se dá não apenas na capacidade de se esquivar do golpe, mas também na sua capacidade de já realizar um tipo de negativa ou giro que te permita um posicionamento ideal para realizar o respectivo ataque. O que garante que haja o 'diálogo', assim como equilíbrio no jogo, é o fato das duas pessoas atacarem e responderem consecutivamente. E é ao longo dessas conversas que cada capoeirista vai desenvolver sua autonomia corporal:

> "Após o primeiro momento da aula, Mestra Janja parou para explicar o objetivo dos movimentos. Falou sobre a importância do jogo de corpo, de usar o balanço do corpo, do ritmo. Falou que em uma primeira fase, na capoeira, a pessoa faz uma imitação de movimentos de várias outras pessoas. Mas depois, ela começa a fazer seus próprios movimentos, com **autonomia sobre seu próprio corpo**. Pra isso, você tem que ter atitude, e uma atitude agressiva. Pois, para dominar a sua própria agressividade, você tem que liberar essa agressividade, para conhecê-la e então dominá-la. Primeiro, deixá-la sair, para depois dominar e decidir o momento em que ela deva sair ou não. Para aprender isso, existem duas formas: durante o treino, que é o momento mais seguro e possível de dar certo. Ou na roda. No treino você pode imaginar uma pessoa na sua frente, que irá fazer algo de diferentes formas, e você

[50] "[...] tratando-se de enfrentar um inimigo, a capoeira, não é só dotada de grande poder agressivo, mas possui uma qualidade que a torna mais perigosa – é extremamente maliciosa. O capoeirista lança mão de inúmeros artifícios para enganar e distrair o adversário. Finge que se retira e volta-se rapidamente. Pula para um lado e para outro. Deita-se e levanta-se. Avança e recua. Finge que não está vendo o adversário para atraí-lo. Gira para todos os lados e se contorce numa "ginga" maliciosa e desconcertante. Não tem pressa em aplicar o golpe, ele será desferido quando as probabilidades de falhar sejam as mínimas possíveis... O capoeirista sabe poder aproveitar tudo que o ambiente lhe pode propocionar" (PASTINHA, 1988)

> irá pensar em diferentes formas de responder. A capoeira é um jogo de pergunta e resposta. Se você deixa a outra pessoa dominar os seus movimentos, fazer com que você faça o que ela quer, então nesse jogo só ela está perguntando e você está apenas respondendo. Essa situação, de apenas responder, é mais confortável, é passiva. Mas apenas se você também falar, perguntar, fizer os seus movimentos, é que você não deixará isso acontecer." (Registro de campo de Sara Mata Machado, na aula da Mestra Janja, no Nzinga de Salvador. MACHADO, 2016)

A partir do aporte da capoeira angola, portanto, vimos que para essa luta, assim como em várias artes marciais e esportes de combate, atacar é um elemento fundamental que permite conquistar essa autonomia no jogo. Na dinâmica de um jogo de capoeira, apesar de haver pouquíssimo contato físico direto e não haver uma competição onde se podem designar ganhadores e perdedores, a capacidade de atacar e manter-se ao centro da roda demonstra o domínio do jogo. A atitude da capoeirista na roda vai depender também da outra pessoa com quem ela está jogando. Se for uma pessoa mais experiente, mais "velha de capoeira", conseguir realizar bem as defesas e realizar alguns golpes já é uma grande conquista de acordo com seu caminho na comunidade.

É importante aqui nos atentarmos como não é a força física, mas sim o tempo de trajetória que vai ter maior peso e a sabedoria dos mais velhos é capaz de superar possíveis reduções na capacidade de fazer certos movimentos que pode acontecer entre pessoas idosas. O jogo da capoeira é um jogo de estratégia que depende de surpreender x outrx jogadorx por não ser capaz de prever seus movimentos. Umx mestrx de 80 anos com apenas um olhar pode dar um golpe mortal em seu adversário, basta que os olhos atentos dxs capoeiristxs na roda vejam que sua "entrada" ou ataque teria atingido se tivesse sido desferido, demonstrando sua maior sabedoria e domínio do jogo. Tais elementos de dissimulação do seu caráter de luta decorrem da natureza da capoeira como elemento inerente da cultura negra de resistência que, inclusive, era legalmente proibida e perseguida violentamente pela polícia até 1940.

A resistência ao racismo, colonialismo e à repressão autoritária é um elemento constitutivo dessas lutas baseadas em culturas de matriz africana e originárias latino-americanas. Dayo destaca que os processos de construção de conhecimento sobre técnicas de autodefesa se dão a partir de ancestralidades milenares e através do compartilhamento e da organização comunitária da resistência negra, presentes em nos aspectos que estão sendo considerados aqui como autodefesa:

> "Quando a gente fala de autodefesa e resistência, fico pensando a autodefesa do corpo, que corpo seria esse? Pensando que todos os corpos que ocupam o espaço de formas diferentes na sociedade. A autodefesa do corpo, eu preciso citar algumas questões, é a autodefesa da sinhazinha dentro da Casa Grande ou é a autodefesa da mulher negra que está sendo estuprada, apanhando, assaltada? Hoje eu sou o produto desse ontem. A sociedade ainda está amadurecendo esse processo racial que vivenciamos de pós-escravidão. Eu penso que a violência doméstica tem a cor dela. Nos números conseguimos perceber isso. A questão do feminicídio tem a cor também. Sabemos quem são as mulheres que sofrem essa violência cotidiana. Não só a física, do corpo dentro do espaço de casa, mas também do corpo dentro dos espaços de trabalho, dos lugares de servidão, que é uma agressão ao corpo. A autodefesa não permeia só o ambiente da residência, mas dentro da sociedade como um todo, vivenciamos resquícios que esse corpo carrega. O aborto, que é a luta pelo corpo também, é uma luta do feminismo como um todo. Mas, na prática sabemos para quem são essas questões." (Dayo, 33 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

A ativista ressalta aqui que, quando pensamos a autodefesa do corpo, é fundamental considerar as questões raciais que incidem sobre esse corpo. Nesse sentido, outras ativistas falam sobre como a resistência ao colonialismo através da recuperação dos saberes tradicionais é relevante para as autodefesas corporais, que também abrangem a busca de autonomia sexual e reprodutiva.

Muitas ativistas em Oaxaca se dedicam à saúde natural e ao cuidado do corpo através de conhecimentos ancestrais. Naran, que se formou como parteira através do aprendizado com as parteiras tradicionais fala sobre como é importante que as mulheres jovens se dediquem ao aprendizado dos conhecimentos ancestrais sobre cuidado do corpo, garantindo que ocorra a transmissão intergeracional da sabedoria das mulheres mais velhas para que não se percam esses conhecimentos tradicionais:

> "con el tema que actualmente trabajo, es muy marcada la diferencia. Las mujeres de antes, mujeres mayores tienen mucho más conocimiento que actualmente las mujeres jóvenes, las mujeres mayores sabían cómo cuidar sus cuerpos y actualmente es algo que a las mujeres ya no les interesa, o no saben cuidar ciertos aspectos de su vida. Pues en general en sus formas de acción cuotidiana, diaria, que es todos los días bajarse, cuidarse, calor del cuerpo y así se han estructurado por muchos años antes. Entonces las mujeres mayores ya tienen estructurado toda la manera de cuidados corporales, esta manera de tener mayor salud, el conocimiento ancestral, todavía lo tienen. La juventud, las chicas ya no tienen este conocimiento, ya no tenemos. Pues todo esto, no nos hemos organizado, no conocemos ningún tipo de manera, no tenemos herramientas, estamos en la nada. Son pocas las mujeres que trabajan todavía con esta parte de sabiduría en el cuerpo, son más mujeres grandes las que tienen todavía ese conocimiento. Casi no… son pocas las que todavía se acercan de las mujeres mayores para obtener ese conocimiento, casi no existe. (…) Hay mujeres que como yo se están especializando en el tema pues, hay muchas que están interesadas. Pero lo que digo es que antes ese era un conocimiento generalizado que todas las abuelas tenían. Hoy son muy pocas en comparación con las que tienen ya ese conocimiento, o las que se han interesado por recuperar el conocimiento. Claro que existen mujeres que queremos que reconozcan la importancia de tener ese poder sobre nuestros cuerpos, poder decir 'ah estoy sintiendo así, voy hacer esto', como la autonomía, el autocuidado. Pero es algo que se ha perdido. (…) Y cuando he trabajado en espacios colectivos donde hay mujeres mayores y mujeres jóvenes, es casi todo eso, es de reaprender de lo que las mujeres mayores saben, es como este espacio en donde ellas son las sabias y nosotras tenemos que aprender lo que ellas ya saben. (Naran, 34 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Para Naran então, é fundamental esse respeito pelas mulheres mais velhas e pelo conhecimento que elas têm para que haja esse aprendizado sobre o cuidado do corpo que nos permite autonomia. Xidani diz que o coletivo *Mujer Nueva* trabalha há muito tempo a questão do aborto e a autonomia de decisão sobre o próprio corpo com as companheiras. Ela relata que uma das experiências mais ricas foi quando elas trabalharam essa questão através do Teatro do Oprimido. Ela considera que foi uma ação pioneira, já que esse tema, frequentemente, é trabalhado pelas feministas jovens, e nesse caso elas eram mulheres de idade mais avançada trabalhando a questão através de um método de intervenção artística participativo. A presença delas na cena pública, em um encontro na Guatemala, teve muita força e chamou várias mulheres, dando legitimidade a um debate que é solapado pela religiosidade, pois apesar da população ser majoritariamente indígena no sul do México e na Guatemala, o catolicismo é a religião dominante:

> "Ahora la autodefensa del cuerpo, el aborto… Por supuesto, el aborto lo estuvimos trabajando bastante tiempo con las compañeras, diciendo que nosotras somos dueñas de nuestro cuerpo,

> que podemos decidir si queremos tener o no a un hijo, que un hombre no tiene por qué decidir por nosotras.
>
> El colectivo trabaja el teatro del oprimido. Preparamos en el 2012, fuimos a Guatemala a presentar una obra de teatro que era en relación al aborto y nos fue muy bien, (…) porque de alguna manera, el tema del aborto nosotras teníamos como una autoridad moral, teníamos… por nuestra edad. Porque nosotras estamos legitimando este tema del aborto, porque lo presentamos afuera, en las 7 esquinas y salieron muchas mujeres de sus casas y vieras… mucho público y que participó el público. Y nosotras a nuestra edad, pero pudimos presentar esto sobre el aborto. Decimos que nadie tiene por qué decidir sobre nuestros cuerpos, estamos a favor del aborto, lo preferimos así y no como lo manejan los curas, que tienen una doble moral. Por un lado, solapan la pederastia pero, por otro lado, no quieren que las mujeres aborten." (Ita, 65 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

A inserção desse grupo em meio a mulheres mais velhas se mostrou de fundamental importância pois é a idade onde existe maior conservadorismo com relação ao aborto, e o fato delas terem a mesma idade fez com que elas tivessem maior legitimidade para debater a questão, inclusive ressaltando que mulheres das mais diversas idades realizam abortos.

A Rede de Mulheres Jovens Indígenas *Trenzando Saberes* tem a questão dos direitos sexuais e direitos reprodutivos como tema central de trabalho. A presença da temática nos movimentos de mulheres indígenas, comunitárias e autônomas das mais diversas idades se contrapôs à afirmação de algumas feministas de que a questão dos direitos sexuais e reprodutivos para as mulheres indígenas era uma pauta imposta por feminismos brancos financiados por instituições e organizações internacionais que têm como objetivo controlar a taxa de natalidade das populações indígenas. A fala de Julieta Paredes – feminista comunitária boliviana e uma das maiores referencias dessa vertente na América Latina - no centro indígena em Oaxaca reiterou esse discurso, afirmando que essa não era uma questão central para as mulheres indígenas, e sim a defesa do território. As ativistas oaxaquenhas rompem com essa falsa contradição entre os enfoques e trabalham a questão da saúde sexual e reprodutiva, articulada com a luta pela terra e autodeterminação dos povos originários, mostrando que as autodefesas dos corpos e territórios estão intimamente integradas.

O aborto era criminalizado em Oaxaca até 2019, tendo se tornado recentemente o segundo estado Mexicano a legalizar a interrupção da gravidez depois do Distrito Federal, e um dos poucos lugares da América Latina onde a prática é legalizada. Essa conquista se deve à existência de uma forte rede articulada em torno dos direitos sexuais e direitos reprodutivos que se mobilizava em várias frentes, tendo atuação no *advocacy* frente a instituições políticas, na mobilização da sociedade civil em torno da questão e, também, com apoio solidário a mulheres de áreas urbanas e rurais, incluindo mulheres de comunidades indígenas.

Apesar de haver em Oaxaca uma rede de apoio consolidada já a alguns anos, muitas ativistas relatam terem passado por violências ao decidir interromper a gravidez. Martina se encontrava em um estado de vulnerabilidade psicologicamente e havia viajado a outro estado para realizar um tratamento quando descobriu uma gravidez não desejada. Teve que interromper o tratamento para voltar a Oaxaca para realizar um aborto. Ela obteve apoio de uma médica que forneceu as pílulas para que ela pudesse realizar o aborto em casa, já que esse método é considerado um dos mais seguros atualmente. Ela relata que nesse aspecto foi muito relevante essa ajuda que a possibilitou decidir sobre seu corpo. Entretanto, seu ex-companheiro, que era quem havia se comprometido a acompanhá-la durante a realização do procedimento em casa a abandonou sozinha e a expôs, não apenas com relação a sua saúde física, mas também emocional. Isso fez com que ela demorasse a se recuperar do sangramento, acabando por entrar num estado quase anêmico e ainda a expôs ao relatar o aborto realizado a seus familiares, que romperam relações com ela devido à mentalidade conservadora:

> "Yo ya había entrado en el proceso de abortar y del sangrado y todo, y él entró en una locura de apostar, como ese mismo día; como la noche anterior a que yo empezara el proceso habíamos ido a una feria, entonces había un juego de esos en donde supuestamente puedes ganar mucho dinero y él apostaba y había apostado ya como 500 pesos… pasó y el caso que el siguiente día yo empecé el proceso y él dijo 'voy a la farmacia y vuelvo' y él no volvió. O sea, volvió, pero como cuando yo llevaba ya 12 horas sangrando y las primeras 12 horas son súper

> dolorosas. Y que había gastado todos nuestros ahorros apostando en la feria. Nuestros ahorros más otro dinero, como 40 mil pesos. Lo apostó y perdió. Entonces yo ya estaba sangrando y era como… ¿cómo puedes hacer una estupidez así cuando yo estoy en este estado? ¡Terrible! Y luego tuvimos discusiones y así, no todo fue muy bien, entonces después de muchas peleas y yo haber perdido tanta sangre, tuve un desmayo como 10 días después. Y a él se le hizo fácil llamar a mi prima que trabaja en la Secretaría de Salud para decirle lo que estaba pasando y que yo estaba muy mal, entonces me llevaron a la clínica de salud donde trabajaba mi prima y ella supo que estaba, no anémica, pero que sí tenía muy poca sangre por el aborto y que además no había comido bien y que estaba como con stress y así. Y luego ella dijo a su mamá, que es hermana de mi papá y como del lado de la familia de mi papá todos supieron, más bien mis tías y mi abuela supieron del aborto y ellas no me hablan ahora, son súper pro vida.
> Pero creo que dentro de todo esto, a mí me pareció muy chido, por ejemplo, el acompañamiento que tuve, bueno la posibilidad de poderme practicar el aborto con una doctora de aquí de Oaxaca y que fue algo como realmente ella en disposición de ayudar, no como de ganar dinero sino de apoyar a alguien. Y eso está súper chido, aquí en Oaxaca, que lo hace de una manera muy discreta y que no cualquier persona sabe de ella pero siempre está dispuesta a ayudar y está muy al alcance, entonces eso me pareció muy chido. El poder decidir." (Martina, entrevista, Oaxaca, 2017)

A incapacidade total de seu companheiro de se responsabilizar pelo processo de abortamento de uma gravidez que era, supostamente, de sua igual responsabilidade, o descuido com seu corpo e os seus sentimentos, e a falta de sensibilidade para com as consequências que um aborto deixa, seja física ou psiquicamente, foram atitudes que a decepcionaram profundamente e que agravaram ainda mais a situação da sua saúde. Esses são exemplos que mostram o quanto as questões relacionadas a autonomia reprodutiva vão muito além das do âmbito médico e as violências que as mulheres sofrem nesse âmbito são fundamentalmente políticas por serem permeadas pelas lógicas patriarcais nos seus aspectos mais íntimos. Por isso as redes de apoio feministas são tão importantes.

Nakawé, que participa da organização da FILMUFE e que realiza diversas atividades que abordam o tema do aborto a partir das experiências das mulheres, argumenta que não apenas a questão do aborto, mas todas as resistências frente às violências contra nossa autonomia reprodutiva fazem parte constitutiva da autodefesa do corpo:

> "Y a mí, en lo personal, me parece muy interesante la autodefensa del cuerpo. La lucha, la autodefensa, saber defenderte. Pero también el poder defender tu cuerpo, tus decisiones, lo que mencionabas… el aborto. Poder decidir, no tenemos por qué castigarnos, no tendríamos que ser enjuiciadas, al contrario. Yo creo que lo que hace falta es establecer medidas de seguridad para que no haya más muertes por abortos clandestinos. Porque la violencia permea.

> No abortas, tienes un bebé, pero cuando vas a la clínica sufres violencia obstétrica o mueres en el parto, entonces en realidad es una doble moral, es hipócrita lo de decir 'no abortes', pero no te brindamos las medidas de seguridad para que puedas tener un parto seguro. Y a parte el tipo de parto que quieren, este parto todo… que me parece colonizador, el parto en cama y con un chingo de tubos, un montón de medicamentos, un ambiente súper estresante, en lugar de lo ancestral, de partos que se dan perfectamente. Y que eso tiene que ver con la autodefensa del cuerpo también. Como a partir de esas acciones, de un parto natural, de un parto ancestral, también defiendes el cuerpo y la memoria ancestral, defiendes esta cuestión de tus ancestras. Y es una resistencia al autoritarismo, de decir, '¿ustedes quieren que yo esté en una clínica, que ejerzan su poder sobre mi cuerpo a la hora de dar a luz?'" (Nakawé, 24 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Vemos então que, para as ativistas oaxaquenhas, questões como a violência obstétrica fazem parte do processo de colonização dos corpos das mulheres e por isso temos que organizar coletivamente a autodefesa feminista do corpo. O trabalho com a saúde sexual e a saúde reprodutiva, numa perspectiva política no feminismo, também se faz presente entre as ativistas de Belo Horizonte.

Yeji têm realizado projetos junto à sua companheira sobre ginecologia autônoma e política. Ela diz que se incomodava com a pauta do aborto por considerá-la muito restrita, mas quando conheceu a ideia da justiça reprodutiva percebeu que é um leque muito mais amplo de vivencias e violências que reverbera em outros direitos também. Seu atual coletivo, chamado *Lua Negra*, tem focado em direitos sexuais e direitos reprodutivos e ginecologia política como cura de traumas e situações de violência, que segundo ela é algo mais terapêutico, mas que também é político e a proposta delas é voltada para mulheres negras e LBTs.

Itzel também trabalha com ginecologia natural a partir de uma releitura do feminismo através de sua cosmovisão. Em sua definição "o feminismo é a luta das mulheres em qualquer parte do mundo e da história que luta, revela, propõe e transforma, a partir de sua condição de vida, uma proposta de vida para os demais, e inclui a mãe terra e pessoas com os diferentes gostos de gênero, pessoas intersexuadas e a natureza" (Itzel, entrevista). Como forma de

contraposição à exploração e a colonizações dos corpos e territórios ela tem buscado abrir espaços de discussão trabalhando questões relacionadas à menstruação, difundindo alternativas ecológicas tais como o coletor menstrual e os absolventes de pano nas comunidades da região de onde é originária:

> "… abrir espacios a través de discusiones que son tabús en la sociedad cómo es la menstruación que llevo 15 años trabajando en el tema. Que cuando hablo de la colonización hablo de la colonización también del cuerpo, que nos enajenaron de todo hasta de nuestro cuerpo, de que cuando empecé a hablar con las mujeres si conocían su cuerpo y enseñarles lo de la copita o las toallas, pues todo mundo le tiene un asco y una aberración a la sangre menstrual. Entonces yo les decía: 'es que no tienen que sentir asco algo que es un proceso natural y que es de vida'. Entonces hablamos de temas como muy escondidos. Ya aquí en la ciudad lo hago poco porque cuando empecé a hacer aquí en la ciudad pues éramos pocas trabajando el tema. Después vi que hacía más falta en comunidad, me fui de dónde soy originaria, que soy de la costa, de ahí vienen mis raíces y me fui a trabajar por allá. Abrimos una clínica comunitaria con hombres y mujeres y el sentido para mí es tejer la comunidad, o sea, tejer ¿en qué sentido? En ver que hay relaciones entre hombres y mujeres que tienen la connotación de poder y desde ahí hay que deconstruir, pero no teóricamente, sino prácticamente y eso se hace trabajando, mostrando que es posible. Y es bien difícil porque vivimos en un contexto que responde al sistema patriarcal que es machista." (Itzel, 33 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

A ativista argumenta, por fim, que para ela o propósito central do feminismo é recuperar o corpo, e isso só seria possível através do compartilhamento dos saberes e das experiências entre mulheres:

> "que se miren como mujeres…yo le decía a mi hija "mira, tu vulva, tócala", porque nos enseñan que no te debes tocar ahí, ¿no? Que está mal…entonces lo primero que yo le diría es que reconozcan su cuerpo. Que reconozcan su cuerpo porque solo así vamos a reconocer qué queremos, o cómo nos gustaría este…sentir también relaciones de placer, y esto está negado, en esta sociedad. Entonces yo digo, primero hay que recuperar el cuerpo. Entonces, para mi hablar de feminismo, habla de recuperar el cuerpo, ¿no? Y que puedan espejearse con otras mujeres, abrir un circulo pequeño con mujeres y compartir temas de interés, de reflexión. Siempre va haber un tema de interés y cosas que nos cuenten, compartirnos para comida, para un temazcal, independientemente de nuestra cultura, que hagan algo para estar juntas y crear espacios de mujeres, porque es muy importante. O sea, pienso y estoy segura, de que este tiempo tiene que ser para mucha reflexión y compatibilidad entre nosotras…o sea, hacer una escucha colectiva para mirar los cambios, ¿no? O sea, qué no te está gustando, y a veces no lo puedes ver, hasta que no escuchas… Y pues eso, abrir espacios para mujeres, para compartir lo que estén pensando, lo que estén soñando, y eso, que no permitas que nadie te robe tus sueños." (Itzel, 33 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Para Itzel, o processo de acompanharmos entre mulheres precisa ser o mais radical possível, assim como o são os espaços de cura e de promoção da saúde, que se estabelecem a partir das sabedorias das ancestrais, da medicina tradicional, flores, temazcal e espaços de

compartilhamento de experiências entre mulheres. É necessário multiplicá-los para que possam, cada vez mais, romper com as dificuldades interpostas pelas demandas e ameaças patriarcais que nos colocam em constante defensiva e, assim, recuperar nossos corpos e territórios.

Nos dedicaremos na próxima seção à análise dos processos de cura, autocuidado e autodefesa psíquico-emocional, sempre enfocando nas pontes entre as experiências individuais e coletivas de resistência e na centralidade da organização feminista para ampliar as potencias políticas transformadoras nesses múltiplos âmbitos.

3.3. Autodefesa psíquico-emocional, autocuidado e apoio mútuo entre ativistas

A vulnerabilidade constitutiva dos corpos e subjetividades subalternas é ao mesmo tempo o perigo e a potência de resistência (BUTLER, 2016; DORLIN, 2018). A experiência da violência patriarcal foi demarcada por grande parte das ativistas como um fator motriz para sua indignação e sua mobilização política. E foi na busca do apoio emocional entre outras mulheres que muitas delas entraram em contato com o feminismo. Naran relata que o feminismo era algo que ela não conhecia e, assim como muitas outras mulheres, pensava que o feminismo era algo sobre as mulheres que estavam contra os homens. Foi a partir do feminicídio de uma amiga que ela passou a se informar e se interessar mais pela luta feminista:

> "Fue a partir del asesinato de una amiga muy querida que volteé y pensé: ¿que está pasando con el mundo que una persona conocida puede matar una mujer, puede tomar su cuerpo y asesinarla? Pues fue a partir de ese evento tan terrible y tan triste que volteé y empecé a cuestionar muchas cosas, ¿el sistema cómo funcionaba?, ¿pues los derechos de las mujeres sí existían, o no? Y poco a poco empecé a leer y entender de que lo que estaba viviendo pues era el patriarcado… donde el patriarcado hace uso del cuerpo de las mujeres a su mayor conveniencia. Y así fue como entré al feminismo.
> Pues el feminismo ha cambiado mi vida totalmente porque logré entender que no estaba loca, que no estaba mal, sino que realmente la estructura del sistema está mal y es realmente triste cómo funciona el sistema. Pero cuando logré comprenderlo a través del feminismo pude

> sentirme más tranquila y mucho más acompañada por las mujeres al mi alrededor.” (Naran, 34 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Na perspectiva de Naran, compreender as lógicas de funcionamento do patriarcado numa leitura feminista foi fundamental para conseguir lidar com a dor da perda de uma amiga pelo feminicídio. A permitiu também manter a sua saúde mental por passar a ter o apoio de outras mulheres e ser capaz de ver que essa indignação frente às injustiças contra as mulheres era compartilhada por muitas, assim como o empenho de transformar essa realidade.

Siomara argumenta que violências patriarcais sobre as mulheres têm como impacto um processo de enlouquecimento. Em sua perspectiva, o sofrimento mental resultante das situações frequentes de violência doméstica e de violências sexuais, assim como do controle, repressão, desvalorização, trabalho precarizado, duplas e triplas jornadas de trabalho e muitas outras formas de violências políticas leva constantemente a que mulheres sejam “presa fácil” de uma indústria farmacológica que lucra com o adoecimento e o consumo desnecessário de medicamentos tranquilizantes, por exemplo:

> “Eu queria comentar mais sobre a autodefesa psíquica e emocional. Do tanto que existe um sistema perverso capitalista a fim de lucrar em torno das doenças das mulheres. De toda uma indústria farmacológica, que desenvolve - não que a ciência e a medicina não precisem se desenvolver tecnologicamente – mas você percebe que tudo gira em torno de um mercado. Dentro da medicina tem uma forma de atuação com as mulheres. Conheço pouquíssimas mulheres com mais de 50 anos que nunca tomam medicação para dormir, que o médico nunca passou uma coisa para dar ‘melhoradinha’, para a senhora se sentir bem, aquelas receitinhas que causam uma dependência cabulosa. Um enlouquecimento, de certa forma pelo excesso de trabalho, pelas diversas violências, não só as mulheres da classe trabalhadora, mas de outros níveis sociais, as mulheres estão sendo enlouquecidas nas profissões, se for pensar, as profissões que a gente ocupa maior cargo na sociedade como um todo, na rede de educação a maioria é mulheres, é um serviço profissional sucateado.” (Siomara, 28 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

Siomara aponta que muitas vezes mulheres também procuram outros tipos de entorpecentes, tornando-se dependentes de álcool ou drogas ilegais e que isso a leva a situações ainda mais vulneráveis, tanto pelas consequências em termos de sua saúde, como pela exposição gerada pela criminalização de algumas drogas. Buscando alternativas a essas

soluções que tendem a manter ciclos de dependência, Siomara participa de um projeto de cinema e de produção audiovisual em Belo Horizonte com mulheres que estão em situação de rua e se encontram desamparadas socialmente em diversos sentidos. Muitas são sobreviventes de internações psiquiátricas, de reclusão no sistema socioeducativo e em prisões, muitas vezes vivem em abrigos temporariamente, mas a falta de referência territorial, em geral, tem um impacto muito negativo na saúde mental das mulheres em situação de rua. Por isso, ela avalia que há uma importância enorme desses projetos culturais que visam empoderamento e fortalecimento psíquico e emocional a partir de uma perspectiva feminista.

Naran afirma ainda que existem poucos trabalhos sendo realizados nesse campo da autodefesa psíquica e emocional por dois motivos principais: não há difusão ou debate estendido sobre a questão que faça com que as pessoas se atentem a isso, e há poucas pessoas que têm conhecimentos acerca de formas de tratamento e cuidado com a saúde emocional. Como consequência, apenas pessoas especializadas na área de saúde mental e aquelas que passam ou passaram por sofrimento mental buscam e conhecem técnicas de acompanhamento psíquico-emocional e processos de cura. Para essa ativista, é fundamental para quem quer cuidar de sua saúde emocional, estar atenta às pessoas que estão a sua volta e tentar se afastar das pessoas que te fazem mal ou que exercem controle através da violência:

> "Creo que eso, la autodefensa psíquica emocional no existe, y me refiero a que realmente hay poca gente que tiene este conocimiento, ¿no? Este conocimiento, de que existe una salud mental, que existe una salud emocional, y que si tú no sabes eso, pues mucho menos vas a cuidar tu salud mental, emocional… Entonces digo que no existe porque son solamente la gente que es especializada, o que ha padecido de no tener salud mental o emocional, quienes logran ver, si acaso logran ver o logran reconocer. Pero me parece muy importante como personas que aprendamos a reconocer la salud mental y la salud emocional. Y cómo podemos cuidarlas, o cuidar qué nos está afectando emocionalmente. Si fulanita persona me hace sentir que soy tonta, tal vez me debo de alejar de esa persona, ¿no? Entonces, como cuidamos nuestra salud emocional, eso creo que es fundamental para la sanación, pero por desgracia existe poco material, desde lecturas, desde conocimiento, acompañamiento, reconocimiento.
> Y creo que para el autocuidado es fundamental saber cómo funciona nuestra mente, cómo funciona nuestro cuerpo, cómo funcionan las emociones. Incluso hay quien habla de la salud social, de la gente que nos rodea, como a quien sí permitimos entrar en nuestra vida y a quien no. Con qué tipo de gente me estoy juntando, cómo me hace sentir, y qué provoca en mí (…)

> Me parece que es muy importante la autodefensa psíquica y emocional pero existen muy pocas herramientas para cualquiera que pueda hacerlo de manera autónoma y que diga 'va, yo decido cuidar mi salud emocional'. ¿Cómo? ¿Cómo lo hago? No… Hay muy pocas herramientas." (Naran, 34 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Na percepção de Naran, então, é fundamental que a rede de pessoas com as quais buscamos nos relacionar seja constituída de pessoas que tragam aportes positivos e que não mantenham ou reforcem as opressões e violências. Através de vínculos positivos e de apoio mútuo, podemos ir buscando conjuntamente mais ferramentas para uma autodefesa psíquica e emocional autônoma. A partir dessa perspectiva, muitas ativistas perceberam o potencial dos grupos e dos espaços de mulheres para apoiar o processo de emancipação frente a situações de violência doméstica e também de outras expressões da violência patriarcal.

Itan de hüi é uma ativista que começou a trabalhar com grupos de mulheres e por sua atuação na sociedade civil foi convidada a desenvolver trabalhos também com as instituições de proteção a mulheres vítimas de violência. Entretanto, a percepção das múltiplas complicações impostas pelas lógicas institucionais a levou a permanecer trabalhando com grupos autônomos de mulheres, passando a articular os projetos relacionados a tecelagem com conexões em redes de mulheres também na internet. O início de seu trabalho com grupos e redes de mulheres se deu através de atividades econômicas que realizava para se manter financeiramente durante seus estudos, como na área de produção de alimentos (iogurtes, biscoitos, pães e bolos que ela vendia nas escolas e universidade) e com tecelagem e produção de vestimentas (que ela vendia numa pequena loja da família), ambas atividades tradicionalmente femininas na região e através das quais a maioria das mulheres oaxaquenhas sustenta as suas famílias. A partir do trabalho com têxteis junto a outras mulheres, Itan passou a participar de atividades de associações civis (ONG's) e ter contato com o feminismo.

Após muitos anos de trabalho em grupos de mulheres, ela foi convidada a trabalhar em um abrigo para mulheres em situação de violência. Apesar de acreditar que o abrigo

transforma positivamente a vida de muitas mulheres que estão em uma situação de extrema vulnerabilidade social e não possuem outras redes de apoio, ela acredita que tal política é extremamente deficitária, pois o único abrigo existente no estado de Oaxaca atende a apenas 10 famílias, o que é ínfimo, frente a toda a demanda que existe. Itan questiona a forma como os abrigos funcionam pois, devido ao formato em que estão constituídos, dificultam a formação de redes de apoio entre mulheres que possam inseri-las de outras formas na sociedade, para que elas tenham realmente alternativas de sobrevivência, tanto psíquicas quanto econômicas.

Apesar de compreender que algumas dessas medidas são estabelecidas por questões de segurança, tanto das mulheres assistidas quanto das próprias profissionais que atuam na instituição, ela não considera que essa seja a melhor forma de atuar frente a uma situação que decorre, justamente, da erosão do tecido social que vulnerabiliza ainda mais as mulheres e as expõe a mais violências:

> "(…) y yo empiezo a trabajar en las instituciones. Y en ese tiempo trabajé en un refugio para mujeres víctimas de violencia y cada historia de las mujeres era una historia mía, una historia de mi mamá, de mis mujeres cercanas, que yo decía "estamos muy mal, estamos muy mal como sociedad". (…) Y ellas llegan lastimadas, moradas, fracturadas, quemadas, o sea, es un albergue porque la vida de la mujer corre riesgo de muerte, entonces ese refugio solamente guarda a las mujeres que no tienen otra red de apoyo más que el gobierno. Y luego, es una casa que alberga a máximo 10 familias, con la demanda tan grande que existe…
> Mujeres que estuvieron ahí durante el tiempo que yo estuve, hacen sus propias estrategias antes de salir. "¿Puedo visitarla cuando yo salga del refugio?", "Sí, claro!"; Porque una de las reglas del refugio es que "sales de aquí y te olvidas de todas y de dónde estuviste, por seguridad del refugio y por seguridad tuya, o sea no existe el refugio. Si nos topamos en la calle, no nos conocemos". O sea, es horrible desde mi punto de vista, porque si fueron ellas las que te apoyaron, te dieron ánimos, te motivaron, te regresaron tu autoestima, como para que salgas y las veas y no existen… para mí es… ¿por qué existe eso?" (Itan, 47 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Itan, então, começa a pesquisar em uma perspectiva feminista, a partir dessa experiência, o empoderamento e a agência das mulheres, a formação de redes solidárias e sua relação com as políticas públicas. E ela avalia que, na maior parte das vezes, a violência se recrudesce para essas mulheres que foram abrigadas, especialmente porque se tratam de

mulheres que vêm de comunidades (regiões rurais e territórios indígenas) que romperam as relações de parentesco para sair da situação de violência, tendo em vista que, em muitos casos, as mulheres vivem com a família do marido. Elas, então, não podem voltar para as suas comunidades e ficam na cidade, onde acabam passando por mais violência e mais exploração econômica e sexual:

> "Entonces empecé a hacer un ejercicio, que esta investigación me llevó 3 años y estuve haciendo trabajo con estas mujeres, que me dio otra idea, de decir 'la violencia no sólo no se disminuye, pero se recrudece en las mujeres', porque en el pueblo, por lo menos, ella tiene una comunidad, tienen una casa, tienen relaciones familiares, cultivan lo que necesitan, tienen un árbol que les da fruta o que les da tomate… por lo menos lo tienen. Cuando va el Estado, las saca de la comunidad y se las lleva a un refugio en la ciudad y le da todo este modelo de empoderamiento y sale la mujer y se inserta, no puede regresar a la comunidad. Porque en la comunidad, para empezar, ya tiene una estigmatización de que la mujer no aguantó, de que la mujer – que vive en la comunidad con la familia del hombre - no pudo ser mujer y por lo tanto no puede regresar a su comunidad, se queda en la ciudad. ¿Qué tiene que hacer en la ciudad? Tiene que pagar renta, tiene que atender a los chamaquitos con los que va, tiene que comer, tiene que darles medicamentos. Salen y salen con una despensa y una bolsa de ropa, pero eso no es una cama, no es una estufa, no son trastes para cocinar, no es tanque de gas… o sea, no es eso. ¿Y entonces las mujeres que hacen? Regresan con el marido o buscan a alguien que les ayude y ese alguien que las ayuda, pues también las violenta. (…) Entonces todas esas cosas… al final me dije 'claro, si tú como mujer violentada, en este momento, haces una denuncia y por favor – le dices al Estado – protégeme porque este cabrón me quiere matar', el Estado va a decir 'sí, te coloco en un refugio, pero te saco de todo… es más, ni te comunicas con tus familiares'. Eso está mal. Para mí estaba mal y ver eso en mi mamá, en mis hermanas, en mis amigas… en mujeres conocidas… yo decía 'algo tenemos que hacer'." (Itan, 47 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Frente a esses impasses percebidos por ela na política de abrigamento, Itan voltou seu ativismo para o fortalecimento de redes de mulheres que as permitissem se apoiar nos casos de violência. Como tinha forte atuação na constituição de redes de associação através da internet na sua área profissional, que é a computação, ela começou a impulsionar redes de mulheres tecelãs, que tinham como objetivo direto trocar informações e produções entre mulheres tecelãs, e como intenção última que elas formassem espaços de compartilhamento de vivências e apoio mútuo:

> "Luego empiezo a trabajar con un blog en internet y a mí que me gustaba tejer, yo que ya no tenía la tienda de estambres, creo un blog en internet y me hago de una comunidad internacional de mujeres tejedoras. Y nos intercambiamos cosas, ¿no? Yo tejo algo, tú tejes algo, nos lo compartimos y además me mandas algo de tu país y yo te mando algo de mi país y

> empezamos a hacer una red de mujeres tejedoras, que teníamos paquetes que venían de Australia, de Brasil, de Argentina, de Perú, de Chile, de Uruguay, de Canadá, de EEUU, o sea de todos lados teníamos. Tanto dábamos como recibíamos. Y eso fue también algo que me empezó a nutrir aquí y empezar a verlo… ahí conocí lo que son las redes sociales. Porque conozco como, con esta integración de redes, podemos ayudarnos entre mujeres y puras mujeres. Y luego esta experiencia la repliqué aquí en Oaxaca y empecé yo con las organizaciones y las mujeres que querían tejer. Y empecé a hacer reuniones con mujeres aquí para que pudiéramos hablar sobre temas de nosotras." (Itan, 47 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

O projeto, que começou *online*, criou então espaços de encontro presencial entre essas mulheres em Oaxaca. Elas se encontravam para tecer e para compartilhar as suas histórias, em sua maioria histórias muito difíceis de violência. Ela convocava os encontros a partir de sua condição de técnica em tecido, e havia também psicólogas e advogadas que acompanhavam os casos quando era necessário, mas o aspecto mais importante dos grupos era que se criava uma rede de mulheres em que elas se sentiam apoiadas emocionalmente e protegidas por essa coletividade.

> "Y entonces estas mujeres, junto con organizaciones que trabajaban con derechos de mujeres, hicimos un proyecto que se llamaba 'Tejedoras de libertades'. En ese proyecto empezamos a juntarnos y como ahorita, puras mujeres. Y había cápsulas de audios que hablaban sobre problemáticas diferentes, que se habían hecho exclusivamente para la organización para trabajar con mujeres. Y bueno, yo estaba como técnica en el tejido, estaba la psicóloga, estaba la jurídica, estaba la directora de la organización y después de esas pláticas que teníamos, venía la reflexión, venía el análisis… compartimos cada quién nuestras historias y empezaban a surgir historias, de verdad, difíciles. Y esas las canalizaba jurídico, para atención jurídica, o psicológica, o médica incluso. Un proyecto bien interesante. Y empecé a ver, o todavía con más objetivo, el tejido como una herramienta para sanarnos. Y así quedó. Después yo empecé a hacer tardes de café, con mujeres… yo hacía un cartelito, lo ponía en *Facebook*, lo compartía con amigas, 'vénganse, vamos a tejer juntas' y llegábamos y compartíamos la vida. La cosa era que nos viéramos, un espacio para nosotras, sin el marido, sin los hijos… o sea, nosotras. Y así es como lo hacíamos y teníamos nuestras tardes de café y tejíamos y platicábamos y nos apapachábamos 3 horas o 2 horas y ya nos íbamos y nos volvíamos a ver hasta dentro de un mes. Fue muy rico ese proceso." (Itan, 47 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Vemos que os espaços específicos para mulheres aparecem, em sua visão, como fundamentais para percepção da situação de violência, tomada de consciência da injustiça vivida e fortalecimento para que sejam possíveis ações que possibilitem a superação dessa

condição e a construção de uma alternativa autônoma de vida.[51] Diversas ativistas relatam que, quando se encontraram em situações de violência, os únicos espaços de apoio que encontraram foram grupos ou coletivos de mulheres e/ou feministas.

Imani relata que foi uma experiência de um relacionamento abusivo, em que ela sofreu violência doméstica por parte de seu então namorado, que a levou a procurar acolhida em um coletivo de mulheres negras. Esse foi um espaço em que ela pôde se fortalecer em termos de saúde mental e, nesse processo de autocuidado e cuidado coletivo, ela foi capaz de romper internamente com o discurso da culpabilização, que para ela é uma violência posterior e que, algumas vezes, acaba sendo ainda maior que a própria agressão.

A partir dessa experiência ela passou a ver as outras mulheres como "companheiras e parceiras", e não como "inimigas e rivais" e, por isso, considera que esse apoio mútuo em meio a uma sociedade patriarcal e racista mudou sua forma de se posicionar no mundo. Ela passou a reconhecer a importância desses espaços coletivos para que possamos nos fortalecer com vistas a não viver novamente relacionamentos abusivos. Através desse grupo ela se envolveu também em outras lutas, como as campanhas contra a exploração sexual de crianças e adolescentes e também começaram a trabalhar com o autocuidado enfocado nos efeitos psicossociais do racismo, na luta contra o encarceramento, na defesa da moradia e no combate ao tráfico de pessoas. Imani acredita que os coletivos, além do fortalecimento para enfrentar as próprias questões, chamam à construção de empatia frente a diversas formas de opressão mesmo que nós não estejamos diretamente sofrendo essa forma de exploração:

> "Fomos convidadas a participar de algumas atividades para trabalhar nessa questão do nosso autocuidado e de como o racismo ele impacta os diferentes âmbitos da nossa vida, principalmente nas mulheres negras. A questão do autocuidado, de fortalecimento das mulheres, muitas vezes que estão na militância e na linha de frente que eu gostaria de compartilhar: eu acho que o movimento vai puxando para várias lutas como eu falei, acaba

[51] Recentemente está havendo a disseminação de alguns grupos feministas de bordado em Belo Horizonte numa perspectiva também politizada como "*Linhas do Horizonte*" e "*Pontos de Luta*".

> puxando pela internacionalização da luta, acaba puxando para outras pautas que são necessárias, como é essa da exploração sexual de crianças e adolescentes, de mulheres, de tráfico humano, de moradia, de encarceramento. Acaba que esse feminismo, em sua pluralidade, ele acaba enxergando que a nossa forma de resistência ela é uma forma de resistência compartilhada e que a gente tem que ter empatia e solidariedade às outras causas mesmo que a gente não viva elas. Porque mesmo se a outra mulher seja ela negra, periférica, pobre ou mulher branca, classe média, enquanto essas múltiplas mulheres estão sofrendo questões de violência a gente tem que estar… tenho que desenvolver essa luta, ela é emancipação e pela transformação radical do sistema de exploração. Enquanto tiver uma mulher explorada, todas as outras estarão sendo exploradas." (Imani, 32 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

Vemos, portanto, que o elemento da autoconsciência é fundamental no processo de engajamento político das ativistas e pauta sua ação política ao longo de toda a trajetória. Dacia relata que hoje é uma mulher adulta e que se mobiliza em torno das questões negras e lésbicas, mas que continua envolvida no movimento da infância, que foi o que marcou sua trajetória e, por isso, participou na construção do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual. Podemos observar também na atuação de Itan, como os projetos de fortalecimento de redes de mulheres e os espaços para tecer, foram também espaços onde ela colocou em debate a questão do abuso sexual contra crianças e adolescentes. A partir de sua experiência ela passou a elaborar bonecos e bonecas para serem uma ferramenta para terapia com crianças:

> "Y empiezo a hacer varias cosas, varias acciones. Una de ellas es que empecé a hacer tejido, algo que me gusta, me gusta tejer. Y empecé a hacer tejidos con un enfoque social, esos tejidos son familias anatómicas, entonces digo 'tengo la habilidad de tejer, hay una necesidad de tener instrumentos en la psicología' y entonces creo mi familia anatómica. Entonces esta familia anatómica son muñecos sexuados: tienen genitales, tienen dedos, tienen vagina, tienen vello púbico, vello axilar, tienen ano, tienen pezones. La mamá está embarazada y hace trabajo de parto, tiene el vientre. Y esto es para hacer conciencia con el trabajo de los niños violentados sexualmente, entonces prevención para el abuso sexual infantil. Y entonces empiezo a darle otro enfoque a mis tejidos. Es algo que me gusta hacer y lo aplico. Entonces ahorita está en la procuraduría una familia, otra está en el refugio y otra está en la universidad. Y el ejercicio es ese, cómo trabajar con estos enfoques que tengo y bueno, ese es como esta parte de tejido." (Itan, 47 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Entretanto, se estão sendo criados diversos espaços no plano micro para que as mulheres possam falar sobre suas experiências, suas dores, e seus processos de superação, Itan acredita que abrir espaços para as vozes das mulheres nos espaços públicos ainda é muito

difícil. Ela acredita que em Oaxaca ainda há muita recriminação às mulheres que participam politicamente ou se expressam em protestos, marchas e em outras atividades. Os homens pré-julgam as familiares que saem para as atividades políticas. As violências que as mulheres sofrem nas vias públicas, no transporte e em qualquer espaço fora de casa, acabam funcionando como uma forma de violência punitiva àquelas que ousaram sair de casa para estar no espaço público ou alçar a voz mais alto:

> "Hacer una marcha aquí es… es rarísimo. Nuestra cultura no nos lo permite pues. Las mujeres que van, y van con reserva, a esa marcha solo para hacer valer un derecho de la libre expresión. O sea, no es tan simple, nos tiran a locas. Nos dicen 'ya vas con tus amigas, ya vas con…' o sea, ese ejercicio que generan los padres, los hermanos, los vecinos contra las mujeres, es un ejercicio que nos cuesta trabajo entender. Quienes ya estamos trabajando con el tema, estamos creando códigos de comunicación casi, casi discrecionales, casi casi cifrados, porque incluso en nuestras propias vidas, nuestras parejas, tienen otra concepción de lo que sucede. Hoy sales aquí con una minifalda, seguramente vas a ser acosada, ¿no? Te subes a un camión ya te está mirando el chofer y si el camión se queda solo, te cierra las puertas, te lleva donde se le antoja, te puede violar y tú no dices nada, porque estamos en una cultura del silencio todavía." (Itan, 47 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Apesar da força coercitiva das violências nas vias e espaços públicos para manter as mulheres encerradas no âmbito doméstico com um suposto discurso de "proteção e segurança", é nesse espaço onde ocorrem a maior parte das violências contra as mulheres. Muitas dessas violências são tão naturalizadas que não chegam nem mesmo a serem percebidas como tal. Mas, justamente, quando são criados os espaços de mulheres no seio de diversos movimentos sociais, como na luta trabalhista e na luta por terra e pelo território, há um enorme potencial de transformação da situação da opressão, já que nesses espaços se torna possível ouvir histórias de outras mulheres, conversar sobre suas leituras acerca das violências vividas e também sobre as formas de superar a opressão e de viver mais autonomamente.

Xidani narra que sua experiência de violência doméstica não era algo nomeado como tal, nem mesmo em seus próprios pensamentos. Ela sentia muita vergonha de dizer que havia

sofrido violência, que havia apanhado. Quando houve a ocupação do Canal 9, em 2006, e elas passaram muitos dias convivendo entre mulheres, começaram a compartilhar sobre suas experiências e, pela primeira vez, ela falou sobre a questão e também ouviu muitas histórias de companheiras que estavam se dando conta que diversas situações que elas viviam também eram formas de violência contra a mulher. A ativista diz que trabalhar isso ao longo dos anos a ajudou muito, porém ela acredita que nunca pode se superar completamente as marcas da violência. Entretanto, o que elas podem fazer é justamente compartilhar suas experiências e, com isso, ajudar outras mulheres a sair da situação de violência:

> "Cuando nosotras tomamos el canal que era del Estado, en el 2006, cuando estábamos ahí en el canal, en las noches que casi no dormíamos, porque había que estar cuidando y muy alertas, tuvimos oportunidad de platicar con muchas compañeras de las que estaban allá y pues todas padecíamos de lo mismo. Entonces empezamos a platicar, y yo me empecé a dar cuenta de que no era la única, por qué me daba a mí pena decir que yo sufrí violencia, que yo sufrí golpes, que yo sufrí mucho… Si la mayoría estoy viendo que igual ha sufrido muchas cosas, violencia psicológica… o sea, compañeras que decían 'pues es que yo no he sufrido violencia', pero platicaban hechos y decía 'pues sí has sufrido'. Entonces fue que empecé a hablarlo, porque era una cosa que tenía guardada dentro de mí y que a mí me pesaba mucho, me dolía mucho porque… siempre he catalogado que cuando sufres mucha violencia, es como si te marcaran de por vida y la trabajas y la trabajas y la sigues trabajando, pero creo que ahí está, ahí está. Yo no sé si nada más me pase a mí, no lo he platicado con otras compañeras esa partecita pues, ¿pero ves como marcan a los toros? ¿Que es mío, cómo les queman? Así siento yo, como que llevo todavía en mi alma esa marca y que es muy difícil, pero antes me pesaba muchísimo. Yo no podía hablar si no me soltaba a llorar, por ejemplo, y ya me di cuenta que, al menos, hay muchas cosas en mi vida que yo he ido sanando poco a poco con esa cuestión de que entre nosotras nos tenemos que apoyar, que querer, que tenemos que pensar en nosotras primero, antes que en los demás. Porque necesitamos estar bien para que los demás estén bien, que no nada más, pero que después de mí también vienen las otras y que también hay que ayudarlas a ellas a salir de ese hoyo donde están. Si están sufriendo violencia, pues ayudarlas para que salgan y si ya salieron, pues ir trabajando también juntas. Y ir trabajando por las niñas y por la generación que viene, por las jóvenes que todavía no toman conciencia de la situación." (Xidani, 65 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

A dimensão do autocuidado é ressaltada por Xidani como essa ruptura com uma norma patriarcal em que as mulheres devem abrir mão de si mesmas, do cuidado de si mesmas, para cuidar dos outros. E para ser possível a autodefesa frente às situações de violência é fundamental esse apoio entre mulheres e também a mobilização política voltada para a conscientização, numa forma de autodefesa preventiva e coletiva. A cura psíquica

frente às violências patriarcais seria também parte dessa autodefesa permanente, pois pode evitar a repetição desses padrões de comportamento.

Itzel diz que o movimento de 2006 foi um momento bastante conjuntural que permitiu florescer questões distintas acerca do que consumimos, do que vestimos, de quem somos, para que estamos na luta e qual é, afinal, o seu sentido. Nesse contexto em que despertaram as resistências contra as imposições coloniais, muitas mulheres começaram a elaborar e a debater acerca dos processos de cura, já que o contexto tão violento do autoritarismo militar produz muitos efeitos negativos. A cura seria, para Itzel, o que nos permite não reproduzir as violências entre nós e que seja possível conviver para além das diferenças ideológicas, respeitando o caminho de luta de cada pessoa e cada grupo:

> "Entonces yo creo que eso (mirar los procesos de sanación) por lo menos a nosotras nos lo permitió. Y de repente creo que si caminamos por el camino de la sanación y de la medicina fue pensando que en el contexto muy violento, si no lo curas, permite que tú lo reproduzcas, ¿no? Porque la represión tiene una intención, ¿no? El separar, el dividir, el pensar que el problema ya no es el sistema, que es machista y patriarcal, el problema es el compañero que está al lado, la compañera que está a lado, que te está enseñando otra forma de lucha que no te gusta a ti, ¿no? Entonces hay un encono social, y ya lo que haces es criticar al otro en lugar de hacer tu trabajo con gusto. (Itzel, 33 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

O trabalho de autocuidado, para Itzel, é fundamental para que possamos seguir caminhando, pois é necessário transformar o ódio que sentimos como consequência de tanta violência em outros sentimentos, já que o ódio a um inimigo que vemos que não somos capazes de atingir pode resultar em ações que machuquem a nossas companheiras ou a nós mesmas. Para ela, o autocuidado estaria para além da autodefesa, pois nos permitiria encontrar em nós mesmas uma força incrível que é capaz de ir além da coragem:

> "Pensando un poco en la autodefensa, en la palabra autodefensa, me hace un poco de ruido, parece ser que tenemos que estar a la defensiva, de vivir… Y pienso más bien que tendríamos que aprender a darle la vuelta a eso, ¿no? Como vivir generando también a través de nuestro cuidado propio, pues, espacios seguros para vivir… y es muy difícil en una sociedad que es completamente machista, que responde a un sistema que es patriarcal. Pero sí creo que cuando no nos cuidamos nosotras, todo el reflejo, de lo que sacamos afuera, puede ser todo el odio que también traemos, generado por tanta violencia, o… todo el encono que hay en esta sociedad, este…porque me pasó…ahorita te estoy hablando de hace diez años, que pude haber

> tenido mucho coraje, mucho odio, yo misma estuve en la cárcel…entonces era como entender que hay que cambiar el chip de la vida…como en donde te toca estar, como hacerlo con…no estoy diciendo que seamos como pasivas, pero sí cambiar el chip con mucho amor, ¿no? Yo me acuerdo que, pensando en la cárcel, conocí una gran fuerza de mí, increíble, increíble, increíble…" (Itzel, 33 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Essa força própria que ela relata ter descoberto durante o tempo encarcerada emergiu em grande parte porque sua mãe "se quebrou" ao vê-la na prisão, não deu conta emocionalmente dessa dor. Então, ela teve que "segurar a barra" por si mesma e disse à mãe que não fosse visitá-la, que ela imaginasse que a filha estava de férias ou em um retiro. Foi difícil para ela conciliar esse peso negativo do encarceramento na família e, ao mesmo tempo, seu entendimento de que o que tinha feito – sua participação política - não era algo ruim. E foi a partir disso que ela diz que foi capaz de "*darle la vuelta"* à dor produzida pela violência:

> "Como poder mirar… como por ejemplo mi mamá no pudo entrar porque se quebró de verme adentro, yo creo que le hizo mucho daño, entonces yo le decía 'no mamita, haz de cuenta que me fui de vacaciones, o que me fui de intercambio, piensa así, yo te voy hablar diario, no vengas'…yo le vi, le bajó su presión, fue un momento de mucho dolor para ella, y que yo entendía que no…que no estaba mal…lo que había pasado no estaba mal… lo que la imagen de la cárcel deja a la familia, es que tú tienes que pensar que eso te duele, que eso te daña, entonces démosle la vuelta, ¿no? 'Tu piensa que yo estoy de vacaciones, tomándome un espacio, tomándome un retiro, y yo te voy hablar a diario, te voy a decir que estoy bien, porque estoy bien.' Cuando a uno no te tocan tu dignidad, aunque te toquen…no sé si me explico, este…hay que darle la vuelta…entonces yo le decía a la gente… Yo me acuerdo que a mi abogado le pedí un código penal. Le dije: 'le quiero leer a la gente, porque hay gente en la cárcel…yo te aseguro que hay mucha gente que no sabe ni por qué está aquí' y me dijo 'ah sí, y cuanto tiempo vas a estar?' y le dije 'no sé, pero el tiempo que yo esté, no quiero estar pensando que estoy en la cárcel, estoy pensando que voy a estar haciendo otra cosa que para mí es productiva y que me… y que por fin tengo tiempo y que puedo aprovechar, para leer, para hacer otra cosa'… y no estoy diciendo que sea bueno estar ahí, pero sí pienso que ya es no estar pensando en el sentido de estar a la defensiva, si no estar construyendo…porque eso te da poder, ¿no? Te da poder, no el poder que está pensado desde las estructuras del sistema patriarcal, no. Te da el poder de la felicidad, de estar bien, de estar bien contigo misma, de estar en armonía con la tierra, con todo, ¿no? De vibrar, de sentir la vida. Entonces eso es lo que aprendí ahí en la cárcel." (Itzel, 33 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Itzel conta que diversas mulheres foram "como mães" para ela enquanto ela estava na prisão. Uma delas levava comida para ela todos os dias, frutas picadas, e isso mudou a sua vida, pois viu que ainda havia muito amor pelas companheiras no movimento. Elas lhe acompanharam nesse momento tão doloroso e seu aprendizado foi de que deve retribuir ao

movimento, ajudando a outras pessoas, e também por isso se dedica a compartilhar os conhecimentos sobre cuidados da saúde física, mental e espiritual. E uma das formas que a ativista considera fundamental para cuidarmos da nossa saúde é observar como nos encontramos física e emocionalmente. Assim, podemos saber até que ponto devemos dedicar-nos à luta coletiva e em quais momentos temos que respeitar a necessidade de nos reservar e nos cuidar.

De acordo com ela, se não estamos bem podemos nos colocar em risco e, consequentemente, podemos colocar as outras pessoas em risco, já que em um momento crítico pode ser que as pessoas tenham que cuidar da pessoa que está mal ao invés de cuidar da segurança coletiva. Teríamos, portanto, que escutar nossos corpos e não pensarmos que somos máquinas, pois se não curamos as feridas produzidas pelas violências patriarcais e autoritárias, tendemos a reproduzi-las:

> "Si tú no estás bien, de salud… ¿Qué nos ha pasado? Como mujeres, pensamos que somos maquinitas, ¿no? Que, si tenemos fiebre, tenemos que salir a la calle porque es indispensable e imprescindible estar en esa marcha o en la calle…Eso pensaba hace once años, y después me di cuenta que no, porque así sinceramente, si tú no te cuidas también …no me gusta la palabra, no sé cómo decirlo… no es que estorbes… pero sería que te pones en riesgo y pones en riesgo los demás, porqué estás enfermo… Si pasa algo, te van… la atención del cuidado va estar hacia ti… en lugar de hacia la seguridad de todos. Entonces, si estás enferma, tienes que tomar tu espacio, porque tu cuerpo te está pidiendo descansar… eso yo no lo entendía, ¿no? Era una máquina, ahí en la calle, y a veces hay que escuchar el cuerpo, ¿no? Y eso, digo que hay que sanar completamente de todas las heridas, porque uno las reproduce, ¿no? Inconscientemente, las reproduce… y no las ve hasta que te das cuenta que algo está mal, ¿no?" (Itzel, 33 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Xidani também acredita que a luta social acarreta num desgaste psicológico muito grande das ativistas, especialmente pois muitas entregamos a vida a uma luta política nos dedicando integralmente a ela. A questão do autocuidado está sendo fomentada por muitas delas em parte por uma questão de atender demandas que surgem do próprio corpo. Segundo Xidani, "o corpo é sábio" e encontra formas de dizer-nos que devemos parar ou tomar um tempo para nós mesmas:

> "También tenemos, ahorita estoy trabajando el autocuidado, manejo una terapia y yo también estoy trabajando, tratando de decir que yo, como persona, me tengo que cuidar. Y más ahorita que me pasó con lo de mi pierna, llevo un mes así, entonces creo que esto me sirvió… como el cuerpo decimos que es sabio, el propio cuerpo me dijo 'siéntate un ratito y párale', entonces eso me ha dado el tiempo suficiente para ir reflexionando y pensando sobre algunas cosas y decir 'qué importante es esto'. Y esta salud emocional también, porque todas las que andamos participando entregamos la vida, entregamos todo en el movimiento, pero desafortunadamente no nos preocupamos por nosotras, entonces también andamos trabajando esta cuestión." (Xidani, 65 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Para essa ativista a questão da saúde emocional se destaca principalmente por permitir evitar ou reduzir os conflitos entre mulheres, diminuindo as barreiras que produzem tantas divisões. Itzel também acredita que o apoio mútuo nos movimentos deve transcender as barreiras ideológicas e divisões internas, permitindo conhecer e respeitar companheirxs e fazer contribuições nas lutas contra as injustiças. A repressão autoritária e a prisão arbitrária são uma forma de dividir e de desmobilizar os movimentos sociais e, por isso, temos que ser capazes de fazer alianças frente a um inimigo comum, no caso o Estado e as Forças Armadas. Um caso que ela relata nesse tópico foi de alguns militantes marxistas que foram presos, porém o Partido ao qual pertenciam não os reivindicou publicamente enquanto presos políticos. O coletivo do qual ela faz parte, por trabalhar com apoio a pessoas presas, mesmo tendo outra orientação ideológica, passou a publicizar o caso e reivindicar os seus direitos:

> "Yo creo que tiene que haber un dialogo entre nosotras las mujeres. Porque yo creo que pasa lo mismo que con las religiones, y los países, y todo. O sea, nos vamos creando barreras que nos permiten no comunicarnos, ¿no? Entonces si la ideología es una barrera, hay que quitarla del medio. O sea, porque lo que hay que aprender es a escucharnos, vernos y mirarnos y desde ahí contribuir a cambios que nos hagan felices. Y que nos hagan, no pasando encima de alguien. O sea, podemos llegar a ser felices, y eso no necesariamente tiene que ser en que yo me vuelva magonista o marxista. O sea, cuando vamos a sacar un preso político, o una presa política de la cárcel, no vamos a ver si su ideología coincide con la mía o no, estamos viendo una injusticia, y desde ahí hay que mirarlo. Para ponerte un otro ejemplo...hace pocos años, detuvieron unos chavos marxistas... del frente juvenil revolucionario... o sea, son rojos. Y su partido pues no los reivindicó, estaban en la cárcel... ¿y que hicieron para que los detuvieran? Entonces para mí eso fue muy duro. Yo dije, 'no, pobres compañeros', entonces, enrollamos, como hemos trabajado con presos, pues a reivindicarlos, a meterlos, a ponerlos en la tela, hablar de ellos, a intentar sacarlo, ¿no? Porque la detención arbitraria, si no actúas de inmediato, los compañeros se quedan en la cárcel. O sea, si no los reconoce un movimiento, de la ideología que sea, se quedan adentro. O sea, la represión es así." (Itzel, 33 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Ao verem companheiros militantes encarcerados, por maior que fosse as desavenças que tivessem com aquele grupo político por sua “covardia de não batalhar pela liberdade dos garotos”, se aproximaram das famílias e se comprometeram com a luta para que os jovens retomassem a sua liberdade. Os movimentos de familiares de presxs, que são formados majoritariamente por mulheres, nesse caso demonstraram que a sororidade pode ser capaz de sobrepassar as barreiras ideológicas que, constantemente, geram processos de boicote dentro do campo da esquerda política e, assim, produzir diálogos. Frente aos efeitos devastadores da violência autoritária repressiva nas famílias, sejam de ativistas políticos ou não - já que muitxs presxs políticos de Oaxaca nem mesmo participam de movimentos sociais e de partidos -, o apoio mútuo é um recurso para sermos capazes de reconstruir o tecido social e fortalecer as nossas defesas. A ativista ressalta, entretanto, que devemos estar em constante alerta com relação a lideranças que tentem usar os movimentos e se apropriar de sua luta para obter benefícios políticos:

> “A eso me refiero, que ya no queremos más división, que intentemos caminar con congruencia, y la congruencia tiene que pasar por ciertos principios. Bueno, si hay alguien que está negociando con el movimiento, pues, ¡cabrón! ¡cabrona! También poder mirar a los ojos y... que no llevas nada... nada que no te pertenece y que no sea fruto de tu trabajo, ¿no? No sé si me explico. A eso vamos, ya no queremos. Lo vivimos, también… después de la represión quedó mucha frustración. Yo te podría hablar de los primeros años después...que ya no había calle, o sea, fueron muy dolorosos, y no creo que nada más para nosotros, para mucha gente. O sea, el reconstruir como eso que ahí quedaba, lo que pudo haber sido, lo que pudo... Había mucho dolor, mucho mucho dolor. Entonces, pues, claro, lo más fácil, es lastimar a los que tienes a lado, ¿no? Porque a él sí lo puedes lastimar, y no al Estado.” (Itzel, 33 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

A sensação de vazio frente à falta de um cotidiano de luta popular e de resistência que estruturou as vidas de muitas ativistas por algum tempo é recorrente, tanto em Oaxaca quanto em Belo Horizonte. Essa rotina acontece tanto nos movimentos por terra, território e moradia quanto em ocupações de espaços públicos ou edifícios do poder público em reivindicação de demandas. E as relações sociais que emergem desse convívio costumam ser

definidoras da organização política a partir daí, tanto em termos de vínculo quanto em termos de ruptura.

Para Siomara, os conflitos políticos nos processos de articulação do feminismo podem ser extremamente desgastantes justamente porque as raízes políticas que orientam as vertentes que as feministas seguem também direcionam suas linhas de atuação. Além disso, as disputas de poder podem ser muito determinantes no afastamento de algumas militantes de certos espaços políticos. O exercício de um cargo na organização da Marcha Mundial de Mulheres Unificada foi, para Siomara, um momento marcante que gerou exaustão e também rupturas políticas:

> "Só que aí o que aconteceu, depois de 2010, que foi muito desgastante construir essa unidade, essa articulação, construir esse calendário. Dentro do feminismo, tem muitas linhas de atuação, tem muitas vertentes que elas seguem determinada raiz política da mulher que tá inserida. A esquerda não é homogênea, o feminismo não é homogêneo. Pra mim isso foi desgastante, enquanto estar à frente da organização política das coisas. E, depois de 2010, eu fiquei muito cansada, não sei até que ponto isso entra na pesquisa.... Sinceramente, somos humanas, e dentro do movimento tem questões de ego, vaidades políticas, e determinado cargo e determinado poder, estar na direção disso e daquilo, para onde que vai e para onde que não vai. E a leitura que tava sendo feita naquele momento pós-ação, foi um momento que eu estive me desvinculando. Passou 1 ano, continuei militando, e logo depois, teve um racha político." (Siomara, 28 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

Se essas rupturas podem surgir como possibilidades de solução para os conflitos internos do feminismo e o desgaste emocional produzido por eles, por outro lado elas podem também implicar na desarticulação de uma rede de apoio consolidada e presente nas vivências cotidianas por muitos anos. O relato de Siomara nos chama a atenção para a forma como os processos de organização coletiva podem fazer emergir uma proposta mais estruturada e objetivos políticos delimitados, porém a percepção de que tais objetivos não foram conquistados, e que mudanças estruturais são processos mais lentos do que gostaríamos, pode gerar certa decepção e desestimular a permanência nessas organizações caso haja conflitos políticos constantes entre suas integrantes.

No caso de Siomara, a passagem da militância numa organização de massas para uma atuação mais autônoma no âmbito cultural é marcada pela crítica às "leituras de conjuntura" muito rígidas feitas pelos partidos e movimentos de massa e uma maior afinidade com a fluidez das interpretações políticas do contexto vivido, permitida nos espaços de produção artística como nos *slams*. Esse movimento cultural que promove a poesia falada possui forte influência do movimento Hip Hop, a partir de uma perspectiva centrada na periferia, porém ainda muito dominada pelas vozes masculinas. Muitas ativistas como Siomara e Dayo participaram das batalhas nesse campo dos saraus e *slams* para a conquista de mais espaço para as mulheres:

> "Aí depois de 2010, vai ser ao revés no mundo, é um processo que eu estava, como que eu posso dizer, pessoalmente também foi difícil velho, fiquei com uma certa depressão, depois do rompimento desse ciclo. Cresci num contexto de mobilização social, de militância, totalmente diferente das jovens que eu convivia. É um universo que a gente acaba sendo inserida, e quando rompe totalmente com isso, eu fiquei em uns anos meio mal, perdida. Porque você passa anos construindo uma parada, que tem um propósito que você acha que vai alcançar alguma coisa, e de repente você vê que as coisas são mais complexas, que as mudanças estruturais que temos que fazer nessa vida elas não vão acontecer como muitas vezes a gente almeja, o processo é mais longo, mais complexo. Foi uma época que comecei a escrever para desabafar bastante, eu encontrei na escrita esse lugar de vomitar esse ser mulher, aí foi quando eu encontrei nos saraus da cidade um espaço de acolhimento, um espaço de fazer a política sendo a política, saca?
> E aí eu comecei a frequentar os círculos de sarau, encontrar outras manas, botar minha palavra na roda, ver a força que isso tinha, a autoestima que me trouxe, de vida mesmo, de ter o desejo de sair de casa pra fazer alguma coisa. Porque durante muitos anos, eu saía da minha casa para poder ir pra reunião, pra encontrar um monte de mulher, pra ver qual encontro a gente ia fazer, qual que era a formação que a gente ia fazer, e isso de repente cai e eu já não tenho muita vontade nem de ir em lugar nenhum. Aí de repente eu começo a ter vontade de sair de casa pra poder ir pros saraus, para escutar essas leituras de conjuntura que são feitas poeticamente. E aí comecei a organizar um sarau em 2014, e comecei a ser competidora de *slam*, de poesia falada. E foi um momento muito interessante, porque era o momento também que majoritariamente as vozes que estavam ali eram masculinas. E aí eu sinto uma necessidade pela minha vivência de trazer os relatos do ser mulher na poesia, eu fui percebendo nos relatos que fui me tornando referência para as meninas, e que tinham vontade de fazer isso, de trazer as rimas e quando me viam recitando se sentiam instigadas e a fim de trazer a palavra também." (Siomara, 28 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

Zi encontrou, nesse momento de sua vida, maior potencial de ação política enquanto agente de cultura e das artes que tenta trazer à tona as reflexões do feminismo em obras de pintura, imagem, grafite, performance, vídeo arte, documentário, poesia etc. Siomara e Dayo

foram ativistas que pontuaram as lógicas patriarcais que permeiam a criação poética e os movimentos dos saraus. Integrando a campanha nacional das mulheres nos saraus e *slams* chamada '*Não poetize o machismo*' elas passaram a intervir nos conteúdos e nos termos utilizados nessa cultura predominantemente masculina para romper a reprodução de discursos misóginos e discriminatórios contra LGBT's. Além disso, elas e diversas outras ativistas de BH criaram grupos específicos de mulheres na poesia, saraus, *slams*, assim como vinha acontecendo no movimento Hip Hop como um todo, em batalhas de MC e de dança *break*.

Os espaços de escuta e troca entre as mulheres são considerados por Dayo também um espaço de resgate dos saberes populares que são fundamentais para o combate ao machismo. Entretanto, segundo ela, ainda temos muita dificuldade de enfrentar as implicações do racismo e da transfobia nas dinâmicas dos grupos feministas. Argumenta então que, quando abordamos a autodefesa psíquica e emocional no ativismo feminista, devemos observar que grande parte do adoecimento mental que acomete as mulheres está condicionado por situações de precariedade de moradia, alimentação e território que atingem em maior proporção mulheres negras:

> "Voltando para psíquica e emocional, o resgate dos saberes populares, que é um dos lugares da mulher de ouvir a outra, dessas rodas de conversas, de resgatar o lugar da escuta, que eu acho que é o lugar de ouvir as angústias das outras companheiras, isso é importante e fundamental. Mas a gente não consegue fazer, a gente não consegue ser pontuada em questões transfóbicas, a gente não consegue ser apontada enquanto racista, isso é falta de acolhimento psíquico e emocional nossa, a gente não dá conta das nossas próprias emoções, isso dentro do movimento, isso é para a gente e isso é para agora. (...) Autodefesa psíquica e emocional eu também não consigo parar de fazer esse recorte racial porque os adoecimentos mentais dessas mulheres que estão nessa ponta de sociedade que ainda hoje tem que existir porque não têm a moradia, alimento, é o lugar que tem que galgar todos os dias. E a questão da moradia ainda é uma questão da subsistência do povo negro, que dirá da mulher negra, que ainda é a autodefesa do território, que entra nesse lugar de pós-escravidão, sem lugar para morar. Essa defesa de território ela tem nome que chama reforma agrária, reforma urbana. É só entender um pouco da história e a gente voltar para aonde que foi um dos erros cruciais." (Dayo, 33 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

Dayo chama atenção para como a dimensão racial é central para pensarmos as autodefesas psíquicas e emocionais, não apenas pelos vieses da exclusão em termos econômicos, mas também pela violência do apagamento em termos simbólicos e culturais. Dayo, Siomara, Ayodele, Dacia e Imani chamam atenção para o quanto os processos de resgate da ancestralidade são fundamentais para a noção de autodefesa e de autocuidado para as mulheres negras, sendo que esse processo pode se dar através dos grupos de mulheres, das práticas culturais de lutas como a capoeira ou da participação em religiões de Matriz Africana como o Candomblé. Siomara retoma o regate da história de lutas de resistências negras, em especial quilombolas, que a capoeira traz para as pessoas que a praticam, resgate esse que passa, tanto pela construção de memória coletiva nas culturas tradicionais através da oralidade, quanto pelo corpo enquanto aprendizado prático da estabilidade psíquica-emocional e da criatividade, propiciada a partir dessa memória das lutas:

> "O que eu posso dizer mais da capoeira? Além das questões físicas, ela traz também todo um histórico de ancestralidade. É muito massa, bonito e fortalecedor porque, muitas vezes, a história do nosso país só chega em uma versão. Através da capoeira a gente vai acessando todo um histórico de mulheres e homens que foram escravizados e construíram várias formas para sobreviver, para se libertar. E a importância das mulheres nessa história. De ter essa referência, de saber que existem. É muito massa quando você toma contato de uma história de não sei da aonde que resistiu no quilombo tal e aquela mulher existiu mesmo, é muito bonito.
> Às vezes, a gente é muito desestabilizada em algumas situações quando a gente está em espaços que envolve o conhecimento e o poder. Ter esse trabalho da base, capoeira angola trabalha com a base, é uma resistência metafórica também. Você tem que ser criativa para propor soluções, você tem que ser criativa para se sair de um golpe, precisa ser criativa na vida também, para sobreviver, para fazer as coisas. Eu gosto muito dessas metáforas da capoeira na vida." (Siomara, 28 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

O resgate das resistências das mulheres no contexto das culturas afro-brasileiras é parte fundamental do processo de autonomia e autodefesa das mulheres negras e também sua presença nesses espaços, e a ocupação de posições de referência nessas comunidades, é considerado essencial pelas ativistas. A incorporação das mulheres jovens nessas comunidades também é um desafio, já que, em um plano geral, há uma forte negação dos

elementos da cultura negra devido tanto ao colonialismo cultural capitalista quanto o religioso que demoniza as religiões e espiritualidades de matriz africana e originária (indígena). O que parece ser constante na percepção das ativistas é que justamente essas culturas são as que possuem uma visão integrada de corpo, mente e espiritualidade que permitem uma autodefesa integrada e referenciada no corpo-mente-território.

Ayodele está há três anos no Candomblé e sente que faz a diferença como mulher nesse espaço. Para ela, há poucos jovens se iniciando no Candomblé devido ao preconceito que as famílias têm e que é reproduzido nas mídias e em algumas igrejas evangélicas e católicas. “A maioria das pessoas que frequentam lá são filhos das pessoas que já frequentam, é tudo por parentesco.” (Ayodele, 25 anos, entrevista) Segundo ela, sua família foi resistente ao início, e hoje aceita, mas não apoia. Enquanto mulher negra, jovem, estar na capoeira e no Candomblé foi fundamental para sua capacidade de se defender:

> “Para mim autodefesa tem a ver tanto com o físico, como o espiritual, sentimental, emocional. E a capoeira me ajudou nesse todo, tanto no espiritual quanto no físico, eu percebo a cada dia, que por conta da capoeira eu tenho mais consciência de onde eu estou, de como eu consigo ser forte, de como me empodera. Essa questão de eu treinar há muito tempo, da defesa mesmo física, eu acho que se eu um dia sofrer uma agressão eu vou conseguir reagir de alguma forma. Com a espiritualidade também, é uma luta a cada dia, a autodefesa é diária, e eu sinto que eu consigo reverter alguma forma de opressão que venha cair sobre mim em todos esses aspectos.” (Ayodele, 25 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

Dacia também fala sobre esse processo de aprendizagem nos âmbitos de culturas tradicionais como a capoeira e o Candomblé, argumentando que “o respeito à mais velha” - aqui no sentido de quem tem mais tempo de prática e trajetória na luta ou na religião – está baseado não numa hierarquia como a pensamos no contexto ocidental, mas numa forma de preservar a memória e um conhecimento coletivo:

> “Eu venho de uma trajetória, enquanto mulher negra, pensando no processo de ser mulher negra, mas não só, mulher negra e de terreiro. Por mais que as pessoas falam que não deva existir hierarquia que tem que ter uma horizontalidade, mas o círculo ele é horizontal, se eu pegar a metodologia na capoeira, o círculo é horizontal. Então tem que ter alguém no berimbau, em algum momento tem que ter alguém que esteja à frente para fazer com que a roda gire. O mais velho tem um saber que precisa ser compartilhado, isso é memória. A gente

> entende que tem todo um processo de sabedoria, eu sendo filha de terreiro, a gente entende que tem todo um processo histórico. A gente entende enquanto respeito, e não como uma hierarquia, mas como memória, de trocar uns com os outros. Se a gente não ouvir os mais velhos ou os mais novos, não há confluência, de transparência e um processo de respeito. (...) O que está faltando muito é o processo de mediação e respeito. É essa lógica, existe a horizontalidade, mas como é essa horizontalidade?" (Dacia, 33 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

A coletividade evocada por essas ativistas é referenciada nos processos de construção política de comunidades negras no campo dos movimentos sociais e culturais e, mais especialmente, em comunidades de mulheres nesse meio. E são nessas formas de organização política que esses coletivos se baseiam muitas vezes para interpretar a realidade e propor suas dinâmicas. Nesse sentido, algo que se mostrou presente entre as ativistas feministas no campo da autodefesa psíquica-emocional foi a presença de coletivos integrados por pessoas de diferentes faixas etárias que se reúnem em torno de um propósito comum.

Na percepção de Dacia, muitas vezes há uma vaidade das mais novas que estão com todo o gás mas não querem ouvir, e as mais velhas estão cansadas e não se sentem respeitadas. Para Dacia, portanto, para que haja uma horizontalidade, de fato, é necessário o respeito intergeracional, de entender que quem veio antes de mim tem um saber que pode agregar, e é necessário para que seja possível construir juntas.

Imani analisa como as violências que passamos no ambiente familiar acabam perpassando outras violências que passamos ao longo da vida e, portanto, que é importante romper esses ciclos. Para essa ativista foi fundamental a busca do equilíbrio no Candomblé, tendo encontrado nesse ambiente não apenas a possibilidade de socialização e aprendizado de conhecimentos ancestrais, mas também uma comunidade preocupada tanto com a autodefesa do corpo quanto com a saúde mental e emocional. A integração entre formas de proteção espiritual e o equilíbrio energético fortalecido nas comunidades de culturas de

Matriz Africana possibilitou, para Imani e para outras ativistas, romper ciclos de violência contra a mulher:

> "Muitas vezes essa violência que perpassa desde o ambiente familiar ela afeta em vários outros aspectos da vida e em várias outras formas de relação, e acaba que compreender isso nos ajuda a romper com esses ciclos de violência que começam ali desde muito cedo na família e que acabam perpassando por outras violências ao longo da nossa vida. Então aprender isso é uma forma de romper e quebrar ciclos e se fortalecer. Mas já ter um equilíbrio mental emocional, entendendo isso dentro da luta das mulheres, os impactos que teve mais diretamente na minha vida, foi procurar tá em ambientes em que se encontrava esse equilíbrio através da religião hoje de Matriz africana, que agora eu tô dentro do Candomblé.
>
> Creio que essa acolhida nos terreiros, o modo do aprendizado, da socialização, ele nos resgata uma questão central ancestral que foi há muito perdida. Nesse cuidado de se sentir no ambiente familiar comunitário, em que todos se preocupam com a preservação do outro, principalmente na questão emocional e a autodefesa do corpo mesmo. Tanto da religião, de fechar o corpo, tentar equilibrar essas energias para que se preserve mais as energias positivas e disperse as energias negativas, para a gente conseguir ter uma saúde mental mais equilibrada. E não só dentro da religião, também entender o que é preciso dentro de um país onde há quase uma epidemia de violência contra mulher, e entendendo que isso não é doença, epidemia como uma questão social. A gente vive no país da América Latina que mais mata mulheres, então tem as epidemias de violência nisso, no sentido não só físico, mas psicológico e mental dessas relações abusivas." (Imani, 32 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

A dimensão alastrada da violência contra as mulheres é um fator de grande preocupação para as ativistas e as proposições de enfrentamento tentam ao máximo integrar as diversas *dimensões da autodefesa: corporais, psíquicas, territoriais*. Nesse sentido, há uma enorme perspicácia das ativistas que, evitando ter que inventar a roda novamente, se dedicam justamente a observar, aprender a conservar técnicas, ferramentas, formas de ação e organização e estratégias que foram desenvolvidas no acúmulo de séculos de resiliência frente aos sistemas coloniais racistas e patriarcais.

Para Imani seria fundamental superar os conflitos geracionais, que aparecem aqui como o principal fator de ruptura e desintegração dos coletivos. O diálogo intergeracional e o respeito mútuo seriam o que permitiria equilibrar as expectativas e as contribuições das ativistas com maior trajetória e as novas integrantes e assim garantir maior perenidade das coletivas e dos projetos comuns. Ambas têm conhecimentos e forças fundamentais para se pensar a autodefesa feminista de forma integral:

> “Como eu pontuei a luta das mulheres negras passa muito pela vivência e pelo resgate da memória das nossas ancestrais, esse respeito, esse cuidado com essa preservação da memória. Esse cuidado com as nossas ancestrais, ele tem que ser cada vez mais preservado e entender esses múltiplos feminismos, essa ligação das mulheres negras com religião e com o sagrado, com os mais velhos que são os portadores dos saberes, Mestres dos saberes. De saber como é que a gente pode relacionar a nossa vida, interligar o conhecimento quanto à questão do nosso corpo, que é um corpo político, que é um corpo que fala, que é um corpo que precisa de autocuidado que é um corpo que precisa de defesas, de múltiplas defesas, seja através das artes marciais, seja pelo banho que a mãe de santo passa para a gente fechar o corpo e se preservar. Acho que é isso de conseguir resgatar o que a nossa juventude perdeu, esse diálogo intergeracional, esse respeito com o mais velho, e que também a gente exige um respeito mútuo. Muitas vezes isso não ocorre, estamos cada vez mais distanciados e isso impacta na nossa forma de luta, na nossa forma de se enxergar dentro do movimento e de chegar às outras mulheres enquanto iguais.
>
> Dentro do coletivo que atuei e na maioria dos coletivos que eu tive a oportunidade de acompanhar, essa questão geracional ela sempre foi muito marcante porque a maioria dos conflitos também passam por ela. E esses coletivos acabam muitas vezes desmembrando devido a esses conflitos geracionais, por não conseguir encontrar um equilíbrio entre o que a pessoa mais jovem dentro desses espaços têm de expectativa, em relação ao que o mais velho traz ali dentro daquele espaço. Também ambas com suas experiências e seus olhares, mas que muitas vezes não consegue gerar um diálogo que se transforma em algo positivo e propositivo para luta e que acaba fragmentando cada vez mais as mulheres, e eu acho que isso também passa na questão do autocuidado com nós mesmas.” (Imani, 32 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

A ativista afirma que além da religião sua pesquisa acadêmica no Mestrado também constituiu uma ferramenta para sua defesa psíquico-emocional, assim como foi fundamental para a ativista o apoio de um coletivo de psicólogas negras. Para ela, os espaços de cura e autocuidado são muito importantes no contexto da luta por território como, por exemplo, nas ocupações urbanas, lutas por moradia, territórios indígenas e comunidades atingidas por barragem, onde a ameaça de despejo é constante e isso causa forte impacto, pois se constitui numa violência psicológica e simbólica mesmo antes de haver o despejo físico.

Imani constata, então, que as violências que vivemos em diversos âmbitos vão se reproduzindo no espaço interno do coletivo e isso impede as ações políticas voltadas para a sociedade externa ao grupo. Ela afirma que mesmo que as pessoas tenham vindo de um lugar em comum, haviam algumas diferenças nas trajetórias dessas mulheres e que poderiam “ser micro em sua origem”, mas que no contexto do conflito coletivo se tornavam “macro”:

> “Por mais que a gente tenha construído uma família, e de muita amizade nesse ambiente, essas questões desses relacionamentos de violência acabavam se naturalizando nesse espaço coletivo, e isso impedia muito de pensar ações internas porque precisava pensar no autocuidado e na saúde mental das pessoas ali dentro. Então, assim, nesse coletivo de mulheres negras, o que eu vejo nas mulheres jovens, essa questão da saúde mental, se isso não for resolvido e colocado na centralidade, acaba que por mais que o movimento queira fazer algo que externalize sua prática, fica inviável, porque se essas questões não são tratadas, acaba envolvendo conflitos. E ter maturidade pra lidar com situações que não foram vivenciadas por outras pessoas, acabava que muitas vezes não despertava empatia, essas diferenças micro acabam desgastando a relação dentro desses ambientes, então, acho que uma das estratégias que eu vejo para os grupos é colocar como centralidade a saúde mental e os conflitos intergeracionais, e aí precisa ter esses espaços de trocas.” (Imani, 32 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

A possibilidade de se colocar no lugar da outra e construir empatia, mesmo com pessoas que vivem uma opressão diferente da sua, é apontada, então, como um aspecto fundamental para a luta feminista. Imani afirma que tem estado mais afastada dos processos políticos e que tem visto poucos espaços na cidade que tenham essa perspectiva de compartilhamento de vida, e que seria importante resgatar isso. Sublinha que, muitas vezes, o afeto não significa cuidado para com a outra pessoa e que é necessário ter cuidado mútuo nos espaços políticos coletivos que são impactados com as violências externas de um país racista, sexista, homofóbico, lesbofóbico e transfóbico. Trazendo a reflexão de Audre Lorde ela afirma: “Nós mulheres não seremos livres enquanto outra estiver presa!”

A luta, portanto, é permanente e os modos de resistência devem ser pensados para toda a vida, por isso é fundamental que cada vez mais ativistas se aprofundem na questão da autodefesa psíquico-emocional. Inda Jani é uma ativista que participa de diversas coletivas, atuando principalmente em atividades de autocuidado e autodefesa psíquica. A ativista considera a permanência na luta um aspecto fundamental para pensar a autodefesa já que as transformações que o feminismo enseja ocorrem a longo prazo e por isso temos que pensar como nos preservar como ativistas. Cuidar-nos em termos de saúde física e mental é necessário para que possamos dar conta das demandas que nos interpõem os processos de

resistência, mas que muitas das jovens feministas ainda não se atentam para a importância desse aspecto.

Ela afirma que a maioria dos grupos que participa são integrados por feministas de diversas idades e que o contato entre as diferentes gerações foi positivo. Para ela, as jovens têm muita energia e vontade de contribuir com a coletividade, entretanto, com o desgaste físico e psíquico que ocorre ao longo dessa luta, muitas não conseguem manter a empolgação e desistem de manter a dedicação a essa atividade política. Por isso a ativista considera o autocuidado e a cura como fundamentais para manter o ativismo ao longo da vida:

> "Pues te digo, la cuestión intergeneracional es de mucho aporte. Este trabajo es un trabajo que se va concretando. Las diferencias de edades hacen que no sean un conflicto, que no sea un obstáculo sino al contrario, sea algo positivo para las colectivas, para las resistencias que se están armando. A mí, por ejemplo, no me ha costado trabajo mirar a las jóvenes y verlas y poder caminar con ellas. No ha sido un obstáculo, al contrario, ha sido un aprendizaje. Hay un aprendizaje porque ellas con esta energía, con esta juventud tienen este ímpetu de querer hacer algo, de colaborar, de trabajar. Digo, yo lo que veo es nada más es que falta fuerza, falta cómo voluntad. O sea, sí se entusiasman, pero rápidamente se caen. Bueno y esta resistencia, esta postura feminista política sabemos que es una postura a largo plazo, porque el cambio no es de la noche a la mañana y tenemos que hacer propuestas y seguirle. Pero también en esta lucha pues puede haber mucho desgaste, muchas bajas, que se enferman y tenemos que trabajar también la parte esa del autocuidado, de la sanación de nuestros cuerpos. O sea, no podemos estar en la lucha sin nuestros cuerpos. Tenemos que estar cuidando nuestros cuerpos, nuestras emociones, nuestros pensamientos para poder estar de manera integral ante esto que es tremendo, ¿no? El sistema capitalista nos está devorando nos está tragando y tenemos que estar bien." (Inda Jani, 50 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Desde que retornou da Cidade do México (onde havia ido para estudar psicologia e trabalhar) a Oaxaca, sua terra originária, ela tem se dedicado ao aprendizado dos conhecimentos ancestrais indígenas. Retomando o significado de diversos rituais tradicionais, ela tem trazido essas práticas para diversos espaços feministas e é vista por muitas ativistas mais jovens como uma xamã, também por sua sensibilidade e capacidade de criar laços entre as integrantes desses espaços. Ela conduziu as cerimônias de abertura e fechamento da FILMUFE, atividades que se assemelham às místicas que são realizadas nos encontros feministas brasileiros, que também vão diferir muito de região a região, sendo sempre

influenciadas pelas culturas populares locais. As ativistas que participam do 'Círculo de Leitura para Nós Mesmas' e da Rede de Mulheres Jovens Indígenas *Trenzando Saberes* se referiram a ela como essa figura importante em sua participação como mediadora espiritual e guardiã dos conhecimentos ancestrais.

Na semana em que cheguei para o trabalho de campo em Oaxaca fui convidada a participar de um *temazcal* conduzido por ela em um sítio nos arredores da capital. Aí tive a oportunidade de conhecer diversas ativistas, a importância desses espaços de cura para elas e conhecer a capacidade transformativa desses rituais em termos psíquicos e, também, o potencial de fortalecer vínculos entre as participantes. O *temazcal*, prática ancestral dos povos originários mesoamericanos muito presente até hoje em Oaxaca, consiste em um tipo de banho ritual com vapor e ervas aromáticas, podendo contar com música e compartilhamento de sentimentos, voltado para cura física, psicológica e espiritual.

Figura 27: Amigas felizes saindo de uma sessão de temazcal conduzido por Inda, a "chamana", em um sítio próximo a Oaxaca de Juárez, MX

Fonte: a autora

Além do relaxamento muscular produzido pelo vapor e a limpeza respiratória pelas ervas, o ambiente escuro e úmido que se a assemelha a um útero materno e os toques musicais com instrumentos e cantos tradicionais potencializa um processo de imersão emocional muito intenso. Durante o ritual somos convidadas a compartilhar esses sentimentos, angústias e desejos de acordo com o momento proposto pela pessoa que está conduzindo, que segue tradições específicas, que podem variar de acordo com a região ou raiz cultural.

O *temazcal* e a aromaterapia, assim como métodos orientais como a Yoga, o Tai Chi e o Chi Gong (artes marciais chinesas com foco na meditação e equilíbrio de energia), são vistos pelas ativistas como ferramentas que promovem saúde e um equilíbrio integral holístico que tornam a cura acessível, especialmente em termos financeiros, para as ativistas e mulheres em geral:

> "Bueno, de esto que estaba diciendo, autodefensa psíquica emocional es la parte del autocuidado, de la sanación. Aquí en Oaxaca, pues es muy chido, porque tenemos temazcales, ¿no? Además, el temazcal es una forma de rescate de nuestros ancestros, de cómo se curaban de manera alternativa entonces una buena, muy buena opción. Es económica, amable con el entorno, además tenemos contacto con la naturaleza, y acceder a la naturaleza para poder sanarlo. Porque el temazcal nada más es una cuestión de purificación física o de limpieza, sino que también es una cuestión psicológica emocional. Entonces, pues eso, recuperar este tipo de herramientas que nos proveen salud y que no son costosas, que hacen accesibles para nosotras la sanación. A través de terapias alternativas como las flores, las esencias florales, la aromaterapia, también autodefensa psíquica y emocional yo creo que puede ser también. Aparte, ejercicios como el Yoga, el Chi kung, el Taichí, que son herramientas que te permiten también un equilibrio integral holístico." (Inda Jani, 50 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Essas práticas rituais e esses conhecimentos têm sido cada vez mais valorizados pelas ativistas jovens, que já os consideram parte fundamental da autodefesa psíquica e do corpo. Os espaços coletivos de cura, entretanto, não são apenas os que estão ligados aos rituais tradicionais, mas todos os que permitem um processo de reflexão, compartilhamento e ressignificação de experiências dolorosas nas nossas vidas.

Outro espaço de cura que tive a oportunidade de participar foi a oficina 'Territorializando o aborto', realizada na FILMUFE. A metodologia trabalhava com palavras e emoções acerca do aborto, conectando-as com partes do corpo. No compartilhamento das experiências foi relevante que não apenas mulheres jovens, mas também mulheres de maior idade, casadas e com filhos também relataram suas experiências de interrupções de gravidez e sua percepção atual da questão. Esses espaços são fundamentais pois permitem que se identifiquem questões comuns às mulheres que passam por esse processo e, assim, perceber que não são apenas questões individuais. Quando é realizado num espaço feminista possibilita também engendrar processos coletivos de apoio mútuo:

> "Por ejemplo, hubo un taller 'Territorializando el aborto' y son espacios de sanación colectivos porque se habla de eso. Yo creo que eso ayuda mucho, el generar espacios colectivos donde nos identificamos entre las otras sin prejuicios y que finalmente puedas ir sanando lo que no puedes sanar con un psicólogo patriarcal, con una medicina patriarcal, con una sociedad patriarcal. Y empiezas a buscar espacios seguros y yo los he encontrado a través del feminismo, a través de las colectivas y los temazcales, que tienen que ver también con una cuestión de mucha conexión con la tierra, el fuego, el aire… con la vida." (Nakawé, 24 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Nakawé nos chama a atenção do quanto a sororidade é um elemento fundamental para que exista o cuidado mútuo que faz parte, ao mesmo tempo, da autodefesa psíquica e corporal. Para ela a sororidade implica reconhecer-se na outra, não apenas nas opressões, mas também nas alegrias. Para Nakawé, a sororidade permite romper com a vitimização, criar espaços prazerosos, de autocuidado e a formação de comunidades em se possa ampliar os processos de resiliência.

No caso de Oaxaca, existem diversas coletivas e projetos autônomos em ação e, de acordo com Margarita, essas coletivas são o espaço de maior proximidade do ativismo, que já possui geralmente uma metodologia de trabalho e que por isso mantém a participação de um número estável de participantes – mesmo que com certa variação de integrantes – e que consegue manter suas atividades e um cronograma de atividades. Entretanto, Margarita

avalia como muito difícil a realização de ações conjuntas exceto por algumas datas pontuais. Ela relata que quando há um chamado de uma proposta conjunta com objetivo de protestar ou realizar eventos e mobilizar em torno de alguma questão, as primeiras reuniões ficam cheias, mas não há um comprometimento com a realização das atribuições e responsabilidades assumidas, é difícil de conciliar horários, tempos e propostas e logo se esvanece a organização ou tentativa.

Beatriz acredita que há um número grande de feministas que vão se cansando de estar nas marchas e chega em um momento em que se cansaram, e com a ideia que já fizeram muito, acreditam que as novas ativistas devem realizar as ações de protesto. Por outro lado, há também aquelas que estão pondo seu corpo e sua palavra de forma dissidente mesmo sendo mais velhas. Mas ela relata que ela mesma já está cansada e que a identidade como feminista já não a mobiliza tanto. Talvez marcando mais sua posição como lésbica e negra, ela afirma que se nega a entrar numa lógica "sacrificialista" no ativismo. Afirmando que tende a não permanecer nos grupos pois, se após algumas tentativas de debater algum problema, ela vê que a dinâmica do grupo não vai mudar, ela prefere sair e procurar outro espaço com o qual tenha mais afinidade.

Sua crítica aos coletivos feministas nos leva a relembrar a crítica de Dayo às organizações políticas partidárias que participou por continuarem reproduzindo padrões racistas e patriarcais que tendem a massacrar politicamente as ativistas negras nesses espaços. Para ambas ativistas, a busca por autonomia as levou à recusa em serem assimiladas nessas estruturas organizativas que as silenciavam e, também, por não colocar a participação política como âmbito prioritário da vida por sobre suas próprias necessidades imediatas. Beatriz considera urgente que encontremos mais formas de evitar a exaustão e o adoecimento causados pelo desgaste no ativismo:

> "Eu acho que temos que pensar maneiras de ativismo para dar conta de com a idade a gente ainda estar na ativa a fim de fazer essas coisas. Às vezes vira uma coisa exaustiva, as feministas muito facilmente entram numa lógica super sacrificialista de lidar com o ativismo, então vira cansativo fácil. Eu tenho super pouca resistência a me sacrificar, eu saio, por isso não tenho constância nos grupos feministas que eu estive. Eu me canso, vejo se tem como conversar sobre a situação, quando vejo que não vai rolar, parto para outra. É uma maneira, as pessoas têm várias formas de militar e estar no mundo e a minha é essa. Mas tem pessoas que conseguem manter coletivos por anos, eu acho isso incrível, não tenho a menor capacidade de fazer isso.
>
> Mas vejo muitas pessoas adoecendo, pessoas exaustas, eu mesma faço coisas que me deixam exausta. Mas se o feminismo for uma máquina de sacrificar mulheres pelo feminismo aí também é uma coisa que não dá, acho que muitas com o tempo vão se cansando e criando suas estruturas de como lidar com tudo isso. Tem gente que admite que o feminismo tem um limite e não fica se martirizando, eu acho válido, mas tem gente que tem uma energia e capacidade incrível de estar aí por muitos anos, eu admiro essa capacidade dessas pessoas por isso. Mas várias caem nessa coisa da arrogância e do paternalismo, eu não sei se uma coisa esta ligada a outra. Ter conseguido chegar aí, tem também uma ideia muito elevada de si mesma." (Beatriz, 27 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

A resposta de uma parte significativa das ativistas frente à essa aparente ruptura constante das coletivas feministas autonomistas – que parece restringir bastante os projetos e propostas mais a longo prazo, mas são frequentemente formas justas de recusa a se submeter a lógicas opressoras – foi transitar por diversos espaços de construção política. A afinidade pode fazer aproximar ou constituir um grupo, mas permanecem até o limite em que o desgaste emocional supera vontade de realizar algo coletivamente.

Muitas das ativistas autônomas têm estado mais frequentemente envolvidas em projetos temporários, tanto sociais como econômicos, iniciativas profissionais de viés político, encontros e eventos. Os grupos que costumam ser mais perenes são os grupos culturais e artísticos, sejam musicais, literários, gráficos, esportivos ou marciais. Há também eventuais alianças amplas com ativistas de diversos grupos e vertentes em situações de mobilização e protesto, mais frequentemente em respostas a eventos de violência patriarcal que ganham maior visibilidade pública.

Yeji acredita que os formatos de organização que consideramos como propriamente "políticas" são todos permeados por certas concepções restritivas de como se dão os processos de transformação social. No caso das "minas mais jovens" e também de pessoas

que não têm a trajetória universitária ou de militância estudantil, muitas vezes as pessoas apenas se juntam com um objetivo ou projeto em comum e fazem acontecer sem necessariamente dar o nome de “coletivo”. A ativista vê vantagens na organização em coletivo mas acredita que, muitas vezes, eles acabam sendo mais restritivos que potencializadores da ação e da criatividade:

> “Eu acho que é uma forma desse lugar (Universidade) entender como se organiza para ações políticas e quem tá fora desse lugar se organiza de outras formas. Então eu acho que é isso às vezes, não tem coletivos, mas elas são coletivos. Ela não dá o nome. Tipo assim, vai rolar tal coisa, se junta e faz e às vezes pensa coisas também. E eu acho que a coisa do coletivo é boa, mas às vezes a gente fica muito mais preso à questão do coletivo do que a nossa criatividade de fazer outras coisas. Eu acho que o coletivo é importante também, não só para as ações para fora, mas também para um lugar de afeto, autocuidado, e de cuidado com outras pessoas. Eu acho que isso também é uma pauta mais forte do feminismo recentemente, que é a questão do cuidado. Eu não sei como a jovens estão vendo isso. Isso vai ficando uma questão importante com o passar do tempo, com o passar da idade, que a gente foi ficando mais velha um pouco, que a gente foi percebendo o quanto que algumas coisas me afetavam de um jeito não tão bom. A gente tinha uma ilusão de que o coletivo era um lugar essencialmente… um lugar que a gente pode contar. Mas não necessariamente, pode ser e pode não ser.” (Yeji, 28 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

A imagem do coletivo enquanto espaço de afeto, autocuidado e cuidado mútuo vai sendo “quebrada” pelas decepções com os momentos em que essa rede não é capaz de te proteger ou de apoiar. Isso é citado por diversas ativistas como processos que muitas vezes são permeados também por opressões que permanecem estruturais nos espaços de mobilização e organização política. Diversas ativistas citaram a transfobia como uma opressão profundamente arraigada em alguns espaços políticos feministas, inclusive os autonomistas, nos quais interagem diversas coletivas. Algumas ativistas relatam que por serem lésbicas e/ou negras se mobilizam muito pelas questões de outras minorias nesses espaços, porém esse não é um princípio que permeia todo o campo do ativismo, já que algumas que também se mobilizam nessas identidades são abertamente transfóbicas.

O desgaste psicológico do enfrentamento da transfobia foi para Aziza o principal fator para que ela se afastasse do ativismo político. Os conflitos acerca da questão lhe geravam

muito cansaço emocional e psicológico e se mostraram permanentes. Ela, então, tomou uma decisão em prol de sua saúde mental: para poder continuar atuando, ela voltou sua militância toda para o nível micro e apoiada em uma concepção anarquista tem se comprometido mais a apoiar as pessoas mais próximas, sem ter a pretensão constante de que seja uma ação que abranja um número maior de pessoas. Ela diz que dialoga com as pessoas a sua volta sobre as questões políticas na medida em que se sente confortável e preparada para tal. Apesar de considerar muito importantes a existência de coletivos e espaços específicos para mulheres, LGBT's e minorias sociais, ela afirma que foi necessário para ela se afastar.

A ativista nos chama a atenção de ser uma condição, para as mulheres lésbicas e trans, de primeira importância se construir a autoconfiança em um mundo em que a cisnormatividade e a heteronormatividade – e poderíamos também pensar aqui a gordofobia e o capacitismo – permeiam, não apenas a cultura dominante, a estrutura social e familiar como também as diversas estruturas da esquerda, as culturas de resistência e as várias das expressões dos feminismos. Em sua concepção, a autodefesa feminista que nos possibilite resistir à discriminação no cotidiano demandaria processos de autoaceitação e de terapias:

> "Então para mim autodefesa passa pela parte física em último caso. Muitas vezes o melhor a ser feito na autodefesa é ignorar, mas não é ignorar no sentido de engolir aquela violência, de absorver aquela violência, de se deixar acertar por aquela violência. Por isso que, de início, eu caracterizei a autodefesa também como autoconfiança e como conhecimento de si e das suas faculdades, o que implica ter autoconfiança quando você às vezes for olhada de cima a baixo ou for xingada, ou receber uma crítica, você simplesmente virar as costas levantar a cabeça e seguir seu caminho, não dar importância, mas não é não dar importância no sentido de fingir que não dá importância e por dentro ficar remoendo isso. É ter essa autoconsciência e essa autoconfiança de que você não é aquilo que a pessoa acha que você é, que você é muito mais do que aquilo, ter essa confiança de que você é quem você quer ser, e quem você precisa ser para ser uma pessoa feliz, para ser uma pessoa bem realizada, e que você não precisa provar para ninguém além de si mesmo quem você é, o que você pode fazer, como você quer se vestir, como você quer ser portar, e quem você quer olhar no espelho. Eu acho que o espelho tá lá para a gente olhar e para a gente se ver, a única pessoa que tem que pensar sobre aquela imagem é você mesma. Se você está satisfeita ou não com aquela imagem é da sua conta apenas. Aí passa pela autoconfiança e pela autodefesa porque se você está em briga com você mesma, se você questiona a si mesma, quando vierem essas violências sociais e só vai te atingir mais, e só vai causar uma maior autocrítica, maior auto pressão e você vai criar em si mesmo uma vulnerabilidade maior do que ela já foi imposta a você pelo outro." (Aziza, 30 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

Para Aziza, um aspecto fundamental da autodefesa psíquica é, portanto, não reproduzir sobre nós mesmas as violências sociais externas. Para ela, então, é possível reduzir a intensidade pela qual essas violências sociais nos atingem emocionalmente se nós trabalhamos através de processos autônomos de terapia, apoio da rede afetiva mais próxima e processos coletivos de reconhecimento. Se é impossível eliminar todas as formas de violência estrutural exercidas sobre nós, ao menos podemos nos dedicar a buscar técnicas próprias que quebrem o círculo de autodepreciação acionado por discriminações cotidianas.

Paula nos atenta para o fato de que a prisão subjetiva das mulheres é a necessidade de ser querida e amada por todos, e que ao construirmos uma subjetividade como "guerreiras", acreditamos ter escapado desse imperativo, mas que mesmos em espaços feministas autonomistas vemos constantemente essa lógica atuando através da exigência de vínculos afetivos para que exija qualquer construção política. Apesar de reconhecer que as feministas não fazem política sem ser baseada no afeto, Paula destaca que temos que ser capazes de lidar com conflitos interpessoais no contexto das coletivas e das coalizões, desde que eles não consistam em expressões dos sistemas de opressão e dominação.

Um elemento notável nesse campo é que diversas ativistas que atuam prioritariamente em grupos de autoconsciência enfocados na palavra, artes e literatura não se engajam em lutas físicas ou esportes de combate. Essas mostraram interesses sobre a autodefesa do corpo ligadas a questões de saúde e não chegaram a mencionar a adesão a práticas cotidianas ou perenes de treinamento físico, porém não houve uma declaração de uma aversão. Por outro lado, algumas ativistas que se dedicam intensamente à autodefesa física através de lutas marciais relataram uma resistência a estar em espaços feministas voltados para a falar sobre experiências pessoais, em especial experiências de violências.

Nisdao fala sobre como ela não se sente confortável em compartilhar suas questões íntimas em lugares que reúnem uma diversidade de feministas. Para ela é difícil compartilhar e também ouvir as experiências de violência, e acredita que pode ter um efeito psicológico negativo para ela ao carregar-se com todas essas experiências. Porém, ela demonstra que essa postura não quer dizer que ela abdique da dimensão do cuidado mútuo que ela estima muito que exista em sua rede mais próxima:

> "Yo poco he participado en espacios de mujeres donde… o sea, sí hablábamos de la violencia patriarcal pero muy en términos generales. Porque también sé que hay grupos en donde la gente suele hablar mucho de eso y a mí me cansa un poco. Yo no participo mucho de eso grupos porque a veces creo que todas hemos pasado por violencias de misoginia y que vamos a seguir pasando. O sea, que no se acaba. Entonces de pronto es como cargarse de todas esas experiencias, a mi sí que me cansa. Yo prefiero a veces solamente compartir eso con mis más cercanas y prefiero que ellas también las compartan conmigo para un poco que cuidarnos entre nosotras. Pero difícil hablar de esas cosillas que me llegan a tocar así con la diversidad de mujeres que pueda encontrar que sean feministas. Como siempre yo recurro a mi red más cercana, pues eso a mí me parece súper importante, el apoyo entre nosotras, entre esa pequeña célula, a veces lo hemos llamado así. Para eso, para que te levantes se te caíste, para ayudarnos, o cuando lo necesitamos, o sea lo que tengamos que hacer que estén ellas, esas pocas." (Nisdao, 29 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

A posição de Nisdao expressa uma preferência talvez ligada à sua personalidade, mas também a um posicionamento político desde uma perspectiva anarquista, que aposta nos pequenos grupos como estrutura organizacional mais potente politicamente, justamente por possibilitar uma confiança mútua sem tampouco cair numa concepção artificial de espaços seguros em muitos ambientes de movimentos sociais como encontros, festivais e oficinas que não observam nenhum procedimento de segurança, nem mesmo para evitar a presença de pessoas infiltradas.

Nisdao afirma ter consciência da importância do autocuidado, da saúde mental e dos processos de cura, mas tem dificuldade de lidar emocionalmente com esses espaços. Mesmo acreditando que ela mesma precisaria estar em espaços de cura e que o autocuidado e a saúde mental são parte da autodefesa, ela afirma que espaços de cura tendem a abrir feridas que são muito profundas e não saber lidar com essas emoções despertadas pode leva-la à

depressão. Mas ela busca formas alternativas de trabalhar psicologicamente as suas experiências traumáticas, sem sentir-se tomada pela sensação de impotência, de forma a imobilizar-se:

> "El feminismo también tiene esa cosa que está muy muy relacionado con el autocuidado, la salud mental, la sanación, la sororidad, pero viste que yo creo que además, no sé, las personas somos bien diversas, a mí es algo que no se me da, justo eso. El autocuidado sí, más o menos. Me cuesta mucho a veces hablar de estas cuestiones tan privadas y emocionales para una. Me cuesta mucho compartir y me cuesta oír a las compañeras, no sólo a mí. O luego estar en espacios de sanación, por ejemplo, para mí son muy incómodos. A veces sé que es algo que muchas feministas hacen y se mueven por ahí. Y creo que está muy chido porque creo que hay muchas personas que las necesitan, y las necesitamos también, pero yo sí tengo una resistencia tremenda, no sé porque me cuesta tanto, tanto trabajo. Entonces creo que es una parte súper importante de la autodefensa en algún momento trabajar lo del autocuidado y la salud mental también, pero algo así siempre tengo una pequeña de resistencia para hacer. (...)
>
> Yo soy de esas personas a las que les costa mucho, y a veces suelo recurrir a otros mecanismos para cuidarme, que no sé si están chidos o no. No sé, según yo, afrontar la realidad, pero desde otro lugar. Soy demasiado pesimista creo, pensando que el mundo es así, que está muy jodido. Y entonces, bueno, he pasado por eso, está muy mal, puedo tener mi espacio de dolor, pero, ¡ya! Luego seguir, porque no puedo quedarme ahí. Lo asumo, me pasó tal, me quedo con esa cicatriz, pero, eso, se tiene que cicatrizar y ¡ya! Me tengo que ir, continuar, porque si no me voy a caer en una profunda depresión y me choco en las depresiones. Entonces tardo haciéndolo, pero es un ejercicio constante que hago. Y lo mismo con los espacios colectivos de sanación, sí, le huyo. O con una red muy cercana, o voy buscando textos donde pueda muy mirar las cosas de otro lugar, aún que cueste mucho." (Nisdao, 29 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Como alternativa para lidar com a questão do autocuidado e buscar textos e apoio em pessoas próximas que possam ajudar a ver as coisas desde outra perspectiva como a trazida por Virgine Despentes em *Teoria King Kong* (2016), que é mais focado nas experiências de resistência que na vitimização.

Sobre essa mesma questão foi intervenção de uma das ativistas da Coletiva Pêlas, durante uma oficina promovida pelo grupo no contexto do *Festival Diversas* na Ocupação Vitória frente à enxurrada de relatos de violência típicos de espaços de autoconsciência, que para muitas das participantes consiste no primeiro espaço exclusivo para mulheres no qual estiveram. Ela fez um chamado público para que, na fala de cada pessoa, incluíssemos uma experiência em que tivemos o apoio de outra mulher para transformar o foco de experiências de opressão em experiências de resistência. Essa abordagem tem maior potencial de

fortalecimento e faz com o que o vínculo entre as integrantes não se construam exclusivamente baseados em experiências de vitimização e sim em possibilidades de transformação.

Martina afirma que o feminismo para ela é um processo cotidiano de politização das formas nas quais nos relacionamos e que traz a possibilidade de transformações em espiral:

> Yo creo que el feminismo cambia todo el tiempo, como es esa capacidad que hemos tenido nosotras como mujeres, de que el feminismo más allá de una ideología o una manera de politizar, es como un proceso del día a día, como siempre vamos caminando dentro del feminismo y dándonos cuenta, incluso en nuestra manera de relacionarnos, que las cosas se pueden ir cambiando y se tienen que ir cambiando para mejorar. Creo que eso como, ha hecho como que del feminismo, como un discurso y una manera de vivir la vida, pero también una red. Una red de apoyo y de constante cuestionamiento a nosotras mismas, a las que tenemos al lado y pues siempre vamos caminando, no creo que en círculos pero sí siempre vamos deconstruyendo y luego construyendo y si nos damos cuenta que no funciona, pues lo volvemos a hacer. Creo que esa es una manera muy distinta de vivir la vida, ¿no? Y pues… (Martina, 25 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Além de discursos interpretativos sobre a realidade e propostas de vivência, o feminismo é uma rede de apoio muito potente. Mas principalmente é uma reflexão que nos exige questionar constantemente nossas próprias ações, atitudes, sentimentos, pensamentos e percepções. E é esse elemento que garante a possibilidade desses vínculos de cuidado mútuo ampliarem nossas potencias de autodefesa psíquica-emocional. Observaremos como essas redes de apoio e cuidado mútuo tem sido construídas nas lutas em defesa da terra e do território, e como elas têm possibilitado enfrentar a violência extrema do patriarcado e do capitalismo que se instrumentalizam através da repressão e do autoritarismo.

3.4. Autodefesa do território e auto-organização comunitária

A questão da autodefesa e sua tradução no campo jurídico, enquanto direito à legítima defesa, está no centro do debate politico atual no Brasil e no México, devido à escalada da violência e do processo de militarização crescente que ambos países vivem, especialmente

nas áreas de conflitos territoriais. As pesquisas na área da Segurança Pública indicam que o processo de militarização tem sido acompanhado de um aumento significativo no índice de homicídios e de diversas outras expressões da violência, inclusive a violência contra a mulher e o feminicídio (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019). Para compreender como a *autodefesa do sujeito soberano,* através das Forças Armadas do Estado, grupos paramilitares e de outros grupos armados que atuam no interesse das classes dominantes vulneram as mulheres e, em especial as mulheres negras, indígenas e campesinas, vamos fazer elencar alguns fatos relevantes que ocorreram nos dois países (com especial foco nas regiões em questão) nas duas últimas décadas, período que corresponde ao avanço da política neoliberal sobre a América Latina.

O México tem vivido um aumento exponencial da violência devido ao terrorismo de Estado perpetuado pelas forças armadas em crescente processo de militarização e pela proliferação de grupos criminosos armados sobre os territórios, na maioria das vezes também com conexões com o poder político e as forças de "Segurança Pública". Em 1994 se formou no estado de Guerrero a *Organización Campesina de la Sierra del Sur*, que demandava direitos sociais ao governo do estado. O governador Rubén Figueroa Alcocer (PRI), ao receber as demandas dos campesinos, os ameaçou e, em 1995, ordenou um massacre que foi executado pela *Policía Motorizada, Policía Judicial del estado* e *Policía de Seguridad Pública*, matando a 17 camponeses, no que ficou conhecido como *Massacre del Agua Blanca*[52]*.*

Além dos abusos perpetrados pelo Exército e pela Polícia, a história do México é marcada pela presença de forças paramilitares, que usualmente são financiadas por um

[52] Em 1996, no ato de luto por um ano do massacre de Aguas Blancas, o Exército Popular Revolucionário fez sua primeira aparição pública, sendo aclamado pela população campesina. O EPR está presente nos estados de Guerrero, Oaxaca, Chiapas e Michoacán e é considerado um dos grupos guerrilheiros mais antigos da América Latina.

partido ou grupo político dominante, agindo em favor dos interesses desses. Aliadas a ações da Polícia e do Exército, as forças paramilitares são utilizadas para reprimir movimentos sociais, campesinos e indígenas no México há muitas décadas, sendo um dos principais atores da acumulação por expropriação e da contrainsurgência:

> "El paramilitarismo es un fenómeno social tolerado, alentado y organizado desde alguna instancia del poder público, principalmente sectores de las fuerzas de seguridad y del ejército respaldados por el gobierno federal o central, de ahí que una de sus características principales sea la impunidad, tema que atraviesa continuamente la investigación. El paramilitarismo es una política de Estado que responde a la necesidad de mantener, por vías clandestinas, las relaciones de producción dominantes frente a la posibilidad de crisis sociales impulsadas por las contradicciones sociales, económicas y políticas del patrón de reproducción vigente. Los paramilitares en Chiapas se convirtieron en una herramienta vital del gobierno en su estrategia contrainsurgente, la cual tiene por objetivo destruir al EZLN y sus simpatizantes al dislocar la organización comunitaria mediante el terror y la fragmentación social." (GALINDO DE PABLO, 2015, p. 192)

As forças paramilitares foram, então, um instrumento para defender as terras dos grandes proprietários pecuaristas e investidores da agroindústria. Elas foram as formas que permitiram o governo enfrentar de forma direta as insurgências populares em Chiapas e em Oaxaca sem se utilizar do Exército formalmente. Eles atuam principalmente intensificando os conflitos sociais – de ordem religiosa, étnica, política – já existentes no contexto, sendo característico das *guerras irregulares de baixa intensidade*[53] (GALINDO DE PABLO, 2015) o uso de civis locais coordenados por autoridades militares na área do conflito. Sobre o documento da Secretaria de Defesa Nacional que traça o plano de contrainsurgência que visa destruir as estruturas políticas do EZLN, Galindo de Pablo analisa:

> "Dentro de la estrategia uno de los puntos importantes es la relación de los militares con grupos civiles, el documento señala que parte de las operaciones cotidianas del ejército es el "asesoramiento de autodefensas y su organización". De forma más puntual el documento señala como parte de las tareas: "Organizar secretamente a ciertos sectores de la población civil, entre otros, a ganaderos, pequeños propietarios e individuos caracterizados con un alto

[53] O autor trabalha aqui com a noção de guerra irregular que consta no documento de orientação das ações militares da própria Secretaria de Defesa Nacional do Governo do México que define que "Una de las características distintivas de la guerra irregular o del conflicto de baja intensidad es que en ella se emplean unidades de personal civil, preferentemente originarios del lugar, dirigidos, asesorados y coordinados por las autoridades militares del área en conflicto." (Manual de guerra irregular, México, Sedena, 1995, apud GALINDO DE PABLO, 2015)

> sentido patriótico, quienes serán empleados a órdenes en apoyo de nuestras operaciones". El objetivo de organizar grupos civiles armados para asistir los objetivos del ejército es que en la fase final de la ofensiva haya: "la capacidad de las autoridades locales de llevar a cabo operaciones autónomas de defensa contra ataques aislados de los trasgresores". En pocas palabras, que el ejército se involucre lo menos posible en los enfrentamientos armados dejándolos a cargo de los grupos civiles organizados por ellos." (GALINDO DE PABLO, 2015, p. 195)

O autor ressalta que o documento detalha as atividades dos exércitos de adestramento das forças de autodefesas e outras forças paramilitares como princípio fundamental das operações, sendo necessário criar essas forças de autodefesas caso elas não existam, e infiltrá-las nos programas oficiais de segurança e desenvolvimento. Além disso, no caso de Chiapas, a contrainsurgência também busca neutralizar a influência política dos grupos organizados fornecendo serviços básicos de educação, saúde e infra-estruturas. Essa estratégia é bastante evidente, já que ao circular pelo território de influência Zapatista vemos que nas comunidades que possuem seviços estruturados pelo EZLN também existem serviços governamentais, enquanto comunidades próximas não possuem nenhum serviço público básico.

O "Manual de Guerra Irregular" da Secretaria de Defesa Nacional detalha as formas de controle estrito das populações civis não apenas por um poder físico, que se deu pelo treinamento militar de forças civis, mas também através do poder psicológico. As forças paramilitares foram organizadas por *presidentes municipais*, caciques locais e todos os militantes do PRI e partidos afins:

> "Para 1999 operaban 12 grupos paramilitares en 20 municipios del estado de Chiapas, entre los grupos paramilitares se encontraban el Frente Civil, Los Tomates, Los Plátanos, Los Chentes, Priistas Armados, Los Puñales, Alianza S. Bartolomé de los Llanos, Los Quintos, entre otros.24 De esos grupos cuatros son los más distintivos: Paz y Justicia, Los Chinchulines, Máscara Roja y el Movimiento Indígena Revolucionario Antizapatista (MIRA)." (GALINDO DE PABLO, 2015, p. 198)

Numa aliança com autoridades legislativas e executivas e com apoio da Polícia de Segurança Pública e a Procuradoria de Justiça do Estado e do Exército, foi possível a fabricação de delitos contra seus "inimigos". A formação desses grupos, enquanto organizações de

produtores, permitia ainda que eles recebessem recursos federais e estatais para financiar suas ações clandestinas e criminais que, muitas vezes, utilizavam armas de uso exclusivo do Exército. (GALINDO DE PABLO, 2015)

O grupo *Máscara Roja*, que obteve suas armas através priistas da *Policía de Seguridad Pública* e treinamento militar do Exército Mexicano, foi o responsável pelo massacre de Acteal em 22 de dezembro de 1997, que abriu fogo durante quatro horas seguidas contra o grupo pacífico *Sociedad Civil Las abejas* que rezava em uma igreja a 200 metros de um quartel. *Las abejas* era simpatizante ao EZLN, mas advogava uma solução não armada ao conflito de Chiapas. A ação de pelo menos 90 paramilitares, que foi coordenada com a *Seguridad Pública Estatal* e funcionarios públicos priistas e do *Partido del Frente Cardenista*, entre eles o presidente municipal de Chenalhó, Jacinto Arias Cruz, resultou no assassinato de 45 indígenas, sendo 7 homens adultos, 18 mulheres adultas das quais 5 estavam grávidas com até 7 meses de gestação, 16 mulheres menores de idade entre 8 meses e 17 anos, e 4 meninos entre 2 e 15 anos. Das 102 pessoas processadas pelo crime, apenas duas estão presas.

Figura 28: Massacre de Acteal, ni perdón, ni olvido

Fonte: Gran OM

O uso de grupos paramilitares para executar esse tipo de crime de Lesa Humanidade serve para diluir as responsabilidades, fazendo parecer que se constituía em um conflito entre indígenas locais, e que os distintos níveis de governo não tinham nenhuma responsabilidade. As violências massivas dos paramilitares visam o desgaste das organizações, a destruição da economia comunitária e a degradação do tecido social:

> "La operatividad de estos grupos estuvo marcada por asesinatos en emboscadas, apropiación violenta de la tierra por medio de desalojos, robo de ganado, desplazamientos forzados de grupos políticos considerados enemigos, amenazas, secuestro, tortura, ejecución extrajudicial, detenciones sin orden de aprehensión, privaciones ilegales de la libertad, quema de casas y coches, control riguroso de los caminos por medio de retenes con conocimiento de las autoridades estatales y del ejército (recurso eficaz para controlar la circulación de periodista y así mantener el cerco mediático) así como patrullajes armados y desahucios en conjunto con estas fuerzas de seguridad pública. Entre 1995 y 2001 fueron desaparecidas y ejecutadas 122 personas por parte de grupos paramilitares, de estas víctimas 37 fueron desapariciones forzadas (31 hombres y 5 mujeres) y 86 fueron ejecutadas (79 hombres y 7 mujeres)." (GALINDO DE PABLO, 2015, p. 202)

O massacre de Acteal foi utilizado como justificativa para uma ainda maior militarização do Estado de Chiapas, com a entrada do Exército ocupando grande parte do território.

Nesse mesmo período, no Brasil, também em um contexto de ofensiva do capitalismo neoliberal, aconteceram os maiores massacres ou chacinas contra a população campesina, que marcaram a luta pela terra. Durante um processo de colonização das regiões remotas do país que atraía fazendeiros e camponeses, o processo criminoso de grilagem (tráfico de terra por meio de falsificação de documentos) contou com a agilidade da Justiça em favor de latifundiários e a repressão da Polícia contra a vida da população do campo. O massacre de Corumbiara, em agosto de 1995 no estado de Rondônia, foi resultado de uma das ações de reintegração de posse mais violentas já vistas no país. Coordenada entre os latifundiários e a polícia, com um efetivo de 300 oficiais da tropa de elite, tal operação que atropelou as negociações dos camponeses com o governo que se encontrava em curso, resultou em 20 trabalhadores desaparecidos, 350 lavradores gravemente feridos, 200 presos e 9 mortos,

incluindo uma criança. Pouco tempo após essa chacina, o Brasil tristemente viu acontecer o maior massacre de camponeses no período recente:

> "O massacre de Eldorado dos Carajás se tornou um divisor de águas na história do MST. Em setembro de 1995, cerca de 3500 famílias de trabalhadores camponeses, organizadas pelo MST, acamparam à margem da estrada, próximo à Fazenda Macaxeira, no município de Curionópolis, no Pará, reivindicando a desapropriação da área, considerada improdutiva pelo INCRA. No dia 05 de março de 1996, ocuparam a Fazenda Macaxeira. O presidente do Instituto de Terras do Pará prometeu enviar 12 toneladas de alimentos e 70 caixas de remédios para o acampamento para amenizar a fome e acudir os doentes, mas não enviou. Em sintonia com as marchas do MST em 22 estados rumo às capitais, em abril de 1996 – em Minas Gerais a Marcha foi de Governador Valadares a Belo Horizonte -, dia 10 de abril, cerca de 1500 famílias do MST iniciaram uma Marcha para Belém, capital do estado, a 800 quilômetros de distância. Dia 16 de abril de 1996, os trabalhadores camponeses bloquearam a estrada PA-150 no Km 95, próximo à cidade de Eldorado dos Carajás, exigindo comida para continuarem a marcha. Na manhã do dia 17 de abril de 1996 chegou a notícia de que as negociações estavam encerradas. Por volta das 16 horas, 155 policiais militares, sem identificação, cercaram os camponeses do MST pelos dois lados da estrada, um pelotão vindo de Paraopebas e outro de Marabá. Cumprindo ordens do governador Almir Gabriel, do PSDB, e do cel. Mário Colares Pantoja, os 155 policiais militares assassinaram 21 Sem Terra e outros 56 foram feridos e mutilados naquele final de tarde do dia 17 de abril de 1996 – , que se tornou o Dia Internacional de Luta Camponesa. Segundo o médico legista Nelson Massini, houve tiros na nuca e na testa, indicando execução sumária e premeditada de sete camponeses." (MOREIRA, 2017, p. 196)

De acordo com Frei Gilvander Moreira (2017), membro da Comissão Pastoral da Terra, uma das organizações mais importantes na fiscalização dos direitos humanos da população campesina vitimada pelos conflitos de terra, tanto o governo Fernando Henrique Cardoso quanto os Governos Lula e Dilma, feriram o estatuto constitucional que garante a desapropriação das grandes propriedades que não cumpriam função social, e passou a comprar terra dos latifundiários, que passaram a ter poder decisório sobre as terras vendidas, que eram sempre as menos produtivas. O governo passa então a fomentar o agronegócio e também a impor aos camponeses o modelo do "agronegocinho", em que eles plantariam o que seria interessante para o agronegócio como plantar soja e eucalipto. Vendo a recusa do governo a avançar qualquer projeto de reforma agrária, o MST reestruturou seu projeto político para se enfocar na **Reforma Agrária Popular Agroecológica** e passou também a

encampar a luta pela educação pública[54], consolidando de vez sua arma e método de luta pela autonomia no território: a ocupação.

A luta do MST em Minas Gerais (assim como em todo o Brasil) é a luta das mulheres negras, indígenas e campesinas: o estado conta com 480 comunidades quilombolas pré-identificadas pela *Federação Estadual das Comunidades Quilombolas*. Dessas, 105 estão no Vale do Jequitinhonha. Essas populações muitas vezes são despojadas de seus territórios e tem que lutar contra o poder dos latifundiários e grileiros – que estão aliados com a polícia e a justiça – para recuperar a terra para sua subsistência. É nesse contexto que em 2004 vivemos um dos dias mais tristes da nossa história: no dia 20 de novembro – dia da consciência negra – 17 jagunços, liderados pelo fazendeiro (grileiro) e empresário Adriano Chafik Luedy, invadiram o *Acampamento Terra Prometida*, do MST, feriram 12 pessoas, atearam fogo nas casas e escola, e assassinaram 5 camponeses a queima-roupa[55], no crime que ficou conhecido como Massacre de Felisburgo. Maria Gomes dos Santos, conhecida como Eni, era a liderança do acampamento e o alvo principal da chacina, mas não se encontrava no acampamento no dia e por isso sobreviveu. Apesar do trauma e da dor, ela e muitos de seus companheirxs continuam na luta no acampamento até hoje, mas estão sofrendo nova ameaça de reintegração de posse desde o final de 2019.

[54] No ano 2000 "o MST já estava organizado e atuando em 23 estados, com 1,5 milhão de camponeses, 350 mil famílias assentadas e 100 mil vivendo em acampamentos. Nos assentamentos já funcionavam 1500 escolas públicas (escolas do campo), com 150 mil crianças matriculadas e cerca de 3500 professoras e professores criando e desenvolvendo a Educação do/no Campo." (MOREIRA, 2017, p. 197)

[55] Assassinaram covardemente cinco Sem Terra do MST: Iraguiar Ferreira da Silva, 23 anos; Miguel José dos Santos, 56 anos; Francisco Nascimento Rocha, 62 anos; Juvenal Jorge da Silva, 65 anos; Joaquim José dos Santos, 65 anos

Figura 29: Eni, liderança do Acampamento Terra Prometida do MST, em Felisburgo, MG

Fonte: Brasil de Fato

16 anos após o crime, os grileiros – que não tinham posse da terra, esta é uma terra devoluta, pertence à União – os dois principais mandantes do crime já foram condenados há mais de 100 anos de prisão, mas estão recorrendo em liberdade. Outros dois autores também já foram condenados. Vemos aqui o privilégio dos poderosos que são preotegidos pela justiça, mesmo quando não têm a posse da terra, e deixa impunes os autores de um crime de tal gravidade (apesar de toda a visibilidade que teve a chacina) e familiares das vítimas assim como outros sobreviventes sob perigo e ameaça.

No contexto da insurgência popular de 2006 em Oaxaca, o governo do estado utilizou extensivamente as forças paramilitares priistas para controlar e reprimir os movimentos sociais, contratando sicários, *kaibiles*[56], ex-militares, entre outros, perpetrando uma série de

[56] *Kaibiles* são uma Força de Elite do Exército da Guatemala especializada em contrainsurgência, treinados em situações extremas. São considerados soldados inquebrantáveis e um dos mais mortíferos já existentes, praticando torturas, inclusive torturas sexuais. Eles executaram massacres como de Las Dos Erres em 1982, durante a Guerra Civil na Guatemala. Depois que o grupo insurgente Fuerzas Armadas Rebeldes marcaram presença na área, o exército tentou organizer as **Patrulhas de Autodefesa Civil** nessa região e, frente a negativa dos habitantes em patrulhar outras comunidades cerca de 58 soldados das forças *Kaibiles* cercaram a vila vestidos como guerrilheiros torturaram e assassinaram 201 pessoas. Das 162 ossadas encontradas 67 eram de crianças. Até hoje apenas 4 militares envolvidos foram punidos e nenhuma alto mando do Exército foi responsabilizado.

Após o fim da Guerra na Guatemala os *kaibiles* foram mantidos para "combater o narcotráfico" considerado como novo inimigo do Estado, pervertendo novamente a regra de que esse tipo de força não

violências contra ativistas e apoiadores. A forma como o governo de Ulisses Ruiz Ortiz operou esses grupos paramilitares em conjunção com as forças militares, que ficou conhecida como "esquadrões da morte", pode ser encontrada em detalhes no Quadro 2 do Apêndice 1 ao final deste documento. O uso de paramilitares para reprimir o movimento social de Oaxaca, em 2006, ficou mundialmente conhecido através do assassinato de um jornalista independente estadunidense, Bradley Will, por paramilitares, fato que foi filmado pela própria vítima. Esse evento foi utilizado pelo governo federal para a entrada extensiva da Polícia Federal para suprimir os movimentos sociais em Oaxaca. O desenrolar desses fatos e seus efeitos na organização do movimento social e dos feminismos foi debatido no capítulo 1.

No México, a complexa relação entre Governo, partidos políticos, Forças Armadas oficiais (polícias locais, estaduais, federais e Exército), paramilitares, cartéis do tráfico de drogas, guerrilhas revolucionárias armadas e movimentos sociais campesinos e indígenas foi complexificada pelo surgimento em 2013 de grupos de civis armados conhecidos como "Autodefensas" nos estados de Michoacán e Guerrero, e mais recentemente em Morelos, Tamaulipas, Vera Cruz e Tabasco.

---

seria utilizado no contexto interno do país. Entretanto, esse corpo militar foi reduzido e muitos ex-*kaibiles*, sem receber salário do Estado guatemalteco, passaram a se dedicar a segurança privada e a diversas atividades delitivas, passando a atuar como pistoleiros, trabalhando com os cartéis do narcotráfico, tendo sido comprovada sua presença no Cartel de Sinaloa e no Cartel *Los Zetas*, nos quais eles replicam os treinamentos recebidos formando novas forças de matadores. *Los Zetas* é um dos cartéis mais mortíferos e foi formado originalmente por desertores das Forças Armadas Mexicanas, incluindo Polícia Federal Judicial, do Grupo de Elite das Forças Especiais Aéreas do Exército, e das Polícias estaduais e locais, tendo atuação no tráfico de pessoas e de armas, assassinatos, sequestros, torturas, extorsões. Nos estado mexicano de Tamaulipas, onde esse cartel possuía grande atividade, foram encontradas fossas com 72 e 193 corpos em 2010 e 2011 respectivamente. Alguns atribuem a prática de decaptação nos cartéis à entrada dos *Kaibiles*, que foram treinados para decaptar como forma de intimidar a população durante a Guerra Civil na Guatemala.

Os *kaibiles* são amplamente contratados no México para compor as forças paramilitares contrainsurgentes e no estado de Oaxaca desde o Governo de José Murat já há registro da contratação de kaibiles provenientes da Marinha e do Exército, e Ulisses Ruiz Ortiz os assignou à Polícia Ministerial (MARBÁN, 2008). De 2007 a 2010 as forças *Kaibiles* da Guatemala participaram de treinamentos com as tropas especiais estadunidenses Boinas Verdes, contando com luta antiterrorista, intervenção urbana e luta contra o narcotráfico.

Um antecedente da emergência desses grupos foi a formação, em alguns territórios indígenas, de “Polícias comunitárias” que se armaram para recuperar e defender seus territórios da ação violenta dos cartéis do tráfico de drogas que realizavam extorsões, sequestros, homicídios e estupros contra a população local, visando controle do território. Como é garantido aos povos indígenas, pela lei 701, a autonomia de constituição de seus próprios sistemas de segurança e justiça, as polícias comunitárias são legais e se estruturam a partir das assembleias comunais, sendo seus membros designados por essa assembleia e submetidos ao controle da mesma.

Vendo a efetividade que as polícias comunitárias tiveram em freiar as violências dos grupos criminosos em seus territórios, diversas populações que eram reféns da ação de cartéis como os *Cavaleiros Templários*, a *Família Michoacana*, entre outros, se levantaram em armas para defender suas vidas e seus territórios, formando os grupos chamados *Autodefensas*. A efetividade desses grupos de civis armados em expulsar os cartéis de seus territórios, o rápido crescimento de seu poder bélico e político e amplo apoio popular, transformaram o fenômeno em uma das maiores polêmicas no campo da Segurança Pública no México.

Em 2015, existiam cerca de 50 grupos de *Autodefensas* no território mexicano, sendo que no estado de Guerrero estes já controlavam cerca de 70% do território. As *Autodefensas* mexicanas se organizaram como movimento social e chegaram a realizar assembleias gerais e até a eleger representantes. Apesar de que a maior parte desses grupos parece ter sido formada a partir la luta legítima do povo por sua segurança, a linha borrada entre defender legitimamente a população e estruturar novas formas de poder político com base na violência armada, nos leva no mínimo a suspeitar das potencialidades desses grupos, que podem tender a uma forma de atuação que se assemelha ao fenômeno do *vigilantismo*.

Experiências anteriores na América Latina como as *Autodefensas* na Colômbia, mostram que muitos desses grupos – que são afiliados à extrema direita – terminaram por realizar mais violações de direitos humanos que os grupos dos quais eles diziam combater. Na Guatemala, as *Patrulhas de Autodefesa Civil*, organizadadas pelo Exército guatemalteco, também foram autoras de imensa quantidade de abusos durante a guerra civil. No Peru, frente às violências do *Sendero Luminoso* (grupo guerrilheiro revolucionário) contra a população durante a guerra interna, foram organizadas as *Rondas Campesinas Anti-Subversivas* ou *Comitês de Autodefesa*. Estes se tornaram instrumentos das forças armadas oficiais para derrotar o *Sendero* através dos modelos antisubversivos de ganhar a população. Em 1991, os 4.205 *Comitês de Autodefesa* foram legalizados como organizações sociais e, ao contrário do esperado, após o período de guerra o numero desses Comitês – estruturados pelo Exército – cresceu a mais de 7 mil, passando a exercer uma função central na mediação de conflitos e exercício da justiça comunitária.

No México, o governo de Enrique Peña Nieto optou por desarticular as autodefesas através de seu desarme ou da incorporação à Polícia Rural. EPN realizou um grande operativo militar, em 2014, em *Michoacán* que visava tanto recobrar domínio do território que ainda era fortemente controlado pelos cartéis quanto dissolver as autodefesas. A prisão de lideranças importantes das *Autodefesas* – o Doutor José Manuel Meireles, de Michoacán – e dois "*comunitarios"* – Nestora Salgado, líder da Polícia Comunitária em Olinalá em Guerreiro – visava retirar a força desse fenômeno enquanto movimento social. Uma série de irregularidades na ação das forças armadas nesse empreendimento, como um massacre que resultou em 50 civis mortos em Apatzingán, em janeiro de 2015 e a denúncia de organizações de Direitos Humanos, levou o governo a recuar na ofensiva às autodefesas. Apesar das investidas do governo, esses grupos seguem operando até a atualidade.

Em Oaxaca – estado vizinho a Guerrero – alguns grupos armados que se originaram na esquerda revolucionária passaram a atuar como uma máfia. Esse fenômeno é bastante similar ao modelo corporativista que liga o PRI, sindicatos e grupos paramilitares para a manutenção do poder político e domínio de certos territórios:

> "Actualmente se está dando una organización, pero ya es un poco más como paramilitar, este, de mmm, como, pues como un frente ¿no? Ha habido muchos problemas actualmente, pero son… este… pues es gente salida justo de movimientos sociales, y a partir de ahí nació la efervescencia y ahora quieren controlar, pues los transportes, las viviendas, y hay todo un problema social ¿no? (…) Pues sí, digamos que nació en el 2006, a partir del movimiento social. Pero empezaron a juntar gente, a cooptar gente y entonces empezaron a otorgar ellos derechos y a negar derechos también. Entonces para que la gente pudiera tener, por ejemplo, derecho de trabajar un mototaxi, se tenía que aliar a ellos, ¿no? Entonces así toda una mafia interna de mototaxistas y además de quitar predios y vender predios, o sea empezaron quitar predios a la gente, a los ejidales, territorios ejidales, y empezaron a vender esos predios. Entonces también tienen el control de ciertas viviendas. También llegaron a lugares en donde empezaron a llevar a gente comerciante y les dieron establecimientos para que se volvieran comerciantes y ellos tienen que pagar piso. Entonces realmente es toda una mafia interna y ahorita está ya teniendo sus secuelas en donde los colonos pues ya no están permitiendo ¿no? Que esto se siga dando. Entonces hay todo un enfrentamiento de todo tipo, físico, ya ha habido armas, ha habido muertos, pues apenas empieza. Pero a esto yo le llamo una organización paramilitar, donde no permite que la misma gente se organice.
>
> Se llama Frente Popular 14 de Junio, además lo triste ¿no?, le ponen 14 de Junio que es la fecha donde llegaron, este, donde agredieron al magisterio…fue la entrada de la policía al plantón… y entonces nace ese nombre no?, a partir del movimiento social, que era en realidad un grupo muy, muy, muy pequeño y ahora ya es toda una mafia no? Pues, este grupo del Frente Popular 14 de Junio, están, este, son como un brazo del Frente Popular Revolucionario, que ellos son, se supone que ideologicamente son comunistas, estalinistas. Pero la gente no... la gente que está en el movimiento del Frente Popular 14 de Junio no tiene ningún tipo de formación política, más bien les permiten trabajar, o vivir en ciertos lugares, pero se tienen que aliar ¿no? Solo se pusieron el nombre, porque en ese momento estaba el movimiento magisterial, como para que el mismo movimiento magisterial no fuera en contra de ellos, si no para que dijeran ah, no, sí perteneces al movimiento magisterial no?, y así en vez de ser contrarios eran aliados no?, y eso fue al inicio pero después, ya empezaron, este, a cobrar incluso el suelo del Zócalo no?, cuando se ponía plantón, cobraban a todos los que se querían poner, o ya estaban, se organizaban, tú sí que entras, tú no entras, y había grupos. Pues entonces se empezó a convertir en toda una mafia ¿no? Y pues ya creciendo, ya no fue como solo en la ciudad, se empezó a mover, ya, este, en el Parque del amor, y pues actualmente ya en colonias, están en Ocotlán, están en Zaachila, como que ya se han movido más fuera de la ciudad, pero pues con una misma idea ¿no?, de juntar gente, de cobrarles suelo, pues el derecho a trabajar. Sí quieren sacar una mototaxi tienen que aliarse a ellos ¿no?" (Yuritzi, entrevista, Oaxaca, 2017)

Vemos, portanto, que apesar de que os paramilitares estiveram historiacamente ligados ao PRI e outros partidos com forte influência nas instituições, alguns grupos que se formam originalmente como guerrilhas na esquerda, podem vir a se converter em autores de

violências e extorsões, como aconteceu com o *Sendero Luminoso* no Peru. É evidente que o poder desses grupos é reduzido se comparado àqueles que têm membros dentro das instituições políticas, da segurança pública e da justiça. Esses grupos revolucionários, que ao início passam por uma forte repressão do Estado e passam a radicalizer ainda mais suas ações, passando a atuar no controle dos territórios, cobrar propinas, aparelhar sindicatos, assassinar e torturar membros e lideranças comunitárias.

No caso no EZLN, mesmo com a forte ofensiva do Exército Mexicano, o que permitiu romper o cerco do autoritarismo e transformar o círculo vicioso da violência – em que eles se defendiam da violência estatal e parastatal – em um espiral virtuoso em que eles tiveram que ser considerados pelo governo mexicano como um interlocutor legítimo, mesmo consistindo em uma guerrilha armada, foi justamente o amplo apoio conquistado pelo movimento na sociedade e, principalmente, a solidariedade internacional que instaura certos padrões de responsividade do governo mexicano para com a comunidade internacional. Isso foi possível com um plano estratégico em termos simbólicos e comunicacionais completamente inovador na América Latina, e se deve significativamente ao poder que as mulheres têm no movimento.

O principal diferencial do EZLN com relação aos outros grupos guerrilheiros que se faziam presentes, até então, no México é não ter como objetivo central a tomada do poder do Estado e sim a contrução de uma alternativa política autônoma. A possibilidade de existir por tanto tempo como movimento revolucionário sem estabelecer formas de governo territoriais opressoras e constituir um bom governo democrático não quer dizer, entretanto, que não sigam ocorrendo violências constantes dos militares, paramilitares e caciques locais, que agem sempre que há um interesse econônomico sobre o território, vitimando os povos Zapatistas.

Já no contexto brasileiro, os grupos paramilitares, conhecidos também como “milícias”, têm crescido e atuado no combate aos movimentos sociais. As *milícias* têm ligações históricas com lideranças dos partidos de direita e consistem em grupos criminosos formados por policiais militares e civis, assim como cidadãos civis armados e atuam no controle de territórios e em defesa de interesses econômicos dos grupos dominantes. A instrumentalização política das milícias e seu conflito com movimentos sociais e partidos de esquerda veio ainda mais à tona com o assassinato da ativista feminista negra e vereadora Marielle Franco, em 2018, por membros da milícia no Rio de Janeiro, estado que tem maior presença dessas organizações em seu território. As investigações do assassinato da Vereadora conectam diretamente os membros da milícia que executaram o crime com a família do atual presidente Jair Bolsonaro.

Em Belo Horizonte, os movimentos sociais e organizações de esquerda atuam no movimento de moradia no sentido de fortalecer o tecido social, realizar ocupações em terrenos sem função social e construir casas, organizar a comunidade, e acessorar juridicamente para a negociação com as autoridades públicas da regularização dos terrenos. Grupos criminosos armados, que são articulados, muitas vezes, a partidos da direita, disputam a influência nos territórios e bairros populares através da cooptação de lideranças nas comunidades e minam a ação de quaisquer lideranças que impeçam sua ação. Nas ocupações em que há atuação desses grupos, há a expulsão de moradores, venda de casas e terrenos, e perseguição de lideranças comunitárias e de qualquer movimento ou grupo que faça trabalho de apoio.

No contexto dos megaeventos internacionais é frequente que hajam graves violações de Direitos Humanos, e não foi diferente na realização da Copa do Mundo Fifa em 2013/2014. A *Ocupação do Isidora*, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, consistia em 2013 no

maior conflito territorial em área urbana na América Latina. Quando houve uma ameaça de despejo e foi montado um operativo policial para expulsar a população de suas casas, houve uma articulação de todos os movimentos sociais e grupos da esquerda da cidade em apoio aos moradores da região (BITTENCOURT, 2016). Junto a ações do Juizado da Infância, as mobilizações conseguiram frear a ofensiva do governo que já estava iniciando uma ação de depejo que seria uma das mais violentas já vistas no Brasil. Porém, o ganho de causa no plano judicial não impediu que grupos de interesse nos ganhos financeiros potenciais desse território continuassem intervindo e impedindo a organização autônoma das comunidades:

> "Assim, eu atuei no Isidora – no período que você estava – quando teve o boom, das três ocupações que cresceram, depois das mortes que ocorreram, eu fui me afastando da atuação. E quando eu trabalhava lá na politica dos direitos humanos com foco na violência estatal, acompanhei alguns casos. (...) Quando eu atuei no Isidora era mais no processo de violência estatal, quando a gente teve ameaça de polícia eu mobilizei, a gente tentou trabalhar tanto com o sujeito que estava ameaçado, quanto também com uma perspectiva de auto-proteção. Mas esse processo é devastador, você tem que respeitar o momento dele, se ele não quiser proteção... é um morador de periferia que sabia muito bem os riscos, teve um momento que nos vimos incapazes mesmo. Você está em um processo que um cara morre, o outro morre, depois 6 ou 10 mortes subsequentes, ameaças que se estendem aos moradores e aos militantes. Você vai em um território que as próprias lideranças comunitárias estavam junto com expulsão de moradores, de mortes, é complicado atuar em um território desse, põe tua vida em risco. Atualmente, eu não sei mais o que passa lá porque eu sempre estive mais na Dandara. Eu mobilizei os programas de direitos humanos porque estava rolando um processo de massacre lá dentro, nossa desconfiança era de grupos financiados por policiais ou por outras pessoas, e foi essa movimentação que eu fiz no momento, mas ai não teve como atuar mais.
> Os movimentos permaneceram mas a rede de apoio... acho que todo mundo debandou, não vejo mais campanha, nenhum trabalho de base. Quando a gente fazia oficina, na verdade, houve um projeto com a juventude na Rosa Leão, houve a cooperativa de costura com as mulheres, o centro cultura popular." (Joana, 28 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2018)

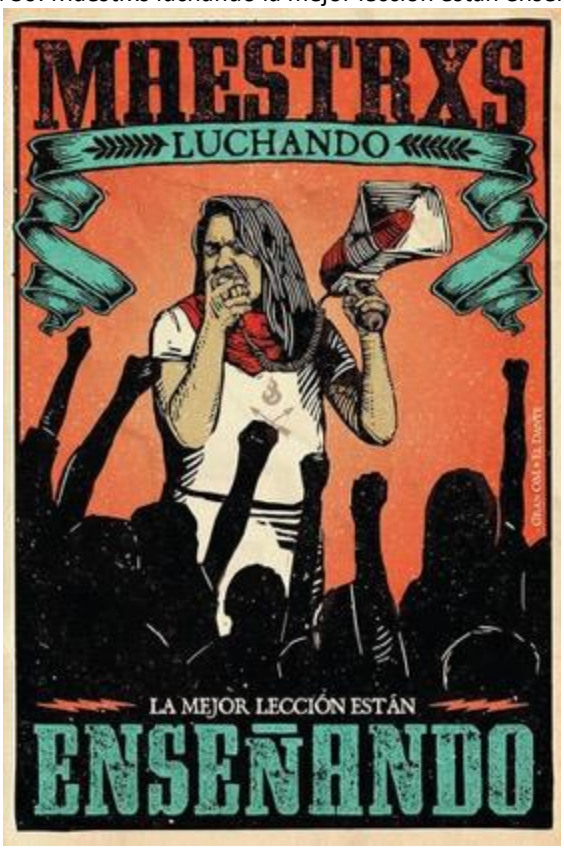
Apesar de reconhecer um papel fundamental da rede de apoio nos casos de resistência contra o despejo como o da Ocupação Isidora, Joana possui uma crítica ao caráter efêmero e sem compromisso com o trabalho permanente que ela vê por parte de muitos grupos autônomos nas lutas por território. Ela considera fundamental que haja planejamento, objetivos e responsabilidade. Mesmo que o projeto político seja de autonomia, deve ter continuidade, já que a ausência de apoio político muitas vezes expõe esses territórios a uma maior violência do Estado, de grupos armados e de estruturas clientelistas de política eleitoral:

> "Então, eu acho que porque é isso, quando você está dentro de um processo coletivo de debate a gente quer um início, meio e fim da ação, a gente planeja, a gente pensa como executa, a gente tentar construir algo consolidado, quando você está em um processo mais autônomo, eu vou atuar quando eu achar que está sendo importante para mim, penso um pouco isso, sabe? Agora, se você está em um território onde você quer uma finalidade com aquilo, acho que a responsabilidade vai ser maior, quando você tem um processo de violência em uma ocupação, os sujeitos que estão envolvidos dentro desse processo político, de trabalho de base, de formação politica e de construção de sujeito revolucionário, ele vai está implicado nesse processo. A nossa tarefa revolucionária é a gente estar em constante trabalho de base com o povo, a gente tem que fazer um trabalho sistemático e permanente, quando observamos um grupo que dá um apoio jurídico, de mobilização, que faz uma oficina, que apoia nos atos, eu penso que os movimentos sociais e partidos políticos que estão dispostos a fazer um trabalho constante, eles arcam com uma responsabilidade maior porque eles tem um projeto politico e de poder, mas os grupos autônomos são mais esporádicos porque não vão ter tanto a responsabilidade politica de arcar com as responsabilidades que o povo tem, os movimentos sociais estão mais a frente dos problemas e da afinidade maior são construídos no dia-a-dia, mas que não são contínuas.
> E por isso, a Isidora foi o boom, maior conflito da América Latina, você tem um boom de rede de apoio, de compartilhamento, do facebook, de virar uma pauta internacional, os músicos falam, mas quando esse processo de mobilização acaba, quem permanece no trabalho constante para continuar naquele território de resistência, um território que enfrenta, e que se negue a ser cabo eleitoral de todos os partidos, um território que tenta combater a violência contra os habitantes, movimentos que ajudam a comprar essa briga, movimentos que continuam tentando no trabalho de consciência politica dessa galera, eu acho que esses movimentos permanecem.
> Mas eu penso que a militância individual ela é importante, não quer dizer que você não está organizada num partido politico, como a gente estava conversando, para você fazer uma modificação na vida do povo você precisa estar em uma organização política, você pode também lutar individualmente, mas tem que ter responsabilidade política, não é só fazer uma oficina e tá tudo bem. Que é o mesmo processo eu, enquanto trabalhadora e assistente social, se o usuário quer ser atendido, eu tenho que atender a demanda, escutar o sofrimento, de tentar, se eu não tenho condições de atender, eu tenho que encaminhar para outro lugar que tenha condições de cobrir a necessidade dele, eu não posso criar um vínculo e depois romper, acho que temos que ter responsabilidade política com o povo." (Joana, 28 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2018)

O México enfrentou, em 2016, um dos maiores golpes no sistema educativo com vistas a sua privatização. O fechamento do cerco neoliberal e autoritário de Enrique Peña Nieto e uso da força pública para impor seu projeto de Reforma da Educação Pública tem como uma das principais funções desarticular o tecido organizativo das correntes democráticas e combativas dos sindicatos de professorxs, especialmente as que estão presentes na região sul do México. A imposição da Reforma veio acompanhada de um forte processo de militarização, com o objetivo de reprimir as resitências à privatização. Essa militarização atingiu

profundamente o estado de Oaxaca, que tem o movimento magisterial mais aguerrido e combativo do país.

Figura 30: Maestrxs luchando la mejor lección están enseñando



Fonte: https://www.revistacactus.com/arte-desde-la-trinchera-en-apoyo-a-los-maestros-de-oaxaca/

Frente à resistência dxs professorxs, articulada com o povo, para evitar a retirada do direito à educação tão batalhado para conquistar e manter, EPN envia as Forças Federais para reprimir as manifestações. Na cidade Asunción Nochixtlán, Oaxaca, a menos de uma hora da capital de Oaxaca, em 19 de junho de 2016, onde o povo bloqueava a rodovia principal que leva Oaxaca à Cidade do México, a Polícia Federal – Operativo Oaxaca - entra com armas de fogo para liberar o bloqueio e deixa um saldo de 8 civis mortos e mais de 100 feridos. Houve muitas prisões, torturas e outras violações de Direitos Humanos da população nesse episódio. Em 21 de dezembro de 2016, houve a aprovação final da Reforma Educativa de Enrique Peña

Nieto, no Senado. Mas, mesmo após a aprovação da reforma, a militarização permaneceu no estado, constribuindo para o aumento da violência e dos feminicídios:

> “Actualmente en Oaxaca con la entrada de la gendarmería, cuándo entra el Nuevo IEEPO empieza a vivirse una nueva oleada de violencia actualmente. La entrada de la gendarmería y cuándo llega esta onda del Nuevo IEEPO. Existe una lucha magisterial en Oaxaca, entonces para apabullar la lucha magisterial metieron a esto que le llaman el Nuevo IEEPO, que es sustituir a los maestros y hacer que hagan sus exámenes de manera obligatoria y para que eso fuera capaz de crear una nueva de institución sobre la institución ya existente. Y trae alrededor de 10000 gendarmes, que es la policía estatal, nacional, que ahora se llama gendarmería. Pues a partir de la entrada de la gendarmería se empieza a recrudecer la violencia en Oaxaca. Antes no veías a chicas aparecidas por cualquier lado, muertas, no veías mujeres pues violentadas, violadas, aparecidas en basureros, sin ropa, o simplemente cuerpos sin cabeza, con narcomensajes, eso no lo veía, te podrías andar en la calle y no pasava nada. Y actualmente la militarización del Estado de Oaxaca se ha recrudecido, eso es en cuanto Oaxaca y en cuánto a México pues no se diga, todo el Estado está militarizado. Hace un año que está una militarización más fuerte. Ya estaba de por si despues del 2006, pero ahora ya es mucho más fuerte. Pues bueno éste es el contexto, como cada vez más esté más fuerte la entrada de la policía militar, gendarme, pues yo creo que es esto cuanto al contexto en general como de violencia está más fuerte. De por sí existia la militarización, pero ahora es la entrada del narco junto con la entrada de la gendarmería, pues la entrada de narcos ya se esta vendo reflejada en las colonias alrededor. Qué es de esta lucha del poder y poder controlar los espacios, los territorios. Y la entrada de la gendarmería viene con el pretexto del Nuevo IEEPO, para el Estado controlar el movimiento social. Pero ellos, en vez de irse, se esparcieron por todo lado del estado.” (Naran, 34 anos, entrevista, Oaxaca, 2019)

Figura 31: Foto de cartaz de evento em protesto contra o Massacre de Nochixtlán

Fonte: a autora

No Brasil, no mesmo período, também foi realizada uma forte ofensiva à democracia e ao sistema educativo. Em 15 de junho de 2016, em Brasília, foi apresentada a Proposta de Emenda Constitucional 241 que congelava os gastos públicos com Educação, Saúde e outros setores sociais estratégicos no Brasil por 20 anos. Em 31 de agosto de 2016 foi concluído o processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, que estava em curso desde o dia 02 de dezembro de 2015, consolidando-se o Golpe de Estado judicial-parlamentar. Em 15 de dezembro de 2016 aconteceu a aprovação da PEC 241 e mesmo com uma mobilização fortíssima e massiva da população, com ocupação da maior parte das escolas e Universidades Públicas do país durante meses, não houve recuo por parte do governo.

Esses processos de avanço das políticas neoliberais são sempre acompanhados do crescimento do autoritarismo e da militarização no sentido de se controlar todas as possibilidades de resistência popular. Seja através de reformas do sistema educativo, do ataque aos direitos trabalhistas e previdenciários, seja através do ataque ao direito à moradia e à terra de populações pobres, indígenas e campesinas, a ação governamental é na direção de impor decisões sem passar por processos democráticos. E nas áreas onde se pretende construir megaprojetos de grande impacto ambiental, usam da violência e do terrorismo de Estado e paraestatal para desocupar as áreas que vão ser exploradas:

> "Mira, esta... me queda muy claro, autodefensa del territorio… me queda muy claro a mí que el sistema neoliberal se quiere aprovechar de todo y para poder hacerlo necesita primero poder apropiarse del cuerpo de las mujeres, no?
> Y las mujeres son las que se enfrentan en la lucha por la tierra, por la vivienda, en contra de todos estos proyectos extractivistas, son las mujeres las que están poniendo el cuerpo. Si tu ves en las noticias, en la tele, en la radio ¿quienes están allí? Las mujeres están en primera fila.
> Pero también está todas esas, los mecanismos que usa el sistema para meterle miedo a las mujeres y ahí es donde, yo por eso admiro mucho a las mujeres, por esa valentía que tienen, de no tener miedo. Cuando estuvimos en el canal decía "no tengo miedo", pero ahora sí tengo miedo, ahora que ya conozco… antes que no sabía cómo funcionaba el sistema, tenía idea, pero cada vez se va recrudeciendo más. Los mecanismos que utiliza para someter el cuerpo de las mujeres. Decía "no tengo miedo, qué me puede pasar?", pero ha cambiado mi percepción y yo lo seguiría haciendo y seguiría defendiendo… mira ahora que no puedo caminar, pues digo la próxima vez no voy a poder correr, voy a tener que tener más cuidado, por eso ahora tengo más miedo, pero sigo ahí al frente.

> Lo hemos trabajado con algunas compañeras, la cuestión de la lucha contra los mega proyectos. Ahora hicieron un foro ahí en el zócalo, sobre las zonas económicas especiales. (...) Varias organizaciones sociales y pueblos vinieron y nosotras como colectivo, yo de manera individual también hemos estado en la defensa en contra de estos mega proyectos, porque creo que todo nos compete a las mujeres, todo repercute sobre nuestros cuerpos y mentes." (Xidani, 65 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Xidani ressalta que a repressão e a violência passam necessariamente por inúmeras violências contra as mulheres, inclusive a tortura sexual e o feminicídio, que tem o objetivo de aterrorizar e também de impedir a ação, possuindo um valor simbólico de eliminação das mulheres como sujeito político central para os processos na terra e no território.

> "Este, en cuanto a la autodefensa del territorio, híjole, aquí en Oaxaca, este... está bien, bien, bien difícil ¿no? Pues hay un montón de mega proyectos no? Por todos lados en el valle, pues incluso que están las mineras que han... está concesionado mucha parte del valle. Intentando entrar... este... los militares al valle no? Entonces realmente precisamente creo que parte de la militarización del Estado no? Que se ha estado dando y que se sigue dando y que se quiere dar más a fondo, es por los mega proyectos no? Las mineras, los eólicos, bueno, un sinfín de mega proyectos que existen en Oaxaca. Oaxaca es uno de los estados más ricos en biodiversidad. Ha habido muchas muertes, muchos desalojos, muchísimas cosas no? Y creo que esto apenas está empezando recién, recién vamos para seguir, va a seguir creciendo la resistencia contra los mega proyectos." (Naran, 34 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Anayeli nos conta sobre sua participação no APIITDTT, a *Asamblea de Pueblos Indígenas del Istmo de Tehuantepéc en Defensa de la Tierra y del Territorio*. A região do Istmo, devido à sua alta capacidade de vento, tem sido alvo de megaprojetos eólicos, que apesar de serem considerados fontes energéticas "verdes" ou "ecológicas", são instaladas em territórios onde vivem povos originários, expulsando essa população através de pressões econômicas e políticas:

> "Bueno, yo vengo del Istmo de Tehuantepec, de Juchitán. En el istmo se está haciendo… el Istmo es una fuente económica muy importante porque es la parte más estrecha del país y se quiere hacer un proyecto como en el Panamá. Por eso se han invertido mucho en infraestructura, en ciertas cosas como, por ejemplo, ahí está la Salinas Cruz, está Pemex, la refinería, entonces también megaproyectos, las concessiones de las mineras. Ahorita lo más fuerte es con los proyectos eólicos. (...) Entonces el proyecto lo que quieren es rodear, hacer parque eólico en todo lo que hay, y no importa que hayan pueblos o lo que haya. Desde hace años ya vinieron, hicieron una prueba en la venta, respuestas de mucho para poder regresar y ahorita son como un chingo, casi 2000 ventiladoras eólicas, algo así. Son como 29 parques que van a funcionar ahí. Se supone que toda esa inversión es para empresas privadas, para por ejemplo las transnacionales, empresas como Bimbo, Coca Cola. Entonces la energía que se produce no es para México y aparte, encima de eso, estas empresas van a vender a México

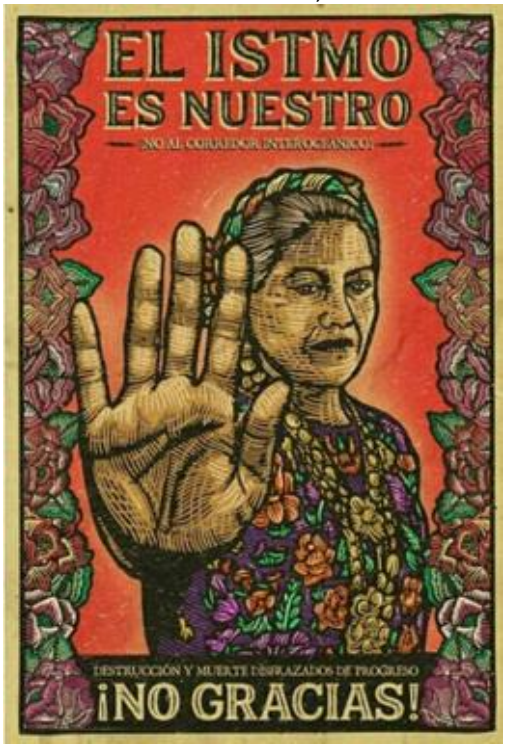
> energía, pueden venderlo ahora con la reforma energética, un chingo de cosas. Entonces ahora viene lo que es la zona económica especial, vienen más duro, viene una segunda fase de megaproyectos. Pero bueno se está resistiendo, cuando empezó la resistencia lo que llegaban hacer estas empresas era llegar a las casas con este discurso, y decir 'mira, aquí está el contrato, te vamos a dar tanto, tanto blablabla así es'. Cuando el compañero decía que 'ah, yo no puedo firmar porque tiene que estar mi esposa tenemos que firmar los dos'. 'Cómo crees? tú eres el hombre de la casa.' Y entonces él firmaba, él ganaba el dinero, y cuando llegaba la esposa decía 'tú firmaste, yo no lo firme yo no voy a firmar, eres así tú ganaste el dinero tu resuelve'." (Anayeli, 29 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

A ativista ressalta que, frente à pressão das companhias transnacionais que estavam fazendo pressão para que a população do Istmo de Tehuantepéc vendesse suas terras, as mulheres foram as principais articuladoras do movimento social em defesa do território, e estiveram aguerridas para garantir a sobrevivência de sua família através da subsistência que depende da terra. Elas recusaram contratos apresentados pelas empresas que eram evidententemente prejudiciais para o povo, pois o valor ofertado não daria para o sustento da família nem por um ano, e se organizaram também contra os altos preços da luz que não correspondia ao consumo real das famílias. Apesar dos preconceitos e restrições impostos pelo machismo, elas têm, cada dia mais, participado nas assembleias comunitárias e ganhado força no movimento:

> "Entonces se empezó a hacer un trabajo de hablar de las empresas eólicas, de todo lo que traen, todo lo que ganan, las cuestiones ecológicas también. Las mujeres fueran las mejores aliadas que tuvimos, las esposas, porque era 'que yo no iba a firmar, si me hubiese esperado... tienes que ir a la reunión y tienes que ver'. Entonces en el principio se llegó a no me acuerdo cuántos contratos se pudieron anular. Pero después se pusieron más cabronas, se tuvieron que ver la forma, se quedó más difícil. Pero en el movimiento quiénes han sido quién han estado muy fuertes son las mujeres, las en las campañas las que estaban adelante eran las mujeres. Y aparte la defensa de la tierra y la defensa de la madre, de los campesinos, la gente, y la defensa de la tierra, del que te da de comer... O sea, si no tienes dinero, pero sembraste, puedes ir a pescar, tienes comida, no necesitas dinero. En ese momento, tal vez mañana puedes tener dinero, pero por lo menos comiste. Y esto es como, por eso la gente se decidió luchar por defender la tierra. Y aparte creo que pues también es un proceso de autonomía, la tierra te da de comer. Tu no tienes que depender de nadie, depender de un trabajo a veces. Pero aparte te da... tú siembras, la esposa hace totopos, tortilla, y lo va a vender en el mercado y de él trae el dinero. Entonces un proceso que no necesitas depender de nadie. Entonces lo importante es que la gente sepa que de la tierra vivimos, de la tierra comemos todos en las ciudades, lo que comes viene de la tierra. Eso es como bien... pues ahí tiene que cuidar, tiene que defenderla. Allá quiénes son aparte en la defensa del territorio son las mujeres también las que han dado como una fuerte lucha. Aunque luego no las reconoce quién Y cómo está eso de que las mujeres son muy aguerridas. Sí son muy fuerte de carácter y son las que primero están en el frente. En el Istmo se han hecho varios talleres por la defensa, sobre todo los derechos de los pueblos y derechos

> de las mujeres, no sé si ha costado mucho. Desde ya empiezan las mujeres a participar más en demostración, a querer hablar más. Sí las mujeres participan en las asambleas. O sea, las reuniones que se hacen internas son unas, pero en las asambleas, pues sí todos tienen... y ahí también ellas sí participan, hablan. Pero ellas quieren hacer más, pero sí cuesta, les ha costado, pero poco a poco se va defendiendo, participan. Yo creo que es un proceso muy chido, pues es que han estado siempre ahí, de alguna forma entonces hay que dar este reconocimiento." (Anayeli, 29 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Figura 32: No al corredor interoceânico, Istmo de Tehuantepec, Oaxaca, MX



Fonte: Gran OM

Apesar dessa maior presença no movimento e nas assembleias, as mulheres ainda enfrentam muitas dificuldades para serem reconhecidas como lideranças e para estar nos espaços de poder e decisão. A forma como a sociabilidade influencia na estrutura, naturalizando o pertencimento das mulheres aos assuntos privados e dos homens aos assuntos políticos, faz com que seja necessário travar uma grande batalha, todos os dias, para romper com essas barreiras e, geralmente, só após muitos anos de liderança comunitária as mulheres conseguem ganhar o mesmo respeito que os homens têm praticamente como um "dado" nos processos políticos de luta pelo território:

> "Creo que sí siento que el feminismo, de alguna forma... no es que esté peleado, pero sí tinen muchos problemas, que es que muchos de los compas de diferentes posturas ideológicas siguen siendo muy machistas, siguen haciendo comentários, diciendo cosas muy misóginas,

> acciones... Yo también pertenezco a una organización en el Istmo que es la APIITDTT, la Asamblea de Pueblos Indígenas del Istmo (de Tehuantepéc) en Defensa de la Tierra y del Territorio y ahí bueno que de alguna forma están, mis papás están conformando la organización, pero quién tiene como una postura, quién es más visible es mi madre, es mi mamá y entonces tiene otras compañeras, hacen las secciones, hacen las alianzas. Pero se dáte cuenta qué es un mundo muy de hombres! Creo que a mi mamá la ha costado un chingo, una porque como trabaja también en comunidades... o sea va con otros compañeros, va mi papá, va ella. Ah sí, ahorita ya la saludan, se paran ya con respecto, por todo el proceso que esta organización lleva más de 11 años. Entonces pues sí, se ha ganado el respeto. Pero antes sí le llegó a costar, de que llegavan y iban directamente a buscar mi papá cuando habia un problema, y quién resolvia casi todo era mi mamá, ¿no? O sea, de esas cosas. Pero voy a decir mi papá y mamá porque no te voy a decir los nombres. Por ejemplo me contaban de qué en una ocasión, en varias ocasiones, tenían reuniones, las reuniones son de hombres, solamente los hombres, pero ahí discuten... en la asambleia discuten otras cuestiones. Entonces ella siempre tiene que entrar entonces em la sala van las mujeres y le decían 'no, es que tú te quedas aquí con nosotras, espera que salgan' y ella decía 'no, es que yo tengo que estar, porque yo también soy parte de la organización'. Entonces siempre es una cuestión muy patriarcal muy machista. Y quienes están ahí les llega a tener el respeto, porque lo han ganado. Igual mi abuela, mi abuela fue una de la que estuvo ahí en el frente, y sí, vivió en el frente, hizo mucho por el movimiento. Cuántas veces mi abuela... también la metieron a la cárcel varias veces por el proceso, por la lucha. De alguna forma ella se ganó el respeto de la gente, sobre todo también de los hombres. Creo que es difícil, y por eso muchas de las compas prefieren a veces tomar su distancia en otros porque sí es difícil." (Anayeli, 29 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Esse não reconhecimento das mulheres nas lutas pelo território, entretanto, não são apenas de parte dos homens dos movimentos sociais. Diversas ativistas, tanto em Oaxaca quanto em Belo Horizonte, apontaram que muitas feministas também não reconhecem essas mulheres como parte da luta feminista, devido também a uma associação equivocada do feminismo exclusivamente aos movimentos urbanos. Mesmo que os movimentos organizados pelas comunidades em torno da luta pela terra, pela moradia, sejam mistos e que não se entitulem como "feministas", muitas das mulheres lideranças se identificam como feministas e reivindicam essa luta como parte de sua práxis política:

> "Essa coisa da autodefesa do território tem sido... Acontece desde sempre, principalmente dos povos tradicionais que tem seu território invadido. Eu acho que as autodefesas de território muitas vezes não tem o nome de feminismo talvez. Eu acho que são mulheres que estão tocando, na maioria das vezes são as mulheres que são as lideranças, são as mulheres que mobilizam, elas são a cara, mas o feminismo não vê muito como feminismo parece. E elas, acho que ultimamente têm se denominado feministas, sabe? Mas não é visto muito como uma pauta feminista essas do território, mesmo que diga-se que nosso corpo é nosso território, a ideia do território… Mas eu acho também que o que a gente entende majoritamente por feminismo, é uma ideia muito urbana, e o que é feito em lugares que não são urbanos que são esses lugares - tem também a questão dos megaprojetos nas cidades. Mas pensando nessas coisas tipo mineração e comunidades tradicionais e tal, o feminismo ele tá muito distante por causa disso,

> porque as mulheres se organizam e têm relações mais profundas, relações patriarcais mais profundas, por que tem a dependência econômica, as relações familiares, nesse contexto do interior de relações mais tradicionais, então às vezes não se dá muito o nome de feminismo, mas são ações feministas socialmente. Até a questão da resistência eu acho que, tipo, pra poder resistir nesse lugar ela precisa do feminismo, por que as mulheres e os homens também vão estar nesse rolê, mas o que segura mesmo sempre são as mulheres. Nas ocupações urbanas tem muitas mulheres que tão lá, são elas que constróem o barraco, o cara chega depois, mas elas que vão na mobilização política mesmo, para que elas resistam. Porque essa coisa da casa, do território, da terra, da família, infelizmente, ou acho até que felizmente, são as mulheres que estão implicadas nisso. Os homens se autocentram muito, eles estão no mundo mas é muito mais fácil para eles estar em qualquer lugar do mundo, agora para as mulheres não é muito bem assim, né? Tanto pelas obrigações históricas patriarcais que nós temos, as responsabilidades que nós temos, quanto eu acho que também até uma identificação mesmo, o território, a terra, o lugar que a gente vem, faz muito mais sentido essa coisa de estarmos juntas nesse lugar. Então eu acho que essa é uma autodefesa dos territórios. E territórios é qualquer território, na cidade também, então eu acho que é isso eu acho que isso é uma coisa mais recente de associar feminismo com a defesa dos territórios, tanto urbanos quanto rurais. Posso estar enganada né, mas eu acho que é assim. Eu não conheço muitos movimentos sociais mistos, eu fiquei pouco porque eu não tenho muita paciência. Eu acho que nos movimentos sociais mistos as feministas tem uma tripla tarefa, que é de lidar com as questões do feminismo, lidar com as questões fora da organização e lidar com os machismos e todas as situações que tem dentro, as disputas internas. Não que nos movimentos feministas não tenham essas questões mas eu acho que é um dispêndio de energia tão grande e também que gera várias outras coisas, questões de autocuidado e tal.” (Yeji, 28 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

O fato de não serem reconhecidas, nem nos movimentos mistos de defesa da terra e do território, nem entre os movimentos feministas, e de ter essa tripla tarefa como desafio para sua atuação política está relacionada a essa articulação em termos de dominação entre o patriarcado e o racismo que incide sobre essas mulheres. Imani nos chama a atenção sobre o *racismo ambiental*, que é a lógica que faz com que as populações mais afetadas nos conflitos ambientais e territoriais sejam os povos indígenas e negros. E também é relevante analisarmos o impacto que a perseguição e o assassinato de defensorxs da terra e do território têm sobre essas mulheres e sobre o movimento.

O Brasil foi classificado como o país do mundo que mais mata defensores da terra e do meio ambiente em todos os anos de 2012 a 2017, tendo sendo ultrapassado por Filipinas, Colombia e Índia, em 2018 (GLOBAL WITNESS, 2019). O setor responsável pelo maior número de assassinatos é a mineração e o das indústrias extrativas. É importante lembrar que além desses assassinatos, também houve 19 pessoas mortas no crime da Vale/Samarco/BHP

Billiton, na ruptura da barragem de rejeitos Fundão, no município de Mariana e também o crime da Vale em Brumadinho, com a ruptura da barragem da Mina do Feijão, com 259 mortos e 11 desaparecidos, sendo o maior crime ambiental e de trabalho da história brasileira e a maior ruptura de barragens do mundo. Além disso os números da GLOBAL WITNESS são enfocados nas mortes de ativistas ambientalistas, indígenas e campesinxs, não contemplando, muitas vezes, conflitos sóciofundiários em áreas urbanas. Para Imani, frente a todas essas perseguições e assassinatos, a nossa autodefesa está em outras formas de se entender no território e de se criar comunidades:

> "Hoje em que a gente está aí sofrendo constantes ameaças de desocupação dos espaços de ocupação urbanas, pessoas que estão na luta da moradia, dos territórios indígenas, do pessoal atingida por barragem, acaba que discutir todas as questões no cerne do sistema o que causa todos os impactos territoriais. E aí pensando sobre isso assim... mais especificamente Minas Gerais em que Brasil, por um todo, em Minas Gerais a gente passa por um processo profundo de colonização e que se dá também através da mineração e que de alguma forma isso perpetua ainda hoje na forma de organização econômica do Estado, que sempre se deu pela exploração dos corpos, pela exploração do meio ambiente, múltiplas formas de exploração e de práticas neocoloniais e imperialistas. E aí é tentar discutir como esses impactos do colonialismo ainda reverberam sobre nós. Tanto na questão de nos mantermos sobre formas de colonização, de vida precarizada, porque se sabe que onde tem a mineração tem mais exploração sexual, acaba tendo mais produção da miséria e tudo isso também é impacto de um racismo ambiental.
> E naqueles lugares que você tira muito dos recursos e a população vive sobre formas escassas de vida, e essas vidas são descartaveis, como a gente presenciou com o crime da vale em Brumadinho, vocês não notificam as pessoas do território quando está para acontecer uma tragédia, e ai isso passa pelos moradores, pelos trabalhadores, de formas precarizadas de trabalhos, temos que estar nesses espaços, temos que estar cada vez mais conversando com essas pessoas para criar essa autodefesa, de entender como esse processo reverbera historicamente nas nossas vidas e como nessa contemporeneidade ele esta na prática bastante presente, e acho que a autodefesa está em outras formas de se entender no território e de se criar comunidades, isso que eu busquei no candomblé, buscar outros espaços de comunidade, outras formas de subsistência, que passa pela agricultura familiar, ou da soberania alimentar, que é algo que deviamos estar discutindo, de pensar como lutar com esse Estado genocida a possibilidade de distribuição de renda e de moradia para nossa população, são duas questões principais para começar a pensar a combater as outras violências como o feminícidio e a precarização do trabalho, a questão da terra, é fundamental, ela dá autonomia, de tirar nossa propria substistencia, garantido essa forma de sobrevivencia, de qualidade e bem-estar e acaba caindo em questões de precarização do trabalho e precarização da vida porque o capitalismo não está interessado na preservação dessa nessa vida, são vidas descartaveis." (Imani, 33 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

Diversas ativistas articularam, portanto, a luta pela terra e pela moradia com a luta contra o feminicídio e a violência contra as mulheres e isso advém de vertentes feministas

populares, negras, indígenas e campesinas. O processo constante de mobilização e de vizibilização dos feminicídios e da violência contra a mulher está articulado, portanto, à luta por justiça também nos crimes de Estado no México como Acteal, Atenco, Ayotzinapa e no Brasil como Corumbiara, Eldorado dos Carajás, Felisburgo e diversos massacres como o recente de Pau D'arco, no estado do Pará. É de primeira importância a presença de comunicadores sociais, advogadxs, artistas e musicistas nesse processo de mobilização popular, pois frequentemente são eles que garantem uma projeção ampla e um alcance que vai para além dos setores já mobilizados pelos movimentos sociais e pela esquerda:

> "Entro en la Escuelita por la Igualdad de las Mujeres y ahí hago comunidad. Y empecé a ser como más conciencia, porque antes estaba más en el activismo, en realidad, porque no conocía tanto de teoría. Y entonces entré en la escuelita y igual ahí pues conocí más teoría, supe que en realidad qué era el feminismo, las corrientes, todo eso… y es donde yo empecé a identificarme como feminista. Y un poco es este miedo de que has oído que tus profesores o compañeros dicen feminazi o cosas así y dices "tal vez no sea difícil dar identidad", porque eso significa ser rechazada en muchos espacios. Al principio te dan esas crisis existenciales de decir "sí es cierto..." querer corregir las cosas, querer cambiar tus formas de relacionarte… y entonces ya fue en la escuelita que conocí a muchas mujeres y fue el espacio donde éramos mujeres desde 60 años y 21 o 22, entonces era oir muchas realidades de distintas mujeres y eso me hizo decir "me siento en un espacio seguro entre mujeres", es muy distinto cuando convives con hombres. Y entonces dije "quiero estar en estos espacios" y ya de ahí, bueno… antes de eso fue lo de Ayotzinapa[57], lo de los estudiantes y ahí también, pues yo estuve en las reuniones, intentamos casi hasta el último, hacíamos asambleas, yo estaba en la coordinación de comunicación y salíamos en marchas. Yo salía con un compañero, que éramos los que salíamos a ver qué se podía hacer en la movilización, hacer como algunas cosas… las reuniones para ver qué otra actividad se hacía… pero pues en México hay mucha violencia, da miedo que te pase algo por ser activista, por estar defendiendo algo en lo que el gobierno está metido y entonces pues ya dejó… se esfumó la movilización de Ayotzi y después también pasó lo de la escuelita, entré… y miento… de ahí vino lo de Nochixtlán, que también yo participé en un evento cultural,

[57] O Estado mexicano está em Guerra permanente com as populações indígenas e as mulheres. Mas há muita organização popular de resistência. O México é possivelmente o país latinoamericano tenha a estrutura de guerrilhas revolucionárias ativas mais duradouras. O país passou por uma revolução em 1917 que realizou uma reforma agrária baseada na propriedade coletiva da terra, e algumas regiões ainda mantêm essa estrutura, a exemplo das regiões predominantemente indígenas como Oaxaca e Chiapas. Em meio às mudanças sociais produzidas nas revoluções do início do século XX, foram criadas as escolas normais rurais interculturais nas regiões indígenas, no marco de uma cultura revolucionária comunista e coletivista. Nesse contexto, emerigiu um sujeito politico revolucionário quase imbatível: estudantes/professores indígenas/campesinos com forte liderança em suas comunidades. Frente à estrutura corporativa dos sindicatos no México, e à postura pelega do Sindicado Nacional dos Trabalhadores da Educação (SNTE), esse sujeito politico tem sido o único capaz de mobilizar a resistência contra a privatização do Sistema Educativo através da mobilização em diversas frentes. Por isso, assim como a escalada dos feminicídios, o desaparecimento dos 43 normalistas de Ayotzinapa tem também uma função simbólica de eliminar esse sujeito político que tem sido o protagonista da resistência e das lutas sociais no México.

> que fue para ir y apoyar a través de música… una compañera y su chico llevaron para impresión con tinta y que le pudieran hacer los niños en papel y poner este… lo que quisieran y pegarlo. Y era todo como "nos faltan 43", un evento cultural. Estuvo Mare… y fue otro proceso también en el que estuve, pero que fue… no estuve tan de cerca pero bueno, sí participando en todo lo que se hacía acá." (Nakawé, 24 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Vemos, portanto, que as ativistas autonomistas têm feito uma combinação entre feminismos comunitários inspirados em lutas indígenas, campesinas e urbanas, criando redes de solidariedade com as lutas de mulheres que são invisibilizadas na cena pública e, por isso, ainda mais vulnerabilizadas. Concha afirma que pelo fato dela ser de um pueblo, com suas tradições e costumes, e como ela cresceu nesse local havia muitas questões que ela não gostava, que por ser regido pelos mais velhos havia muitos aspectos que tinham que "ser assim", pois essa era a tradição. Por isso ela nunca havia se interessado pelo feminismo comunitário. Em sua perspectiva, para a mulher há muitas vantagens em se ir para a cidade, pois esta permite mais liberdade, apesar de também ter muitos limites a essa suposta liberdade, mas ela acha mais fácil lidar com as questões no mundo urbano.

Foi apenas quando ela se mudou para a Capital Federal para estudar na universidade e teve a oportunidade de realizar um estágio de pesquisa na comunidade de Atenco, que é um povo em resistência, que ela começou a perceber a importância de se trabalhar também com comunidades. Sua professora tinha uma parceria com o *Frente de los Pueblos en Defensa de Tierra* e o grupo realizou trabalhos comunitários apoiando atividades agrícolas, eventos, festas religiosas e nos processos de formação política, trabalhando questões de subjetividade e identidade no processo comunitário. Em uma ocasião o grupo convidou xs campesinxs de Atenco para participar de uma atividade na Universidade e elas foram até la com seus facões de trabalhar a terra, que são o símbolo de sua luta aguerrida e da resistência popular. Aqui é fundamental lembrar o papel que os movimentos estudantis tiveram em publicizar, em meio ao contexto eleitoral, a postura repressiva e autoritária de Enrique Peña Nieto, que ainda

justificava sua ação como governador do estado do México em ter ordenado a repressão violenta ao povo de Atenco, na qual também ocorreram prisões arbitárias e torturas sexuais.

Concha afirma que há uma tensão política na comunidade pois, especialmente após a fortíssima repressão do Estado, grande parte da população passou a não apoiar o FPDT por considerar que a revolta popular gerava muito conflito e que, por isso, muitos preferiam a "paz", defendendo a venda das terras *ejidales* (comunais) para o governo. Apesar de toda a luta de muitos anos, e toda a pressão social para que se respeitasse o direito à terra daquele povo, o governo não abriu mão de seus interesses e seguiu no empreendimento de construção de um aeroporto na região, desaproporiando a terra através de repressão, tortura, assassinatos e prisão de lideranças comunitárias.

Após sua participação nesse processo, ela voltou a Oaxaca com mais vontade de trabalhar nos processos comunitários e apoiar nas lutas pera conquistar melhorias em sua comunidade e em outras regiões do estado. Concha chama atenção para o quão carente é o estado de Oaxaca, pela colonização, o racismo e a pobreza, e que isso se expressa atualmente pela exploração do turismo. Na sua percepção há uma exploração das culturas e das tradições indígenas, que são direcionadas para a venda e se tornaram a maior fonte de renda do Estado, já que não há indústria e/ou comércio fortalecidos na região. Segundo ela, o impacto da insurgência em 2006 se deu em grande parte por causa disso, pois quando o movimento social bloqueou tudo, causou uma baixa frequência de turistas e muitos negócios de famílias ricas quebraram, e por isso também houve tanta repressão. A ativista afirma que antes tinha orgulho de dizer que Oaxaca vivia de sua cultura, mas após ter contato com a críticas de outrxs companheirxs anarquistas se deu conta de que o turismo também é uma forma de exploração, pois a maior parte da população local ainda se encontra na miséria.

Apesar de ter se aproximado do feminismo comunitário, especialmente após a participação no *Diplomado* em Oaxaca, ela ainda possui muitas críticas à forma que o feminismo comunitário, ao priorizar as lutas dos povos pela terra e pelo território, muitas vezes acaba secundarizando a luta política feminista:

> "Sí, escuchaba a ella y decía "con razón a muchos hombres les gusta el feminismo comunitario", porque es muy amable con ellos, sumamente amable, sumamente permisivo, sumamente tolerante con los hombres el feminismo comunitario. En el sentido de convivencia, de reglas, de mantener privilegios, en el sentido de cuestionar las cotidianidades y la vida por un bien común que es la colectividad y la comunidad, para que todo se mueve, para lograr la resistencia, que es lo más chido. Para lograr la resistencia en contra de una minera que está acabando con tus bosques, con tus ríos, con la vida… es actuar ya. Y para eso necesitamos organizarnos y si en la organización mi marido me quiere pegar, me quiere hacer menos, puedo pasarmela mal y que nos las pasemos mal y darle un poco de decir, hay que dar prioridad… una cuestión muy roja, como de esto va primero. Es la lucha de la vida, y que es cierto, es algo que está pasando, que mientras más días pasan, más se contamina el agua. Mientras más días pasas más vidas pueden estar en peligro." (Concha, 24 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Joana acredita que as mulheres, mesmo quando realizam processos de auto-organização, possuem uma autonomia relativa nos processos de luta pelo território. Seu processo político autônomo é legitimado pela comunidade e pelas organizações na medida em que ele esteja voltado para questões tida como típicamente femininas, como questões relativas à criação de creches e outras ações vistas como derivadas do papel social da maternidade, assim como quaisquer ações que homens avaliam que seja lucrativa para eles. Nesse sentido, as atuações que visam questionar lideranças masculinas ou levar a fundo o combate à violência contra a mulher no âmbito comunitário, muitas vezes, são mal vistas.

Já em Belo Horizonte, além da carga com o cuidado dos filhos, as moradoras das ocupações urbanas enfrentam questões como o analfabetismo, o trabalho informal e o subemprego como empregadas domésticas, na prostituição, além da ausência de políticas públicas para apoiá-las. No caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte, as ocupações são consideradas um território clandestino em que as mulheres não têm comprovante de

endereço para acessar o posto de saúde e as escolas da região e muitos prefeitos ordenam que a assistência social não atenda os moradores das ocupações como forma de retaliação.

Nos dois contextos, um dos fatores essenciais da luta política é o acesso a condições básicas de infraestrutura como luz, água e saneamento. Para as comunidades indígenas em Oaxaca, mesmo quando elas adotam uma postura autônoma, muitas vezes lhes faz necessário uma negociação com o governo no Estado para garantir alguns serviços que julgam essenciais, mas nem por isso as ativistas que elas estariam abrindo mão de um ideal de autonomia:

> Mira, el colectivo del cual nosotros venimos es mixto...no es magonista, no es marxista, no es zapatista, este, lo que más coincidimos es "voces oaxaqueñas construyendo autonomía y libertad", no? Y la autonomía entendida como la autonomía diferenciada, porque la autonomía zapatista es una, la autonomía oaxaqueña es otra...de repente, habíamos sido juzgados mucho por acompañar procesos de gente que gestiona con el gobierno, no? Entonces dicen "eso no es autonomía", no? "Esto es institucionalidad". Y entonces lo dicen desde su vivencia muy cómoda, desde la ciudad, transitando por una universidad, de acuerdo a un contexto de vida. La gente de comunidad cuando viene y gestiona, y hablo de un caso Chimalapas, por poner un ejemplo que hemos acompañado, Benito Juarez Chimalapa, es la reserva más importante de América Latina en biodiversidad, entonces cuando los compañeros vienen y gestionan en Oaxaca algo que les corresponde, porque el gobierno es un administrador de los recursos del pueblo, y mientras no haya otra forma de administración es la que hay...y entonces ellos deciden si quieren un servicio público que es la luz, y nosotros en la ciudad tenemos luz, pero sí podemos juzgar a los pobres, indígenas zoques que quieren su luz, y que vienen y gestionan...entonces, cómo entendemos la autonomía? Como la decisión de los pueblos, de su forma, de qué es lo que quieren, no? Entonces vuelvo a lo mismo, que las autonomías tienen que ser como alguien dice, y nosotros pensamos que no tiene que ser así, que tiene que ser como los habitantes... No lo tenemos teorizado, o sea...lo tenemos vivido...lo creemos como lo vivimos en las barricadas, que por ejemplo cada quien tenía su autonomía de decidir quien era la comisión de seguridad, quien era la comisión de vigilancia, de comida, de agarrar carros, de guardar las llaves, no? Entonces así como funciona, las comunidades así cada quien va a diferenciar de acuerdo a lo que está queriendo y lo que está viviendo, entonces no podemos pensar que un modelo de autonomía tiene que ser igual para todo mundo...no es cierto, no es cierto porque nuestras condiciones hasta de clima nos lo impiden. Entonces, eso, como respetar... Así lo veo. (Itzel, 33 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Para fazer frente à precariedade econômica que muitas mulheres se encontram, há uma forte dedicação dos grupos que lutam pela terra e pelo território na realização de projetos que visam a autonomia econômica, criando trabalhos autogestionados e cooperativas na área de alimentação, da produção têxtil, da produção agroecológica, de produtos naturais, entre outros. Yeji afirma que frente ao aumento do desemprego no Brasil

e diante de uma situação econômica que tem se tornado cada vez mais tensa, é fundamental buscar a autonomia econômica. Tendo em vista que a dependência econômica é uma das questões que mais nos aprisionam e um dos fatores que mais causam a ruptura em coletivas, pela falta de tempo e energia causados pelos desgastes do trabalho, diversos grupos de ativistas feministas em Minas Gerais estão realizando iniciativas pautadas na economia solidária. A concepção de autodefesa para Siomara, por exemplo, deve abarcar necessariamente autonomia financeira e de renda, pois permite que "a gente fique menos exposta", sendo também fundamental "compor uma rede de cuidado que te apoie quando ocorrer uma situação de violência e a busca de formação através de todos os meios, em especial através da cultura".

> "Autonomia, para mim, eu acho que é ter o direito de ir e vir na cidade, saca? Ir e chegar nos locais. É um processo de autonomia. Eu acho que autonomia tem a ver também com criar soluções para sobreviver nesse sistema que nos oprime e nos violenta. A partir de criar nossa forma de se alimentar, de plantar, de colher, de se vestir e, especificamente como mulher, eu acho que é ter uma forma de sobreviver nesse mundo, gerar uma renda, ter um capital. O capital precisa circular na nossa mão para termos acesso as coisas. Não no sentido de acumular. A lógica é conseguir ter uma moradia, conseguir estudar, comprar as tintas, realizar os trabalhos. Autonomia financeira mesmo. (...) E a gente vai conquistando. Ter uma terra é ter autonomia. A gente é detentora desse conhecimento, dessa cultura, do cultivar. E a maior parte da nossa terra brasileira está na mão da monocultura, do agronegócio. Então, autonomia para nossas famílias, é ter autonomia para nossas terras, pra ter autonomia na produção. Descolonizar." (Siomara, 28 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

Nakawé ressalta como os megaprojetos e a entrada dos investimentos de empresas estrangeiras é acompanhada pela expropriação da terra e a violação de direitos humanos das mulheres. Essa expropriação impulsa os processos de migração, que são a fonte de sustento de muitas famílias oaxaquenhas. A renda adquirida através da migração foi o que permitiu que algumas mulheres fossem as primeiras de suas comunidades a fazer um curso superior. Mas a maioria das mulheres se organiza em torno de formas de autonomia econômica através de estruturas ancestrais de mercado, solidariedade e troca, buscando formas autogestivas de produção e de venda:

> "En cuanto a la autonomía económica de autogestión de las colectivas pues eso es algo que aquí en Oaxaca es muy fuerte. O sea, yo no lo había vivido hasta que vine aquí, hasta que regresé a Oaxaca. Me doy cuenta que esa autonomía económica y la promoción de diferentes formas de cómo trabajar en colectiva, a través del tequio, a través de la sororidad, a través del trueque. En todas los colectivas que estoy pues estamos así, estamos trabajando de manera autogestiva. Todo lo que he hecho hasta ahorita ha sido así, autogestivo y autónomo. Y eso está chido porque te obliga a ser más creativa te obliga a crear alternativas, a colocarte fuera del sistema y eso te permite mirar desde otro lugar y además te permite crecer a ti como indivídua y como colectiva." (Inda Jani, 50 anos, entrevista, Oaxaca, 2019)

Para Inda e Xidani, a construção de formas de autonomia econômica e autogestão é fundamental para que "possamos permanecer em luta constante não apenas por garantir a subsistência da luta, mas para traçar novos caminhos de luta":

> "Y la cuestión de autonomía económico… fíjate que nosotros ahora estamos en varios proyectos de autonomía autogestivos. Nosotras tenemos un proyecto autogestivo, que es la cuestión de elaborar las pomadas y los jabones con plantas, porque no queremos depender de nadie, nosotras queremos ir construyendo, no nada más la autonomía del colectivo sino también nuestra propia autonomía. Y yo recibo una pensión pero baja y entonces ahora yo me estoy ayudando con la fabricación de tinturas, pomadas y todo eso, pero estoy sembrando, ya tengo mi pequeño huertito, tanto de plantas medicinales como de alimentos, que siembro ahí, que el tomate, que la cebolla, que la acelga… estoy con eso, tenemos un terrenito por acá, cerca de acá, y estoy construyendo ahora una cosa chiquitita ahí, una casita de barro, de adobe, de tierra… y ando en esa cuestión de lo natural. Y algunas compañeras muy contentas me dicen que ya no están comprando, que casi ya nada más lo están cortando de su casa y que es una delicia poder sembrar, producir tus propios alimentos y así estamos nosotros. Primero cuidando mucho la autonomía del colectivo a través de los proyectos autogestivos y porque queremos, tenemos el tianguis, un tianguis "mujer nueva" y en ese tianguis participamos también puras mujeres, ex presas políticas, que vienen de alguna organización, entonces nos unimos y ese tianguis lo hacemos cada quince días. Ahorita tuvimos un receso, pero a partir del 30 de julio ya lo vamos a echar a andar. Y entonces ahí estamos pues vendiendo puras cosas que producimos, todo lo que hacemos. Estamos en esto, porque el sistema nos quiere acabar a través de eso, nos quiere dominar; si no sembramos nuestros propios alimentos nos va a llevar. Entonces nosotros queremos ser autosuficientes para eso y creo que para eso debemos luchar las mujeres, para nuestra autonomía económica principalmente." (Xidani, 50 anos, entrevista, Oaxaca, 2019)

Xidani nos chama a atenção para o fato de que a luta por moradia e pela terra deve estar mais enfocada em construir as suas póprias alternativas autônomas, ao invés de demandar medidas dos governos que as tornaria dependente desses. Sua perpectiva está afinada com movimentos tais como o EZLN e o MST. A autodefesa do território numa perspectiva feminista é uma luta caracterizada por alta complexidade porque exige a auto-organização das mulheres nos mais diversos âmbitos para fazer frente às violências que

advém do avanço dos interesses econômicos neoliberais, das forças repressoras estatais e paraestatais num contexto de autoritarismo, para enfrentar também o machismo que as impede de ser reconhecida em seu lugar de liderança em suas comunidades, e construir alternativas políticas e econômicas desde a autonomia. Uma das principais ferramentas que tem permitido uma atuação muito potente de diversos grupos de mulheres está, justamente, na criação de formas criativas de comunicação e em meios livres. Vamos agora conhecer as atuações e reflexões que as ativistas oaxaquenhas e mineiras possuem nessa frente de autodefesa feminista, desta vez, no campo da comunicação.

3.5. Autodefesa digital, cibersegurança e autonomia de comunicação:

A possibilidade dos movimentos sociais se comunicarem diretamente com a população sem intermédio da mídia corporativa hegemônica em Oaxaca, em 2006, potencializou a grande insurgência com um apoio e mobilização ampla da população, garantindo acesso a informação que não estava estritamente de acordo com os interesses da classe econômica e política dominante. O que fez desse evento tão relevante na história política dos movimentos sociais nas últimas décadas, de acordo com Saavedra (2018), não foi apenas a tomada dos meios de comunicação, o que também ocorreu em diversas outras experiências mas, sim, que no curso do movimento foi modificada a lógica de funcionamento desses meios de comunicação. Deslocando as funções tradicionais de emissor e público, a população passou a exercer um papel ativo, transformando-se em comunicadora nas ruas e nas barricadas. No caso das mulheres da TV e Radio Cacerola, a sua presença e protagonismo políticos modificavam a representação das mulheres na mídia e na política, sendo transformado não apenas o meio, mas também o conteúdo da mensagem (SAAVEDRA, 2018).

A existência de meios de comunicação autogestionados (*Radio Plantón*), ocupados *(Radio Universidad, Canal 9, Radio La Ley* e *Radio Oro*, assim como algumas rádios comunitárias), e os alternativos ou independentes (*Ojo de Agua, Indymedia*/Cesol, e os jornais *Noticias* e *La jornada*), permitiu ao movimento social maior alcance de ideias diversas, não apenas sobre o que estava acontecendo naquele momento, como também a divulgação de material histórico numa perspectiva crítica. Para além disso, como já foi apontado no primeiro capítulo, os meios livres também tiveram um papel fundamental na estratégia e na segurança do movimento, já que informavam, em tempo real, sobre as ameaças e violências dos militares e paramilitares, permitindo ao povo produzir respostas rápidas e coletivas.

O fato da televisão ter sido ocupada pelas mulheres, assim como a presença de grupos autônomos na Rádio Universitária, que se tornaram mais proeminentes do que os movimentos estudantis de massa que tiveram alguma presença no início (SAAVEDRA, 2018), impediu também que prevalescesse a perspectiva dos grupos políticos da esquerda que tentavam se hegemonizar internamente no movimento. Isso ocorreu tanto durante a insurgência quanto posteriormente, sendo relevante a presença de feministas nos meios livres, até hoje, no estado de Oaxaca:

> "Entonces este, la comunicación y los medios libres es muy importante, ¿no? Porque bueno, en particular aquí en Oaxaca, este, se vio la necesidad de los medios libres. Porque en 2006, por ejemplo, la gente pues que antes solo escuchaba Televisa se daba cuenta de como mentían ¿no? Y que estaban diciendo una cosa y la gente aquí en Oaxaca se daba cuenta que no era cierto ¿no? Entonces a partir de ahí empiezan a nacer muchísimos medios libres, redes comunitarias, incluso las radios cristianas, las radios de Antorcha Campesina, las del PAN, las del PRI. Así una infinidad de radios, pero también los medios libres ¿no? Que se dedican a, pues a socializar la información, este, y pues a través sobre todo de la radio. Hay poco de publicación, de revistas, en Internet hay unas paginas que ya casi no se mantienen, pero lo que ha sobrevivido han sido las radios, las radios comunitarias. Creo que eso es muy importante para la defensa de, pues del territorio también, parte de la defensa del territorio y lo que ha sobrevivido aquí en Oaxaca ha sido también gracias a los medios libres ¿no? Que han dado acompañamiento a la resistencia también, a la defensa del territorio, entonces sí veo que es muy importante y pues la verdad es que feministas casi no hay, como radios libres ¿no? Hay muchas feministas haciendo radio, este, pero sería muy bonito que existiera una radio feminista." (Naran, 34 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

As rádios comunitárias nos territórios indígenas que têm presença forte em Oaxaca, pelo menos desde a década de 90, iniciaram uma nova perspectiva popular no trato de meios livres ao realizar transmissões de rádio e produção de conteúdo em língua indígena, produzindo um efeito de politização da comunicação num viés étnico racial. Tendo em vista o grande número de indígenas que falam apenas a língua materna, e a não existência de sinal de telefone e internet nas áreas mais remotas, elas tiveram um papel fundamental na democratização da comunicação naquele momento e local. Também tiveram grande impacto político e organizativo nas comunidades indígenas e nas lutas por defesa do território. Tanto que muitxs dxs jovens que cometeram o "ato terrorista" (de acordo com o governo) de participar em uma rádio comunitária e transmitir em língua originária, especialmente qualquer tipo de conteúdo político e crítico às expropriações feitas por corporações transnacionais e ao autoritarismo e a violência perpetrada pelas forças repressivas Estatais e paraestatais, foram assassinados como inimigos da nação (COMITÉ DE DEFENSA INTEGRAL DE DDHH GOBIXHA et al., 2016; GLOBAL WITNESS, 2019).

Além dos diversxs ativistas da comunicação livre que foram violentados durante o movimento de 2006, diversos radialistas e jornalistas foram ameaçadxs e assassinados ao longo das últimas duas décadas. Um dos casos mais extremos de violência política no estado de Oaxaca, que se reflete também no assassinato de comunicadoras sociais, aconteceu no território da etnia *Triqui*. Apesar de oficialmente ser retratada como um conflito intraétnico (como ocorreu no caso de Acteal) em que três grupos políticos (MULT[58], UBISORT E MULTI) disputavam o poder na região, as ações violentas de viés paramilitar foram promovidas pelos

[58] MULT é uma organização criada em 1981 na luta dos povos Triqui por direitos sociais e que foi se aproximando do governo priista. Após a aniquilação do município autônomo de San Juan Copala por paramilitares priistas de MULT e UBISORT em 2009, essa voltou a ser a organização dominante entre os povos triquis e recentemente ampliou sua influência na região Mixteca.

setores de MULT e UBISORT que se ligaram aos governos priistas e os caciques da região que historicamente buscavam explorar economicamente o território.

Sendo uma zona de conflito extremo, desde a entrada do Estado e de militares na década de 70, a violência desse território tem como pano de fundo as riquezas naturais e a presença de jazidas de alto interesse para a mineração. A década de 90, época em que entraram em ação com mais força as corporações transnacionais de mineração em Oaxaca, foi marcada pela ampliação da violência sexual, o desaparecimento forçado e o assassinato de mulheres triquis como partes inerentes do conflito.

Após o movimento político de 2006 em Oaxaca, se estabeleceu um município autônomo em San Juan Copala, mas não foi possível um acordo entre todos os grupos, tendo sido gestionada nesse momento uma parceria entre MULTI[59] e dissidentes da UBISORT[60]. O desaparecimento forçado de Daniela e Virginia Ortiz Ramírez, duas irmãs triquis[61] de 14 e 20 anos, respectivamente, em julho de 2007, gerou grande indignação e, até hoje, mobiliza grupos feministas nas lutas por justiça frente a esse caso não resolvido.

As mulheres sempre foram as principais mobilizadoras dos processos políticos que buscam a paz na região. Em janeiro de 2008, um grupo de jovens comunidadorxs autônomos criou a rádio comunitária *La voz que rompe el silencio*, que difundia conteúdo nas línguas maternas da região Triqui e Mixteca. Em abril do mesmo ano, duas jornalistas/locutoras triquis da rádio, Teresa Bautista e Felícitas Martínez[62], de 20 e 24 anos, foram assassinadas em uma

[59] A MULTI se originou a partir de uma ruptura interna do MULT – que se tornou afim ao governo priista - em 2006, especialmente por militantes que aderiram à APPO e buscavam autonomia.
[60] A UBISORT foi criada através da influência de grupos priistas em 1994.
[61] As jovens eram filhas de um líder da organização MULT.
[62] As ativistas foram parte de setores dissidentes da organização social UBISORT, e estavam comprometidas com o projeto de construção do município autônomo desde 2006. O assassinato foi perpretado por paramilitares da MULT.

emboscada. Marinis (2011), neste depoimento, reflete sobre como a guerra em questão massacra as mulheres triquis:

> "Como intenté mostrar, en la zona triqui la construcción del Estado ha ido de la mano de la promoción de una guerra protagonizada por diferentes actores militares, caciquiles y civiles, que trastocó valores muy profundos de su cultura política. Como lo han demostrado muchos estudios, el tipo de masculinidad violenta se exacerba en conflictos armados y en contextos de profundas desigualdades sociales donde lo 'real' de la masculinidad estaría definido por su preparación para matar y para morir. Esto, reforzado por un sistema patriarcal, promueve que la organización de seguridad y justicia se basen en jerarquías de género altamente desiguales (Cockurn en Giles and Hyndman (eds.), 2004: 34). Ante esta situación, las prácticas violentas hacia las mujeres triquis se han incrementado de manera considerable. El ataque hacia el cuerpo femenino como un símbolo de ataque al 'honor masculino' del enemigo junto con el mensaje sobre su incompetencia para proteger a 'su' mujer y controlar su sexualidad, nos habla de la representación de la mujer como 'pertenencia' del hombre (Seifert, 1994 en Alexandra Stilgmayer (ed); Hernández Castillo, 2010)" (MARINIS, 2011, p. 30)

Em 2009, o conflito armado se intensificou e os setores paramilitares de UBISORT e MULT tomaram o controle em várias comunidades da região, estabelecendo um cerco paramilitar. Em 2010, uma caravana de apoio humanitário a caminho de San Juan Copalá foi violentamente atacada e foram assassinados a ativista mixteca Alberta Cariño Trujillo, conhecida como Bety Cariño, da CACTUS (*Centro de Apoyo Comunitario Trabajando Unidos*, que desenvolve projetos de educação popular alternativa, direitos indígenas e direitos da mulher) e o ativista finlandês Jyri Antero Jaakkola. Menos de um mês depois assassinaram também a liderança do município autônomo Timoteo Alejandro Ramírez e sua esposa Cleriberta Castro em um atentado integrado também por homens não triquis.

Bety Cariño[63] era uma das ativistas mais importantes na promoção dos meios livres e rádios comunitárias em Oaxaca, tendo também forte luta pela autonomia dos povos indígenas e na oposição às expropriações territoriais decorrentes da exploração dos recursos naturais

[63] O discurso realizado por Bety Cariño na 5ª Plataforma para Defensores de Direitos Humanos em Dublin pouco tempo antes de sua morte pode ser encontrado em: https://www.frontlinedefenders.org/es/profile/alberta-bety-cari%C3%B1o-trujillo

por corporações transnacionais. A ativista apoiou a formação de diversos grupos autônomos de mulheres indígenas em seus projetos de educação e comunicação popular.

Figura 33: Em memória de Bety Cariño

Fonte: https://www.facebook.com/homenajea.carino

Durante a Reforma Educativa de 2016, no "Operativo Oaxaca", que perpetrou um ataque à população em Nochixtlán e região, em que até mesmo as escolas e os hospitais foram alvos de bombas de gás das forças de segurança, foram assassinados, desta vez, Salvador Olmos e Agustín Pavia, dois jovens radialistas da rádio comunitária *Tu'un Ñuu Savi* (Palavra do Povo da Chuva)[64]. A rádio era emitida a partir da *Escola Normal Experimental* em Huajuapan de León, e documentava os impactos da mineração na região Mixteca. A rádio comunitária *La Tlaxiaqueña*, em Tlaxiaco, que noticiou os ataques e solicitou apoio à população, foi indiciada perante a *Fiscalia Geral da República* por "incitar à violencia", com apoio em materiais

[64] Salvador Olmos era radialista, participava de Cactus, movimento de rádios comunitárias e meios livres em Oaxaca, era também cantor e pioneiro do movimento *anarcopunk* na região. O jovem foi detido em 26 de junho de 2016 e estava sob custodia policial, e após supostamente ter escapado, foi atropelado por uma patrulha da Polícia Municial, tendo falecido no Hospital e com marcas de ter sido torturado. Agustín Pavia, que além de comunicador era também professor e advogado, foi assassinado, em 13 de setembro de 2016, por sujeitos desconhecidos em um ataque com armas de fogo em seu domicílio. Ambos atuavam na documentação dos impactos da mineração na região (COMITÉ DE DEFENSA INTEGRAL DE DDHH GOBIXHA et al., 2016).

editados pela rádio oficial concessionada do municipio (COMITÉ DE DEFENSA INTEGRAL DE DDHH GOBIXHA et al., 2016).

As feministas autônomas em Oaxaca, além de sua forte atuação no âmbito das rádios comunitárias, têm enfocado sua ação política também através do ciberativismo. Devido a todo esse histórico de luta no campo da comunicação autônoma, a região foi – juntamente a Chiapas – uma das pioneiras na articulação da luta das mulheres indígenas pelo território e o ativismo digital. A experiência de Sol retrata a realidade das mulheres indígenas e pobres no México, de ter menos acesso à educação por fatores culturais e de encontrar muitas barreiras econômicas, além de ter que enfrentar muitas violências sexuais e simbólicas. Após todo seu processo de resistência, enfrentando o descrédito da família, correndo atrás de oportunidades e se dedicando muito aos estudos, ela conseguiu traçar a carreira de seus sonhos na área de tecnologia. E, hoje, ela atua como tutora para apoiar outras meninas, adolescentes e mulheres, sejam jovens ou já idosas, nessa caminhada tão difícil, tentando orientar e compartilhar seu conhecimento para garantir o acesso de mais mulheres à formação em Programação:

> "De camino, me volví tutora de un fondo de becas en Guadalupe Musalem, soy tutora desde hace… como desde 2010 o por ahí más o menos, he sido tutora, he tenido a 4, 5 becarias y he sido lo que quise que pasara conmigo, yo siempre quise tener alguien que me apoyara, si no te da dinero, que te escuche. SI no te dan libros, pues que te atiendan, o que por lo menos te preste atención. Y yo en ese caminar solitario, como "nadie me entiende", mi papá iba y me apagaba la luz, me decía "me gastas la luz, ya vete a dormir porque para qué quiero un papel sin hija por ejemplo", haciendo alusión de que iba a tener el título, el grado académico pero yo no iba a existir porque me iba a morir estudiando. O que "ya te vas de puta", o sea cuando tenía que irme a trabajar con mis compañeros, porque yo en mi casa no tenía internet y menos computadora, entonces… todo ese ejercicio de dominación, de ver a la educación como algo negativo, yo he trabajado y lo hago porque quiero que eso no suceda con estas niñas, que seguramente no les va a pasar, porque sus dinámicas, sus contextos y sus pensamientos son diferentes, pero seguramente cosas como las que viví pueden replicarse en ellas. Entonces yo trato de ser un soporte para ellas, de ayudarlas, de pues orientarlas, de hacer que ese camino no sea tan solitario." (Itan de Hui, entrevista, Oaxaca, 2017)

Após essa trajetória solitária na área de tecnologias, o que a levou a conhecer mais feministas e a formar redes de ativismo nesse campo, ela foi a participação em um encontro

internacional de mulheres da América Latina, que aconteceu na Cidade do México. Hoje seu trabalho com projeto *Hacemos Click* é voltado para essa perspectiva. Por diversos projetos como o dela, o ciberativismo tem se tornado uma das áreas mais fortes de atividade política das feministas autônomas em Oaxaca (e no México como um todo).

O Brasil, além de ter sido de 2012 a 2017 o país com maior número de assassinato ativistas e defensores de territórios e meios ambiente em todo o mundo, foi também o país da América so Sul com mais casos de assassinatos de comunicadores sociais e jornalistas, tendo implicado com o assassinato de 22 comunicadores no país, sendo 8 blogueiros e 6 radialistas, o que mostra que os meios livres e independentes são os que mais incomodam. O estado de Minas Gerais foi o que contou com mais mortes nesse período, tendo visto, 4 comunicadores. Essa violência extrema contra comunicadores ainda não tem, entretanto atingido as mulheres no Brasil como tem acontecido no México, sendo que de acordo com o Relatório "Ciclo do silêncio: impunidade em homicídios de comunicadores" (2018) não foi reportado nenhuma mulher entre os assassinados no exercício de sua profissão.

O ciberativismo se colocou como uma questão central (para a política brasileira em geral e também para a política feminista), principalmente, a partir dos protestos de 2013. Mesmo que o debate sobre meios de comunicação e mídia livre estivesse presente nos movimentos autônomos brasileiros pelo menos desde a criação do *Centro de Mídia Independente*, no início dos anos 2000, e que este tenha sido um meio fundamental para a organização dos protestos massivos contra os avanços neoliberais, a instauração da ALCA (Acordo de Livre Comércio das Américas). No final da década de 90 e início dos anos 2000, a internet ainda não era vista pelo campo mais amplo dos movimentos sociais como espaço político, mas apenas como uma forma de divulgação de informações e de mobilização.

A força da organização política nas redes sociais só foi reconhecida por alguns movimentos quando milhares de pessoas foram às ruas em 2013, inicialmente em defesa de direitos sociais e contra os megaprojetos esportivos de viés neoliberal. Entretanto, a capacidade de mobilização dos grupos da direita e o domínio que eles tinham do ambiente digital e das redes sociais também foi algo que só se fez abertamente visível para a esquerda após esse período. Os algoritmos das redes sociais, que selecionam conteúdos com base na afinidade, manteve muitas ativistas feministas alheias à dimensão do que se estava promovendo no meio digital conservador.

Além disso, também ficou evidente que o controle que a mídia corporativa hegemônica tem sobre a informação e os discursos ainda não se via fundamentalmente afetado pela presença das redes sociais. Apesar da articulação da campanha de extrema direita pela eleição de Jair Bolsonaro ter sido fundamentalmente baseada e veiculada por redes sociais, a ascenção do conservadorismo só foi possível devido a uma campanha generalizada de descrédito, desta vez realizada pelos meios de comunicação hegemônicos, contra o Partido dos Trabalhadores e as esquerdas em geral. Isso fica evidente quando observado o peso desproporcional que é dado ao envolvimento dos diferentes partidos nos crimes de corrupção, dando sistematicamente pouca atenção e seguimento ao envolvimento dos partidos conservadores nos “escândalos”.

Outra questão que se tornou proeminente para os movimentos sociais da esquerda, principalmente após a ação das forças repressivas estatais e a perseguição e prisão de ativistas que ocorreu em 2013 e 2014, foi a relação entre o ciberativismo e a segurança digital. A partir de então, a privacidade e a segurança na internet também se tornaram questões cada vez mais proeminentes para militantes de esquerda e, em especial, para feministas, devido ao aumento crescente dos ataques digitais dos grupos de extrema direita.

Em Minas Gerais, em 2013, diversxs ativistas foram presxs e a argumentação jurídica de seus casos penais eram, assim como em outros estados, construídas com base em dados obtidos em seus perfis nas redes sociais. Um *like* na página dos *black blocks* no Facebook, ou uma divulgação de ideias anarquistas, foram consideradas nos processos em questão como "provas" de que tais ativistas estavam praticando "atos terroristas". Há relatos compartilhados por diversxs ativistas que detectaram que seus telefones estavam sendo interceptados. Além disso, a presença de diversos policiais investigativos disfarçados (o famoso P2), incluindo mulheres policiais, foi detectada em meio às atividades, como na Assembleia Popular Hoziontal, em ocupações e em meio aos protestos. Frente a esse clima de perseguição, vários grupos autonomistas começaram a realizar formações no campo da segurança digital.

Clara é uma ativista feminista que atua no campo do *software* livre e da cibersegurança. Ela acredita que apesar da multiplicação das comunidades online entre ativistas dos movimentos sociais na esquerda e nos feminismos, não houve difusão de informações ou formação nesses espaços sobre questões fundamentais relativas à autoproteção e proteção mútua nos usos da internet:

> "Eu ainda sou um pouco nova nessa área, eu estou há pouco mais de um ano e meio nesse campo da tecnologia e um dos objetivos que eu tenho hoje no meu trabalho e na minha militância é acessibilizar um pouco mais a segurança da informação para o movimento sociais populares de uma forma geral um desejo que eu tenho que ainda não tô conseguindo dar conta. Por exemplo, eu espero que na próxima Cryptorave que vai ter esse ano a gente está tentando, eu e mais algumas pessoas amigas, a gente está tentando fazer algumas oficinas ou fazer uma palestra sobre isso sobre segurança para movimentos populares entendendo as especificidades de cada movimento. Não adianta você às vezes chegar e propor uma ferramenta que é muito segura, mas é supercomplexa e às vezes vai demandar um superesforço da pessoa que tá ali e ela não vai conseguir usar. Então na verdade não vai usar nada. Então às vezes é melhor, como a gente fala, a gente mitigar o dano do que tentar zerá-lo. Acho que é por aí, assim, é um trabalho que precisa ser feito. (Clara, 24 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2018)

Clara afirma que as informações sobre segurança digital são herméticas, intimidam, não são atraentes ou democráticas, e, além do mais, a linguagem ainda é muito restrita ao

meio técnico. Ela julga necessário, então, capilarizar mais a temática e entrar nesses espaços com o viés de mitigação de danos. Nem sempre as pessoas vão conseguir utilizar a ferramenta mais segura, por isso é importante termos um pensamento progressivo quanto ao uso das tecnologias, introduzindo-se, aos poucos, algumas ferramentas que possam garantir a segurança das ativistas. O importante é nunca subvalorizar a questão da privacidade e da segurança digital:

> "Na verdade, na militância virtual de privacidade e segurança, a gente tá sempre trabalhando com mitigação de danos. Porque a gente entende que é impossível você não ter nenhum... probabilidade zero de sofrer algum vazamento de informação. Alguma invasão, essa probabilidade sempre vai existir, sempre vai existir uma chance de isso acontecer. Mas a partir do momento que a gente trabalha com mitigação de danos, a gente pensa assim, tá, aqui o cenário é X. Qual que é ação que eu posso fazer para diminuir esse dano? Ou diminuir essa ação o máximo possível? O dado que é: se eu vou usar serviço X ou Y, então como que eu posso usar esse serviço da forma mais segura? Ou como que eu posso evitar uma exposição de alguns dados que são mais críticos?" (Clara, 24 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2018)

Clara relatou que está tendo a experiência de conhecer feministas campesinas e com o movimento camponês, especialmente através de sua participação na formação de uma frente de tecnologia popular no MST, e que está sendo um desafio pois o contexto no campo é muito diferente do urbano. Devido à não exitência de rede de internet e telefonia em grande parte dos assentamentos, as rádios comunitárias ainda são a forma mais acessível de se fazer a comunicação popular. Desde o início do MST foram criadas rádios comunitárias, mas se a lei existente de 1988 para regular essa prática já era bastante restritiva e criticada pelos movimentos, após o golpe de 2016, Michel Temer implementou ainda mais restrições e tornou o processo de concessões menos transparente, o que vem favorecendo a crescente criminalização das rádios comunitárias.

Nesse debate sobre democratização dos meios de comunicação está sendo discutida a criação de provedores comunitários, já que as empresas comerciais não têm intesess por se estabelecerem em áreas isoladas, por estas não serem lucrativas. Segundo Clara, o MST possui

uma discussão sobre *software* livre há muito tempo e o movimento chegou a ter uma distribuição própria do Linux, que se chamava MSTIX. O movimento foi pioneiro em introduzir essa questão para a militância, com a criação de vários telecentros em seus assentamentos e, hoje em dia, está ampliando o debate e enfocando também na questão da segurança digital e da privacidade de dados voltada para ativistas. E isso ocorre num momento em que o feminismo também está fortalecido no movimento. Exemplos disso são a realização do "I Seminário Nacional de Comunicação – O MST na batalha das ideias"[65], realizado em fevereiro de 2019 na Escola Florestan Fernandes, que contou com a formação sobre como a captura de metadados permite o aumento das práticas de vigilância pelas corporações e pelo Estado, e do "I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra do MST"[66], de 5 a 9 de março de 2020 em Brasília.

Figura 34: Meninas do MST em apoio à diversidade sexual no "I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra do MST"

Fonte: mst.org.br

[65] O registro do "I Seminário Nacional de Comunicação – O MST na batalha das ideias" pode ser encontrado em: https://mst.org.br/2019/04/17/qual-o-papel-da-comunicacao-nos-dias-de-hoje/

[66] O registro do "I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra do MST" pode ser encontrado em: https://www.youtube.com/watch?v=b7iYrNaJESs&list=PLevxH48Ab3Su0olPE07bLYyiSUjJC2G9T&index=4&t=0s

As ativistas da cibersegurança ressaltam que, considerando o desenvolvimento da tecnologia no capitalismo, em que a circulação da informação está concentrada em grandes plataformas (*Big Data*) que têm sido utilizadas para vender dados pessoais e para vigiar, faz com que sejam necessárias técnicas de proteção antivigilância, para se garantir o debate público democrático e a participação e intervenção dos movimentos na produção e difusão de conteúdo. Para Clara, o debate sobre *software* livre é fundamental para autonomia de comunicação:

> "Cara, eu acho que dentro dessa perspectiva digital, talvez até de uma perspectiva mais ampla, autonomia é quando grupos se organizam coletivamente, horizontalmente, e eles se organizam de maneiras comunitárias e possibilitam resolução de problemas e criação e todo tipo de potência que pode partir desses encontros, de grupos tentando criar desde possibilidades até espaços e ferramentas, e não capitaneados por um objetivo organizacional, mas sim um objetivo coletivo, um objetivo comum mesmo. Essa crítica que eu faço ao código aberto, do software aberto, é que, às vezes, ele não é autônomo. Tem uma parte muito grande de pessoas que tem o objetivo de autonomia, mas não são todas, é um território muito ambíguo. À medida que nos organizarmos de maneira autônoma é onde surgem todas as coisas mais potentes, até em termos de software, o que temos hoje de software livre e dessa coisa mais alternativa, é o que tem de melhor e mais seguro, porque não está visando o lucro. Penso que com outras ferramentas e tecnologias, como a gente organiza, a gente tem potencial de criar muita coisa significativa. Então para mim autonomia é isso, grupos que agem por um senso de coletividade, comum, e que vão criar, fazer coisas, e se mobilizar entre si, no âmbito mais horizontal." (Clara, 24 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2018)

Clara afirma que assim como as corporações "surfam na onda" dos movimentos sociais e se apoderam de discussões da pauta para fins mercadológicos, as feministas estão se apropriando das ferramentas corporativas para criar iniciativas de trabalho e emprego, economia, denúncia e trocas de informações, compartilhar discussões a respeito de ginecologia natural e outras inciativas com viés de proteção entre mulheres, como no âmbito do transporte. O *boom* de grupos auto-organizados de mulheres nas redes sociais e em diversos espaços da internet é interessante na medida em que alcança mulheres para além das ativistas. Feministas e defensoras de direitos humanos em geral sofrem muitos ataques virtuais - que são bastante concretos em seus efeitos – em decorrência de sua atividade política. Entretanto, Clara ressalta que o simples fato de ser mulher (ou LGBT) já te coloca

numa posição mais vulnerável na internet e, por isso, se deveria também formar grupos de proteção mútua e difusão de informação sobre privacidade e segurança digitais.

Ela acredita que, infelizmente, nos movimentos feministas esse tema da segurança da informação não é pautado com tanta frequência, e que os espaços de formação acabam por atrair públicos específicos que já estão interessados na militância da segurança da informação:

> "A gente precisa muito aprender sobre essas coisas, a gente precisa aprender a se proteger mais. E ao mesmo tempo é uma contraparte que é muito incômoda. Ao mesmo tempo que você tá lá e você fala 'ah eu quero aprender', é muito desconfortável fazer alguma dessas coisas, eu mesmo não gosto, dá trabalho, é um trabalho a mais ali que você tem que fazer e tal. E eu vejo que nesses espaços a gente já fala muito de ativismo digital de uma forma geral. Por exemplo, hoje é muito comum a gente ter mesas com ativistas digitais, como uma militância reconhecida, enfim, que estão produzindo conhecimento e saberes sobre feminismo e tudo, então eu acho que isso é interessante porque eu sinto que antes o feminismo, antes dessa onda do digital, essa produção de conteúdo às vezes ela era mais acadêmica, talvez, não sei, eu tenho essa impressão. Assim, e eu acho que isso trouxe uma linguagem mais jovem, talvez dialoga mais com essa galera que tá nas redes e tal, eu acho isso interessante. Mas ao mesmo tempo eu sinto que por mais que a gente fomente muito essas militâncias virtuais a gente discute pouco como proteger essas pessoas, que estão às vezes muito expostas a esses ataques. Eu já vi casos de várias militantes que sofreram ataques, mas que a gente ainda não sabe muito como lidar com eles, a gente não tem as nossas redes de defesa. Eu sinto que às vezes essa reação essa defesa ela é muito solitária, eu vejo as meninas que sofrem esses ataques muito solitárias respondendo, às vezes tendo que acionar à justiça para tentar obter mais informações, para tentar formalizar uma queixa e tudo mais. Acho que a gente ainda não discute muito esses assuntos e eu sinto que é muito também porque existe uma dominância muito masculina nessa área de segurança da informação e sinto que essas mulheres que estão nessa disputa de bater esse papo sobre proteção às vezes é uma demanda muito grande de falar sobre isso de fazer isso. Eu sinto que a gente ainda não consegue suprir a demanda de falar sobre esse assunto." (Clara, 24 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2018)

Clara menciona alguns grupos que têm se formado para apoiar mulheres que têm a sua imagem exposta na internet, para se apoiar em denúncias já que, muitas vezes, se faz necessário judicializar a questão para que a imagem/evento seja retirada/o de circulação. Para ela, é fundamental se promover a autoproteção e o autocuidado no feminismo e debater como cuidar umas das outras, tanto fisicamente quanto em termos de ferramentas digitais. A maior dificuldade apontada é que o mundo da tecnologia é "muito masculino e machista", sendo que, ainda hoje, há menos de 10% de mulheres nos cursos de computação:

> "Ainda é um desafio muito grande trazer mais mulheres para se apoderar desses saberes digitais tecnológicos e tal e, a partir desse movimento de se apoderar desses saberes, também

> consegui apoiar outras mulheres com eles. Que são saberes que, por exemplo, você vê que em outras áreas do conhecimento a gente tem muitas mulheres ocupando espaços, e às vezes elas conseguem numa proporção mais satisfatória ocupar mais espaço. Sei lá, por exemplo, eu vejo na área de saúde, a gente tem mulheres feministas que fazem parte da saúde que estão ocupando vários espaços que divulgam, difundem informação, e isso é muito massa, que às vezes são informações que a maioria das pessoas não têm acesso. Mas eu sinto que nesse mundo digital nós somos muito poucas, ainda é muito difícil. Assim, eu particularmente trabalhei em duas empresas onde não só eu era a única mulher programadora, como eu era a única mulher da empresa inteira, não tinha nenhuma outra mulher na empresa. E é muito doido isso, você ver que é um espaço muito, muito restrito. E por sorte esses lugares não eram lugares onde eu sentia que havia desrespeito, gostei de trabalhar nesses lugares, eu senti que eram lugares receptivos, na medida do possível, porque eram pessoas bacanas. Mas ao mesmo tempo isso não substitui o que é ouvir, o espaço de vivência com outras mulheres, de troca, até mesmo de ter perspectivas diferentes do fazer software. O software, ele nunca é neutro, ele sempre, como tudo que a gente faz, ele é carregado de ideologia. Então à medida que a gente ocupa mais esse espaço a gente consegue, por exemplo, pautar questões no software que não seriam pautadas se não houvesse mulheres pautando, se não houvessem negras pautando, senão houvesse pessoas LGBT pautando. Enquanto esses espaço não forem ocupado realmente vai continuar sendo muito excludente por isso que eu particularmente sou muito entusiasta de mulheres aprenderem sobre a tecnologia e reconquistarem esse espaço. Ele é nosso, ele nasceu nosso, e reocupar mesmo! Eu acho que, a partir do momento que a gente consiga ter mais de nós nessas discussões, a gente vai conseguir criar mais ferramentas software que sejam mais empáticas com as pessoas que estão usando, que pensem nessas pessoas que pense: 'Mas quem que vai usar isso aqui? Isso aqui é para quem?' E como que a gente pensa nos diferentes tipos de pessoa que podem se beneficiar disso aqui, como que a gente torna isso mais acessível para essas pessoas, como que a gente faz com que elas entendam a importância dessas ferramentas. Eu sinto que nós somos muito poucas ainda." (Clara, 24 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2018)

Na perspectiva da ativista, o ambiente de desenvolvimento é muito inóspito e existem vários relatos de comunidades de *software* livre onde mulheres foram agredidas, tanto na sua capacidade intelectual quanto moralmente, e este costuma ser um ambiente onde, muitas vezes, reina a linguagem da violêcia e, por isso, muitas mulheres desistem da atuação nesse campo. O trabalho técnico, tecnológico impede que elas tenham vivências com outras mulheres que potencializem militâncias feministas, esse trabalho costuma ser muito brutal, um espaço que às vezes "você se priva da companhia de outras mulheres". São espaços "muito masculinos, brancos e heteros" e, para Clara, "não é possível construir um movimento mais autônomo e livre se ele é um espaço tão restrito e homogêneo". Ela acredita ainda que ocupar esses espaços de saberes é um passo muito importante para ter mais pessoas presentes nos

coletivos e ajudar nas formações que possibilitem proteger outras mulheres e criar *softwares* que promovam práticas mais emancipatórias:

> "Tem amigas minhas que já sofreram, em espaços de tecnologia, piadas lesbofóbicas, atitudes racistas, é uma área que tem muito poucas pessoas negras, é uma área muito racista, é muito difícil assim, eu acho que as violências estão muito presentes. É muito raro... já é raro você ver mulheres privilegiadas nesses espaços, e quanto menos privilegiada, menos você vai ver. E tem grupos que estão se reafirmando enquanto grupos de pessoas oprimidas, por exemplo, as mina da pretalab, tem a galera de infopreta, tem minas que estão se reunindo e resistindo na tecnologia e que tem feito trabalhos incríveis e maravilhosos de acessibilizar o saber, a segurança, o acesso. E ao mesmo tempo é isso, é um ambiente muito hostil. Eu sinto que o ambiente de segurança de informação, que deveria, ou se propõe a ser um ambiente contra hegemônico, ele é muito misógino, racista. Se diz antisistêmico, que quer combater o capitalismo, o estado, mas ao mesmo tempo, as práticas lá dentro mostram esse reforço opressivo. Acho que a única coisa que é possível fazer é a auto-organização, enquanto não nos organizamos dentro desses espaços e unir as nossas potências seremos enxotadas para fora. Sendo enxotadas não conseguimos nos empoderar desses conhecimentos, e não conseguimos transmitir. É um ciclo vicioso, de ser hostilizada e sair, e isso desestimula quem quer entrar, é foda romper com esse ciclo." (Clara, 24 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2018)

Outra questão ressaltada é que as jovens usam mais as ferramentas digitais e acessam mais informações, mas também se arricam mais, e esse uso intenso das redes sem discernimento e informações sobre segurança acaba por deixar informações sensíveis mais expostas. Itan ressalta a necessidade de colaboração entre o que ela chama de "migrantes digitais" – mulheres mais velhas ou que tiveram menos acesso à tecnologia – e as "nativas digitais" – mulheres jovens ou que tiveram acesso a tecnologias digitais desde muito cedo. Ambas as ativistas ressaltam que, devido à hegemonia dos *softwares* proprietários, são poucas as pessoas que têm conhecimento dos *softwares* livres e das ferramentas de segurança digital. Nesse sentido, no âmbito da autodefesa digital, seríamos todas "migrantes digitais", aprendendo as novas linguagens e os novos códigos para autoproteção e proteção mútua entre mulheres:

> "Eu acho que a discussão ainda é muito restrita, muito restrita mesmo. Ainda é um desafio como que a gente fala sobre isso, e fala de uma forma que as pessoas entendam que não seja super chato, que não seja intimidante. Às vezes é muito intimidante você começar a falar de ferramentas, de coisas que parecem muito complexas e que as pessoas às vezes ficam receosos de utilizar, às vezes tem dificuldade, se sentem constrangidas de não saber usar, então é uma discussão que na minha perspectiva é muito restrita. Eu acho que sim, ela precisa acontecer no âmbito mais técnico mesmo, eu acho proveitoso e importante, mas eu acho que ela precisa se

> capilarizar mais, e entrar nos espaços com esse viés de proteção de mitigação de danos, de entender que, enfim, que as pessoas... também nem todo mundo vai conseguir usar uma ferramenta que é a mais segura de todas, às vezes nem todo mundo vai conseguir aprender a usar um gerenciador de senha, nem todo mundo naquele momento vai conseguir usar o serviço super seguro de criptografia de e-mail, que você tem que gerar uma chave e mandar pra pessoa. Às vezes meio a meio não é muito intimidante.
> A própria discussão do Linux, muitas vezes as pessoas se sentem intimidadas de usar o Linux, porque a interface é diferente, porque hoje o software proprietário é hegemônico, a gente tem a ferramenta Windows que vem habilitado no computador, as pessoas já começam a usar o computador daquela forma e tal. Aí quando a gente coloca um outro sistema operacional é um choque às vezes existe uma.. 'putz! não sei fazer as coisas, vou ter que reaprender a fazer todas as coisas'. E querendo ou não é uma tarefa, é um trabalho né, você aprender, você reaprender, você aprender a usar as outras ferramentas seguras e tal. E aí quem que tem o tempo para ter essa fase de readaptação? Às vezes nem todas as pessoas conseguem fazer isso de uma forma muito simples ou rápida. Então como que a gente também não espanta essas pessoas que querem fazer uma progressão talvez mais suave? Como que a gente não vai espantar uma pessoa que fale assim: eu quero começar experimentando só uma coisinha e vendo se eu me acostumo e tal... e a gente está falando também de ferramentas que as pessoas usam no cotidiano e que elas precisam muito e tal. Aí eu fico pensando, existe uma contrapartida e um custo né?
> E ao mesmo tempo existe um discurso que é muito perigoso, que vigora, que as pessoas muitas vezes subvalorizam a questão da privacidade e da segurança digital. Falam: 'Ah, eu não me importo' 'eu não ligo, não tô nem aí se meus dados forem expostos' 'ah esse tipo de coisas não adianta, vai ser assim mesmo e tal'. E aí eu acho que a discussão ao invés de ser uma discussão super tipo 'ah você vai trocar tudo da sua vida digital agora só para ferramentas seguras, software livre e tudo mais', eu acho que a gente tem que ter um pensamento progressivo: 'ah essa ferramenta é bacana vamos começar a usar uma ferramenta que é bacana, um gerenciador de senha, vou começar ensinando quebrar os poucos os mitos da senhas, o que é uma senha segura'. Às vezes a gente acha que uma senha segura é uma que tem uns caracteres estranhos e que é super difícil de lembrar, mas não necessariamente, a gente pode ter senhas seguras pensando em frases longas que o computador levaria anos para quebrar e às vezes são inteligíveis." (Clara, 24 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2018)

Aziza, que está cursando o ensino técnico em Desenvolvimento Web e Programação, diz que sempre teve interesse em tecnologia, mas que foi para essa área, em grande parte, em decorrência do seu ativismo, pois vê esse campo como muito necessário para a política feminista. Para ela, o *hackativismo* é fundamental na busca por autoconsciência, a consciência de classe, a consciência de raça e a consciência social, pois são os meios de comunicação que potencializam esses processos. E, se hoje em dia, com a tecnologia avançando, o meio digital sendo cada vez mais acessível, mais fácil e mais abrangente, o hackativismo deve ser usado para isso:

> "O hackativismo também é de extrema importância. Porque eu já falei: a computação e a tecnologia é poder, e esse poder está na mão de homens. Ultimamente com poucas mulheres

> que tem pouco espaço no mercado, porque o mercado nem sempre reconhece que essas mulheres têm as mesmas capacidades que o homem ou até mais capacidade. Então às vezes é mesmo pelas beiradas, baixar filmes legais que você tem acesso, aquele filme ao invés de você comprar ele caro, você baixar livros sobre feminismo, você acha sobre consciência negra, você baixar livro sobre anarquismo, você baixar livro sobre feminismo, você baixar livros sobre autodefesa. Então a informação tá no mundo e a gente precisa ter acesso a ela. E eu acho que na falta de modos legais, direitos, acesso, facilidade mesmo de acesso, ou negação desse acesso, acho mais do que justo quem consegue, quem pode ir por essas outras vias conseguir acesso. Aí tem revista, tem rádio na internet, de modo a compartilhar esse tipo de acesso ao máximo de pessoas possível." (Aziza, 30 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

O hackativismo também é apontado pelas ciberativistas mexicanas como fundamental enquanto estratégia de ação e de comunicação política. Juana, que é de Guadalajara, realizou um de seus primeiros projetos na área de comunicação e direitos humanos fotografando migrantes que eram apoiados por uma rede de ativistas e defensores em sua cidade de origem[67], num projeto que visava ser um apoio emocional aos próprios migrantes. Ao perceber sua forte conexão com as mulheres migrantes, passou a realizar mais projetos de comunicação com perspectiva de gênero. Já havendo trabalhado anteriormente com proteção de direitos humanos de defensorxs em comunidades indígenas em diversos estados, inclusive Oaxaca, Juana direcionou seu trabalho para a mobilização em internet de campanhas voltadas a direitos humanos justo quando começavam a se formar as primeiras expressões de ciberativismo:

> "Cuando estuve en las organizaciones, cuando estuve en el Centro Pro, sobretodo, esta muy grande organización en el DF, se llevaban casos emblemáticos. Yo entré directamente a comunicación. Siempre estaba en comunicación. Me tocó ver cuando la gente le empezó a postar a las páginas web, me tocó ver, o sea, me tocaron esos cambios. Me tocó ver cuando apostarles a campañas sociales para plataforma de redes sociales, que antes ni se llamaban así. Era muy importante, o sea, empezar a notar que por ahí había una manera de hacer activismo ciber. Ya después llegó el concepto ciberactivismo. Pues te empiezo a entrelinear porque pues ahora me dedico más de este lado, pero yo hacía muchísimo eso. A mí me encantaba la existencia de internet desde mucho tiempo antes, sobre todo para posibilitar conexiones afectivas. Sobretodo. Entonces pues me tocó ver los cambios y yo simplemente los fui incorporando mientras iba trabajando. Entonces hacía monitoreo de medios, hacía boletines,

[67] Por Guadalajara passa a rede de trens de carga conhecido como "la bestia" que ligam a fronteira sul da Guatemala à fronteira com os Estados Unidos, por onde muitos migrantes – especialmente hondurenhos, salvadorenhos e guatemaltecos – viajam clandestinamente sofrendo graves perigos de sofrer lesões em quedas e violências por grupos criminosos. Muitos desses imigrantes, após cruzarem a fronteira entre a Guatemala e o México, abordam o trem ou viajam pelos estados de Chiapas e Oaxaca.

> acompañaba casos, desarrollaba campañas sociales. Era contexto variado de casos emblemáticos que llevaba el caso jurídico la organización, y el caso de como visibilizarlo socialmente. Entonces a mí me contrataron para eso. Y uno de los casos era el de Atenco. Entonces fue muy fuerte para mí conocer a algunas de las chicas. Muy fuerte. Y me pasó. O sea, yo ya sabía que me tenía que acercar con una campaña social de ese caso. Cosa que me alucinaba de poderlo hacer. O sea, me daba mucho gusto hacerlo." (Juana, 33 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Foi ao realizar a campanha em apoio às mulheres sobreviventes de tortura sexual pelos Militares na repressão ao movimento social em Atenco, na região metropolitana da Cidade do México (Estado do México), que ela começou a ter contato com ativistas feministas autônomas. Através desse primeiro contato, foi conhecendo toda uma rede feminista, em especial de feministas lésbicas autônomas, na qual várias delas se tornariam as suas principais companheiras de ativismo, a partir de então. Foram elas que apresentaram à Juana a perspectiva da *autodefesa feminista digital*, tendo sido, afinal, um projeto sobre "autodefesas hackfeministas" que, posterioriormente, a levou em definitivo para Oaxaca:

> "Ahí empecé a entender, conociéndolas, como ellas estaban posicionadas desde el feminismo lésbico autónomo, que era uno muy particular que no tenía nada que ver con los otros que yo medio había conocido. Me llamaba mucho la atención, sobretodo conocí a defensoras que nombraban feministas. Defensoras de derechos. Pero no me había tocado algo lésbico autónomo. Sí había escuchado a algunas chicas que estaban más en la movida punk, pero no lesbianas o no feministas. Entonces la revoltura de todas las cosas me movió todas mis preguntas respecto a la soberanía del cuerpo, respecto a territorio otra vez. Ya nos fuimos haciendo amigas porque así pasó, pero yo les dije a los del Centro Pro 'yo voy a trabajar lo que ustedes me están pidiendo para la campaña, pero artísticamente les voy a proponer a las chicas trabajar otra cosa, fotográfica y que no tiene nada que ver con ustedes, tiene que ver con preguntas que estoy teniendo que creo que podemos hacer que la gente se acerque desde otro lugar al tema Atenco, al tema de ellas'. No de la tortura, sino de quienes quisieron seguir siendo. Y entonces sí hice este proyecto 'Mirada Sostenida'. Que me llevó muchos años. Muchos años. O sea, para hacer todas estas fotos y toda esta investigación fueron dos años y medio. (...)
> Y entonces ahí empecé a conocer pues a otras compañeras muy activas. Pero a la vez estaba con las compañeras defensoras. Y luego ya empecé a conocer a los compas y a las compas ciberactivistas. En donde sí había mujeres, no había un tema como específicamente hablado de perspectiva de género, pero había formas interesantes de aproximarse a lenguajes comunicativos para llegar a otras personas. Entonces toda esa mezcla de cosas hizo que yo me empezara a clavar mucho con el tema del *hacking*, con el tema de cultura libre. Porque para lo de Mirada Sostenida, hacer la web, tuve que investigar sobre servidores autónomos o por lo menos posibilidades de que no me tumbaran la página. Porque la sacamos tantito antes de que Peña Nieto se convirtiera en presidente. Y yo creía profundamente y lo creíamos junto con varias de las compas que si lo hacíamos web iba a ser mucho más accesible a esperar a que un día alguien la quisiera poner en un museo, en... Y que no era un proyecto para ser exhibido, nunca quisimos algo así. O sea, lo que queríamos era que tocara profundo. Entonces si iba a ser expuesto, no iba a ser la principal apuesta. Y la manera más accesible de hacer con que estas

> cosas caminaran era hacerlo web. Entonces ahí me empecé, o sea, empecé a entender desde un lugar muy político, internet. (Juana, 33 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

O projeto *Mirada Sostenida*[68] tinha uma proposta artística e fotográfica de retratar as mulheres de Atenco e Texcoco (que interpuseram a denúncia de tortura sexual contra o Estado mexicano na Corte Interamericana de Direiros Humanos), numa visão crítica sobre o acontecimento, mas com esperança de seguir caminhando. Devido à perseguição do Governador do Estado do México Enrique Peña Nieto – que ordenou a repressão, sendo ele, então, candidato a presidência – e do governo mexicano como um todo, às ativistas, ela teve que se preocupar cada vez mais com a questão da cibersegurança e buscar meios livres e autônomos de comunicação também na internet:

> "Desde cómo cuidarlo para que no te chinguen, o sea, para que no te jodan, para que no te acosen, para que no te amenacen. Son riesgos, siempre los ha habido, pero yo veía a otras posibilidades de viralizar algo así. Y sí, fue bien impresionante. Elegir licencias libres, y no Copyright. O sea, todo eso cambió toda mi experiencia de lo artístico, lo comunicativo, lo colaborativo y las autonomías. Pero para mí ya internet era mi cotidiano, o sea, no es online/offline. Para mí es el mismo mundo, pero tenemos diferentes maneras de representación corporal en todos los espacios. O sea, es el cuerpo transitando en estos espacios. Y yo veía mucha potencia en internet. Desde entonces sigo haciendo muchas cosas que tienen que ver con internet. Y yo también ahí veía posibilidad de que hubiera otras narrativas. Históricas, memoria, resistencia y género, ¿no? Entonces ya formé parte de un colectivo, hablando de esto, que no era feminista, pero que era *hacktivista*. Se llama Astrovandalistas. Estuve con ellos, con ellas dos años. Mientras estaba lo de Mirada Sostenida empezando. O sea, todo tiene que ver con todo, ¿no? Ellos en parte me animaron mucho a que sí fuera web. A apostarle enserio por esto. Y también todo el tema de cultura libre pues los aprendí juntos. Y me hacía total sentido. Porque tenía que ver con cómo liberar canales despues de construcción colectiva de conocimiento... (Juana, 33 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Nesse período ela também estava realizando uma campanha fotográfica com *Hijos e Hijas México pelxs desaparecidxs*, assim como campanhas em memória das ativistas contra o feminicídio Marisela Escobedo e Susana Chávez, que foram também vítimas de feminicídio. Ao longo dos protestos e intervenções, Juana foi tendo maior contato com as feministas autonomistas. Ao mesmo tempo, com o coletivo de hackativismo *Astrovandalistas*, ela

[68] https://miradasostenida.net/

participou de uma ação de *arthacking* a convite de um museu no Distrito Federal, que ficava situado em frente ao Campo Marte, um campo militar onde foram vistxs pela última vez grande parte dxs desaparecidxs durante a *Guerra Sucia* no México. A ativista nos explica o que significou esse período na história do país, quando teve origem a consigna "*vivxs se lx llevaran, vivxs lxs queremos"*:

> "¿La Guerra Sucia? Es, uf, es largo, pero... La Guerra Sucia es parte... México, yo creo que tiene bastantes años viviendo en dictaduras que se pueden llamar de todo tipo, pero son dictaduras. O sea, no es una. Pero en la Guerra Sucia este... Finales de los sesentas, principios de los setentas, bueno, casi durante todos setentas, hubo, es donde más, además de esa historia reciente de la guerra contra el narcotráfico, es donde más orden de desaparición forzada hubo en México. Fue el tiempo que coincide con las dictaduras en Argentina, con la dictadura en Chile... Entonces ese campo militar, pues digamos que es muy histórico por eso. Ese y el Campo Militar n°1. Este museo va hacia el campo militar." (Juana, 33 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

O fato do México ter vivido um período de autoritarismo permeado por perseguições políticas, assassinato e desaparecimento de militantes – simultâneo às ditaduras na América Latina – que, entretanto, era declarado como democrático (e até hoje é avaliado como tal) em boa parte das análises históricas, fez com que ativistas (e grande parte da sociedade também) tenham, até hoje, uma visão bastante crítica sobre a possibilidade de se classificar um regime como democrático num contexto de repressão política intensa. Com a obra *Arma Sonora Telemática*, o coletivo buscava criticar a estrutura política violenta do México, chamando atenção para as desaparições políticas como expressão do autoritaritarismo e da repressão, desde a década de sessenta até os dias atuais. Na última década, com a escalada da militarização, justificada pela suposta guerra contra o narcotráfico (estrutura criminosa que mostrou estar fortemente entranhada nas estruturas militares, paramilitares, judiciais e parajudiciais, como já apresentamos na seção anterior deste capítulo), o número de desaparecimentos forçados chegou a índices similares aos da década de 70.

O coletivo montou, então, uma estrutura que ligava enormes peças de metal recicladas penduradas em uma estrutura gigante na parte externa na frente do Museu, conectada a um

motor de lavadora também reciclado, que quando era acionado movia toda a estrutura através de correntes que produziam um ruído altíssimo. Juana ficou, então, responsável em programar a "arma sonora", conectando-a às redes sociais, para produzir um efeito que mobilizasse o maior número possível de pessoas naquela ação ciberativista antimilitar: cada vez que uma pessoa twitava #banCampoMarte o motor era acionado produzindo ruído em frente ao Campo Militar como forma de protesto. O projeto foi um sucesso, milhares de pessoas compartilharam a *hashtag* juntamente com as denúncias de violências cometidas pelas forças armadas mexicanas, em especial sobre desaparição forçada, tanto no passado como no presente, e centenas foram ao local para ver se o dispositivo realmente funcionava:

> "Entonces dije 'creo que puedo, si quieren, yo creo que lo puedo entrar y yo creo que tengo redes ciberactivistas fuertes, o sea, si hacemos algo, podemos hacer algo viral'. (...) Y cada vez que alguien twitteaba algo que estábamos invitando a que twittearan sobre como sentíamos la violencia estructural en México.... Eso en el 2012, antes de Peña Nieto. Y tienes que poner el hashtag #banCampoMarte. Cada twit que decía #banCampoMarte programamos que agarramos esa base de datos del Twitter y programamos que eso retornara, que todo eso funcionara, se movía el motor de lavadora y salía "tacatacatacatacataca..." durante un mes. No dejó de sonar durante un mes. O sea, se hizo un *trending topic* y todo. Estuvo muy cabrón. La cosa era, no necesariamente todo el mundo va a entender cómo funciona esto. Lo importante es que esto pueda ser ocupado por todo el mundo. Por todo mundo que tenga acceso a Twitter y tenga ganas de decir algo. Y había unos mensajes, Lau, increíbles, de la gente sacándolo todo. Cualquier gente. No nomás a activistas.... Obviamente son quienes, con quienes empezamos a, o sea, yo hice ahí un trabajo de hacer que la banda pesada empezara a decir cosas para que se viralizara, ¿no? En eso sí me sentía con bastante conocimiento como para generarlo. Pero en sí el proyecto era precioso. Entonces mucha gente no creía que existía. Iba a darse la vuelta a ver si es cierto a ver que, si twitteaba, funcionaba. O sea, todos, todos los militares miles de veces desconectaban, porque era un cable de ethernet gigante desde adentro del museo, hasta fuera para conectarse, en frente del campo... hazte cuenta que aquí está la estructura y el Campo Marte está en el árbol... Entonces iban y lo desconectaban, pero el señor que cuidaba el estacionamiento del museo le encantó el proyecto, porque era rarísimo, pero cuando se lo explicamos era como 'qué cosa ustedes, ¿qué están haciendo?'. Entonces él iba y lo enchufava nuevamente. Yo me enamoré mucho de ese tiempo con Astrovandalistas. Fue súper bonito el trabajo. (...) Pero en ese tiempo de ese principio estuvo el Arma Sonora Telemática y luego lancé Mirada Sostenida y todo eso era porque queríamos estar haciendo como hincapié 'podemos detener que este cabrón llegue a la presidencia'. No era la principal cosa, era un 'démonos cuenta de lo que está pasando y démonos cuenta que pasa cuando podemos ser una multitud incidiendo'. Y que pasa cuando el internet es parte de nuestra resistencia. O sea, es uno de los tantos vehículos a los que podemos habitar y hacer mucho ruido. Entonces para mí era que tiene que ser a través del internet. O sea, no solo. No solo, pero tiene que ser ocupado ese espacio como nuestro, no como el que nos dicen que seamos usuarios pasivos. Por supuesto ni siquiera hablan de usuarias. Hablan de usuario y jamás te imaginas interviniendo este espacio y decidiendo sobre su infraestructura. Ahora estoy clavadísima en eso. Pero porque le veo a la potencia y porque es otro espacio más que nos está siendo arrebatado. Entonces pues no sé, a mí todo eso me tocó mucho, mucho. Yo dije, sí, el arte es otra manera

> de poner el pecho ante una violencia tan tajante, ante un país en guerra que está harto de su guerra, pero sigue en guerra y a veces ya no tiene esas ganas ni de tener nada. O sea, diez años en guerra, un día de verdad ya es muy cansado. (Juana, 33 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Apesar de milhares de ações de ativistas e de amplo movimento estudantil – que se iniciou com a mobilização do *#YoSoy132* justamente protestando frente à insistência do candidato em negar a gravidade das violências cometidas no caso de Atenco – Enrique Peña Nieto foi eleito presidente, em 2012. Mas o ativismo seguiu resistindo em 2013 e 2014 à implementação da *'Ley Telecom'*, uma reforma da Lei de Telecomunicações que implementava uma série medidas contrárias aos direitos individuais e à privacidade, como a exigência que as companhias telefônicas armazenassem dados pessoais, localização e destino das comunicações realizadas por seus clientes por dois anos, sob o argumento de que seria uma contribuição à justiça[69]. O debate se dava simultaneamente ao desaparecimento dos 43 estudantes normalistas de Ayotzinapa, em que houve explícita participação do Estado[70].

Além disso, a *'Ley Telecom'* previa a possibilidade de intervenção governamental sobre conteúdos na internet – o que abria precendentes à censura -, consolidava as conseções às grandes empresas de telecomunicações e restringia a operação das rádios comunitárias –

[69] O armazenamento de metadados pelas empresas telefônicas e sua disponibilização à justiça é objeto de intensa disputa política em diversos países, tendo sido autorizada na maioria dos casos no qual foi votada a nível federal e constitucional, inclusive nos Estados Unidos e na Inglaterra. Uma objeção importante a essa política que viola a priori o direito à privacidade em prol de uma suposta segurança foi a decisão da União Européia em impedir essa prática que pode permitir a vigilância massiva. Além de não haver base para a confiabilidade no armazenamento de dados por corporações privadas, o debate passa também pelos usos indevidos de dados privados pelos governos, já que, apesar das leis que regulamentam essa prática exigirem uma ordem judicial para acesso a esses dados, há diversos registros de descumprimento dessa normativa.

[70] Os estudantes foram capturados por agentes Polícia Municipal de Iguala, Cocula e Huitzuco, da Polícia Estadual de Guerrero e da Polícia Federal e supostamente entregues à morte ao grupo criminoso Guerreros Unidos, versão que figura na "verdade histórica" apresentada pelo governo de Enrique Peña Nieto. As investigações, que até hoje são inconclusivas - nas quais foram comprovadas a utilização extensiva de tortura como meio de obter informações - prenderam a prefeita do município de Iguala e seus familiares, membros da Polícia Municipal de Iguala e Cocula e, em sua maioria, membros do grupo narcotraficante Guerreros Unidos. Entretanto, como na maioria dos casos de massacres e desaparecimentos forçados, nenhum cargo alto das Forças Armadas foi condenado e há uma tentativa sistemática de ocultar a colusão entre as forças armadas estatais e os cartéis, assim como negar as reais motivações políticas dos crimes.

reforçando o processo de criminalização desse fenômeno -, e autorizava o governo a interromper os serviços de telecomunicações em eventos e lugares críticos para a segurança pública - o que poderia impedir o uso deste meio em protestos para garantir a segurança entre ativistas e registrar e divulgar violações de direitos humanos em tempo real.

Tendo em vista essa ameaça à liberdade de expressão e manifestação e a divulgação de informações sobre a utilização ilegal de programas secretos de vigilância e espionagem (*Pegasus*, tecnologia do grupo israelense NSO, vendida exclusivamente a governos) de ativistas de direitos humanos, jornalistas e acadêmicos por parte do governo de EPN, as ativistas feministas mexicanas se tornaram cada vez envolvidas em práticas de *hacking*, cibersegurança e na cultura de tecnologia e meios livres. Para Juana, uma estratégia para as autodefesas digitais feministas, inspirada nas artes marciais, implicava simplesmente em mover-se de lugar, sem precisar se colocar em uma posição defensiva:

> "Yo creo que eso es lo que hace, o por lo menos intenta, esta mirada activista del hacking. Por eso sigo muy desde ahí. Porque tiene una parte poética, tiene una parte de juego, tiene una parte que está diciendo podemos subvertir, intervenir, transformar compartir de otra manera, distribuir la energía. Esto es lo que habla el hacking. No es en sí solo vulnerar un sistema. Y en todo caso el hackfeminismo pues es vulnerar al pinche patriarcado. O sea, sigamos a intervenirlo y lo vamos a tumbar, porque no lo queremos, pues es patriarcal. Ese es lo que se merece ser dinamitado desde hace bastante tiempo, ¿no? Me gusta el hackfeminismo." (Juana, 33 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Figura 35: Projeto Luchadoras: Internet livre.

'La clicka: libres en línea' - https://www.libresenlinea.mx/

Juana foi uma das ativistas que trouxe experiências de outras partes do México e do mundo e, em coparticipação com diversos projetos e coletivos oaxaqueños de rádios e telefonia comunitárias, meios livres e ciberativismo para proteção de direitos humanos, realizou diversas atividades, eventos, campanhas e formações que buscavam aprofundar o debate sobre autodefesa e cuidados coletivos digitais, como a já mencionada *Feira Ciberfeminista*. Começaram, então, outros projetos também de servidores autônomos para se criar plataformas livres para a comunicação feminista.

Itan, uma das oaxaquenhas pioneiras no campo da autodefesa digital, conta como o que despertou seu interesse pela cibersegurança foi a desconfiança de que ela mesma estava sendo alvo de espionagem. Indignada pela possibilidade de ter sua privacidade violada, a ativista, que já atuava no campo da Programação e da tecnologia, começou a pesquisar sobre as formas de vigilância aos computadores privados, e descobriu centenas de vídeos de jovens ensinando métodos de como viagiar as namoradas, irmãs, a amiga e outras mulheres:

> "Para la seguridad digital, que es el tema que me gusta trabajar, lo identifiqué por experiencias propias. Una porque yo era vigilada a través de las redes sociales o a través de mi correo electrónico. Me instalaron el *troyano* y de repente me empecé a dar cuenta de que me estaban espiando a mí. De que sabían quién me escribía, con quién me escribía, qué hablaba, qué no hablaba… y entonces a mí me empezó a generar pues una sensación de '¿dónde está mi individualidad y dónde está el respeto a mi espacio privado?'.
> Y entonces, empecé a buscar herramientas, '¿y cómo sé que mi equipo no está intervenido? ¿Cómo sé cada qué tiempo mandan información a quien está vigilando?', entonces empecé a buscar y empecé a encontrar… ahora con youtube y todo, una serie de videos de hombres para vigilar a las mujeres y fue así como ¡'wow'! Y mujeres no, mujeres hablan de recetas de cocina, hablan de cómo cuidar al bebé, cómo maquillarse, cómo cortarse el pelo, o sea, las mujeres hablamos de eso y los hombres de qué hablan: de cómo vigilar a las mujeres, de cómo… para mí fue como un hallazgo de decir '¡se pasan!' Porque yo quería conocer qué herramientas están utilizando para la vigilancia, ¿no? Y entonces me doy cuenta, todo el discurso que utilizan los hombres, estos hombres jóvenes que hacen sus videos para decirle a otros jóvenes u otros hombres, cómo vigilar a la novia, cómo vigilar a la hermana, cómo vigilar a la amiga, ¿no? Y si no, dicen 'mientras ella se está bañando, tú le instalas en su teléfono este sofware que se llama así y luego lo borras para que ella no lo vea, y entonces cada cierto tiempo programado te va llegando a tu correo todo lo que habla, lo que dice, incluso puedes conectarte a su teléfono sin que ella se de cuenta y en tiempo real tú sabes con quién está platicando. Puedes prender la cámara de su computadora, la de su celular, el audio de teléfono, micrófono y puedes ver qué está haciendo'. Entonces a mí me jalaron de los pelos, porque dije '¿para qué?', o sea… ¿para qué tienes que estarla vigilando?, pues no es tu propiedad.

> Y ahí empezaron a despertar esas necesidades de decir no, tenemos que protegernos entre nosotras, tenemos que saber qué están haciendo y yo lo descubrí, o sea, yo descubrí que a mí me estaban haciendo pues este tipo de seguimiento, ¿no?
> Y entonces empecé a buscar herramientas y estrategias, a tener otro pensamiento. Pues un pensamiento malicioso, porque ya no pensabas 'pues ahora voy a hacer mi curso de tejido'. Y en ese foro de gobernanza que fui, que fue un intercambio de mujeres que hablamos de tecnología y eso, empezaron a surgir muchos temas parecidos. Había una mujer blogera que tiene una comunidad de mujeres blogeras como de 35mil mujeres y nos confiesa en el grupo, nos platica su historia, que su administrador de su sistema de blogs, pues era un hombre y que ella desconocía totalmente cómo se maneja la parte interna de la administración de los blogs, entonces él tenía el dominio de las bases de datos, de contactos, correos… todo y que él se había llevado esa base de datos y que en ese momento estaba en un pleito jurídico, porque le devolviera la propiedad que le correspondía, que era su información y las bases de datos. Te das cuenta que hay una serie de todo esto que vivimos en la vida hoy aquí, se reproduce, pero también se llega a recrudecer porque está en función del anonimato. No lo conoces, no sabes quién es el administrador de esa página y no sabes qué está haciendo ese administrador con tu página." (Itan de hui, 47 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

Vemos aqui que é de primeira relevância a constituição de servidoras feministas para hospedar as plataformas dos movimentos. Considerando-se a composição esmagadoramente masculina na área de tecnologia, é importante ressaltar que nem mesmo as iniciativas independentes de servidores e meios livres ativistas são confiáveis para as feministas em termos de segurança, já que eles são, em sua maioria, desenvolvidos e mantidos por homens. Como já vimos ao longo dos capítulos anteriores, são constantes as violências machistas e patriarcais nos meios militantes e ativistas, e os dados de algum grupo podem ser utilizados até mesmo em retaliação frente a alguma denúncia dessas violências.

A partir dessas experiências, Itan começou a desenvolver projetos e plataformas que pudessem garantir a privacidade para grupos autônomos, organizações sociais e até pessoas individualmente. Além de desenvolver ferramentas enquanto programadora para que mulheres possam ter seus dados, privacidade e segurança preservados, ela realiza também formações, especialmente para jovens, para que elas tenham conhecimento dos perigos e ameaças que a exposição de seus dados pessoais pode acarretar. O *sexting*, que consiste no envio de fotos próprias com conteúdo sexual ou nudez, é um direito individual, assim como o registro de vídeos de atos sexuais na intimidade. Entretanto, é muito frequente que homens

exponham suas ex-namoradas na rede, no que ficou conhecido como “pornografia de vingança”.

Além disso, os metadados que o conteúdo digital contém, por *default* nos telefones celulares, plataformas e aplicativos de redes sociais, ao mesmo tempo que pode servir para rastreamento em casos de sequestro, podem também te expor a uma violência se alguém que está te perseguindo, assediando ou ameaçando obtém acesso, sejam estes pessoas particulares, grupos políticos ou governos:

> “Por eso nosotras empezamos a pensar que ‘Hacemos Click’, es devolverle a las organizaciones y a las personas, la propiedad de sus espacios digitales, o sea… sí, cámbiale contraseña, sí ponle antivirus, sí dónde navegas, qué navegas, utiliza navegadores seguros. Si vas a hacer *sexting*, que es tu derecho, utiliza estos recursos. O sea, cómo podemos autocuidarnos. Que hoy tienes una relación con tu pareja, lo amas, crees que es el amor de tu vida, tienes relaciones… con otro pensamiento, te video filma, te toma foto y de repente ya está en contra tuya y los está publicando y te está difamando y te está extorsionando… o sea, todo ese pensamiento, cómo lo dominamos con las tecnologías y ese es el qué hacer que me toca hacer, por eso es que me convierto en autodefensora de los derechos digitales.
> Y aquí porque pues estoy aquí… me interesa que las mujeres hoy… es una creciente ola de uso de telefonía celular y con ese celular, yo les decía ‘con ese celular, tú tienes un moretón, un lo que tú quieras en tus nalgas y te vas a tomar una foto porque no te alcanzas a ver. O quieres hacerte una auto exploración y quieres verte, entonces usas tu celular ingenuamente, te tomas la foto, lo ves, pero en ese momento tu celular se está conectando con el servidor de google y google ya tiene tu foto allá y con tu facebook y tu twitter y… ya no tienes esa privacidad de la información’. Entonces básicamente ese es el ejercicio que hago, ir creando conciencia de qué tomamos, de cómo usamos nuestra información, cómo usamos nuestro celular, que con ese me duermo y con ese me despierto, es una extensión de mi vida, pero ¿qué haces con ese celular? El celular tiene una geolocalización que automáticamente genera todo un recorrido de lo que tú haces, en qué país, ciudad o lugar estás y todo eso lo va marcando. Y pues tiene sus beneficios, para los secuestros pues ya sabe dónde estaba… pero pues es una medida para controlar, entonces, cómo, tenemos que saber todas esas herramientas, ¿no? Y para qué. ¿Te interesa? Pues sí, si no, deshabilítalo o configúralo de otra manera, o tus fotos o tus metadatos… Entonces ahí me convierto en eso. (Itan de hui, 47 anos, entrevista, Oaxaca, 2017)

O ativismo digital das oaxaquenhas e suas preocupações com a exploração sexual e a exposição das mulheres se intensificou no último ano e garantiu a aprovação de uma lei contra a violência digital em Oaxaca que sanciona a violação da intimidade sexual que ocorre na divulgação, compartilhamento ou publicação de imagens, áudios ou vídeos de conteúdo

íntimo, erótico ou sexual sem o consentimento da vítima[71]. O Brasil também possui, desde 2018, uma lei que sanciona tais práticas[72]. Em ambos os casos houve a tipificação penal. Infelizmente, quando casos desse tipo chegam à justiça, o dano à vítima já é devastador, sendo fundamental que realizemos todos as formas possíveis de prevenção para que tais violências à privacidade e à intimidade sexual das mulheres possam não vir a acontecer.

Em Belo Horizonte, ativistas relataram que dificuldades com relação à questão econômica dos coletivos autônomos - já que o prazo de vida geralmente curto dos coletivos não permite se colocar em prática algumas questões de autogestão – tem efeitos negativos em aspectos apontados como emergenciais tais como: promoção da segurança na rede e conhecimento do ciberespaço. A falta de condições mínimas e problemas estruturais, de acordo com Imani, podem afastar as pessoas do ambiente de luta. O fato de que, muitas vezes, não há uma pessoa no coletivo que domine as questões digitais e de hackeamento, implica em maior vulnerabilidade das ativistas que podem ter sua segurança ameaçada. Por isso é

[71] É relevante lembrar aqui que o México, como uma Confederação que garante autonomia judicial aos estados, essas batalhas jurídicas em torno da violência sexual, feminicídio, aborto são travadas a nível local. Se por um lado isso é positivo, já que muitas vezes permite que estados mais progressistas avancem e estabeleçam referência para outros em termos legislativos, por outro, isso reduz o poder de pressão dos movimentos mais organizados ao nível local. Após a legalização do aborto no Distrito Federal em 2007, só houve um avanço correspondente com a legalização em Oaxaca em 2019. Outros estados, em contrapartida, impulsionaram medidas de endurecimento dos casos permitidos. Entretanto, é relevante que tal legalização estabelece uma brecha para que algumas mulheres viagem os estados onde é legalizado para realizar o procedimento de interrupção legal da gravidez. No caso do feminicídio, a regulação a nível estatal foi um desastre, já que se aprovaram leis muito diferentes em cada estado, sendo algumas avançadas e outras extremamente questionáveis. A documentação dos casos de feminicídio é extremamente falha e varia radicalmente entre os estados, tendo alguns que quase não classificam nenhum homicídio de mulheres enquanto feminicídio. Essa é uma das razões pelas quais os dados da segurança pública sobre violência de gênero e feminicídio no México são questionáveis e se faz quase impossível interpretá-los com alguma coerência, algo bastante conveniente aos governos que buscam negar sua negligência frente a essas violências. A modificação ao código penal em Oaxaca no que tange à criminalização da violação da intimidade sexual através de meios digitais foi nos artigos 249 e 250.

[72] A Lei 13.718/18 prevê a criminalização da divulgação de cena de sexo, nudez e pornografia sem consentimento da vítima e outros delitos como a importunação sexual no transporte público, e indução ou incitação a delitos sexuais. Além disso, também aumenta as penas nos casos de estupros coletivos. Essas legislações foram impulsionadas por senadoras no marco da grande pressão dos movimentos feministas que realizaram diversos protesto que chamaram de “30 contra todas”, posteriormente à divulgação de um vídeo de um estupro coletivo de uma adolescente nas redes sociais.

relevante incluir a autodefesa digital como um aspecto fundamental em uma cultura de segurança feminista:

> "Embora esses coletivos tiveram um prazo de vida muito curto, não conseguiram colocar em prática as questões da autogestão, e aí passa por essa questão econômica, também as dificuldades de acesso, de entender até determinados mecanismos, que é essa questão digital, de hackeamento, que você não tem essa pessoa especializada para garantir essa segurança de rede, que tem esse conhecimento do ciberespaço, para fazer ampla comunicação, como por exemplo a mídia ninja. Você precisaria de pessoas ligadas a jornalismo, pessoas de comunicação, e até ter uma câmera, é muito difícil para os coletivos negros se manterem por essa questão da autogestão econômica e também essa questão do digital, desses meios livres, para dar maior visibilidade a luta, e ao mesmo tempo preservando a vida daqueles que estão atuando. Essa segurança de rede, via-se como necessidade, mas nem sempre tinha uma especialista para fazer isso, só pontuando que essas duas partes sempre foram mais impeditivo com relação à mobilização do coletivo até porque passa por uma outra discussão que muitas vezes a galera pobre não é vai ter sempre disponibilidade para participar das questões coletivas, procurando emprego, e acaba que quanto mais o individuo passa por problemas estruturais de se manter e de ter uma condição mínima, mais afastado ele fica do ambiente de luta, mesmo tendo necessidade de estar naquele espaço. Isso foi uma questão muito forte nos coletivos que atuei, principalmente o bloco, que eu tive mais contato aí nos últimos anos." (Imani, 32 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

Para Aziza, sua concepção da autodefesa feminista enquanto consciência das ferramentas que temos para nos proteger e nos defender, impacta também a busca pela formação em termos de autodefesa digital. Ela vê na internet um grande potencial de ação para o ativismo, porém, retomando elementos que foram também essenciais na transformação que as mulheres oaxaquenhas produziram em toda a lógica dos meios de comunicação em 2006, ela ressalta a produção ativa de conteúdo e o deslocamento de padrões de interações nas redes sociais que possam produzir formas de organização e rede feministas mais potentes:

> "Igual eu falei no início sobre autodefesa, sobre o que é ter autodefesa para mim: é ter consciência das suas ferramentas. Não só de quem você é, mas das ferramentas que você tem nessas disputas. Se uma dessas ferramentas é o computador, uso computador. Você não precisa ir na rua numa passeata se você não se sente bem no meio das pessoas, se você tem medo ou alguma coisa, você pode usar o seu computador. Mas você não vai jogar no seu *Facebook* então sempre, por que senão vira uma bolha e vai atingir sempre as mesmas pessoas. Mas se você passar um link de uma página que você fez, e você jogar no seu *Facebook*, e você jogar no *Twitter*, e você jogar numa página sobre o feminismo, e você jogar uma tradução do livro feminista lá nesses locais, mais pessoas vão ter acesso a essas informações. Então você vai conseguir transmitir essas informações e seus conhecimentos para mais pessoas. A gente só não pode achar que *Facebook* a única forma de militância digital porque não é. Eu acho que é importante também, igual eu falei, da gente ter consciência das nossas ferramentas, ter

> consciência de que a gente sempre precisa de mais do que uma ferramenta. A gente nunca pode ter só o corpo, ou só psique, ou só território, ou só digital, a gente precisa de pelo menos duas desses tipos de autodefesa. É claro que tem outros tipos de autodefesa também que a gente pode pensar aí: autodefesa em ambiente de trabalho, autodefesa em ambiente acadêmico, então a gente precisa ter consciência e todas as ferramentas que a gente tem a nossa dispor e ter aceitação das ferramentas que a gente não tem a nossa dispor. E assim procurar ter acesso a conhecimentos a partir de quem tem essas ferramentas, por isso é importante ter essas conexões com outras pessoas, ou por meio de coletivo, ou por meio de simplesmente amizade, ou por *network* na rede mesmo de pessoas que possam complementar e possam fazer que essa autodefesa seja a mais completa possível." (Aziza, 30 anos, entrevista, Belo Horizonte, 2019)

Ressaltando que a autodefesa feminista pode ser enfocada em mais uma infinidade de campos de ação política e social que nos permita enfrentar as violências estruturais e as diversas formas de exploração do cisheteropatricado, do racismo e do capitalismo neoliberal, ela nos chama a procurar o sempre mais informação sobre esses processos que estão em constante mudança. Para a ativista, mais informações confiáveis sobre a realidade analisadas em uma perspectiva feminista permite que evitemos negligências frente aos perigos e as ameaças existentes e também potencializam, a partir do compartilhamento das diversas respostas e alternativas que temos para nos proteger individual e coletivamente, a possibilidade de uma autodefesa feminista mais completa e autoconsciente.

‘SOMOS MALAS, PODEMOS SER PEORES’

> “Apelo, de esta manera, a indagar la cultura desde el feminismo, a la imaginación epistemológica, a la defensa del reino de Fantasía como la raíz que me permite hacer frente, una vez más, a estos dolores crónicos que produce en nosotras la violencia machista y su posible alivio ya que, como un día me dijo Silvia Federici, si la violencia se ha recrudecido es porque las respuestas a las misma se han fortalecido. En consecuencia, en el trabajo de pensar, reescribir, sistematizar y difundir los contenidos de las prácticas de resistencia las licencias poéticas deben tener cabida –como siempre han tenido cabida de diversas formas–. Aunque, en efecto, siempre cabe la duda sobre si esta es la mejor estrategia de lucha dado que, tal vez, sólo estemos llevando una navaja a una balacera...” (MARTÍNEZ, 2018)

A luta feminista ao longo das últimas duas décadas no México e no Brasil viu o crescimento de uma vertente autonomista com forte influência de uma opção pela ação direta, mas nunca havia se estruturado tão amplamente uma proposta coletiva de autodefesa feminista como está acontecendo no presente momento. O processo é lento e contínuo, já que exige formação cotidiana em técnicas que permitam às ativistas respostas às mais diversas violências estruturais que impedem a autonomia das mulheres. A aposta da autodefesa feminista é por enfocar mais nas práticas de resistência do que na vitimização sofrida pelas mulheres. Como vimos nas análises das ativistas de Oaxaca e de Belo Horizonte, é possível identificar milhões de casos no cotidiano das mulheres em que a tais defesas, seja a nível individual ou coletivo, são bem-sucedidas e ampliam o processo de emancipação feminista.

Ao compartilharem entre si essas práticas que garantem a autonomia feminista, as ativistas “autodefensoras” ampliam o conhecimento sobre as possíveis respostas, estratégias e ações às quais é possível recorrer em diversas situações e contextos. Ao se formar em técnicas de combate físico, se fortalecer em termos psíquicos, ampliar a auto-organização na defesa do território e aprender sobre segurança digital as feministas autonomistas estão rompendo o cerco de sistemas de dominação que têm tentado impedir sua ação revolucionária. Ao contrário do que muitas abordagens parecem crer – e que também é a

aposta dos sujeitos soberanos que tentam desesperadamente manter suas formas de domínio, o aumento da violência extrema contra as mulheres não tem gerado paralização ou terror, e sim mais resistência. “Nem um passo atrás”, enunciam as ativistas desde seus diversos *fronts*. A tentativa de eliminar a agência das mulheres e restringir seu poder encontra cada vez mais fortes e massivos “*batallones femininos*” de guerreiras dispostas a mobilizar o conhecimento adquirido em séculos de resistência e responder a cada agressão para garantir sua autonomia.

A violência doméstica, a violência sexual e o feminicídio se encontram amplamente debatidas desde as mais diversas perspectivas teóricas feministas. O conceito de ‘violência política’ (FREIDENBERG, 2017) que, sem pretender retirar o caráter também político de todas as formas de violência contra a mulher, busca abordar as formas em as mulheres são atacadas no âmbito de sua participação política, têm enfocado a participação de mulheres no âmbito da representação política e exercício de cargos públicos nos diversos níveis do poder estatal, devido aos fortes ataques que tentam minar e impedir esse exercício. Entretanto, poucos tem sido os esforços de sistematizar os diversos ataques que as mulheres sofrem no contexto de sua participação política nos movimentos sociais e nos movimentos autônomos.

Ao contrário de tentar deslegitimar tais movimentos, o esforço aqui é de compartilhar as possibilidades de respostas utilizadas pelas ativistas frente a esses desafios para garantir mais amplamente sua autonomia. Nesse esforço de sistematização, ao avaliarmos os relatos apresentados ao longo dessa Tese, alguns padrões podem ser observados nas formas de violência política tem sido enfrentadas pelas ativistas autonomistas, podendo estas serem agrupadas em cinco grandes categorias:

> - Reprodução da sulbartenização da mulher e dos papéis tradicionais de gênero como impeditivo da ocupação de espaços de poder e decisão nos movimentos sociais e organizações políticas, e grupos autônomos na esquerda revolucionária, tentativa de desvalorização da voz

política e das perspectivas das mulheres, assim como não reconhecimento das suas contribuições nos trabalhos de organização e mobilização política;

- Violência doméstica e violência sexual entre militantes e ativistas como fatores determinantes para a exclusão das mulheres dos espaços políticos, movimentos sociais e organizações de esquerda frente a inexistência de mecanismos que responsabilizem os agressores e os excluam dos quadros das organizações e movimentos para que as mulheres se sintam seguras para continuar sua militância e ativismo. Estigmatização, culpabilização da vítima e revitimização das mulheres sobreviventes de agressão e violência sexual, que além de tudo são acusadas de estarem dividindo e prejudicando o movimento e sua imagem pública, e supostamente atuando a favor do capitalismo e do racismo;

- Violência política contra mulheres ativistas, militantes e defensoras de direitos humanos e das mulheres, direitos sociais e defesa da terra e do território exercida através de maior estigmatização na mídia e sociedade em geral sobre a atividade política das mulheres, fomentando ataques e ameaças de diversos setores da sociedade. Ataques da mídia e também de igrejas e grupos religiosos, partidos e grupos conservadores, criminalização e detenção ilegal e arbitrária de ativistas e defensoras por autoridades policiais[73];

- Violência sexual como método sistemático de tortura adotado pelas Forças Armadas do Estado e grupos paramiliares como forma de repressão aos movimentos populares e revolucionários[74] como forma de aterrorizar a população e coibir a participação em movimentos de defesas de direitos e de territórios e recursos naturais. Esses métodos utilizados durante ações de repressão e na prisão das militantes funcionam como formas de castigo exemplar para que todas as mulheres saibam as consequências da participação política das mulheres em movimentos de resistência e assim tentar dissudir a população feminina de atuar politicamente em defesa de direitos;

- Feminicídio Político: assassinato de mulheres ativistas e defensoras de direitos humanos e defensoras da terra e do território por forças militares, paramilitares, grupos armados e agentes ligados a interesses econômicos de megaprojetos, agroindústrias e indústrias extrativistas e de monopólio de grupos político-partidários conservadores[75]. A maioria dos casos acomente mulheres indígenas, negras e campesinas em defesa da terra e do território, mulheres pobres

[73] O México é um dos mais conhecidos internacionalmente pelas prisões políticas, que entretanto não enunciadas como tal, mas implicam uma 'fabricação de delitos' contra militantes, ativistas e defensores. O novo governo de Lopez Obrador está realizando um processo de Anistia de presos/as políticas, mas tem sido um processo lento, em Oaxaca até então foram liberados 4 ativistas/militantes, mas ainda há 70 encarcerados/as, no país como um todos foram liberados 45 dos 600 preocessos em curso, mas o movimento magisterial democrático estima que há 3500 pessoas encarceradas no México por motivações políticas. O contexto de recrudescimento do autoritarismo no Brasil tem intensificado também o encarceramento de ativistas, especialmente aquelxs que lutam pela terra e território.

[74] Sobre esse aspecto específico, lembramos que o Estado Mexicano em 2018 foi condenado na Corte Interamericana de Direitos Humanos por violência e tortura sexual contra 11 mulheres - se estima que as 47 mulheres presas foram vítimas dos mesmos procedimentos, mas apenas 11 quiseram seguir com o processo judicialmente - no caso Atenco, ocorrido em 2006. https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-46656044
https://centroprodh.org.mx/2018/12/21/en-sentencia-historica-corte-interamericana-ordena-al-estado-mexicano-sancionar-represion-y-tortura-en-atenco/

[75] Ressaltamos aqui novamente que a América Latina é a região com mais assassinatos de defensores/as em conflitos ambientais e fundiários do mundo, e o Brasil liderou o ranking mundial de assassinatos de defensores/as de 2010 a 2015 e em 2017 segundo os relatórios da Global Witness e da FrontLine Defenders, em 2018 ele pasou para a segunda posição na América Latina, sendo sobrepassado pela Colômbia (GLOBAL WITNESS, 2019)

> de bairros de periferia e favela em defesa da moradia e contra a violência policial, mulheres jornalistas que noticiam casos de violação dos direitos humanos e das mulheres, mulheres travestis e transexuais organizadas em defesas de seus direitos, e familiares de mulheres vítima de feminicidio e de pessoas vítimas de chacinas contra populações indígenas e negras - como em suas lutas elas visibilizam a ação de grupos policiais e outros grupos armados criminosos elas recorrentemente são também vítimas de feminicício. Essa categoria incluiria também casos de desaparecimento forçado (quando não são encontrados os corpos das vítimas como forma de não evitar a responsabilização legal dos feminicidas).

Frente a essas formas de violência, a autodefesa tem buscado ampliar a potência dos corpos-arsenais feministas através da memória das experiências das lutas autonomistas. Apresentamos nessa Tese a autodefesa naquelas que foram considerados as quatro principais frentes de atuação das ativistas feministas em Oaxaca e em Belo Horizonte: (a) autodefesas corporais e lutas feministas; (b) autodefesa psíquico-emocional, autocuidado e apoio mútuo; (c) autodefesa do território e auto-organização comunitária; (d) autodefesa digital, cibersegurança e autonomia de comunicação.

Como várias ativistas ressaltaram, é necessário não apenas ampliar o arquivo sobre o que tem sido feito nessas quatro frentes, tanto nos locais estudados como em diversos outros pelo mundo, mas também sistematizar o que tem sido feito em outras frentes de atuação. Para finalizar a reflexão gostaria de ressaltar aqui alguns aspectos que são fundamentais e recorrentes nas concepções de autodefesa feminista propostas pelas interlocutoras da pesquisa:

- autodefesa feminista como autoconsciência, que nos permite o fortalecimento da autoconfiança e da superação dos medos e percepções negativas sobre si a partir de processos de positivação dos pertencimentos sexo-genéricos e étnico-raciais;

- autodefesa feminista como teoria e análise política autônoma, que permita às coletivas, grupos e espaços feministas elaborar, a partir de referências nos debates históricos propostos por mulheres em resistências, interpretações próprias de seu contexto e partir disso formular suas estratégias coletivas de luta;

- autodefesa feminista como auto-organização que garante que a coletividade das mulheres e corporalidades ameaçadas pelo cisheteropatriarcado tenham autonomia de decisão sobre suas prioridades políticas e assim definir as ações que querem realizar tanto nos grupos específicos como em suas comunidades e nos diversos espaços políticos mixtos nos quais participam;

- autodefesa feminista como ação direta de resistência, que permite a resposta imediata e permanente a longo prazo, incorporando as diferentes ferramentas e informações das memórias das lutas feministas em práticas que sejam capazes de, ao mesmo tempo, agir com espontaneidade e criatividade frente a novas ameaças, e garantir a perenidade das construções e projetos coletivos;

- autodefesa como forma de justiça autônoma e forma de garantia da não-repetição das violências estruturais, permitindo que a resistência feminista esteja centrada nas formas possíveis de construir outros mundos e sua autodeterminação, deslocando de vez o sujeito soberano patriarcal do centro das lutas políticas por justiça.

Figura 36: Antes violentas que muertas

Imagens do Brillantizado, CDMX.

Referências Bibliográficas

“Akratas--Lesbian/Feminism in Mexico.” *Off Our Backs* 10, no. 1 (1980): 2–3.

ADRIÃO, Karla Galvão. *Encontros do feminismo. Uma análise do campo feminista brasileiro a partir das esferas do movimento, do governo e da academia*. Tese de Doutorado. (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

CAMARGO, Michele de Alcântara. “Manifeste-se, faça um zine!”: uma etnografia sobre “zines de papel” feministas produzidos por minas do rock (São Paulo, 1996-2007) Cadernos Pagu, janeiro-junho de 2011:155-186.

ALVAREZ, Sonia E. "Feminismos en Movimiento, Feminismos en Protesta." *Revista Punto Género 11* (2019): 73-102.

_____. "Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista." *cadernos pagu* 43 (2014): 13-56.

_____. Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 11, n. 2, Dec. ,2003.

_____. A globalização dos feminismos latinoamericanos: tendências nos anos 90 e desafios para o novo milênio. Em: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; e ESCOBAR, Arturo. *Cultura e política nos movimentos sociais Latino-Americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

_____. Feminismos Latinoamericanos. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 6, n. 2, Dec. 1998.

_____. Feministas na América Latina: de Bogotá a São Bernardo. *Rev. Estud. Fem.,* Florianópolis, v. 2, n. 2, Dec. 1994.

_____. *Engendering democracy in Brazil: women´s movement in transition politics.* Princeton: Princeton University Press, 1990.

ALVAREZ, Sonia E. and Kia Lilly CALDWELL. "Promoting Feminist *Amefricanidade*: Bridging Black Feminist Cultures and Politics in the Americas." *Meridians: feminism, race, transnationalism*, vol. 14 no. 1, 2016, p. V-XI. *Project MUSE* muse.jhu.edu/article/631815.

ALVAREZ, Sonia E. et al. (Ed.). *Translocalities/translocalidades: Feminist politics of translation in the Latin/a Américas.* Duke University Press, 2014.

ANDRADE, Flávio Lyra de. "*Movimentos sociais, crise do lulismo e ciclo de protesto em junho de 2013: repertórios e performances de confronto, crise de participação e emergência de um quadro interpretativo autonomista*." Tese de mestrado. 2017.

ANNUNZIATA, R. Arpini, and E. Gold. "T. y B. Zeifer (2016), “#NiUnaMenos: los cuerpos en la calle”." *B. Sorj y S. Fausto (comps.), Activismo político en tiempos de internet, San Pablo, Ediciones Plataforma Democrática*.

ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands: la frontera*. 1999.

ARAÚJO, Rosângela Costa. Ginga: uma epistemologia feminista. *Seminário Fazendo Gênero (11º). Anais Eletrônicos. Florianópolis*, 2017.

_____. Elas “Gingam”. *In*: PIRES, Antoni Liberac Cardoso Simões. *Capoeira em Múltiplos olhares. Estudos e pesquisas em jogo.* Salvador: Uniafro, 2016.

_____. *É preta Kalunga. A capoeira como prática política entre os angoleiros.* Salvador: Edufba, 2015.

_____. *Iê, viva meu mestre-a Capoeira Angola da ‘escola pastiniana’como práxis educativa*. Tese de Doutorado em Educação. Universidade de São Paulo, 2004.

ARRIAGA LEMUS, María de la Luz. 2015. “The Mexican Teachers’ Movement: Thirty Years of Struggle for Union Democracy and the Defense of Public Education.” *Social Justice* 42(3/4 (142)): 104–17.

BATRA, Eli. Tres décadas de neofeminismo en Mexico. Em: BATRA, Eli; PONCELA, Anna M. Férnandez; LAU, Ana. *Feminismo en México, ayer y hoy*. Universidad Autónoma Metropolitana. México, 2000.

BAUTISTA PÉREZ, Judith. El relato de lo cotidiano y la transmisión de la vida comunitaria. *Revista Tema y Variaciones*, 2016, no 47, p. 49-55.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe (Ed.). *Aborto e democracia*. Alameda, 2016.

BIRON, Rebecca E. “Feminist Periodicals and Political Crisis in Mexico: ‘Fem, Debate Feminista, and La Correa Feminista’ in the 1990s.” *Feminist Studies* 22, no. 1 (1996): 151–69. https://doi.org/10.2307/3178251.

BITTENCOURT, Rafael Reis. Cidadania autoconstruída: o ciclo de lutas sociais das ocupações urbanas na RMBH (2006 - 15). Dissertação de mestrado. Belo Horizonte, UFMG, 2016.

BLACKWELL, Maylei. “The Practice of Autonomy in the Age of Neoliberalism: Strategies from Indigenous Women’s Organising in Mexico.” *Journal of Latin American Studies* 44, no. 04 (November 2012): 703–32. https://doi.org/10.1017/S0022216X12000788.

BOLOS, Silvia. La participación de las mujeres en un conflicto sociopolítico en el estado de Oaxaca en México. XI Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2015.

BRECKLIN, Leanne R. Evaluation outcomes of self-defense training for women: A review. *Aggression and Violent Behavior*, v. 13, n. 1, p. 60-76, 2008.

BRITO, Priscilla Caroline de S. "Primavera feminista: a internet e as manifestações de mulheres em 2015 no Rio de Janeiro." *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos*), Florianópolis, 2017.

BUTLER, Judith. "La alianza de los cuerpos y la política de la calle," n.d., 24.

BUTLER, Judith, Zeynep GAMBETTI, and Leticia SABSAY, eds. *Vulnerability in resistance*. Duke University Press, 2016.

CARMO, Íris Nery do. "Viva o feminismo vegano!": gastropolíticas e convenções de gênero, sexualidade eespécie entre feministas jovens. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2013.

CARNEIRO, Sueli. Ennegrecer al feminismo In: CURIEL, Ochy; FALQUET, Jules; MASSON, Sabine. Feminismos disidentes en América Latina y el Caribe. Nouvelles Questions Féministes, v. 24, n. 2, 2005.

CASTELLANOS JURADO, Aline et al. *Voces de la valentía en Oaxaca. Violaciones a los derechos humanos de las mujeres en el conflicto social y político.* Oaxaca: Consorcio para del Diálogo Parlamentario y la Equidad/Comunicación e Información de la Mujer, Liga Mexicana por la Defensa de los Derechos Humanos/Equidad de Género: Ciudadanía, Trabajo y Familia. 2007

CASTILLO, Rosalva Aída Hernández. "Social Justice and Feminist Activism: Writing as an Instrument of Collective Reflection in Prison Spaces." *Social Justice* 42, no. 3/4 (142) (2015): 155–69.

CERMELE, Jill. "Telling Our Stories: The Importance of Women's Narratives of Resistance." *Violence Against Women* 16, no. 10 (October 2010): 1162–72. https://doi.org/10.1177/1077801210382873.

CHEN, Yin-zu. 2014. "How to Become a Feminist Activist after the Institutionalization of the Women's Movements? The Generational Development of Feminist Identity and Politics in Mexico City." *Frontiers: Journal of Women's Studies* 35 (3): 183–206.

CHEN, Yin-zu. "Early activism and work arrangements of young feminists in Mexico City." *Journal of Youth Studies* (2018): 1-16.

CHOUCAIR, Thaís dos Santos; LOPES, Paula Cunha. "Numa luta marginalizada não cabe uma atuação tradicional: a Caminhada das Lésbicas e Bissexuais de Belo Horizonte." Periódicus, Salvador, n. 7, v. 1, maio-out. 2017 – *Revista de estudos indisciplinares em gêneros e sexualidades*

COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. Routledge, 2002.

COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS (2015). *Violencia contra Personas Lesbianas, Gays, Bisexuales, Trans e Intersex en América.* OAS/Ser.L/V/II.rev.1 Doc.36 12 de noviembre de 2015. Disponible en: http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/ViolenciaPersonasLGBTI.pdf

COSTA, Claudia de Lima; ALVAREZ, Sonia E. Translocalidades: por uma política feminista da tradução. *Rev. Estud. Fem*., Florianópolis , v. 17, n. 3, Dec. 2009.

COSTA, Claudia de Lima. Equivocação, tradução e interseccionalidade performativa: observações sobre ética e prática feministas descoloniais. In: BIDASECA, Karina *et alii* (ed.). *Genologías e Memorias Poscoloniales en América Latina: Escrituras fronterizas desde el Sur*. Buenos Aires, Ediciones Godot, 2014, pp.260-293.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. Rev. Estud. Fem.,* Jan 2002, vol.10, no.1, p.171-188.

CUNINGHAME, Patrick. Resistiendo al imperio: Autonomía, autonomismo y movimientos sociales latinoamericanos. *Veredas*, v. 11, n. 21, p. 149-166, 2010.

CURIEL, Ochy; Falquet, Jules; Masson, Sabine. Feminismos disidentes en América Latina y el Caribe. *Nouvelles Questions Féministes*, v. 24, n. 2, 2005.

CURIEL, Ochy. Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. *Nómadas*, 2007, no 26, p. 92-101.

DAFLON, Veronica Toste; BORBA, Felipe; COSTA, Débora Thomé. "Manifestações do feminismo: expressões da luta feminista no 8 de março, Rio De Janeiro" *Anais do 41º Encontro Anual da ANPOCS,* 2017.

DAVIS, Angela. *Mulher, Raça e classe*. São Paulo, Ed Boitempo, 2017.

_____. *Are prisions obsolete*? New York, Seven Stories Press, 2003.

DÍAZ, Alejandra Araiza, and Robert González GARCÍA. La Investigación Activista Feminista. Un diálogo metodológico con los movimientos sociales. *EMPIRIA. Revista de Metodología de las Ciencias Sociales* 38, p. 63-84, 2017.

DIXON, Chris. *Another Politics: Talking across Today's Transformative Movements*. Berkeley: University of California Press, 2014.

dos SANTOS, Ana Paula, and Cynthia Mara Miranda. "Lute Como Uma Menina: questões de gênero nas ocupações das escolas de São Paulo em 2016." *Revista Observatório* 3, no. 6 (2017): 417-444.

DOWNES, Julia. *DIY Queer Feminist (Sub)cultural Resistance in the UK*. PhD thesis: University of Leeds, 2009.

DUARTE, Cristina Rothier, and Lafayette Batista Melo. "Aforizações e Feminismo na Internet: Estudo de Frases Curtas Empregadas No Movimento Primavera das Mulheres." *Revista do GEL* 14, no. 1 (2017): 269-287.

ESPINOSA DAMIÁN, Gisela. "The Fruitful and Conflictive Relationship between Feminist Movements and the Mexican Left." *Social Justice* 42, no. 3/4 (142) (2015): 74–88.

_____. *Cuatro vertientes del feminismo en México, diversidad de rutas y cruce de caminos*. México, División de Ciencias Sociales y Humanidades de la Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Xochimilco, 2009.

FACCHINI, Regina. "Não faz mal pensar que não se está só": estilo, produção cultural e feminismo entre as minas do rock em São Paulo. *Cad. Pagu*, Campinas , n. 36, June 2011.

_____. Entre umas e outras: mulheres, (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo. 2008.

FALQUET, Jules. Las «Feministas autónomas» latinoamericanas y caribeñas: veinte años de disidencias. *Universitas Humanística*, n. 78, p. 39-63, 2014.

_____. *De la cama a la calle: perspectivas teóricas lésbico-feministas.* Brecha lésbica, 2006.

FIGUEIREDO, Ângela. Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. *Rev. Direito Práx.*, Rio de Janeiro , v. 9, n. 2, p. 1080-1099, June 2018 .

FONTELA, Marta Amanda. "Autonomía". Em Diccionario de estudios de género y feminis mos, editado por Susana Beatriz Gamba, 32-35.2ª. Ed. Buenos Aires: Biblos, 2009.

FAVELA, Mariana. Redrawing Power: #YoSoy132 and Overflowing Insurgencies. *Social Justice* 42, no. 3/4, 142, 2015. p. 222–36.

FREIDENBERG, Flavia. *Cuando hacer política te cuesta la vida. Estrategias contra la violencia política hacia las mujeres en América Latina*. Instituto de Investigaciones Jurídicas, Universidad Nacional Autónoma de México, 2017.

GALINDO, Eryka Danyelle Silva. "Pois, sem mulher a luta vai pela metade: a participação das mulheres jovens trabalhadoras rurais e as repercussões no sindicalismo." UNB 2017.

GALINDO DE PABLO, Adrián. El paramilitarismo en Chiapas: Respuesta del poder contra la sociedad organizada. Polít. cult. [online]. 2015, n.44

GARGALLO, Francesca. *Ideas Feministas Latinoamericanas.* Universidad Autónoma de la Ciudad de México. Segunda edición. México. 2006

GERALDES, Elen Cristina et al. *Mídia, Misoginia e Golpe*. 1. ed. – Brasília: FAC-UnB, 2016.

GLOBAL WITNESS. *¿ENEMIGOS DEL ESTADO? De cómo los gobiernos y las empresas silencian a las personas defensoras de la tierra y del medio ambiente.* Informe, 2019.

GOMES, Carla de Castro. "Corpo e emoção no protesto feminista: a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro." *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)* 25 (2017): 231-255.

GONZÁLEZ, Cristina. *Autonomía y alianzas. El movimiento feminista en la ciudad de México, 1976-1986*, México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2001.

HOLLANDER, Jocelyn A. “Challenging Despair: Teaching About Women’s Resistance to Violence.” *Violence Against Women* 11, no. 6 (June 2005): 776–91. https://doi.org/10.1177/1077801205274808.

_____. “Does Self-Defense Training Prevent Sexual Violence Against Women?” *Violence Against Women* 20, no. 3 (March 2014): 252–69. https://doi.org/10.1177/1077801214526046.

_____. “‘I Can Take Care of Myself’: The Impact of Self-Defense Training on Women’s Lives.” *Violence Against Women* 10, no. 3 (March 2004): 205–35. https://doi.org/10.1177/1077801203256202.

_____. “The Roots of Resistance to Women’s Self-Defense.” *Violence Against Women* 15, no. 5 (May 2009): 574–94. https://doi.org/10.1177/1077801209331407.

INCITE!, ed. *The Revolution Will Not Be Funded: Beyond the Non-Profit Industrial Complex*. Cambridge, Mass: South End Press, 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Atlas da Violência 2016.* Nota técnica n. 17. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/atlas-da-violencia-2016>. Acesso em: 20 maio 2017. [Links]

_____. *Retrato das desigualdades de gênero e raça - 1995-2015*. Brasília: Ipea, 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2017.

ESPINOSA, Gisela y Lau, Ana (coordinadoras) (2011). *Un fantasma recorre el siglo. Luchas feministas em México.* 1910-2010. México D.F., UAM-X-Ecosur-Itaca.

HALBERSTAM, Judith. *In a Queer Time and Place: Transgender Bodies, Subcultural Lives.* New York: New York University Press, 2005.

ITACARAMBY, Taís. *“Si nos tocan a una nos tocan a todas” Feminicidio en singular, lucha en plural: Estudio de caso del asesinato de Alí Cuevas Castrejón y de la colectiva que lleva su nombre.* Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropologia Social, México DF, 2012.

KAUTZER, Chad. Notes for a Critical Theory of Communnity Self-Defense. *Setting Sights: Histories and Reflections on Community Armed Self-Defens.* PM Press, 2017.

KROPOTKIN, Piotr, 1842,1921. Ajuda mútua: um fator de evolução / Piotr Kropotkin; tradução Waldyr Azevedo Jr. — São Sebastião : A Senhora Editora, 2009.

KULCZYCKI, Andrzej. “The Abortion Debate in Mexico: Realities and Stalled Policy Reform.” *Bulletin of Latin American Research* 26, no. 1 (2007): 50–68.

LAGARDE DE LOS RÍOS, Marcela. “Sororidad”. Em Diccionario de estudios de género y feminismos, editado por Susana Beatriz Gamba.2a. Ed. 305-311. Buenos Aires: Biblos. 2009.

LEMOS, Rosália de Oliveira. A Marcha Das Mulheres Negras 2015: olhares das mulheres negras brasileiras sobre o Feminismo Negro no Brasil. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos)*, Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X

LEMOS, Rosália de Oliveira. "*Do estatuto da igualdade racial à marcha das mulheres negras 2015: uma análise das feministas negras brasileiras sobre políticas públicas."* (2016).

LORDE, Audre. The master's tools will never dismantle the master's house. In: *Sister outsider: essays and speeches*. New York: The Crossing Press, 1984. p. 110-114.

LUZ ARRIAGA LEMUS, María de la. "The Mexican Teachers' Movement: Thirty Years of Struggle for Union Democracy and the Defense of Public Education." *Social Justice* 42, no. 3/4 (142) (2015): 104–17.

MACHADO, Sara Abreu Mata, e Janja Araújo. Capoeira Angola, corpo e ancestralidade: por uma educação libertadora. *Horizontes* 33.2, 2015.

MACHADO, Sara Abreu da Mata. Saberes e Fazeres na Capoeira Angola: a Autonomia no jogo de muleekes. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação UFBA. Salvador, 2012.

MADEIRA, Zelma; Gomes, Daiane Daine de Oliveira. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. *Serv. Soc. Soc*., São Paulo , n. 133, p. 463-479, Dec. 2018.

X, Malcolm. *By Any Means Necessary: Speeches, Interviews, and a Letter by Malcolm X*. 1a edição 1970. George Breitman, ed. New York: Pathfinder Press, 1989.

MAGAÑA, Maurice Rafael. "From the Barrio to the Barricades: "Grafiteros", Punks, and the Remapping of Urban Space." *Social Justice* 42, no. 3/4 (142 (2015): 170-183.

_____. "Spaces of resistance, everyday activism, and belonging: Youth reimagining and reconfiguring the city in Oaxaca, Mexico*." The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology* 22.2 (2017): 215-234.

_____. "Analyzing the meshwork as an emerging social movement formation: An ethnographic account of the popular assembly of the peoples of Oaxaca (APPO)." *Journal of Contemporary Anthropology* 1.1 (2010): 5.

MANZO, Enrique Guerra. *Las Autodefensas de Michoacán - Movimiento social, paramilitarismo y neocaciquismo*. Política y Cultura, otoño 2015, núm. 44, pp. 7-31

MARBÁN, José Sotelo. Oaxaca: Insurgencia civil y terrorismo de Estado. Ediciones Era, 2008.

MARCONDES, Juliana Boldrin; de Moraes, Gustavo Hermínio Salati; and Danilo Soares Silva. "Participation in Brazilian Feminist Movements on social networks: a study on the campaign Meu Amigo Secreto (My Secret Santa)." *Informação & Sociedade: Estudos* 27, no. 2 (2017).

MARCONDES, Mariana Mazzini et al. (Orgs.). *Dossiê mulheres negras:* retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: Ipea, 2013.

MARQUES, Gabriela; PEDRO, Joana M. O feminismo Riot: geração e violência. *Labrys* (Edição em Português. Online), v. 22, p. 1-15, 2012.

MARTELLO, Laura. *Tensões e desafios na construção de espaços e encontros entre feministas jovens autonomistas no contexto brasileiro e latino-americano* (2011-2014). Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2015.

MARTIN, Claire*. Poner lo invisible en relieve.* Autodefensa feminista, una herramienta para la igualdad. 2014.

MARTINEZ, Garzón M. *De la habitación propia al tatami. Respuestas feministas cuando soñar parece imposible.* Las formas de la violencia en América Latina contemporáneo, 2018.

MARTINI, Debora. "*Brazilian Feminism on the Rise: A case study on Brazilian feminist cyberactivism.*" 2016.

MATOS, Marlise; ALVAREZ, Sônia E. (Org.). Quem são as mulheres das políticas para as mulheres? Vol. II *Expressões Feministas na Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres.* 1ed.Porto Alegre: Editora Zouk, 2018.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? *Rev. Sociol. Polit.,*18 (36) 2010.

_____. O campo científico-crítico-emancipatório das diferenças como experiência da descolonização acadêmica. *In* MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs). *Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras*. Vinhedo: Horizonte, 2012.

MCCAUGHEY, M. Real knockouts: The physical feminism of women's self-defense. New York: New York University Press, 1997.

MEZA MARTÍNEZ, Carlos Ramón, and Jesús Carlos Morales GUZMÁN. "Protesta y Movilización Legal Contra Megaproyectos En México: El Frente de Pueblos En Defensa de La Tierra (2001-2002) / The Protest and the Legal Mobilization against Megaprojects in Mexico: The Popular Front in Defense of the Land (2001-2002)." *Revista Direito e Práxis* 8, no. 1 (March 8, 2017): 449–73. https://doi.org/10.12957/dep.2017.27768.

Miñoso, Yuderkys Espinosa. Etnocentrismo y colonialidad en los feminismos latinoamericanos: complicidades y consolidación de las hegemonías feministas en el espacio transnacional. *Revista venezolana de estudios de la mujer*, 2009, vol. 14, no 33, p. 37-54.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa; Diana Marcela Gómez CORREAL; and Karina Ochoa MUÑOZ, eds. *Tejiendo de Otro Modo: Feminismo, Epistemología y Apuestas Descoloniales En Abya Yala*. Popayán, Colombia: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. In: Revista Brasileira de Educação, 5, 6-14. 1997.

MODONESI, Massimo. *Subalternidad, antagonismo, autonomía: marxismos y subjetivación política.* Clacso, 2010.

MOHANTY, Chandra Talpade. Feminism without borders: Decolonizing theory, practicing theory. 2004.

MONGROVEJO, Norma. Un amor que se atrevió a decir su nombre: La lucha de las lesbianas y su relación com los movimientos homosexual y feminista em América Latina. Plaza y Valdés: México DF, 2000.

MONTEIRO, Lorena Lúcia Cardoso; GARCIA, Loreley Gomes. "*Conheça sua força": um estudo sobre a prática da defesa pessoal feminista*. 2011

_____. WENDO: caminho das mulheres. Relações de gênero, representação social e violência: um estudo acerca das práticas de defesa pessoal voltadas para mulheres. *Revista Espaço do Currículo*, v. 4, n. 1, 2011.

NASCIMENTO, Ricardo César Carvalho. Dialéticas da ginga: performances dos corpos subalternos em movimento. *Sociedade e Cultura*, 2019, vol. 22, no 2.

_____. A Ginga: do Corpo ao Cosmos. Vazantes, v. 3, n. 1. Fortaleza, 2019.

NUNES, Rodrigo. *Organisation of the Organisationless: Collective Action after Networks*. PML Books. London: Mute, 2014.

OLIVARES, Cecilia. "Debatiendo sobre el feminismo en México." *Estudos Feministas* 12 (2004): 75–79.

OLIVEIRA, Igor Thiago Moreira. 2012. Uma "praia" nas Alterosas, uma "antena parabólica" ativista: configurações contemporâneas da contestação social de jovens em Belo Horizonte.

OPARAH, Julia Chinyere. *Other Kinds of Dreams: Black Women's Organisations and the Politics of Transformation*. Gender, Racism, Ethnicity. London ; New York: Routledge, 1998.

PASTINHA, Mestre. *Capoeira Angola*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1988.

RIOS, Flavia; e MACIEL, Regimeire. 2018. "Feminismo Negro Brasileiro em Três Tempos: Mulheres Negras, Negras Jovens Feministas e Feministas Interseccionais." *Labrys*, *Estudos Feministas.*

RODRIGUES, Mariana Meriqui; IRINEU, Bruna Andrade. 2014. "12 anos de Caminhada de Lésbicas e Mulheres Bissexuais: Preservar a memória do movimento de lésbicas como estratégia de visibilidade." *Revista Memória LGBT* – Ed. 5 – Ano 2 (Ago/Set).

ROIG, Carolina de, and Gustavo Moura de Cavalcanti. "Escolas de luta, educação política." Educação & Sociedade (2016).

SAAVEDRA, Marco Estrada. "A Anarquia Organizada: As Barricadas Como o Subsistema de Seguridade Da Assembléia Popular Dos Povos de Oaxaca." *Revista Direito e Práxis* 6, no. 12 (November 4, 2015). https://doi.org/10.12957/dep.2015.19232.

_____. "El Pueblo ensaya la revolución." *La APPO y el sistema de dominación oaxaqueño* 1 (2016).

SANDE, Mathijs van de. “Fighting with Tools: Prefiguration and Radical Politics in the Twenty-First Century.” *Rethinking Marxism* 27, no. 2 (April 3, 2015): 177–94. https://doi.org/10.1080/08935696.2015.1007791.

SANDOVAL, Chela. Methodology of the Oppressed. U of Minnesota Press, 2000.

SANTINI, Rose Marie, Camyla Terra, and Alda Rosana Duarte de Almeida. 2016. "Feminismo 2.0: a mobilização das mulheres no brasil contra o assédio sexual através das mídias sociais (# primeiroassedio)." P2P e inovação 3, no. 1: 148-164.

SARMENTO, Rayza; REIS, Stephanie; e MENDONÇA, Ricardo Fabrino. "As Jornadas de Junho no Brasil e a questão de gênero: as idas e vindas das lutas por justiça." *Revista Brasileira de Ciência Política* 22: 93-128. 2017

SCIORTINO, Silvana. 2018. "Consideraciones sobre el movimiento amplio de mujeres a partir del “Ni Una Menos”: continuidad histórica, diversidad y trayectorias locales." *PUBLICAR-En Antropología y Ciencias Sociales* 24.

SCOTT, James. *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*. Lisboa, Letra Livre, 2013.

SEARLES, Patricia; BERGER, Ronald J. 1987. The feminist self-defense movement: A case study. *Gender & Society*, v. 1, n. 1: 61-84.

SILVA, Marina Maria da; TEIXEIRA, and Celma Tavares. "Mulheres na luta: participação de mulheres nas ocupações de 2016 na Universidade Federal de Pernambuco." *Revista Tempos e Espaços em Educação* 11, no. 27 (2018): 41-60.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. 2014. *A experiência contemporânea da política entre jovens do sul do Brasil.* Buenos Aires: CLACSO.

_____. Os jovens anticapitalistas e a ressignificação das lutas coletivas. *Perspectiva*, v. 22, n. 2, p. 451-470, 2004.

STEPHEN, Lynn. *We Are the Face of Oaxaca: Testimony and Social Movements*. Durham: Duke University Press, 2013.

GRAVANTE, Tomasso. "Medios alternativos de comunicación y prácticas de Net Activismo. Un estudio de caso: la insurgencia popular de Oaxaca." *Revista de Estudios para el Desarrollo Social de la Comunicación* 1.6 (2012).

TRUTH, Sojourner, and Mercedes Jabardo Velasco. Feminismos negros: una antología, 2012.

TZUL, Gladys Tzul. "Las luchas de las mujeres indígenas en Chuimek’ena’, Guatemala: Una aproximación teórica a las estrategias." *Revista Contrapuntos no. 5 ‘Feminismos, la lucha dentro de la lucha’.* Montevideo, Noviembre (2014): 65.

VERGUEIRO, Viviane. *Por infexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfca da cisgeneridade como normatividade*. 2015. 254 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências., Salvador, 2015.

WALDRON, Linda M. "'Girls Are Worse': Drama Queens, Ghetto Girls, Tomboys, and the Meaning of Girl Fights." Youth & Society 43, no. 4 (December 2011): 1298–1334. https://doi.org/10.1177/0044118X10382031.

WILLIAMS, Robert Franklin (1998). Negroes with Guns. Wayne State University Press. ISBN 9780814327142.

ZALUAR, Alba; CONCEIÇÃO, Isabel Siqueira. (2007) "Favela sob o controle das milícias no Rio de Janeiro: que paz?", São Paulo em Perspectiva, v. 21, n. 2, p. 89-101, jul./dez.

Imagem 1: https://www.revistaamazonas.com/2019/08/30/feminismo-del-desborde-lo-que-nuestros-cuerpos-saben-reflexiones-desde-la-ciudad-de-mexico/

APÊNDICE 1 – ANTECEDENTES RELEVANTES DAS LUTAS FEMINISTAS AUTONOMISTAS EM OAXACA/MÉXICO

Quadro 4:

ANTECEDENTES HISTÓRICOS RELEVANTES PARA COMPREENSÃO DAS LUTAS DAS ATIVISTAS FEMINISTAS EM OAXACA DE 2006 A 2019 QUADRO BASEADO NA OBRA DE GISELA ESPINOSA DAMIAN (2009) - QUATRO VERTIENTES DEL FEMINISMO EM MEXICO		
LINHA DO TEMPO	CONTEXTO SOCIAL E POLITICO DO MEXICO, DOS MOVIMENTOS CAMPESINOS E INDIGENAS E FEMINISTAS	ARTICULACAO DOS MOVIMENTOS DE MULHERES E FEMINISTAS ENTRE CAMPESINAS E INDIGENAS EM CHIAPAS E OAXACA
ANOS 70 e 80	♦ O **Congresso Indígena de 1974** foi o início de vários processos organizativos impulsionados pelo trabalho da Teologia da Libertação e de algumas vertentes da esquerda em **Chiapas.** ♦ Carlos Salinas de Gotari, eleito em 1988, em um processo permeado por fraudes eleitorais, abafou a crise de legitimidade política com o uso de recursos públicos para premiar lealdades e conquistar bases sociais. O **neoliberalismo** dominou a cenário político do país, inserindo tecnocratas dispostos a acabar com o Estado interventor e social, porém não tão empenhados em acabar com as práticas corporativistas e populistas. (ESPINOSA, 2009) ♦ Alguns programas de combate à pobreza, de caráter seletivos e assistenciais, tal como o Programa Nacional de Solidariedade, foram formas de reduzir danos de uma política de privatizações que liquidou a maior parte do patrimônio público conquistado pelos mexicanos ao longo de muitas décadas. Se orientando pelo pagamento da dívida externa, o governo de Salinas de Gotari diminuiu direitos constitucionais, salários e previdência social, privatizou a propriedade social da terra que havia sido uma conquista da revolução de 1917 e assinou o **Tratado de Livre Comércio da América do Norte.** Os maiores efeitos foram sentidos no campo: crises de rentabilidade e subsistência, redução de créditos, serviços e subsídios estatais, aumento dos custos de produção e queda dos preços agropecuários, em uma sincronia perversa com a abertura comercial que obrigou milhares de minifundistas pobres a competir com o *food power* estadunidense altamente tecnificado e subsidiado. (ESPINOSA, 2009)	♦ Garza e Toledo (2004 apud Espinosa 2009) apontam que os enfrentamentos por terra durante as décadas de 70 e 80 eram muito violentos e que a estratégia popular era de que mulheres, crianças e idosos se encarregavam da defesa dos prédios tomados, com o pressuposto de que, por serem vistos como mais frágeis pelas forças armadas, seriam mais respeitados. ♦ Também nesse período, diversas cooperativas e grupos de mulheres voltados para produção agrícola, geração de renda, artesanato e outras atividades que enfocavam a busca por autonomia econômica emergiram de projetos advindos de cooperativas mistas, sendo que algumas se mantiveram conectadas ao movimento misto e outras romperam com estes, criando iniciativas produtivas exclusivamente de mulheres. Mas apesar de contar, desde então, com uma base indígena e participação de mulheres, as identidades étnicas e de gênero ainda estavam subsumidas às identidades campesinas e de classe. ♦ A relação entre movimentos populares, sindicalistas, campesinos, operários e os feminismos no México sempre foi contenciosa. Apesar de existirem figuras que articulam esses posicionamentos ao longo de todo o século XX, foi apenas a partir da década de 80, quando ocorreram os primeiros encontros nacionais feministas e os primeiros encontros de mulheres trabalhadoras, que a articulação dos pertencimentos sexo-genéricos, étnico-raciais e de classe se consolidou.
ANOS 80	♦ Considerando que três quartos dos agricultores cultivavam milho e grãos básicos, poucas faixas da agricultura se salvaram. O êxito dos horticultores, floricultores e fruticultores foi pouco significativo, pois esses representavam apenas 10% da produção agrícola e da população rural. Nesse contexto, a luta por sobrevivência e o processo migratório que dispersava comunidades e organizações rurais impediam uma maior mobilização contra tais políticas. O resultado foi que, em 1994, ao final do mandato de Salinas, 8 de cada 10 camponeses estavam em situação de pobreza. (ESPINOSA, 2009) ♦ Antes desse período de aprofundamento da situação econômica a população indígena já sofria não apenas com as injustiças de classe, mas também com a discriminação racial, e se organizava em torno de suas insatisfações. ♦ Em 1989, quando a queda do preço do café afetou profundamente os produtores de Chiapas e Oaxaca, ocorreu o encontro **"500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular".** ♦ No fim dos 80, com a queda do preço do café e a retirada do Inmecafé, que era a paraestatal que apoiava os produtores, surgiu a **Coordenadora Estatal de Produtores de Café de Oaxaca (CEPCO).**	♦ No que diz respeito à organização de mulheres, desde **1980, no Encontro Nacional de Mulheres,** as mulheres campesinas se organizam enquanto redes. As conexões a nível nacional não foram mantidas devido a rupturas no movimento misto ao qual elas pertenciam, mas no nível local e regional essa primeira articulação de 1980 já iniciou diversas lutas. ♦ Em Oaxaca, em 82 e 83, o Centro de Apoio ao Movimento Popular de Oaxaca AC (CAMPO) convocou a mulheres rurais e indígenas para refletir sobre sua condição por iniciativa de Maru Mata, integrante do Equipo Pueblo. Com métodos de educação popular, se realizaram cerca de 25 encontros que discutiram projetos produtivos e organizações de mulheres. ♦ As mulheres da União Campesina Emiliano Zapata, que nos anos 70 e 80 mantiveram uma luta intensa e violenta pela terra e pelos direitos das comunidades contra os caciques e governantes, participou do encontro de 1980 e do **Encontro de Mulheres Campesinas da CNPA em 1986.**

ANOS 90	♦ Desde os anos 80 até início dos 90, as **ONG's feministas oaxaquenha**s privilegiaram sua relação com mulheres rurais-indígenas e, em muitos casos ligadas a organizações campesinas ou a CEB's, promoveram a reflexão em torno da saúde, saúde materna, educação e projetos produtivos (ESPINOSA, 2009). Mais adiante esses temas confluíram no campo da saúde e dos direitos reprodutivos, e depois inseriram novos temas como informação e educação para direitos e a busca por incidir em políticas públicas. Cada vez mais, as tarefas de incidência politico-institucional consumiam mais energia. ♦ No inicio dos 90, havia competição por recurso entre as ONGs feministas, mas a formação do advocacy e os preparativos para as reuniões do Cairo e Beijing geraram a aproximação dos grupos para maior impacto e efetividade de suas ações. A crise de financiamento foi um dos problemas mais graves que as ONG's oaxaquenhas enfrentaram no novo século, pois se antes de Cairo havia grande influxo de dinheiro, agora, muitas fundações se retiraram do México. As poucas linhas de financiamento que restaram se tornaram cada vez mais restritas e diretivas, e os projetos deveriam afinal se adequar a esse discurso homogêneo que refletia cada vez menos a realidade local e a inserção nos processos organizativos regionais. Muitos projetos foram coordenados por ONG's localizadas na capital federal que também estavam desconectadas dos processos políticos locais.	♦ A emergência dos ativismos de mulheres indígenas nos anos 90 foi resultado de um longo processo formativo, de reflexão, organização e ação, que antes era parte dos movimentos rurais que destacavam a identidade campesina, e estes fizeram reflexões críticas sobre as relações de gênero e protagonizaram ações para modificá-las. ♦ A relação entre as mulheres campesinas e indígenas e organizações sociais que as apoiavam foi intensa e permitiu que as campesinas-indígenas fossem construindo um discurso próprio e contextualizado sobre as desigualdades de gênero e as alternativas de mudança que elas desejavam. ♦ Em **1992,** a Coordenadora Estatal de Produtores de Café de Oaxaca (CEPCO) promoveu a criação de grupos de mulheres, cujo trabalho se estendeu de projetos produtivos, de serviço e de saúde até abarcar a crítica às relações de gênero, e suas assessoras possuíam viés feminista. Em **1998,** havia 277 grupos de mulheres que resistiam em meio às organizações mistas para que seus projetos tivessem reconhecimento e recursos. Alguns desses grupos também participaram de convergências de mulheres indígenas. ♦ O**s feminismos indígenas** criaram discursos e práticas inovadoras e espaços de poder e decisão autônomos e não institucionalizados que foram fundamentais para erigir novas estruturas organizativas e se posicionar com rapidez no novo campo politico criado pelo movimento indígena.
1994	♦ Quando o **Exército Zapatista de Liberação Naciona**l se levantou em armas em **1994,** denunciava com veemência a discriminação, marginalização, exploração e subordinação dos povos indígenas, colocando a relevância da cultura e da origem étnica como fatores determinantes desse processo que ia além das injustiças de classe, que eram aquelas mais frequentemente destacadas pelo movimento campesino. Questionaram um conceito de nação homogeneizador e mestiço que estava presente não apenas no discurso oficial, mas também nos projetos emancipatórios das esquerdas do país. ♦ Um dos principais aspectos em comum que caracterizou os processos políticos em Chiapas e Oaxaca é a centralidade que a participação das mulheres adquiriu e os efeitos que o protagonismo feminino teve sobre as organizações sociais e políticas nos dois estados e também nos movimentos indígenas, populares e sindicais do país e em todo o continente. ♦ A presença significativa de **insurgentes mulheres no EZLN,** que consistia em cerca de um terço do exército, teve forte impacto, sobretudo nas indígenas e campesinas. A imagem da comandante Ramona, que se diferenciava muito do estereótipo da mulher indígena por ser jovem, sem marido e sem filhos, militarizada em posição alta na hierarquia e com voz própria, rapidamente se tornou um ícone da rebeldia indígena.	♦ A **Lei Revolucionária de Mulheres (LRM)**, aprovada em 8 de março de **1993** pelo *Consejo Candestino Revolucionario Indígena*, foi promulgada no dia da insurreição zapatista em 1º de janeiro de 1994. A LRM propõe transformações profundas nas práticas e normas comuns da vida dos povos indígenas mexicanos. De acordo com ela, as mulheres podem "participar na luta revolucionária de acordo com sua vontade e capacidade; trabalhar e receber salário justo; ter acesso a serviços de educação, saúde e alimentação; escolher seu cônjuge e não ser obrigada a casar; decidir o número de filhos que quer ter; não ser agredida, maltratada, violentada ou abusada sexualmente por familiares ou estranhos; participar dos assuntos da comunidade e ocupar cargos de representação e autoridade". (EZLN, 1993) ♦ **Os feminismos indígenas**, que nascem enquanto tal após a promulgação da Lei Revolucionária de Mulheres pelas zapatistas em 1994, possuiu fortíssima influência da vertente campesina do feminismo popular, na qual grande parte dessas mulheres participou em seu processo de formação e atuação enquanto militantes. Também houve interação com o feminismo civil, que apoiava diversos projetos das mulheres populares, campesinas e indígenas, e com o feminismo histórico, cujas ideias perpassam e são reapropriadas nos mais diversos espaços de construção do feminismo. (ESPINOSA DAMIÁN, 2009) ♦ Em maio de **1994,** 50 mulheres *tzotziles, teseltales, tojobales e mames* participaram de uma oficina sobre os direitos das mulheres nos costumes e tradições, abordando criticamente esse tema . A conclusão do debate foi de que "Nem todos os costumes são bons. Há alguns que são maus costumes (...) As mulheres têm que dizer quais costumes são bons e devem respeitar-se e quais são maus costumes e devem ser esquecidos". (Palomo, Castro y Orci, 1999:74; apud ESPINOSA DAMIÁN, 2009) ♦ A Primeira Convención Estatal de Mujeres Chiapanecas, que ocorreu em setembro de 1994, teve representantes de 24 organizações do estado, e a segunda contou com a participação de 500 mulheres de 100 grupos.

1995	♦ Resgatando aspectos como a ajuda mútua, o comunitarismo, a cultura agrícola tradicional, a lógica coletiva de bem-estar e a valorização do uso dos bens antes de seu valor potencial, o movimento zapatista atraiu simpatia e solidariedade. Em torno dele se articulou parte da resistência e se iniciou um processo organizativo ascendente tanto dos povos indígenas, quanto de outros movimentos sociais que se opunham ao projeto hegemônico neoliberal . ♦ Com um discurso crítico, irônico, fresco e radical, o neozapatismo ofereceu uma perspectiva mais profunda de livre determinação e de transformação, propondo a resistência não apenas como defesa, mas como construção autônoma dos movimentos sociais frente ao poder.	♦ Em fevereiro de **1995, a Convenção Nacional Indígena ocorreu em Juchitán, Oaxaca,** com a participação de muitas mulheres indígenas na sua organização. ♦ Nos dias 7 e 8 de dezembro de 1995, 260 indígenas, de doze estados do país participaram do **Primer Encuentro Nacional de Mujeres de la Asamblea Nacional Indígena Plural por la Autonomía (ANIPA) em San Cristóbal de Las Casas, Chiapas.** Mulheres *chontales, mayas, tojobales, mixes, zapotecas, purépechas, tzotziles, tseltales, choles, otomíes, nahuas, tlapanecas, chinantecas, ñuu savis e hñahñus,* debateram seus direitos, usos e costumes, uma proposta de autonomia com visão de gênero e medidas para criar uma rede nacional de mulheres indígenas. ♦ No **Foro Nacional Indígena** em janeiro d**e 1996,** também realizado em San Cristóbal, na mesa sobre a Situação, Direitos e Cultura da Mulher Indígena, foi decidida a criação de uma **Comissão Coordenadora Nacional de Mulheres.**
1996	♦ Em 1996, após as negociações da Comissão de Concórdia e Pacificação (Cocopa), nomeada pelo governo federal com representantes do **EZLN,** foi proposta a **Lei Cocopa,** que estabelecia os povos indígenas como sujeitos coletivos de direitos e ratificava seu direito de autodeterminação em um regime de autonomia que previa uma série de direitos políticos, econômicos, culturais e de acesso à justiça. Mesmo com toda a mobilização politica nos anos seguinte, como a realização da **"*Marcha del Color de la Tierra*"** em 2001, a Lei Cocopa não foi aprovada no Congresso Nacional.	♦ No contexto dos povos zapatistas, a **Lei Revolucionária das Mulheres** continuou em debate e em 1996 foi proposta a inclusão de mais 31 direitos. Entre eles destacamos: direitos agrários relacionados à posse da terra, como a representação na assembleia; acesso a terra e a bens no caso de separação do casal; reconhecimento e respeito às mulheres na comunidade com destaque às mulheres solteiras, viúvas e mães solteiras; reconhecimento do papel produtivo das mulheres; direito ao crédito; direito a defender-se verbal e fisicamente quando são agredidas; direito a exigir a mudança dos maus costumes que afetam a saúde física e emocional das mulheres; direito a proibir e castigar o vício em álcool e drogas; direito a organizar-se e que o homem cuide da casa e alimente os filhos quando as mulheres vão a reuniões e tarefas da organização; direito a descansar, a se divertir e a conhecer outros lugares do estado, do país e do mundo; reconhecimento de sua maneira de ser diferente; direitos reprodutivos de usar métodos de planejamento familiar naturais e artificiais; direito das mulheres grávidas de cuidado, respeito e ajuda da comunidade e de não serem agredidas; e o direito a não ser maltratadas por não terem filhos homens.
1997 a 1999	♦ **O feminismo mexicano**, mesmo com intensa presença institucional e luta no campo estatal, ressaltando-se no Poder Legislativo, e também a relevante presença na academia, manteve a potência de seus espaços de organização autônoma e sua inserção nos movimentos populares que continuaram fortemente mobilizados. ♦ O **levante zapatista se** consolidou como momento fundador no imaginário das lutas autonomistas em toda a América Latina e, também, dos feminismos autônomos e indígenas em Abya Yala. A revolução do zapatismo nas formas de pensar, propor e conduzir a resistência e a transformação social teve um efeito central nos movimentos oaxaquenhos, tanto pela proximidade geográfica e articulação política, quanto por terem uma trajetória em comum que originou ambas insurreições populares.	♦ Em **1997,** na cidade de **Oaxaca,** mais de 700 mulheres de 20 povos originários de todo o país participaram do **Encuentro Nacional de Mujeres Indígenas – Construyendo Nuestra Historia,** que marcou o clímax da construção do projeto político do feminismo indígena, com a criação da Coordenadora Nacional de Mulheres Indígenas (Conami). A Conami passou a ter um papel mais combativo no movimento indígena misto, onde nem sempre foi bem recebida, e desenvolveu cursos e oficinas sobre violência intrafamiliar, direitos reprodutivos, justiça e direitos humanos, identidade e cultura, propriedade intelectual, instrumentos jurídicos internacionais, legislação internacional, e sistematizou casos de violação de direitos humanos de mulheres indígenas, seja por parte dos governos e forças militares ou de grupos paramilitares (Sánchez Nestor, 2003:19 apud Espinosa, 2009) ♦ Também em **1997,** foi realizado no **México** o **Segundo Encuentro Continental de las Mujeres Indígenas de Abya Yala (América)**, que produziu a Declaración de Mexico Tenochtitlán e a criação de um Enlace Continental.

ANOS 2000	♦ O **contexto político do México,** no que concerne aos movimentos sociais, pode ser caracterizado por grande desconfiança em relação à proximidade com as instituições, causada por um padrão de cooptação entre governo e organizações sociais durante os 70 anos de regime do partido hegemônico PRI, e pelo não cumprimento das promessas de alternância democrática nos anos 2000, incluindo ações que resultassem na abertura de mais espaços para participação da sociedade civil (ZAREMBERG e LUCERO, 2019). As duas últimas décadas podem ser, portanto, caracterizadas por uma forte consolidação de movimentos sociais de caráter mais autônomo que, sob influência da perspectiva do movimento Zapatista, fazem frente ao domínio de partidos altamente engessados na estrutura de poder estatal e paraestatal, tais como o PRI e o PAN, que usam de todos os meios necessários para manter seu poder. ♦ **Os movimentos de resistência, em especial os de origem indígena e popular**, são marcados tanto por sua incrível força de mobilização quanto por episódios frequentes nos quais são alvos de extrema violência, tortura, assassinatos e desaparecimentos por parte das forças militares e paramilitares. A entrada de partidos de esquerda, como o PRD e o MORENA, no poder em alguns estados e, recentemente, também no governo nacional traz algumas mudanças, mas pouco conseguiu transformar até agora dos padrões e lógicas do sistema de poder já consolidado.	♦ O **Enlace Continental de Mulheres Indígenas** aconteceu de 30 de novembro a 4 de dezembro de 2002, em Oaxaca, em cooperação com o **Fórum Internacional de Mulheres Indígenas**, a Iniciativa Indígenas pela Paz e o apoio da Unidade da Mulher em Desenvolvimento (do Banco Interamericano de Desenvolvimento) e a Fundação Rigoberta Menchú. O evento reuniu 400 delegadas de 24 países americanos, assim como observadoras da Europa, Ásia e Oceania. Os temas de discussão foram: direitos humanos e direitos indígenas; empoderamento e fortalecimento das lideranças; espiritualidade, educação e cultura; desenvolvimento e globalização; e gênero na visão das mulheres indígenas. ♦ No plano de trabalho da **Cumbre de Mujeres Indígenas de America**, além da promoção de reformas constitucionais e legislativas para a inclusão dos Direitos Indígenas com ênfase nos Direitos das Mulheres Indígenas e da garantia dos Direitos Indígenas à demarcação de suas terras e territórios, foi ressaltada a inclusão das mulheres no acesso à da terra e sua titulação. Ao falar sobre o fim de todas as formas de discriminação, racismo e violência, o Plano destacou o **fim da violência sexual utilizada como arma de guerra genocida nos conflitos armados, que afetava principalmente a mulheres e crianças indígenas.** Também desatacou que a atenção à saúde sexual e reprodutiva e a atenção psicológica e mental fossem promovidas desde a **cosmovisão das mulheres indígenas**, respeitando os conhecimentos médicos tradicionais dos povos e comunidades indígenas; e que fossem eliminados programas governamentais de esterilização forçada.

Fonte: Elaboração própria

Quadro 5

LINHA DO TEMPO	FATOS RELEVANTES SOBRE A COMUNA DE OAXACA (Quadro baseado na obra de José Sotelo Marbán (2008): *Oaxaca, Insurgencia Civil y Terrorrismo de Estado*)
2004	♦ Nas eleições de 2004 foi lançada uma coalizão opositora ao PRI, e além da constatação de **fraudes eleitorais** em diversos municípios, houve repressão aberta dos *caciques* (grandes proprietários que concentram poder político) e da polícia contra a população, e a ameaça até mesmo o assassinato de candidatos e líderes da oposição. Com **Ulisses Ruiz (PRI)** no governo, ocorreu uma série de perseguições à imprensa, incluindo a prisão de jornalistas e radialistas que criticavam ou denunciavam as ações criminosas de políticos do PRI. Os municípios em que o PRI não foi eleito passaram a sofrer corte de verbas, perseguição, prisão e assassinato de representantes. ♦ O **magistério em Oaxaca** é um setor cheio de contradições internas marcadas pela influência sindicalismo oficial, já que no contexto mexicano a pressão por se tornar uma estrutura de mediação corrompe muitos dirigentes. Mas sua tradição de resistência desde as décadas de 70 e 80, e compromisso com as lutas populares também levou à luta pela democratização do sindicato. Líderes do movimento magisterial se envolveram historicamente com as demandas básicas por saúde, acesso a bens e comércio justo, transporte comunitário e obras públicas. Além disso, muitos/as professores/as provém de famílias indígenas e campesinas e estão diretamente envolvidos nas lutas de resistência e proteção de seu território. ♦ O povo de Oaxaca estava aparentemente desorganizado, mas na realidade havia uma série de organizações de diversos tipos que atuavam no contexto local, como as mayordomías (conselhos locais), comitês de saúde, de saneamento, de pais de família nas escolas, comitês de obras, entre outros. Havia também as **organizações comunitária**s que respondiam às necessidades do momento como o techio, em que vizinhos contribuem para uma demanda comum, como estabelecido nos usos e costumes indígenas. ♦ As **marchas, plantões e manifestaçõ**es foram uma forma de expressão pública de setores da população, que precisavam ser estridentes para se fazerem escutar e pressionar as autoridades para responder às suas demandas. Entretanto, Ulisses Ruiz criminalizou esse tipo de expressão pública.
2005	♦ Em 2005, ocorreu a maior marcha até então pela liberdade dos presos políticos com a participação de 85 mil manifestantes, seguida de diversas outras marchas convocadas por movimentos populares, indígenas e sindicais, frentes de mulheres, professores de diversos níveis da educação, grupos magonistas, ecologistas, entre outros. Muitos destes protestos foram interrompidos pela polícia, impedidos de chegar ao Zócalo (Praça central) da cidade e reprimidos, ou foram utilizadas técnicas de contrainsurgência, tanto em atos políticos na capital quanto em cidades do interior, com violência e mortes provocadas por sicários enviados pelos caciques, com o intuito de **criminalizar os movimentos** e culpabilizá-los pela violência excessiva da força pública. Ao final de 2005, o governo de Ulisses Ruiz tinha **26 presos políticos, 46 ordens de apreensão e 8 mortos.**
Abril de 2006	♦ Uma ruptura ocorreu na Seção 22 (Oaxaca) do Sindicato Nacional de Trabalhadores da Educação (SNTE), após um conflito entre os grupos dirigentes anteriores e um grupo majoritário democrático. Isso instigou a realização do **Primeiro Congresso Político da Seção 22,** em abril de 2006, que fez uma avaliação da conjuntura do governo de Ulisses Ruiz e o caracterizou como autoritário e fascista, dedicado a destruir organizações políticas e sociais, opositores, sejam autoridades ou conselhos populares, prender dirigentes sociais, desalojar "plantões" (ocupações de espaços públicos como praças ou frente a prédios governamentais como forma de protesto), conter manifestações com violência e reprimir municípios autônomos. ♦ O Congresso da Seção 22 contabilizou desde o início da gestão de Ulisses Ruiz: 600 presos, pelo menos 40 feridos, 33 processados, 13 ameaçados, 2 atentados, 10 assassinatos, 1 exilado, todos de organizações sociais ou funcionários municipais – sendo que essas cifras não incluíam os assassinatos não esclarecidos e as **repressões contra comunidades indígenas**. Além disso, o Governador estava realizando uma série de obras que modificavam a caráter da cidade sem a consulta dos moradores dos bairros afetados, e concedeu a licitação para empresas de sua família. O sindicato Seção 22 também constatou a necessidade de incluir em suas demandas questões fundamentais para o sistema educativo: livros, uniformes, sapatos, merenda gratuita, bolsas para os filhos de famílias pobres e materiais para os alunos com recursos escassos.
Maio de 2006	♦ O sindicato lançou, então, a sua proposição de **greve** para o dia 15 de maio, com o apoio da Frente Sindical de Organizações Democráticas de Oaxaca (FSODO) e a Promotora da Unidade Nacional contra o Neoliberalismo (PUNCN). O governo do Estado iniciou uma campanha televisiva contra o magistério. Adiada por uma semana, a greve teve início no dia **22 maio**, com cerca de 70 mil trabalhadores fazendo plantão, e se somaram organizações indígenas, sindicais, campesinas e estudantis.
1o a 13 de junho de 2006	♦ Realizaram duas marchas, uma no di**a 2 de junho** com cerca d**e 100 mil manifestante**s e outra no di**a 7 de junho**, com **200 mil manifestantes.** Também passaram a utilizar a rádio como via de expressão, dando espaço para que a população manifestasse sua opinião. ♦ O governador tentou frear a greve por vias políticas e administrativas, mas obteve resposta negativa do governo federal em enviar tropas e do IEEPO em sancionar os grevistas, em ambos os casos porque viam a greve como legítima. À marcha do dia 7 se somaram 8 seções sindicais e fizeram ao final um juízo público que durou 7 horas, com denúncias de autoridades municipais e autoridades indígenas, grupos ecologistas, bairros e organizações não governamentais. Após as tentativas frustradas de sancionar os professores e municipalizar a educação, o governador decidiu recorrer ao aparato jurídico e a força pública.

14 de junho	♦ Ante nova negativa do governo federal em enviar a força policial federal, Ulisses Ruiz decidiu realizar o despejo do plantão magisterial com as polícias estaduais, fazendo um grande investimento em armas, inclusive no mercado clandestino. Os policiais que se aquartelaram comunicaram a suas famílias, que comunicaram o sindicato, mas não imaginavam o nível da violência que se experimentaria no dia **14 de junho às 4 da manhã**, com granadas de gás lacrimogêneo sendo atiradas por funcionários públicos de hotéis na região, de helicópteros privados, e a entrada de todas as unidades de força policial que incursionaram armados, lançando gases e fazendo uso desmedido da força sem nenhum diálogo ou advertência prévios. **Foram atingidas crianças, idosos, mulheres grávidas que sofreram abortos ao serem atacadas, e algumas mulheres que se refugiaram em escolas foram violentadas por policiais.** A Comissão Nacional de Direitos Humanos registrou **104 pessoas feridas.** Foi a primeira vez, nesse período, que a polícia foi utilizada para reprimir os professores (MARBAN, 2008). ♦ A **Rádio Plantão**, que noticiava o ataque, foi atacada e destruída, e 13 pessoas foram presas, as barracas e tendas utilizadas pelos plantonistas foram destruídas e queimadas em uma grande fogueira. Mas o que parecia uma vitória da polícia acabou sendo mesmo a sua derrota. A população da cidade se mobilizou numa reação rápida de reagrupação e cercou a polícia, que saiu fugida, e às 9:30 os professores recuperaram seus postos no plantão. O Hospital General se recusou a atender aos professores e fechou as suas portas. Os feridos foram atendidos em outros hospitais. 14 professores ficaram detidos e foram torturados pela polícia, e após quatro dias foram liberados, na primeira troca de reféns coordenada pela Cruz Vermelha, quando o movimento liberou seis policiais, dois agentes da inteligência e um funcionário do governo. ♦ Tendo o governo destruído a Radio Plantão, no dia 14 mesmo, estudantes da União da Juventude Revolucionária do México, da Frente Popular Revolucionária, tomaram pacificamente a **Radio Universidade** para utilização pelo movimento. Esta se anunciava como "a rádio da verdade", ou "a rádio do povo de Oaxaca", e as pessoas, incluindo crianças, idosos e deficientes, faziam fila para falar na rádio, para expressar o que sentiam e manifestar o seu descontentamento com o que acontecia, e muitos levavam poesias e canções que se referiam ao que acreditavam importante de ser lembrado. ♦ Depois do dia 14 de junho, em que o governador utilizou a polícia para reprimir com excesso de violência aos plantonistas e suas famílias enquanto dormiam, **grande parte dos policiais de carreira, tanto ministerial como preventiva e de elite, desertaram, pois não queriam participar do massacre do povo.** Ulisses Ruiz contratou então ex-militares com treinamento em técnicas selvagens de **contra insurgência,** ex-policiais, soldados, comandantes e oficiais treinados para atuar com disciplina militar. Além disso, o governador contratou **sicários** (mercenários/pistoleiros), que sem entrar nas corporações, foram utilizados pelo Estado para se infiltrar, controlar e reprimir movimentos sociais e para realizar atos ilegais, delitivos e criminosos acobertados pela polícia e procuradorias de justiça. Alguns foram retirados da prisão e tiveram seus crimes perdoados em troca de sua atuação. Assim se formou uma estrutura parapolicial e paramilitar com total liberdade para delinquir.
16 de junho	♦ Com a rebelião dos policiais e a deserção, foi freado um novo ataque ao povo e aos professores, que por quatro dias dormiram nas escolas e tomaram pacificamente a Rádio Universitária para transmitir novamente a perspectiva dos movimentos. A repressão gerou a demanda pela renúncia do governador. A **insurgência generalizada** se deu a partir da **mega-marcha** que, no **dia 16** de junho, reuniu entre **250 mil e 500 mil manifestantes**, modificando o cenário da luta. A Seção 22 do magistério lançou, então, a convocatória para constituir, junto a outras frentes populares, a **Assembleia Popular dos Povos de Oaxaca**, como o "movimento dos movimentos", dele participavam: Bloque Democrático Universitário, Coletivo pela Democracia, comunidades indígenas, Frente Sindical de Organizações Democráticas de Oaxaca, 'A outra campanha' Oaxaca, e a Promotora pela Unidade Nacional contra o Neoliberalismo, entre outros.
22 de junho	♦ Ulisses Ruiz convocou uma manifestação juntamente aos organismos empresariais para o dia 22 de Junho. Cerca de 20 mil pessoas participaram, porém eram todas empregadas do governo, do estado e da iniciativa privada que foram obrigados a participar por seus chefes. Foi estabelecida uma comissão de intermediação e diálogo entre a APPO e o governo como iniciativa do pintor Francisco Toledo, com representantes da Igreja Católica. A negociação propôs um acordo com três agendas do magistério e das organizações sociais e a reforma do Estado que não prosperou pois não incluía a demanda generalizada pela saída Ulisses Ruiz.
28 de junho	♦ A APPO convocou uma mega manifestação para o dia **28 de junho** em que participaram de **800.000 a mais de um milhão de manifestantes.** Nas manifestações anteriores estavam participantes majoritariamente dos Vales centrais, mas o dia 28 refletiu **adesão de todo o estado: mais da metade da população adulta de Oaxaca estava presente**. Foi decidido, então, que além de manter o plantão no Zócalo se instalariam outros plantões fixos na Câmara de Deputados, no Tribunal Superior de Justiça, na Casa de Governo de Santa Maria, na Secretaria de Finanças e nos juizados civis e penais. Também seriam estabelecidos bloqueios aleatórios com duração curta em estradas, aeroportos, comércios das transnacionais, praças comerciais, bancos, centros econômicos, postos de gasolina e outros estabelecimentos.

1o a 15 de Julho	♦ No dia **2 de julho,** o movimento se organizou para acompanhar as **eleições presidenciais** que ocorriam no estado. Rádio Universidade serviu para monitorar o que sucedia: se eram detectadas irregularidades, as pessoas agiam de forma a intervir para corrigir a situação dentro do possível, reportando as fraudes. Encontraram brigadas de Priistas (partidários e capangas do partido PRI) ou Panistas (partidários e capangas do partido PAN) que andavam de táxi de sessão a sessão eleitoral induzindo ao voto. Foi detectado um operativo policial que levou urnas da casa de governo e, então, montou-se um plantão ali que não deixava entrar ou sair carros, foi recebido um alarme de que no hotel Fiesta Inn teria se instalado um centro para fraudes cibernéticas. O alarde do movimento no local e a chegada da imprensa fez com que tal centro se desarticulasse. ♦ Era uma réplica da estratégia que operou nas eleições para governador em 2004, quando todos os postos de governo ficaram sob o poder do PRI - naquela ocasião o sistema caiu por horas justamente quando a oposição ganhava, e, ao regressar o sistema, informou-se que Ulisses Ruiz ganhara. Em 2006, a mobilização logrou, então, **minimizar as fraudes eleitorais** que predominavam no estado. López Obrador saiu vitorioso em Oaxaca apesar da vitória do PRI a nível nacional, fruto possivelmente das fraudes eleitorais que predominavam em outros estados. A força política de Ulisses Ruiz se deteriorou, pois a derrota eleitoral foi vista como um referendum negativo para o governador. ♦ Enquanto as negociações não avançavam, se intensificava uma campanha midiática contra a APPO. O exército interviu militarizando comunidades como Tlachixio, Sierra Mixe, Distrito de Villa Alta y Sierra Norte de Juárez, cujas assembleias se incorporaram a APPO. Amedrontavam, prendiam e realizavam operações com a desculpa de que eram contra o narcotráfico. Também utilizavam um aparato chamado "a varredora", que operava na 28a Zona Militar no campo de Ixcotel, bloqueando os sinais da Rádio Universidade e da Rádio La Ley, ocupadas pela APPO.
17 a 23 de Julho	♦ Após consulta popular, a APPO decidiu realizar um boicote à Guelaguetza oficial (festa tradicional Oaxaquenha) que iria acontecer no dia 17 de julho, tomando áreas estratégicas da cidade e bloqueando estações de ônibus e hotéis. Ulisses Ruiz, ao ir à televisão declarar a suspensão da celebração, crendo estar em um espaço privado, insultou a APPO pelo que acontecia e demonstrou seu imenso desprezo pelo povo, o que foi transmitido ao vivo, gerando escândalo. A APPO decidiu então realizar uma **Guelaguetza popular.** ♦ Na noite anterior, a Rádio Universidade foi atacada pela primeira vez em um atentado criminoso direto. Cerca de 50 agentes vestidos de preto com capuzes e armas grandes disparavam e gritavam "Viva Ulisses Ruiz". Quando colonos chegaram de diversos bairros e vindo de diversos plantões da cidade para proteger a rádio, os agressores fugiram. No dia seguinte a Guelaguetza popular se organizou com sucesso. Desde esse primeiro ataque, os ataques dos comandos ulissistas foram constantes, disparavam na área próxima às rádios, agrediam estudantes, assediavam os plantões. No dia 22 de julho perpetraram novo ataque à Radio Universidade. Anunciando imediatamente o ataque, centenas de pessoas acudiram à rádio.
24 a 31 de julho	♦ Felipe Calderón, eleito presidente pelo PAN, foi a Oaxaca em **24 de julh**o se reunir com Ulisses Ruiz e chegaram ao acordo que ficou conhecido como **"Pacto de Huatulco**", em que Calderón respaldaria Ulisses Ruiz em troca do aval do PRI nos resultados das eleições que estavam sendo questionados publicamente, devido às fraudes. ♦ No di**a 26 de julho,** a APPO decidiu, então**, paralisar a função pública mediante a ocupação permanent**e do Palácio de Governo, Casa Oficial do Governador, Câmara de Deputados, Palácio Municipal, Secretaria de Finanças, Procuradoria de Justiça, Tribunal Superior, Arquivo Geral do Estado, Registro Civil, Secretaria Geral de Governo, Secretaria de Transporte, Secretaria de Proteção Cidadã, Quartel da Polícia Estatal, Comitê de Planejamento e Desenvolvimento do Estado, Comissão Estatal da Água, Coordenação de delegações de Governo, Escritório Central do ISSSTE, Secretaria de Trânsito, Delegação da Procuradoria Geral da República, Delegação da STC, Secretaria de Administração, Tribunais Civis, Canal 9 de Televisão, Rádio Universidade, Tribunais Penais, Escritórios do IMSS, Instituto de Desenvolvimento Municipal, e Zócalo do centro histórico. Além disso, vários bloqueios foram estabelecidos em diversas estradas e 24 palácios municipais estavam em poder de diversas organizações. ♦ No mesmo dia, a APPO iniciou o **procedimento de desaparecimento de poderes ante ao Senado**, fundado na fração V do artigo 76 da Constituição e sua lei reguladora. Para tal, uma caravana se deslocou para a Cidade do México com a solicitação assinada por milhares de cidadãos oaxaquenhos e também três caixas de documentação comprobatória de ilícitos realizados pelo governador. Devido ao fato de que a **APPO mantinha fechados prédios públicos de governo**, o Governador despachava de diversos lugares particulares da cidade de Oaxaca ou na Cidade do México. A Câmara municipal, quando tinha seções, o fazia desde algum hotel da cidade e a Assembleia Estadual também se encontrava em casas particulares, restaurantes ou hotéis, e **aprovou diversas reformas e decretos, como o de ampliar por um ano o mandato dos legisladores locais.** E a polícia continuava a aterrorizar a população, sendo que os comandos ulissistas intimidavam os dirigentes sociais.

1o a 5 de Agosto	♦ A APPO chamava a população para formar mais comitês locais, onde participavam diversos setores. No dia **1o de agosto**, as mulheres decidiram manifestar-se para exigir a renuncia de Ulisses Ruiz, fazendo barulho com suas panelas. A **"Marcha de las Cacerolas"** foi um êxito e congregou milhares de mulheres. A marcha se dirigiu ao Canal 9, da rede pública de televisão e rádio em Oaxaca, solicitando espaço para se pronunciar. Diante da negativa do espaço, **tomaram o Canal 9, iniciando transmissões de televisão e rádio horas depois.** Passaram imagens da repressão no dia 14 de junho, abriram espaço de transmissão ao povo, algumas mulheres começaram a transmitir em línguas indígenas. Elas eram trabalhadoras, donas de casa, indígenas, anarquistas. Foi quando o povo começou a ver pessoas iguais a si na tela que a insurreição da APPO conquistou maior avanço. As mulheres que participaram do ato formaram então a **Coordenadoria de Mulheres Oaxaquenhas (COMO)**. A **TV Cacerola e a Radio Cacerola** mantiveram sua transmissão por meses, propiciando informação e comunicação eficiente para a manutenção e proteção do movimento.
6 de Agosto	♦ Modificando sua estratégia, ao invés de manter os plantões fixos, **a APPO montou uma brigada móvel**, com o objetivo de paralisar o serviço administrativo dos três poderes, desalojando pacificamente os funcionários públicos e fechando os edifícios. Com a mudança de estratégia, o governo do Estado iniciou um novo tipo de terrorismo, com ainda mais assaltos a mão armada, bloqueio de ruas e queimas de ônibus, tentando sempre atribuir esses atos à APPO, através de pichações. Um sicário foi detido e confessou ter sido contratado por gente a serviço de Ulisses Ruiz, o que foi transmitido por rádio e televisão. ♦ Em **6 de agosto** chegou um contingente d**e 500 Policiais Federais a Oaxaca**, no dia 7 às 13hs, três caminhonetes atacam a membros da APPO que se encontravam nas instalações da Secretaria de Administração a mando do diretor da Polícia Municipal de Oaxaca. Às 14:30 haviam vários professores e estudantes desaparecidos. À noite, o D**outor Marcos García Tapia, odontólogo e professor da UABJO e integrante da APPO, foi assassinado por sicários no centro da cidade.**
7 a 17 de agosto	♦ No dia **8 de agosto** ocorreu um novo ataque à Rádio Universidade e danificaram permanentemente os transmissores. Em **9 de agosto** houve também um novo ataque ao Diário Notícias, com disparos e feridos. Nesse mesmo dia, **em uma emboscada assassinaram três ativistas da etnia *triqui* de MULTI: Andrés Santiago Cruz, Pedro Martínez Martínez e o adolescente Octavio Martínez Martínez. Sequestraram o Professor Germán Mendoza Nube, dirigente da União de Campesinos Pobres. Em seguida detiveram e torturam três membros das brigadas que buscavam o dirigente desaparecido.** ♦ Desde 1977 - durante o movimento contra o Governador Manuel Zárate Aquino, em que houve repressão com assassinatos contra as marchas de protesto – nenhum governo havia executado um cidadão em marcha pacífica em pleno exercício de seu direito de expressão. Ulisses Ruiz regressou a esse grau de violência que desembocou no assassinato do Doutor Marcos García Tapia e no desaparecimento do professor Germán Mendonza Nube. O desaparecimento do professor foi o motivo da organização de uma grande **marcha do silêncio no dia 10 de agosto** por sua liberdade em que muitas pessoas foram de preto, com flores e tapa-bocas, seguindo uma cadeira de rodas vazia (o professor era cadeirante). Durante a marcha houve ataques armados de paramilitares e o mecânico **José Colmenares Pérez morreu assassinado por agentes do exército** e da polícia e por falta de atenção médica. Novos atentados contra ativistas ocorreram em 15 e 17 de agosto.
18 a 23 de agosto	♦ No **dia 18 houve uma greve cívica** convocada pela APPO reivindicando a saída do governador. Nos dias 19 e 20 saiu novamente o **esquadrão da mort**e, em que atuava a polícia oficial juntamente ao resto dos comandos ulissistas. Circulavam em mais de 52 caminhonetes e patrulhas, agrediam e passavam disparando contra a população, se aproximando dos pontos de plantão. ♦ No dia 21, cerca de 100 elementos **atacaram o Canal 9**, entre policiais e sicários, e destruíram a tiros os equipamentos de transmissão e as antenas do Fortin. ♦ Nessa mesma madrugada, do dia 21 de agosto, **a população decidiu espontaneamente tomar todas as radiodifusoras da cidade.** Às 5hs quinze rádios haviam sido ocupadas pacificamente pela APPO e logo começaram a transmitir, pedindo às pessoas localizadas em colônias (bairros) em que havia antenas que ajudassem a protegê-las. Considerando que não era necessária a manutenção de tantas rádios e das dificuldades por questões logísticas, mantiveram então apenas duas. A partir da antes chamada Radio ORO (Organización Radiofónica de Oaxaca) criaram três estações que transmitiram a Rádio Resistência de Jovens, Rádio Universidade no Exílio e Rádio APPO. Da Rádio RPO (Radiodifusora Publicidad Oaxaca) se manteve apenas a rádio Ley 710, que passou a ser A Lei do Povo. A APPO cobria, com essas estações, 70% do território do estado. ♦ Na noite seguinte, um esquadrão com aproximadamente 30 caminhonetes policiais fez ronda e se dirigiu à **Radio La Ley del Pueblo e disparou fatalmente contra o arquiteto Lorenzo San Pablo Cervantes**, que fazia guarda na porta. Seguiram disparando contra vários acampamentos, mas não houve mais mortos. Quando se aproximavam das rádios, os locutores se protegiam e deixavam de transmitir, e se ouviam apenas os disparos. ♦ A APPO decidiu então, a partir do dia 21 de agosto, **construir barricadas para evitar que os comboios da morte circulassem**. Houve um chamado à população para construir barricadas, com o objetivo primeiro de resguardar os meios de comunicação. Utilizando colchões, móveis velhos e tudo o que consideravam que poderia impedir a passagem dos comboios, o povo construiu da noite para o dia três mil barricadas. As barricadas começaram a dar um novo rosto à cidade, sendo que fora havia ignorância e medo enquanto dentro havia esperança, e as pessoas passaram a viver conjuntamente e compartilhar as atividades cotidianas. Nas barricadas, vizinhos se convertiam em próximos e floresceu a confiança mútua e a amizade. Os ataques dos esquadrões de morte e os atentados continuavam, mas apesar de toda a ameaça, a APPO mantinha o controle da cidade.

24 de Agosto a 24 de Setembro	♦ No dia **24 de agosto**, a APPO aceitou participar de uma mesa de diálogo com a Secretaria de Governo com a condição de que o único ponto a tratar seria a saída de Ulisses Ruiz do governo do estado. Aos 14 representantes do magistério e 14 do movimento popular, se apresentaram a mesma proposta das três agendas sem incluir a saída de Ulisses Ruiz, que em 13 de setembro rechaça a proposta de negociação. O Senado recusou a solicitação de desaparição de poderes no dia 18 e deputados locais do PRI de Oaxaca solicitaram o envio de forças federais ao estado. ♦ No dia **20 de setembr**o se iniciou **a Marcha pela Dignidade dos Povos de Oaxac**a em direção a Cidade do México, jornada que durou onze dias. Na capital federal, a**s marchas do 2 de outubr**o, em memória do massacre de Tlatelolco em 1968 foi liderada pela APPO. ♦ A Secretaria de Governo convocou Fórum de Governabilidade, Paz e Desenvolvimento em Oaxaca, da qual a APPO e a Seção 22 se recusaram a participar. O movimento popular convocou, então, um fórum alternativo da Iniciativa Cidadã de Diálogos pela Paz, Democracia e Justiça em 12 de outubro.
25 de setembro a 18 de Outubro	♦ Para o dia 25 de setembro estava planejada uma marcha do Senado a Secretaria de Governo, mas foi informado que havia uma negociação de Ulisses Ruiz com Enrique Rueda, dirigente sindical da Seção 22, pela volta às aulas. No dia seguinte Enrique Ruedas anunciou, em entrevista, que havia negociado a volta às aulas para o dia 30, desacatando o mandato da Comissão Negociadora que o havia designado só para receber propostas e negociá-las apenas decisão da Assembleia Geral. ♦ Ao mesmo tempo, se incrementava a presença policial federal em Oaxaca, o exército intensificou a militarização da Serra Mixteca e a Marinha também fazia incursões. ♦ E**m 8 de outubro, o engenheiro e professor Jaime René Castro foi sequestrado e em seguida o encontraram degolad**o, no **dia 1**1 houve mais um ataque de paramilitares à brigada móvel da APPO com vários feridos, e no **dia 14 Alejandro García Hernandez foi morto a tiros por militares vestidos de civis.** No **dia 18 assassinam o professor indígena Pánfilo Hernandez,** e continuaram as ameaças e atentados aos defensores de direitos humanos e aos dirigentes sociais e suas famílias.
25 a 27 de Outubro	♦ No dia 25 de outubro, opositores ao movimento magisterial começaram a abrir escolas à força. O governo pagava 40.000 pesos aos priistas por cada escola que conseguissem abrir. O mapa das escolas abertas refletia os bastiões do poder autoritário e vertical que mantinha o PRI e seu sistema caciquil no estado. ♦ Dos dias **20 ao 27 de outubr**o, o comboio da morte estava circulando protegido por caminhões do exército. No dia 27 de outubro, o saldo foi de três pessoas mortas e 23 feridas, sendo 13 em Santa Maria Coyotepec, 5 na Colonia La Experiemental e 5 em Calicanto. Em Santa Lucía del Camino as agressões com armas de grosso calibre contra as barricadas, dirigidas pelo próprio presidente municipal e executadas por policiais vestidos de civis, resultaram na **morte do jornalista Bradley Roland Will, do Independent Media Center (Indymedia).** Brad Will era um jornalista militante e gravou a sua própria morte. ♦ O **massacre em Santa Maria Coyotepec**, onde estava localizada a Casa de Governo de onde despachava Ulisses Ruiz, também foi liderado pelo presidente municipal (prefeito), que pagou a população para colaborar com as agressões sanguinárias e contou com policiais, sicários e priistas. **Cerca de 150 agressores com rifles, pistolas, facas e machados, mataram 5 pessoas, feriram 13 com disparos de armas de fogo, vários com machadadas e cerca de 300 feridos** entre os 600 professores que se encontravam no plantão e alguns que se solidarizaram e os ajudaram a se esconder ou fugir e, por isso também, foram atacados. Várias mulheres foram estupradas e houve desaparecidos. Segundo o relato de uma testemunha: "en Santa Maria agarraron a las mujeres, las amarraron, las subieron a un volteo y, allá arriba, las violaban y después se llevaron a esas mujeres"
28 a 31 de outubro	♦ O assassinato de Brad Will fez com que Oaxaca se tornasse foco de atenção internacional, e esse fato foi utilizado pelo então presidente Vicente Fox como justificativa para o envio das forças armadas federais a Oaxaca. Em **28 de outubro** foram enviados **4500 efetivos da Polícia Federal a cidade de Oaxaca de Juárez. In**stada a se retirar do centro histórico da cidade, a APPO se negou a retirar as barricadas, mas orientou a população a não confrontar a polícia e colocar em risco a integridade física dos cidadãos. ♦ O povo sentiu a entrada da PFP como um exército de ocupação, e fizeram romarias, levaram flores e tentaram impedir o avanço das forças armadas com correntes humanas, mas a PFP lançava gases lacrimogênio, bombas de gás de pimenta e jatos de água a pressão que ardiam e marcavam os manifestantes com a cor laranja para que os manifestantes fossem identificados e presos. ♦ Houve um enfrentamento no *Puente Tecnológico,* em frente ao **Canal 9**, onde havia uma barricada a cargo da *Coordinadora de Mujeres Oaxaqueñas* (COMO). Esse dia**, morreram um senhor enfermo Jorge Alberto López Bernal com um projétil de gás comprimido que o perfurou o peito, o professor Fidel García Jimenez que foi espancado, um adolescente de 14 anos e o pedreiro Fidel Sánchez García, ambos apunhalados, e Roberto Hernandez López,** além de vários que ficaram gravemente feridos, incluindo jornalistas. ♦ No dia **30 de outubro**, a polícia **prendeu cerca de 50 pessoas**, muitas detenções foram seguidas de desaparição forçada. No dia seguinte, a rodovia foi desbloqueada e todas as rádios, exceto a Radio Universidade, foram desocupadas, com a prisão de mais 18 pessoas. As representantes de organismos de direitos humanos que foram documentar os fatos foram agredidas pela polícia e tiveram as suas câmeras e cadernos confiscados.

1o a 10 de novembro	♦ No dia **1o de novembr**o, artistas, artesãos e professores se congregaram em um ato político em homenagem ao**s 15 mortos confirmados até então no conflito em Oaxac**a, e exigindo a renuncia de Ulisses Ruiz. ♦ No dia **2 de novembr**o, Dia de Todos os Santos, a polícia bombardeou com gases a praça onde a população celebrava as tradições e homenagens. Às 7 da manhã tentaram entrar na Cidade Universitária para tirar a Radio Universidade do ar, tentando retirar à força a barricada localizada na entrada em Cinco Señores. Em defesa da universidade vieram o reitor, diretores de faculdades, professores, profissionais, estudantes e o povo que se mobilizou massivamente. O local foi bombardeado por gases por tanques que lançavam granadas de gás lacrimogêneo, e por helicópteros que também atiravam gases de maneira indiscriminada. O enfrentamento terminou às 18 horas, quando a polícia teve que se retirar sem conquistar seu objetivo de se apoderar das instalações, mas deixando um saldo de aproximadamente **200 feridos.** Essa ficou conhecida como a **Batalha de Todos os Santos, a única em que a APPO derrotou a PFP.** Entretanto, cerca de **84 pessoas foram detidas, e relataram torturas**, ameaças de serem jogadas dos helicópteros, e espancamentos. ♦ Após esse fato, a PFP passou a deter gente comum que passava pelo centro apenas por ser considerada "suspeita" ou por se recusar a ser revistada. Várias mulheres denunciaram abusos de cunho sexual durante essas revistas. Dia **5 de novembro** realizou-se uma mega marcha na cidade de Oaxaca na qual estiveram presentes milhares de pessoas para protestar pela saída da PFP e pelo fim das detenções arbitrárias. No **dia 7, houve uma marcha de mulheres,** e elas foram agredidas pelas forças armadas com tanques de água a pressão. No **dia 8,** houve um operativo com 120 detenções e no **dia 9** dispararam novamente contra as barricadas na Cidade Universitária.
11 a 20 de novembro	♦ A APPO realizou seu congresso constitutivo em **11 de novembro** com 2500 representantes das 8 regiões do estado, e dos setores campesinos, mulheres, colonos e estudantes. No dia 13 formalizou sua estrutura organizativa mediante um Conselho Estatal, Conselhos Regionais e Setoriais e definiu suas linhas programáticas, entre as quais gostaríamos de destacar algumas do âmbito político, como as reformas da Lei Orgânica Municipal, com reconhecimento dos Ayuntamientos Populares que surgiram durante o movimento; a consolidação dos regimes normativos próprios das comunidades indígenas, como os Estatutos Comunais e Municipais; e a participação política das mulheres. No âmbito social, além das propostas de fortalecimento da educação pública bilíngue e intercultural, muitas propostas abordavam o setor de comunicação e mídia, como a promoção de rádios comunitárias e revisão da Lei de Telecomunicações. ♦ Em **15 e 18 de novembr**o, houve marchas de mulheres com panelas para fazer barulho, cartazes de conscientização, e espelhos para que os policiais vissem suas imagens como repressores do povo. No **dia 17, foi assassinado Marcos Contreras Mendonza no centro de Oaxaca** e, no **dia 19,** a PFP reprimiu violentamente uma marcha pacífica deixando ao menos 15 feridos.
21 a 30 de Novembro	♦ No dia 23 de novembro, a APPO denunciou penalmente Ulisses Ruiz e Vicente Fox por **genocídio, desaparição forçada e outros crimes de lesa humanidade**. ♦ No sábado **25 de novembro,** se realizou, por convocação da APPO**, a sétima mega-marcha na cidade de Oaxac**a, iniciando às 12hs. O plano era terminar de forma pacífica cercando o centro histórico, mas Ulisses Ruiz montou a provocação, com paramilitares e sicários, para que as forças federais interviessem. No enfrentamento, grupos de jovens com pedras e coquetéis molotov incendiaram prédios públicos como o Tribunal Superior de Justiça, a Câmara de Deputados e a Secretaria da Fazenda. ♦ As forças armadas fizeram arrastões e se moveram em patrulhas prendendo indiscriminada e massivamente, dispararam contra a população, lançaram gás lacrimogêneo e projéteis a partir do telhado dos prédios. No final deste dia foram reportando **140 feridos, 149 detidos, e ao menos três mortos, cujos corpos não se pôde recuperar por terem sidos desaparecidos.** ♦ Nos dias seguintes, detiveram mais 35 pessoas. Os registros indicam que a maioria dos detidos na prisão de Nayarit não pertencia à APPO, não tinham participado do enfrentamento direto e não eram os autores dos incêndios. O governo do estado estava decidido a prender todos que haviam participado de maneira mais visível no movimento, e por isso perseguiu lideranças e integrantes da APPO. Além dos 171 já detidos, sendo 90 deles professores, havia cerca de 300 ordens de apreensão contra simpatizantes da APPO. Um grupo teve que sair exilado do estado. A última barricada – a de Cinco Senhores em frente à Cidade Universitária da UABJO foi levantada mediante nova incursão e, então, se entregou a Radio Universidade às autoridades universitárias. Muitos dirigentes foram presos.

Dezembro de 2006	♦ Sobre a demanda da retirada das forças federais conquistou-se que, em **14 de dezembr**o, fossem retirados 1.500 elementos da PFP dos 4.000 que chegaram a Oaxaca. ♦ Em 16 de dezembro, se iniciou uma visita da Comissão Civil Internacional de Observação dos Direitos Humanos. Porém, os informes produzidos por esses organismos foram continuamente descreditados pelo governador. Os presos e presas no massacre das forças federais contra a população oaxaquenha em 25 de novembro e nesse período, quase todas as detenções arbitrárias, **relataram violências, abusos, espancamentos e tortura durante a detenção e por todo o período no qual estiveram presos.** Uma grande parte foi levada ao presídio de Tepic, em Nayarit, que é destinada a presos de alta periculosidade, sem que esse componente fosse comprovado. Mulheres e homens foram violentados sexualmente. ♦ Foi criado, então, o Comitê de Liberação 25 de Novembro que reivindicava o aparecimento com vida das pessoas desaparecidas e a liberação dos presos políticos, que deu a conhecer atos extremos de tortura por parte da PFP, como a mutilação de dois dedos da professora Blanca Mendonza Ramírez da Faculdade de Ciência Política da UNAM (Martínez, 2007b, p.41). ♦ Dos **134 presos políticos**, foram liberados 43, em 16 de dezembro, os 91 restantes foram transferidos para Oaxaca, direcionados: 52 para a prisão feminina em Tlacolula e 39 à prisão regional de Miahuatlán. No dia seguinte, liberaram 6 de Miahuatlán e 5 em Tlacolula. ♦ Dia 20 de dezembro houve um ato chamado pela organização Mulheres Sem Medo e no dia 22 houve mais uma marcha multitudinária da APPO. ♦ Em 25 de dezembro saíram mais 18 do presídio feminino em Tlacolula e em 31 de dezembro liberaram mais 11 em Miahuatlán e 7 em Tlacolula. Nesse período, houve diversas marchas encabeçadas por familiares das pessoas detidas, que conformariam o **Comitê de Familiares de Desaparecidos, Assassinados e Presos Políticos de Oaxaca**.
2007	♦ Ulisses Ruiz passou a utilizar os presos políticos como moeda de pressão para ameaçar o movimento, sendo que as manifestações e plantões instalados por familiares de presos e presas por sua liberação foram constantemente ameaçados, havendo um despejo do plantão em 13 de janeiro de 2007, com violência e várias detenções. ♦ No dia **14 de janeir**o houve uma marcha de protesto contra o acontecido e no dia 15 foram liberados os 8 familiares presos no despejo do plantão. ♦ No dia **8 de março** de 2007 houve uma nova marcha multitudinária. ♦ Em junho se realizaram marchas em memória aos acontecidos e aos mortos no conflito. ♦ Em **julho de 2007**, durante a realização da **Guelaguetza popula**r houve novamente repressão, com 50 pessoas feridas, sendo duas gravemente, e 33 detenções. ♦ Em **1o de agosto** a **Coordinadora de Mujeres Oaxaqueñas** realizou uma grande marcha para recordar o surgimento de sua organização. ♦ A realização das eleições para os legisladores locais aconteceu em agosto e outubro sem a intervenção da APPO, consequência da repressão. Novamente houve **fraude** por não ter vigilância ativa da cidadania sobre o processo, e **o abstencionismo se calcula que tenha ficado entre 70 e 80% dos eleitores/as.**

Fonte: Elaboração própria